VII | Memória impressa: brasileiros homenageados no *Novo Almanaque de Lembranças*

Coleção Brasil

Memória impressa:
brasileiros homenageados no *Novo Almanaque de Lembranças*

Organização e estudo introdutório
Vania Pinheiro Chaves
Tania Regina de Luca

VII

Memória impressa: brasileiros homenageados no Novo Almanaque de Lembranças

Vania Pinheiro Chaves
Tania Regina de Luca
(orgs.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CHAVES, V. P., and LUCA, T. R., eds. *Memória impressa*: brasileiros homenageados no Novo Almanaque de Lembranças [online]. São Paulo: Editora UNESP Digital; CLEPUL, 2025, 642 p. Brasil collection, vol. VII. ISBN: 978-65-5714-663-7. https://doi.org/10.7476/9786557146637.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

Memória impressa:
brasileiros homenageados no *Novo Almanaque de Lembranças*

Organização e estudo introdutório
Vania Pinheiro Chaves
Tania Regina de Luca

Coleção Brasil

Direção
Vania Pinheiro Chaves
Tânia Regina de Luca

Editora Executiva
Joana Balsa de Pinho

Design Gráfico
Jorge Vieira

Conselho Científico
Ana Cláudia Suriani da Silva
Beatriz Weigert
Eliane Dutra
Enrique Rodrigues-Moura
Francisco Topa
Gilda Santos
José Eduardo Franco
Laurent Vidal
Márcia Abreu
Marisa Midori Deaecto
Nelson Schapochnik
Zélia Lopes da Silva

Depósito Legal
556390/25

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador
Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente
Jézio Hernani Bonfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro
William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico
Júlio Cesar Torres
Luís Antonio Francisco de Souza
Marcelo dos Santos Pereira
Maurício Funcia de Bonis
Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen
Ricardo D'Elia Matheus
Silvia Maria Azevedo
Tatiana Noronha de Souza
Trajano Sardenberg

Editores-Adjuntos
Anderson Nobara
Leandro Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

M533 Memória impressa: brasileiros homenageados no Novo Almanaque de Lembranças / organizado por Vania Pinheiro Chaves, Tania Regina de Luca. – São Paulo: Editora Unesp Digital; CLEPUL, 2025.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5714-663-7 (Editora Unesp Digital)
ISBN: 978-989-8577-58-0 (Clepul: impresso)
ISBN: 978-989-8577-59-7 (Clepul: digital)

1. Literatura brasileira. 2. Crítica literária. 3. Estudos literários. 4. Memória. 5. Coleção Brasil. I. Chaves, Vania Pinheiro. II. Luca, Tania Regina de. III. Título.

CDD 869.909
2025-4907 CDU 821.134.3(81).09

Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto UID/00077.

Memória impressa:
brasileiros homenageados no *Novo Almanaque de Lembranças*

Organização e estudo introdutório
Vania Pinheiro Chaves
Tania Regina de Luca

CLEPUL/FUNESP
2025

Índice

Estudo Introdutório 7
Vania Pinheiro Chaves e Tania Regina de Luca

Antônio Gonçalves Dias 45
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Marilene Weinhardt**

Manuel Antônio Álvares de Azevedo 71
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Vania Pinheiro Chaves**

Antônio de Castro Alves 105
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Vania Pinheiro Chaves**

Barão de Santo Ângelo (Manuel de Araújo Porto Alegre) 141
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Maria Eunice Moreira**

Antônio Cândido Gonçalves Crespo 177
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Francisco Topa**

Luís Nicolau Fagundes Varela 215
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Maria Eunice Moreira**

Monsenhor Joaquim Pinto de Campos 273
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **Débora Dias**

José Bonifácio de Andrada e Silva 313
A. X. Rodrigues Cordeiro
Comentário: **José Leonardo do Nascimento**

José de Alencar 375
António Xavier de Sousa Cordeiro
Comentário: **Luísa Antunes Paolinelli**

Visconde de Taunay **413**
A. Xavier Cordeiro
Comentário: **Sílvia Maria Azevedo**

Machado de Assis **453**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Sílvia Maria Azevedo**

Raimundo Correia **487**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Alvaro Santos Simões Junior**

Sílvio Romero **521**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Marilene Weinhardt**

Olavo Bilac **545**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Alvaro Santos Simões Junior**

Paulo Barreto (João do Rio) **563**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Marta Rodrigues**

Rui Barbosa **587**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Débora Dias**

Lauro Müller **603**
[Sem indicação de autor]
Comentário: **Tania Regina de Luca**

Jackson de Figueiredo **615**
Manuel Múrias
Comentário: **Tania Regina de Luca**

Hermes Fontes **627**
Nuno Catarino Cardoso
Comentário: **Virginia Camilotti**

Agradecimentos

Na realização das pesquisas que o projeto «*Almanaque de Lembranças*», da Linha «Brasil: literatura, memória e diálogos com Portugal» (CLEPUL) iniciou em 2015, contamos com a colaboração pontual de numerosos pesquisadore(a)s e colaboradore(a)s do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, em especial, com o trabalho continuado da Mestre Evelin Guedes Pereira, que colaborou nas primeiras transcrições e anotações dos «Elogios», tendo ainda montado um dossiê que, no Seminário realizado no Instituto de Artes da UNESP em 2023, constituiu matéria de discussão para o trabalho da equipe de estudiosos que produziu este volume. Cada um(a) certamente lembrará como participou neste empreendimento. A todos deixamos aqui registrados os nossos agradecimentos.

Estudo introdutório

Este volume da Coleção Brasil reúne dezenove artigos dedicados a figuras ilustres do Brasil com os respectivos retratos, que foram publicados na «seção inicial» do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*[1]. A transcrição atualizada desses «elogios» é acompanhada por notas explicativas e por um breve comentário de cada um deles. Redigidas por especialistas, tais análises não abarcam por completo a personalidade distinguida na seção, centrando a atenção no texto que lhe foi consagrado. Seu objetivo foi indicar os aspectos que os autores dos «elogios» escolheram destacar, o que fornece indícios sobre as características da publicação e do leitor imaginado pelas autorias.

Lançada por António Xavier Rodrigues Cordeiro[2] – primeiro diretor do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1871-1931) e com ele coexistindo nos sessenta anos em que foi editado –, a seção de abertura desta publicação visava homenagear personalidades portuguesas e brasileiras recém-falecidas. Antes, porém, de apresentar os renomados brasileiros que mereceram tal distinção e de apontar os critérios que presidiram à sua escolha, é importante relembrar aspectos fundamentais da trajetória longeva da coletânea criada com o título *Almanaque de Lembranças***.**

Criação do *Almanaque de Lembranças.* Locais e editoras.

Idealizado por Alexandre Magno de Castilho[3] e consagrado primeiramente ao ano de 1851, o *Almanaque de Lembranças* foi impresso em 1850 na Tipografia de M. Cerf, instalada na Grand Rue n.º 144, uma das principais vias da comuna de Sèvres, próxima à Paris, capital na qual a sua redação estava instalada, na Rue de la Chaussée d'Antin n.º 18, espaço nobre da cidade[4]. Não tardou para que o empreendimento fosse transferido para Portugal, como revela o prólogo do volume destinado ao ano de 1854 e assinado por Castilho: «Lisboa, 10 de agosto de 1853» (*AL*, 1854: 16). Os trabalhos gráficos, por sua vez, passaram para Lucas Evangelista.

Até ao ano de 1885, várias foram as empresas responsáveis pela impressão da publicação: Lucas Evangelista (1855), Tipografia

Universal (1856), Imprensa Nacional (1857-1859), Tipografia Franco-Portuguesa (1860-1870), Lallemant Frères (1871-1884). Daí em diante, a tarefa passou a caber à empresa de António Maria Pereira (1824-1880), fundada em 1848 e dirigida depois pelos seus sucessores até o início da década de 1970[5]. A partir de 1899, a Livraria de António Maria Pereira passou chamar-se Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, empreendimento que alcançou significativo destaque no cenário editorial português, especialmente no período em que respondeu pela impressão do nosso almanaque.

É difícil precisar se a propriedade da coleção criada por Alexandre Magno de Castilho passou para as mãos de Rodrigues Cordeiro e seus descendentes, cabendo à empresa de António Maria apenas prestar serviços de impressão, como parece ter sido o caso das antecessoras, ou se, pelo contrário, ela se tornou coproprietária do anuário[6]. Cabe, todavia, lembrar que, desde 1885, toda a correspondência destinada ao *Lembranças*, fosse do Brasil ou de Portugal, deveria ser enviada para a sede daquela empresa.

Mudança do título e projeto luso-brasileiro. Sucesso editorial do *Almanaque*.

A partir da edição relativa ao ano de 1855, o fundador incorpora ao título do almanaque referências geográficas alusivas ao ideal de alcançar os dois lados do Atlântico e ele passa a chamar-se: *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro.* A novidade exigiu mudanças em termos da materialidade, com a impressão de duas versões distintas na parte relativa ao calendário, conforme explica Alexandre Magno no prólogo do volume para aquele ano:

> o *Almanaque de Lembranças*, desde o princípio do seu segundo lustro, será impresso em duas edições ao mesmo tempo – a de Portugal e a do Brasil. Comuns no fundo estas duas edições só diferirão nas cláusulas propriamente de calendário, para servirem com igualdade aos interesses de ambos os países. (CASTILHO, 1855: 30; grifo nosso)

O estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil constituía um objetivo fulcral de Castilho que, no volume para 1856, expressou o desejo de que a sua coletânea pudesse construir «um nexo mais entre nós [portugueses] e os nossos irmãos brasileiros […] fortifi[cando] os vínculos de sangue que mutuamente nos prendem» (*ALLB,* 1856: 27). O que de fato aconteceu e é apontado não só por ele, mas também pelos seus sucessores, como comprova o seguinte fragmento do anuário para 1871:

> São já pois vinte e um anos que conta este livrinho conhecido em toda a parte onde se fala português, e aí recebido com o favor que desde o princípio lhe dispensaram, tanto em Portugal e suas possessões, como no Brasil, todos os que buscam encontrar a variedade e a amenidade juntas com a instrução (*ALLB,* 1871: 5).

Ao ampliar a circulação da coletânea, seu criador tinha em vista a relevância do mercado brasileiro, aspecto sempre considerado por escritores, livreiros e editores portugueses. A logística associada à produção e circulação do *Lembranças* se tornou mais complexa com a sua transformação em «luso-brasileiro»: aumento da tiragem, organização de duas edições, distribuição em Portugal, nas possessões ultramarinas e no Brasil.

Em função da ampliação do público leitor, Alexandre Magno anuncia que a tiragem do volume para 1855 é de «vinte mil exemplares» (CASTILHO, 1855: 31), superando os dezesseis mil impressos no ano anterior (*AL*, 1854: [3]). Números que são, nos dois casos, bastante elevados no espaço editorial luso-brasileiro da época. Já antes – no «Prólogo» do segundo volume do *Almanaque de Lembranças* –, ele referira o sucesso obtido pelo seu anuário, «acolhido e festejado por toda parte; por gente velha e moça; por um e outro sexo; na alta e baixa sociedade» (*AL*, 1852: 15). Corrobora esse parecer o fato de, esgotado o primeiro volume da coletânea, este ter sido republicado em Lisboa, em 1853. O mesmo aconteceu com o anuário para 1853, que recebeu 2ª edição, em Lisboa, mas sem indicação da data.

Se bem que, no século XIX, os almanaques constituíssem um verdadeiro fenômeno editorial[7] – aumentando em número, em espécies e em tiragens, em consonância com o enorme crescimento dos seus

leitores, e produzindo aquilo a que se chamou de forma depreciativa «cultura de almanaque» –, o próprio criador do *Lembranças* considera a sua coletânea «mais afortunada do que em [Portugal] o costumam ser empresas literárias, embora grandiosas» (*AL*, 1852: 16-17).

O êxito do *Almanaque de Lembranças* se deveu não só às características e méritos da própria obra, mas também a baixos preços de venda, promoções na compra de um conjunto de volumes, facilidades de aquisição no estrangeiro, bem publicitada em diversos números. Servem de exemplo o anúncio, no segundo volume, da sua venda «em Paris, na Livraria de Rey e Belhatte, Quai de Augustins nº 45» (*AL,* 1852: [2]) e, no destinado a 1860, a informação a respeito da possibilidade de aquisição dos almanaques de anos anteriores:

> Frequentemente nos são pedidas pelo ano adiante coleções completas dos nossos Almanaques, ou volumes para as completar. São dificílimas essas remessas parciais, a não ser no tempo próprio da distribuição do novo almanaque. Pedimos pois a quem não queira esperar por essa ocasião, nos designe a quem, aqui em Lisboa, poderão ser entregues os volumes pedidos. Assim ficará dividido por muitos o trabalho que até aqui pesava sobre nós só. (*ALLB*, 1860: 7)

É tamanho o sucesso que o anuário para 1870 informa já não se encontrar a venda a coleção completa do *Lembranças* e oferece, em promoção, a possibilidade da compra de dez volumes dos ainda existentes por «2$000 réis» (*ALLB,* 1870: 4). Por sua vez, a oferta dum brinde, no volume para 1899, constitui excelente estratégia tanto para a venda do almanaque como para a de outras publicações do mesmo livreiro:

> No intuito de facilitar a aquisição deste livro encantador (*Horas vagas*[8]) aos numerosos leitores do *Almanaque,* resolvemos fazer o abatimento de uma quarta parte em favor de todos os compradores do mesmo *Almanaque*, podendo assim considerar-se atenta a modicidade do preço um verdadeiro / Brinde (*NALLB*, 1899: CXXVI[B]).

Os sucessores do criador do *Almanaque.*

Após a morte do fundador[9], a direção do *Lembranças* é assumida pelo seu sobrinho homônimo – Alexandre Magno de Castilho[10] – que partilha a direção da coletânea com António Xavier Rodrigues Cordeiro. A morte do parceiro isola Cordeiro na direção do anuário que, a partir de 1871, passa a chamar-se, até à sua desaparição em 1931, *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. O mais duradouro editor do nosso almanaque continuará sozinho na direção até ao volume destinado a 1895. Nesse período, acrescem aos vinte e quatro volumes a ele correspondentes cinco suplementos relativos aos anos de 1886, 1887, 1888, 1889 e 1890.

Embora Rodrigues Cordeiro tenha falecido em 1896, seu nome continua inscrito como «Diretor», na folha de rosto do volume destinado àquele ano, na qual surge como «Secretário da Redação: António Xavier de Sousa Cordeiro». De acordo com Alberto Pimentel (1904), o título de Diretor que lhe foi atribuído era, na verdade, honorífico e se manteve ainda no volume para 1897, em que Sousa Cordeiro é referido como «Redator», embora este já tivesse, de fato, assumido a direção do *Lembranças* em 1895 (cf. *NALLB*, 1899: LXXXIII). O próprio Sousa Cordeiro explica o que se passou:

> Por fins de 1894 o Dr. Rodrigues Cordeiro, que então começava a sentir-se impossibilitado de continuar na direção do anuário, chamou-me para o substituir. O volume de 1896 foi já todo confeccionado sob a minha direção embora ali figurasse o nome prestigioso daquele ilustre poeta. (*NALLB*, 1900: 21)

Mencionado pela primeira vez como diretor no volume destinado a 1898, António Xavier de Sousa Cordeiro[11] – sobrinho de Rodrigues Cordeiro – mantém-se no cargo até 1903, devendo-se-lhe, portanto, a publicação do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1904*. Note-se, contudo, que Sousa Cordeiro escreveu, no volume para 1901 a seguinte «Declaração: O diretor deste anuário declara que doravante usará no mesmo anuário do nome seguinte: A. XAVIER CORDEIRO» (*NALLB*, 1901: XCII; grifo nosso), o que complica bastante a identificação dos membros família Cordeiro com

participação na coletânea. Afirmando desconhecer as razões pelas quais ele reduziu a sua assinatura, Alberto Pimentel esclarece que ele coordenou o *Indice geral do Novo Almanach Luso-Brazileiro desde 1872 a 1898 (inclusive)» e que* deixou «em parte preparado o [volume] de 1905» (PIMENTEL, 1904: X).

Após a morte de António Xavier de Sousa Cordeiro, seu filho – Adriano Xavier Cordeiro[12] – assume a direção do *Lembranças,* tendo se responsabilizado pela sua publicação durante treze anos. O primeiro volume a apresentá-lo como Diretor destina-se ao ano de 1905, o último ao de 1917. Ao iniciar a sua atuação, Adriano anuncia no «Expediente» uma significativa partilha na «direção» da coletânea:

> **Novo Programa**
>
> A datar deste ano, introduz-se no Almanaque uma modificação importante, para que chamamos a atenção dos nossos colaboradores e leitores.
>
> A parte charadística fica a cargo do nosso antigo e distintíssimo colaborador Sr. Justino de Carvalho (*In-Justo*). Falar da sua grande competência no assunto seria, sobre supérfluo, ofensivo da sua modéstia. […]
>
> Nesta conformidade todos os assuntos relativos à seção charadística ficam sob a sua direção, desdobrando-se consequentemente, daqui para o futuro, cada uma das seções *Expediente* e *Correspondência* em duas, cada uma delas relativa respectivamente à parte literária e à parte charadística. (*NALLB*, 1905: LXXIX-LXXX)

Não anunciada na folha de rosto do volume em que foi lançada (tampouco nas subsequentes), a «Seção Charadística» abarca itens já existentes nos exemplares anteriores («Decifrações do ano anterior», «Lista de decifradores», «Concurso charadístico», «Retardatários», etc), mas deixa as charadas e outros passatempos na parte literária, onde sempre estiveram. O lançamento da «Seção Charadística» não é justificado por Adriano Cordeiro, mas dever-se-ia não só à necessidade de diminuir as suas tarefas, porém também à importância crescente daquelas matérias no anuário criado por Alexandre Magno de Castilho.

A Adriano Xavier Cordeiro sucede O. Xavier Cordeiro, cuja identidade, sexo e parentesco com seus antecessores na direção do *Lembranças* foi ocultada na redução do seu prenome à inicial. No «Expediente» do primeiro almanaque que editou, lê-se apenas que «A partir de hoje, mais uma vez se transmite para outra pessoa desta última família, a direção do *Almanaque* […] sem quebra da tradição familiar que a esta publicação anda ligada, a sua direção pode passar para uma quarta pessoa da família Cordeiro» (*NALLB*, 1918: 27-28; grifo nosso). Devemos a Ernesto Rodrigues[13] a sua identificação – Olívia Xavier Cordeiro[14] – talvez propositadamente ocultada por ser mulher. Penúltima responsável pelo *Lembranças*, Olívia, que o dirigiu durante catorze anos, terá assumido essa tarefa com a saída do irmão, devido provavelmente «a terrível doença que o prostrou» (*NALLB*, 1921: 4). Iniciada no *Novo Almanaque* para 1918, sua direção encerra com a publicação do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para 1931*, sem que se saiba a que se deveu o seu afastamento[15].

Pouco é também o que sabemos a respeito do último diretor do *Novo Almanaque*: Armando de Lima Pereira[16], a quem coube a direção de um único volume: o *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para 1932*, que foi último desta imensa e popular coleção. É certo que, desde 1904, ele colaborava no *Lembranças*, com seu nome ou pseudônimo (Arierepamil), dado que neste anuário publicou cinco poemas, um texto em prosa, e sobretudo diversas charadas e logogrifos[17]. Sabe-se também que em 1929, ele substituiu José Leoni Palermo de Faria na direção da «Seção Charadística»[18], como explicou no volume destinado a 1930:

> Por amável convite da Parceria António Maria Pereira assumimos a direção deste antigo e popular *Almanaque* em circunstâncias bem dolorosas para ele e para nós.
>
> Amigo muito sincero do diretor deste anuário [mais precisamente, da Seção Charadística], o saudosíssimo J. L. P. F., é com a alma ainda mal refeita do rude golpe que sofremos com a perda desse bondoso confrade que nos apresentamos aos inúmeros leitores deste interessante livrinho (*NALLB*, 1930: 43).

Contudo, nada fazia prever que após o primeiro volume editado por Armando de Lima Pereira se encerrasse a publicação do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*. Não há qualquer indício que permita esclarecer o repentino desaparecimento de tão exitosa coleção com o exemplar destinado a 1932. Pode-se, contudo, pensar que as tarefas da produção da coletânea fossem demasiado pesadas para Armando de Lima Pereira, que confessou: «Antes de aceder ao honroso convite que nos foi dirigido, medimos bem as grandes responsabilidades que impendiam sobre nós e só por muito amor à Arte Charadística e a este conceituado anuário aceitamos este difícil quão espinhoso encargo» (*NALLB*, 1930: 43a-44a). E não seria arbitrário suspeitar que o seu perfil diferia bastante do que caracterizava os primeiros diretores do *Lembranças* que nele exerciam muitas e variadas funções, tais como a organização de cada volume; a seleção das informações, dos textos e autores que iam nele figurar; a escrita de diversos textos, alguns dos quais com comentários sobre o próprio almanaque; a redação de agradecimentos e registros fúnebres; a correspondência com os leitores, dando-lhes conselhos, elogiando ou criticando os seus escritos.

Propósitos e características do *Almanaque*: continuidade e mudanças.

É de referir, primeiramente, que o *Almanaque de Lembranças* se enquadra no subgrupo dos «almanaques literários», pois, a par com a difusão de numerosa informação sobre o ano a que se destina, divulga conhecimentos sobre múltiplos campos do saber, anotações históricas e culturais, composições literárias, notas críticas e dados biográficos de autores de várias proveniências e épocas, a que se soma vasto conjunto de passatempos. Possibilitando amplo – porém mal estruturado – conhecimento das matérias abordadas nesta coletânea, o *Indice Geral do Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro desde 1872 a 1898 (inclusive)* classifica-as em vinte três itens, repartidos por vezes em subitens: Anedotas e chistes; Anedotas históricas e autênticas; Antologia portuguesa (trechos escolhidos de poetas e prosadores); Arqueologia e arquitetura (monumentos e edifícios notáveis, numismática, etc.); Antiguidades (coisas do passado – comemorações e apontamentos

retrospectivos); Arte e artistas (apontamentos e esboços); Contos, apólogos e lendas; Educação e ensino; Epigramas e sátiras; Geografia (viagens e descrições); Etnografia (costumes, tradições, superstições e trovas); Gravuras; História (trechos e episódios); Homens e damas ilustres (biografias, estudos críticos, fatos e notas), subdividido em Portugal e Brasil; Diversos países; Lembranças (fatos e notícias dos tempos modernos); Linguagem portuguesa (etimologias, locuções, anexins, etc.); Miscelânea; Moral e religião (santos e varões ilustres da Igreja); Mitologia e lendas fabulosas; Pensamentos, máximas e conceitos; Prosas literárias (portuguesas e brasileiras); Ciências naturais (Receitas e indicações úteis); Poesia.

Os textos sobre tais matérias não estão sujeitos a nenhum tipo de organização, parecendo terem sido encaixados nos espaços disponíveis a medida que o editor os selecionava e/ou recebia. Para exemplificar, servem os que estão colocados na vertical junto à margem esquerda ou direita da página, preenchendo-a inteiramente, como acontece com as informações sobre Caminhos de Ferro, no *Novo Almanaque* para 1902 (CLI- CLXII).

No «Prólogo» do volume inaugural, Alexandre Magno de Castilho aponta a novidade e a variedade como méritos fundamentais do seu anuário. A novidade dever-se-ia à inexistência de publicação similar em Portugal; a variedade, à reunião, num mesmo volume, de «vasta coleção de apontamentos em todos os ramos dos conhecimentos humanos» (*AL,* 1851: [17]). Assegurando que os textos que publica são «uma série de apontamentos […], cujo fim é despertar a curiosidade de ir procurar o seu desenvolvimento nos livros especiais» (*AL*, 1853: 16), o fundador explicita o objetivo pedagógico do seu projeto editorial, ao declarar a intenção de

> publicar um livrinho ameno, próprio para todos os paladares, e de inegável utilidade, ao mesmo tempo para todas as classes. […] As pessoas instruídas folgarão de recordar-se; as outras acharão bastante que aprender, e em todo o caso um estímulo a sua curiosidade e antevê o proveito que obterá quem «se der ao pequeníssimo trabalho de ler quotidianamente, e com atenção, os respectivos artigos, have[ndo] por fim adquirido sem esforço uma considerável soma de conhecimentos (*AL*, 1851: [17]).

No «Prólogo» do segundo volume, Castilho insiste na ideia de que o *Lembranças,* por ser «livraria em miniatura; um fraco reflexo de muito mais rica biblioteca», pode dar às «profissões, e idades pouco instruídas, e que nada leem, e que pouco sabem, algumas noções gerais do muito que lhes conviria saber» (*AL*, 1852: 22 e 19). Insistindo no objetivo de atingir um público alargado, exprime, no volume para 1855, o desejo de abarcar «folheadores para as [suas] paginazinhas, num e noutro sexo, em todas as idades, e em qualquer posição e condição da vida social» (*ALLB*, 1855: 28).

Para o conseguir, declara que foge «dos termos técnicos, úteis para os homens da ciência, assustadores porém e áridos para o vulgo» e que redige com «extrema clareza» (*AL,* 1852: 19). Reitera, posteriormente que escreve «chãmente», pois escreve «para as turbas, com brevidade e parcimônia, porque nem o espaço dá para mais, nem a mais avança o estômago dos leitores do nosso tempo, débil para obras maciças» (*ALLB,* 1855: 28).

Embora mantenha o rumo traçado pelo criador, o *Lembranças* passou por inúmeras transformações, entre as quais o aumento de suas páginas, a continuada reordenação de suas partes, o redimensionamento e diversificação de suas matérias. À semelhança de publicações do mesmo gênero, ele abarca inicialmente o calendário com o signo correspondente a cada mês, sucintas informações de cariz religioso (santos do dia, comemorações e prescrições da Igreja) e sociocultural (efemérides, datas nacionais, aniversários de personalidades históricas e da realeza portuguesa e brasileira, elenco das feiras e mercados de Portugal), a par com apontamentos do editor e artigos breves de temática variada, apensos a cada dia do ano. Desde o primeiro volume, valorizam o almanaque, ilustrações mais ou menos relacionadas com os textos que secundam. Ao longo dos anos, contam-se mapas, paisagens urbanas e rurais, fotografias de monumentos, palácios, edifícios, cenas e figuras humorísticas, tipos humanos, esboços ou retratos de personalidades históricas, artistas, escritores, etc.

Progressivamente ampliado, o *Lembranças* expandiu as indicações de utilidade prática (eclipses, marés, incêndios, pesos e medidas, taxas alfandegárias, transportes etc.) assim como o conjunto de poemas, prosa literária e passatempos, com ou sem indicação de autoria, a par

com a correspondência do editor com seus leitores e colaboradores. Além de anúncios, passou a incluir o perfil, retrato e bibliografia de figuras ilustres. Ao índice de matérias existente nos volumes iniciais juntaram-se os de colaboradores ou autores masculinos e femininos, a partir do volume para 1855.

Na organização do almanaque ocorre com frequência a mudança de posição das partes que o compõem. É o caso do calendário com os signos do horóscopo que, colocado inicialmente nas primeiras páginas, transita para o interior do anuário com o título «Folhinha Portuguesa» (cf. *NALLB*, 1920: 189). Também no volume destinado a 1856, os poemas, artigos em prosa e passatempos passam a constituir uma seção à parte, que de início foi intitulada «Almanaque de Lembranças» e posteriormente mudou seu nome para «Variedades».

Conforme foi mencionado, deve-se a Rodrigues Cordeiro a terceira alteração do título do impresso e a criação duma «Seção de abertura» destinada ao elogio fúnebre de personalidades portuguesas e brasileiras. Posteriormente, Sousa Cordeiro, diversificando ainda mais a feição literária que os diretores anteriores deram ao *Lembranças*, nele inclui uma seção intitulada «Publicações recebidas», em que são elencados e comentados livros, periódicos, revistas, editados em data recente enviados ao diretor ou por ele selecionados. Coube, por sua vez, a Adriano Xavier Cordeiro a criação da «Seção Charadística», que ampliou significativamente a presença de passatempos no anuário concebido por Alexandre Magno de Castilho. Essas três novas seções mantiveram-se até a extinção do *Novo Almanaque.*

Colaboração e colaboradores do *Almanaque.*

Desde o lançamento do *Almanaque de Lembranças*, seu criador estimulou o envio de colaboração dos interessados, como demonstra a nota publicada no verso da folha de rosto do volume inaugural:

> N.B. O Autor aceita quaisquer artigos que, por sua natureza e limitadas dimensões, possam entrar no seu Almanaque para o ano de 1852, quer se lhe remetam assinados, quer anônimos, assim como desde já agradece as críticas judiciosas, advertências, ou observações que sobre este se lhe possam fazer. (*AL*, 1851: 2)

No segundo volume informa-se o nome do destinatário e o endereço para o qual tais escritos devem ser remetidos: «Toda a correspondência deve ser-lhe dirigida por via do Ilmo. Sr. Pedro Diniz, Praça da Alegria, nº 56, em Lisboa» (*AL*, 1852: 4). No volume do ano seguinte, o editor suprime o intermediário e indica novo endereço: «Toda a correspondência deve ser-lhe enviada para a Rua do Arsenal nº 52, em Lisboa» (*AL*, 1853: [2]). No almanaque para 1859 indica que os artigos provenientes de qualquer ponto do Brasil «poderão sobrescritar-se ao *Conselheiro José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha no Rio de Janeiro,* por quem pronta e obsequiosamente nos serão remetidos» (*ALLB* 1859: 4; grifo do original).

Se bem que os nacionais e os residentes no Império brasileiro tenham sido convidados a enviar seus textos a José Feliciano de Castilho, estabelecido no Rio de Janeiro em 1846, não houve preocupação de indicar o endereço do receptor. Mas ele continuou a desempenhar a tarefa até seu falecimento[19], sem que nenhum outro contato no Brasil tenha sido mencionado. Note-se que a tarefa de intermediação esteve a cargo de um indivíduo – e não de uma editora ou representante comercial. Após a morte de José Feliciano, os artigos provenientes do Brasil passaram a ser remetidos exclusivamente para Lisboa.

No *Novo Almanaque* para 1880 informa-se que todos os escritos devem ser «dirigidos em carta subscritada ao autor [António Xavier Rodrigues Cordeiro], para a Rua do Arsenal, 60, 2º andar» (*NALLB*, 1880: II). Devido ao seu óbito, indica-se, no volume impresso em 1897 e destinado a 1898, que «A remessa de artigos e toda a correspondência quer do Brasil, quer de outros pontos relativa ao *Almanaque* deve ser subscritada a António Xavier de Sousa Cordeiro»[20] (*NALLB*, 1898: IV). Ao anúncio no volume para 1905 de que a direção da coletânea passa para Adriano Xavier Cordeiro, junta-se a indicação de que a ele deverão ser enviados todos aqueles documentos (cf. *NALLB*, 1905: IV). Semelhante nota encontra-se no volume para 1918, quando a direção da coletânea passa para O. Xavier Cordeiro.

A investigação realizada até agora mostra que o conjunto da colaboração existente no *Almanaque de Lembranças* se enquadra em três grandes grupos: prosa, poesia e passatempos. A excessiva remessa para publicação de composições em verso – agravada pela má qualidade de alguns deles – é reiteradamente condenada pelos

diretores, que protestam igualmente contra artigos muito longos ou de interesse restrito:

> eu sou indulgente; […] mas o público é que o não é nada comigo, e me pede contas, e com razão, pela publicação de poesias insossas, desenxabidas, e que por nada se recomendam. Antes uma página de boa prosa do que outra de versos detestáveis. É forte cisma! que todos se persuadam serem poetas! (*ALLB*, 1860: 5)

> Continuando nós a receber artigos literários de interesse muito restrito, tais como: versos dedicados a pessoas de família nos seus aniversários natalícios, artigos em prosa consagrados a amigos falecidos, etc., etc., avisamos às pessoas que ainda se não inteiraram desta nossa resolução de que *só publicaremos artigos de interesse geral.* (*NALLB*, 1931: 24-25; grifo do original)

De qualquer modo, é notório o crescimento da publicação de textos em prosa e o aumento progressivo dos passatempos, por vezes, mais avultados que os poemas e os artigos em prosa. Contudo, só uma pesquisa aprofundada permitirá concluir se algum dos três grupos ultrapassa largamente os outros dois.

Note-se outrossim que o fundador, já no volume para 1854, agradece «a generosa e delicadíssima coadjuvação que para o presente Almanaque não poucos literatos portugueses dos mais distintos lhe prestaram» (*AL*, 1854: 15). Reiterando os agradecimentos no ano seguinte, estende-os aos brasileiros:

> Estes colaboradores acidentais, espontâneos, e sempre bem-vindos, já não são unicamente portugueses; alguns pertencem ao grande Império que ainda há pouco era Portugal, e que de Portugal há de ser em todos os tempos irmão […] aplaudimos fraternalmente, de um para outro hemisfério, a aparição e o brilho de relevantes engenhos (*ALLB*, 1855: 29-30).

Com frequência, Castilho e seus sucessores agradecem especialmente às colaboradoras femininas do anuário, como evidencia o seguinte fragmento: «Renovamos os nossos cordiais agradecimentos em primeiro lugar às senhoras, que de preferência o escolhem para as suas produções» (*ALLB,* 1870: 5; grifo nosso).

Se bem que transcrições esparsas de textos de escritores do passado (Camões, Sá de Miranda, Bocage, etc.) apareçam já no primeiro almanaque, a colaboração masculina de autores coevos surge apenas no segundo volume[21] e a feminina, no quarto[22]. Contudo tais participações só vêm «oficializadas» no volume para 1855, com a primeira publicação de um índice de colaboradores de ambos os sexos, a que se juntam os nomes de escritores do passado. Copiado a seguir, este índice revela aspectos importantes da construção do *Lembranças*:

Autores cujos nomes honram as páginas do presente *Almanaque*[23]

Ilm.as Exm.as Sr.as
D. Antónia Gertrudes Pusich(*)
D. Maria José de Silva Canuto(*)
D. Maria Peregrina de Sousa(*)
D. Maria Rita Colaço Chiappe(*)
D. Maria Rita Correia de Sá(*)
Obscura Portuense[24](*)

A. Carlos Calisto(*)
A. Gonçalves Dias (Brasileiro)
A. J. Pereira da Silva(#)
A. J. S. de Cabedo(#)
Alexandre Herculano(*)
Anônimo (Brasileiro)
Anônimo (Português)
António de Serpa[25]
António Feliciano de Castilho(*)
António José Maria Campelo(*)
António Lino Leão de Vasconcelos(*)
António Maurício Cabral(*)
António Pereira da Cunha(*)
António Pereira Zagalo(*)
António Xavier Rodrigues Cordeiro(*)
Augusto José Gonçalves Lima(*)
Bocage(*)
Bluteau[26]
Claudino Augusto César Garcia(*)
D. P. e Silva(*)
Duarte de Sá Junior(#)
Filipe do Quental[27](*)
Francisco de Paula Barbosa Nogueira(#)
Francisco E. Leoní(#)
Francisco Leitão Ferreira(*)
Francisco Manuel Trindade(*)
Francisco Rafael da Silveira Malhão(*)
Inhato-Mirim[28] (Brasileiro)
Jacinto Inácio de Brito Rebelo(#)
João de Aboim(#)
João de Andrade Corvo(#)
João Nunes de Brito(*)
Joaquim de Araújo Zuzarte(*)
Joaquim José Ferreira Campos(*)
Joaquim José Pinto de Morais(*)
José Adão dos Santos Moura(*)
José Carlos Cerveira Valente(#)
José da Silva Mendes Leal Júnior(*)
José Diogo da Cunha(*)
José Maria da Silva Leal(*)
José Maria do Amaral (Brasileiro)
J. P. R. de Carvalho (Brasileiro)
Laurindo José da Silva Rebelo (Brasileiro)
Luís Augusto Xavier Palmerim(*)
Luís Filipe Leite(*)
Luís Paulino Borges(#)
Magano (Brasileiro)
M. J. B. Dias (Brasileiro)
Miguel do Couto Guerreiro(*)
Pedro Cervantes de Carvalho Figueira(*)
S. P. M. Estácio da Veiga[29](*)
Tomás José Pinto Serqueira (Brasileiro)
Visconde de Almeida Garrett (*)
(ALLB, 1855: 7-11)

O elenco anterior auxilia a abordagem duma questão que atravessa toda a publicação do *Lembranças* e que se prende com a distinção entre colaboradores – aqueles que enviam seus escritos ao diretor – e escritores cujos textos são por ele escolhidos. No que respeita a autores já falecidos o problema não se põe, mas no caso dos vivos será sempre difícil identificar quem foi selecionado pelo diretor para figurar em determinado volume. Quanto mais renomado for um escritor mais complicado é afirmar – sem outras provas – que ele teria solicitado a publicação de algum dos seus textos no nosso almanaque.

No índice em análise, somam-se às autoras e autores portugueses, um pequeno número de brasileiros (as brasileiras só aparecem no volume para 1859[30]) e um escritor nascido na Inglaterra. Diferentemente do que ocorre com a presença doutros estrangeiros – que será sempre mínima no *Lembranças* –, a participação do Brasil chegará, por vezes, a ultrapassar a de Portugal e suas colônias[31].

A par com um grande número de figuras pouco conhecidas ou totalmente ignoradas nos dias de hoje, o índice inclui pouquíssimos escritores canonizados (ex. Bocage, Garrett, Gonçalves Dias, Bluteau). A predominância constante de colaboradores e colaboradoras lusófonos coevos se deve à grande importância que a direção do *Lembranças* atribuía à função pedagógica do almanaque*,* evidenciada quer nos escritos de Alexandre Magno de Castilho e de seus sucessores, quer na correspondência que esses diretores mantinham com o(a)s colaboradore(a)s do seu anuário.

Note-se, por outro lado, que não constam, no índice do almanaque para 1855, textos sem indicação de autoria. Tais escritos pertencem a Alexandre de Castilho, como se lê no volume do ano seguinte: «Os artigos não assinados são todos de minha composição e por sua doutrina me responsabilizo» (*ALLB*, 1856: 5). Em toda a coleção do *Lembranças* os textos anônimos são muito numerosos e talvez seja válido pensar que eles continuem a pertencer aos demais diretores.

Outro aspecto que chama a atenção no mesmo índice é o fato de as mulheres – anunciadas como «Ilm.as Exm.as Sr.as» – aparecerem separadas dos homens, cujos nomes também alfabeticamente ordenados aparecem em itálico. Nos volumes posteriores elas são referidas novamente como «Senhoras» e colocadas num índice próprio, enquanto os homens, designados como «Autores», estão reunidos

num segundo índice[32]. Embora tal solução se compagine com a opinião vigente na época acerca do papel secundário que a mulher desempenhava no espaço cultural da sociedade portuguesa, Alexandre Magno de Castilho deixou no seu anuário inúmeras marcas de um espírito progressista e de pertinaz defesa da participação da mulher no espaço cultural.

A valorização da mulher está patente sobretudo em «Às Damas» – um dos textos de abertura do almanaque para 1858 e a elas endereçado –, no qual Castilho rejeita a «condenação das mulheres à clausura doméstica e à silenciosa abstenção de todas as palestras da inteligência» e, congratulando-se por lhes ter aberto as páginas do seu florilégio, anota que «o número das que se estreiam, ensaiam, ex[er]citam, ou colhem palmas, nas lides literárias, tem vindo a crescer nestes nossos torneios dos bons engenhos» (*ALLB,* 1858: 19). Conclui parabenizando tais escritoras, cujo exemplo contribui «para que se vá elevando à devida altura a educação, o brilho e a influência de um sexo, que Deus fadou visivelmente para trazer sempre à humanidade as mais nobres aspirações» (*ALLB,* 1858: 19).

No entanto, observa-se, no índice em estudo, que a participação feminina não atinge 10% do total (5 mulheres e 53 homens). Embora a presença de representantes dos dois sexos tenha crescido consistentemente ao longo dos anos, a percentagem de «Senhoras» não se alterou significativamente e, ainda que totalize alguns milhares de escritos, é muito reduzida quando comparada com a dos «Autores»[33].

No elenco transcrito já está patente um problema que afeta a identificação rigorosa do(a)s colaboradore(a)s, pois ele(a)s apresentam-se frequentemente com o nome incompleto, apenas com iniciais, ou se escondem atrás de pseudônimos[34]. Por vezes, a adoção de pseudônimos impede até mesmo saber a que sexo atribuir a autoria de determinado escrito. Num artigo intitulado «É homem ou mulher», um dos diretores do *Lembranças* criticou a escolha de pseudônimos que impossibilitam incluir quem dele se valeu, «no número das nossas gentis colaboradoras [ou] entre os amáveis colaboradores» (*NALLB*, 1931: 52a).

Problema relevante impede também o conhecimento da nacionalidade de numerosos colaboradore(a)s do *Lembranças,* pois boa parte dele(a)s limita-se a indicar no texto o lugar em que reside (ou se encontra) ou – o que é mais grave – omite qualquer informação de

natureza espacial. No elenco em estudo a nacionalidade ou naturalidade de alguns escritores é invulgarmente mencionada: *A. Gonçalves Dias* (Brasileiro); *Anônimo* (Português); Obscura Portuense. Em geral, ocorre o inverso: preponderam as indicações de natureza espacial e são raríssimos os casos em que se indica a nacionalidade. De qualquer modo, a menção do local em que se situam os participantes do *Lembranças* permitiu concluir que eles se espalhavam por todo o território de Portugal e Ultramar, assim como pelo do Brasil, comprovando a ampla difusão da coletânea por esse vastíssimo espaço.

A seção dos «Elogios»: o criador e demais responsáveis.

A seção que optamos por chamar «Elogios» foi criada, como já dissemos, no bojo das alterações introduzidas no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872* e manteve-se até o volume derradeiro deste anuário, somando sessenta e uma ocorrências, quarenta e duas delas dedicadas a portugueses e dezenove a brasileiros. Indício da importância que aquele diretor lhe atribuía está no espaço que a seção ocupa na geografia da publicação: figurando logo após a folha de rosto[35], constitui-se como primeiro conteúdo ofertado ao leitor. O cuidado também se expressava na reprodução antes de cada artigo do retrato do homenageado. Note-se que a possibilidade de reproduzir diretamente fotografias deu origem a um novo tipo de revista ilustrada, ao que soma a crescente especialização dos periódicos, dirigidos a públicos específicos: revistas infantis, femininas, masculinas, humorísticas, esportivas, para citar os gêneros mais difundidos.

No que concerne ao possível título da seção criada por Rodrigues Cordeiro, as variações foram significativas: «elogio biográfico» (13)[36]; «esboço biográfico» (9)[37], «elogio crítico-biográfico» (13)[38], «esboço crítico-biográfico (3)[39]; «biografia» (23)[40]. O emprego sistemático do substantivo «biografia» ou do adjetivo «biográfico» não deixa dúvida sobre o gênero a que pertencem todos os artigos que nela foram publicados. As denominações referidas não encimam esses artigos que indicam apenas o nome do homenageado, mas se encontram, a par com outras informações, na folha de rosto de cada volume.

Essas designações não correspondem perfeitamente ao que é tratado nos artigos que, em geral, mencionam, transcrevem e comentam também escritos dos homenageados. É o que acontece, por exemplo, no artigo sobre Castro Alves, anunciado na folha de rosto do volume em que está publicado, como contendo somente «o retrato e o elogio biográfico do distinto poeta brasileiro A. de Castro Alves» (*NALLB*, 1882: V; grifo nosso), quando, na verdade, pouco se fala da vida do escritor baiano e bem mais das suas criações poéticas.

Na segunda metade do século XIX, quando a seção de abertura do *Novo Almanaque* foi lançada, a tendência biografista[41] preponderava nesse tipo de escritos, malgrado o cientificismo que começava a marcar a crítica literária (cf. PALMA-FERREIRA, 1985). Convém ainda ter presente que os perfis biográficos e intelectuais delineados se enquadram num gênero tradicional de discurso – o panegírico fúnebre –, cujas relações com as demais formas de abordagem «biográfico-crítica» praticadas na época em Portugal e no Brasil, e cuja importância não é possível desenvolver nesta introdução.

Caracterizada por conter artigo com extensão muito superior a doutras matérias de natureza semelhante colocadas no interior da coletânea, a seção «Elogios» não inclui mulheres. No entanto, elas figuram em artigos que, colocados no interior do *Lembranças,* traçam também o retrato humano, social ou cultural de figuras femininas do passado ou do presente. De exemplo serve o artigo de José Miranda (Pernambuco) sobre a escritora brasileira Inês Sabino (*NALLB*, 1913: 225-226), precedido, como nos «Elogios», pelo seu retrato[42].

Ao criar novo «formato» de artigo, o poeta ultrarromântico português, além de dar continuidade ao desígnio do fundador do *Lembranças* de estreitar as relações luso-brasileiras[43], mantinha a literatura no centro dos seus interesses[44]. Chama, desde logo, a atenção que a sua prática seja inaugurada com o elogio fúnebre de Alexandre Magno de Castilho (*NALLB*, 1872: 5-13) – o amigo recém-falecido com quem ele partilhara a direção da coletânea[45] – e continuada, no volume seguinte, com o de Gonçalves Dias[46], cujas exéquias haviam ocorrido em 1864. A data já distanciada do falecimento do poeta maranhense permite pensar que sua escolha esteja relacionada com a almejada luso-brasilidade da coleção e também com a amizade que os unira quando estudavam na Universidade de Coimbra.

É interessante observar que, ao longo do Oitocentos, a presença de brasileiros ocorreu com maior frequência, para diminuir entre 1901 e 1910, quando apenas Taunay e Machado mereceram a honraria, observando-se o retorno ao padrão anterior daí em diante, conforme se observa no seguinte Quadro. Entretanto, quando se contrapõe brasileiros e portugueses o panorama geral não apresenta grandes discrepâncias: dos 28 «elogios» publicados no século XIX, nove (32%) celebram escritores brasileiros, enquanto na centúria seguinte foram dez num montante de 33 «elogios» (30%).

Quadro
Brasileiros homenageados, ano a que se destina o *Almanaque* e autoria do texto

Nome	Ano/páginas	Autor
Antônio Gonçalves Dias	1873: 5-15	A. X. Rodrigues Cordeiro
Manoel Antônio Álvares de Azevedo	1878: 3-18	A. X. Rodrigues Cordeiro
Antônio de Castro Alves	1882: VII-XXII	A. X. Rodrigues Cordeiro
Barão de Santo Ângelo	1884: V-XXIV	A. X. Rodrigues Cordeiro
Antônio Candido Gonçalves Crespo	1885: 3-23	A. X. Rodrigues Cordeiro
Luís Nicolau Fagundes Varela	1887: 3-22	A. X. Rodrigues Cordeiro
Monsenhor Joaquim Pinto de Campos	1889: 3-17	A. X. Rodrigues Cordeiro
José Bonifácio de Andrade e Silva	1890: 3-19	A. X. Rodrigues Cordeiro
José de Alencar	1899: 5-32	António Xavier de Sousa Cordeiro
Visconde de Taunay	1901: 5-37	A. Xavier Cordeiro[47]
Machado de Assis	1910: 5-32	Sem assinatura
Raimundo Correia	1913, 5-32	Sem assinatura
Silvio Romero	1916, 5-32	Sem assinatura
Olavo Bilac	1920, 5-18	Sem assinatura
Paulo Barreto	1922, 5-20	Sem assinatura
Rui Barbosa	1924, 5-18	Sem assinatura
Lauro Muller	1927, 5-12	Sem assinatura
Jackson de Figueiredo	1930, 5-16	Manuel Múrias
Hermes Fontes	1932, 5-10	Nuno Catarino Cardoso

Em relação aos escolhidos, sobressaem treze que, a despeito de terem exercido diferentes profissões e/ou cargos públicos, se consagraram no panteão nacional como escritores: Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela, Gonçalves Crespo, Gonçalves Dias, Hermes Fontes, José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Paulo Barreto, Raimundo Correia, Silvio Romero e o Visconde de Taunay. Já o Barão de Santo Ângelo (Araújo Porto Alegre) atuou em diversas áreas, foi poeta, pintor, diplomata, caricaturista, professor, crítico. Por sua vez, Jackson de Figueiredo assumiu a liderança do laicato católico. Outros, a despeito de também se destacarem em mais de um campo, podem ser reunidos sob a rubrica de homens públicos, a saber, José Bonifácio de Andrade e Silva (sobrinho), Lauro Muller, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos e Rui Barbosa. Destaque-se, porém, que não se trata de enquadramento rigoroso, tendo em vista as características do cenário cultural da época, ainda pouco especializado e no qual os atores desempenhavam variados papéis, seja no campo cultural, seja na política.

Comprometido com a seção por ele criada, António Xavier Rodrigues Cordeiro responsabilizou-se pela escrita de vinte quatro elogios, oito dos quais em homenagem a escritores brasileiros. Substituiu-o na direção do *Lembranças* António Xavier de Sousa Cordeiro que, tendo em 1900 decidido assinar A. Xavier Cordeiro redigiu, durante a sua gestão, cinco artigos, um dos quais sobre o romancista brasileiro José de Alencar (*NALLB*, 1899). O primeiro «elogio» da gestão que ainda partilha com António Xavier Rodrigues Cordeiro é assinado por «A Direção»[48], o que pode significar que tenha sido escrito (ou esboçado) pelo seu tio e antecessor, como sugeriu Alberto Pimentel (1904). São anônimos os três últimos elogios publicados no período em que Sousa Cordeiro dirigiu o *Lembranças*.

O diretor seguinte – Adriano Xavier Cordeiro – não assina nenhum dos treze «elogios» editados durante a sua gestão. Alberto Pimentel assinou dois artigos: o primeiro tece loas a António Xavier de Sousa Cordeiro, o anterior diretor do *Novo Almanaque*. Dos onze anônimos, três homenageiam escritores brasileiros: Machado de Assis, Raimundo Correia, Sílvio Romero.

Penúltima diretora da coletânea e responsável pela edição de catorze volumes, Olívia Xavier Cordeiro, tal como seu antecessor, não assinou nenhum dos «elogios» que publicou. Desse conjunto, os quatro últimos «elogios» são assinados por J. L. P. F. (José Palermo de Leoni Faria)[49], Armando Lima de Pereira[50], Manuel Múrias[51] e Araújo Pereira[52]; os demais são anônimos. Nesse período são homenageados cinco os brasileiros: Olavo Bilac, Paulo Barreto, Rui Barbosa, Lauro Muller, Jackson de Figueiredo. Mas nenhum dos elogios com que eles foram contemplados está assinado.

Tendo editado apenas um volume, o último diretor do *Novo Almanaque* – Armando Lima de Pereira – entregou a redação do «elogio» que nele se publicou, que é também o último em que se celebra um escritor brasileiro (Hermes Fontes), a Nuno Catarino Cardoso.

«Elogios» e comentários.

Desde a sua criação, a seção de abertura do *Novo Almanaque* evidencia o intuito de prestar homenagem a personalidades brasileiras entretanto falecidas. Comprovam-no, desde logo, os oito elogios escritos por António Xavier Rodrigues Cordeiro. Diminuto quando comparado com os dezesseis artigos que ele dedicou a personalidades portuguesas, este número pode ser explicado, em parte, pelas dificuldades que o articulista enfrentou na obtenção de informação atempada e consistente a respeito de figuras ilustres do outro lado do Atlântico, cujo óbito ocorrera durante ou em data próxima da preparação de determinado anuário. Tal problema é expressamente colocado por ele na extensa nota inserta na abertura do artigo em que homenageia Castro Alves:

> Não sabemos o dia em que o poeta nasceu. Custa dizê-lo, mas ao encetar este esboço biográfico nunca nos vimos tão pobres de elementos para o levar ao fim, como este ano. […] pedimos o retrato, o *fac-simile*, versos, apontamentos biográficos, tudo o que nos pudesse servir, ou fosse conducente para levar a cabo o nosso propósito, e nada! Ou as nossas cartas não chegaram ao seu destino, ou se perderam as respostas que tiveram. (*NALLB,* 1882: VII, nota)

De qualquer modo, tais contratempos não o impediram de se responsabilizar pessoalmente pelo elogio fúnebre dos outros sete escritores brasileiros que publicou até ao seu falecimento. Note-se, por outro lado, que Rodrigues Cordeiro conheceu pessoalmente alguns dos brasileiros sobre os quais escreveu[53] e que de outros pôde obter alguma informação através de terceiros. Valeu-se outrossim da leitura de parte significativa do que os homenageados escreveram[54]. As biografias que constrói são detalhadas e denotam preocupação em fornecer ao leitor dados sobre a vida e a atuação daqueles que foram distinguidos com a homenagem.

Desenvolvidos e fundamentados os artigos de Rodrigues Cordeiro assentam na concepção romântica do artista como gênio marcado pela infelicidade e pela tragédia. Daí a atração que ele manifestou pelos poetas românticos brasileiros que biografou (Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves e Fagundes Varela), prematuramente falecidos ou infelicitados pela perda dos seres amados.

Os comentários do crítico português sobre as obras dos autores escolhidos são, na sua totalidade, altamente encomiásticos. Contudo, ele não deixa de afirmar a sua imparcialidade, pois censurou quem entendia merecê-lo e não poupou o elogio que lhe parecia devido. Assim sendo, não se afasta desse padrão o «elogio crítico-biográfico» de Fagundes Varela, em cuja obra o articulista aponta graves incorreções, que só não o tornaram um poeta medíocre, porque «recebeu da natureza uma imaginação tão viva, e um tão peregrino talento» (*NALLB*, 1887: 16D).

Aos artigos de Rodrigues Cordeiro assemelham-se nas dimensões, na síntese biográfica e no comentário dos textos dos homenageados, os «elogios» redigidos por Sousa Cordeiro, bem como os anônimos dedicados a Machado de Assis e Raimundo Correia.

São, em contrapartida menores e menos analíticos os demais «elogios» de brasileiros existentes na seção de abertura do *Lembranças*, que em geral se limitam a listar e a transcrever fragmentos dos textos dos homenageados, acompanhados ou não pela citação de comentários alheios. Mais grave, porém, é o que se passa com o «elogio» de Hermes Fontes, cuja vida e obra são quase totalmente elididas por Nuno Catarino Cardoso. O que pode sugerir perda força da

seção e mesmo do *Almanaque* como um todo, face à diversidade do mundo dos impressos.

De qualquer modo, os autores dos elogios de brasileiros ilustres – hoje praticamente desconhecidos – contribuíram na época com elementos de investigação e de análise literária para mais amplo conhecimento das literaturas de Portugal e do Brasil. O rol de textos sobre eles publicados na seção em análise indica o reconhecimento de que já desfrutavam, na altura de seu falecimento, dos dois lados do Atlântico. Basta observar a lista dos que foram selecionados para constatar que a maioria segue integrando o cânone literário nacional. É interessante anotar que Paulo Barreto – mais conhecido como João do Rio – que alcançou grande fama em seu tempo, somente nas décadas finais do século XX, no bojo dos questionamentos sobre o chamado Pré-Modernismo, reconquistou cidadania literária.

No que tange aos que se destacaram sobretudo fora da produção literária, Rui Barbosa e Jackson de Figueiredo constituem-se nomes paradigmáticos no seu campo de intervenção, assim como o versátil Araújo Porto Alegre, personagem incontornável quando o tema é a construção da identidade nacional. Já outros, como Lauro Muller, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos e José Bonifácio (o Moço), desfrutam de reconhecimento entre especialistas.

Para finalizar cumpre reiterar que o posicionamento do «elogio» de brasileiros nas páginas iniciais dos volumes em que figuram no *Novo Almanaque* constitui um marco importante na sua fortuna crítica, pois este anuário atingia vasto público, quer em Portugal e nas suas Colônias, quer no Brasil, quer ainda noutros espaços onde o anuário circulava. A valorização daqueles brasileiros pelos críticos que redigiram os «elogios» não poderia deixar de repercutir positivamente na recepção de cada um deles e esse aspecto foi certamente considerado seja na escolha dos homenageados, seja na abordagem da sua trajetória.

Importantíssimo veículo de intercomunicação literária e de divulgação das literaturas nacionais de Portugal e do Brasil, a coletânea criada por Alexandre Magno de Castilho permite conhecer a(s) representações que em cada um desses universos se faziam de si e do(s) outro(s), bem como as suas peculiares visões do exótico e do exotismo.

Notas

1 Os três títulos do anuário tiveram a sua ortografia atualizada, exceto quando se tratava da referência bibliográfica completa de determinado volume. Foram igualmente atualizadas todas as citações incluídas neste livro. Empregaram-se, por vezes, siglas na menção aos almanaques: *AL* (*Almanaque de Lembranças*); *ALLB* (*Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*); *NALLB* (*Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*). Visto que o almanaque acompanhava o leitor ao longo dos doze meses do calendário civil de determinado ano, tinha de chegar aos interessados em dezembro do ano anterior ou, no máximo, nos primeiros dias de janeiro. No mais das vezes, a data da edição reporta-se ao ano em vias de terminar, enquanto a estampada no título assinala o ano a que é destinado. As referências bibliográficas do *Lembranças* que constam neste livro dizem respeito ao ano a que ele se destina e não ao da sua publicação.

2 António Xavier Rodrigues Cordeiro (1819-1896), Bacharel em Direito, teve importante atuação na política e no jornalismo. Publicou artigos de natureza política, histórica e literária em diversos periódicos. Terá acrescentado o adjetivo «novo» ao título do anuário para marcar a transferência da sua propriedade para a família Cordeiro, que a manteve até o penúltimo volume, destinado ao ano de 1931. O seu «Elogio», redigido por António Xavier de Sousa Cordeiro, foi publicado no *NALLB* para 1898.

3 Alexandre Magno de Castilho (1803-1860), escritor, pedagogo e matemático português, tinha vários irmãos, entre os quais Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), famoso polemista, educador e poeta romântico, e José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879), jornalista, escritor que se estabeleceu como advogado no Rio de Janeiro, onde fundou o jornal *Íris*. Os dois atuaram de várias maneiras para o desenvolvimento do *Almanaque de Lembranças*.

4 A residência de Alexandre Magno em Paris, no início da década de 1850, deveu-se, certamente a motivos intelectuais, acadêmicos e diplomáticos. Na folha de rosto do almanaque inaugural, ele se identifica como «Membro do Instituto Histórico de Paris, da Academia de Rhodes, da Sociedade de Santo Omer e de muitas outras corporações científicas» (*AL*, 1850: [4]), em volumes posteriores acrescenta que era membro do «Instituto Africano de Paris» (*AL*, 1855: [3]) e «Cônsul do Estado de Buenos Aires» (*AL*, 1858: [3]), Tais informações revelam sua participação ativa no contexto intelectual e diplomático francês, indiciando outrossim o seu acesso à imprensa.

5 Nessa altura, a propriedade da empresa foi transferida para outras mãos, mas voltou à família do fundador, no início do século XXI. Para o percurso do

empreendimento no século XX, sua proximidade com Salazar, as dificuldades enfrentadas na década de 1950 e a retomada dos descendentes ver MEDEIROS (2010: 145-148).

6 O fato de a correspondência ser dirigida ao endereço do editor não é um dado decisivo, pois, na maior parte da sua existência, a publicação não mencionou a existência de espaço físico para abrigar a redação. Ao conclamar no primeiro volume, os leitores a lhe enviarem colaborações, Alexandre Magno não indicou endereço. No segundo, quando a impressão ainda era feita na França, indicou como endereçamento, «Pedro Diniz, Praça da Alegria, n. 56» e depois «Rua do Arsenal 52». Somente no exemplar de 1862 o dado voltou a figurar (Rua do Arsenal 60, 2º andar), mantendo-se até 1880. Entre 1881 e 1884, nova mudança, desta feita para a Livraria Bertrand, Rua Garrett 73 e 75 e, a partir de 1886, a direção passou a ser a do impressor, Rua Augusta n. 50-52, depois n. 44-54, sempre em Lisboa.

7 Segundo Ernesto Rodrigues (1999), em Portugal, contavam-se vinte almanaques em 1868 e quarenta e sete em 1873. Eles eram tão lidos e numerosos em Lisboa que Alberto Pimentel (1904) chega a considerá-los uma «epidemia». Manuel Viegas Guerreiro e João David Pinto Correia (1986) observam, por sua vez, que a intelectualidade portuguesa passara a reconhecer os benefícios desse produto editorial e, em particular, a possibilidade de atingir um público mais vasto, o que contribuía para o desenvolvimento cultural da nação e para o interesse pela literatura.

8 Coletânea de poemas de António Xavier de Sousa Cordeiro, à data diretor do *Novo Almanaque,* e como este editado pela Livraria de António Maria Pereira.

9 Segundo Alberto Pimentel, o fundador, antes de falecer a 23 de maio de 1860, deixara «composto e impresso o Almanaque para 1861» (PIMENTEL, 1904: VII).

10 Alexandre Magno de Castilho (1834-1871), filho de José Feliciano de Castilho, era Oficial da Armada e Engenheiro hidrógrafo. Professor da Escola Naval, Sócio da Academia das Ciências de Lisboa e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, faleceu aos 36 anos de doença pulmonar. A ele Rodrigues Cordeiro dedica o primeiro «Elogio» da série que criou no *Novo Almanaque* (cf. CORDEIRO, 1872: 5-13).

11 António Xavier de Sousa Cordeiro (1811-1903), filho de Cândido Joaquim Xavier Cordeiro, formou-se em Direito na Universidade de Coimbra e exerceu a magistratura em diversas comarcas do país. Colocado em Santarém, pôde conciliar as tarefas de juiz, a criação literária e as frequentes idas as a Lisboa para auxiliar o tio na edição do *Lembranças*. Reuniu suas poesias em *Horas vagas* (1898). Escrito por Alberto Pimentel, seu «Elogio» está publicado no *NALLB* para 1905.

12 Adriano Xavier Cordeiro (1880-1919) foi jornalista, político e advogado. Adepto do Integralismo Lusitano, colaborou na revista *Nação Portuguesa* (1914-1918) e no jornal *A Monarquia* (1917-1919), tratando sobretudo de temas jurídicos. Concursado para o lugar de Oficial da Direção-Geral da Instrução Pública, consta que não terá sido promovido devido a suas ideias políticas. Faleceu aos 39 anos, deixando dois filhos menores. Seu «Elogio» foi publicado, sem assinatura, no *NALLB* para 1921.

13 Deixamos aqui os nossos agradecimentos ao renomado estudioso da imprensa em Portugal e amigo prestimoso pelas valiosas informações que nos facultou.

14 Olívia Xavier Cordeiro (1875-193?), irmã mais velha de Adriano Xavier Cordeiro, era a segunda filha de António Xavier de Sousa Cordeiro. Não nos foi possível obter outros dados a seu respeito. Devemos ainda a Ernesto Rodrigues a informação de que a sua fotografia está publicada na revista *Ilustração* (Lisboa, 16 abr. 1926: 14) e de que algumas cartas que recebeu foram adquiridas pela Câmara Municipal de Leiria.

15 Ernesto Rodrigues admite que o falecimento de Olívia Xavier Cordeiro explicaria não ter sido ela a responsável pela publicação do almanaque para o ano seguinte.

16 Informou-nos também Ernesto Rodrigues, que Armando de Lima Pereira foi diretor de *O Charadista* e que aparece numa foto de grupo com a família Cordeiro na revista *Ilustração* de 1 de janeiro de 1938. No *Diário Popular* de 18 de outubro de 1950, consta que ele recitava poemas na Casa de Repouso dos Inválidos do Comércio. Contudo, ainda não foi possível descobrir as datas de seu nascimento e morte.

17 Sua primeira charada apareceu no *NALLB* para 1904 e a última no volume para 1932; a sua poesia foi publicada entre 1927 e 1931. O «Elogio» que escreveu sobre José Leoni Palermo de Faria encontra-se no *NALLB* para 1929.

18 Cf. *NALLB*, 1930: 43a: «Seção Charadística / Sob a direção / de / Armando de Lima Pereira / (Arierepamil)».

19 Tendo falecido em março de 1879, José Feliciano de Castilho ainda é referido no volume para esse ano como receptor dos artigos para o almanaque, visto que ele foi impresso em 1878.

20 Ao reduzir a sua assinatura, Sousa Cordeiro recomenda que essa assinatura seja utilizada na remessa de artigos e correspondência que lhe sejam enviados» (*NALLB*, 1901: 4).

21 Esse almanaque inclui dois poemas e uma tradução de António Feliciano de Castilho e outro de Luís Filipe Leite (cf. *AL*, 1852: 249, 278, 301-311 e 348).

22 Nesse anuário colaboram com um poema Antónia Gertrudes Pusich e Maria Rita Colaço Chiappe e, com uma elegia e um texto em prosa Maria José da Silva Canuto.

23 Sinais gráficos utilizados na transcrição: (*) escritor português; (#) proveniência não localizada.
24 Pseudônimo de Maria Peregrina de Sousa.
25 Talvez António de Serpa Pimentel, escritor e político português.
26 Rafael Bluteau (Londres, 1638 – Lisboa, 1734) autor do *Vocabulário Português e Latino* em 10 tomos.
27 Irmão de Antero de Quental.
28 Pseudônimo de Marcelino Antonio Dultra (SANT'ANNA, 2010).
29 Certamente Sebastião Phillipes Martins Estácio da Veiga (1828-1891), arqueólogo e escritor português.
30 Nele se lê: «Emília C. C. B. (Brasileira)» (*ALLB*, 1859: 9).
31 É o que acontece no *NALLB* para 1894 em que são de brasileiras (ou residentes no Brasil) 72 dos 105 escritos de autoria feminina. A grande participação de Senhoras brasileiras (ou residentes no Brasil) não se explica apenas pelas dimensões continentais do país, pois o projeto levado a cabo pelo *Almanaque de Lembranças* visava o aprofundamento das relações com aquela ex-colônia de Portugal. De qualquer modo, com apoio ou não no local por elas indicado, pode-se apontar a preponderância de autoras provenientes do Brasil, o que soma 710 nomes, ao passo que são apenas 421 as Senhoras nascidas/residentes em Portugal ou nas suas colônias e 144 as situadas noutros espaços ou sem localização explícita. A investigação realizada ainda não permite tirar conclusões a respeito da naturalidade ou residência no Brasil dos colaboradores masculinos do anuário.
32 No *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1874*, os dois índices vêm assim encimados: «SENHORAS / que colaboraram no presente Almanaque» (*NALLB*, 1874: 16); «AUTORES / Dos artigos assinados deste Almanaque» (*NALLB*, 1874: 18).
33 Comprova-o, por exemplo, o *Novo Almanach de Lembranças Luso--Brazileiro para o anno de 1874,* no qual são 112 os escritores do sexo masculino e 35 as «Senhoras» que nele colaboram.
34 Apesar da existência de legislação que protegia a propriedade dos textos e do consequente crescimento de importância, no século XIX, da indicação do nome dos autores nos seus escritos, proliferam no *Lembranças* textos anônimos, assinados com uma e mais iniciais ou com pseudônimos.
35 Note-se que a folha de rosto é precedida por páginas com vários anúncios.
36 Cf. *NALLB* para 1872-1876, 1878, 1880-1886.
37 Cf. *NALLB* para 1877-1879, 1900, 1904-1909.
38 Cf. *NALLB* para 1887-1899.
39 Cf. 1901-1903.
40 Cf. *NALLB* para 1910-1932.

41 Palma-Ferreira lembra, entre muitos outros trabalhos de cariz biografista, o monumental *Dicionário bibliográfico português* (1858-1923), de Inocêncio Francisco da Silva e Brito Aranha, e *Homens e letras* (1881), de Cândido de Figueiredo.

42 Também no interior do *Lembranças* surgem artigos semelhantes dedicados a brasileiros homenageados na seção «Elogios». Servem de exemplo o artigo de Garcia Pacheco Júnior, sobre Castro Alves (*NALLB*, 1896: 460-462), bem como outros não assinados sobre Taunay, Machado (1897: 275-277 e 339-340) ou José Bonifácio (*NALLB*, 1905: 161-162).

43 Note-se que período em que editou o anuário, Rodrigues Cordeiro acolheu também um grande número de matérias e de colaboradores provenientes do Brasil.

44 Rodrigues Cordeiro disseminou a sua produção literária e crítica quer pelo *Lembranças*, quer por outros periódicos, entre os quais *O trovador* e *O leiriense*, de cuja fundação participou. Suas crônicas históricas foram posteriormente coligidas em *Leituras ao serão* e suas composições poéticas foram reunidas nos dois volumes de *Esparsas.* Nos domínios da crítica, ele compôs outras biografias de escritores além das publicadas no *Novo Almanaque.*

45 Os diretores seguintes também homenagearam seus antecessores, familiares e amigos.

46 Os volumes em que estão publicados este «Elogio» e os de outros brasileiros estão indicados no quadro construído à frente.

47 Assinatura que passou a usar António Xavier de Sousa Cordeiro.

48 Neste artigo são homenageados Oliveira Martins e Pinheiro Chagas (*NALLB,* 1996: 5-18).

49 *NALLB*, 1928: 5-17.

50 *NALLB*, 1929: 5-13.

51 *NALLB*, 1930: 5-16.

52 *NALLB*, 1931: 5-12.

53 Por exemplo: Monsenhor Pinto de Campos que, tendo residido muito tempo em Lisboa, manteve relação estreita com Rodrigues Cordeiro.

54 É o caso do elogio de Álvares de Azevedo, em que o autor assume conhecer «um mancebo, seu parente, que [lhe] é querido pelo seu pundonoroso caráter e pelo seu amor às letras» (*NALLB*, 1878: 3) e ter lido o ensaio de Joaquim Norberto incluído na edição que organizou dos textos do poeta da *Lira dos vinte anos*.

Referências bibliográficas

CASTILHO, Alexandre Magno de (1850) – «Prólogo». *Almanach de Lembranças para 1851.* 2ª ed. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1853, p. 17-20. [Assinado: A. M. C.]

CASTILHO, Alexandre Magno de [1851] – «Prólogo». *Almanach de Lembranças para 1852.* Paris: Typ. de M. Cerf, s. d., p. 15- 24.

CASTILHO, Alexandre Magno de (1852) – «Duas palavras de Introdução». *Almanach de Lembranças para 1853.* 2º ed. Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, 1853, p. 15-16. [Assinado: A. M. C.]

CASTILHO, Alexandre Magno de (1853) – «Observações prévias». *Almanach de Lembranças para 1854.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, p. 15-16. [Não assinado]

CASTILHO, Alexandre Magno de (1854) – «Prólogo». *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1855.* Lisboa: Imprensa de Lucas Evangelista, p. 23-31.

CASTILHO, Alexandre Magno de (1855) – «Duas palavras». *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para 1856.* Lisboa: Typ. Universal, p. 5.

CASTILHO, Alexandre Magno de (1855) – «Prólogo». *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para 1856.* Lisboa: Imprensa Nacional, p. 23-31.

CASTILHO, Alexandre Magno de (1857) **–** «Almanach de 1859». *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para 1858.* Lisboa: Imprensa Nacional, p. 17-18 [Assinado: A. M. C.].

CASTILHO, Alexandre Magno de (1857) – «Às Damas». *Almanach de Lembranças Luso-brasileiro para 1858.* Lisboa: Imprensa Nacional, p. 19. [Assinado: A. M. C.]

CORDEIRO, António Xavier de Sousa (1897) – «António Xavier Rodrigues Cordeiro». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1898*, Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. V- LI.

CORDEIRO, António Xavier Rodrigues (1871) – «Alexandre Magno de Castilho». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872.* Lisboa: Lallemand Frères Typ., p. 5-13.

GUERREIRO, M. V. e CORREIA, J. D. P. (1986) – «Almanaques ou a sabedoria e as tarefas do tempo». *Revista ICALP*, vol. 6 (ago-dez). Lisboa, p. 43-52.

MEDEIROS, Nuno (2010) – *Edição e editores*. *O mundo do livro em Portugal. 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

PALMA FERREIRA, João (1985) – *Literatura portuguesa. História e crítica,* vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PIMENTEL, Alberto (1904) – «António Xavier de Sousa Cordeiro. Esboço biográfico». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1905*, Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. V-XXXIII.

RODRIGUES, Ernesto (1999) – «Espaços alternativos». In: *Cultura literária oitocentista.* Porto: Lello, p. 155-218.

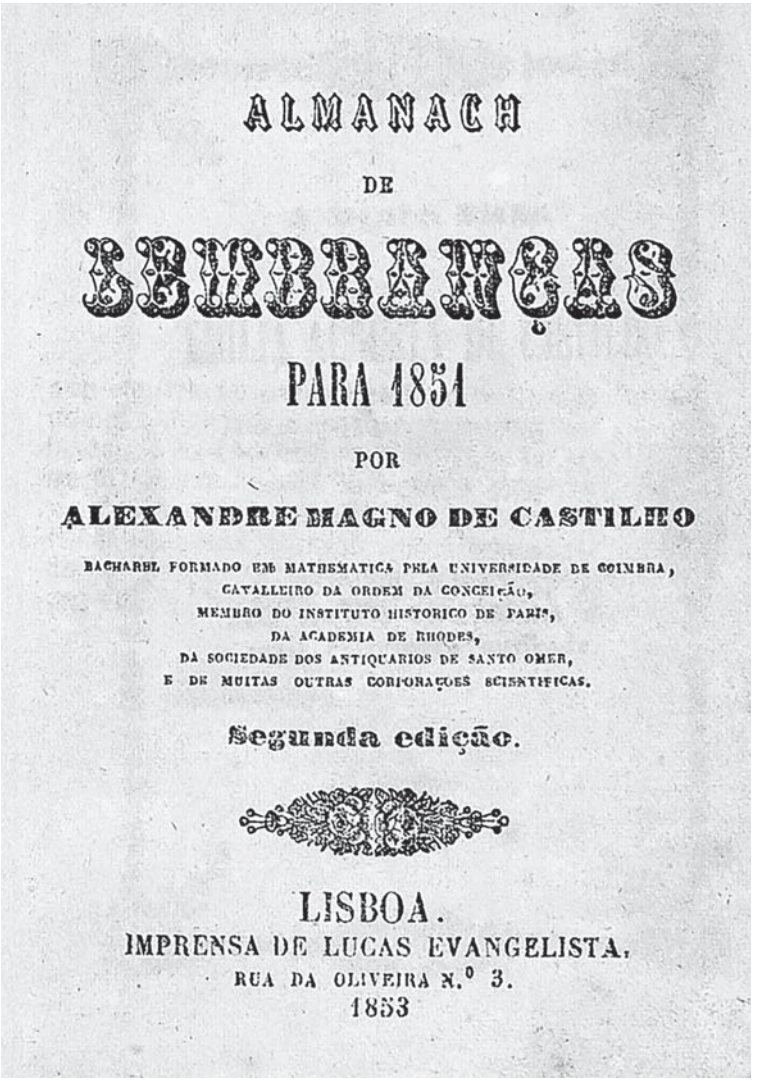
SANT'ANNA, Benedita de Cássia Lima (2010) – «Publicações inaugurais da imprensa literária brasileira*». TriceVersa. Revista do Centro Ítalo-Luso-Brasileiro de Estudos Linguísticos e Culturais»,* vol. 4, n. 1 (jul-dez)*.* Assis: UNESP, p. 3-27.

Vania Pinheiro Chaves (CLEPUL /FLUL)
Tania Regina de Luca (Unesp/CNPq)

Critérios da edição

Foram adotados os seguintes procedimentos na transcrição dos «elogios»:

- ✓ A ortografia obedeceu ao Acordo Ortográfico vigente. Contudo, mantiveram-se, em certos casos justificados em nota, formas regionais e populares, bem como formas divergentes de nomes, lugares, obras e personagens.
- ✓ Os erros tipográficos foram corrigidos.
- ✓ A grafia de nomes próprios foi, geralmente, atualizada.
- ✓ Manteve-se a grafia de palavras eruditas, antigas ou populares (*regímen, mui*) e das que admitem dupla grafia (*ouro*/*oiro*; *dous* /*dois*).
- ✓ Os numerais foram mantidos tal como figuram no original.
- ✓ Atualizou-se o emprego do hífen.
- ✓ Atualizou-se a grafia do título das obras, artigos e poemas mencionados, bem como a do *Almanaque de Lembranças,* exceto quando se está a referir a um determinado volume (ex. *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1872*), caso em que se mantém integralmente a grafia do original.
- ✓ O itálico foi conservado ou introduzido no título de obras. O título de poemas, contos, artigos está indicado em letra de imprensa e entre aspas baixas («»).
- ✓ A maiúscula foi sempre utilizada na primeira letra dos versos dos poemas transcritos.
- ✓ Utilizou-se a inicial maiúscula nas abreviaturas das formas de tratamento.
- ✓ Empregou-se a inicial minúscula nos nomes dos meses e estações do ano.
- ✓ Palavras e frases em língua estrangeira foram assinaladas em itálico e mantidas sem tradução, exceto nos casos indispensáveis à compreensão.
- ✓ As notas de rodapé referem-se apenas às que constam nos «elogios»; enquanto as notas dos comentários estão no final de cada texto.
- ✓ Manteve-se, em geral, a pontuação do original para não desfigurar o estilo do autor ou o uso da época.



ALMANACH

DE

LEMBRANÇAS

PARA 1851

POR

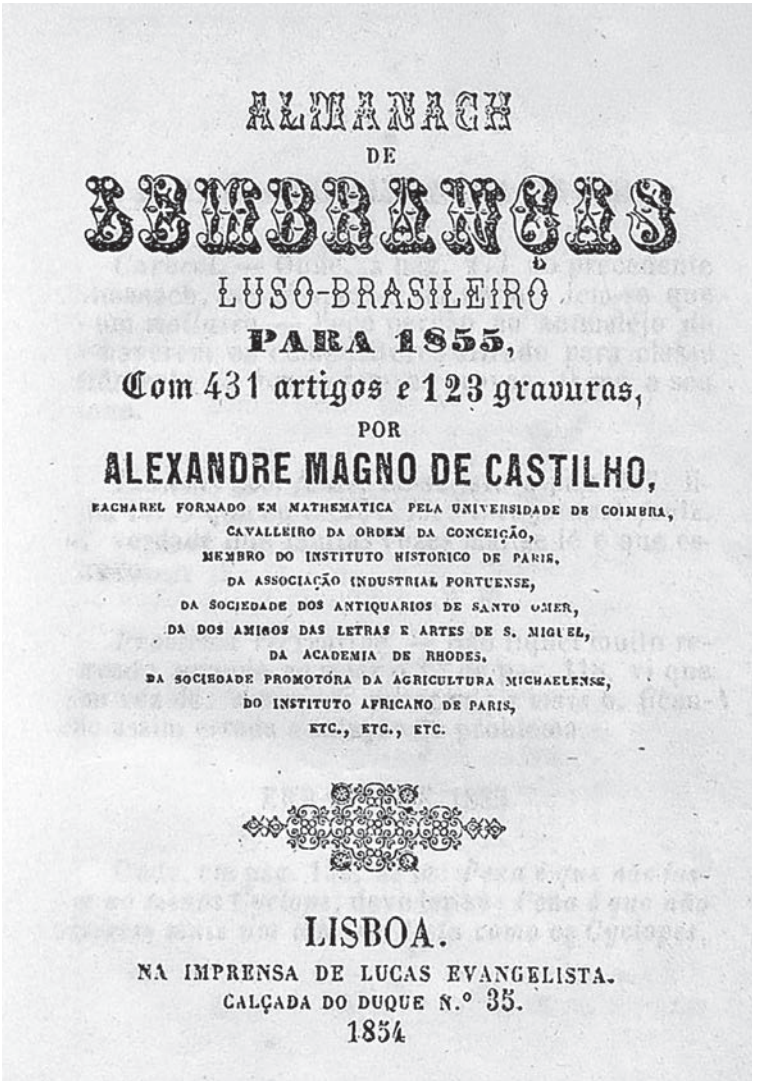
ALEXANDRE MAGNO DE CASTILHO

BACHAREL FORMADO EM MATHEMATICA PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
CAVALLEIRO DA ORDEM DA CONCEIÇÃO,
MEMBRO DO INSTITUTO HISTORICO DE PARIS,
DA ACADEMIA DE RHODES,
DA SOCIEDADE DOS ANTIQUARIOS DE SANTO OMER,
E DE MUITAS OUTRAS CORPORAÇÕES SCIENTIFICAS.

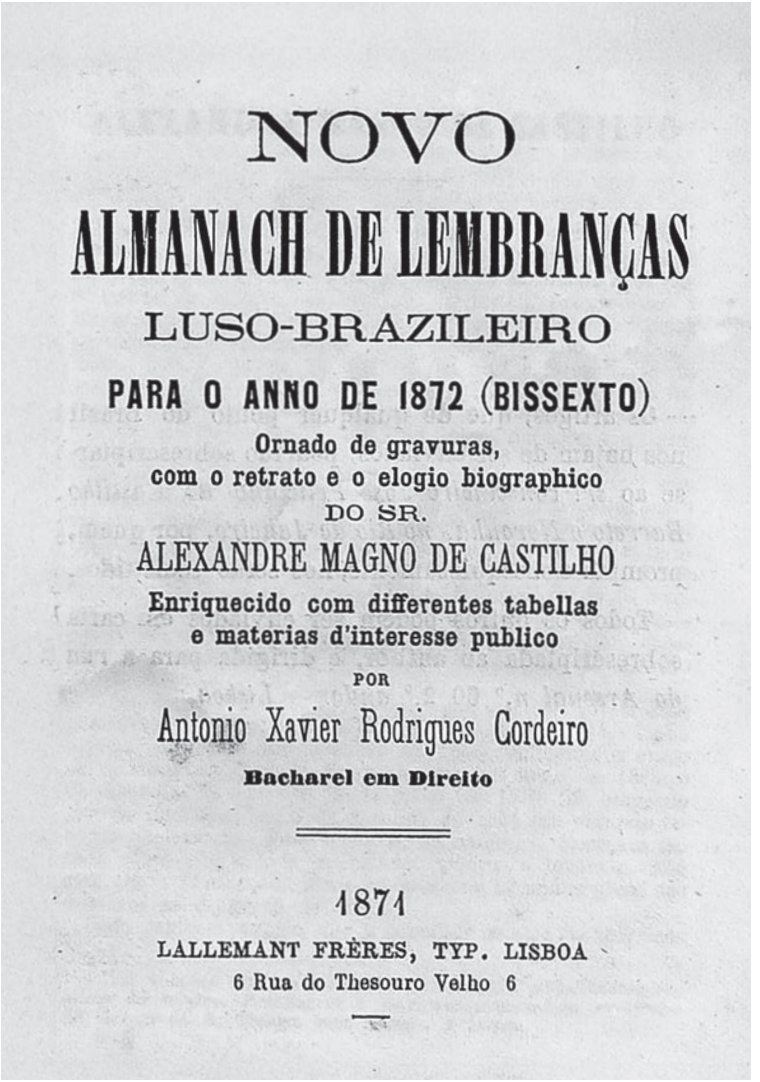
Segunda edição.

LISBOA.
IMPRENSA DE LUCAS EVANGELISTA,
RUA DA OLIVEIRA N.º 3.
1853

Folha de rosto do volume inaugural da coleção, cuja primeira edição data de 1850.


ALMANACH
DE
LEMBRANÇAS
LUSO-BRASILEIRO
PARA 1855,
Com 431 artigos e 123 gravuras,
POR
ALEXANDRE MAGNO DE CASTILHO,
BACHAREL FORMADO EM MATHEMATICA PELA UNIVERSIDADE DE COIMBRA,
CAVALLEIRO DA ORDEM DA CONCEIÇÃO,
MEMBRO DO INSTITUTO HISTORICO DE PARIS,
DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUENSE,
DA SOCIEDADE DOS ANTIQUARIOS DE SANTO OMER,
DA DOS AMIGOS DAS LETRAS E ARTES DE S. MIGUEL,
DA ACADEMIA DE RHODES,
DA SOCIEDADE PROMOTORA DA AGRICULTURA MICHAELENSE,
DO INSTITUTO AFRICANO DE PARIS,
ETC., ETC., ETC.
LISBOA.
NA IMPRENSA DE LUCAS EVANGELISTA.
CALÇADA DO DUQUE N.° 35.
1854

Folha de rosto do primeiro anuário com este título.



NOVO

ALMANACH DE LEMBRANÇAS

LUSO-BRAZILEIRO

PARA O ANNO DE 1872 (BISSEXTO)

Ornado de gravuras,
com o retrato e o elogio biographico
DO SR.

ALEXANDRE MAGNO DE CASTILHO

Enriquecido com differentes tabellas
e materias d'interesse publico

POR

Antonio Xavier Rodrigues Cordeiro

Bacharel em Direito

1871

LALLEMANT FRÈRES, TYP. LISBOA
6 Rua do Thesouro Velho 6

Folha de rosto do primeiro volume com o terceiro e último título que recebeu.

Memória impressa:
brasileiros homenageados no *Novo Almanaque de Lembranças*

VII

A. Gonçalves Dias

Antônio Gonçalves Dias

Encontramo-nos em Coimbra, onde ele ainda me deixou. Foi meu contemporâneo, meu colega e meu amigo. Não venho escrever-lhe a biografia, nem dar a relação circunstanciada das suas obras, nem citar as autoridades que dele têm falado, elogiando-o, que isso levaria muito longe; venho desenhar-lhe o perfil, venho a largos traços, socorrendo-me mais às suas tintas do que às minhas, dar-vos as feições do homem, cujo nome ocupa hoje tão distinto lugar na literatura brasileira, e cujo infausto, quanto prematuro fim, é ainda chorado por quantos o conheceram.

Parece-me que o estou vendo. Antônio Gonçalves Dias era baixo, delgado, enérgico, vivo, franco, afoito, leal, e amigo como ele o sabia ser. Dir-se-ia que o sangue das três raças – europeia, indiática, e africana – que lhe corria nas veias lhe dava cometimentos para tudo quanto era generoso. Mas triste condição do homem! quanto mais enriquecido por faculdades do espírito, ou por qualidades do coração, quanto mais privilegiado no mundo, tanto mais se queixa, tanto mais deseja, tanto mais desgraçado se julga.

Antônio Gonçalves Dias nascera nas terras de Jatobá, a 14 léguas de Caxias, na Província do Maranhão, a 10 de agosto de 1823. Foram seus pais João Manuel Gonçalves Dias[1], negociante, português de nascimento[2], e a mestiça Vicência Mendes Pereira[3] com quem ele convivia. Nem legitimidade de nascimento, nem pureza de sangue. Seu pai era solteiro, mas sua mãe vivia separada do marido, e era mameluca. Isto num país onde dominavam os preconceitos de raça, e onde o elemento servil que os alimentava só veio a encontrar o primeiro golpe na lei cristã de 28 de setembro de 1871[4], era o ecúleo da sua vida, era o pensamento que nas noites de insônia lhe cobria o coração de nuvens, era a lembrança que de longe em longe vinha acordá-lo dos seus sonhos de glória.

porque assim choro?
E direi eu por quê? Antes meu berço
Que vagidos d'infante vivedoiro,
Os sons finais dum moribundo ouvisse.[5]

Exclamava ele na poesia «O templo», que é toda um grito de angústia. Em maio de 1828 casou seu pai com a Exma. Sra. D. Adelaide Ramos de Almeida*, que ainda vive, e o pequeno Antônio que ainda não contava seis anos foi arrancado aos braços da que lhe fora mãe, da que o criara, e o cercava de mimos, para ser levado ao seio de nova família. A natureza não conhece cores. Quem lhe supriria a mãe?

Crescera, destinavam-no à carreira comercial, e começara servindo de caixeiro na casa paterna, mas tais dotes de inteligência precoce revelou, tanto se distinguiu frequentando os estudos secundários, e tanto prometia que seu pai, demovido do primeiro propósito, projeta acompanhá-lo a Coimbra para aí seguir os estudos da Universidade. Assim o põe em prática, saindo ambos em maio de 1837 para São Luís, para daí embarcarem para Portugal. Mas o homem põe e Deus dispõe; João Manuel não tinha de voltar à pátria, onde também esperava encontrar alívio para o padecimento pulmonar que lhe minava a existência; vítima de um ataque cai doente na capital do Maranhão, e dias depois, a 13 de junho expira nos braços do filho.

Não foi, pois, ainda desta vez que o futuro estudante viu realizados os seus sonhos; mas no ano seguinte tais foram os incitamentos de diferentes cavalheiros, que se dispunham a quotizar-se para lhe estabelecer uma mesada**, se isso fora necessário e tais as boas disposições da sua madrasta, proporcionando-lhe meios, que Antônio Gonçalves Dias, em outubro de 1838, matriculava-se no Colégio das Artes em Coimbra, para estudar preparatórios, e em outubro de 1840 entrava no 1º ano do Curso Jurídico, digno companheiro de Bruschy[6], de Couto Monteiro[7], de João de Lemos[8], de Cardoso Avelino[9], de Bessa Correia[10], e doutros, que no foro, na literatura, ou na política, têm honrado os seus nomes.

---

* São frutos deste matrimônio, e irmãos do poeta pelo lado paterno os Srs. José Gonçalves Dias, João Manuel Gonçalves Dias, e D. Joana Gonçalves Dias[11], esposa do Sr. Dr. Odorico Mendes.

** Não calarei os nomes de tão beneméritos cidadãos. Foram os Srs. Dr. Antônio Manuel Fernandes Júnior, Coronel João Paulo Dias Carneiro, Professor Ricardo Sabino, Drs. Luís Paulino Costa Lobo e Gonçalo da Silva Porto.

Se os sonhos estavam realizados, não cessava a fortuna de persegui-lo, e tanto que por falta de meios teria voltado à pátria, antes mesmo de concluir os estudos preparatórios, se patrícios dedicados o não forçassem a aceitar a sua bolsa e a sua mesa*. Anos depois, em tempo que lhe não corria mais próspero, escrevia ele a um amigo, que lhe era mais do que irmão, e dizia-lhe:

> Triste foi a minha vida em Coimbra, que é triste viver fora da pátria, subir os degraus alheios e sentar-se à mesa estranha. Essa mesa era de bons e fiéis amigos; embora! O pão era alheio, era o pão da piedade, era a sorte do mendigo. Mas ser desconhecido, ou mal conhecido, mas sentir dores da alma e viver de tormentos como aqui, é mais triste ainda.[12]

Isso escrevia ele em 1845[13], em Caxias, quando já formado e exercendo a advocacia, ao Sr. Dr. Alexandre Teófilo de Carvalho Leal[14]. Que dores lhe não lanceavam a alma para assim se expressar. Desconhecido, ou mal conhecido na pátria! No meio destas contrariedades fez-se o homem, e fez-se o erudito. Gonçalves Dias, acadêmico entre os melhores do seu curso, empregava as horas que lhe sobravam do estudo jurídico em aprender o italiano, o inglês, e até por fim o alemão, para se deleitar com as obras-primas da literatura europeia.

Em todos os tempos foi Coimbra, mais que nenhuma outra, alcáçar de musas. Ali, onde António Ferreira, Gabriel Pereira de Castro e António Dinis da Cruz e Silva viveram; onde Sá de Miranda e Vasco Mouzinho de Quebedo estudaram; onde Francisco Rodrigues Lobo, e Garção beberam inspirações; onde Luís de Camões, Garrett e Castilho[15] suspiraram amores; onde tantos outros soltaram os seus voos, e por eles conquistaram um nome, também o distinto maranhense apareceu poeta. Dir-se-ia que aquela esplêndida natureza, e aquele suavíssimo Mondego, rasgando-lhe novos horizontes, e completando-lhe na memória os do seu Brasil lhe temperaram a alma para cantar e sofrer.

---

* Caxias, entregue aos furores da rebelião, fora por esse tempo invadida e saqueada duas vezes, e isso dificultava a remessa das mesadas.

Foi assim que ele se associou a João de Lemos, Augusto Lima[16], José Freire de Serpa[17], Couto Monteiro, e outros que escreviam *O Trovador*[18], entre os quais também era quem hoje lhe paga este tributo de saudade[19]. Se aquela coleção de versos não conta de Gonçalves Dias senão a poesia «Inocência»[20], é porque *O Trovador* começou a publicar-se em 1844 – e em junho desse ano deixou ele o Mondego, mas foi em Coimbra, e foi nos picos do Gerês, onde no fim do seu 4º ano, o chamaram e detiveram negócios de família, que ele, já a esse tempo poeta primoroso, escreveu a maior parte dos versos que depois publicou no Brasil. Mais ainda, que para mais lhe chegava o tempo; foi em Coimbra que, além doutros trabalhos que inutilizou, compôs os dramas Patkull[21] e Beatriz de Cenci[22], que hoje constituem o tomo 4º das Obras póstumas, primeiro monumento que à memória do conterrâneo e do amigo, ergueu o Sr. Dr. Antônio Henriques Leal[23].

Obtivera Gonçalves Dias o grau de bacharel em Direito, e saindo então de Coimbra para o Maranhão o Sr. Dr. A. Teófilo, com o seu curso de matemático brilhantemente concluído, quis acompanhá-lo a Lisboa para aí lhe dar o abraço de despedida. Não disse já que eram mais do que irmãos? Quis também tirar a carta de bacharel, mas achando-se sem meios para estas despesas extraordinárias, como já noutras ocasiões lhe havia acontecido, bateu às portas de usurários e só de um alcançou a quantia desejada, entregando-lhe em penhor a sua escolhida e não pequena livraria, para não a tornar a ver, porque debalde procurou depois resgatá-la. Revelemos a feição do seu orgulho ferido quando

> co'a fronte baixa,
> Coberto o rosto de vergonha e tímido[24]

foi bater suplicante à porta do ricaço. Recordando-o exala no «Orgulho e avareza» o seu despeito, e termina deste modo os seus acerados versos:

> Ah! que se eu não quebrei naquele instante
> A minha harpa, inda então desconhecida,
> Foi porque inda queria confessar-te,

Ó meu Deus – que foi grande o teu castigo;
Foi porque inda queria ao mundo inteiro
Por mor vergonha minha confessar-me
Baixo, infame e vil quando essa escada
Do avarento subi!... que não esmola,
Mas um favor pedindo![25]

*

Estamos em janeiro de 1845, e o poeta, que já não poude[26] matricular-se no 5º ano do Curso Jurídico quando se desembaraçou dos negócios que o levaram ao Gerês, regressara a Caxias. Pátria! nome benquisto, nome que soa tão deliciosamente aos ouvidos dos que a têm, e vivem distantes! Aquele que longe de ti, com os olhos orvalhados de lágrimas seguia no pensamento o voo das andorinhas, dizia a um amigo nas vésperas de te tornar a ver:

Vou rever a minha terra,
Esperanças dum futuro
Brilhante, meu peito encerra.
Mas que dores lá me esperam?
Mas que hei de lá sofrer?[27]

Era profeta? Parece-o. Porque A. Gonçalves Dias, chegando, assentara banca de advogado, e ao cabo de seis meses, *por motivos* que se *não declaram*, diz o seu biógrafo*, retirava-se *ralado de desgostos*.

Foi sob a impressão destes desgostos que ele – a 31 de agosto de 1845 – escrevia ao Sr. Dr. Alexandre Teófilo:

> há horas durante a noite em que me tenho por um fraco para viver. Viver! Talvez não saibas; há vidas ignoradas que passam sobre a terra com mais ânimo do que um guerreiro em dia de batalha – há instantes tenebrosos em que é preciso um grande esforço de virtude para que se não ceda à vertigem, à atração do suicídio.[28]

Foi ainda sob a mesma impressão que saiu de Caxias para São Luís, e daí em julho de 1846 para o Rio de Janeiro, dizendo no adeus aos seus amigos:

força oculta,
Irresistível, me persegue e impele.
Qual folha instável em ventoso estio,
Do vento ao sopro a esvoaçar sem custo,
Assim vou eu sem tino, aqui pegadas
Mal firmes assentado, além pedaços
De mim mesmo deixando.[29]

No Rio de Janeiro, e nesse mesmo ano, publicou os *Primeiros cantos*[30]. Esse livro que o nosso eminente historiador[31] saudou em Portugal foi um acontecimento no Brasil. Aos *Primeiros cantos* seguiram-se em 1848 os *Segundos cantos* completados com as *Sextilhas de Fr. Antão*[32]. Os elogios repetiram-se, a América Meridional escreveu em lâminas de ouro o nome de A. Gonçalves Dias ao lado dos de José Basílio da Gama, José de Santa Rita Durão, e de Antônio Pereira Caldas[33], mas a situação do poeta não melhorou, porque o produto das suas obras junto ao mesquinho ordenado de professor de Latim no Liceu de Niterói[34], que era o mais que tinha podido obter na Corte, mal lhe chegavam para daí tirar uma mesada que mandava a sua mãe, e com o restante manter-se.

Assim viveu quatro anos, até que em 1851, ano em que publicou o seu 3º tomo de poesias – *Últimos cantos*[35] –, foi encarregado pelo Governo de percorrer as províncias do Norte do Brasil[36] para aí estudar o estado da instrução pública, e coligir documentos valiosos para a história, e em 1852, voltando ao Rio, foi nomeado Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Chegara o galardão, posto que tardio, mas não chegou com ele a felicidade.

Creio que é Zorrilla, o eminente poeta espanhol, que diz algures:

Se llora con el placer,
Se llora con el pesar,
Con el recuerdo de ayer,

---

* O Sr. Dr. Antônio Henriques Leal, que tem iniciada uma extensa biografia, que agora vai concluir, em frente das *Obras póstumas*, e que é autor doutra mais resumida, mas completa, no t. 8.º (1.º do Suplemento) do *Dicionário bibliográfico português*. Que em tudo e por tudo nos socorremos a estes conscienciosos trabalhos, era escusado dizê-lo.

E mañana… hay que llorar
Si nos ama una mujer.[37]

Quem ler com atenção os versos «Ainda uma vez adeus!» nos *Novos cantos*[38], e quase todos os que ele compôs no alto Amazonas, publicados no tomo 1º das *Obras póstumas*, há de acabar por convencer-se de que houve um amor desgraçado, uma mulher, que influiu poderosamente no destino de A. Gonçalves Dias[39].

Efetivamente, houve um amor que foi a sua felicidade, a sua loucura, e a sua desgraça; uma mulher, que teve tal influência na sua vida, que desde que a conheceu foi única, e inteiro se lhe votou. Viu-a em São Luís, quando visitou as províncias do Norte em 1851; não logrando tê-la por esposa, por obstáculos que sobrevieram, e que ele não soube, ou não poude vencer, fugiu-a; chegando ao Rio em 1852, para a deixar em liberdade, e esperando também esquecê-la nos braços doutra que o amava, casou com a Exma. Sra. D. Olímpia C. da Costa*, mas o triste iludia-se, porque nele o

amor foi vida insana,
Um ardente anelar, cautério vivo
Posto no coração a remordê-lo.[40]

Iludia-se ainda quando solicitando uma comissão na Europa** pôs de permeio entre ele e o objeto do seu amor o Atlântico, porque estando em Lisboa em 1854 quis a sua estrela que um dia, quando menos o esperava, a encontrasse, triste, abatida, infeliz, com os sinais das lágrimas no cavado das faces, e já ligada a outro homem. É então que na poesia «Ainda uma vez – adeus!» exclama:

Pensar eu que o teu destino
Ligado ao meu outro fora,
Pensar que te vejo agora

---

* Deste consórcio houve uma única filha, que viveu pouco.

** Em 1854, foi encarregado de estudar o estado da instrução pública nos países mais adiantados da Europa, e bem assim de fazer copiar nos arquivos portugueses todos os documentos de valor que encontrasse para a história pátria.

Por culpa minha, infeliz;
Pensar que a tua ventura
Deus *ab eterno* a fizera,
No meu caminho pusera…
E eu! eu fui que a não quis!

És doutro agora, e p'ra sempre!
Eu a mísero desterro
Volto, chorando o meu erro,
Quase descrendo dos céus!
Dói-te de mim, pois me encontras,
Em tanta miséria posto
Que a expressão deste desgosto
Será um crime ante Deus![41]

Iludiu-se sempre, porque passaram os anos, e achando-se em 1861 nas solidões do Amazonas, entre tabas de índios, aí mesmo a sua exaltada fantasia, o seu pensamento de todas as horas, a entrevê próxima a entrar no templo, com a grinalda de flores de laranjeira na fronte, e o véu branco de noiva, a ondear-lhe no rosto, e diz:

És tu! bem vejo, não fales?
Cala-te! já sei o que é!
A mão vais dar, vida e fé
A outro! vais-te casar.
Pálida, pálida a fronte,
Olhos em pranto a nadar!

E vais! e és tu mesma? e vais!...
Fui eu quem te deu o exemplo...
Sei que te aguardam no templo,
Deixa-me aqui a chorar:
Fazes somente o que eu fiz,
Não fazes mais que imitar![42]

*

Vida tão combatida dum afeto, que tocava as raias da insensatez, tão minada de desgostos e de contrariedades domésticas, nascidas do excessivo amor, e dos ciúmes, em parte desculpáveis, da esposa, não podia ser duradoira, e ele ainda assim parece que tinha a peito abreviá-la. Há dois suicídios, o rápido, o instantâneo, que o homem se propina no momento em que a razão desvairada se perturba para lhe não deixar ver a luz de Deus; e o calculado, o que nasce duma ideia fixa, o que prende por um lado à vida, por outro à morte. G. Dias era bastante crente para não ceder ao primeiro, do segundo não direi o mesmo.

Regressara o poeta da Europa em 1858 para, como relator e chefe da seção etnográfica, fazer parte duma comissão científica exploradora que se destinava ao Ceará, e para ali partiu com os seus colegas em 1859. Em fins de 1860 voltou ao Maranhão, mas pouco depois, como se os trabalhos do Ceará não bastassem, saiu para a província do Amazonas, porque empreendera explorar, mais como naturalista, do que como simples curioso, o grande rio e os seus afluentes. Seis meses se deteve nestas investigações, mal alimentado, sem o descanso e o conforto de que necessitava, vivendo entre índios, segregado de amigos, e de tudo quanto antes o atraía na sociedade, exposto a emanações deletérias; mas quando voltou ao Rio para escrever o relatório que tinha de apresentar por parte da comissão do Ceará, sentiu que tudo isto lhe alterara profundamente a saúde. Tinha afetados os pulmões e o fígado.

Quis ir morrer entre os amigos, na terra natal, porém aconselhado pelos médicos, e esperando que o clima da Europa fosse favorável ao seu restabelecimento, partiu de Pernambuco para o Havre no navio *Condé* a 20 de abril de 1862. Feliz viagem, que lhe deixou experimentar um dos raros prazeres que o homem pode sentir na vida – ler o seu elogio escrito por centenares[43] de penas, ver as lágrimas que por ele se derramam, presenciar a dor que motiva a sua perda, assistir à sua apoteose. Morrera a bordo do *Condé* um passageiro durante a viagem, e ficando por isso o navio de quarentena

no Havre, resultou divulgar-se em Pernambuco que a vítima fora Gonçalves Dias. Divulgada que foi, não houve jornal brasileiro que não lastimasse a sua morte, muitos portugueses os acompanharam nesta manifestação de sentimento, fizeram-se ofícios fúnebres por sua alma, a dor foi geral. Entretanto o poeta vivia, julgava-se até melhor, e quando soube que o tinham por morto escreveu de Paris em 23 de agosto ao seu amigo o Sr. Dr. Henriques Leal – Vede como ele sopeava as suas dores:

> É mentira! Não morri! nem morro, nem hei de morrer nunca mais. *Non omnis morior* – como diz o mestre Horácio[44]. Tenho jornais do Rio, Bahia e Pernambuco, que me emprestaram, e segundo todos eles – *Mortuus est pintus* na casca[45]! E necrológios então?!
>
> Um colega[46] escreveu:
>
> Deus num acesso d'amor,
> Ao poeta soberano,
> Deu-lhe por berço o equador
> E por túmulo o Oceano!
>
> Trata-se da minha defuntíssima pessoa! O caso é que depois do infausto passamento vou passando sem maior novidade. Aconselham-me que vá para o estabelecimento hidroterápico de Marienbad. Partirei breve. No entanto, escreve-me quando não tiveres muita preguiça para qualquer das nossas legações em Paris ou Bruxelas. Desejo muito a coleção mais completa que se possa arranjar de notícias fúnebres, necrológios, etc. O que se tiver publicado acerca da minha morte. Corta o que me disser respeito, escreve à margem o nome do jornal, diz o lugar da publicação e sobrescrito com tudo isso para a minha falecida pessoa. Quero fazer um álbum negro...[47]

Nem a hidroterapia, nem os mais afamados médicos de França, da Alemanha e da Bélgica, nem o clima de Portugal a que depois se acolheu conseguiram salvá-lo. Encontrei-o em Lisboa em 1864, e o seu estado contristou-me, a afonia era já completa. Não tendo nada a esperar, e piorando cada vez mais, lembrou-se da pátria. Saiu, pois, de Paris para o Havre nos princípios de setembro do mesmo ano, e daí para o

Maranhão na barca *Ville de Boulogne*. Foi a sua última viagem. Em 3 de novembro, navegava a *Ville de Boulogne* nas costas de Guimarães, vila a 13 léguas NO da cidade de São Luís, bate de repente nos baixos bancos dos Atins[48], abre, e submerge-se quase à vista de terra. Houve apenas tempo para salvar as pessoas que vinham a bordo. E Antônio Gonçalves Dias? A respeito desse declarou o comandante que embarcara bastante doente, que havia piorado nos últimos dez dias, e que dois antes do naufrágio pouco acordo já dava de si; declarou mais, que, no momento em que bateu o navio, e deu sinais de submergir-se, acudiu logo o piloto à câmara para o salvar, e encontrando-o morto o deixara. Entretanto pelo inquérito a que se procedeu, parece averiguado que a tripulação vendo o naufrágio iminente se salvara, deixando-o ainda vivo.

Mísero! Como seria aflitiva a tua última hora! morreste nas águas do teu Maranhão, sufocado por elas, mas não tornaste a ver os que te eram caros.

O epitáfio, como se adivinhassem o teu destino, haviam-to lavrado 2 anos antes:

> Deus num acesso d'amor,
> Ao poeta soberano
> Deu por berço o equador,
> E por túmulo o Oceano.

Depois da tua morte o Sr. Oliveira Santos lavrou-te outro das colunas do *Publicador Maranhense*[49]:

> Invólucro duma alma grande e nobre,
> Alguns palmos de terra eram mui pobre
> Jazigo a gênio tal.
> Do Atlântico a vasta sepultura
> É mais própria decerto, e mais n'altura
> Do cantor imortal.

Ofereceram-se prêmios, investigaram-se todas as praias, o teu cadáver não apareceu. Não lograste ter a sepultura na terra da pátria, mas pelo muito que lhe quiseste, e pelo monumento que lhe deixaste

das tuas obras, terás outro em mármore, que recordará aos vindouros o apreço em que os maranhenses te tinham. O Brasil paga a sua dívida*.

*

O futuro não se vê, é de Deus, mas Gonçalves Dias parece que o via; tinha pressentimentos. O receio de não morrer na pátria, e as imagens do naufrágio acudiam-lhe à mente por vezes. Nas «Saudades», versos a sua irmã[50] com que fecha os *Últimos cantos*, diz:

> Ave educada nas floridas selvas
> Um tufão me expeliu do pátrio ninho.
> As tardes dos meus dias borrascosos
> Não terei de passar sentado à porta
> Do abrigo de meus pais[51]

No «Meu sepulcro» (*Últimos cantos*) compara-se ao degredado e escreve:

> Tal no exílio
> Contempla à beira mar o degredado
> Devolverem-se as vagas, e saudoso
> Da pátria sua – tão distante – as conta;
> Uma por uma as interroga, e pensa
> Qual daquelas será que o leve e atire
> Náufrago embora, e semimorto às praias
> Por que choram seus olhos[52]

* A estátua de Antônio Gonçalves Dias, que há de erguer-se na Praça de Nossa Senhora dos Remédios[53] em São Luís, e que já saiu de Lisboa para ser inaugurada no aniversário da morte do poeta (3 de novembro) deve-se à iniciativa do Sr. Dr. A. Henriques Leal, coadjuvado pelo Sr. Francisco Sotero dos Reis, e pelos Srs. Drs. Antônio Rego, Pedro Nunes Leal, e Alexandre Teófilo. Foi também o Sr. A. Henriques Leal quem a delineou. O poeta está de corpo inteiro, pendendo-lhe do ombro esquerdo uma capa talar. Na mão esquerda sustenta um rolo de papel, tem o braço encostado ao peito. O braço direito cai-lhe naturalmente ao lado; da mão pende-lhe uma coroa de folhas de louro, que vai repousar na parte superior duma lira. Aos pés, do lado oposto, está o símbolo do drama. No pedestal serão colocados em baixo revelo os bustos de Odorico Mendes, Sotero, João Francisco Lisboa, e Gomes de Sousa.

No «Adeus aos meus amigos do Maranhão» (*Primeiros cantos*), como prevendo que não terá a dita de morrer entre eles, diz-lhes:

> Oh! quem me dera
> Que entre vós outros me alvejasse a fronte,
> E que eu morresse entre vós[54]

Na dedicatória dos *Últimos cantos*, ao seu nunca esquecido amigo o Sr. Dr. Alexandre Teófilo, alumia-o um raio de esperança, e lembrando-se do torrão natal que ele ama tanto, e em que espera acabar os últimos dias, conclui:

> Aí outra vez remoçado, e vivificado de todos os anos que esperdicei, poderei enxugar os meus vestidos, voltar aos gozos duma vida ignorada, e do meu lar tranquilo ver outros mais corajosos e mais felizes que eu, afrontar as borrascas desencadeadas, no Oceano que eu houver para sempre deixado atrás de mim.

Iludia-o a esperança. Vítima das borrascas desencadeadas, foi no Oceano que encontrou a sepultura aos 41 anos.

Pouco tempo antes, vítimas do mesmo padecimento haviam-se finado Junqueira Freire, Álvares de Azevedo e Casimiro de Abreu. O primeiro sucumbiu no verdor da idade; Álvares de Azevedo, quando ainda não contava 21 anos; Casimiro de Abreu quando apenas contava 23. No curto espaço de 12 anos cobriu-se por quatro vezes de luto a musa brasileira!

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1873. Lisboa: Lallemant Frères Typ., 1872, p. 5-15 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Antônio Gonçalves Dias de A. X. Rodrigues Cordeiro

Antônio Xavier Rodrigues Cordeiro, editor do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, inaugura os elogios biográfico-críticos de brasileiros ilustres com texto de sua própria lavra, publicado em 1873. O homenageado é o poeta Antônio Gonçalves Dias, que falecera no dia 3 de novembro de 1864.

A atenção está centralizada na figura do poeta homenageado, mas a sombra do amigo que homenageia se deixa entrever, insistentemente no início, com aparições fugazes na continuidade. Os dois parágrafos de abertura dão indício do tom afetivo que perpassa todo ensaio. Essa passagem é construída de tal forma a antecipar a percepção que o autor tem sobre o poeta amigo. Vale a pena o exame dos recursos mobilizados no trecho. O primeiro parágrafo oscila entre a afirmação – o que promete – e negação – o que não pretende fazer:

> Encontramo-nos em Coimbra, onde ele ainda me deixou. Foi meu contemporâneo, meu colega e meu amigo. Não venho escrever-lhe a biografia, nem dar a relação circunstanciada das suas obras, nem citar as autoridades que dele têm falado, elogiando-o, que isso levaria muito longe; venho desenhar-lhe o perfil, venho a largos traços, socorrendo-me mais às suas tintas do que às minhas, dar-vos as feições do homem, cujo nome ocupa hoje tão distinto lugar na literatura brasileira, e cujo infausto, quanto prematuro fim, é ainda chorado por quantos o conheceram. (*NALLB*, 1873: 5)

No primeiro período aparecem as duas personagens da narrativa, como «nós», dando conta da relação entre o elogiado e o autor do elogio, e o espaço, Coimbra. No segundo a proximidade se explica, em três adjetivos: «contemporâneo», «colega», «amigo». No terceiro período declara o que não pretende fazer – nem biografia, nem relação de obras, nem o que a crítica diz sobre o homenageado – porque seria muito longo, ou seja, indica tratar-se de personagem de nomeada. A proposta é «desenhar-lhe o perfil» valendo-se sobretudo das «suas tintas», antecipando que se valerá do que o poeta escreveu, seja em poemas, seja em cartas. De fato, o texto é perpassado de citações de

versos e de trechos de cartas, revelando leitura aturada da produção do homenageado. Finalmente, reafirma-se o lugar que o poeta já ocupava então na história da literatura brasileira e anuncia-se que o fim foi «infausto» e «prematuro», condições que serão detalhadas no final do ensaio, bem como a comoção provocada pelo desaparecimento.

Só no segundo parágrafo o homenageado, cuja fotografia autografada aparecera em uma das páginas iniciais do volume, é nomeado:

> Parece-me que o estou vendo. Antônio Gonçalves Dias era baixo, delgado, enérgico, vivo, franco, afoito, leal, e amigo como ele o sabia ser. Dir-se-ia que o sangue das três raças – europeia, indiática, e africana – que lhe corria nas veias lhe dava cometimentos para tudo quanto era generoso. Mas triste condição do homem! Quanto mais enriquecido por faculdades do espírito, ou por qualidades do coração, quanto mais privilegiado no mundo, tanto mais se queixa, tanto mais deseja, tanto mais desgraçado se julga. (*NALLB*, 1873: 5)

O verbo que abre o trecho está em primeira pessoa, presentificando a figura de Antônio Gonçalves Dias, que passará a dominar a atenção. Nada menos do que oito adjetivos o qualificam, dois remetendo à aparência física, os demais entre a personalidade e o caráter. A explicação que segue deixa entrever que o autor, ao atentar para a questão racial, ainda que poeta romântico, já se deixava contaminar, talvez *malgré lui*, pelas ideias deterministas e positivistas que pipocavam aqui e ali na segunda metade daquele século. A suposição é de que a mescla das três raças no sangue seria a motivadora do modo de ser de G. Dias. Mas nas últimas linhas o cultivo da dor, como é próprio da exacerbação romântica, ressurge com vigor, cultuando-se o sofrimento, o desajuste em relação ao mundo.

O texto estende-se por dez páginas, dividido em quatro partes. A linha cronológica predomina, por vezes quebrada pela citação de versos publicados posteriormente, mas que dão conta de situações pregressas. A narração de dado biográfico seguido de versos ou mesmo estrofes que resultaram daquela situação, ou supostamente resultaram, é recurso recorrente. O começo, como é de praxe, apresenta

o registro de nascimento, com indicação de local, data, nome dos pais e sua condição, quanto à origem – ele «português de nascimento», ela «mestiça», «mameluca» – e quanto à condição civil – viviam juntos, ele solteiro, ela separada do marido. A informação não parece suficiente para dar conta da marca dramática desde a origem. É preciso reforçar as duas marcas que determinam rebaixamento já no berço, em uma frase nominal: «Nem legitimidade de nascimento, nem pureza de sangue» (*NALLB*, 1873: 5). É a deixa para a primeira citação de versos sobre a progênie espúria gerando mortificação. Segue-se a notícia do casamento do pai com uma branca bem-nascida e o consequente afastamento da mãe, determinando nova fonte de carência.

O destino habitual de filho de comerciante era o comércio. O biógrafo informa que bastante cedo o rapaz exerceu a função de caixeiro na loja do pai. Mas este percebe-o tão bem-dotado intelectualmente que decide levá-lo para dar entrada na Universidade de Coimbra. A primeira etapa da viagem é realizada, da cidade natal, Caxias, a São Luís, mas quis a providência divina, segundo o autor, que o pai, que já sofria de «padecimento pulmonar» (*NALLB*, 1873: 6), não revisse a pátria e que o filho passasse por nova experiência traumática, uma vez que o pai falece em seus braços, ainda na capital do Maranhão. O mote é chamar a atenção para a má-sorte.

No parágrafo seguinte descreve-se a primeira passagem em que a fortuna parece sorrir para o poeta. Um grupo de cavalheiros, cujos nomes são registrados em nota de rodapé, se dispôs a «quotizar-se para lhe estabelecer uma mesada», bem como contando com «as boas disposições da sua madrasta» (*NALLB*, 1873: 6), de modo que em 1838 o jovem matriculou-se no Colégio das Artes em Coimbra e, dois anos depois, ingressou no 1º ano do Curso Jurídico. É a oportunidade para outra listagem, com nomes de advogados, políticos e escritores de destaque na cena portuguesa de então, colegas de Gonçalves Dias na academia.

Mas para românticos, seja para o poeta, seja para o amigo que lhe traça o perfil, não cabe celebrar a ventura por tempo mais alongado. A situação financeira o teria forçado a retornar a pátria, «se patrícios dedicados o não forçassem a aceitar a sua bolsa e a sua mesa» (*NALLB*, 1873: 7). O comentário parece ambíguo. Patrícios refere-se

aos nomes já listados? Nesse caso, por que há referência a possível exigência de volta? Uma nota de rodapé esclarece, informando que a rebelião em Caxias não permitia a remessa da mesada. São recursos provindos de conterrâneos que estavam em Coimbra, indício que é dado pela oferta da mesa, concluindo-se que era convidado para partilhar refeições subsidiadas pelos benfeitores. Nova fonte de angústia para o estudante, a vergonha de depender de outros, ainda que amigos, conforme confessou a Alexandre Teófilo de Carvalho Leal, qualificado como «a um amigo, que lhe era mais do que irmão» (*NALLB*, 1873: 7), em carta datada de anos depois (1845), já exercendo a advocacia na cidade natal. É a primeira colagem de trecho de carta.

O relato retoma a linha cronológica, registrando a excelência do estudante na esfera acadêmica e encarecendo a dedicação ao estudo de línguas, «para se deleitar com as obras-primas da literatura europeia» (*NALLB*, 1873: 7). Ou seja, interessa, desde logo, colocar em evidência o gosto do então estudante pela literatura.

O parágrafo seguinte é dedicado ao levantamento dos poetas ali nascidos ou que passaram por Coimbra, do século XV ao XIX, de modo a incluir o nome do homenageado nessa plêiade ilustre. É a deixa para registrar iniciativa de um grupo de contemporâneos – entre os quais estão o poeta e o próprio articulista – a fim de criar periódico dedicado à poesia: *O Trovador*. Só um poema de Gonçalves Dias teria sido publicado porque, por esse período, precisou ausentar-se. Mas foi em Coimbra, encarece Rodrigues Cordeiro, que «escreveu a maior parte dos versos que depois publicou no Brasil [e] compôs os dramas *Patkul* e *Beatriz de Cenci*, que hoje constituem o tomo 4º das *Obras póstumas*» (*NALLB*, 1873: 8) organizadas por Antônio Henriques Leal. Note-se que o biógrafo se serve de sua memória e de pesquisa, já evidenciada pela citação de carta dirigida a terceiro, e incrementada na sequência, com notas, informações e citações, comportando dados sobre período em que a convivência com o poeta já havia se encerrado.

Concluído o grau de bacharel em Direito, para alcançar recursos para «tirar a carta de bacharel» foi preciso recorrer a usurários e penhorar «sua escolhida e não pequena livraria» (*NALLB*, 1873: 8), que não mais conseguiria recuperar. O destaque cabe sempre às

perdas. Com versos de «Orgulho e avareza» (poema datado de 1844), que registram a vergonha dessa carência, fecha-se o primeiro e mais longo bloco. Terminara o tempo de estudante.

O segundo bloco começa com curta frase indicando presentificação: «Estamos em 1845» (*NALLB*, 1873: 8). No entanto, uma nota de rodapé indica que o «nós» a que remete o verbo não significa que o autor do elogio acompanha presencialmente os passos de Gonçalves Dias, como provavelmente o fizera nos tempos de estudantes em Coimbra. A nota refere que as informações são extraídas de biografias de autoria de Antônio Henriques Leal, indicadas em nota do *NALLB.* Quanto a conjecturas sobre o significado do retorno à pátria, bem como apreender que há, em versos escritos nesse tempo, premonição dos desgostos que sobrevirão na nova etapa, são características do discurso de Rodrigues Cordeiro. A carreira como advogado em Caxias não foi além de seis meses. Um trecho de carta é citado para ilustrar o estado de espírito do escritor nessa época, que chegou a conjecturar sobre suicídio, bem como versos de despedida dos amigos são transcritos para mostrar-lhe o ânimo ao tempo em que se mudou de Caxias para São Luís e, logo em seguida, para o Rio de Janeiro.

Na Corte, onde viveu de 1846 a 1851 e exerceu a função de professor de latim, publicou vários títulos, mas a penúria é sempre encarecida. Nessa altura recebeu duas incumbências no serviço público: viagem às províncias do norte para estudar a situação do ensino público e nomeação de Oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros. Mas o sestro romântico exige que se cultive o tormento: «Chegara o galardão, posto que tardio, mas não chegou com ele a felicidade» (*NALLB*, 1873: 10). É nessa altura que começa a narração de um dos dois aspectos mais conhecidos da vida do poeta, assunto mais propício para o martírio romântico, o amor frustrado. Versos de Zorrilla servem de mote para abertura do assunto mulher, ou melhor, paixão por uma mulher. O bloco se conclui com detalhes sobre o infeliz relacionamento, ou melhor, sobre os impedimentos havidos, com encontros e desencontros, com farta ilustração do suplício do amor não realizado registrado em versos. O biógrafo é discreto, não declara o nome da amada. Nominada é a mulher com quem se casa.

O terceiro bloco é iniciado por parágrafo bastante longo, sem adiantar um passo na narração das ações. São reflexões sobre os efeitos do casamento sem amor e conjecturas sobre uma espécie de ânimo suicida que determinava as ações de G. Dias. Em seguida registra-se uma sequência de viagens; Europa, Maranhão, Ceará, Amazonas. Às más condições, sobretudo dessa última experiência, é atribuída a falência da saúde: «Tinha afetados os pulmões e o fígado» (*NALLB*, 1873: 12). Médicos aconselharam tratamento na Europa. Embarcou. E então se registra que experimentou alguma felicidade:

> *Feliz viagem*, que lhe deixou experimentar um dos *raros prazeres* que o homem pode sentir na vida – ler o seu elogio escrito por centenares de penas, ver as lágrimas que por ele se derramam, presenciar a dor que motiva a sua perda, assistir à sua apoteose. (*NALLB*, 1873: 12; destaques meus)

Explica-se: morrera um passageiro a bordo, o navio ficou em quarentena no porto de Havre, e correu a notícia de que o falecido seria o poeta! Aparece longa citação de carta, comentando o ocorrido e pedindo ao destinatário que reunisse o maior número possível de necrológios e referências à sua morte. É a única passagem em que há traço de humor, na voz de Gonçalves Dias, tom logo atenuado pelo relato do fim.

Esse é o outro aspecto bem difundido sobre Gonçalves Dias: a morte no naufrágio, já nas costas do Maranhão, única pessoa a perecer no acidente. Reafirmando o vezo romântico e o preito de amizade, o autor alonga-se em conjecturas sobre se a morte teria ou não precedido o naufrágio, encarecendo a angústia possivelmente experimentada pelo moribundo, ao mesmo tempo que parece subscrever epitáfios que emprestam significado simbólico à sepultura nas águas, a despeito dos esforços para localizar o corpo. O bloco é finalizado com a notícia de um anunciado monumento em mármore com que o Brasil pagará a dívida para com o poeta.

O último bloco, o mais breve, é o mais prenhe de citações de estrofes, seleção realizada no intuito de comprovar que o poeta tinha pressentimento de que morreria cedo. O desenlace se deu aos 41 anos. E foi o que mais viveu entre quatro poetas românticos, citados para

fechar o texto com o lamento: «No curto espaço de 12 anos cobriu-se por quatro vezes de luto a musa brasileira!» (*NALLB*, 1873: 15) O olhar e o coração do articulista estão focados na poesia, nos poetas e seus penares. Na percepção de Xavier Cordeiro, homem de seu tempo, a distinção entre eu lírico e eu do indivíduo não existe.

Notas

1 O prenome do pai do poeta – «José» – está registrado erroneamente (BANDEIRA, 1959: 11). Corrigimos tal como é mencionado adiante: «João».

2 Em Gonçalves Dias, «Cronologia da vida e da obra» (1959: 49) indica-se que João Manuel nasceu na região de Trás os Montes.

3 A mãe de Gonçalves Dias chamava-se Vicência Mendes Ferreira (BANDEIRA, 1959: 11).

4 A Lei do Ventre Livre libertava os filhos de escravizadas nascidos no Brasil, a partir daquela data.

5 «O templo», est. 2, v. 3-6, in *Cantos* (DIAS, 1857: 169-170), Na edição *princeps,* este poema intitula-se «À tarde» (DIAS, 1847: 247-248).

6 Manuel Maria da Silva Bruschy (1814-1873), advogado nascido no Rio de Janeiro, foi um dos mais relevantes especialistas em Direito Civil da época.

7 Antônio Maria do Couto Monteiro (1821-1896), magistrado e político, foi Ministro da Justiça do segundo governo de Fontes Pereira de Melo.

8 *João de Lemos* Seixas Castelo Branco (1819-1890), jornalista, poeta e dramaturgo.

9 Antônio Cardoso Avelino (1825-1889), magistrado e político, foi Ministro das Obras Públicas do primeiro Governo de Fontes Pereira de Melo.

10 Luís de Bessa Correia (1824-?), ator, encenador e poeta.

11 Além dos três filhos referidos haveria um quarto: Domingos, como indica a «Cronologia da vida e da obra» de Gonçalves Dias (DIAS, 1959: 49).

12 Difere deste fragmento, quanto à pontuação, o texto editado por José Aguilar: «Triste foi a minha vida de Coimbra – que é triste viver fora da pátria, subir degraus alheios, – e por esmola sentar-se à mesa estranha. Essa mesa era de amos… embora! o pão era alheio – era o pão da piedade – era a sorte do mendigo – Compaixão é um termo de expressão incompreensível – não a quero. – Mas ser desconhecido – ou mal conhecido, mas sentir dores da alma, mas viver e morrer sem nome, sonhar de tormentos e viver deles – é mais triste ainda» (DIAS, 1959: 799).

13 Carta datada de 1 de maio de 1845.

14 Alexandre Teófilo de Carvalho Leal (1822-1879), natural do Maranhão,

formou-se em Matemática pela Universidade de Coimbra, onde conviveu com Gonçalves Dias, de quem era o melhor amigo.

15 Plêiade de poetas da literatura portuguesa dos séculos XV a XIX: Francisco Sá de Miranda (1481-1558), Luís de Camões (c.1524-c.1579), Antônio Ferreira (1528-1569), Vasco Mouzinho de Quevedo (1570-1619), Gabriel Pereira de Castro (1571-1632), Rodrigues Lobo (1580-1621), Correia Garção (1724-1772), Cruz e Silva (1731-1799), Almeida Garrett (1799-1854) e Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875).

16 Augusto José Gonçalves Lima (1825-1867), poeta ultrarromântico ligado ao Fado de Coimbra.

17 José Freire de Serpa Pimentel (1814-1870), poeta medievista e dramaturgo, fundador do Teatro Acadêmico de Coimbra.

18 *O Trovador* (1844-1848), periódico coimbrão dedicado exclusivamente à poesia.

19 Antônio Xavier Rodrigues Cordeiro (1819-1896), poeta ultrarromântico português, contemporâneo e amigo de Gonçalves Dias na Universidade de Coimbra. Autor do panegírico.

20 Poema incluído no conjunto de «Poesias diversas», de *Primeiros cantos*. (DIAS, 1846: 63-64).

21 Drama em cinco atos, baseado na vida de Carlos XII.

22 Drama em cinco atos, cuja ação se passa no Castelo de Rocca-Petrella (Itália), em 1598.

23 Coordenador das *Obras póstumas*, o médico, jornalista e escritor Henriques Leal (MA, 1828-1885) era primo de Alexandre Teófilo e de Ana Amélia Ferreira do Vale, musa e grande amor de Gonçalves Dias.

24 «Orgulho e avareza», est. 4, v. 5-6 (DIAS, 1868: 71). O poema é datado de «Pitões – 5 de novembro de 1844». (DIAS, 1868: 71).

25 «Orgulho e avareza», última estrofe (DIAS, 1868: 73). Na edição de 1868, versos 3 e 5: «ainda», em lugar «inda».

26 poude: forma da 3ª pessoa do pretérito perfeito do indicativo do verbo poder, muito utilizada no século XIX em Portugal e ainda hoje de emprego popular.

27 «No álbum de meu amigo Antônio Cardos Avelino», est. 2, v. 8-12 (DIAS, 1868: 76). O poema é datado do «Porto, janeiro de 1845».

28 Na carta n.º 25 da «Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias» está: «há horas durante a noite em que eu me julgo bem fraco – para o meu proposto – e para viver – Viver! Talvez o não saibas, há vidas ignoradas que passam sobre a terra com mais coragem do que um guerreiro em dia de batalha» (DIAS, 1971: 43).

29 «Adeus aos meus amigos do Maranhão», est. 2, v. 12-18 (DIAS, 1946: 254).

30 Trazendo no frontispício a data de 1846, este livro terá, de fato, saído em janeiro de 1847 (cf. «Cronologia da vida e da obra», DIAS, 1959: 51).

31 Trata-se de Alexandre Herculano e do artigo que, com o título «Futuro literário de Portugal e do Brasil…», publicou na *Revista Universal Lisbonense,* 1847-1848. O próprio poeta incluiu esse texto na publicação dos *Cantos* (DIAS, 1857: VIII-XVIII)

32 Ver DIAS, 1848.

33 Poetas luso-brasileiros do século XVIII: Basílio da Gama (1741-1795), Santa Rita Durão (1722-784) e Sousa Caldas (1762-1814).

34 O Liceu de Niterói foi criado em 1847. Gonçalves Dias foi «nomeado secretário e professor adjunto de Latim, com o ordenado anual de um conto de réis». Em 1849 foi nomeado professor de Latim e História do Brasil no Colégio Pedro II. Não há informação se exerceu o magistério nas duas instituições concomitantemente. Não constam informações sobre quando deixou a atividade. Presume-se que a exerceu por pouco tempo, dado que em 1851 viajou para São Luís e logo se encontrava em outros lugares, registrando-se breves passagens pelo Rio de Janeiro (ver «Cronologia da vida e da obra», DIAS, 1959: 51 e 52).

35 Coletânea editada em 1851.

36 A comissão abrangia as províncias da Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Pará. (BANDEIRA, 959: 29)

37 Fragmento de «Un recuerdo y un suspiro», poema de José Zorrilla y Moral (1817-1893).

38 De 1854 a 1858, Gonçalves Dias publicou em Leipzig a segunda edição das suas poesias reunidas em um só volume, incluindo as que escreveu após os Últimos cantos, com a denominação de *Novos cantos*.

39 Ana Amélia Ferreira do Vale, cunhada e prima de Alexandre Teófilo. O pedido de casamento de Gonçalves Dias a Ana Amélia foi recusado pela família da jovem, o que dever-se-ia à «cor e humilde nascimento do poeta». (BANDEIRA, 1959: 30-31).

40 «Quadras da minha vida, recordação e desejo», canto VI, est. 4, v. 1-3 (DIAS, 1846: 217)

41 «Ainda uma vez – adeus!», est. XIV e XV, *Novos cantos.* (DIAS, 1857: 288-289).

42 «Como! És tu», est. 2 e 3. Poema datado de «Manaus, 25 de junho de 1861». (DIAS, 1868: 23-24)

43 No Brasil, atualmente, a forma corrente é «centenas».

44 A expressão constante na carta é «*Non omnis moriar*», que se traduz literalmente por «não morrerei por inteiro». Antonio Cícero cita e traduz Horácio,

Ode 3.30: *«non omnis moriar multaque pars mei / vitabit Libitinam: usque ego postera / crescam laude recens, dum Capitolium / scandet cum tacita virgine pontifex: / dicar, qua violens obstrepit Aufidus / et qua pauper aquae Daunus agrestium / regnavit populorum, ex humili potens / princeps Aeolium carmen ad Italos / deduxisse modos. sume superbiam/ quaesitam meritis et mihi Delphica / lauro cinge volens, Melpomene, comam.»* Trad.: «Nem tudo de mim morrerá, de mim grande parte / escapará a Libitina: jovem para sempre crescerei / no louvor dos vindouros, enquanto o pontífice / com a tácita virgem subir ao Capitólio. / Dir-se-á de mim, onde o violento Áufido brama, / onde Dauno pobre em água sobre rústicos povos reinou, / que de origem humilde me tornei poderoso, / o primeiro a trazer o canto eólio aos metros itálicos. / Assume o orgulho que o mérito conquistou / e benévola cinge meus cabelos, / Melpómene, com o délfico louro. Disponível em: https://www.revistaprosaversoearte.com/o-famoso-poema-carpe-diem-do-poeta-romano-horacio/.

45 A expressão «*Mortuus est pintus in casca*», em latim macarrônico, parece um chiste do poeta. Pode-se traduzir por «o pinto morreu na casca», expressão corrente, em geral significando que o assunto morreu.

46 Não identificado.

47 Carta n.º 221 da «Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias» (DIAS, 1971: 330).

48 Vilarejo de pescadores, localizado na foz do rio Preguiças, no Maranhão.

49 *Publicador maranhense,* periódico editado em São Luís (1842-1885) e identificado no frontispício como "Folha oficial, política, literária e comercial". Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38183

50 Trata-se da meia-irmã Joana (filha do pai com a madrasta), identificada na dedicatória do poema como J. A. de M. Manuel Bandeira refere os «versos comovidos [...] que escreveu sobre a irmã» e as saudades que sofria, em Coimbra, com a «separação da irmãzinha estremecida» (BANDEIRA, 1959: 12 e 15).

51 «Saudades», parte V, v. 14-18. (DIAS, 1851: 285-286)

52 «O meu sepulcro», est. 4, v. 6-13. (DIAS, 1851: 258)

53 O antigo Largo dos Remédios, também conhecido como Largo dos Amores, hoje é a Praça Gonçalves Dias. O espaço passou por fases de abandono e recuperação, mas a estátua continua lá. Disponível em: mirante.com/oestadoma/noticias/2020/09/26/largo-dos-amores-dos-remedios-a-atual-praca-goncalves-dias.

54 «Adeus aos meus amigos do Maranhão», est. 2, v. 10-12. (DIAS, 1846: 254).

Referências bibliográficas

DIAS, A. Gonçalves (1857) – *Cantos*. *Coleção de poesias*. Leipzig: F.A. Brockhaus. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4423.

DIAS, A. Gonçalves (1964) – « Correspondência ativa de Antônio Gonçalves Dias. Carta nº 25, 31 set. 1845 ». *Anais da Biblioteca Nacional,* v. 84, p. 42-43. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional. Disponível em: /https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/402630/per402630_1964_00084.pdf.

DIAS, A. Gonçalves (1959) – *Poesia completa e prosa escolhida*. Rio de Janeiro: José Aguilar Ltda.

DIAS, A. Gonçalves (1846) – *Primeiros cantos*. Rio de Janeiro: Laemmert.

DIAS, A. Gonçalves (1848) – *Segundos cantos e sextilhas de Fr. Antão*. Rio de Janeiro: Typ. Clássica de José Ferreira Monteiro. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4157?locale=en.

DIAS, A. Gonçalves (1851) – *Últimos cantos*. Rio de Janeiro: Francisco de Paula Brito. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4123.

HERCULANO, Alexandre (1847-1848) – «Futuro literário de Portugal e do Brasil». *Revista Universal Lisbonense*, t. VII, p. 5-8, Lisboa. Disponivel em: https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/rul/1847-1848/1847-1848.htm.

LEAL, Antônio Henriques (org.) (1868) – *Obras póstumas de A. Gonçalves Dias*. São Luís do Maranhão: s/ed. 2 v. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4401.

Publicador Maranhense (1842-1885) – *Folha oficial, política, literária e comercial*. São Luís. Disponível em https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/38183.

Marilene Weinhardt
Universidade Federal do Paraná/CNPq

VII

M. A. Alvares de Azevedo

Manuel Antônio Álvares de Azevedo

Eram duas horas da tarde do dia 12 de setembro de 1831, quando na cidade brasileira de São Paulo, saindo os estudantes do Curso Jurídico, ouviram os vagidos duma criança recém-nascida. Estes vagidos partiam duma sala que então estava servindo de biblioteca no edifício da Escola de Direito[1] e um homem, em sobressalto que denunciava um coração de pai, inquirindo nesse instante de receio e de esperança, de ser e não ser, de existência e de morte, que preside à entrada da vida se era filho, ou uma filha que Deus lhe havia dado, teve de alguém em resposta: É um estudante! Se fora vidente pudera ter acrescentado: é um privilegiado do céu, um poeta de que o Brasil há de orgulhar-se, um filho ilustre que a ilustre cidade de São Paulo há de vir a inscrever nos anais das suas indisputáveis glórias.

Esta criança, este embrião de poeta, que nascia à entrada da primavera, como as avezinhas para cantar como elas, era filho do Dr. Inácio Manuel Álvares de Azevedo[2], e duma senhora portuguesa, cujos apelidos[3] vemos também num mancebo, seu parente, que nos é querido pelo seu pundonoroso caráter, e pelo seu amor às letras. A mãe do recém-nascido era a Exma. Sra. D. Maria Luísa Silveira da Mota Azevedo.

Dois anos depois veio o pequenino Manuel para o Rio de Janeiro em companhia de seus pais, e até aos cinco anos gozou aquele viço de saúde e aquela robustez e graça infantil que são a riqueza das crianças, mas nessa época deu-se um triste acontecimento, que não devemos calar.

Conta-se que Henri Heine, ainda infante, sendo surpreendido pelo espetáculo da morte, ao ver numa essa[4] funerária a companheira de seus brincos, sentira um abalo tão violento, que esteve quase a perder a vida. Salvaram-lha, mas nunca mais recobrou a saúde. O mesmo sucedeu a Álvares de Azevedo, que com o humorista alemão teve depois tantos pontos de contacto pela sua índole de escritor. Foi um dia encontrar morto um irmãozinho[5], que tantas

vezes tinha visto nos braços maternos. Era um querubim de cera, coroado de flores, vestido de gala, sobre uma essa iluminada por brandões acesos. Pediu na sua inocência, mas com um afinco que tocava as raias do delírio, que o vestissem assim. Queria acompanhá--lo para o céu, e aí folgar com os anjos. A vontade era impossível de satisfazer; insistiu; à insistência, quando o viu partir sem ele, seguiram-se sintomas assustadores, e declarou-se uma febre que tinha tanto de pertinaz como de violenta. Esteve às portas da morte, cuidados e esforços valeram-lhe, mas a pobre criança nunca mais recobrou o vigor, e daí seguramente o gérmen de enfermidade que tão cedo o havia de arrebatar ao mundo.

Aos dez anos, depois do estudo das primeiras letras, em que pouco aproveitou, porque seus pais olhando às suas forças atenderam mais ao seu desenvolvimento físico, entrou Álvares de Azevedo para o Colégio Stoll[6]. Os progressos que fez neste acreditado estabelecimento de instrução secundária, onde permaneceu quatro anos, percorrendo as suas classes com rapidez vertiginosa, adiantando-se aos alunos que lá encontrou, surpreendendo a todos com os prodígios de sua inteligência, foram tais, que Mr. Stoll, pouco depois, escrevendo a seu pai, dizia-lhe: «*S'il continue ainsi, cela deviendra un brésilien qui pourra se mesurer avec les premières capacités européennes*»[7]. Noutra carta exaltava-o deste modo: «*Notre petit héros fait toujours ma glorie et mon bonheur. Il réunit, ce qui est bien rare, la plus grande innocence de moeurs à la plus vaste capacité intellectuelle que j'ai rencontrée en Amérique dans un enfant de son âge*»[8].

Dos quatorze aos dezesseis anos completou os seus preparatórios com o estudo das línguas e as matérias que lhe faltavam, entrando por fim como interno no Colégio de Pedro II[9]; em 1847 tomou o grau de bacharel em Letras, e no ano seguinte partia para São Paulo a matricular-se no primeiro ano do Curso Jurídico[10].

Abria-se um novo horizonte ao espírito penetrante de Álvares de Azevedo. São Paulo era a pátria e ele dizia:

> Não é mais bela, não, a argêntea praia
> Que beija o mar do sul,

Onde eterno perfume a flor desmaia
E o céu é sempre azul;[11]

São Paulo era a liberdade depois da escravidão no Colégio de D. Pedro II, em que tanto se contrariara; São Paulo falava aos sentidos inquietos do mancebo. «Na Bahia *eles* e não *elas*; em Pernambuco *elas* e não *eles*; em São Paulo, *elas* e sempre *elas*», diz um provérbio, e o poeta achava-se entre essas mulheres que, no dizer dum viajante, rivalizam com as da Andaluzia. Que fascinações! Que sede de estudo! Que vontade [de] encarar a vida por todos os lados, o mundo por todas as suas faces!

Nada pinta melhor o viver e a febril atividade de Álvares de Azevedo no seu primeiro ano de acadêmico, nas horas vagas, do que as cartas que ele escreveu ao seu amigo, o Sr. Dr. Luís Antônio da Silva Nunes[12]. Vamos resumi-las. Na primeira (11 de maio de 1848) fala-lhe de duas mulheres que ali havia, que passavam por serem as mais lindas. A primeira, de cabelos louros e olhos da cor do céu, era uma sílfide; a outra, cujos cabelos pendiam mais para castanhos, olhos pardos e tez pálida, lembrava o ideal poético dessas virgens frágeis, desses lírios do vale, que um sopro lança em terra; uma cópia da Madalena de Dumas[13]. Contudo, ele, que sentia no coração a necessidade de amar, não as podia amar. Na segunda carta (20 de julho) diz-lhe que está fazendo a tradução em verso do 5.º ato do *Otelo* de Shakespeare, e que era já longo demais o que tinha feito para que pudesse mandar-lho. Na terceira (26 de julho), manda-lhe versos de amor, parte de suavíssimo perfume, parte *byronianos*, ou antes de linguagem mais ou menos solta, que desde logo revela as alucinações do poeta. Na quarta (23 de agosto) fala-lhe do seu *Conde Lopo*[14] (um drama); diz-lhe que já tem cerca de 200 páginas escritas, e manda-lhe o fragmento dum canto que dele fazia parte. Na quinta (27 de agosto) manda-lhe mais versos, e participa-lhe que está traduzindo em verso a *Parisina* de Byron[15], o mais suave de tudo o que ele conhecia em inglês. Na sexta (4 de setembro) envia-lhe um romance, meio em verso, meio em prosa, imitado de Byron.

Por este rapidíssimo esboço de quatro meses avaliareis o que foi nos seguintes. No princípio do ano de 1849 e princípio de 1850, que febre e trabalho! Em carta do 1.º de março[16], dizia ele ao seu amigo:

> Neste pouco espaço de três meses escrevi um romance de duzentas e tantas páginas; dois poemas, um em cinco e outro em dois cantos; uma análise de *Jacques Rolla* de Musset[17]; e uns estudos literários sobre a marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal[18] – bastante volumosos –; um fragmento de poema em linguagem muito antiga, mais difícil de entender que as *Sextilhas de Frei Antão*[19].

Depois acrescenta:

> A essa muita agitação de espírito sobrevém-me às vezes um marasmo invencível, horas daquelas que os navegantes temem, em que a calmaria descai no mar morto, e as velas caem ao longo dos mastros.

Era o marasmo depois da luta, o descanso para voar mais alto, e o condor arrojando-se às alturas abrangia o mundo dum golpe para o avaliar inteiro. Ou antes diremos como o seu ilustre biógrafo, o Sr. J. Norberto[20], e mais apropriada será a imagem: «Seu gênio ardente como o cavalo do gaúcho, com as narinas em fogo, já não corre, devora o espaço, atira-se através dos precipícios, salva-os[21], e respirando ao longe não para; prossegue na sua vertiginosa carreira, e perde-se nas campinas batidas pelo pampeiro[22]»[23].

A pressa com que compunha, e a rapidez com que escrevia, que não era ainda assim a suficiente para lhe acompanhar o pensamento, era tal, que muitos dos escritos que deixou são indecifráveis. Depois não emendava, ou raríssimas vezes o fazia. É ele mesmo quem o diz:

> Frouxo o verso, talvez pálida a rima,
> Por estes meus delírios cambeteia,
> Porém odeio o pó que deixa a lima,
> E o tedioso emendar que gela a veia![24]

E por isso mal se compreendem às vezes os seus versos n'*O poema do frade*[25], e muitas das suas divagações nos escritos em prosa. Mas o que é o talento! Ele voava, não corria, não limava os seus versos, e contudo que joias de inexcedível valor, que deliciosas e irrepreensíveis estâncias se não acham espalhadas por todas as suas obras! Citemos algumas:

A uma mulher perdida, mas ainda bela, diz na «Glória moribunda»[26]:

> Quem pudera nas ondas do passado,
> Ditoso pescador, erguer no lodo
> O ramo de coral dos teus amores![27]

Falando da alma (*O poema do frade,* canto 4.º):

> Esse raio do Éden, de flor divina,
> Emanação balsâmica e celeste,
> Reflexo duma alâmpada argentina
> Que esse lodo mortal de luz reveste;
> Que em nós vive, em nós ama, e sonha e sente,
> E que chama-se a alma do vivente?[28]

Na «Itália»[29], falando do sol, da brisa, e das ondas preguiçosas das suas praias:

> Ama-te o sol, ó terra da harmonia,
> Do Levante na brisa te perfumas;
> Nas praias de ventura[30] e primavera
> Vai o mar estender seu véu d'escumas![31]

No «Crepúsculo do mar»[32], ao ver os últimos clarões que projeta o sol-posto nas orlas do horizonte:

> É vermelho de sangue o céu da noite
> Que na luz do crepúsculo se banha;
> Que planeta do céu do roto seio
> Golfeja luz tamanha?

Que mundo em fogo foi bater correndo
Ao peito doutro mundo – e uma torrente
De medonho clarão rasgou no éter
E jorra sangue ardente?[33]

A uma mulher amada nos versos [de] «C…»[34]:

Dá-me um beijo, abre os teus olhos[35],
Por entre esse úmido véu;
Se na terra és minha amante,
És a minha alma no céu![36]

Na «Tarde de verão»[37], falando da sua amante:

Fulgura a minha amante entre meus sonhos
Como a estrela-do-mar nas águas brilha;
Bebe à noite o favônio em seus cabelos
Mais suave o aroma que a baunilha.

[…]

Na lânguida[38] pupila de seus olhos
Num olhar a desdém entorna amores,
Como à brisa vernal na relva mole
O pessegueiro em flor derrama flores.[39]

Na «Minha amante»[40], numa noite de febre e insônia, lembrando-se da mulher que amava:

Ó! minha lira, ó viração noturna,
Flores, sombras do vale, à minha amante,
Dizei-lhe que esta noite de desejo
E de ternuras morro![41]

No «Seio de virgem»[42]. Os mimosos seios que o enlouqueciam, convidam-no dizendo-lhe:

Amai, poetas, amai![43]
Que misteriosas venturas

Dormem nessas rosas puras
E se acordarão num ai![44]

Na «Lélia»[45], falando duma mulher de mármore, da mulher estátua, que não ama, nem é capaz de sentir:

Passou talvez do cemitério à sombra,
Mas nunca numa cruz deixou um[46] ramo;
Ninguém se lembra de lhe ter ouvido
Numa febre d'amor dizer: «eu amo!»

[…]

Descrê. Derrama fel em cada riso,
Alma estéril não sonha uma utopia…
Anjo maldito salpicou veneno
Nos lábios que tressuam d'ironia.[47]

N'«A canção de D. Juan[48]»:

Ó faces morenas, ó lábios de flor
Ouvi-me a guitarra que vibra[49] louçã,
Eu trago meu peito, meus beijos d'amor,
Ó lábios de flor,
Eu sou D. Juan![50]

E na prosa? Aí vai um exemplo dentre muitos que podíamos apresentar. Penseroso, no drama romance *Macário*[51], lembra-se com saudade da sua amante e diz:

> Por ela fui pedir à solidão os murmúrios, fui abrir meu coração aos hálitos moribundos do crepúsculo, ajoelhei-me junto da cruzes da montanha, e no sussurro das aves que adormeciam, no cintilar das primeiras estrelas da noite, na gaze[52] transparente e purpurina que desdobrava seu véu luminoso por entre as sombras do vale – em toda essa natureza bela que dormia fui escutar as vozes íntimas do amor, e meu peito acordou-se[53] cantando e sonhando com ela![54]

Lede, e se tiverdes alma, direis como Sainte-Beuve a propósito dos belíssimos versos de «Namouna»[55] de Alfredo Musset: «Isto é tão alto que seguramente Deus ou o demônio, se quiserdes, passou por aqui».

*

Não julgueis porém, que o dulcíssimo poeta não tenha um senão. Segundo um moralista, quem tem asas para se erguer, também as tem para desvairar. Comecemos a estudá-lo na vida íntima:

Quereis vê-lo no seu quarto de estudante? Olhai; é ele que se descreve, e poucos escritores deixam de si tantos elementos para poderem ser avaliados com verdade[56]:

> Reina a desordem pela sala antiga,
> Desce a teia d'aranha às bambinelas[57],
> À estante polvorenta. A roupa, os livros,
> Sobre as cadeiras poucas se confundem.
> Marca as folhas do Fausto[58] um colarinho,
> E Alfredo de Musset encobre às vezes
> De Guerreiro[59], ou Valasco[60] um texto obscuro.[61]

Além pendem os retratos de Victor Hugo, de Lamennais[62], e do Rei de Roma[63]. Aqui um quadro de mulher formosa, outro mais distante de uma bela adormecida:

> Oh! Quantas vezes ideal mimoso
> Não encheste minha alma de ventura,
> Quando louco, sedento, e arquejante
> Meus tristes lábios imprimi ardentes
> No poento vidro que te guarda o sono[64].

A esta parte o leito, que na sua desordem ainda está acusando a febre e a insônia da passada noite:

> Meu pobre leito! [...][65]
>
> Aqui levei sonhando noites belas;
> As longas horas olvidei libando

Ardentes gotas de licor doirado,
Esqueci-as[66] no fumo e na leitura
Das páginas lascivas do romance.[67]

Junto do leito alguns dos seus livros favoritos: «O Dante, a Bíblia, Shakespeare e Byron»[68].

Sobre a mesa em uma caixa escura, dois retratos, que vistas indiscretas não profanam, e que ele beija cada noite:

Meu pai e minha mãe – Se acaso um dia
Na minha solidão me acharem morto
Não os abra ninguém. Sobre o meu peito
Lancem-os em meu túmulo. Mais doce
Será certo o dormir da noite negra
Tendo no peito essas imagens puras.[69]

Lembra-se ainda doutra imagem que sonhara. Diz que pode ainda sonhar com ela, beijar-lhe, chorando, a trança dos cabelos e umas violetas murchas; mas que não poderá na sepultura tê-la sobre o peito. Depois, acrescenta:

Parece que chorei… Sinto nas faces[70]
Uma perdida lágrima rolando…
Satã leve a tristeza! Olá, meu pajem,
Derrama no meu copo as gotas últimas
Dessa garrafa negra…
Eia! bebamos!
És o sangue do gênio, o puro néctar
Que as almas de poeta diviniza,
O condão que abre o mundo das magias!
Vem fogoso *Cognac*! É só contigo
Que sinto-me viver.[71]

Aqui tendes uns traços, e bem eloquentes, do caráter do poeta e do humorista. Alma cândida que adora seus pais, erguendo um altar no coração às mulheres, por quem suspira de amor;

cheio de sensibilidade, chorando sobre umas flores secas; excitando-se, e afogando em *cognac* as suas melancolias!

Álvares de Azevedo, que dispunha duma grande erudição, porque conhecia as línguas da Europa culta, e os seus principais escritores, queria cultivar a poesia lírica, idear o poema, escrever o romance, reformar o teatro, exercer a crítica, revolucionar a literatura; queria também, frequentando as aulas de Direito, ser um dos primeiros estudantes do seu curso, e era-o; e ardente, cheio de imaginação, dominado pelos sentidos, corria ao mesmo tempo após os seus apetites, não se lembrando que a eles sacrificava a vida.

Em São Paulo fundara-se em 1845 a Sociedade Epicureia[72], com o fim de realizar os sonhos de Byron. Ali se encerravam noites e dias a fio, com as janelas calafetadas para que a luz do dia não lutasse com a das velas acesas, moços talentosos com mulheres que nunca faltam para estes mistérios Eleusinos[73], e aí, em devaneios de toda a espécie, se perdia muitas vezes a saúde. Parece que Álvares de Azevedo foi um dos convivas de tão estranha sociedade, e pelo menos na sua *Noite na taverna*[74], refere-se visivelmente a ela:

> A verdadeira filosofia (diz um dos associados)[75] é o epicurismo. Hume bem o disse: o fim do homem é o prazer, daí vede que é o elemento sensível quem domina. E pois ergamo-nos, nós, que amarelecemos nas noites desbotadas de estudo insano, e vimos que a ciência é falsa e esquiva, que ela mente e embriaga como um beijo de mulher.
>
> – Bem! muito bem! é um *toast* de respeito!
>
> – Quero que todos se levantem, e com a cabeça descoberta digam-no[76]: Ao deus Pã da natureza, àquele a quem a antiguidade chamou Baco, o filho das coxas dum Deus, e do amor de uma mulher, e que nós chamamos melhor pelo seu nome – o vinho!
>
> – Ao vinho! ao vinho!
>
> Os copos caíram vazios na mesa.[77]

O desvairado poeta tinha no seio o gérmen da doença que o havia de matar. Como poderia ele resistir? Como podia a vida chegar-lhe para tais loucuras?

Começou a sofrer, e desde que o conheceu procurou esquecer-se nos vapores alcoólicos. Diz o Sr. J. Norberto, a cujo valioso estudo[78] tanta vez nos socorremos, que ele fazia as libações do *cognac* mais por imitação de Byron e de Alfredo Musset do que por necessidade, pois que o seu cérebro ainda fresco não precisava de excitações ardentes para produzir. Não o cremos. Bebia para se esquecer do que sofria, tanto física, como moralmente. – «Não há melhor túmulo para a dor (dizia ele), do que uma taça cheia de vinho, e[79] uns olhos negros cheios de languidez»[80]. Bebia porque quem começa a beber e chega a exceder-se, continuar é quase sempre lei fatal; bebia porque o *cognac* lhe acelerava a inspiração, e ele tinha a febre do trabalho. Não dizia ele:

> Quando se tem três garrafas de Johannisberg[81] na cabeça, sente-se a gente capaz de escrever um poema. O poeta árabe bem o disse: – O vinho faz do poeta um príncipe, e dum príncipe um poeta![82]

Ai! tarde te arrependeste, ó alma ingênua, mas honraste-te com este grito de remorso:

> Fui um louco, meu Deus! quando tentava
> Descorado e febril nodoar na orgia
> Os sonhos de poeta![*] [83]

*

Que admira que na faina do trabalho, um homem que não emendava, e não corrigia, e cujas ideias se despenhavam com a velocidade do pampeiro, produzisse cousas que mais tarde rejeitaria decerto se Deus lhe concedera vida?

---

* Estes versos que são da poesia «12 de setembro», feita pelo autor aos seus anos, repetem-se com mudança de duas ou três palavras no «Canto do século» («Hinos do profeta») no mesmo volume. É fácil verificar. O «Canto do século» tem 27 estrofes; pois 17 delas estão repetidas, com pouquíssimas variantes, na poesia «12 de setembro».[84]

Há nele versos desleixadíssimos, por exemplo:

> Oh! quando os hinos virginais da lira
> E as delícias do amor, que a noite ouvia[85],
> E as harpas do porvir que nos sorrira,
> E a esperança e os anjos da harmonia
> E o esplêndido sol – se esvaecerem
> E as convulsões do peito arrefecerem.[86]

Que falta de gosto! Todas as rimas dos quatro versos predominando em «i»: *lira, ouvia, sorrira, harmonia*. Como estas muitas outras n'*O poema do frade*. E na prosa cheia muitas vezes duma desordenada erudição, que denuncia um estudo de ferro, estriada outras dos lampejos daquela cabeça vulcânica, não há também atropelamento de ideias e desleixos de frases donde o bom gosto fugiu?

Vede; fala de *Jacques Rolla*, de Alfredo de Musset:

> Ainda entre a magia grandiosa de Victor Hugo, é ele um dos primores da poesia íntima à feição dos solilóquios de Shakespeare, da melodia selvática[87] das paixões naquela testa negra de Otelo, a refrescar-se nas brisas das lagunas, das febres do ciúme: um tipo de beleza entre aquela tendência à exageração e a uma originalidade lavrada de arabescos, abismada em seu deleite de negridões, porque ele soube, sem despir sua personalidade literária, inda retemprar[88] seu gênio nas fantasias alemãs de Hoffmann e na assonia de Lamartine, – como o *Hernani* de Hugo, no enrijar de seu[89] gládio de bandido nas torrentes das montanhas[90].

Oh! é triste que um escritor que preza a sua reputação de homem de letras não tenha tempo, senão de limar, pelo menos de escolher o que deve ver a luz pública, porque a morte lhe cortou as asas antes de o pôr em prática. Mas triste é igualmente que depois, quem não tem a responsabilidade do que aparece, nem tem outros motivos de decidir que não sejam avolumar as obras de um talento notável, porque a admiração é cega, publique tudo quanto encontra, o bom e o medíocre, o mau e o ótimo para assim macular dalguma

forma a memória do seu ídolo. Álvares de Azevedo não publicou as suas obras, publicaram-lhas.

Diga-se contudo uma verdade. As obras em que se notam estes defeitos são a estreia do escritor. O estudo sobre a literatura e a civilização de Portugal[91] foi escrito no fim do ano de 1849; o estudo sobre *Jacques Rolla*, de Alfredo Musset, é de janeiro ou fevereiro de 1850; o de «Aldo, o rimador», de George Sand[92], bem como o discurso pronunciado na instalação da Sociedade – Ensaio Filosófico[93], são de maio do mesmo ano. Isto mostra que foram escritos antes dos 19 anos. Agora lede as últimas poesias; lede em prosa o drama-romance *Macário* e a *Noite na taverna*, e vereis logo a diferença. Aí a frase corre sem peias, é pouco medida; fugiu daí o idealismo que embalava a alma do poeta nos seus primeiros cantos, para dar lugar ao descomedimento e à soltura da expressão; mas a mão está mais assente, o período é mais cortado, a dicção mais perfeita. Não há paridade entre o que fora e o que é; é visível o progresso.

Assim a avezinha ensaia as suas forças ainda débeis, solta-se, começa a voar, hesita, pousa medrosa, levanta-se outra vez, dirige aqui e ali os seus pequenos voos, até que se larga com toda a confiança e corta os horizontes que antes tremia de medir com a vista.

Há na natureza de Álvares de Azevedo um dualismo que assombra, não porque não seja comum a muitos homens, mas porque nele é tão pronunciado, que dificilmente se encontra igual em outros escritores.

Álvares de Azevedo era o poeta dos gorjeios, das noites plácidas, das flores, do luar, da aurora ridente, dos castos amores, de todos os grandes afetos, de todas as carícias; e era o poeta que parece que não tinha bebido ideias senão em Propércio[94] e no grego Rufino[95], inspirando-se unicamente das nudezas da antiguidade pagã para nos dar delas uma segunda edição no século XIX.

No seu romance *Macário* diz-lhe um desconhecido (Satã, que era para ele o mesmo que para o Dr. Fausto era Mefistófeles[96]):

O Desconhecido

> Admira-me uma cousa. Tens vinte anos: deverias ser puro como um anjo, e és devasso como um cônego!

Macário

> Não é que eu não voltasse os meus sonhos para o Céu. A cisterna também abre os seus lábios para Deus, e pede-lhe uma água pura – e o mais das vezes só tem lodo...[97]

O moço de vinte anos, o Macário, que voltava os seus sonhos para o Céu, e tinha a incontinência na alma, como a cisterna tem o lodo no fundo, era Álvares de Azevedo.

Censura-se a Luciano, a esse elegante de espírito que não passava dum cínico quando falava das *cortesãs*[98] do seu tempo, que ele tantas vezes ofendesse o pudor nos seus belíssimos *Diálogos*. A musa da inocência velava as suas faces quando Petrônio escrevia o «Festim de Trimalquião»[99]. Pois lede a *Noite na taverna*, lede o *Macário* do poeta brasileiro, e persuadir-vos-eis pela soltura das frases, e muitas vezes pelo desbragado da expressão, que são obras dum grego ou dum romano, e não dos dias de hoje. A Antiguidade não tinha quadros mais livres.

Na *Noite na taverna* há o suicídio, o infanticídio, o adultério, o assassínio, a loucura, a antropofagia, o incesto, o veneno, a traição, a embriaguez, o filtro que embriaga, a sedução que perde. Ali todos os convivas afogam em vinho, ou *cognac* todos os remorsos, todas as dores, ou todas as misérias. É um *pandemonium* de perdição.

Obedecendo ao dualismo da sua natureza, felicita hoje no discurso que recitou comemorando o aniversário da criação dos cursos jurídicos no Brasil[100], os que compreendiam a sua missão; elogia a mocidade que é esperança de verdadeira poesia, que se ensaia para os debates de tribuna, e que se apodera da grande alavanca da imprensa. Amanhã descrê dos seus poetas e dos seus artistas, e exclama desdenhoso e desanimado:

> A poesia morre – deixa-la que cante seu adeus de moribunda… Não escutes essa turba embrutecida no plagiar e na cópia. Não sabem o que dizem esses homens que para apaixonar-se pelo canto esperam que o hosana da glória tenha saudado o cantor. São estéreis em si como a parasita. Músicos – nunca serão Beethoven, nem Mozart. Escritores – todas as suas garatujas não valerão um terceto

> de Dante. Pintores – nunca farão viver na tela uma carnação de Rubens, ou erguer-se no fresco um fantasma de Miguel Ângelo.[101]

É ainda obedecendo a esse dualismo que ele é umas vezes cético, outras crente, e outras nem cético nem crente.

Cético diz:

> A filosofia é vã. É uma cripta escura onde se esbarra na treva. As ideias do homem o fascinam, mas não o esclarecem. Na cerração do espírito ele estala o crânio na loucura, ou abisma-se no fatalismo, ou no nada.[102]

Nem cético, nem crente:

> Se existe Deus, ele me perdoará**,** se a minha alma era fraca, se na minha noite lutei embalde com o anjo como Jacob, e sucumbi – Quem sabe? – Eis tudo o que há no meu entendimento. Às vezes creio e espero: ajoelho-me banhado de pranto, e oro; outras vezes não creio, e sinto o mundo objetivo vazio como um túmulo.[103]

Crente. Diz que o seu sonho foram os seus amores, foi a natureza, foi a liberdade, foi a família, e conclui:

> E agora o único amor… o amor eterno
> Que do fundo do peito aqui murmura
> E acende os sonhos meus,
> Que lança algum luar no meu inverno,
> Que a minha vida no penar apura,
> É o amor do meu Deus.[104]

*

O que há no humorista? Há a mistura da sensibilidade e da ironia, da frivolidade e da profundez, da delicadeza e da força, da graça e do sarcasmo. O humorista abraça as duas faces da vida, e passa da alegria às lágrimas, e destas ao riso amargo por um capricho da sua estranha natureza. Álvares de Azevedo era humorista.

Dizia ele que a vida tem o que quer que seja de sério, e a morte um não sei quê de horrorosa, quando se pensa nelas, e que assim o melhor era não tomá-las pelo lado sério, mas pelo ridículo. Entretanto, não era para obedecer a esta teoria que ele gracejava com a morte, por exemplo, fazia-o também porque estava na sua organização, como em Henri Heine, como em Scarron[105], como em Sterne[106], como em Shakespeare, como em Cervantes, como em tantos outros. Álvares de Azevedo havia nascido humorista.

Lede a segunda parte da *Lira dos vinte anos*, onde, no dizer dele – se dissipa o mundo visionário e platônico, e se entra num mundo novo, pátria dos sonhos de Cervantes e Shakespeare. – É um primor. Digam-me se há versos naquele gênero que possam competir com os de «Spleen e charutos»[107]? E o desespero dos imitadores; trinta lhe têm querido seguir os voos, e não se elevam, e nem de longe se lhe aproximam. Henri Heine, quando a cegueira e a paralisia lhe atormentavam a alma, escreveu o *Livro de Lázaro*[108], e aí graceja com a morte. Álvares de Azevedo n'«O poeta moribundo»[109], por imitação de Henri Heine, já adivinhando a morte, ou antes, já sentindo-a a corroer-lhe o seio, faz dela a sua noiva, e exclama rindo:

> Coração por que tremes? Vejo a morte,
> Ali vem lazarenta e desdentada…
> Que noiva! E devo então dormir com ela?...
> Se ela ao menos dormisse mascarada?
>
> Que ruínas! que amor petrificado!
> Tão antediluviano e gigantesco!
> Ora, façam ideia que ternuras
> Terá essa lagarta posta ao fresco![110]

Camilo Castelo Branco, prefaciando o livro de Henri Heine, que traduziu[111], exclama: – Quem tiver coração de pouco vulgar têmpera de chorar, doer-se-á tanto das amarguras, como das facécias do *Livro de Lázaro*. O mesmo devemos dizer d'«O poeta moribundo». Álvares de Azevedo brincava aí com a morte, e o

coração confrange-se porque adivinha as lágrimas debaixo daquelas mostras de rir zombeteiro.

*

Álvares de Azevedo estava condenado a morrer novo, e o desalento, os pressentimentos do próximo fim, os queixumes, a saudade da vida, estão espalhados em muitos dos seus versos, na prosa do drama *Macário*, nas cartas ao seu amigo Sr. Dr. Luís Antônio da Silva. A este, no 1.º de março de 1850, nas férias do 2.º ano – note-se que ainda então não contava 19 anos – escrevendo do Rio de Janeiro, dizia-lhe:

> Luís, há aí não sei quê no meu coração que me diz que talvez tudo esteja acabado[112] entre nós. Será uma mentira, uma dessas gotas de fel que se embebem no cérebro como uma loucura, ou um pressentimento[113] – como o primeiro pio da procelária aos prelúdios do vendaval por mar alto[114].

Aí mesmo recorda-se da mãe que ele estremecia, e ajunta:

> Talvez alguma lágrima furtiva rolou pela face de minha mãe… Pobre mãe! Não é assim, meu Luís? Pobres (não o crês?) daquelas que veem o filho pender e murchar pálido como os sons da música sombria que ele só escuta[115].

Em 12 de setembro de 1851, dia em que ele completava 20 anos, escreve uma poesia «Saudades»[116], e a epígrafe que lhe põe é de Byron. Diz: *T'is vain to struggle – let* [*me*] *perish young*[117]. De que vale esforçar-me se hei de morrer moço?

Nesta disposição de espírito voltou ele ao Rio de Janeiro, pelas férias do 4.º ano, mas seguia-o o negro pressentimento de que não regressava a São Paulo, ou se regressasse não conseguiria completar o curso, porque nos dois últimos anos tinha a fouce inexorável cortado a vida de dois quintanistas, e em 1852 seria ele a vítima.

Esta ideia era tão fixa que tinha no seu gabinete de estudo escrito a lista fúnebre na seguinte ordem:

> 1850 – Feliciano Coelho Duarte
> 1851 – João Batista da Silva Pereira
> 1852 – …

A ambos tinha saudado na morte, pagando o tributo do amigo ao amigo[118].

Para dísticos das oito colunas que sustentavam a Essa nas exéquias que se celebraram ao primeiro, fez ele os versos. E que belíssimos versos! Uma das quadras é o grito de quem vê além das trevas do sepulcro a luz da bem-aventura eterna. É a profissão do crente:

> O meu lodo lavei no rio santo
> E fui sorrir de Deus ao morno dia;
> Misérrimos! o sol d'além do túmulo
> Não é do morto a lâmpada sombria.[119]

No discurso recitado à beira da sepultura do último lêem-se estas palavras, que são o grito de alerta! de uma voz invisível, a que parece que ele responde, – alerta estou!

> Navegantes misérrimos pelo oceano da morte, a nau[120] que conduz as nossas esperanças para o Oriente do futuro, tem uma sina terrível! Cada ano uma vítima se perde nas ondas, e a sorte escolhe sorrindo o melhor[121] dentre nós! [122]

Podia morrer. E qual era agora a sua vida? Cada vez mais concentrado no seu quarto, procurando de dia o escritório de seu pai que já lhe confiava as questões mais melindrosas; à noite sentado à mesa do estudo, sempre compondo ou escrevendo, sempre ardendo em febre.

Espreitava-o a mãe, que as mães não dormem, e quando uma, outra, e outra vez o encontrava nas altas horas da noite, naquele

frenesi de trabalho, naquele esbanjamento de vida, pedia-lhe, suplicava-lhe, disfarçando as lágrimas, que se fosse deitar. É a estes cuidados maternos, a esta sentinela vigilante das noites, que ele se refere quando na poesia «Lembrança de morrer»[123], exclama:

> Só levo uma saudade – é dessas sombras
> Que eu sentia velar nas noites minhas…
> De ti, ó minha mãe, pobre coitada,
> Que por minha tristeza te definhas.[124]

Dava-lhe ele esta demonstração de amor filial, e quando exausto descansava do trabalho, passava as horas junto da irmã e da mãe, deitado aos pés desta abraçando-a, beijando-lhe as mãos, enchendo-a de carícias, pagando amor com amor. Era o delírio do afeto, o crepitar da luz, mais viva quando está para extinguir-se.

Nisto aproximava-se o outono, que tantas flores desfolha. Chega o 10 de março, aparecem os primeiros sintomas, verdadeiramente assustadores, e perdem-se desde logo todas as esperanças. Seguem-se 46 dias de insuportáveis dores, e a 25 de abril de 1852, depois de receber os sacramentos, e pedir uma missa que por ser domingo se lhe não poude dizer, entregou o espírito ao Criador. Eram 5 horas da tarde, baixava já o sol no horizonte.

As últimas palavras que disse, forcejando por se apoiar no peito do irmão, tomando a mão do pai para a levar aos lábios, e lançando-lhe um olhar que era o seu último adeus, foram «*Que fatalidade, meu pai!*».

A mãe não o viu morrer, porque ele lhe havia pedido minutos antes que se retirasse, mas quando no quarto próximo adivinhou, ou ouviu o triste desengano, soltou um grito de suprema angústia e caiu sem sentidos. É que nesse instante se lhe acordara uma dolorosíssima memória.

Havia meses que um sonho horrível lhe despedaçara o coração, – o que não sonham as mães quando estremecem os filhos, e adormecem pensando sempre neles!... – sonhara que o filho da sua alma havia de morrer na sua própria cama. Correu o tempo; o sonho varrera-se-lhe da ideia; e por isso quando ultimamente o doente,

a pretexto de no quarto fazer muito calor, manifestou desejos de passar para a cama da mãe, consentiu na mudança.

Realizara-se o sonho.

O filho acabava de morrer na cama da mãe[125].

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1878. Lisboa: Lallemant Frères Typ, 1877, p. 3-18 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Manuel Antônio Álvares de Azevedo de A. X. Rodrigues Cordeiro

Segundo artigo de António Xavier Rodrigues Cordeiro sobre brasileiro ilustre[126] falecido em data próxima da sua publicação na seção de abertura do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, por ele criada no anuário destinado a 1872[127], o «elogio biográfico» de Manuel Antônio Álvares de Azevedo (São Paulo, 1831 – Rio de Janeiro, 1852) é um texto de mediana extensão, subdividido em cinco partes nas quais se misturam dados sobre a vida e a obra do homenageado com comentários do editor português.

Rodrigues Cordeiro explica que não conheceu Álvares de Azevedo, mas pôde obter informações sobre ele quer no convívio com «um mancebo, seu parente[128]» (*NALLB,* 1878: 3), quer no ensaio de Joaquim Norberto incluído na edição por ele organizada dos textos do poeta da *Lira dos vinte anos*[129]. Este ensaio e esta edição são, ao que tudo indica, os únicos documentos a que o autor do «elogio» teve acesso para o conhecimento da vida, das obras e das cartas de Álvares de Azevedo. Note-se porém que a dívida de Rodrigues Cordeiro para com Joaquim Norberto é bem mais profunda do que indicia a sua confissão, pois, além de endossar o perfil humano e literário do poeta paulista construído pelo biógrafo brasileiro, o escritor português centra-se nos mesmos aspectos, utilizando com frequência os mesmos vocábulos, expressões e frases quase idênticas.

O «elogio» inicia com o quadro romanticamente ficcionalizado do nascimento de Álvares de Azevedo, apresentado como «um privilegiado do céu, um poeta de que o Brasil há de orgulhar-se, um filho ilustre que a ilustre cidade de São Paulo há de vir a inscrever nos anais das suas indisputáveis glórias» (*NALLB,* 1878: 3). A antevisão do «futuro glorioso» do recém-nascido é corroborada pela citação de passagens de cartas em que Mr. Stoll, diretor do colégio onde ele iniciou seus estudos, elogia «os prodígios de sua inteligência» e prevê que ele «*pourra se mesurer avec les premières capacités européennes*» (*NALLB,* 1878: 4). O quadro do nascimento de Álvares de Azevedo, a manifestação precoce do seu talento e a previsão da sua glória futura são aspectos longamente tratados por Joaquim Norberto.

A par com a interpretação dos dados biográficos do nosso poeta assente no conceito romântico do artista como gênio, duas outras concepções românticas estão patentes no artigo: a da permanente infelicidade dos poetas e a da sua morte prematura. Para o biógrafo português – tal como para Joaquim Norberto –, a dor profunda que Álvares de Azevedo sentiu na infância devido ao falecimento de um irmãozinho não só impregnou de sofrimento toda a sua existência, mas também foi o germe psicológico da enfermidade que o matou aos vinte anos. Nesse sentido, Rodrigues Cordeiro afirma que o nosso poeta «estava condenado a morrer novo, e [que] o desalento, os pressentimentos do próximo fim, os queixumes, a saudade da vida, estão espalhados em muitos dos seus versos, na prosa do drama *Macário*, nas cartas ao seu amigo o Sr. Dr. Luís Antônio da Silva» (*NALLB,* 1878: 16). Fechando o círculo, o «elogio» encerra com o quadro trágico dos seus últimos momentos, ao qual não falta – como naquele pintado por Joaquim Norberto – o elemento profético: o sonho que meses antes inquietara a mãe do jovem poeta com a antevisão da sua prematura morte.

Crítica biografista de feição romântica, o «elogio» dedicou ainda especial atenção ao período em que Álvares de Azevedo frequentou o curso de Direito em São Paulo[130] e no qual o estudioso português deteta outro traço nuclear da sua personalidade: a ânsia irreprimida de criação literária, assumida pelo próprio poeta nas cartas em que arrolou tudo o que estava escrevendo no momento: «versos de amor, parte de suavíssimo perfume, parte *byronianos*», um «romance meio em prosa, meio em verso», o «*Conde Lopo* […] que já tem cerca de 200 páginas», ao mesmo tempo em que se dedica à «tradução em verso do 5º ato do *Otelo,* de Shakespeare», e a «*Parisina*, de Byron» (cf. *NALLB*, 1878: 5). Bem nítida é neste trecho a colagem do ensaio de Joaquim Norberto, onde se lê que Álvares de Azevedo, «imitando o *Otelo* de Shakespeare e traduzindo a *Parisina* de Byron. Compôs também por esse tempo muitas poesias ligeiras […]; traçou as cenas principais do drama Conde Lopo […]; e começou um romance meio em prosa e meio em verso» (NORBERTO, 1873: 37).

Traço relevante de Álvares de Azevedo também descrito no «elogio» é a busca insana do prazer, o que teria originado os desregramentos

que praticara no tempo que passou em São Paulo. Daí o articulista afirmar que a cidade representava para ele a liberdade e falava aos seus «sentidos inquietos»: «em São Paulo, *elas* e sempre *elas*, diz um provérbio, e o poeta achava-se entre essas mulheres […]. Que vontade [de] encarar a vida por todos os lados, o mundo por todas as suas faces!» (*NALLB*, 1878: 4-5). Numa carta em que Álvares de Azevedo menciona os dois tipos femininos que o atraíam, Cordeiro vislumbra um sinal problemático da sua personalidade manifesto nos seus textos – a necessidade e a impossibilidade de amar –, mas não justifica a sua percepção[131].

Considera outrossim que Álvares de Azevedo – «ardente», «cheio de imaginação» e «dominado pelos sentidos» – buscou satisfazer seus apetites, ingressando na byroniana Sociedade Epicureia, a que alude em *Noite na taverna.* O autor do «elogio» rejeita, contudo, a opinião de Joaquim Norberto, para quem os excessos do nosso poeta dever-se-iam mais à imitação de Byron ou de Musset do que a uma necessidade pessoal. Argumentando que o cérebro ainda fresco de Álvares de Azevedo não precisava de excitações ardentes para produzir[132], sustenta que ele «bebia para se esquecer do que sofria, tanto física como moralmente». Mas admite que «o *cognac* lhe acelerava a inspiração, e ele tinha a febre do trabalho» (*NALLB*, 1878: 11).

O crítico português partilha, todavia, com o brasileiro a ideia de que o dualismo é uma característica nuclear do espírito e da poética de Álvares de Azevedo. Joaquim Norberto o vê dividido entre a crença e a descrença, as «melodias de Ariel e o fel de Caliban» (NORBERTO, 1873: 55). Cordeiro, fundindo criação e criador, afirma que o «moço de vinte anos, o Macário, que voltava os seus sonhos para o Céu, e tinha a incontinência na alma, como a cisterna tem o lodo no fundo, era Álvares de Azevedo» (*NALLB,* 1878: 13). Além disso, anota que ele é ora dulcíssimo, ora desbragado e aponta nos seus textos exemplos de que nem é cético, nem crente e tanto elogia como agride.

Cordeiro e Norberto perfilham a ideia de que Álvares de Azevedo – tal como Heinrich Heine – é um humorista, tipo humano no qual o primeiro identifica a «mistura da sensibilidade e da ironia, da frivolidade e da profundez, da delicadeza e da força, da graça e do sarcasmo» e a junção «das duas faces da vida» (*NALLB,* 1878: 15). Equiparando

o escritor brasileiro ao alemão, o articulista considera que n'«O poeta moribundo», Álvares de Azevedo brinca com a morte, confrangendo o leitor que «adivinha as lágrimas debaixo daquelas mostras de rir zombeteiro» (*NALLB,* 1878: 16). Ao emitir esse juízo, Cordeiro mostra novamente sua adesão à crítica subjetiva e impressionista típica do Romantismo.

Fiel, por sua vez, à visão da crítica romântica da literatura como reflexo da vida do escritor, Rodrigues Cordeiro busca nos versos de Álvares de Azevedo sinais reveladores do seu cotidiano. Convicto de que poucos escritores teriam «deixa[do] de si tantos elementos para poderem ser avaliados com verdade» (*NALLB,* 1878: 9), ele capta, na alcova desarrumada do sujeito lírico de «Ideias íntimas», a fotografia do quarto que o poeta-estudante habitara em São Paulo. Na «desordem do leito», percebe «a febre e a insônia» de uma noite do poeta; entre diversos objetos, encontra seus «livros favoritos», quadros com figuras históricas que ele admira ou com mulheres que o atraem; numa «caixa escura», descobre os retratos de seus pais, «que vistas indiscretas não profanam, e que ele beija cada noite» (*NALLB,* 1878: 9).

Finalmente, para o autor do «elogio», a já referida «febre» de escrever e a impossibilidade de acompanhar a velocidade do próprio pensamento tornaram ilegíveis alguns textos de Álvares de Azevedo, a quem censura – tal como o fez Joaquim Norberto –, por não ter limado os seus versos, nem burilado a sua prosa. Apresenta, como prova de «versos desleixadíssimos», quatro em que ocorre a rima em «i»[133]. O que para uma crítica objetiva não constitui matéria válida para formulação de juízo negativo.

O mesmo acontece com os defeitos que aponta na prosa azevediana: a «desordenada erudição», o «atropelamento de ideias», o «desleixo de frases donde o bom gosto fugiu» (*NALLB*, 1878: 12). Ao exemplificar com um fragmento do estudo azevediano do poema «Rolla», de Alfred de Musset, Cordeiro não demonstra verdadeiramente falhas do escritor brasileiro, expressando ponto de vista subjetivo, típico da crítica das «belezas» ou do «bom gosto», praticada na época.

De qualquer modo, o crítico português desculpa os defeitos de Álvares de Azevedo com argumentos de validade incontestável. Chama primeiramente a atenção para o fato de ele não ter podido

escolher o que deveria ou não ser publicado e acusa «quem não tem a responsabilidade do que aparece nem tem outros motivos de decidir que não sejam avolumar as obras de um talento notável» de editar «tudo quanto encontra, o bom e o medíocre, o mau e o ótimo para assim macular dalguma forma a memória de seu ídolo» (*NALLB,* 1878: 12). A esse argumento acrescenta a informação de que as composições em que se notam alguns defeitos constituem as primícias do homenageado, comprovando-o com a indicação das datas de escrita desses textos.

De qualquer modo, os defeitos observados em alguns escritos azevedianos são para o autor do «elogio» menos relevantes do que as «joias de inexcedível valor», as «deliciosas e irrepreensíveis estâncias […] espalhadas por todas as suas obras» (*NALLB,* 1878: 6). Esse juízo é sustentado com citações extraídas de uma dezena de poemas da *Lira dos vinte anos* e de *Macário*, bem como de *O poema do frade*, em que anotara alguns defeitos. Aconselhando, portanto, a leitura da obra azevediana, o articulista retoma o parecer de Sainte-Beuve a propósito de «Namouna», ao dizer: «Isto é tão alto que seguramente Deus ou o demônio, se quiserdes, passou por aqui» (*NALLB,* 1878: 8).

Embora António Xavier Rodrigues Cordeiro tenha corroborado sobretudo os pontos de vista formulados no estudo seminal de Joaquim Norberto de Sousa e Silva é inegável que as ideias de ambos estavam alicerçadas em conceitos fundamentais do Romantismo. É ainda de admitir que o estudioso português pôde formar seu próprio juízo acerca do mérito da obra de Álvares de Azevedo com base na leitura dos escritos azevedianos editados pelo historiador brasileiro. Enquadrado como seu antecessor na corrente da crítica biografista e na da leitura subjetiva e impressionista do tempo, Cordeiro está mais próximo da crítica das belezas, típica do Romantismo, do que da dogmática crítica neoclássica, embora não abandone de todo a atitude judicativa, tão constante e poderosa na atividade crítica que quase se confunde com a sua própria natureza.

O «elogio» que assina se sobreleva às manifestações mais frequentes da crítica jornalística praticada na imprensa portuguesa (e brasileira) do século XIX e até mesmo no *Almanaque de Lembranças.* Além disso, o posicionamento do «elogio biográfico» de Manuel Antônio Álvares de Azevedo nas páginas iniciais do *Novo Almanaque*

não é de somenos, pois constitui um marco importante na fortuna crítica do poeta precocemente falecido, pois aquele anuário atingia vasto público, tanto em Portugal e nas suas Colônias, como no Brasil e noutros espaços onde circulava. Consequentemente, os juízos que formulou não poderiam deixar de repercutir positivamente na quase coeva recepção das obras de Álvares de Azevedo.

Notas

1 Péricles Eugênio da Silva Ramos afirma estar desfeita a lenda, divulgada por Joaquim Norberto e outros historiadores da Literatura Brasileira, de que o poeta teria vindo à luz na biblioteca da Faculdade de Direito (RAMOS, 1962: 5-27). Hildon Rocha informa que Álvares de Azevedo nasceu «na sala da biblioteca da casa do seu avô materno, o Conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota, na Rua de São Francisco, próxima da Faculdade de Direito» (ROCHA, 1982: XXVI).
2 Inácio Manuel Álvares de Azevedo iniciou o curso de Direito na Universidade de Coimbra, mas transferiu-se para a Academia de São Paulo, quando D. Miguel fechou aquela universidade.
3 No Brasil: sobrenome.
4 essa (subst.): estrado onde se coloca o caixão durante as cerimônias fúnebres.
5 Inácio Manuel, irmão mais novo de Álvares de Azevedo, faleceu a 26 de junho de 1835.
6 Colégio situado em Botafogo e dirigido, até 1844, pelo professor Stoll, que escreveu cartas ao pai do nosso poeta, transcritas por Joaquim Norberto na edição que organizou das *Obras de Manuel Antônio Álvares de Azevedo* (1873).
7 SILVA, 1873, nota 13: 76. Tradução minha: «se ele continuar assim será um brasileiro comparável aos europeus mais capazes».
8 SILVA, 1873, nota 14: 76-77. Tradução minha: «Nosso pequeno herói é sempre a minha glória e minha felicidade. Ele reúne, o que é raro, a maior inocência nos costumes à mais vasta capacidade intelectual que encontrei na América numa criança com a sua idade».
9 Mais exatamente, Colégio Pedro II. Fundado no Rio de Janeiro, em 1837, ele é uma das mais antigas e tradicionais instituições públicas de ensino secundário do Brasil. A passagem de Álvares de Azevedo por este colégio, segundo Péricles Eugênio da Silva Ramos, «nem sempre foi de rosas», embora, nos últimos anos, ele tenha obtido menções honrosas (RAMOS, 1962: 7).
10 Na mesma época, frequentaram este curso, entre outros escritores, Bernardo Guimarães, Aureliano Lessa, José de Alencar, Silveira e Sousa, Perdigão Malheiros e José Bonifácio, o Moço.

11 «Na minha terra», II, quadra 1. *Lira dos vinte anos,* 1ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 51).

12 Luís Antônio da Silva Nunes, amigo e primo de Álvares de Azevedo, estudou como ele na Academia de São Paulo, mas concluiu o curso em Recife, em 1854. As cartas que o nosso poeta lhe endereçou foram transcritas por Joaquim Norberto, no terceiro tomo da edição que organizou das *Obras de Manuel Antônio Álvares de Azevedo*.

13 Referência a Madeleine Radelle, personagem débil e doente, de *O Conde de Monte Cristo* (1844), romance de aventuras francês escrito por Alexandre Dumas, pai (1802-1870), em colaboração com Auguste Maquet (1813-1888).

14 *O Conde Lopo* foi editado após a morte do poeta por Luís Antônio da Silva Nunes (AZEVEDO, 1886).

15 Poema de Lord Byron (1788-1824), *Parisina* foi publicado em 1816.

16 Os dois fragmentos da Carta de 1 de março de 1850 transcritos foram copiados da edição das *Obras* de Álvares de Azevedo organizada por Joaquim Norberto (AZEVEDO, 1873, t. III: 25 e 26).

17 Mais exatamente, «Rolla», poema inicial de *Poésies nouvelles* (1850), de Alfred de Musset (1810-1857). Sobre este poema, Álvares de Azevedo escreveu um texto crítico intitulado «Alfredo de Musset – Jacques Rolla» (1855), reeditado por Joaquim Norberto (AZEVEDO, 1873, t. III: 115-162).

18 Com o título «Literatura e civilização em Portugal» (1855), este estudo foi reeditado por Joaquim Norberto (AZEVEDO, 1873, t. 3º: 163-234).

19 As «Sextilhas de Frei Antão», de Gonçalves Dias foram originalmente publicadas em 1848.

20 Joaquim Norberto de Sousa Silva (1820-1891) escreveu «Uma notícia sobre o autor e suas obras» para o primeiro tomo da edição que organizou das obras de Álvares de Azevedo (SILVA, in AZEVEDO, 1873, t. I: 29-114), pela qual foi cotejada a maioria dos textos do nosso poeta mencionados no «Elogio».

21 salvar: galgar; passar por cima, saltando.

22 pampeiro: vento polar típico do pampa sul-americano.

23 SILVA, 1873, t. I: 66.

24 «O poema do frade», canto I, est. XXIII, v. 1-4 (AZEVEDO, 1873, t. I: 283).

25 *O poema do frade* (AZEVEDO, 1873, t. I: 271-364).

26 Glória moribunda», poema inicial de «Poesias diversas» (AZEVEDO, 1873, t. I: 221-240).

27 «Glória moribunda», parte V, v. 20-22 (AZEVEDO, 1873, t. I: 228).

28 *O poema do frade*, canto IV, est. XXII (AZEVEDO, 1873, t. I: 340-341).

29 «Itália», *Lira dos vinte anos,* 1ª parte, datado de «Maio, 1851 – S. Paulo» (AZEVEDO, 1873, t. II: 56-60).

30 No *NALLB*, certamente por gralha: «verdura».

31 «Itália», II, quadra 3 (AZEVEDO, 1873, t. II: 58).
32 «Crepúsculo do mar», *Lira dos vinte anos,* 1ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 64-67).
33 «Crepúsculo do mar», quadras 13-14 (AZEVEDO, 1873, t. II: 66-67).
34 «C…», *Lira dos vinte anos,* 1ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 93-95).
35 Na edição de 1873: «abre teus».
36 «C…», quadra 8 (AZEVEDO, 1873, t. II: 94-95).
37 «Tarde de verão», *Lira dos vinte anos,* 1ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 100-102).
38 Na edição de 1873: «Da lânguida».
39 «Tarde de verão», quadras 7 e 9 (AZEVEDO, 1873, t. II: 101-102).
40 «Minha amante», *Lira dos vinte anos,* 3ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 269-271).
41 «Minha amante», quadra 9 (AZEVEDO, 1873, t. 2º: 271).
42 «Seio de virgem», *Lira dos vinte anos,* 3ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 294-296).
43 Corrigido pela edição de 1873, porque no *NALLB* o verso apresenta métrica incorreta («Amai-nos, poetas, amai-nos»).
44 «Seio de virgem», sextilha 5, v. 3-6 (AZEVEDO, 1873, t. II: 295).
45 «Lélia», *Lira dos vinte anos,* 3ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 309-311).
46 Na edição de 1873: «seu».
47 «Lélia», quadras 4 e 8 (AZEVEDO, 1873, t. 2º: 310-311).
48 «A canção de Don Juan» é a parte III de «Sombra de D. Juan», poema de *Lira dos vinte anos,* 3ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 326-328).
49 Na edição de 1873: «trina».
50 «A canção de Don Juan», quintilha 1 (AZEVEDO, 1873, t. II: 326).
51 *Macário*, segundo episódio: «Macário, Penseroso» (AZEVEDO, 1873, t. III: 302-305).
52 Na edição de 1873: «gaza».
53 Na edição de 1873: «acordou».
54 *Macário*, segundo episódio (AZEVEDO, 1873, t. III: 304).
55 «Namouna», conto oriental publicado em *Premières poésies* (1829-1835), de Musset.
56 Os fragmentos seguintes foram copiados de «Ideias íntimas», longo poema da segunda parte de *Lira dos vintes anos* (AZEVEDO, 1873, t. II: 167-181).
57 bambinela: cortina do vão da janela.
58 Na edição de 1873: «a folha do Faust».
59 Certamente, Diogo Guerreiro Camacho de Aboim (1663-1709), jurisconsulto português, autor de várias obras.
60 No *NALLB*, por gralha: «Velasco». Trata-se possivelmente, de Álvaro Vaz ou Valasco (1526-1593), autor de *Praxis Partitiorum et Collationum inter*

Haeredes, Questionum Juris Emphyteutici, Consultationum et Decisionum, ac Rerum Judicatarum.

61 «Ideias íntimas», III, v. 1-7 (AZEVEDO, 1873, t. II: 170-171).

62 Félicité Robert de La Mennais (1782-1854), sacerdote católico, teólogo e político francês foi condenado pela encíclica *Mirari vos* (1832), pelo seu Catolicismo liberal.

63 Certamente Napoleão II (1811-1832), filho e único herdeiro de Napoleão Bonaparte e da Arquiduquesa Maria Luísa, recebeu do pai, ao nascer o título de «Rei de Roma». Em 1815, quando Bonaparte abdicou, apontou-o como seu sucessor no trono imperial francês, mas o seu título não foi reconhecido pelos franceses e pelas potências europeias.

64 «Ideias íntimas», VII, v. 7-11 (AZEVEDO, 1873, t. II: 174).

65 O verso completo é: «Meu pobre leito! eu amo-te contudo!»

66 No *NALLB*: «esquecias».

67 «Ideias íntimas», X, v. 1-6 (AZEVEDO, 1873, t. II: 177).

68 «Ideias íntimas», XI, v. 2. (AZEVEDO, 1873, t. II: 178).

69 «Ideias íntimas», XII, v. 6-11 (AZEVEDO, 1873, t. II: 179).

70 Na edição de 1873: «na face».

71 «Ideias íntimas», XIV, v. 1-10 (AZEVEDO, 1873, t. II: 180).

72 Sociedade Epicureia: sociedade literária que, inspirada pelas ideias e escritos de Byron, reuniu um grupo de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, entre os quais Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa, cujas desbragadas práticas são resumidas por Rodrigues Cordeiro.

73 mistérios Eleusinos: importantes ritos de iniciação ao culto das deusas agrícolas Deméter e Perséfone, celebrados em Elêusis (Grécia).

74 No *NALLB*: «taberna». *Noite na taverna*, narrativa assinada com o pseudônimo Job Stern, só foi publicada postumamente (1855). Foi depois reeditada nas *Obras* de Álvares de Azevedo organizadas por J. Norberto (AZEVEDO, 1873, t. III: 331-415).

75 Parênteses inseridos na citação por Rodrigues Cordeiro.

76 Na edição de 1873: «clamem».

77 *Noite na taverna,* capítulo I: «Uma noite do século» (AZEVEDO, 1873, t. III: 335- 336).

78 O estudo de Joaquim Norberto, já referido em nota, é a única fonte que Rodrigues Cordeiro assume ter podido consultar.

79 Na edição de 1873: «ou».

80 Fala de Macário no segundo episódio de *Macário* (AZEVEDO, 1873, t. III: 305).

81 No *NALLB*: «Joannisbergo». Referência ao vinho produzido pela Schloss Johannisberg*,* tradicional casa vinícola alemã, situada na região de Rheingau.

82 *Macário*, [1º episódio]: «Ao luar» (AZEVEDO, 1873, t. III: 274).

83 «12 de setembro», sextilha IV, v. 4-6, *Lira dos vinte anos,* 3ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 316).
84 Nota dos editores: «Um canto do século» é o título correto do primeiro poema de «Hinos do profeta», publicado na 1ª parte de *Lira dos vinte anos* (AZEVEDO, 1873, t. II: 125-133).
85 No *NALLB*, por gralha: «envia».
86 *O poema do frade,* canto III, est. LXXII (AZEVEDO, 1873, t. I: 327).
87 Na edição de 1873: «selvagem».
88 Na edição de 1873: «retemperar».
89 Na edição de 1873: «a enrijar seu gládio».
90 «O poema», capítulo I de «Alfredo de Musset. Jacques Rolla» (AZEVEDO, 1873, t. III: 119).
91 «Literatura e civilização em Portugal» (AZEVEDO, 1873, t. III: 163-234).
92 «J. Sand. Aldo o rimador» (AZEVEDO, 1873, t. III: 87-113).
93 «Discurso pronunciado na sessão da instalação da Sociedade Acadêmica Ensaio Filosófico» (AZEVEDO, 1873, t. III: 54-63). Esta Sociedade, fundada, em 1851, por Álvares de Azevedo e seus colegas da Faculdade de Direito de São Paulo, lançou no mesmo ano a *Revista mensal do ensaio filosófico paulistano* (1851-1864).
94 Sexto Aulo Propercio (Assis?, 43 a.C. -17 d.C.), poeta elegíaco romano.
95 Rufino, poeta grego da Antiguidade, autor de epigramas e poemas eróticos.
96 Na peça de Goethe, Mefistófeles é o demônio com quem Fausto faz um pacto.
97 «Numa estalagem da estrada», *Macário*: primeiro episódio (AZEVEDO, 1873, t. III: 264).
98 Referência à sátira *Diálogo das meretrizes,* de Luciano de Samósata (125-181 d.C.).
99 Referência ao famoso episódio do *Satíricon* (c.a. 60 d.C.), de Petrônio (26-66 d.C.).
100 Certamente, o «Discurso recitado no dia 11 de agosto de 1849, na sessão acadêmica, comemoradora do aniversário da criação dos cursos jurídicos no Brasil (AZEVEDO, 1873, t. III: 33-52).
101 «Numa sala», *Macário*: segundo episódio (AZEVEDO, 1873, t. III: 310).
102 «Numa sala», *Macário*: segundo episódio (AZEVEDO, 1873, t. III [1873]: 313).
103 «Numa sala», *Macário*: segundo episódio (AZEVEDO, 1873, t. III [1873]: 313-314).
104 «Um canto do século», sextilha 10 (AZEVEDO, 1873, t. II: 128).
105 Paul Scarron (1610-1660), escritor francês conhecido sobretudo como representante do gênero burlesco. Autor de comédias e de *Le roman comique*, em estilo satírico, direto e simples.
106 Laurence Sterne (1713-1768) escritor irlandês, conhecido sobretudo

pelo seu romance humorístico-satírico *A vida e as opiniões do Cavalheiro Tristram Shandy.*

107 «Spleen e charutos», conjunto de poemas de *Lira dos vinte anos,* 2ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 220-230).

108 Considerada uma das melhores obras de Heine, os *Lazarus Poems* (1851 e 1854) foram escritos no fim da vida do autor, quando ele se encontrava doente.

109 «O poeta moribundo», poema VI de «Spleen e charutos», *Lira dos vinte anos,* 2ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 228-230).

110 «O poeta moribundo», quadras 5 e 6 (AZEVEDO, 1873, t. II: 229-230).

111 A tradução parcial que Camilo fez de *Lazarus Poems* foi publicada em *Quatro horas inocentes*, com o título «O livro de Lázaro» (CASTELO BRANCO, 1872). Na introdução deste texto, o escritor português teceu comentários que corroboram o pensamento de Rodrigues Cordeiro a respeito da semelhança de Álvares de Azevedo com o poeta alemão, como se pode ler a seguir: Toda a gente medianamente lida sabe que Henri Heine ditou o *Livro de Lázaro* quando a cegueira e a paralisia o atormentavam. Os derradeiros versos do brilhante humorista formaram-se no espírito infernado em abismos de dor, que espantam a mais corajosa índole. E todavia há aí umas estrofes, que parecem lampejar duma alma ébria de alegria a doidejar num corpo exuberante de saúde. Como quer que seja, quem tiver coração da pouco vulgar têmpera de chorar, doer-se-á tanto das amarguras como das facécias do *Livro de Lázaro* (CASTELO BRANCO, 1904: 53).

112 Na edição de 1873: «findo».

113 Na edição de 1873: «pressentimento negro embora – verdadeiro»

114 «Cartas ao seu amigo Luís Antônio da Silva Nunes» (AZEVEDO, 1873, t. III: 25).

115 «Cartas ao seu amigo Luís Antônio da Silva Nunes» (AZEVEDO, 1873, t. III: 28).

116 «Saudades», poema publicado na primeira parte de *Lira dos vinte anos* (AZEVEDO, 1873, t. II: 113-116).

117 Fragmento do poema «Stanzas to the Po» (1824). Tradução: «É inútil lutar – deixe-me morrer jovem».

118 Para cada um deles escreve uma oração fúnebre: «Por ocasião de dar-se à sepultura o corpo de Feliciano Coelho Duarte – S. Paulo, 22 de setembro de 1850» (AZEVEDO, 1873, t. III: 67-72) e «Por ocasião da morte de João Batista da Silva Pereira. Estudante do quinto ano – S. Paulo, 15 de setembro de 1851» (AZEVEDO, 1873, t. III: 73-75).

119 Quadra V, incluída em «Por ocasião de dar-se à sepultura o corpo de Feliciano Coelho Duarte» (AZEVEDO, 1873, t. III: 72).

120 No *NALLB*, por gralha: «mão»

121 Na edição de 1873: «os melhores».
122 «Por ocasião da morte de João Batista da Silva Pereira…» (AZEVEDO, 1873, t. III: 73).
123 «Lembrança de morrer», *Lira dos vinte anos*, 1ª parte (AZEVEDO, 1873, t. II: 144-145).
124 «Lembrança de morrer», quadra 5 (AZEVEDO, 1873, t. II: 145).
125 Álvares de Azevedo faleceu no sobrado em que habitavam os seus pais na praia do Flamengo, no dia 25 de abril de 1852.
126 O primeiro, como se lê nesta coletânea, é o elogio de Gonçalves Dias transcrito e comentado por Marilene Weinhardt.
127 A seção foi inaugurada com o elogio de Alexandre Magno de Castilho (1834--1871), sobrinho homônimo do criador do *Almanaque de Lembranças*, e parceiro de António Xavier Rodrigues Cordeiro na direção do anuário, entre 1861 e 1870.
128 Lamentavelmente, ainda não foi possível descobrir quem é esse «mancebo».
129 Assinado por J. Norberto de S. S. e intitulado «Notícia sobre o autor e suas obras» (SILVA, 1873: 29-114), este ensaio foi publicado no primeiro tomo das *Obras de Manuel Antônio Álvares de Azevedo,* por ele organizadas em 1873.
130 A Faculdade de Direito de São Paulo foi criada em 1827 juntamente com a do Recife, sendo estas duas as mais antigas instituições de ensino universitário de Direito do Brasil.
131 O que, posteriormente, fez Mário de Andrade, ao explicar, em «Amor e medo» (1931), que tal incapacidade se devia ao medo de amar.
132 Note-se porém que Norberto se questiona a esse respeito («Leva-se a mal que poetas caiam nos queixumes lacrimosos dos byronianos, mas seriam eles em Álvares de Azevedo pura imitação?») e que noutra passagem recuse a ideia de que ele fingia, imitava seus mestres, afirmando ao contrário que «o seu temperamento levava-o a essa melancolia negra que tocava as raias da misantropia» (NORBERTO, 1873: 40 e 54).
133 O que não corresponde rigorosamente ao que ocorre, pois Cordeiro considera que formam uma mesma rima: *lira-envia-sorrira-harmonia*.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mario (1931) – «Amor e medo». *Revista Nova*, ano I, nº 3. *São Paulo*, p. 437-469.

AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de (1873) – *Obras de Manoel Antonio Alvares de Azevedo.* Precedidas do juízo critico de escritores nacionais e estrangeiros e de uma noticia sobre o autor e suas obras por J. Norberto de S. S. 3 tomos. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor / Paris: E. Belhatte Livreiro.

AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de (1886) – *O Conde Lopo* (poema inédito), edição organizada por L. A. da Silva Nunes. Rio de Janeiro: Tip. G. Leuzinger & Filhos.

BYRON (1816) – *The siege of Corinth. A poem* [and] *Parisina. A poem*. London: Printed for John Murray.

CASTELO BRANCO, Camilo (1904) – «O livro de Lázaro». In: *Quatro horas inocentes,* 2ª ed. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira [1ª ed. 1872].

CHAVES, Vania Pinheiro (2015) – «Gonçalves Dias e Álvares de Azevedo: dois perfis românticos em destaque no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*». In: Gilda SANTOS (org.). *O Real em revista: impressos luso--brasileiros oitocentistas.* Rio de Janeiro: Oficina Raquel, p. 87-103.

DIAS, Gonçalves (1848) – *Segundos cantos e Sextilhas de Frei Antão.* Rio de Janeiro: Tipografia Clássica.

MUSSET, Alfred de (1852) – «Rolla». In: *Poésies nouvelles* (1836-1852). Paris: Charpentier Librairie-Editeur.

MUSSET, Alfred de (1852) – «Namouna». In: *Premières poésies* (1829-1835), nouvelle édition. Paris: Charpentier Librairie-Editeur.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva (1962) – «Introdução». In: Álvares de AZEVEDO. *Poesias completas,* 2ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 5-27.

ROCHA, Wildon (1982) – *Álvares de Azevedo: anjo e demônio do Romantismo*. Rio de Janeiro: J. Olympio; São Paulo: Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SILVA Joaquim Norberto de Sousa (1873) – «Notícia sobre o autor e suas obras». In: Manuel Antônio Álvares de AZEVEDO. *Obras de Manuel Antônio Álvares de Azevedo*, tomo I. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor; Paris: E. Belhatte Livreiro, p. 29-114.

Vania Pinheiro Chaves
CLEPUL-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

CASTRO ALVES

Antônio de Castro Alves

[I]

No dia…* Num dos dias de março de 1847, na cidade de São Salvador da Bahia[1], e filho dum distinto médico, Antônio José Alves, nasceu Antônio de Castro Alves. Depois de feitos os estudos preparatórios matriculou-se na Faculdade de Direito de Pernambuco, em 1864, donde depois mudou, para seguir o mesmo curso, para a de São Paulo.

Estava aberto o campo das suas glórias. Pela data dos seus versos ainda estava em Pernambuco em 1866 e 1867; mas os de 1868 e 1869 são já de São Paulo, terra das suas mais vivas recordações, terra dos seus folguedos e dos seus amores. Em fevereiro de 1870, voltando à Bahia, não sabemos se já com o curso completo[2] ainda em viagem, lembrando-se da sua querida São Paulo, diz ele:

> Tenho pena[3] de meus dias idos
> – Pet'las perdidas em fatal paul –

---

* Não sabemos o dia em que o poeta nasceu. Custa dizê-lo, mas ao encetar este esboço biográfico nunca nos vimos tão pobres de elementos para o levar ao fim, como este ano. Escrevemos em tempo, e ainda ultimamente pelo paquete de 13 de março último, apelando para a boa vontade de cavalheiros em quem supúnhamos, com bom fundamento, desejos de nos obsequiar, e na mesma ocasião escreveu o meu amigo Henrique Chaves, redator da *Gazeta de Notícias* que então se achava em Lisboa; dirigimo-nos à direção do *Grêmio Castro Alves*; pedimos o retrato, o *fac-símile*, versos, apontamentos biográficos, tudo o que nos pudesse servir, ou fosse conducente para levar a cabo o nosso propósito, e nada! Ou as nossas cartas não chegaram ao seu destino, ou se perderam as respostas que tiveram, porque nenhuma nos veio à mão. Só ao Sr. Dr. Antônio Henriques Leal devemos o favor do retrato, e se não fora devermos também ao obséquio do ilustrado autor do volume *Lirismo brasileiro*, o Sr. José Antônio de Freitas, residente em Lisboa, um número do *Novo Mundo*, periódico brasileiro impresso em New York, em que vem a notícia de morte de Castro Alves, acompanhada de pouquíssimos dados biográficos, nem sequer saberíamos o seu nome de batismo! / Além destes dois cavalheiros devemos também prestar os nossos agradecimentos aos Srs. Drs. Antônio Augusto de Carvalho Monteiro, Francisco Ferraz de Macedo, e Paulo Porto Alegre, Cônsul do Brasil em Lisboa, pelos desejos que manifestaram de nos serem aqui úteis e pelos esforços que empregaram para o conseguir. / Triste fado do poeta! No Suplemento ao *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio Francisco da Silva, publicado em 1867, quando já Castro Alves era conhecido como poeta, não vem o seu nome. No *Ano biográfico brasileiro* do Dr. J. Manuel de Macedo, publicado em 1876, em que estão arquivadas dia a dia as glórias da pátria, falta o nome de Castro Alves.[4]

Pet'las, que outrora desfolhamos juntos,
Morenas filhas do país do sul!

[…]

Tenho saudades… ai! de ti, São Paulo,
– Rosa d'Espanha no hibernal Friul[5] –
Quando o estudante e a serenata acordam
As belas filhas do país do sul.[6]

Chega à terra onde nascera, publica aí o seu volume de versos que intitula – *Espumas flutuantes*[7] –, e no prólogo escreve:

> Só e triste, encostado à borda do navio, eu seguia com os olhos aquele esvaecimento indefinido e minha alma apegava-se à forma vacilante das montanhas – derradeiras atalaias dos meus arraiais de mocidade.

Tinha razão. Em São Paulo ficaram-lhe os mais aproveitados e os mais perdidos anos de vida; nessa terra onde Álvares de Azevedo, e tantos têm devaneado, devaneara ele seguindo a mesma escola[8]. Eia! Para as almas ardentes, para os sequiosos de comoções não há nada como seguir a esteira de Espronceda[9], ler pelo catecismo de Byron, imitar em tudo Alfredo de Musset e Henri Heine. Em São Paulo, Cubtecheck[10], o autor do poemeto «Eurico», e João[11]… o pardinho mineiro, tão poeta lírico como ele, morto há pouco, segundo nos dizem, eram os companheiros, os inseparáveis, os íntimos amigos de Castro Alves, o seu semideus. Improvisar, escrever versos no primeiro bocado de papel que se lhes deparava, com a garrafa de aguardente ou de *cognac* – musa inspiradora – sempre ao lado; deitá-los para o fundo duma caixa, esquecê-los aí, ou rasgá-los no dia seguinte, para os substituir por outros, tal era a vida de tão inteligente como simpática trindade, e a par disto as paixões, os amores que enervam, não fazendo deles gala, nem ostentando-os a vistas curiosas. Amar… amar, que importa a morte? É a teoria do nosso poeta.

Vede:

Ai não maldigas minha fronte pálida,
E o peito gasto ao referver de amores.
Vegetam louros na caveira esquálida
E a sepultura se reveste em flores.

Bem sei que um dia o vendaval da sorte
Do mar lançou-me na gelada areia,
Serei… qu'importa? o D. Juan da morte,
Dá-me o teu seio e tu serás Haideia.[12]

Depois vêm as insônias, vêm as noites veladas, vem a febre destruidora, e ele exclama, dirigindo-se ao sono:

Da vide o sumo rúbido,
Do *hatchiz*[13] a essência,
O ópio, que a indolência
Derrama em nosso ser,
Não valem, gênio mágico,
Teu seio onde repousa
A placidez da lousa,
E o gozo de viver.

Ó sono, unge-me as pálpebras,
Entorna o esquecimento
Na luz do pensamento
Que abrasa o crânio meu.
Como o pastor da Arcádia
Que uma ave errante aninha…
Minh'alma é uma andorinha…
Abre-lhe o seio teu.[14]

E com essas insônias, em que a vida inteira se reproduz, como as imagens na superfície do espelho, vêm as visões do passado aluciná-lo, fazendo passar diante dele as sombras das mulheres que amou[15]. Vem a primeira:

Afoga-me os suspiros, Marieta…
Oh surpresa, oh palor, oh pranto, oh medo!
Ai! noites de Romeu e Julieta!…[16]

Outra surge – É «Bárbora»:

Erguendo o cálix que o Xerez perfuma,
Loura a trança alastrando-lhe os joelhos,
Dentes níveos em lábios tão vermelhos
Como boiando em purpurina espuma.[17]

Aparece a terceira. É uma judia, tão suave como as suas irmãs de Israel:

Qual nas algas marinhas desce um astro…
Linda Ester! teu perfil se esvai… se escoa…
Só me resta um perfume… um canto… um rastro…[18]

Aparece-lhe em visão dolorosa a quarta. É Fabíola, a bacante dos amores. Vê umas flores borrifadas de sangue; na taça do festim também o divisa, e exclama aterrado:

E este sangue é meu sangue… é meu. Desgraça!
E tu folgas, bacante dos amores,
E a orgia que a mantilha te arregaça
Enche a noite de horror de mais horrores…[19]

Vêm a quinta e a sexta – Cândida e Laura, duas crianças abraçadas:

Quais dois[20] planetas na cerúlea esfera,
Como os primeiros pâmpanos[21] das vinhas,
Como os renovos nos ramais da hera,

Eu vos vejo passar nas noites minhas,
Crianças que trazeis-me a primavera…
Crianças que lembrais-me as andorinhas!…[22]

Destaca-se-lhe na sombra a sétima. É Dulce, tão boa, tão grata como o nome com que a batizaram. Se alguém pudesse o impossível, se alguém pudesse ainda sentá-lo ao banquete da ventura, diz:

> Certo… serias tu, donzela casta,
> Quem me tomasse em meio do Calvário
> A cruz de angústias que o meu ser arrasta!…
>
> Mas se tudo recusa-me o fadário,
> Na hora de expirar, ó Dulce, basta
> Morrer beijando a cruz do teu rosário!…[23]

Por fim o último fantasma, a oitava sombra, e com ela fecha o oitavo soneto, é um vulto gracioso. A flor nevada da laranjeira cerca-lhe a fronte. Baixara talvez do céu:

> Onde nos vimos nós?… És doutra esfera?
> És o ser que eu busquei do sul ao norte…
> Por quem meu peito em sonhos desespera?…
>
> Quem és tu? Quem és tu? – És minha sorte!
> És talvez o ideal que est'alma espera!
> És a glória talvez! Talvez a morte!…[24]

Ai que navegar sem leme, sem luz, sem guia, entregue ao devaneio das paixões, e aos desregramentos que abreviam a vida! E ele conhece-o. Que força de consciência não é necessária para dizer a uma mulher não perdida que vinha dar-lhe o seu amor:

> É tarde! É muito tarde! O templo é negro…
> O fogo santo já no altar não arde.
> Vestal! não venhas tropeçar nas piras…
> É tarde! É muito tarde.[25]

II

Castro Alves não era mau senão para si mesmo; no mais, quem ler detidamente os seus versos, convencer-se-á de que tinha uma alma de oiro, um coração condoído a todas as dores… Em 1867 o Gabinete Português de Leitura[26], na Bahia, ofereceu o produto de um benefício às famílias dos soldados mortos na guerra[27]. Nuns versos que por essa ocasião dedica ao Gabinete Português[28], falando das pobres crianças, que não têm família, nem pai, mas que na sua ignorância o esperam ainda, diz ele:

> Ai! quantas vezes a criança loura
> Seu pai procura, pequenina e nua,
> E vai, brincando co'o vetusto sabre,
> Sentar-se à espera no portal da rua…
> Mísera mãe, sobre teu seio[29] aquece
> Esta avezinha que não tem mais pão!
> Seu pai descansa – fulminado cedro –
> Do vasto Pampa no funéreo chão.[30]

Não há mais de quatro meses, escrevia em 1871 a folha de Nova York[31] a que nos socorremos, este mancebo dirigia às senhoras da Bahia, solicitando o seu concurso para a emancipação de escravos, uma carta admirável[32], publicada primeiro n'*O Abolicionista*[33], e reproduzida geralmente pelo Brasil inteiro.

Segundo o mesmo jornal, Castro Alves trabalhou, desde bem tenro, pela emancipação com ardor e prudência admiráveis na sua idade, deixando com o título *Os escravos* um poema ainda inédito[34], que passa por ser a sua melhor produção.

Os escravos, os deserdados do céu, os párias, os misérrimos, os pobres que não têm pátria, os tristes, filhos do deserto, que não têm liberdade, eram os seus clientes; e ele, o poeta em cuja alma todos os grandes infortúnios achavam eco – o seu patrono.

Deixai que vos cite das «Vozes d'África»[35], versos que andam fora do livro que publicou, algumas das suas brilhantes estrofes, que são um doloroso queixume a favor do escravo.

Diz a África, comparando-se à Europa e à Ásia:

Minhas irmãs são belas, são ditosas…
Dorme a Ásia nas sombras voluptuosas
Dos *haréns* do Sultão.
Ou no dorso dos brancos elefantes
Embala-se coberta de brilhantes
Nas plagas do Indostão.

Por tenda – tem os cimos do Himalaia…
O Ganges amoroso beija a praia
Coberta de corais…
A brisa de Mysore[36] o céu inflama;
E ela dorme nos templos do deus Brahma,
Pagodes colossais…

Europa é sempre Europa, a gloriosa!…
A mulher deslumbrante e caprichosa,
Rainha e cortesã.
Artista corta o mármor' de Carrara;
Poetisa – tange os hinos de Ferrara
No glorioso afã!…

Sempre o laurel[37] lhe cabe no litígio…
Ora uma *c'roa*, ora o *barrete frígio*
Enflora-lhe a cerviz.
O Universo após ela – doido[38] amante –
Segue cativo o passo delirante
Da grande meretriz.

…….

Mas eu, Senhor!… Eu triste abandonada
Em meio das areias esgarrada,
Perdida marcho em vão!
Se choro… bebe o pranto a areia ardente;
Talvez… p'ra que meu pranto, ó Deus clemente!
Não descubras no chão!

Depois conta como tem derrocadas as colunas de Tebas, como viu a ciência desertar do Egito, como vê o seu povo seguir o trilho

da perdição, como o vê arrebatado pelas garras do falcão da Europa, e termina por esta eloquente súplica:

Cristo! embalde morreste sobre um monte…
Teu sangue não lavou da minha fronte
A mancha original.
Ainda hoje são, por fado adverso,
Meus filhos – alimária do Universo…
Eu – pasto universal…

Hoje em meu sangue a América se nutre
– Condor que transformara-se em abutre,
Ave da escravidão.
Ela juntou-se às mais… irmã traidora!
Qual de José os vis irmãos outrora
Venderam seu irmão.

…….

Basta, Senhor! De teu potente braço
Role através[39] dos astros e do espaço
Perdão para os crimes meus!
Há dois mil anos… eu soluço um grito…
Escuta o brado meu lá no infinito…
Meu Deus! Senhor, meu Deus!!!…

Castro Alves era também um moço de ideias avançadas, inimigo de todas as opressões, propugnador de todas as franquias e todas as liberdades – um radical em política, um estudante do seu tempo, e tudo está dito.

Nos versos a Maciel Pinheiro[40], poeta e jornalista, que aos reclames da pátria se improvisou soldado, um destes moços, que simbolizam o entusiasmo, a coragem, a independência e o talento nas academias, diz ao dar-lhe o adeus de despedida:

Vai nas planícies dos infindos pampas
Erguer a tenda de soldado vate…
Livre… bem livre a Marselhesa aos ecos
Soltar bramindo no feroz combate.[41]

Nos versos intitulados «Pedro Ivo»[42] continua a manifestar-se o homem de ideias avançadas. Eis algumas das estrofes que o poeta põe na boca do Pedro Ivo[43], o espectro de cabelos esparsos ao sopro dos ventos, e o olhar desvairado, que em noites de horrores ele faz aparecer no cume de um monte, apontando para a cidade do Recife:

Pernambuco! um dia eu vi-te
Dormido, imenso ao luar,
C'os olhos quase cerrados,
C'os lábios quase a falar...
Do braço o clarim suspenso
O punho no sabre extenso,
De pedra – *recife* imenso,
Que rasga o peito do mar...

E eu disse silêncio, ventos!
Cala a boca, furacão!
No sonho daquele sono
Perpassa a Revolução!
Este olhar que não se move
Stá fito em oitenta e nove
Lê Homero, escuta Jove,
Robespierre, Dantão[44].

Então repeti ao povo:
– Desperta do sono teu!
Sansão, derroca as colunas!
Quebra os ferros, Prometeu!
Vesúvio curvo, não pares,
Ígnea coma solta nos ares,
Em lavas, inunda os mares,
Mergulha o gládio no céu.

Naquele crânio entra em ondas
O verbo de Mirabeau[45]...
Pernambuco sonha a escada
Que também sonhou Jacob
Cisma a República alçada,
E pega os copos[46] da espada

Enquanto em su'alma brada:
«Somos irmãos, Vergniaud.»[47]

Depois lembra-se da luta, do horror, da confusão, do vomitar da metralha, das fileiras que se cerram, porque a morte as rareia, e diz:

Foi uma luta de bravos,
Como a luta do jaguar.
De sangue enrubesce a terra,
De fogo enrubesce o ar...
Oh!… mas quem faz que eu não vença?
– O acaso!… avalanche imensa
Da mão do Eterno suspensa,
Que a ideia esmaga ao tombar!…

Não importa, a liberdade
É como a hidra, o Anteu[48].
Se no chão rola sem forças
Mais forte do chão se ergueu…
São os seus ossos sangrentos
Gládios terríveis, sedentos…
E da cinza solta aos ventos
Mais um Graco[49] apareceu!…[50]

Castro Alves estava então em Pernambuco, estudava em Recife[51], terra que fora inundada de sangue, e, estremecendo, lembrava-se não só da Revolução de 1824[52] como das cruelíssimas sentenças que em 1817 se cominaram contra desgraçados que não tinham outro crime senão amor à liberdade e pugnar por ela[53]. Aí se ordenava que depois de mortos *lhes fossem cortadas as mãos e decepadas as cabeças, que seriam fixadas em postes*[54]*, e que os restos dos seus cadáveres, ligados à cauda de cavalos, fossem arrastados até ao cemitério*[55]. Isto foi de junho a setembro de 1817. Um mês depois a 18 de outubro, representava-se em Portugal o segundo ato do tenebroso drama, enforcando o General Gomes Freire, fora da fortaleza de S. Julião da Barra, e justiçando as outras vítimas do nefando processo no Campo de Santana, em Lisboa[56]. A sentença

ordenava que, depois de garrotados, *lhes fossem cortadas as cabeças, os corpos queimados e as cinzas lançadas ao mar*. É crua, mas as de Pernambuco, lavradas pela comissão militar, excedem-na em luxo de tirania. O Governador Conde de Arcos[57] ia além do Marechal Beresford[58]. O crime era o mesmo, o amor à liberdade.

III

Castro Alves era um moço para quem a verdade era lei suprema a que tudo se devia sacrificar. Quando já era moda esconder o que os jesuítas têm de bom para só ostentar o que têm de mau, tinha ele a coragem de os pintar apóstolos do bem, e do amor, lembrando-se dos atos de heroísmo e abnegação evangélica praticados na América do Sul, por um Nóbrega[59] e um Anchieta[60]. Ouvi o poeta:

O martírio, o deserto, o cardo, o espinho,
A pedra, a serpe do sertão maninho.
A fome, o frio, a dor,
Os insetos, os rios, as lianas,
Chuvas, miasmas, setas e savanas,
Horror e mais horror...

Nada turbava aquelas frontes calmas
Nada curvava aquelas grandes almas
Voltadas p'ra amplidão…
No entanto eles só tinham na jornada
Por couraça – a sotaina esfarrapada,
E uma cruz por bordão.[61]

Mas se os selvagens se levantavam, defendendo os seus ídolos, se as tribos feras brandiam o tacape, se a seta ervada voava despedida, se o *boré* estrugia e os padres eram sacrificados ao furor dos índios, vede como ele os pinta no martírio:

Quantas vezes então sobre a fogueira,
Aos estalos sombrios da madeira,
Entre o fumo e a luz…

A voz do mártir murmurava ungida:
«Irmãos! Eu vim trazer-vos minha vida…
Vim trazer-vos Jesus!»

Grandes homens, apóstolos heroicos!…
Eles diziam mais do que os estoicos:
«Dor, tu és um prazer!
Grelha, és um leito! Brasa, és uma gema!
Cravo, és um cetro! Chama, um diadema
Ó morte, és o viver!»[62]

Diz ele numa nota[63] que esta poesia «Os jesuítas (século XVIII)» era o avesso duma medalha, cujo reverso («Os frades») havia de sair noutro livro que imaginava publicar. Pena foi que a vida lhe não chegasse para tanto. Os frades tinham também pecados e virtudes, serviços e afrontas à religião do crucificado. Bem o sabia o poeta, e o reverso da medalha não seria um elogio banal, mas havia de ser a expressão da verdade, havia de ser justo.

Eu nada sei, repito, da infância, nem da educação do meu biografado; nada sei de sua mãe, que foi seguramente quem o guiou nos primeiros passos que deu no mundo, e talvez lhe formou a alma; não sei quem foram os mestres que lhe deram lições, antes de frequentar os estudos superiores, mas quem ler os seus versos não duvida um instante de que ele tinha o sentimento religioso gravado no coração. Às vezes assaltava-o a dúvida, serpe que se enrosca na alma, fazendo-nos desgraçados, mas quando ele se via rodeado da noite que o encaminhava à descrença dirigia-se ao céu e chamava:

Senhor! um facho ao menos empresta ao caminhante
A treva me assoberba... Ó Deus dá-me um clarão!
E uma voz respondeu nas sombras triunfante:
«Acende, ó viajor! O facho da Razão!»[64]

Senhor! ao pé do lar, na quietação, na calma
Pode a flama subir brilhante, loura, eterna,
Mas quando os vendavais, rugindo, passam n'alma,
Quem pode resguardar a trêmula lanterna?

[…]

Quem fez a gruta escura, o pirilampo cria!
Quem fez a noite azul, inventa a estrela clara!
Na fronte do Oceano acende uma ardentia.
C'o floco do Santelmo a tempestade aclara!

Mas ai! Que a treva interna, a dúvida constante
Deixaste assoberbar-me em funda escuridão.
E uma voz respondeu nas sombras triunfante:
«Acende, ó viajor! a Fé no coração.»[65]

Pobre moço! Estes versos, oferecidos ao Padre Francisco de Paula[66], foram escritos a 5 de junho de 1870, e daí a um ano, um mês, e um dia, hora por hora, descia ele os degraus da sepultura. Eram, pois, como a confissão do moribundo, apóstolo da verdade, no seio dum sacerdote, mas o lutador não soçobra, a voz que lhe responde nas sombras é sempre triunfante.

Às vezes o homem quando se vê sobre a terra sem vigor, sem saúde, desalentado e só na flor dos anos; quando olha em torno de si, e vê um deserto, onde não há nada que o console, chega por instantes a descrer da providência.

Castro Alves quando publicou o seu livro chorava a morte de um irmão[67], e já não tinha pai, nem mãe[68]. O livro é dedicado à sua memória[69]. Ouvi a última estrofe dos versos que lhes dedica:

Pobre órfão! vagando nos espaços
Embalde às solidões mandas um grito!
Que importa? De uma cruz ao longe os braços
Vejo abrirem-se ao mísero precito…
Os túmulos dos teus dão-te regaços!
Ama-te a sombra do salgueiro aflito…
Vai, pois, meu livro! e como louro[70] agreste
Traz-me no bico um ramo de cipestre![71]

Em março de 1869, estando ainda em São Paulo, crendo-se à beira da sepultura, e receiando[72] repousar em terra estranha, lembra-se do ninho da sua infância, e exclama:

Como deve custar ao pobre morto
Ver as plagas da vida além perdidas
Sem ver o branco fumo dos seus lares
Levantar-se por entre as avenidas!

Oh! perguntai aos frios esqueletos
Por que não têm o coração no peito…
E um deles vos dirá: «Deixei-o há pouco
Da minha amante no lascivo leito.»

Outro: «Dei-o a meu pai.» Outro: «Esqueci-o
Nas inocentes mãos do meu filhinho.»
Meus amigos! Notai… bem como um pássaro
O coração do morto volta ao ninho!…[73]

É que a pátria era para ele a terra da promissão; na pátria um ninho era para ele a felicidade; mas o triste que suspirava por uma família, por ter uma árvore que lhe desse encosto e sombras; que morria por um ninho de afetos, não tinha um seio que lhe desse calor.

Pobre órfão! Vagando nos espaços
Embalde às solidões mandas um grito![74]

IV

De que morreu Castro Alves?

Diz o jornal de New-York[75], único auxiliar que eu tenho para meu guia, que um desastre que lhe sobreveio tornou necessária a amputação de um dos pés, e daí resultou uma longa moléstia que terminou pela morte[76]. Não sei mais nada. Acabou de morrer em 6 de julho de 1871, é certo; talvez que o desastre, a que se refere a folha americana lhe abreviasse a existência, convenho; mas quem ler os seus versos conhecerá que a melancolia e a tristeza eram deusas dos seus cantos. Aos 17 anos já uma voz íntima lhe segredava que a vida lhe seria breve, e já então ele dizia:

E eu sei que vou morrer… dentro em meu peito
Um mal terrível me devora a vida:
Triste Ahasverus[77] que no fim da estrada,
Só tem por braços uma cruz erguida.
Sou o cipreste qu'inda mesmo flórido
Sombra de morte no ramal encerra!
Vivo que vaga sobre o chão da morte,
Morto entre os vivos a vagar na terra.

Do sepulcro escutando triste grito,
Sempre, sempre bradando-me: maldito![78]

Em 1869, em março, cinco anos depois, ainda a mesma preocupação o acompanha no seu desalento – o título dos versos é – «Quando eu morrer» – e escreve:

Ei-la a nau do sepulcro – o Cemitério…
Que povo estranho no porão profundo!
Emigrantes sombrios que se embarcam
Para as plagas sem fim do outro mundo.

[…]

Ali ninguém se firma a braço amigo
Do inverno pelas lúgubres noitadas...
No tombadilho indiferentes chocam-se,
E nas trevas esbarram-se, as ossadas.[79]

No mesmo ano, em novembro, ainda o mesmo pensamento o persegue. O espectro sombrio da morte põe-lhe na mão um ponteiro de ferro, e faz que ele escreva em tábua fatídica:

Como o templo que o crime encheu d'espanto,
Ermo e fechado ao fustigar do norte,
Nas ruínas desta alma a raiva geme…
E cresce o cardo – a morte.

Ciúme! dor! sarcasmo! – Aves da noite!
Vós povoais-me a solidão sombria,

Quando nas trevas a tormenta ulula!
Um uivo de agonia![80]

No 1º de junho de 1870, nos versos que intitula «*Coup d'étrier*», crendo-se já na véspera da grande jornada, diz:

E se eu devo morrer[81], se a fibra morta
Reviver já não pode a tanto alento,
Companheiro! Uma cruz na selva corta
E planta-a no meu tosco monumento!
Da chapada nos ermos... (o que importa?)
Melhor o inverno chora, e geme o vento,
E Deus para o poeta o céu desata
Semeado de lágrimas de prata.[82]

Que o não enfileirassem entre os mortos de um cemitério, a ele que sentira pular dentro em si o infinito amor à liberdade e ódio à escravidão, foi súplica que por mais de uma vez fizera aos que ficavam no mundo:

Quando eu morrer… não lancem meu cadáver
No fosso dum sombrio cemitério...
Odeio o mausoléu que espera o morto,
Como o viajante desse hotel funéreo.[83]

Abre-me o seio ó Madre Natureza!
Regaços da floresta americana,
Acalenta-me a mádida tristeza[84]
Que da vaga das turbas espadana.
[…]
O pródigo… do lar procura o trilho,
Natureza! Eu voltei, e eu sou teu filho![85]

É natural que lhe não satisfizessem o desejo.

Oh! Castro Alves, como Álvares de Azevedo, como Casimiro de Abreu, como Junqueira Freire, como tantos que a América do Sul tem criado no seu seio, predestinados para a glória e para a morte na flor dos anos, tinha por condão, como eles, erguer-se, subir onde

só os poetas privilegiados sobem, brilhar por instantes, deslumbrar com a sua luz, e desaparecer na noite eterna entre os aplausos dos seus fanáticos admiradores.

Era um poeta perfeito? Nos seus versos não havia senão belezas? Tinha o esmero, o conhecimento dos segredos da metrificação, e o cunho português de Machado de Assis, por exemplo? Não o podemos dizer. Dos versos de Castro de Alves vê-se que os escrevia com grande espontaneidade, mas isso mesmo que é um grande mérito, concorria por outro lado para os senões que neles se encontram. Voava a pena mal podendo acompanhar a torrente que a inspiração – *est Deus in nobis*[86] – produzia, e depois a alma inquieta não tinha paciência para a lima. Não gostava muito dos alexandrinos, escreveu poucos, mas talvez por isso mesmo errava-os às vezes. O seu verso favorito era o decassílabo, tão italiano e tão português ao mesmo tempo, tão próprio para exprimir o pensamento, tão suscetível de variedade, e saíam-lhe formosíssimos.

Entretanto, dos decassílabos mesmo, alguns lhe saíram como estes, em que há visível falta de harmonia, nascida em grande parte do predomínio da vogal *a*[87]:

> Então nos brancos mantos que arregaçam
> Da meia-noite os anjos alvos passam. [88]

> Da caravana guarda a areia a pegada.[89]

Também era descuidado nas rimas; rimava: – *luz* com *azuis* – *trilha* com *família* – *embora* com *foras* – *mais* com *párias* – *nós* com *heróis*[90].

Eu tenho visto versos muito corretos, em que se não pode notar um erro, onde não destoa um hiato, onde se não encontra um *cacophaton*, onde não há inadvertência, onde tudo foi previsto, tudo precavido, tudo alinhado. São os das mediocridades.

Não desvairam porque não se elevam.

Há outros que sobem, que sobem; que às vezes se despenham, como Ícaro; que tornam a levantar-se pela força expansiva do gênio; que abrem veredas desconhecidas; que ora nos fazem estremecer, ora chorar; ora mergulham nas sombras, ora irradiam como estrelas;

cativando-nos sempre, como a melopeia dos hinos angélicos, ou a grandiosidade tenebrosa do Fausto. São os dos verdadeiros poetas.

Castro Alves tem defeitos; mas que beleza, que suavidade, que imagens, que brilho, que arrojo de ideias, e que felizes atrevimentos os não resgatam? Aí vão algumas pérolas dispersas. Vede se as há de mais fino oriente:

> Há duas cousas neste mundo santas:
> – O rir do infante, – o descansar do morto…
> O berço – é a barca que encalhou na vida,
> A cova – é a barca do sidéreo porto.[91]
>
> Sim! Quando o tempo entre os dedos
> Quebra um sec'lo, uma nação…
> Encontra nomes tão grandes
> Que não lhe cabem na mão![92]
>
> Oh! lágrimas e pérolas – aljôfares
> Que rebentais no interno cataclismo
> Do Oceano – este dédalo insondável!
> Do coração – este profundo abismo![93]

Vede o mimo destes deliciosos versos descrevendo uma virgem adormecida numa rede ao mesmo tempo que os ramos dum jasmineiro agitado pelas auras da noite iam de espaço a espaço beijar-lhe a face:

> Era um quadro celeste… A cada afago…
> Mesmo em sonhos a moça estremecia…
> Quando ela serenava… a flor beijava-a;
> Quando ela ia beijar-lhe… a flor fugia.
>
> Dir-se-ia que naquele doce instante
> Brincavam duas cândidas crianças.
> A brisa que agitava as folhas verdes,
> Fazia-lhe ondear as negras tranças!

[…]

Eu, fitando esta cena, repetia
Naquela noite lânguida e sentida:
«Ó flor! – tu és a virgem das campinas,
Virgem! – tu és a flor da minha vida!»[94]

Vede noutro gênero este final de um fragmento («O navio negreiro») que também anda fora do seu volume de versos[95].

O poeta, que sempre na presença de infinito sentia dilatar-se-lhe a alma, ao ver que:

Abrindo as velas
Ao quente arfar das virações marinhas
Veleiro brigue corre à flor dos mares,
Como roçam na vaga as andorinhas.[96]

diz, falando aos marinheiros, e ao barco que lhe fugia na amplidão do mar:

Esperai! Esperai!… Deixai que eu beba
Esta selvagem, livre poesia;
Orquestra – é o mar que ruge pela proa,
E o vento[97] que nas cordas assobia!…

Porque foges assim, barco ligeiro?
Porque foges do pávido poeta?
Oh! quem me dera acompanhar-te a esteira[98]
Que semelhas[99] no mar – doudo cometa!

Albatroz! Albatroz! águia do oceano,
Tu que dormes das nuvens entre as gazas,
Sacode as penas, Leviatã do espaço!…
Albatroz! Albatroz! dá-me essas asas!…[100]

Acabemos, porque seria um não acabar nunca.

V

Vai a Bahia, dentro em poucos dias, festejar o decenário do grande poeta[101]. É justo. Se a abolição da escravidão é a divisa da bandeira levantada e saudada hoje no Brasil por todas as almas generosas[102], poucos serão tão dignos dos lauréis da pátria como Castro Alves, o poeta dos escravos.

Estão publicados: *Espumas flutuantes*, que temos presente, e o poema, *A cachoeira de Paulo Afonso*[103], que não vimos. Há inéditos todos os versos que não puderam ser coligidos nas *Espumas flutuantes*, e que são todos os que ele escreveu desde a publicação deste livro até à sua morte; *Os escravos*, poema[104]; *Gonzaga ou a Revolução de Minas*, drama[105]; *D. Juan*, drama[106]; *O diablo-mundo* de Espronceda, tradução[107].

Faça a Bahia uma edição uniforme de todas as suas obras, salve do esquecimento e da destruição as relíquias desse peregrino engenho, e assim, depois de ter pago o seu tributo de admiração e reconhecimento a um filho ilustre, terá feito um relevante serviço à literatura brasileira.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1882. Lisboa: Lallemant Frères Typ., 1881 p. VII-XXII e retrato de Castro Alves [p. IV].

Sobre Antônio de Castro Alves de A. X. Rodrigues Cordeiro

Dando continuidade ao desejo expresso pelo fundador do *Almanaque de Lembranças* de fortalecer os laços entre Portugal e Brasil, a par com o seu próprio objetivo de homenagear figuras ilustres da literatura, da cultura ou da política dos dois países, na seção de abertura do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro,* António Xavier Rodrigues Cordeiro escreveu, para o volume destinado ao ano de 1882, o «elogio biográfico» Antônio Frederico de Castro Alves (Cachoeira-BA, 1847 – Salvador-BA, 1871).

O artigo abre com um recurso estilístico – a frase interrompida «No dia…» (*NALLB*, 1882: VII) – que sugere as dificuldades do autor na coleta dos dados biobibliográficos do homenageado. A extensa nota em que são arrolados alguns desses problemas inclui o protesto contra a ausência do nome do escritor baiano, no *Suplemento ao Dicionário Bibliográfico,* de Inocêncio Francisco da Silva, «publicado em 1867, quando já Castro Alves era conhecido como poeta» (*NALLB,* 1882: VII). Em contrapartida, Cordeiro agradece àqueles que lhe forneceram alguns elementos, entre os quais Antônio Henriques Leal[108] que lhe ofereceu o retrato do poeta que precede o «elogio».

Carente de fontes fidedignas, o lastro informativo da biografia castroalvina apoia-se em textos do próprio escritor, que são abundantemente transcritos. Embora não o diga, o articulista não visa resumir a existência de Castro Alves e sim enaltecê-lo. O «elogio» revela também o alinhamento do crítico com aqueles que, na sua época, viam nas criações literárias a expressão das vivências e da biografia intelectual dos autores. Como apontou Margarida Vieira Mendes, prevalecia em Portugal, na segunda metade do século XIX, «a convicção profunda […] de que a poesia era essencialmente a expressão de um destino, de uma alma, de um coração ou de uma subjetividade privada e sincera» (MENDES, 1980: 71).

O «elogio» aponta inicialmente o nome e profissão do pai de Castro Alves, bem como o mês, ano e local do seu nascimento, mas engana-se na última informação, pois o nosso poeta não veio ao mundo em Salvador, e sim na fazenda Cabeceiras, situada na comarca

de Cachoeira (Bahia). Confessando carecer de informação sobre a infância e a educação de Castro Alves, Cordeiro assume que, mesmo nada sabendo a respeito da sua mãe, «foi seguramente [ela] quem o guiou nos primeiros passos que deu no mundo, e talvez lhe formou a alma» (*NALLB* 1882: XV). O que, podendo diferir da realidade, diz muito sobre a visão de mundo tipicamente romântica do biógrafo. Apesar de desconhecer os primeiros mestres de Castro Alves, o articulista dispõe de alguns dados sobre a sua formação intelectual, pois refere a data da sua matrícula na Faculdade de Direito de Pernambuco (1864) e o prosseguimento dos estudos, em São Paulo, cujo término ignora. Menciona o regresso do poeta à Bahia em 1870 e a publicação que aí fez de *Espumas flutuantes.* Considerando que, nessa altura, ele «chorava a morte de um irmão, e já não tinha pai, nem mãe» (*NALLB,* 1882: XVI), anota que o livro lhes é dedicado.

Se bem que Rodrigues Cordeiro tenha afirmado que a única fonte impressa sobre a vida e a obra de Castro Alves que consultou foi um artigo anônimo publicado, em 1871, no jornal *O Novo Mundo*[109]*,* cuja leitura lhe fora possibilitada por um escritor brasileiro residente em Lisboa[110], desmentem-no quer algumas informações biobibliográficas que constam no «elogio», mas não naquele periódico, quer a transcrição de versos e escritos castroalvinos publicados em *Espumas flutuantes* ou em jornais brasileiros[111] da época.

Respaldado em *O Novo Mundo*, ele refere o falecimento de Castro Alves como resultante de um acidente que causou a amputação de um pé, seguida por longa moléstia que culminou na sua morte. Admitindo que o desastre teria abreviado a existência do poeta, Cordeiro sustenta que aos «dezessete anos já uma voz intima lhe segredava que a vida lhe seria breve» (*NALLB,* 1882: XVIII) e alicerça tal afirmação em versos copiados de «Mocidade e morte» (ALVES, 1870: 21-23). Mas, como se repetirá em boa parte das citações, não indica o poema de que os extraiu, no que não discrepa dos seus contemporâneos, pois a boa prática das referências bibliográficas precisas e completas não era habitual.

Espírito profundamente romântico, o crítico português compôs um perfil igualmente romântico do homenageado, cujas bases se encontram tanto na concepção de gênio precocemente falecido, como

na de um ser cuja existência é marcada pelo sofrimento. Daí afirmar que quem ler a sua poesia perceberá «que a melancolia e a tristeza eram deusas dos seus cantos» (*NALLB,* 1882: XVIII). E esforça-se para o demonstrar, socorrendo-se com frequência das palavras de Castro Alves.

Convicto de que a premonição da morte prematura teria marcado a vida do poeta, Cordeiro copia versos de «Quando eu morrer…» (ALVES, 1870: 187-188) – cujo título omitido poderia apoiar a sua suposição. Assinala outrossim que aquele poema foi escrito em São Paulo, em 1869, quando o escritor baiano, «crendo-se à beira da sepultura, e receando repousar em terra estranha, lembra-se do ninho da sua infância» e deduz que ele «suspirava por uma família, […] morria por um ninho de afetos» (*NALLB,* 1882: XVII).

Centrado ainda nos escritos castralvinos, indica que o nosso poeta ainda estava em Pernambuco quando compôs os primeiros versos[112] e que os seguintes datam do período em que ele residiu em São Paulo. Entende, outrossim, que na capital paulista, ele passou «os mais aproveitados e perdidos anos de vida» (*NALLB,* 1882: VIII) e que São Paulo é a «terra das suas mais vivas recordações, terra dos seus folguedos e dos seus amores» (*NALLB,* 1882: VII-VIII), o que não corresponde exatamente ao que hoje se sabe da vida afetiva e aventureira do autor de «Os três amores» (ALVES, 1870: 29-30).

O crítico vê sombras das amadas do poeta, em «Os anjos da meia-noite» – de que cita fragmentos apensos a prenomes (certamente fictícios) das mulheres que os teriam inspirado, mas ignora a criatura real que estaria na gênese de cada uma. Todavia, uma delas – a atriz portuguesa Eugénia Câmara – era bem conhecida, tendo a relação conflituosa do casal sido publicamente escandalosa. Em contrapartida, ele menciona alguns amigos, pares ou discípulos de Castro Alves, cujo processo criativo enquadra em moldes tidos como característicos do Romantismo:

> Improvisar, escrever versos no primeiro bocado de papel que se lhes deparava, com a garrafa de aguardente ou de *cognac* – musa inspiradora – sempre ao lado; deitá-los para o fundo duma caixa; esquecê-los aí, ou rasgá-los no dia seguinte, para os substituir por

> outros, tal era a vida de tão inteligente como simpática trindade, e a par disto as paixões, os amores que enervam, não fazendo deles gala, nem ostentando-os a vistas curiosas. (*NALLB,* 1882: VIII)

Nessa extensa digressão, Cordeiro traz ainda à colação alguns modelos do poeta baiano (Espronceda, Byron, Musset, Heine), que dizem também muito à sua própria alma romântica. A imaginação o conduz à seguinte conclusão: «Amar… amar, que importa a morte? É a teoria do nosso poeta» (*NALLB,* 1882: VIII). Corroborada pela transcrição de fragmentos de seus poemas, esta interpretação é completada com a afirmação de que as paixões nele provocaram insônias, febre, alucinações que lhe encurtaram a vida.

Alicerçando o seu parecer de que Castro Alves teria consciência do que se passava numa quadra de «É tarde» (ALVES, 1870: 181-183), o articulista considera que ele «não era mau senão para si mesmo», pois «tinha uma alma de oiro, um coração condoído a todas as dores» (*NALLB,* 1882: X). Consequentemente compõe um retrato psicológico e uma biografia poética romanticamente dual do homenageado e defende que o seu lado «bom» se manifestou sobretudo na defesa dos escravos. Do jornal nova-iorquino extrai a informação de que ele escrevera uma carta às senhoras baianas solicitando o seu apoio à causa da Abolição e que pela emancipação dos escravizados trabalhara desde muito jovem.

Valendo-se da mesma fonte refere que Castro Alves teria «deix[a]do com o título *Os Escravos* um poema ainda inédito, que passa por ser a sua melhor produção» (*NALLB,* 1882: X). Tal notícia e o conhecimento de poemas antiescravagistas do nosso escritor o conduzem a uma apreciação emotiva e a um comentário altamente elogioso dessa vertente da sua criação poética, a que se segue a transcrição de fragmentos de «Vozes d'África», mas não de algum tipo de comentário.

O estudioso português aponta outras ideias avançadas do «poeta dos escravos», que afirma ter-se oposto a todas as opressões e propugnado a favor de todas as liberdades. Cita como exemplo uma quadra de «A Maciel Pinheiro» (ALVES, 1870: 110-111) em que o jornalista e poeta paraibano é exaltado. O próprio crítico se rejubila

ao observar que Maciel Pinheiro, sendo «um destes moços, que simbolizam o entusiasmo, a coragem, a independência e o talento nas academias» (*NALLB,* 1882: XIII), fez-se soldado em defesa da pátria. Com o idêntico propósito encomiástico, Cordeiro transcreve estrofes de «Pedro Ivo» (ALVES, 1870: 113-119) e, chamando a atenção para o fato de Castro Alves ter dado a palavra àquele herói da Revolução Praieira quando residia em Pernambuco, entende que ele, «estremecendo, lembrava-se não só da Revolução de 1824 como das cruelíssimas sentenças que em 1817 se cominaram contra desgraçados que não tinham outro crime senão amor à liberdade e pugnar por ela» (*NALLB,* 1882: XIV).

Dando livre curso ao seu pensamento libertário, o articulista relaciona o que se passou no Brasil em 1817 a um acontecimento semelhante ocorrido no mesmo ano em Portugal – «o segundo ato do tenebroso drama, enforcando o general Gomes Freire […] e justiçando as outras vítimas do nefando processo» (*NALLB,* 1882: XIV) – e conclui que se tratava do mesmo crime: o amor à liberdade.

Entendendo ser a verdade matéria de suprema importância para Castro Alves, Cordeiro sustenta que ele teve a coragem de mostrar os padres da Companhia de Jesus como «apóstolos do bem» numa altura em que se escondia a sua face positiva e se expunha apenas o que tinha de mal. Para o comprovar, cita fragmentos de «Os jesuítas», nos quais o poeta descreve o martírio desses padres. Defende ainda que a leitura da poesia castroalvina não deixa dúvidas quanto ao sentimento religioso do poeta, apoiando-se em afirmações que evidenciam mais a sua própria subjetividade: «Às vezes assaltava-o a dúvida, serpe que se enrosca na alma, fazendo-nos desgraçados, mas quando ele se via rodeado da noite que o encaminhava à descrença dirigia-se ao céu» (*NALLB* 1882: XVI ; grifo meu). Interpretando finalmente o poema «Pelas sombras» como «confissão do moribundo […] no seio dum sacerdote», extrai a seguinte lição: «Às vezes o homem quando se vê sobre a terra sem vigor, sem saúde, desalentado e só na flor dos anos; quando olha em torno de si, e vê um deserto, onde não há nada que o console, chega por instantes a descrer da providência» (*NALLB* 1882: XVI).

Esta sucinta análise do artigo de António Xavier Rodrigues Cordeiro permite concluir que o ilustre escritor português produziu,

como a generalidade de seus contemporâneos, uma crítica biografista, subjetiva e impressionista, tendo construído um perfil romântico altamente elogioso de Castro Alves. O artigo se sobreleva às manifestações mais frequentes da crítica jornalística praticada na imprensa portuguesa e brasileira do século XIX, inclusive no *Almanaque de Lembranças.* Convém, finalmente, assinalar a importância da colocação do «elogio biográfico» do «poeta dos escravos» nas páginas iniciais do *Novo Almanaque* que, atingindo vasto público em Portugal, nas suas Colônias, no Brasil e noutros espaços, constitui um marco importante na trajetória da recepção de Castro Alves, repercutindo positivamente na sua fortuna crítica.

Notas

1 Na verdade, Antônio Frederico de Castro Alves nasceu a 14 de março de 1847, em Cachoeira (Bahia).

2 Não chegou a completá-lo, tendo abandonado os estudos por problemas de saúde no início do 3º ano da Faculdade de Direito de São Paulo.

3 Na edição *princeps*: «saudade» (ALVES, 1870: 93).

4 Sacramento Blake refere que em honra do poeta baiano «foi instituído no Rio de Janeiro um grêmio literário com o título de *Castro Alves*, e por esta associação foi celebrada uma sessão literária e musical pelo decênio de seu passamento, se publicando em livro» (BLAKE, 1883, v. 1: 131). A sessão referida decorreu a 10 de julho de 188, como consta na publicação elencada nas Referências bibliográficas. Antônio Henriques Leal (1828-1885), renomado escritor e biógrafo maranhense. José Antônio de Freitas (1849-1931), professor, jornalista e escritor brasileiro, foi sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa. Antônio Augusto de Carvalho Monteiro (1848-1920), empresário e filantropo brasileiro, faleceu em Sintra. Francisco Ferraz de Macedo (1845-1907), português emigrado durante alguns anos no Brasil, foi figura de relevo na colônia portuguesa do Rio de Janeiro. Embora Joaquim Manuel de Macedo não tenha referido Castro Alves na obra citada por Cordeiro, publicou sucinta biografia do poeta baiano no *Supplemento do Anno Biographico* (1880, v. 1).

5 Friul, subs. (Bras): frialdade, frio.

6 Na impossibilidade de saber de onde Cordeiro copiou estes versos, cotejei-os com os da edição *princeps* de *Espumas flutuantes* (ALVES, 1870), tal como os demais da mesma coletânea. O fragmento transcrito pertence a «Versos de um viajante», quadras 2 e 5, que na edição de 1870 é acompanhado pela seguinte informação: «Em caminho, fevereiro de 1870».

7 Coletânea com 53 poemas dedicada ao pai, à mãe e ao irmão, *Espumas flutuante* é o único livro editado em vida por Castro Alves. Durante a vida do poeta, outros poemas vieram à luz em periódicos.
8 Alusão ao Romantismo, corrente literária em que estão integrados os dois poetas brasileiros.
9 José Ignacio Javier Oriol Encarnación de Espronceda Delgado (1808-1842), escritor espanhol do período romântico.
10 Mais corretamente, João Nepomuceno Kubitschek (Diamantina, 1843 – Belo Horizonte, 1899), advogado e político mineiro, arrolado entre os poetas menores do Romantismo brasileiro.
11 João Júlio dos Santos (Diamantina, 1844-1872), poeta e escritor de obras de inspiração socialista, foi como Kubitschek colega de Castro Alves em São Paulo.
12 «A volta da Primavera», quadras 1 e 2 (ALVES, 1870: 49). Na edição de 1870, o poema é acompanhado pela seguinte informação: «Rio de Janeiro, junho de 1869».
13 *hatchiz*: haxixe.
14 «Hino ao Sono», oitavas 5 e 6 (ALVES, 1870: 87-90).
15 Rodrigues Cordeiro refere-se ao poema «Os anjos da meia-noite», editado em *Espumas flutuantes* (ALVES, 1870: 143-151). Formado por uma introdução em versos e um conjunto de sombras femininas, distribuídas por oito sonetos, o poema é seguido pela informação: «Santa Isabel – Agosto de 1870».
16 «1.ª Sombra. Marieta», 2.º terceto (ALVES, 1870: 145).
17 «2.ª Sombra. Bárbora», 1.ª quadra (ALVES, 1870: 146). Na edição *princeps,* «escuma» em lugar de «espuma».
18 «3.ª Sombra. «Ester», est. 4 (ALVES, 1870: 147).
19 «4.ª Sombra. Fabíola», v. 14 e 9-11 (ALVES, 1870: 148). Cordeiro altera a construção do poema, ao reunir numa quadra o verso final do soneto seguido pelos três do primeiro terceto.
20 Na edição *princeps*: «dous».
21 pâmpano (viticultura): ramo tenro de videira com folhas; parra.
22 «5.ª e 6.ª Sombras. Cândida e Laura», 1.º e 2.º tercetos (ALVES, 1870: 149).
23 «7.ª Sombra. Dulce», 1.º e 2.º tercetos (ALVES, 1870: 150).
24 «8.ª Sombra. Último Fantasma», 1.º e 2.º tercetos (ALVES, 1870: 151).
25 «É tarde», quadra 1 (ALVES, 1870: 181). Na edição *princeps*, o poema é acompanhado pela informação: «Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1869».
26 O Gabinete Português de Leitura da Bahia foi fundado em Salvador, em 1863.
27 Referência à Guerra do Paraguai ou da Tríplice Aliança, travada contra o Paraguai pelo Uruguai, Argentina e Brasil, entre 1864 e 1870, na qual terão morrido cerca de 50 mil soldados brasileiros e milhares de civis.

28 Informação extraída da edição *princeps*, em que consta, no rodapé do poema «Quem dá aos pobres, empresta a Deus», a seguinte nota: «Ao Gabinete Português de Leitura, por ocasião de oferecer o produto de um benefício às famílias dos soldados mortos na guerra» (ALVES*,* 1870: 9).
29 Na edição *princeps*: «peito».
30 «Quem dá aos pobres, empresta a Deus», oitava 5 (ALVES*,* 1870: 10). Na edição *princeps*, o poema é seguido pela informação: «S. Salvador, 31 de outubro de 1867».
31 Já referido na nota inicial do *NALLB*, *O Novo Mundo* publicou, a 24 de setembro de 1871, um artigo intitulado «Noticia sobre a morte de Castro Alves», do qual Cordeiro extraiu alguns dados biográficos do nosso poeta.
32 «Carta às senhoras bahianas» (ALVES, 1871).
33 *O Abolicionista*, publicação quinzenal da Sociedade Libertadora Sete de Setembro editada na Bahia, de 1871 a 1874. Neste periódico, o poema traz a seguinte informação: «São Paulo – 1868».
34 Mais rigorosamente, a coletânea de poemas intitulada *Os escravos* foi editada por Múcio Teixeira após a morte do poeta (ALVES, s. d.).
35 Cordeiro parece desconhecer a edição em 1880 do volume intitulado *Vozes d'África – Navio negreiro. Tragédia no mar*. Consequentemente os fragmentos transcritos de «Vozes d'África» foram cotejados com o texto da sua primeira publicação em *O Academico* (1868) e o da *Obra completa* (1997) do poeta*.*
36 No periódico de 1868: «Mysora».
37 No periódico de 1868: «a láurea».
38 No periódico de 1868, por gralha: «loudo»; na edição de 1997: «doudo».
39 No periódico de 1868: «talvez».
40 Luís Ferreira Maciel Pinheiro (João Pessoa, 1839 – Recife, 1889), amigo de Castro Alves, alistou-se como voluntário na Guerra do Paraguai. Partidário da causa republicana, combateu o Império, mas faleceu dias antes da Proclamação da República.
41 «A Maciel Pinheiro», oitava 4, v.1-4 (ALVES*,* 1870: 52). Na edição *princeps*, segue-se ao poema a informação: «Recife, 1865».
42 Dividido em 5 partes e formadas ora por quadras ora por oitavas, este longo poema centra-se na Revolução Praieira de Pernambuco (1848-1849) e na figura de Pedro Ivo, um dos líderes dessa rebelião de cunho social que entusiasmou profundamente Castro Alves. Nele, o poeta viu uma representação do herói romântico que luta para libertar o povo da opressão a que está sujeito.
43 Pedro Ivo (Olinda, 1811 – Alto mar, 1852) resistiu à derrota da revolução pernambucana, lutando através de guerrilhas durante dois anos. Sob a falsa promessa de anistia, entregou-se e foi levado preso para o Rio de Janeiro.

Fugiu da prisão em 1851 e embarcou clandestinamente para a Europa, mas faleceu durante a viagem, tendo o seu corpo sido lançado ao mar, em março de 1852.

44 Alusão à Revolução Francesa deflagrada em 1889 e a duas figuras que nela se destacaram: Maximilian de Robespierre e Georges-Jacques Danton.

45 Honoré Gabriel Riqueti, Conde de Mirabeau, foi um importante teorizador e ativista da Revolução Francesa.

46 copos: parte da espada que defende a mão.

47 «Pedro Ivo», parte III, oitavas, 1-4 (ALVES, 1870: 61-62). As oitavas 3 e 4 foram transcritas em ordem inversa. Pierre Vergniaud, membro da facção girondina da Revolução Francesa.

48 Na mitologia grega, o gigante Anteu, fortíssimo em contacto com o chão, tornava-se fraco quando levantado ao ar.

49 No período da República Romana, os irmãos Graco foram perseguidos e assassinados por defenderem a realização de reformas econômicas e sociais.

50 «Pedro Ivo», parte III, est. 8-9 (ALVES, 1870: 63).

51 O poema «Pedro Ivo» traz, na edição *princeps,* a indicação de que foi escrito em maio de 1865, no Recife (ALVES, 1870: 66), para onde Castro Alves voltara em março, a fim de retomar o curso de Direito.

52 Mais conhecido como Confederação do Equador, este movimento revolucionário de caráter republicano e constitucionalista eclodiu em Pernambuco, alastrando-se para outras províncias do Nordeste do Brasil. A repressão dos revoltosos foi a mais violenta ocorrida no período imperial.

53 Movimento independentista, a Revolução Pernambucana de 1817 foi alvo de violenta repressão. Condenados por traição à Coroa, numerosos revoltosos foram enforcados e esquartejados.

54 No *NALLB*, sem dúvida, por gralha: «postas».

55 O emprego do itálico sugere tratar-se de uma citação, não foi contudo encontrado o documento de onde ela teria sido extraída. Sabe-se contudo que, no século XVIII, Filipe dos Santos e Tiradentes foram sujeitos a tais penas. Outras penas de crueldade similar foram relatadas por Francisco Moniz Tavares, na *História da Revolução de Pernambuco de 1817* (1840).

56 Tal como Rodrigues Cordeiro, Francisco Moniz Tavares compara o sucedido ao General Gomes Freire de Andrade com o que se passou com os revoltosos de Pernambuco: «Quase contemporaneamente à Revolução de Pernambuco um ilustre Cidadão Português, o General Gomes Freire, tentava em segredo o melhoramento de sua Pátria. Denunciado […] expirou no cadafalso» (TAVARES, 1840: 379). O que permite supor que Rodrigues Cordeiro conhecia o livro de Francisco Moniz Tavares referido na nota anterior.

57 Oitavo Conde dos Arcos, Marcos de Noronha e Brito (Lisboa, 1771-1828), foi nomeado Governador da Bahia, após a chegada ao Brasil da Família Real Portuguesa. Atuou com violência contra os participantes na Revolução Pernambucana de 1817, fazendo prender e enforcar alguns deles.

58 Marechal Bereford, militar inglês que desempenhou importantes cargos em Portugal, entre 1807 e 1820. Em 1817, após rumores de uma conspiração maçônica contrária à presença inglesa, mandou matar o General Gomes Freire de Andrade.

59 Chegado ao Brasil em 1549, o Padre Manuel da Nóbrega (Alijó, 1517-Rio de Janeiro, 1570) desempenhou importante papel na catequese dos indígenas e na fundação das principais povoações da colônia (Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro). Suas cartas são documentos históricos sobre o Brasil colonial e a ação jesuítica no século XVI.

60 Desembarcado em Salvador em 1553, o Padre José de Anchieta (Tenerife, 1534 – Reritiba, 1597) missionou sobretudo na região de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, tendo intermediado as negociações entre os portugueses e os indígenas reunidos na Confederação dos Tamoios. Dramaturgo, gramático e poeta, Anchieta é um dos primeiros autores da literatura brasileira.

61 «Jesuítas», sextilhas 8 e 9 (ALVES*,* 1870: 79). Na edição de 1870, este poema é acompanhado pela seguinte indicação: «S. Paulo – 1868» (ALVES*,* 1870: 80).

62 «Jesuítas», sextilhas 12 e 13 (ALVES*,* 1870: 80).

63 Completa a nota referida por Cordeiro a seguinte passagem: «Com[o] quer que seja, talvez fosse mais próprio o título de «Apóstolos», estas palavras porém são ou foram sinônimos na América do Sul. Que o digam Nóbrega e Anchieta» (ALVES, 1870: 204).

64 «Pelas sombras. Ao Padre Francisco de Paula», quadra 4 (ALVES*,* 1870: 118). Na edição *princeps* esta quadra é dividida em dois dísticos, o mesmo acontecendo com a quadra 8.

65 «Pelas sombras», quadras 4, 5, 7, 8» (ALVES*,* 1870: 118-119). Este poema é seguido pela informação: «Curralinho, 5 de junho de 1870» ALVES*,* 1870: 119)

66 Fundador da Ordem dos Mínimos, Francisco de Paula (Paola, 1416 – Tours, 1507) foi santificado por se ter dedicado inteiramente ao socorro do próximo.

67 Seu irmão mais velho, José Antônio de Castro Alves, suicidou-se em 1864, com manifestações de desequilíbrio mental.

68 A mãe de Castro Alves (Clélia Brasília da Silva Castro) falecera em 1859 e o pai (Antônio José Alves), em 1866.

69 «À memória / de / meu pai, de minha mãe e de meu irmão. / O. D. C.» (ALVES, 1870: s. n.).

70 No *NALLB,* «louro» foi substituído por «salgueiro», o que, além de destruir o decassílabo castroalvino, não se coaduna com «Traz-me no bico», a que o vocábulo em causa está ligado no verso seguinte.

71 «Dedicatória», oitava 3 (ALVES, 1870: s. n.). Após o poema lê-se a informação: «Bahia, janeiro de 1870».
72 Como certamente pronunciava o autor.
73 «Quando eu morrer», quadras 6-8 (ALVES, 1870: 188). Ao poema sucede a informação: «S. Paulo – Março 1869».
74 A citação repete os versos já transcritos da última oitava do poema «Dedicatória» (ALVES, 1870: s. n.).
75 *O Novo Mundo*, periódico já mencionado em notas anteriores.
76 A 11 de novembro de 1868, numa caçada, a arma que Castro Alves trazia a tiracolo disparou acidentalmente no seu pé, que acabou por ser amputado em junho do ano seguinte.
77 Ahasverus: mítico Judeu errante da tradição oral cristã, condenado por Cristo a vagar eternamente pelo mundo.
78 «Mocidade e morte», oitava 5 e respectivo dístico (ALVES, 1870: 23). No *NALLB* certamente por gralha as duas estrofes foram reunidas numa décima. Ao poema segue a indicação da data em que foi escrito: «1864».
79 «Quando eu morrer», quadras 3 e 5 (ALVES, 1870: 188). O poema é seguido pela informação: «S. Paulo – Março 1869».
80 «É tarde», quadras 9 e 10 (ALVES, 1870: 183). Ao poema segue a informação: «Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1869».
81 Na edição *princeps*: «expirar».
82 «*Coup d'étrier*», oitava 8 (ALVES, 1870: 201). O poema é acompanhado pela informação: «Curralinho, 1 de junho 1870».
83 «Quando eu morrer», quadra 1 (ALVES, 1870: 187).
84 No *NALLB*, este verso apresenta gralhas que dificultam o entendimento («Acalentai-me à mádida tristeza») e que foram corrigidas de acordo com a edição *princeps*. Mádida: úmida, orvalhada.
85 «*Coup d'étrier*», oitava. 5, v. 1-4 e 7-8 (ALVES, 1870: 201).
86 Tradução: «Deus está em nós».
87 Apontando a «falta de harmonia» na repetição da vogal «a» de três decassílabos extraídos de dois poemas cujos nomes não indica, Rodrigues Cordeiro não tem em conta que tal assonância poderia constituir um dos méritos desses versos.
88 «Os anjos da meia-noite. Fotografias», I, sextilha 4, v. 1-2 (ALVES, 1870: 144).
89 «A Maciel Monteiro», oitava 6, v. 4 (ALVES, 1870: 53).
90 Ao criticar as «rimas descuidadas», Cordeiro não se apercebe de que, ao rimar luz/azuis, brilho/família ou nós/heróis, Castro Alves, que foi um poeta atento à oralidade, estaria valorizando a pronúncia popular brasileira.

91 «Quem dá aos pobres, empresta a Deus», oitava 7, v. 1-4 (ALVES, 1870: 11).
92 «Ao Dous de Julho», décima. 3, v. 1-4 (ALVES, 1870: 26).
93 «Uma página de Escola Realista – Mário (vendo-a chorar)», quadra 2 (ALVES, 1870: 192).
94 «Adormecida», quadras. 4, 5 e 7 (ALVES, 1870: 76). Segue-se ao poema esta informação: «S. Paulo, novembro de 1868».
95 Rodrigues Cordeiro não indica onde leu *O navio negreiro*, escrito em São Paulo, a 18 de abril de 1868, e, como já foi referido, desconheceria o volume intitulado *Vozes d'África – Navio negreiro. Tragédia no mar*, editado em 1880. Assim sendo, os fragmentos que transcreveu foram cotejados com os do texto impresso, em 1869, no jornal literário carioca *O Myosote,* onde o poema aparece com título invertido: «Tragedia no mar. O navio negreiro». Sacramento Blake refere que ele também «Saiu na *Illustração Brazileira*, e tem sido impresso em muitas revistas, e obras diversas» (BLAKE, 1883, v. 1: 132).
96 «Tragedia no mar. O navio negreiro», [I], quadra 4 (ALVES, 1869: 19).
97 N'*O Myosote*: «O vento».
98 N'*O Myosote*: «à "esteira"»
99 N'*O Myosote*: «que semelha».
100 «Tragedia no mar. O navio negreiro», [I], quadras 9-11 (ALVES, 1869: 20).
101 Rodrigues Cordeiro refere-se provavelmente à comemoração do décimo aniversário da morte de Castro Alves, que decorreu em 1881, no Teatro São João da Bahia, na qual Rui Barbosa fez o elogio do poeta, sustentando que o seu principal mérito foi ter tratado artisticamente a luta contra a escravidão.
102 Na década de 60, quando Castro Alves escreveu seus primeiros poemas antiesclavagistas, o movimento abolicionista crescia no território brasileiro e pressionava o Império a abolir a escravatura, o que ainda não havia acontecido na data da publicação do «elogio».
103 Cordeiro refere-se à publicação do poema na Bahia, em 1876 (ALVES, 1876).
104 A edição *princeps* desta coletânea – não poema – data de 1883, posterior, portanto, à publicação do «elogio».
105 Cordeiro ignorava, certamente as edições do drama castralvino publicadas em 1875 e 1876.
106 Castro Alves escreveu *Don Juan ou A prole dos Saturnos*, para Eugênia Câmara, mas a peça ficou incompleta ou sua versão completa se perdeu. (PASSOS, 2016: 17).
107 Sacramento Blake (1883, v. 1) informa que Castro Alves teria deixado inédita a tradução de *O Diablo-Mundo* [*sic*], de José Espronceda. Com o título *Diabo Mundo*, esta tradução está publicada na edição da *Obra completa*, de Castro Alves (1997: 538-555).

108 Escritor e jornalista maranhense com estudos sobre a história e a literatura do Brasil, entre os quais se destacam os quatro tomos do *Pantheon Maranhense* e a edição das *Obras p*óstumas de A. Gonçalves Dias.

109 Editado em New York, este periódico brasileiro noticiou a morte de Castro Alves e referiu alguns dados da sua biobibliografia, em 24 de setembro de 1871.

110 É provável que se trate de Gonçalves Crespo que residiu em Lisboa, de 1874 até a sua morte em 1883, e que, casado com Maria Amália Vaz de Carvalho, participava no círculo de intelectuais a que estava ligada aquela poetisa e escritora.

111 Entre eles contam-se, como foi assinalado nas notas acompanham o «elogio biográfico» de Castro Alves, *O Academico* (1868)*, O Myosote* (1869) e *O Abolicionista* (1871).

112 Esta dedução encontra confirmação num livro de Afrânio Peixoto (PEIXOTO, 1944) que afirma ter Castro Alves publicado no Recife, em 1863, seus primeiros versos, entre os quais destaca «A canção do africano», «Pesadelo», «Meu segredo», Cansaço». O seu primeiro grande sucesso público – «O século» – data de 1865, quando foi recitado no salão de honra da Faculdade do Recife. Neste mesmo ano, escreveu parte dos poemas de *Os escravos*.

Referências bibliográficas

ALVES, Castro (1868) – «Vozes d'África». *O Academico*: *jornal juridico, litterario e noticioso,* ano I, nº 15 (19 nov.). São Paulo, p. 4.

ALVES, Castro (1869) – «Tragedia no mar. O navio negreiro». *O Myosote*: *jornal litterario*, [nº 1]. Rio de Janeiro: Typ, da Opinião Liberal. p. 19-28.

ALVES, Castro (1870) – *Espumas flutuantes.* Bahia: Camilo Lellis Masson.

ALVES, Castro (1871) – «Carta às senhoras bahianas». *O Abolicionista*: publicação quinzenal da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, série 1, nº 4 (30 abr.). Bahia.

ALVES, Castro (1875) – *Gonzaga ou a revolução de Minas: drama histórico brazileiro.* Precedido de uma carta do Exmo. Sr. Cons. José de Alencar e outra do Ilmo. Sr. Machado de Assis. Rio de Janeiro: A. A. da Cruz Coutinho.

ALVES, Castro (1876) – *A Cachoeira de Paulo-Affonso: poema original brazileiro.* Fragmento dos – *Escravos* –, sob o titulo de *Manuscriptos de Stenio*. Bahia: Imprensa Econômica.

ALVES, Castro [1876] – *Gonzaga ou a revolução de Minas: drama histórico brazileiro*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola de Serafim José Alves, s. d.

ALVES, Castro (1880) – *Vozes d'África – Navio negreiro. Tragédia no mar*. Rio de Janeiro: Tip. da Escola de Serafim José Alves.

ALVES, Castro [1884] – *Os escravos. Poema brazileiro*. Por Múcio Teixeira. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola de Serafim José Alves, s. d.

ALVES, Castro (1997) – *Obra completa*. Edição comemorativa do sesquicentenário. Organização, fixação do texto e notas de Eugênio Gomes. Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

BARBOSA, Rui (1881) – *Decennario de Castro Alves*: *elogio do poeta pelo Dr. Ruy Barbosa, seguido de um escripto do mesmo autor pelos escravos, as mães de familia*. Mandados imprimir pela Comissão do decennario. Bahia: Typ. do *Diário da Bahia.*

BLAKE, Augusto Vitorino Alves Sacramento (1883) – «Antonio de Castro Alves». In: *Diccionario bibliographico brazileiro,* v. 1. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, p. 131-132.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1881) – «Antônio de Castro Alves». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1882.* Lisboa: Lallemant Frères Typ., p. VII-XXII.

Homenagem ao laureado poeta bahiano Antônio de Castro Alves (1891). Grêmio Literário Castro Alves, 10 jul. 1881. Rio de Janeiro: Tip. Nacional.

MACEDO, Joaquim Manuel de (1876) – *Anno biographico brazileiro,* 3 v. Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia do Imperial Instituto Artístico.

MACEDO, Joaquim Manuel de (1880) – «Antonio de Castro Alves» In: *Supplemento do Anno biographico,* vol. 1 Rio de Janeiro: Typ. Esperança, p. 59-62.

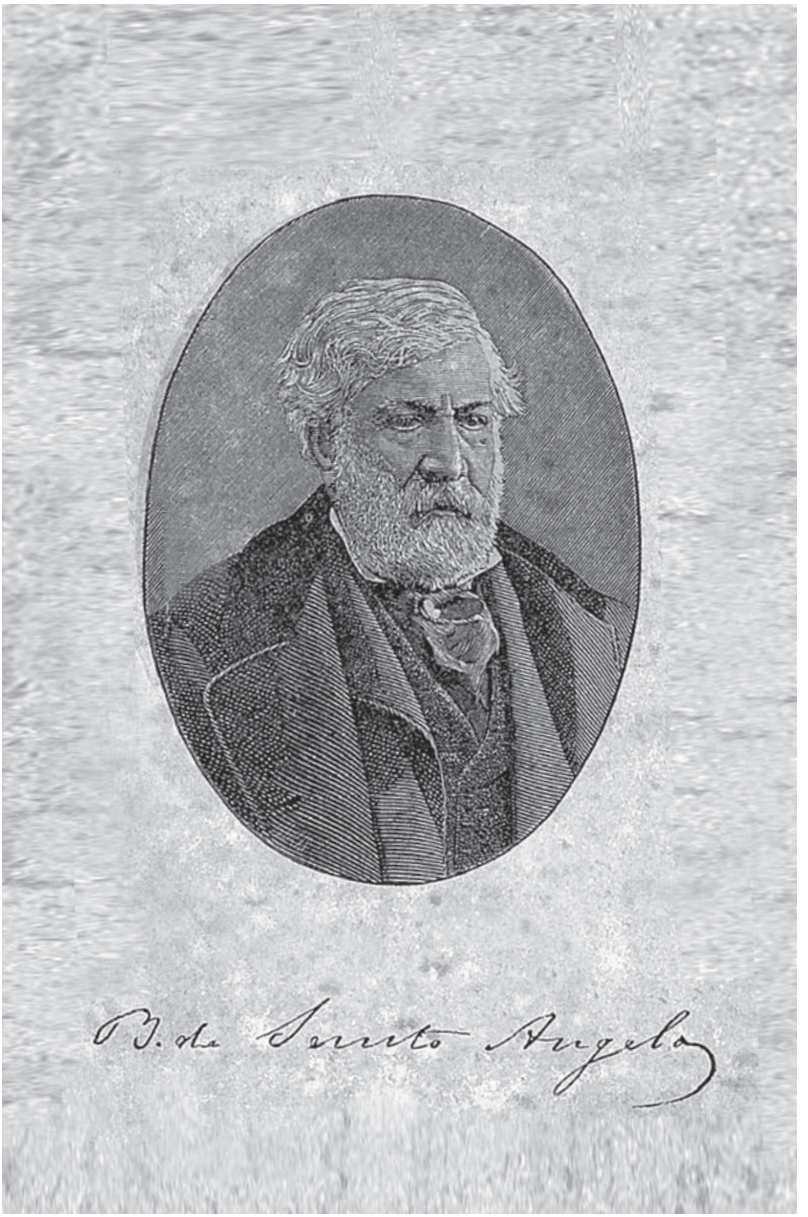
«Noticia sobre a morte de Castro Alves» (1871). *O Novo Mundo: periodico illustrado do progresso da edade,* v. 1, n.º 12 (24 set.), Nova Iorque, p. 180 e 182.

PASSOS, Edvard (2016) – *Castro Alves, teatro e teatralidade.* Dissertação de Mestrado. Salvador: Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia.

TAVARES, Francisco Moniz (1840) – *História da Revolução de Pernambuco de 1817.* Pernambuco: Tipografia Imparcial de L. I. R. Roma. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or1511080/or1511080.pdf [Acessada a 11 / VIII / 2024]

SILVA, Inocêncio Francisco da (1867) – *Diccionario bibliographico portuguez,* t. 8 (primeiro do Supplemento) A – B. Lisboa: imprensa Nacional.

Vania Pinheiro Chaves
CLEPUL-Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa


D. de Souto Angelo

Barão de Santo Ângelo (Manuel de Araújo Porto Alegre)

[I]

Há cabeças leoninas. Era deste número a de Manuel de Araújo Porto Alegre[1], Barão de Santo Ângelo. Olhai para o seu retrato. Assim era, por exemplo, a de Mirabeau[2] e a de Luís Veillot[3]; assim é a de Victor Hugo. Atentai nessas frontes aureoladas por uma espécie de juba que no rei dos animais simboliza a soberania da força, e que no homem, ou revela que ele era o raio da tribuna, dominando com a masculinidade da sua voz, e a energia dos seus gestos, a onipotência das assembleias; ou diz que era o lutador que escrevia com estilete de bronze, arcando peito a peito contra os seus adversários, e vencendo-os muitas vezes pela força da dialética, deixando por padrão da sua audácia, e da sua linguagem, um monumento como deixou Bossuet; ou ensina que ele é o Nestor da poesia, o atleta, o semideus da palavra, que tem assistido, como os imortais, à deificação de si mesmo; ou revela, em suma, no Barão de Santo Ângelo que ele era um homem dantes quebrar que torcer, de grandes afeições e grandes virtudes, um adorador da natureza, ora desvairado pela paixão das belas-artes, ora embriagado pelo amor da poesia. Vejamo-lo.

Poucos homens foram mais curtidos de desenganos, ou foram vítimas, como ele em pouco tempo do fel da ingratidão e da peçonha da inveja; poucos provaram também, como ele, os vaivéns da sorte, ora experimentando os sorrisos da inconstante fortuna, ora penando aos rigores duma vida agitada.

Manuel de Araújo Porto Alegre nasceu na cidade do Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, a 29 de novembro de 1806, filho legítimo de Francisco José de Araújo, negociante, e de D. Francisca Antônia Viana, filha de outro negociante. Perdeu o pai aos cinco anos, sua mãe contraiu segundas núpcias, e foi seu padrasto Antônio José Teixeira de Macedo, também dedicado ao comércio, quem o mandou educar conforme os recursos do tempo.

Perdeu este segundo protetor aos doze anos, mas a carreira estava aberta. Aprendeu o latim, o francês, a filosofia, a geometria e álgebra com diferentes mestres, e no meio de todos estes labores de instrução todos os instantes que lhe sobravam empregava-os no estudo das ciências naturais. Era tal esta inclinação, que no seu quarto, e ainda não tocava a adolescência, havia um mundozinho de produtos que ele coligia. Outra das suas paixões era o desenho e a pintura.

Na idade dos dezesseis anos, tendo feito os estudos que podia fazer em Porto Alegre, quis ter uma profissão e começou a de relojoeiro, como J. Jacques Rousseau. Ajudando o seu mestre, já ele trabalhava na confecção de rodas e carretéis, mas o relojoeiro, vendo que a sua vocação era toda para a pintura, foi o próprio que o aconselhou a segui-la. Mas como? Na cidade não havia senão um retratista e um pintor de decorações. Não importa. Nas poucas horas que era admitido a ver trabalhar aqueles homens, aprendeu o manejo das tintas a óleo. Depois mandou vir do Rio estampas elementares e divertia-se a copiá-las e a imitar paisagens que tirava de alguns esbocetos de Brunswik[4]. Começou a trabalhar igualmente no cenário dum teatro particular. Mas como podia ele dar profundidade a certas vistas? O não conhecer a mínima regra de perspectiva lançava-o em grandes embaraços. Nisto vem-lhe às mãos uma gravura representando o interior duns banhos romanos. Que fundo! como os objetos se distanciavam! Que perspectiva aquela! Se ele a pudesse imitar, se ele soubesse como aquilo se fazia! De repente começa a notar que certas linhas iam todas convergir a um ponto; põe em cima da gravura duas réguas; encaminha todas as linhas do pavimento e cimalhas; certifica-se e tão contente ficou daquela descoberta que quase desmaiou de contentamento. Não dormiu nessa noite, e logo que rompeu o dia foi para o teatro fazer a aplicação da sua descoberta. Estava dado o primeiro passo.

Assim começou a lutar, a lutar, a vencer dificuldades, a ganhar mais gosto e, um dia vendo a gravura do desembarque da Imperatriz Leopoldina, soube que o artista que havia produzido aquele trabalho vivia no Rio de Janeiro e chamava-se João Batista Debret[5]. Ai! se ele pudesse voar ao Rio de Janeiro! Mas como deixar a mãe sozinha,

a mãe que ele estremecia; e que meios tinha para isso? Demais tinha já vinte anos, e o Presidente da Província[6], incluindo-o no recrutamento, fez-lhe assentar praça no Regimento de Dragões de Rio Pardo. Fora uma vingança. Porto Alegre, amante do belo, tinha tido a audácia de formular uma lista das meninas feias da cidade, e havia posto à frente de todas a filha mais velha do Capitão-Mor João Tomás Coelho. Protegeu-o o Visconde de Castro[7], e pouco tempo depois obteve baixa do serviço.

Este desgosto fez com que sua mãe, que até aí levava com impaciência a ideia de se separar dele, fosse agora a primeira a aconselhar-lhe a sua partida para o Rio de Janeiro. Foi, com algumas dobras no bolso, que tinha ganhado em retratos, e em janeiro de 1827 entrava como discípulo na oficina de Debret.

O elo de amizade que quase desde logo se estabeleceu entre estes dois homens, tão irmãos pelos dotes da alma, era tal que só a morte o quebrou.

II

No Rio de Janeiro frequentou os primeiros anos da Escola Militar, a aula de filosofia do Padre Mestre Francisco José Policarpo, a anatomia e a fisiologia com o Dr. Cláudio Luís da Costa[8], ao mesmo tempo que dissecava no Hospital de Santa Clara para o estudo físico do corpo humano. No estudo das belas-artes foram tais os seus progressos que em 1830, na primeira exposição pública da Academia ganhou três prêmios, na pintura, na arquitetura, e na escultura. Pedira-lhe seu mestre, o Dr. Cláudio Luís da Costa, um quadro representando D. Pedro I entregando o decreto da reforma da Academia de Medicina ao corpo acadêmico. Quando não fosse outro sentimento a gratidão o levaria a encarregar-se do assunto. Foi durante este trabalho que sucedeu encontrar-se o Imperador com ele e convidá-lo para ir ao Paço de São Cristóvão no dia 12 de outubro, em que fazia anos, porque lhe daria duas audiências, uma cedo, das oito às dez horas, e outra depois de fardado, porque assim o retrataria melhor.

Estava ele na segunda audiência desse dia, quando, dirigindo-se ao artista, lhe diz D. Pedro: «A Imperatriz quer este retrato porque o acha o mais parecido de todos. Virás entregar-lho logo que o acabes. Depois farás outro meu, e o dela, e os dos meus filhos; irás levá-los a minha sogra, em Munique, e de lá partirás para a Itália ou para onde melhor te convier estudar, e pelo tempo que quiseres, contanto que lá não fiques».

Oh! a Alemanha! a Itália! a glória! que horizontes! que fascinação! Mas o homem põe e Deus dispõe. Os acontecimentos precipitaram-se. O Imperador dizia isto em outubro de 1830; em 7 de abril de 1831 via-se forçado a abdicar em seu filho; e seis dias depois deixava a baía do Rio de Janeiro para nunca mais ali entrar.

Além disso, também o artista esteve às portas da morte com uma prolongada doença. Uma desgraça nunca vem só. Por efeito de se haver emancipado tinha ele recebido, como parte da herança paterna, a quantia de dois contos de réis, que destinava para as despesas da sua viagem à Europa. Debret, o seu mestre e seu amigo, retirava-se para Paris, e ele prometera acompanhá-lo. Achava-se então no Rio de Janeiro um primo de Porto Alegre, José Gonçalves Lopes Ferrugem, a quem ele amava sobre todos os homens, porque o considerara sempre como irmão, desde a mais tenra infância. Este companheiro dos seus verdes anos, este amigo que ele prezava acima de todos, pede-lhe emprestado o dinheiro por alguns dias, enquanto não recebia o que esperava do Rio Grande. Alma crente, o coração aberto a todos os sentimentos generosos, confia-lhe todo o seu tesouro, sem uma segurança, e dias depois sabe que ele havia partido para o Rio Grande, sem duas linhas, sem um adeus, sem lhe deixar um vintém!

Porto Alegre escreve ao detentor, encarrega sua mãe de obter de seu sobrinho aquele dinheiro, empenha os seus amigos e nada alcança. Nesta situação aflitiva todos os seus sonhos de glória se tinham desvanecido, mas nem todas as almas boas o tinham abandonado. O Senador Soledade[9], condoído da sua sorte, manda-lhe ordem para receber em França 20$000 réis fortes por mês, como dádiva e como demonstração da sua amizade paternal; Evaristo

Ferreira da Veiga[10] arranja-lhe 400$000 réis por uma subscrição; o Almirante Grivel[11], a pedido de José Bonifácio de Andrade, dá-lhe passagem gratuita a bordo do navio de guerra *Durance*. Foi com estes pequenos recursos que ele parte para a Europa, e em 4 de outubro de 1831 entrou em Paris.

Dias depois, estando no *Boulevard des Capucins* parado a ver umas estampas, sentiu uma pancada no ombro. Volta-se, olha e fica atônito ao ver o Duque de Bragança a[o] pé de si:

> – O que faz aqui, Sr. Araújo? Diz-lhe o príncipe. Pois também emigrou?
> – Não, senhor, lhe respondeu Porto Alegre, vim estudar a minha arte, e vim com Mr. Debret.
> – E como está Debret? Debret é um homem virtuoso.

E depois, como não esperando resposta, concluiu:

> – Moro na rua de *Pipinière* n.º 27 e comigo lá está o seu amigo, o Capitão Bastos.

O artista foi no dia seguinte visitar o Sr. D. Pedro I, que o recebeu alegremente, apresentando-o à Imperatriz[12] e à Rainha de Portugal[13]. Dias antes da partida do Sr. D. Pedro para dar princípio à epopeia, quase legendária, que havia de eternizar o seu nome, foi o artista despedir-se do ex-Imperador e dos seus amigos, e este disse-lhe:

> – Parto e a Europa saberá do meu destino. Se for feliz, e se você quiser ir procurar-me, vá, porque encontrará um amigo. As últimas circunstâncias da minha vida me têm feito conhecer a fundo os homens; se eu os conhecesse, como os conheço hoje, não teria abandonado os meus filhos. E as lágrimas vieram-lhe aos olhos. Diga ao Rocha* que ele é um perfeito cavalheiro.
> – Ah! Senhor, lhe volveu Porto Alegre, também com os olhos marejados de lágrimas, porque não há nada mais comunicativo

* O Conselheiro José Joaquim Rocha, então enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em França

do que elas, quem diria naquele dia que vi Vossa Majestade no Corcovado, que esta cena se passaria agora em Paris?! Quis beijar-lhe a mão, mas D. Pedro não consentiu.

III

Como dissemos, a 4 de outubro de 1831 chegou Porto Alegre a Paris, e entrou logo para a escola do Barão Gros[14]. No ano seguinte concorreu à Escola de Belas-Artes e obteve o n.º 32, e no imediato, em 1833, no último concurso, a 3.ª medalha. E no meio destas conquistas alcançadas como pintor na capital do mundo nunca ele se esqueceu do estudo das matérias que o podiam auxiliar e tanto, que assistindo uma vez ao curso de anatomia de Mr. Emery, na Escola de Belas-Artes, e não podendo o professor continuar a lição por ter faltado o preparador, oferece-se para o substituir na sua falta o artista brasileiro; aceitada a oferta – tratava-se dos músculos da coxa –, entra para o recinto anatômico, empunha o escalpelo, e disseca tão satisfatoriamente que recebe elogios de todos em plena aula. Este ato, no começo dos seus estudos, elevou-o no conceito dos seus colegas e na estima dos professores. Era um hábil anatômico, mas em parte chegava esta competência a prejudicá-lo no desenho das suas telas. Muitas vezes lhe repetia o Barão de Gros: *Vous savez trop, et c'est un malheur pour votre dessein; votres figures n'ont pas de peau, sont plutôt unes ecorchées*.

Em Paris sofreu Porto Alegre toda a sorte de privações. Tendo quebrado no Rio de Janeiro o seu correspondente, não só perdeu uns 600$000 réis que sua mãe lhe mandara, como não recebeu a pequena mesada que lhe estabelecera o Senador Soledade. Reduzido aos seus minguados recursos teve que despedir-se da escola do Barão Gros porque lhe não podia pagar a mensalidade exigida aos alunos, nem a despesa com o modelo vivo, e com a lenha. Chega mesmo a vender livros, relógio e alfinete de peito; e frequenta unicamente a aula de arquitetura de Francisco Debret[15], porque esta era gratuita.

Mas toda a medalha, diz-se, tem o seu reverso e é uma verdade. A fortuna quando o via na última extremidade sorria-se, e dava-lhe

carinhosa as mãos para o levantar. O Conselheiro Rocha, tendo conhecimento do que lhe acontecera, manda-o chamar, mostra-se sentido de que o não houvesse procurado e ordena-lhe que pedisse o dinheiro de que precisava. Porto Alegre, que se acostumou a viver com pouco, pede unicamente 140 francos mensais.

Ao mesmo tempo a casa de Francisco Debret, que era membro do Instituto e seu mestre, sendo ao mesmo tempo o primeiro na arte de construir teatros, era um ponto de reunião de músicos, pintores, escultores e outros homens notáveis. Entre os primeiros aí conheceu ele Rossini[16], Auber[17], Boieldieu[18], Cherubine[19] e Paer[20]. Também aí encontrou Garrett. No centro dessa sociedade, enciclopédia viva, colheu Porto Alegre ideias gerais das cousas, gosto pelo estudo, e mais ainda, dizia ele, esse respeito devido ao verdadeiro mérito, aprendendo no exemplo de tantos homens ilustres a respeitar os homens.

Também por esse tempo chegou a Paris um seu compatriota e seu amigo, Luís de Vasconcelos[21] e tendo as melhores informações do aproveitamento de Porto Alegre, procurou-o, e fez-lhe o oferecimento de 20:000 francos para acabar os seus estudos e ir à Itália, que era o seu ideal. Depois de grandes instâncias aceitou só 4:000 francos, e preparou-se para a jornada. Esta pequena quantia dizia ele que lhe bastava, porque o Conselheiro Rocha[22], que havia sido transferido para Roma, lhe oferecera a sua casa e a sua mesa naquela cidade.

Efetivamente, no dia 4 de outubro de 1834, partiu para a Itália, levando em sua companhia o seu patrício e amigo Domingos José Gonçalves de Magalhães[23]. Este e o Conselheiro Francisco de Sales Torres Homem[24] foram com Porto Alegre tão unidos pela alma que, ferir um, era ferir os três enquanto viveram. Nuns versos que Magalhães lhe tinha dedicado, dias antes, lhe dizia ele:

> Não posso duvidar, nem tu duvidas.
> Há uma estrela que ao porvir nos guia
> Mau grado as ondas de inconstante mundo.[25]

Era um vaticínio. Quem lhes diria, que um, que então ia escrever os Suspiros poéticos, enriqueceria depois a literatura brasileira com um poema *A Confederação dos Tamoios*? Quem diria ao outro, que corridos 24 anos, pondo de parte o pincel e as tintas, teria imortalizado o seu nome com o poema – *Colombo*[26]?

Lá vai para Itália o nosso artista. Pouco se demorou, porque um ano depois, pouco mais, fugindo da cólera que aparecera em Veneza e Turim, estava de novo em Paris, mas viu Genebra, subiu o Simplon[27], esteve em Bolonha, Parma, Placência, Pisa, Viena, Leorne, Luca, Pistoia; viu Arezzo, Perúgia, e deteve-se em Roma para estudar; Roma, a cuja vista exclama o seu companheiro Magalhães:

> É Roma! é Roma! é a cidade eterna
> Lá sobre a catedral do cristão mundo
> De Buonarotti o gênio se levanta,
> Prodígio d'arte, maravilha humana,
> Consagrada a Deus vivo.[28]

IV

Novos horizontes se tinham aberto à inteligência de Porto Alegre. Dizia ele que – fora a realidade dum sonho, e a melhor quadra da sua vida, porque fizera a leitura do grande livro das obras de Deus e dos homens.

Em Roma pintou um Cristo no momento do *Consummatum est*[29], iluminado por um raio que caía no templo e tendo no fundo a vista de Jerusalém, segundo os escritos que consultou, para o que se havia habilitado no curso de arqueologia do célebre antiquário Nibby, que frequentava com assiduidade.

Voltando a Paris não descansa, e o seu mérito já o faz conhecido. Mr. Michaud[30], o ilustre autor da *História das Cruzadas*, e então presidente do Instituto Histórico, convida-o para ler no Congresso Europeu uma memória em que se comparasse a arte antiga com a moderna; e pelo mesmo é também nomeado para a comissão que devia dar parecer sobre a exposição geral do Louvre.

Dividiu também o seu tempo em visitar Londres e Bruxelas, onde se demorou um inverno, mas nisto chega-lhe a notícia da

revolta do Rio Grande do Sul[31], lembra-se da situação em que se acharia a sua velha mãe e não hesita um momento, embarca para a América, donde tinha saído havia cerca de cinco anos e meio.

Ao entrar na barra do Rio de Janeiro em 14 de maio de 1837 soube logo que três dos seus melhores amigos haviam falecido: Evaristo Ferreira da Veiga, o Senador Soledade e o Bispo do Rio de Janeiro[32]. Pisando a terra da pátria esperavam-no as lágrimas. Manda logo buscar sua mãe e estabelece-se. No ano seguinte, em 14 de outubro de 1838, casa-se com a Exma. Sra. D. Ana Paulina Delamare, filha do professor Delamare.[33] As duas testemunhas deste casamento, em que teve a ventura de encontrar uma esposa virtuosa, foram os seus amigos Magalhães e Sales Torres Homem. Começara para ele a vida de família, mas tão cortada de desgostos, que estes quase logo lhe azedaram a lua-de-mel.

Estando próxima a Exposição do Rio de Janeiro, e querendo concorrer a ela, compôs e esboçou o nosso artista um quadro representando Hércules na fogueira. Faltavam-lhe os últimos toques, por assim dizer, e já o diretor da Academia, Mr. Taunay[34], mestre do Imperador, espalhava que a obra não era dele, o que chegou a acreditar-se na Corte.

Foi necessário que Porto Alegre escrevesse pelo *Mercantil* uma carta a Mr. Taunay, emprazando-o a repetir pela imprensa que o quadro não era dele e que este se visse obrigado a responder – que talvez o tivesse dito, como geralmente se dizia, mas que agora ficava acreditando no contrário – para que a má impressão se desvanecesse no público.

Em todo o caso o arco tinha despedido a envenenada frecha, e a calúnia, no dizer dum crítico italiano, é como o carvão, quando não queima sempre enegrece.

Para desafogo escreveu uma poesia – «A calúnia» –, onde se leem estes sentidos versos:

> Que importa à Calúnia que a honra feneça
> Se aplaca o seu ódio, se sente delícias?
> Que importa à Calúnia urdir mil sevícias?
> Que importa a seus olhos que o justo pereça?[35]

Foi também por esta ocasião que um ingrato, a quem ele tinha por vezes acudido na desgraça, abrindo-lhe a sua bolsa e dando-lhe os últimos reais para o socorrer, esquecendo tudo, e pondo-se ao lado dos seus êmulos e dos seus invejosos, o expôs à irrisão em caricatura, na praça pública.

Era demais. Porto Alegre[36], que já então era pintor da Real Câmara, não tinha, além do seu trabalho manual, outros recursos senão o mesquinho ordenado de 800$000 anuais que fruía como membro da Academia, para que tinha sido nomeado por influência do Senador Paula Sousa[37], pouco depois do regresso ao Rio de Janeiro. Pois apesar disso, entendeu que não podia permanecer em tal sociedade e, achando-se vago o lugar de substituto de desenho da Escola Militar, pediu para ser provido naquela cadeira. Foi-lhe concedido, e deixou a Academia.

Deixou também a pintura a óleo. Sentia que lhe faltavam as forças e o ânimo depois do que se tinha passado, e trabalhando já a esse tempo no seu poema da descoberta da América – *Colombo* –, abre nele um como parênteses em que solta o canto magoado da despedida. Aí diz ele:

> Ameigada nas asas ilusórias
> Do belo instinto de formoso adejo;
> Os olhos fitos no clarão da glória,
> Em meu ser te infundiste, alma pintura,
> Lira em que a luz desfere altos concentos.
> Três lustros de labor, de riso e de ânsias
> E a fé, virgínia fé de um peito ardente,
> E o nobre almejo, e o generoso impulso,
> Tudo, tudo perdi!... É meu presente
> O arcabouço mirrado da beleza;
> Álveo de um rio que o vulcão secara;
> Trilho perdido por cerrada mata;
> Astro combusto; um desengano horrível!...
> Já não tenho palheta, odeio a tela,
> Painel de mágoas que me corta a vida![38]

Depois volta-se para a poesia, onde encontra um asilo e um refúgio; onde não vingarão os ardis do engano, nem se ouvirá o sibilar da serpente; e consola-se, dizendo:

> Fonte d'alma esperança, éter divino,
> Grêmio de criação, asilo eterno
> Da celeste harmonia e dos arcanos
> Patentes ao mortal, por Deus ungido
> Ao ver a luz do sol, a ti me volvo.
> Em teu sereno abrigo não recruzam
> Infidos ecos de paixões terrenas.
> Ave canora, vou cantar no espaço,
> No livre espaço da mansão sidérea,
> Lá onde não se escuta entre descantes
> Sibilar a serpente; onde meus hinos,
> Como os olhos da infância à luz propensos,
> Do céu d'amor, tranquilos, sobre a pátria
> Um dia descerão, sem que os retrinque
> Ardilosa falácia, ou vil ciúme.[39]

Correram anos e, sendo pelo Imperador encarregado de propor a reforma radical da Academia de Belas-Artes, foi depois nomeado diretor, em 1854. Mas ainda desta vez, porque o Marquês de Olinda[40] nomeou um cenógrafo quase analfabeto para a primeira cadeira daquele estabelecimento (pintura histórica), e levou por diante, não reconsiderando, a nomeação, Porto Alegre, que quando se via desconsiderado, sacrificava à sua dignidade todos os seus interesses, preferindo a pobreza ao aviltamento, oficiou ao Ministro do Império demitindo-se.

O Imperador[41] não queria de modo nenhum que se lhe aceitasse a demissão, mas ele declarou-lhe que já não tinha força moral e que nem o seu brio podia suportar aquela desfeita do ministro.

A Academia de Belas-Artes mandou uma deputação protestar-lhe o seu pesar, e manifestar-lhe o seu reconhecimento pelos serviços de que lhe era devedora. O mesmo fez o Conservatório Dramático, significando-lhe a falta que a todas as artes fazia um tão zeloso, um tão prudente diretor e amigo.

Isto foi em setembro de 1857.

Depois deste desgosto veio logo outro: que foi pedir a sua jubilação com nova quebra dos seus recursos, porque na reforma da Escola Militar o tinham feito passar para categoria inferior. Porto Alegre não olhava a conveniências pessoais, e para coonestar os seus atos de independência tinha por princípio esta máxima: «Uma exoneração voluntária é quase sempre um protesto contra a violação do direito».

V

Vinte anos decorridos desde que voltara à pátria, amestrado pela experiência, pelo estudo, e pelo que tinha visto nos países mais cultos da Europa, o que devia a capital do Império a Porto Alegre?

Devia-lhe:

Todas as inovações que introduziu no cenário, e o uso dos atores se vestirem a caráter nas peças de teatro, porque antes dele nada disto se fazia.

Os trabalhos do Paço para as festas imperiais da aclamação, sagração e casamento do Sr. D. Pedro II.

O risco do Banco do Brasil, um dos melhores edifícios da Corte; um teatro para São Sebastião e o mercado para Niterói; a capela de Nossa Senhora das Neves e outros trabalhos como arquiteto.

A Carta Geral do Rio de Janeiro, a criação de escolas industriais para a educação de operários, e mil benefícios à cidade por ocasião de ser chamado à Câmara como vereador suplente.

Organização de estudos; aulas de desenho geométrico, teoria de sombras e perspectiva; criação duma biblioteca e outros serviços às artes.

Biografias, memórias históricas, e elogios dos sócios falecidos, como orador do Instituto[42] durante 14 anos.

Diferentes peças para o teatro, das quais algumas estão impressas e a maior parte inéditas. São de sua composição: *O espião de Bonaparte*; *O sapateiro politicão*; *O tutor de Parati; A estátua amazônica*; *Angélica e Firmino*; *O dinheiro é saúde*; *Os Judas,* todas comédias.

Os ourives, drama. *A noite de São João* e *A Restauração de Pernambuco,* operetas líricas[43].

A colaboração ativa no *Jornal dos Debates, Minerva Brasileira*[44], *Guanabara, Reforma,* e outras folhas, algumas das quais fundara[45].

Dera impulso à pintura. Estudara, idealizara, planeara e estava a escrever o poema da descoberta da América – *Colombo* – de que já se haviam publicado fragmentos nas revistas literárias.

Aqui está uma amostra do que tinha feito nos vinte anos que vão desde o seu regresso à pátria até que se demitiu da Academia, e se jubilou na Escola Militar.

Deixara a pintura a óleo porque se não sentia com forças para a continuar; olhava em roda de si e não via em que ocupar a sua atividade; vivia na pátria como um estrangeiro; e ralado, desgostoso, lançando uma vista retrospectiva sobre o passado o que encontrava? As suas esperanças desvanecidas, as suas ambições apagadas, desfeitos os seus sonhos de glória.

Foi neste desalento de alma que raiou o ano de 1858 e ele, sabendo que se tratava de nomear um cônsul ou agente comercial para a Turquia, escrevia a Sousa Franco[46], um membro do governo dizendo-lhe:

> Acho-me reduzido a 160$000 réis por mês, com 51 anos de idade, com minha mãe cega, com uma filha paralítica, com quatro filhos que educar, e com uma saúde alterada pelas contrariedades da minha vida, e pela natureza da minha constituição fisiológica.
>
> Tenho servido ao Imperador, ao governo e ao país com lealdade e desinteresse, e do Imperador não tenho queixa.
>
> Tenho sofrido por ser leal e por ser amigo.
>
> Ainda não postulei uma só graça ao governo; até hoje tenho cumprido ordens, e até sacrificado o meu bem-estar moral.
>
> Para coroar o meu patriotismo preparo, e está quase concluído, um poema que, se não tem o mérito literário, tem o artístico, porque é uma obra original no seu plano. Fiz um poema, porque Deus não me deu cabedal para outro livro; fi-lo para obedecer a uma lei da natureza.
>
> V. Exª sabe que num poema também se edifica o futuro, enobrecendo-se o coração da mocidade, preparando-se os ânimos

> para o amor do belo, da pátria e do heroísmo, a mais pura de todas as virtudes.
>
> Desejo concluir esta obra, e para isto preciso de descanso eterno, de deixar a vida material e as contrariedades que levo.
>
> Restam-me poucos anos para o fogo sagrado, e esses poucos desejava aplicá-los neste empenho. O governo tem de nomear um agente comercial para a Turquia e eu desejo ser este agente.[47]

Esta carta não chegou a ser enviada ao seu destinatário, porque o seu autor soube depois de escrevê-la que já estava provido, e em amigo seu, o lugar de cônsul da Turquia.

Entretanto, apesar de ser em junho de 1858 nomeado diretor das obras da alfândega, era propósito de Porto Alegre não permanecer no Rio de Janeiro e sair logo que se lhe oferecesse ocasião. Se ele se tivesse envolvido na política, se o seu voto e o seu incontestável talento pesassem na balança das discussões; se tivesse um jornal, um bota-fogo, onde, em lugar de discutir literatura, e arqueologia, escrevesse panfletos e criticasse o governo, fácil lhe seria alcançar o lugar que apetecesse.

Ainda assim, ao lado dos inimigos e invejosos que o guerreavam, alguns amigos se erguiam a defendê-lo, e foram esses, se é que não bastou a provada integridade do seu caráter, que lhe obtiveram nos primeiros meses de 1859 a nomeação de cônsul geral para Berlim.

Enquanto ele faz a sua viagem do Rio de Janeiro a Berlim, fazendo escala por Lisboa onde se demora, apresentemos o poeta aos nossos leitores.

VI

Como poeta, a obra-prima de Porto Alegre é o seu poema *Colombo*; e não é só a obra-prima dele, é também no seu gênero a obra mais notável, escrita neste século por um brasileiro.

Com razão diz Edgar Quinet[48] que as revoluções políticas e morais, que, mudando o sistema do mundo, parecem produzidas pela ação direta de Deus, são verdadeiramente épicas.

Na epopeia, diz ainda o mesmo crítico, é necessário que o herói pertença à humanidade pelas aparências corpóreas, mas que seja sobre-humano pelo gênio e pelo destino.

Em qualquer das hipóteses, a descoberta do Novo Mundo, nos fins do século 15.° e o herói que a levou a cabo, realizando um dos maiores cometimentos dos tempos modernos, estão na altura de ser o argumento dum poema épico.

Responde a obra de Porto Alegre em tudo e por tudo às exigências de tão ambicioso assunto? Não o afirmamos. Que fez ele dos 20 aos 42 anos, em que começou a escrever o seu poema? Estudou escultura, arquitetura, matemática, fisiologia, anatomia, tudo o que pudesse concorrer para o aperfeiçoar no estudo que ele, como pintor, apreciava e punha acima de todos.

Se nestes 22 anos, com a seiva da mocidade, com o entusiasmo com que via os quadros da natureza e ouvia os acordes da música, ele se tivesse feito na leitura dos poetas e não quisesse ser senão poeta; se ele seguisse a estrada que trilhara o amigo de quem dizia:

> É sua alma a minha alma; o mesmo molde
> Formulou-as no céu, gêmeas nasceram,
> No amor e na amizade[49]

Se seguisse os passos de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que poema nos não daria quando, amadurecido na idade e no estudo dos bons modelos, nos quisesse dar um *Colombo?*

A obra de Porto Alegre começa por ter um prólogo e quarenta cantos com perto de 22.400 versos, mais do dobro de *Os Lusíadas,* que não chegam a ter 9.000; tem extensões e ampliações que a tornam talvez um pouco pesada; desenvolve quadros, que podem considerar-se alheios ao assunto, ou que o assunto dispensava; é muitas vezes um pouco metafísica e difusa no dizer, mas a par destes defeitos, que grandeza de plano, que talento, que erudição e que harmonia de versos!

Ides julgá-lo. – A maruja, aterrada, na presença duma horrível tempestade, grita, ora deprecando, ora acusando Colombo, que pela sua temeridade os expõe àqueles perigos.

«Fujamos, Almirante!» brada a chusma,
«O céu é contra nós, e bem o mostra
Neste ensejo cruel. Ah! sim voltemos
À Espanha, que é de Deus, que é santa e boa!
Por cem línguas de fogo estão bradando
O céu e a terra contra nós; voltemos
Que insistir é chamar do céu mais iras.»[50]

Enquanto os da tripulação assim clamam aterrados, o Almirante no castelo da ré, com a mão no leme e a vista na agulha, tranquilo, eleva o pensamento a Deus e murmura:

Tanta pompa, meu Deus! Não a mereço!
Não mereço, Senhor, tanto aparato
E ter por funeral cena tão grande![51]
……

Os nautas
O céu e o mar se abrasam! não há terra!
As ondas bebem fogo, é tudo flamas!
Revolta a natureza estampa a fúria
Da cólera celeste! Guai! sacrílego!
Alvo do céu irado, que a teu seio
Vai o raio bater, e há de ferir-nos
Sem culpa, e por um crime teu somente!
Santo Iago, valei-nos![52]
……

Como vaga fremente ergue-se a chusma
E investe contra o herói, hesita e pára
Vendo que firme e impávido a domina;
E ele, com voz segura, ao mando afeita
Ordena, a pronta chusma desenleia
Dos rizes[53] o velame.[54]

Noutro gênero quereis ver a musa da poesia? É ele que a descreve, dizendo a si mesmo:

Abraça-te co'a poesia, adora a musa,
A musa da harmonia, a hélia Virgem
De beleza imortal, em cuja fronte
Resplende o lume da vidência arcana.
Ameiga os seus ditames, colhe o nardo
Que seus lábios destilam, quando falam
À luz misteriosa, ao sol ardente,
Ao claro rio, à nuvem fugitiva,
À selva umbrosa, à cordilheira alpestre,
À flor do vale, à lacrimosa fonte,
Ao mar em fúria, ou na bonança alegre,
Ao vulcão temeroso, ao negro abismo,
Ao céu ornado de matiz dos astros
Ao homem transitório e a Deus eterno.[55]

Que propriedade de termos, que suavidade, que mimo! Só Bocage adjetivava assim.

Olhai como descreve a peregrina beleza de uma mulher em que o espírito das trevas, que lhe revela dos infernos a ciência e os mistérios, se transforma para seduzir Colombo:

um desses tipos
De suprema beleza, nunca vistos
No planeta ideal em que reinaram
Canova e Rafael! era um abismo
D'amor e sedução! Nela encontrara
Creso, o avaro, um firmamento de ouro;
Diógenes[56] um trono, um riso Heráclito[57];
Nela vira um Titão recear[58] o Olimpo,
Homero a luz, e Alexandre um mundo.

Para o nauta voltada, suspirando
Vertendo graças indizíveis, chora,
Seus olhos não destilam sentimentos,
Nem se dilui sua alma em brandas lágrimas,
Mas num filtro d'amor que abrasa os peitos,
E tredo os lança num vulcão de flores,
Tão belo e sedutor era seu pranto!

De seus lábios carmíneos entreabertos,
Botão de rosa entesourando perlas,
Manava a essência que embeleza numes;
Parecia que amor neles tecera
Seu ninho e trono, e por superno encanto
Neles pusera, amavioso e louco
Ímãs de beijos, sorvedouros d'alma!
Em seu peito celeste refulgiam,
Em cadente harmonia dous planetas
Dous tesouros, que mais amor instilam
Em lábios varonis que nos da infância.[59]

E vai por diante descrevendo-lhe a trança de cabelos, os ademanes, o sorriso, o encanto, a volúpia.

Descreve a inveja, de que ele tantas vezes foi vítima, e diz:

Há lá no inferno uma caverna absconsa,
Em cujo fundo lacrimeja o crânio
De Caim fratricida humor ardente:
Ali em folhas d'empestadas rosas,
Rosas que ornaram de Locusta a campa,
Vão demônios colher o tredo suco,
Base dum filtro que a razão transvia.
Ai do que o sorve no volver dos olhos,
No respiro das auras fugitivas,
Nos deveres da vida, ou nos preceitos
Do amor e da amizade. Cego, avesso
Ao lume da verdade, aos santos dogmas,
Os próprios crimes em furor converte!
Odeia o lustre que no irmão resplende,
A glória doutrem seu orgulho ofusca,
A virtude o molesta, a paz o irrita,
E só quisera ver o mundo em pranto
Para ele sorrir n'alma após vertendo
Dos tredos lábios compaixão fingida![60]

Vede como desenha o Conde D. Henrique[61], cujo vulto Colombo julga ver na baía de Sagres:

Sobre um trono armilar em pé armado
Augusto nume com a mão num rosto,
Majestoso o contempla
[…]

Nobre no gesto e no composto augusto,
Se eleva a imagem da visão sublime,
Qual palmeira que abate o louro heroico.
Na fronte ungida pelo Céu rutila
A dupla auréola do valor e engenho.
Olhar de semideus, lúcida fonte
De justiça e bondade, qual nos lábios
Sempre teve benigno, faces róseas
Como as da Virgem que sorriu na Armórica[62]
Ouvindo o amor na apaixonada lira;
Braço possante, que o venab'lo e a pena
No combate e liceu iguais mostrara;
Peito sacrário de reais virtudes,
Adornado dum saio em que resplendem
Em consórcio imortal a cruz e as quinas
Ostensoras da fé.[63]

Mas basta, que seria um nunca acabar, mesmo citando uma parte das inúmeras belezas que resgatam de sobra os defeitos do poema *Colombo*. A obra de Porto Alegre conquistou um lugar de honra entre as suas congêneres e, enquanto durar a língua portuguesa, há de ela ser lida por quantos tiverem alma capaz de sentir e de apreciar o que é belo.

VII

Deixamos o Barão de Santo Ângelo em Lisboa, por onde fez escala para a Alemanha. Aqui entrou ele em junho de 1859, e demorou-se até princípio de abril de 1860. Nestes nove meses viu Mafra, visitou o Convento da Batalha, percorreu algumas das nossas províncias, e em Lisboa examinou arquivos, museus, bibliotecas, tudo quanto podia convir ou satisfazer a curiosidade de um ilustrado observador.

Pouco tempo se demorou no Consulado de Berlim, porque em 1863 sabemo-lo já em Dresde, na Saxônia, onde preparou para a estampa o volume de *Brasilianas,* coleção de poemetos e cantos, que já em parte se tinham publicado na *Minerva Brasileira* e que agora recebiam a última lima. Em 1867 foi nomeado em comissão do seu governo para assistir à Exposição Universal de Paris e nesse mesmo ano foi nomeado Cônsul Geral para Lisboa.

A História corre rápida e a vida com ela. Ainda voltou ao Brasil em 1873 e aí se demorou três meses. Parecia uma despedida. Adivinharia ele que o não tornaria a ver?

Também voltou ao estrangeiro para tratar da sua saúde, e foi no estrangeiro, no caminho de Roma para Florença, em 1877, que ele teve o primeiro ataque de congestão cerebral. Recolhendo a Lisboa, pouco depois teve o segundo, e tão forte desta vez que ficou paralítico do lado direito e perdeu a fala, que nunca mais recuperou. Meio morto, ou antes sentindo-se morrer, assim viveu dois anos e quatro meses, até que em 30 de dezembro de 1879 entregou o espírito ao Criador.

Já conheceis a índole do lutador que acaba de cair na arena. Quereis acabar de o avaliar? As cartas, em que entornamos a alma e que escrevemos sem ideia de que vejam a luz pública, são a fotografia moral de quem as escreve.

Há dias o nosso bom amigo, Monsenhor Pinto de Campos[64], fazendo-nos o elogio do Barão de Santo Ângelo, leu-nos algumas das cartas que tinha dele e que hoje damos à estampa, pela permissão que tivemos de as publicar. Ei-las:

> Lisboa, 25 de março de 1876.
>
> Meu bom Monsenhor.
>
> Aqui estou, esperando e sofrendo como mereço. Se o meu espírito não andasse tão preocupado com a redação das minhas memórias[65], com o seu engraxamento e lustre de escovadelas, teria já tido alguma recaída forte. Estas memórias hão de ser lidas, porque são verídicas, muito variadas, e pintarão muita gente cujas fisionomias se perderiam. Eis o que me salva.

Eu não posso viver sem este emprego, e o futuro o mostrará! Passaram-me pelas mãos centos de contos, e Deus me ajudou sempre a conservá-las limpas. Desejo morrer sem remorsos, porque seria um exemplo funesto e uma lição ominosa para a mocidade.

A rapidez do mal e a lentidão da sua reparação justificam a queda do homem pelo orgulho. Rafael mentiu dando asas à justiça. As asas da posteridade são um escárnio. Antes que cheguem já Deus as tinha dado ao mísero sofredor.

Estou contrabalançando os temores do futuro com as saudades do passado; estou exemplificando e assim animando a mocidade; estou edificando em terreno sólido e recalcado.

Se a minha mão pesar uma ou outra vez sobre alguns homens que venderam farinha podre em cartuxos de papel dourado; se ela arrancar os resplendores de casquinha e ouropel de muitos canonizados pela igreja dos corrilhos; se alguns filhos e netos gemerem tenham paciência e fujam de imitar seus avós e de abaixar a cabeça diante dos que desprezam. Os Olimpos de papelão amolecem-se e abatem-se com as chuvas do céu. O homem que pode dizer duas verdades peca se as não diz. O mal só diminui um quando há protestos.

Hei de mostrar que não fui um homem inútil e que trabalhei bastante para o meu país, porque carreguei bastantes pedras, e gratuitamente, para o alicerce de muita cousa boa que aí existe. Se não repiquei sinos e atirei foguetes, foi porque nunca tive alma de taberneiro.

[…]

Chateaubriand disse e provou que na véspera das grandes catástrofes sempre aparece um padre que ora, e um poeta que canta. O padre e o poeta são mandados por Deus, porque não consultam o código do egoísmo.

Por que quer V. Exa. fugir e retirar-se do mundo? Porque tem razão para isso. Retire-se e escreva; alguns hão de ter medo. A fotografia histórica não faz caricaturas. Deixe-os galhofar, que a consciência é séria.

[…]

Seu do coração

Barão de Santo Ângelo.

Lisboa, 4 de maio de 1876.

Meu prezado Monsenhor e amigo

Deixe-os galrar, perdem o seu tempo. O seu livro a Jerusalém[66] está julgado, e já tomou assento e posse. Fez bem em publicar a carta de Pio IX, juiz insuspeito. Está pago, e pela mão mais competente do mundo.

Os diplomas de capacidade que os homens laboriosos passam a si próprios, com o suor do seu rosto, selados pela fé duma robusta inteligência, não se rasgam; e tudo o que vai ter a Deus sobe e fica suspenso em regiões imaculadas.

Deixe-os grunhir, afiar os colmilhos, investir e errar de um para outro lado: o porco não olha para o céu. As igrejas abrem-se à hora em que se dorme nos lupanares.

O que está sucedendo em Lourdes, no seio da França, entre testemunhas vivas, é prova de que Deus ainda não nos quer abandonar.

Aqui já houve dois milagres que têm posto os pobres médicos em torturas, e os espíritos fortes em maior molho de trevas. Pobre ciência humana.

[...]

Seu obrig.mo do coração
Santo Ângelo

Lisboa, 6 de junho de 1886.

Meu caro Monsenhor.

Estou de luto e lágrimas no coração.

No dia 30 lhe escrevia eu, dando-lhe parte que aqui falara com o nosso Inhomerim*; e hoje está ele enterrado!

Chegou a Paris sábado à noite, e no domingo, ao meio-dia, faleceu repentinamente, longe da família, num quarto do grande hotel, e talvez sem um amigo.

Vi-o de fisionomia cansada e com riso de sofrimento. Disse-me que passara as noites desde S. Vicente[67] até aqui sem dormir!

Achei-o muito desejoso da família e avaliei o seu estado pelo seu ar, falar e modo de despedir-se.

---

* Inhomirim era o Conselheiro Francisco de Sales Torres Homem.

De há muito me escrevia ele: «Estou aborrecido da vida, tomara já morrer». Perdi um amigo, um irmão e um protetor. Ele me dissipou aflições e foi sempre a sentinela da minha vida social.

Achei-o no mundo em 1827 e nunca mais o deixei. Éramos três íntimos; agora somos dois.

Recebi este golpe profundo com a resignação de quem crê em Deus, e sabe o que é a vida.

Que semana foi a passada para mim! Perdi em Florença um neto adorado, e em Paris um pai extremoso. Depois de ter chorado de saudades, e de ver a sublime eloquência de uma mãe, passei logo ao pranto da alma, que nunca mais há de cessar.

O menino bateu as asas, deixou o lar doméstico semeado de perfumes e saudades. O homem gemeu, calou-se e desceu à cova: um era da família, o outro da pátria.

Nos pais sofremos uma amputação no íntimo passado, nos filhos outra que é no futuro, e nos amigos tudo, porque são pais, são filhos, são âncoras da vida e esperança. Eu sei o que perdi.

Apenas terminei o telegrama, voltei-me para a imagem de Cristo, e prostrei-me; vi tudo em pó, vi tudo escuro, e ele só suspenso, luminoso, tocando com a fronte no infinito dos céus e com os braços abraçando o espaço e o tempo. Ando pronto e cheio de fé, que é a salvação.

O coração do nosso amigo, se não tivesse filhos, não estalaria tão depressa. Sofreu muito, muito, muito.

Todos aqui ficam orando pelo seu querido benfeitor; e sábado irão à igreja.

Adeus até outra vez.

Seu amigo e obrigado do coração
Barão de Santo Ângelo

O Barão de Santo Ângelo era grande dignitário da Ordem da Rosa, tinha a Cruz de Ferro da Áustria, era Comendador de número da Ordem de Carlos III de Espanha, pertencia a diferentes sociedades, era membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, e correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, mas não era isto que o nobilitava. Era fidalgo pela alma.

Descansa, honradíssimo caráter; marido, pai e amigo exemplar; patriota como os mais firmes; campeão estrênuo de tudo quanto era grande, nobre e justo.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884. Lisboa: Lallemant Frères Typ., 1883, p. V-XXIV e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Manuel de Araújo Porto Alegre de A. X. Rodrigues Cordeiro

Publicado no volume do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884,* o estudo escrito por António Xavier Rodrigues Cordeiro, identificado no texto como A. X. Rodrigues Cordeiro, intitula-se «Barão de Santo Ângelo (Manuel de Araújo Porto Alegre)» e veio à luz poucos anos após o falecimento do escritor gaúcho, fato que ocorreu em 1879. Com vinte páginas de extensão, comparativamente bem mais extenso do que matérias similares do *Novo Almanaque,* o texto estrutura-se em sete partes, acrescido de um anexo constituído por três cartas assinadas pelo biografado e destinadas ao Monsenhor Pinto de Campos, seu interlocutor nos últimos anos de vida.

Antes de abordar a biografia do Barão de Santo Ângelo, o artigo estampa a fotografia do biografado, editada na folha de anterrosto do *Almanaque*, destacando sua cabeça leonina. Para o autor do Elogio, esse porte revela «um homem dantes quebrar que torcer, de grandes afeições e grandes virtude, um adorador da natureza, ora desvairado pela paixão das belas-artes, ora embriagado pelo amor da poesia» (*NALLB,* 1884: V). Nas demais páginas, exceção feita aos comentários ao poema *Colombo*, o biógrafo constrói um «panegírico do homenageado» (CHAVES, 2018: 85), ressaltando suas características pessoais, mencionando desenganos, êxitos e sofrimentos pelos quais passou em vida. A resiliência de Manuel de Araújo, sua capacidade de transpor os obstáculos de toda a sorte, desde a juventude até a velhice, e a superação das adversidades, transformam esse homem num verdadeiro herói, segundo a visão de seu biógrafo. Aliás, já de início, pode-se dizer que Cordeiro pretende construir o Elogio a um homem de personalidade forte, um tipo leonino, tanto no que se refere ao físico quanto à moral.

Nascido numa cidade do interior do Rio Grande do Sul, em Rio Pardo, meio caminho entre Porto Alegre e o centro da Província, qual seja Santa Maria, em 1806, Manuel de Araújo era filho de um negociante e neto de outro negociante. Seu pai faleceu quando ele tinha 5 anos e sua mãe casou novamente com um também comerciante, que o mandou educar conforme «os recursos do tempo» (*NALLB,* 1884: V).

Quando seu padrasto morreu, Manuel de Araújo tinha 12 anos e nessa idade já havia estudado latim, francês, geometria, filosofia, álgebra, matérias que complementava com seu interesse pelas ciências naturais. Jovem curioso, trabalhou como relojoeiro e, de forma autodidata, buscou aprender o manejo das tintas, das telas, atuando também como retratista e cenógrafo. Vencendo barreiras e dificuldades, chegou ao Rio de Janeiro, por uma questão inusitada: retratando algumas figuras da capital do Rio Grande, fez uma lista das moças feias da cidade e à frente de todas colocou a filha do Capitão-Mor João Tomás Coelho, fato que o tornou perseguido em Porto Alegre e impulsionou sua ida para a capital. Cordeiro aproveita essa anedota na vida do moço para terminar a primeira parte do estudo. Com ela, porém, já deixa antever um homem dedicado à estética, às belas artes, mas também, como diz, «um adorador da natureza, ora desvairado pela paixão das belas artes, ora embriagado pelo amor da poesia» (*NALLB,* 1884: V).

Na segunda parte do ensaio Manuel de Araújo já se encontra na capital do Império e o biógrafo destaca seus primeiros tempos de Corte, sua formação acadêmica, a amizade com Debret, a proteção do Imperador que lhe concede uma bolsa de estudos na Europa, infelizmente inviabilizada pela abdicação, mas concretizada graças à proteção de alguns benfeitores. Entre infortúnios (a perda de sua fortuna entregue aos cuidados de um primo) e sortes (o apoio financeiro de amigos), Manuel de Araújo conseguiu viajar à Europa, dando início a uma estada que se prolongou por cerca de cinco anos. A terceira e quarta partes do estudo recaem sobre a vida do pintor brasileiro na França, Itália, Bélgica, Suíça e Inglaterra. Nessa seção, Cordeiro registra o convívio do brasileiro com músicos, pintores, escultores e outros intelectuais e homens notáveis de sua época, o que considera significativo para a abertura de sua inteligência e formação moral, aprendendo «no exemplo de tantos homens ilustres a respeitar os homens» (*NALLB,* 1884: X), ao mesmo tempo que fundamenta seu conhecimento sobre as artes e a cultura.

Por outro lado, interessam também ao biógrafo os constantes infortúnios pelos quais passa Manuel de Araújo: a falta de dinheiro é talvez a mais citada. Apesar disso, não deixa o brasileiro de aproveitar todas as experiências que lhe permitem as viagens por diferentes

cidades do Velho Mundo. Essa situação somente é alterada quando irrompe no Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha, o que o obriga a voltar ao Brasil para prover sua mãe, que ainda mora no sul do país. Com a transferência da progenitora ao Rio de Janeiro, tem início outra fase da vida do biografado. A estabilidade familiar é reforçada pelo casamento com Ana Paulina Delamare, filha do professor Delamare. No entanto, a vida de família é logo desestabilizada, cortada por desgostos, a que se acrescentam os problemas na situação profissional. Cordeiro destaca, então, as frustrações que afetaram o regresso do artista ao país natal: o abandono da pintura a óleo como consequência da uma falsa acusação de que não era o seu quadro que integrava a exposição do Rio de Janeiro e a sua demissão da direção da Academia de Belas Artes, atribuída ao fato de o Marquês de Olinda ter nomeado um cenógrafo quase analfabeto para a cadeira de pintura histórica. Não obstante o pesar manifestado pela Academia com a deposição de seu professor, o que também afetou o Conservatório Dramático, e apesar da manifestação do Imperador, que não queria aceitar sua demissão, Porto Alegre afirmou que «não tinha força moral e que nem o seu brio podia aceitar aquela desfeita do ministro» (*NALLB,* 1884: XIV) e tomou a decisão de se afastar definitivamente das funções oficiais. Mais uma vez, o biógrafo aproveita os fatos para ressaltar as virtudes morais e a integridade da personalidade que retrata. Para Cordeiro, Porto Alegre prefere a pobreza ao aviltamento, prefere que a pátria deva a ele e não ele ao Brasil. Por isso, ao início da quinta parte do estudo, o biógrafo propõe a seguinte pergunta: «Vinte anos decorridos desde que voltara à pátria, amestrado pela experiência, pelo estudo e pelo que tinha visto nos países mais cultos da Europa, o que devia a capital do Império a Porto Alegre?» (*NALLB,* 1884: XV). Embora múltiplas e diversas fossem as dívidas da nação para com o artista, vivia ele desgostoso, com a esperança desvanecida, com «desalento de alma» (*NALLB,* 1884: XVI), razão pela qual justifica o biógrafo a atitude de Porto Alegre de deixar o Brasil e assumir funções diplomáticas no estrangeiro, entre as quais a de Cônsul Geral em Berlim.

O constante vaivém da vida de Manuel de Araújo Porto Alegre, oscilante entre altos e baixos, é elevada à altura pelos elogiosos comentários sobre o poema *Colombo*, considerado por Cordeiro «não

só a obra-prima dele» (*NALLB,* 1884: XVII), como também, «no seu gênero, a obra mais notável, escrita neste século por um brasileiro» (*NALLB,* 1884: XVII). Para o biógrafo, agora crítico do poema, os elogios já começam na escolha pela forma épica, pois afirma que a descoberta do Novo Mundo e «o herói que a levou a cabo, realizando um dos maiores cometimentos dos tempos modernos, estão na altura de ser o argumento dum poema épico» (*NALLB,* 1884: XXII). Ainda que observe «extensões e ampliações que tornam talvez um pouco pesada» (*NALLB,* 1884: XXII), que desenvolva quadros que podem ser «alheios ao assunto» (*NALLB,* 1884: XXII), que seja «um pouco metafísica e difusa no dizer» (*NALLB,* 1884: XXIII), nada desses defeitos abalam o juízo que tem do poema, salientando nessa realização poética a «grandeza de plano» (*NALLB,* 1884: XXIII), a «harmonia de versos» (*NALLB,* 1884: XXIII) e, em especial, o talento e a erudição do autor.

Para corroborar sua avaliação, Cordeiro compara o *Colombo* aos grandes textos da literatura portuguesa – perto de 22400 versos, mais do que o dobro de *Os Lusíadas* – e com autores consagrados, afirmando que o brasileiro tem adjetivação igual à de Bocage. Para além disso, transcreve inúmeras passagens da epopeia para gabar a descrição que Porto Alegre faz da musa da poesia, aplaude a descrição do vulto do Conde D. Henrique, na baía de Sagres, e enaltece «a beleza peregrina de uma mulher em que o espírito das trevas se transforma para seduzir o navegador» (*NALLB,* 1884: XIX). E para dar um ponto final na relação dos elogios, que seria capaz de sobrepujar qualquer defeito do poema, segundo ele, sintetiza: «A obra de Porto Alegre conquistou um lugar de honra entre as suas congêneres e, enquanto durar a língua portuguesa, há de ela ser lida por quantos tiverem alma capaz de sentir de apreciar o que é belo» (*NALLB,* 1884: XXI).

A parte final do texto, ou seja, a sétima seção do Elogio, dedica o autor aos momentos finais da vida do biografado, a partir de 1859, quando Porto Alegre passou por Portugal em direção à Alemanha, para assumir o Consulado de Berlim. Entre junho de 1859 a abril de 1860, o brasileiro permaneceu em Lisboa e, provavelmente, foi nesse período que conheceu Cordeiro. Segundo consta, visitou diversos lugares e várias instituições portuguesas, realizando pesquisas e observações.

Registra ainda Cordeiro as últimas viagens de Porto Alegre pela Europa, seu retorno rápido ao Brasil, em 1873, como uma forma de despedida, o primeiro ataque cerebral na Itália e sua estada em Portugal, por dois anos e quatro meses, até falecer em 1879, em Lisboa.

Novamente, a metáfora utilizada sobre a morte de Porto Alegre dá conta do «lutador que cai na arena» (*NALLB,* 1884: XXII), mas mais do que enfrentar as feras vivas é sua luta moral ressaltada pelo biógrafo. Por isso, o estudo se fecha com três cartas que Porto Alegre enviou ao Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, nas quais evidenciam-se, mais uma vez, os valores morais que nortearam sua existência: a dedicação à pátria, a modéstia – «se não repiquei sinos e atirei foguetes, foi porque nunca tive alma de taberneiro» (*NALLB,* 1884: XXIII) – e a profunda dor que sentiu pela morte do amigo Sales Torres Homem.

Da leitura do elogio do Barão de Santo Ângelo, publicada por António Xavier Rodrigues Cordeiro, no *Novo Almanaque,* entende-se que o biógrafo não pretendia apresentar todas as vivências do biografado, nem comentar sua obra pictórica e literária na integralidade, mas exaltar uma figura humana, seu valor moral e talento artístico. Resulta daí o retrato de um homem de ilibada conduta moral e, ao mesmo tempo, autor de uma obra que pode ser considerada reforçadora dessa conduta, o que se comprova pelo fato de que em *Colombo* está presente um herói que se alça à conquista do maior feito da história do Novo Mundo – a conquista da América. O texto publicado no anuário luso-brasileiro, se bem que não seja pioneiro no que diz respeito à biografia do Barão de Santo Ângelo, certamente contribuiu para a biografia intelectual e psicológica do gaúcho Manuel de Araújo Porto Alegre e para a difusão de seus feitos na construção do Brasil do século XIX. Especialmente a leitura do poema *Colombo* é de rara referência na historiografia literária, o que por si apresenta-se como um ponto alto do estudo. Criando um texto em que se mesclam biografia e elogio, crítica literária e intelectual, Cordeiro desenhou o perfil romântico e, por assim, dizer apaixonado e subjetivo de uma personalidade atualmente pouco reverenciada na história literária e cultural do Brasil.

Notas

1 Manuel de Araújo Porto Alegre foi o primeiro e único Barão de Santo Ângelo, título que lhe foi concedido em 1874. Segundo Paranhos Antunes (1943), o sobrenome Porto Alegre foi acrescentando pelo próprio escritor, por volta dos 18 anos.

2 Honoré-Gabriel Riqueti (1749-1791), Conde de Mirabeau, revolucionário, escritor, jornalista e diplomata francês.

3 Louis Veuillot (1813-1883), escritor, jornalista e intelectual francês.

4 Referência provável à cidade de Brunswick (Baixa Saxônia) que, bafejada por ideias iluministas, adquiriu no século XVIII grande importância no plano cultural, atraindo artistas e pensadores.

5 Jean-Baptiste Debret (1768-1848), pintor, desenhista e professor francês. Veio para o Brasil, integrando a Missão Francesa, promovida por D. João VI. (A historiadora Lilia Schwarcz, em *O sol do Brasil,* contesta a ideia de uma «missão francesa», para assinalar a casualidade do encontro de artistas franceses no Rio de Janeiro).

6 O Presidente da Província, nesse momento, era Salvador José Maciel, que governou o Rio Grande entre 1826 a 1829.

7 João de Castro do Canto e Melo (1778-1853), Visconde de Castro, militar e nobre brasileiro.

8 Cláudio Luís da Costa (1798-1869), médico e escritor brasileiro, cirurgião-mor do Exército, diretor do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e membro titular da Academia Imperial.

9 Antônio Vieira da Soledade (1800-1836), foi senador do Império (1826-1836), representando a Capitania do Rio Grande.

10 Mais conhecido como Evaristo da Veiga (1799-1837), jornalista e político brasileiro, é o autor do «Hino da Independência do Brasil», musicado por D. Pedro I.

11 Jean-Baptiste Grivel (1778-1869), militar e nobre francês.

12 Amélia de Leuchtenberg (1812-1873), princesa franco-bávara, segunda esposa de D. Pedro I.

13 D. Maria II (1819-1853), filha mais velha do Imperado do Brasil, D. Pedro I, foi rainha de Portugal entre 1826-1828, quando foi deposta por seu tio D. Miguel, e depois, entre 1834 a 1853.

14 Antoine-Jean Gros (1771-1835), pintor francês, que antecipou algumas características do Romantismo.

15 François Debret (1777-1850), arquiteto francês, irmão de Jean-Baptiste Debret.

16 Gioachino Antonio Rossini (1792-1868), compositor italiano, famoso pela autoria de óperas.
17 Daniel François-Esprit Auber (1782-1871), compositor francês.
18 François-Adrien Boieldieu (1775-1834), compositor francês, conhecido como «o Mozart francês».
19 Luigi Cherubini (1760-1842), compositor italiano, que viveu na França.
20 Ferdinando Päer (1771-1839), compositor italiano de origem austríaca.
21 Luís de Vasconcelos e Sousa (?-?), vice-rei do Brasil entre 1779-1783.
22 Conselheiro Rocha (1777-1848), engenheiro militar, participou do movimento pela independência brasileira. Por sua fidelidade ao Império, foi nomeado ministro plenipotenciário em Paris e depois na Santa Sé.
23 Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Visconde de Araguaia, médico, político e poeta brasileiro, foi considerado o introdutor do Romantismo no Brasil, com sua obra *Suspiros poéticos e saudades (*1836). Foi autor também do poema épico *A confederação dos Tamoios* (1856), motivo de querela com José de Alencar. Juntamente com Manuel de Araújo Porto Alegre e Francisco de Sales Torres Homem, fundou, em Paris, a *Niterói*, revista brasiliense (1836).
24 Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), Visconde de Inhomirim, advogado, escritor e diplomata brasileiro.
25 «Ao meu amigo M. de Araújo Porto Alegre», est. 1, v. 1-3 (*Suspiros poéticos* e *Saudades,* 1836: p. 331).
26 Dedicado por Manuel de Araújo Porto Alegre "À sua Majestade o Senhor D. Pedro Segundo, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil", *Colombo* foi publicado no Rio de Janeiro pela Editora Garnier, em 1866, em dois volumes.
27 Simplon: um dos picos mais altos dos Alpes, situado na fronteira entre Suíça e Itália.
28 «A vista de Roma», est. 1, v. 1-5. (*Suspiros poéticos* e *Saudades,* 1836: 135).
29 Palavras de Cristo na cruz. Tradução: «Está consumado».
30 Joseph-François Michaud (1767-1839), historiador e publicitário francês.
31 Revolução Farroupilha (1835-1845). Também conhecida como Guerra dos Farrapos, foi um movimento regional de caráter republicano, contra o governo imperial do Brasil, que se estendeu de 20 de setembro de 1835 a 1 de março de 1845.
32 Não identificado.
33 Charles Robert Delamare (?-?), provavelmente um artista francês.
34 Félix-Marie-Emile Taunay (1795-1881), 2º Barão de Taunay, pintor francês, foi professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes do Brasil.

35 «A calúnia», est. 6, v. 21-24 (*Brasilianas,* 1863: 325).
36 No *NALLB,* encontra-se «Magalhães», por lapso, uma vez que a frase se refere a Araújo Porto Alegre.
37 Francisco de Paula Sousa e Melo (1791-1854), político brasileiro, foi Deputado--Geral nas três primeiras legislaturas, Senador (de 1833 a 1854) e Primeiro-Ministro do Império do Brasil em 1848.
38 *Colombo,* canto 7, v. 24-38 (1866: 158).
39 *Colombo,* canto VII, v. 5-19 (1866: 157-158).
40 Pedro de Araújo Lima (1793-1870), Marquês de Olinda, primeiro-ministro do Império do Brasil.
41 Imperador D. Pedro II.
42 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
43 No *Teatro completo*, de Araújo Porto Alegre, encontram-se as peças *Os lobisomens, Os Lavernos, D. Sebastião, Cenas de Penafiel, A noite de São João, Angélica e Firmino, A estátua amazônica, O prestígio da lei, Os voluntários da pátria*. As demais foram encenadas, mas não publicadas.
44 Trata-se do *Minerva Brasiliense, Jornal de Ciências, Letras e Artes* (RJ, 1843-1845).
45 Araújo Porto Alegre foi fundador de *Lanterna Mágica. Periódico Plástico--Filosófico* (1844-1845), considerado o primeiro jornal brasileiro de crítica política e social, aliando texto e caricaturas.
46 Bernardo de Sousa Franco (1805-1875), Visconde de Sousa Franco, jornalista, magistrado, político e estadista brasileiro.
47 Na obra *O Brasil nas letras de um pintor*, Leticia Squeff esclarece que a carta de Araújo Porto Alegre a Sousa Franco foi escrita em 1858. Segundo essa mesma pesquisadora, tal documento encontra-se no IHGB, arq 1.4.29 (cf. SQUEFF, 2004: 89, nota 71).
48 Edgar Quinet (1803-1875), intelectual e historiador francês.
49 *Colombo*, canto VII, v. 68-70 (1866:160).
50 *Colombo,* canto VI, v. 71-78 (1866:146).
51 *Colombo*, canto VI, v. 98-100 (1866:147).
52 *Colombo*, canto VI, v. 106-113 (1866:148).
53 Rizes (Singular riz). Segundo o *Dicionário Aurélio,* cada um dos cabos delgados que, enfiados nos ilhoses, eram usados para expor menos quantidade de pano ao vento.
54 *Colombo,* canto VI, v. 116-121 (1866:148).
55 *Colombo,* canto VII, v. 224-237 (1866:166).
56 Diógenes de Sinope (?-323 A.C.), filósofo da Grécia antiga, também conhecido como Diógenes, o Cínico.
57 Heráclito de Éfeso (?-?), filósofo pré-socrático, considerado o «Pai da Dialética».

58 Na edição de 1866, encontra-se «raiar» e não «recear».
59 *Colombo,* canto X (1866: 225-226). Impossível identificar o número dos versos, porque há uma falha nas páginas da edição de 1866.
60 *Colombo,* canto XXV, v. 385-403 (1866:186-187).
61 Conde D. Henrique (?-1112), quarto filho de Henrique de Borgonha, pai de D. Afonso Henriques.
62 Na Antiguidade, região da Gália.
63 *Colombo,* canto XXXVIII, v. 249-264 (1866: 471).
64 Joaquim Pinto de Campos (1819-1887), sacerdote, escritor e político brasileiro, foi também homenageado no *NALLB* parao ano de 1889.
65 Porto Alegre escreveu dois textos de caráter memorialístico: o «Diário» e os «Apontamentos biográficos». O primeiro, iniciado em 1853, cobre pouco mais de três anos de sua vida; o segundo principia em 1806, ano de seu nascimento, e chega até fins da década de 1850, provável data da redação do texto, uma vez que o último registro é a sua demissão do cargo de diretor da Academia Imperial de Belas Artes. Cf. SQUEFF, 2004: 39.
66 Intitulada *Jerusalém*, esta obra foi editada em 1874, com prefácio de Antônio Feliciano de Castilho, amigo e confrade do autor.
67 Na tradição católica, o dia de São Vicente é comemorado em 27 de setembro.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Deoclécio de Paranhos (1943) – *O pintor do Romantismo*. *Vida e obra de Manuel de Araújo Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde.

CAMPOS*,* Joaquim Pinto de (1874) – *Jerusalém.* Lisboa: Imprensa Nacional.

CHAVES, Vania Pinheiro (2018) – «Apontamentos para a biografia moral e intelectual de Manuel de Araújo Porto Alegre no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*». *Historiæ,* v. 9, n. 1. Rio Grande, p. 83-112.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1883) – «Barão de Santo Ângelo / (Manuel de Araújo Porto Alegre)». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884.* Lisboa: Lallemant Frères Typ., p. V-XXIV.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (1836) – *Suspiros poéticos* e *Saudades.* Rio de Janeiro: Casa do Senhor João Pedro da Veiga; Paris: Dauvin et Fontaine.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de (1856) – *A Confederação dos Tamoyos.* Rio de Janeiro: Tipografia Dous de Dezembro de Paula Brito, Impressor da Casa Imperial.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo (1851) – *A estátua amazônica. Comédia arqueológica dedicada ao Ilmo. Sr. Manoel Ferreira Lagos*. Rio de Janeiro: Tipografia de Francisco de Paula Brito.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo (1863) – *Brasilianas*. Viena: Imperial e Real Tipografia.

PORTO ALEGRE, Manuel de Araújo (1866) – *Colombo,* 2 vol*.* Rio de Janeiro: Garnier.

PORTO ALEGRE, Araújo (1988) – *Teatro completo.* Introdução de Bárbara Heliodora. Estabelecimento de texto, notas e aparato crítico por Renata Guerra e Edwaldo Cafezeiro. Rio de Janeiro: INACEN, 1988. [2.ª ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1997]

SCHWARCZ, Lilia (2008) – *O sol do Brasil. Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João*. São Paulo: Companhia das Letras.

SQUEFF, Leticia (2004) – *O Brasil nas letras de um pintor. Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Campinas: Ed. da Unicamp.

Maria Eunice Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

VII

Gonçalves Crespo

Antônio Cândido Gonçalves Crespo

[I]

Há existências, mesmo das laureadas, das quais se pode quase dizer que não têm história. Nascem, mas são tão rápidas as mutações do seu viver, percorrem o estádio que vai do berço ao túmulo, mas em tão breve tempo, que mal avaliadas por uns, por outros apenas entrevistas, deixam na sua passagem um rasto de luz e desaparecem na sombra.

Foi seguramente destas a do primoroso poeta A. C. Gonçalves Crespo, arrebatado às letras quando começara libando o cálix da felicidade terrena, e quando, na florescência da idade e no vigor do talento, prometia novos frutos para honrar a sua memória.

Nasceu a 11 de março de 1846, nas proximidades do Rio de Janeiro, numa roça que seu pai, Antônio José Gonçalves Crespo, negociante português, ali tinha, onde se criou e viveu até à idade de 8 anos à sombra das asas da que lhe dera vida, e de quem ele, ainda anos depois, se recordava saudoso, pedindo que chovessem sobre ela as bênçãos de Deus.

> Chovam bênçãos de Deus sobre a que chora
> Por mim além dos mares! Esse alguém
> É de meus dias a esplendente aurora,
> És tu, doce velhinha, oh minha mãe![1]

Aos 8 anos entrou num dos primeiros colégios do Rio de Janeiro. Aos 14, seu pai, vendo que a sua infância tinha sido cortada de grandes doenças, e receando pela sua vida, mandou-o para o Porto. Foi no Porto e em Braga, na risonha província, empório de verdura, onde ele veio encontrar vagas imagens das opulências que cercaram o seu berço na América, que a sua educação literária se completou. Daí veio para Coimbra em 1870. Matriculou-se no 1.º ano do curso jurídico[2], e no ano seguinte publicou as *Miniaturas*[3], o seu primeiro volume de versos.

Formou-se, casou, publicou 2.º volume de versos[4], foi deputado, foi empregado, pertenceu à Academia[5]. No princípio do ano de 1883 perdeu seu pai, que o deixou herdeiro da sua fortuna, e quatro meses depois, quando para ele começara a vida com o bem-estar e com a largueza que ele ambicionava para o seu ninho de amor, a esposa e os filhos, é arrebatado ao mundo na flor da idade.

Digam-me se é larga a memória deste amigo das letras, e se toda ela se não resume em meia dúzia de datas, que se aproximam na carreira vertiginosa que leva à sepultura!

II

No nosso biografado há a considerar o homem e há a considerar o poeta. Vejamos o homem. Gonçalves Crespo era triste, e, contudo, os seus contemporâneos da Universidade, e os que com ele conviveram mais, dizem que era um rapaz alegríssimo e insaciável de folias. Compreende-se. Abri as *Miniaturas* na 2.ª edição, a página 28, lede do primeiro ao último aqueles dez sonetos que vão marcados até página 46[6], e convencer-vos-eis de que aquela Modesta não é uma fantasia do poeta, é uma realidade da vida. Foi o seu primeiro amor. Um dia viu-a de cabelos soltos; ela lança-lhe um olhar condoído, e pergunta-lhe porque sofre, quando o seu porvir se enflora e a tem ao seu lado. Ele dá-lhe um beijo.

> Não fujas, mariposa,
> Não tremas, Galateia!
>
> Gwinplaine extasiado
> De um ósculo sagrado
> Os pés ungia à Deia.[7]

Não foge, não; não treme; a imaculada rola ilumina a sua noite escura. Ela ama-o; e ele diz:

> Na escalvada rocha
> A flor não desabrocha
> O mádido botão.

Mas tu sorris ao ver-me
A mim, obscuro verme:
Não te mereço, não.[8]

Esta ideia mortifica-o; olha-se e não se crê digno do amor de uma alma tão perfeita. Deprimia-se, elogiando-a sempre:

Ainda é tempo; escuta,
O meu amor enluta;
Venceu-te uma ilusão.

Tu bem me vês no rosto
A sombra do sol posto…
Se eu fosse teu irmão![9]

Que amargura não há nestes versos! Como não hão de eles tocar uma alma de mulher! Modesta[10] é já em sonhos a sua noiva.

Estrelas cintilantes,
Eternos diamantes
De trêmulo fulgor,

Brilhai! sonha Modesta
Que tem na fronte honesta
Da laranjeira a flor.[11]

Corre a noite, já as aves saúdam a luz da aurora, já se ouve ao longe o lavrador cantando, a natureza acorda:

As auras amorosas
Passam beijando as rosas,
E tu dormindo, flor!

Ergue-te, lírio santo,
Acorda, meu encanto,
Modesta, meu amor![12]

Ah! O sonho desfez-se, dissipou-se em fumo. Que resta de tanto amor?

Oh! pétala de rosa
Que nuvem tormentosa
Te confundiu no pó?

De tanto amor que resta?
Um túmulo, Modesta
E eu sobre a terra, só![13]

Depois, para maior dor, para a mais cruciante mágoa, vê morta a mulher do seu coração, quando era conduzida à sepultura:

Levava as mãos no peito,
Goivos naquela trança
Que tanta vez beijei.

Oh! sonho meu desfeito!
Voaste-me, criança!
Deus sabe se te amei![14]

A mocidade triunfa sempre, ou quase sempre, destas dores dos vinte anos; e acaba por esquecê-las no meio dos prazeres e da alegria ruidosa daquela quadra, em que as paixões se sucedem com a velocidade com que as imagens fugitivas se refletem na superfície do espelho.

Os dois anos que se seguiram a esta catástrofe foram um tributo pago aos folguedos e ao viver expansivo, mais ou menos turbulento do estudante; mas como não há mocidade sem amor, como o coração do mancebo está sempre disposto para as afeições desse sentimento, que faz as suas delícias ou o seu martírio, depressa se preencheu o vácuo.

Como? Ides vê-lo.

III

Em 1821 António Feliciano de Castilho, então estudante da Universidade, publicou as *Cartas d'Eco a Narciso*. O livro fez bulha, não só porque o escreveu um cego de 21 anos, como porque era uma poesia que se afastava das formas conhecidas e em versos primorosos. Às *Cartas d'Eco* seguiu-se logo no ano imediato a coleção de poemetos, intitulada *A primavera*.

Daí a dois anos, recebia o poeta uma carta de letra desconhecida, que rezava assim:

> Azurara, pelo correio de Vila do Conde, 27 de setembro de 1824.
>
> Amar o mais perfeito é um dever;
> Virtudes tantas devem ser amadas.
>
> Se vos aparecesse uma Eco, imitaríeis vós o vosso Narciso?
>
> A desconhecida
> Maria da Expectação Silva Carvalho

O nome era suposto: bateu-se o campo, investigou-se, e depois de mil indagações, veio no conhecimento de que a carta partira de uma senhora, recolhida secular no Mosteiro de Vairão[15], e que a suposta Maria da Expectação não era outra senão D. Maria Isabel de Baena Coimbra Portugal[16], entusiasta de versos, sobrinha do Talentoso[17]. Daí a anos a recolhida de Vairão era esposa de António Feliciano de Castilho.

Michelet publicou em 1846 o livro admirável que se intitula – *O povo*. Aí pinta ele, com rara comoção, os espetáculos de que fora testemunha, as misérias e os sofrimentos que vira. Esta eloquente pintura, onde em cada página se encontram as cenas mais patéticas, foram ao fundo da Polônia tocar o coração de Mlle. Mialaret[18], pobre, exaltada pela desgraça que tinha ferido a sua família, e que a tinha relegada longe da França, para viver pelas prendas do seu espírito como professora. A obra de Michelet produziu-lhe uma impressão

de tal ordem, que a resolveu a escrever ao autor felicitando-o. A esta carta, que foi respondida, seguiram-se outras e outras, e afinal enviuvando Michelet, a mulher que em segundas núpcias encantou o outono da sua vida, a fada que sorriu aos seus últimos anos, trazendo-lhe a doce lua de mel, foi Mlle Mialaret.

Em 1870, já o dissemos, entrou Gonçalves Crespo para a Universidade, e no ano seguinte publicaram-se as *Miniaturas*. É um pequeno livro, de pouco mais de 100 páginas, mas todo ele é oiro.

O livro chegou a Pintéus[19], onde então vivia em companhia de sua família, a Ex.ma Sr.a D. Maria Amália Vaz de Carvalho[20], a primorosa escritora, que conhecem e apreciam quase quantos sabem ler, tanto em Portugal como no Brasil, e que já [a] esse tempo havia escrito *Uma primavera de mulher*[21]. Leu aquelas estrofes e a sua alma peregrina alvoroçou-se. Pega da pena e felicita o seu autor numa carta repassada de entusiasmo.

O poeta responde e diz-lhe em 25 de abril de 1871: «A sua carta traz-me doente de alegria e orgulho. O meu livro não merecia tanto».

Uma carta é pouco. O que ela pensa das *Miniaturas* quer que o mundo inteiro o saiba, se for possível; e em seguida no *Jornal da Noite*, num artigo de crítica literária[22], exara o elogio do livro, e firma-o com a autoridade do seu nome.

O poeta agradece em 2 de maio e diz-lhe:

> Enternecidamente grato para com V. Ex.a em virtude da carta que há dois dias teve a complacência de me escrever, acresce agora dever-lhe eu fineza de maior tomo e de maior consideração. Falo da crítica inteligente e sincera que publicou no *Jornal da Noite* a respeito do meu livro. Se todos aqueles elogios são para entontecer, quem já de há muito percorre a via dolorosa, quanto mais não me entonteceriam a mim, que balbucio apenas as primeiras estrofes da mocidade! Doce consolação para o poeta, que no princípio da sua peregrinação literária encontra corações que vibram os mesmos acordes que o seu, e almas que viajam com a sua pelo mesmo sereníssimo azul da poesia! Ainda uma vez obrigado, minha talentosa senhora!

Mas nem a carta a felicitá-lo, nem o artigo do jornal eram bastantes. O entusiasmo transbordava naquele coração juvenil. Aos que a visitavam, a quem via que a pudesse entender, a quem escrevia, falava do livro, cobrindo-o de aplausos.

A mim, em carta de 30 de julho desse ano, dizia: «Não sei se já leu as *Miniaturas*. Mando-lhas para que as leia, se acaso as não conhece ainda. É uma cousa maravilhosa, esplêndida. Eu estou deveras entusiasmada com este livro.»

Publicam-se as *Cartas d'Eco*. Uma recolhida de Vairão exalta-se com aqueles versos, da exaltação passa ao amor, e a sobrinha de Nicolau Tolentino, anos depois, é esposa de António Feliciano de Castilho.

Publica-se em França *O povo*. Uma alma eleita estremece com a sua leitura, felicita o autor, passa da admiração ao sentimento mais doce, corre algum tempo, e a amiga estremecida de Michelet faz as suas delícias como esposa, encanta-lhe a vida.

Vêm à luz da imprensa as *Miniaturas*, falam ao coração de uma senhora inteligente, arrebatam-na, trocam-se as primeiras cartas, sucedem outras quase diariamente, encontram-se duas almas que se entendem, apura-se o afeto que as une, e dois anos depois, vencidas todas as dificuldades, na pequena igreja de Santo Antão do Tojal, em cuja área está a quinta de Pintéus, aos 12 de março de 1873, dava a mão de esposo a D. Maria Amália Vaz de Carvalho, o autor das *Miniaturas*.

São sempre elas, que pertencem ao sexo mais inteligente, mais generoso, de espírito mais levantado e mais impressionável; sempre elas as que primeiro aplaudem o que é digno de louvor, tapetando de rosas o caminho dos seus poetas e dos seus escritores mais queridos.

IV

Falamos de dificuldades no casamento de Gonçalves Crespo. Não provinham elas de má vontade que lhe mostrasse a família patrícia da sua noiva. Vinham de ser ainda um estudante, em meio do curso jurídico, com o futuro escondido em sombras, não sabendo

até que ponto podia contar com o auxílio de seu pai, casado com uma senhora que não era sua mãe. Vinham de ele ter arreigados no coração os sentimentos de honra e dignidade; não querendo levianamente sujeitar ao seu destino, sacrificando talvez, a mulher que o amava.

Havia ainda outra razão. Gonçalves Crespo adorava o luxo e a arte em todas as suas manifestações. O seu gabinete de trabalho em Coimbra, diz o Sr. Teixeira de Queirós, que viveu intimamente com ele, tinha-o sempre decorado de retratos de artistas célebres, ou de estampas de valor. Gostava dos vestuários elegantes, da mesa bem servida, da casa bem-posta. Não possuir o suficiente para todos estes gozos da vida, fazia-o sofrer muito. Não era propriamente um sibarita, porque nada tinha de efeminado, mas era um artista na acepção complexa e delicada desta palavra; e lembrava-se que seria temeridade deixar a liberdade de solteiro para constituir família, sem ter o necessário para viver com a independência e o bem-estar que ambicionava.

Logo no princípio da correspondência que se trocava entre Coimbra e Pintéus, como adivinhando o futuro, lhe escrevia ele: «Vamos ambos em um barco cercado de esperanças e das mais belas ilusões, mas o barco não tem leme, voga à toa, e desliza sem tino nem rumo. E os penhascos e as tempestades?»

A mulher nunca desalenta o homem; se ele é o seu braço, ela é o seu conselho, a sua inspiração, a sua força. Só desajudada é que é fraca. Ela responde que o futuro era o amor de ambos; que não tem medo de sirtes[23], nem de penhascos, que esperava em Deus, que tinha esperanças de levar o barco a salvamento.

Facilmente acreditamos o que queremos. O poeta fecha os olhos, entrega-se nos braços do destino e escreve: «Confio em ti e em Deus, timoneira gentil. Que ventos de feição nos levem a bom porto. *Away*!»

E avante foram. Não havia que retroceder. Depois da formatura em 1875[24] veio residir com a sua nova família para Lisboa, onde em pouco tempo conseguiu ser conhecido, estimado e amado por quantos o tratavam de perto ou de longe.

Nas circunstâncias que acabamos de expor não seria uma temeridade o casamento? Foi, talvez. Mas nos cinco anos que mediaram entre a formatura e a sua nomeação de redator da Câmara dos Pares, a mulher a quem ligara o seu destino, para que a vida em comum se não convertesse em suplício, como que duplicou as suas forças pela energia da vontade, e escreveu, ajudando-o, de dia e de noite para a imprensa daqui e do Brasil.

Quem se não lembra dos interessantes folhetins firmados com o pseudônimo de Valentina de Lucena[25]?

Acabemos de fotografá-lo, se é possível, servindo-nos, em parte, das tintas que nos foram subministradas por quem o conheceu de mais perto, e consubstanciou com a sua, a vida dele.

Gonçalves Crespo era naturalmente triste, e depois que conheceu mais o mundo, a sua tristeza subiu de ponto. Dizia ele que não tocava nenhum instrumento, e que estava arrependido de não ter aprendido a tocar algum, porque quando as decepções nos afligem e os amigos nos falseiam, é uma grande consolação arrancar de um instrumento qualquer umas notas que gemam conosco. Quando planeio ir ao teatro lírico, dizia ele também, entro muito cedo na plateia, escolho um sítio onde não possa perder uma nota, e onde possa chorar sem que me vejam. Os homens sérios e positivos chamam-me piegas.

Esta era a sua feição de tristeza, vejamos as outras.

O seu espírito, o chiste da sua conversação eram notabilíssimos. No entanto, não era um destes espíritos cujas centelhas se pudessem conservar. Só os que o conheceram de perto, podem saber a impagável ironia, a graça puramente pessoal que ele sabia concentrar num olhar, num gesto, numa inflexão de voz, num sorriso, às vezes num dito cintilante a propósito. Era despretensiosíssimo, não tinha vaidade, nem invejas, mas orgulhoso era muito; dum orgulho íntimo, concentrado, que o supliciou nos primeiros anos da sua vida, mas que ia desaparecendo pouco a pouco na atmosfera de simpatia, benevolência e amizade que o cercava.

Era também muito perspicaz; pode-se mesmo dizer que era de uma sagacidade extraordinária. Conhecia tanto o que se passava no

íntimo das pessoas com quem falava, que chegou às vezes a incutir um terror supersticioso nos que o ouviam. Depois vinha-se a saber, ou a conhecer, quase sempre por fatos irrecusáveis, aquilo, de que primeiro que ninguém, ele tivera a estranha intuição.

Os que o ouviram numa assembleia, num espetáculo de caridade, numa reunião seleta, dizer alguns dos seus formosos versos, sabem o encantamento, a magia, a unção de voz, a propriedade com que recitava, conquistando do auditório que pendia dos seus lábios, os mais calorosos aplausos. E fazia-o sem esforço e sem estudo. Era um segredo daquela organização privilegiada.

Ao mesmo tempo era pouco comunicativo. Em 1879 foi eleito deputado por um dos círculos da Índia, e pelo mesmo reeleito em 1881[26]. Sentava-se na bancada mais alta do centro direito da Câmara, quase sempre deserta, porque quase ninguém ali se senta.

Era um sonhador, não era um orador, nem disso tinha veleidades. Para que queria ele ser deputado? Somente para fazer bem, para proteger o desvalido, para amparar os que não tinham amparo. A sua influência, que politicamente não era grande, mas que tinha certo valor pelas simpatias de que gozava, era toda empregada em servir os humildes.

Em 1880 foi nomeado redator das sessões da Câmara dos Pares, e depois, pela reforma das repartições daquela casa do Parlamento, nomeado chefe de redação. Em 1883 foi eleito Sócio Correspondente da Academia Real das Ciências[27].

Moço, cheio de talento, gozando da consideração e da estima pública, laureado, feliz no seu ninho de família, onde já dois filhinhos[28], duas auroras que alegravam os seus dias, lhe sorriam*; ao lado de uma esposa, que o compreendia e que o amava, que lhe faltou para ser feliz? A vida.

* Houve um filho póstumo, nascido um mês depois da morte do pai. Só viveu minutos.

V

Avaliemos o poeta. A poesia para Gonçalves Crespo era uma deusa a quem ele prestava o culto de verdadeiro crente. No primoroso estudo que ele fez de João da Penha, na *Renascença*[29], diz ele que a poesia nunca teve grande número de admiradores e devotos; que os homens de ciência, o povo e os ignorantes raras vezes abrem um livro de versos, e quando os primeiros o abrem, é quando o nome do poeta foi devidamente chancelado nas regiões oficiais e consagrado pela opinião. Depois acrescenta:

> A poesia tem ainda um inimigo encarniçado e terrível nos prosadores, nos que nasceram sem essa faculdade, sem o dom maravilhoso do verso, naqueles para quem este não passa de uma bagatela engraçada, mas que não deixa de ser fútil, quando não seja pretensiosa. Não são sensíveis à forma, à harmonia, à graça, à fatura laboriosa e artística do verso.[30]

Estas qualidades que ele via, ou queria ver no verso, são as que procurava dar-lhe como poeta. Nos versos de Gonçalves Crespo há a beleza da forma, a harmonia, a graça que provém de uma fatura laboriosa e artística. Falando dele, diz-me sua esposa, que conheceu, como ninguém, e que viu o seu modo de trabalhar, oito anos, dia a dia:

> O seu respeito pela arte, a sua consciência literária, eram inexcedíveis. Tinha a sede da perfeição como poucos artistas. Nunca o seu trabalho conseguiu satisfazê-lo plenamente, e contudo escrevia pouco, emendando continuamente, procurando a forma impecável, e tristemente possuído da ideia de que nunca a tinha encontrado.
>
> Há muitas peças dos *Noturnos* que se não fosse eu, ele tinha sacrificado. Como forma artística, as *Miniaturas* contentavam-no muito mais.

Este escrúpulo provinha em parte da sua compleição de artista, porque em tudo o que o cercava ele queria a beleza, a proporção, a harmonia, o esmero da forma; e provinha da sua convivência,

de mais de três anos, na Universidade com um poeta[31] que hoje está em Braga, folheando autos e escrevendo razões jurídicas, e que era então em Coimbra o diretor literário de quantos se dedicavam à poesia.

O campo das provas era a *Folha*[32], jornal de literatura, em que só terçavam armas quem era digno do mestre e obtinha o seu *placet*; era na Couraça de Lisboa[33], o prédio n.º 97, onde moravam os dois poetas, posto que em quartos diversos, e onde se reunia a flor da academia letrada; e era a taberna ou locanda da tia Camela[34], na Rua Larga, onde ceavam. Quem se atreverá a afirmar que não é *inter pocula*[35], depois de uma ceia, que se continuam as questões sobre a filosofia, a estética, a arte, a evolução, e as mil questões que se suscitam, depois de se lerem na véspera Henri Heine ou Musset, Byron ou Victor Hugo, Teófilo Gautier ou Mery, Lamennais ou Lamartine, um ou outro desses gigantes do pensamento, desses estilistas imortais, que honram a literatura do princípio deste século.

O centro deste areópago, o diretor literário desta mocidade dourada, era o estudante de direito – João de Oliveira Penha Fortuna[36]. João Penha era tão esmerado na forma, que chegou a ser um metrificador impecável; Gonçalves Crespo era o seu discípulo mais atento, e raros poetas há tão esmerados na forma como ele. O soneto estava em desuso desde os bocagianos; João Penha na sua coleção – «Vinho e fel»[37] – revocou à vida o soneto, esse precioso vaso antigo, dentro do qual, na elegante frase do meu biografado, caíram as lágrimas dos poetas que souberam amar e padecer – Petrarca, Shakespeare e Camões; e o soneto, irrepreensível, correto, musical, como os de João Penha, passou a ser o molde preferido por Gonçalves Crespo para a emissão dos seus pensamentos e das suas impressões de poeta. Tanto assim, que das trinta e oito peças de versos que se contam nas *Miniaturas*, vinte e nove são sonetos. É por isso que abre as *Miniaturas*, dedicando a primeira poesia – «A bordo»[38] – ao seu *amigo e mestre* João Penha; é por isso que nos *Noturnos*, no 3.º soneto[39] que lhe consagra, diz:

> Nervoso mestre, domador valente
> Da rima e do soneto português,

Não te iguala a perícia dum chinês,
Na pintura dum vaso transparente.[40]

Um cavalheiro escritor, que conheceu muito Gonçalves Crespo, e que tem toda a competência para o avaliar, é de opinião que ele nunca fora uma individualidade como poeta; que nas *Miniaturas* não há unidade de pensamento, como a não há de estilo, porque Crespo nunca viveu vida própria, mas vida de reflexo. Era o homem das últimas impressões. Por exemplo – lia Teófilo Gautier? Fazia versos à Gautier, procurando imitá-lo (vid. nas *Miniaturas* – o «Camarim»[41], «Nera»[42], «Uma andaluza»[43]). Lia Simões Dias? Fazia versos, que pareciam do próprio Simões Dias («Arrufos»[44], «Violeta»[45], «A tua carta»[46]). Lia João de Deus? Fazia de João de Deus (os sonetos da «Modesta»[47]). Lia Casimiro de Abreu? Copiava o modo de Casimiro de Abreu («A sesta»[48], «Na roça»[49]). Lia Álvares de Azevedo? Fazia a «Sara»[50]. Lia Varela? Escrevia os «Destinos»[51].

Há aqui traços de verdade; nas *Miniaturas* não haverá unidade de estilo, mas isso é defeito comum a muitos homens de incontestável mérito. Um grande ator pode hoje representar o apaixonado Romeu; amanhã, com igual propriedade, Hamlet, o preocupado, o filósofo; no outro dia a alma sem remorsos de Ricardo III[52]. Nem Reynolds, nem Gainsborough, notáveis pintores da escola inglesa, deixam de ser grandes porque imitaram o estilo de Van Dick.

Gonçalves Crespo tinha a alma impressionável e generosa dum poeta. Apaixonar-se um dia por Henri Heine, e nos primeiros versos que escreve procurar imitá-lo; no outro dia por Teófilo Gautier, guardar as suas impressões, misturar as mesmas tintas na sua palheta, e nos primeiros quadros que esboça, seguir o estilo de Gautier – de que nasce isto? Das tendências afetivas do seu coração. Se fora humorista, buscaria imitar nessa qualidade, a João Penha, escritor que o encantava; não o era, imitou-o na sua forma predileta, e buscou ser tão esmerado como ele. *Felix culpa*.

Gonçalves Crespo podia dizer como Alfredo de Musset:

Byron, me direz-vous, m'a servi de modèle.
Vous ne savez donc pas qu'il imitait Pulci?

Lisez les Italiens, vous verrez s'il les vole.
Rien n'appartient à rien, tout appartient à tous.[53]

Mas, diz-se também, os *Noturnos* se não tivessem no frontispício o mesmo nome que as *Miniaturas*, dir-se-iam escritos por autores diferentes.

Explica-se. Gonçalves Crespo vivia, depois que casou, em círculo mais estreito, e tinha modificado o seu modo de ser como poeta, procurando dar aos seus versos a feição histórica, ou filosófica. Daí resulta que nos *Noturnos*, publicados dez anos depois, há mais unidade tanto no seu pensamento, como no seu estilo.

Dez anos depois das *Miniaturas* publicaram-se também os *Arabescos* (notas e perfis) de sua talentosa esposa D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

Nesse livro, que é dedicado a seu marido, diz:

> Este livro, humilde e pobre como é, significa, ainda assim, um progresso do meu espírito, uma transformação salutar da minha inteligência: é fruto do trabalho e do estudo a que presidiu a influência da tua razão firme e superior, do teu fino e delicado gosto.[54]

Depois acrescenta que à identificação absoluta dos seus dois espíritos deve ela as mais profundas e completas alegrias da sua vida. Pois se a convivência com Gonçalves Crespo deu uma transformação salutar à inteligência de sua esposa, se os seus dois espíritos se identificaram, porque não havia o apurado gosto de D. Maria Amália influir no espírito do poeta para dar mais unidade ao seu estilo?

Não se vive impunemente com tão privilegiada inteligência.

VI

Em Gonçalves Crespo há o poeta do amor, o poeta americano e o poeta épico ou histórico, perfeitamente caracterizados.

Poeta do amor já o vistes nos perfis da «Modesta» que vos apresentamos. Vede-o na poesia «N. H.» das *Miniaturas*.

Uma veleidade de estudante:

Tu não és de Romeu a doce amante,
A triste Julieta, que suspira,
Solto o cabelo aos ventos ondeante,
Inquietas cordas de suprema lira.

Não és d'Ofélia, a virgem lacrimante,
Que ao luar nos jardins vaga e delira,
E é levada nas águas flutuante,
Como em sonho d'amor que cedo expira.

És a estátua de mármore de rosa;
Galateia acordando voluptuosa
Do grego artista ao fogo de mil beijos.

És a lânguida Júlia que desmaia;
És Haideia nos côncavos da praia:
Fosse eu o Dom João dos teus desejos![55]

Vede a «Sara». Não é o amor suave e respeitoso da «Modesta»; é o amor febril de alucinado, e Sara é a pecadora. O poema divide-se em oito partes, e começa:

Não cantarei o sol, a terra e os largos mares,
E o bosque murmurante, e os ninhos das ramadas:
Meus hinos, e as notas namoradas[56]
Te vibrarei no plectro, oh Esposa dos cantares!

Somente cantarei o teu olhar divino,
E esse colo, moldado em cândido alabastro,
Onde às vezes desmaio, e onde te desnastro
Em delírios febris as comas de oiro fino.

Teu corpo cantarei, a esplêndida escultura,
O livro onde aprendi a ler quantas delícias
Nos chovem da mulher nas trêmulas carícias,
Que nos erguem ao céu nas asas da ventura.

Teus lábios cantarei, abençoado porto,
Onde vai soluçar a vaga de meus beijos,
Lira que se desata em tímidos arpejos,
Quando me pende a fronte em lasso desconforto.[57]

A III parte fecha com estes deliciosos versos:

Fascina, quando a vejo à noite seminua,
Postas as mãos no seio, onde o desejo estua,
A boca descerrada, amortecido o olhar…

Fascina, mas sua alma é lodo, onde não poisa
Um raio dessa aurora, o amor sublime coisa,
Raio de luz perdido em tormentoso mar![58]

Na IV principia:

No alvorecer das minhas primaveras
Tu me surgiste, aparição mimosa,
E eu pude ver logradas as quimeras
Da minha escura vida procelosa!

Com tanto ardor não cingem verdes heras
O tronco da palmeira voluptuosa,
Como quando no abraço dilaceras
Este meu seio nu, pagã formosa![59]

Vede o final da V; que beleza, que formosura de versos, e que delicadeza de pensamento no último terceto:

Quem te colheu o beijo primitivo?
Que Fausto, ou Mefistófeles altivo
Te enodoou as vestes, Margarida?

Escuta: enquanto dormes, impudente,
Talvez nalguma estrela resplendente
Chore tua alma triste e arrependida.[60]

Na VIII há estas quatro[61] estrofes que são um mimo de descrição, apesar dos toques de realismo que avivam alguns dos seus versos:

> És como a estátua grega, o assombro da escultura,
> Erguera-te um altar o ardente paganismo;
> Desce de ti a luz, que brilha em meu abismo,
> Esplendente ideal da eterna formosura!
>
> Maravilha da carne, às vezes se num beijo,
> Desses beijos febris e úmidos, transvasas
> Em meu ansioso peito o fogo em que te abrasas,
> E te fustiga em lava aspérrimo desejo,
>
> Pressinto que se esvai a noite procelosa
> À luz dum teu olhar na lânguida agonia,
> E adormeço, mulher, num sonho de magia
> Como em plácido leito a onda preguiçosa.[62]

Gonçalves Crespo era também poeta americano, disse-vos. Efetivamente nascera na América, mas foi criado fora do Rio de Janeiro. Sentiu as suas auras perfumadas, escutou o canto variado das suas aves, viveu os anos da infância no meio daquela natureza exuberante de selva, viu os seus escravos e os seus engenhos, presenciou os seus costumes, e anos depois lembrava-se de tudo como se fora de ontem. É condão de infância, gravarem-se as suas impressões na memória em imagem tão perdurável, que só se perde com a vida.

Falam da América – «A sesta»[63], «Na roça»[64], «A canção»[65], «Ao meio-dia»[66], «A negra»[67], «As velhas negras»[68], «Ao rabequista Eugênio Dégremont»[69]. «A sesta» é um primor, em que não falta num traço fugitivo, a nota magoada de poeta humanitário. Citemos algumas das suas estrofes:

> Na rede que um negro moroso balança
> Qual berço d'espumas
> Formosa crioula repousa e dormita,
> Enquanto a mucamba nos ares agita
> Um leque de plumas.

[…]

A rede que os ares em torno perfuma
De vivos aromas,
De súbito para, que o negro indolente
Espreita lascivo da bela dormente
As túmidas pomas.

[…]

Na rede, por vezes, agita-se a bela,
Talvez murmurando
Em sonhos as trovas cadentes, saudosas
Que triste colono por noites formosas
Descanta chorando.

A rede nos ares de novo flutua,
E a bela a sonhar!
Ao longe nos bosques escuros, cerrados,
De negros cativos os cantos magoados
Soluçam no ar.

Na rede olorosa, silêncio! deixai-a
Dormir em descanso!
Escravo, balança-lhe a rede serena;
Mestiça, teu leque de plumas acena
De manso, de manso…[70]

«Ao meio-dia» é um quadro do que se faz nesta hora de descanso, ao levantar do trabalho numa fazenda.

É meio-dia, o silêncio é completo no cafezal; o engenho dorme, as aves emudecem, das cozinhas da fazenda eleva-se o fumo em espirais vacilantes, que se perdem no ar; a sineta chama os escravos à refeição, e a turba afadigada vem chegando a descansar dos labores do dia. No meio disto, numa rede suspensa entre dois ramos, dorme o feitor e sonha o que deseja, quando acordado. Sonha que o velho fazendeiro, sentindo-se enfermo e cansado, lhe dá a filha por esposa, porque não tem ninguém que a ampare.

Enquanto o feitor sonha mergulhado em delícias, os negros formam grupos durante a sesta. Uns dançam ao som do desafinado instrumento; este segue com os olhos o voar dos maribondos; aquele apresta armadilhas para caçar.

Num grupo separado
Os crias da fazenda
Em doce enlevo escutam
Um franzino mestiço afortunado,
Que relata baixinho o caso estranho
De ter visto a Sinhá tomando banho.[71]

Mais distante um cabinda gracioso, no meio de uma roda de velhos negros, que o escutam e o aplaudem, imita a voz minhota do feitor.

Este sonha no entanto:
Mas o sonho é mais triste, pois agora
Ante seus olhos, úmidos de pranto
Merencória visão se patenteia:
Vê a pátria e a campina[72] verdejante
Onde brincava infante,
E a torre velha e esguia,
E a larga escadaria
Da velha igreja da saudosa aldeia.
Não longe do caminho
Nas sombras do arvoredo meio oculta
Como alvacento ninho,
A casa onde nascera alegre avulta.
Falam com ele cheias d'alegria
As moças do lugar;
– «Oh Margarida! oh Rosa! e tu Maria!…»
E o triste a soluçar…
– «Onde está minha mãe?» ei-la que passa!
Tão mudada e abatida!…»
– «Não vês teu filho, minha mãe querida?
Para abraçar-te de bem longe venho…»

Nisto um grito solene e imperioso
Veio quebrar o sonho venturoso:
Era o senhor do Engenho.[73]

«As velhas negras». É outro canto americano, em que o poeta revela mais uma vez a sua boa alma, pintando as dores da escravidão e afagando os cativos. É noite de festa; na fazenda há fogueiras, pulam as crioulas em volta delas ao som do batuque. A lua espalha na floresta a sua luz tropical; nos maciços de verdura e nos côncavos do val tremeluzem os pirilampos:

Que noite de paz! que noite!
Não se ouve o estalar do açoite,
Nem as pragas do feitor!
E as pobres negras, coitadas,
Pendem as frontes cansadas
Num letárgico torpor![74]

Também já conheceram descantes e folgaram neles. Que saudade do tempo da mocidade, que saudade da pátria!

E ante o seu olhar vazio
De esperanças, frio, frio,
Como um véu de viuvez,
Ressurge e chora o passado,
– Pobre ninho abandonado
Que a neve alagou, desfez …

E pensam nos seus amores
Efêmeros como as flores
Que o sol queima no sertão…
Os filhos quando crescidos
Foram levados, vendidos
E ninguém sabe onde estão.

Conheceram muito dono
Embalaram tanto sono
De tanta sinhá gentil!

Foram mucambas amadas,
E agora inúteis, curvadas
Numa velhice imbecil.[75]

E no entanto a colina, a mata e os cafezais em redor são envolvidos pelo luar, e os negros contentes, lépidos, saltam ao som do batuque folgazão.

Apareceu no Porto uma criança, mas já um portentoso rabequista brasileiro – Eugênio Dégremont. Numa noite em que ele tocou no teatro de São João, o poeta fez-lhe uns versos, e ainda aí vem a nota plangente lastimando os pobres que ainda, como escravos, vergam sob o látego dos senhores. Oh! como aquele coração de oiro, se ainda batesse, folgaria com a libertação completa na heroica Ceará[76]!

A rabeca suspira? Assim amenas
São na longínqua roça as cantilenas
Das moças do Brasil.

[…]

Vibra ríspidos sons? E logo ouvimos
Curvar o vento da floresta os cimos,
Com ruidoso fragor…
E uivam pintadas onças, e as araras
Roçam, fugindo, as trêmulas taquaras.
E crocita o condor.

[…]

Soluçou a rabeca? Ouvi, formosas,
São as negras soltando as lastimosas
Canções do seu país;
Sem família, sem pátria, sem amores,
Ninguém mitiga o fel daquelas dores,
Triste raça infeliz![77]

VII

Outra feição de Gonçalves Crespo e a que mais lhe aprazia ultimamente, era a de poeta épico, lendário ou histórico. Deliciava-se aquele belo espírito em traçar ligeiros quadros, onde transparece, ou a nota dramática, ou a síntese do fato, com a filosofia que lhe cabe. Pertencem a este grupo, entre outras, «A resposta do inquisidor»[78], «Em caminho da guilhotina»[79], «A ceia de Tibério»[80], «O cura de Santa Cruz»[81], «As primeiras lágrimas de el-rei»[82], «A morte de D. Quixote»[83].

Abri os *Noturnos* na «Resposta do inquisidor». Vede a largos traços o perfil de Filipe II, o Demônio do Meio-Dia[84], e o teatro onde ele vai representar e em que medita:

> A sala em que medita el-rei é silenciosa;
> Apainelada e fria, o largo reposteiro
> Ondula brandamente à aragem preguiçosa.
>
> À cátedra real um Cristo sobranceiro
> Morto[85], lívido, nu, ferido e ensanguentado,
> Exala sobre o seio o alento derradeiro.
>
> El-rei medita e cisma: o seu olhar turbado,
> O seu oblíquo olhar, o seu olhar de fera,
> Vibra irrequieta luz, parece alucinado.[86]

Vede o retrato do velho inquisidor que ele mandara chamar, e por quem espera para uma consulta:

> É fanático e audaz; com mão de bronze oprime
> O Sólio, a Igreja, o Lar, e os corações dos crentes;
> Flagela a sombra e o amor, condena a luz e o crime
>
> Quando ele vai passando, as timoratas gentes
> Benzem-se com pavor e param d'improviso
> As canções juvenis nas áleas rescendentes:

Nunca nos lábios seus florira o alegre riso,
Tem cem anos, jamais beijara uma criança
E crê subir, talvez, morrendo, ao Paraíso![87]

Lede a consulta:

E Filipe dizia ao monge no entretanto:
«Sentinela da lei, piedoso inquisidor,
Tu que falas com Deus e és padre, e és bom, e és santo

Arranca-me este peso, afasta-me este horror!
Ah! diz'-me, cardeal, se é um vil, se é um precito
O rei que é justo e mata o filho que é traidor…»[88]

Lede a resposta. O rei calara-se sombrio, e o torvo inquisidor erguendo firme o olhar que tinha cravado no chão,

assim tornou com voz vibrante e formidável:
– Ó príncipe, e apontava o lívido Jesus,
Para acalmar dos céus a cólera implacável.
O Eterno fez morrer seu filho numa cruz![89]

É um quadro primoroso. Está a gente a ver a figura sombria de Filipe II, que meditava… a morte de seu filho D. Carlos, mas que queria ficar bem com a Igreja; como também se nos desenha a fisionomia dura e ascética do inquisidor que acaba apontando para a doce imagem de Jesus.

Sempre que Gonçalves Crespo, com a sua bela voz, propriedade de inflexão e de gesto, recitava em público esta corretíssima composição, era coroado de palmas.

Primava tanto nesta espécie, que até nos quatorze versos de um soneto, ele metia às vezes uma história. Por exemplo: no soneto – a «Leitura dos *Lusíadas*»[90]. Ante D. Sebastião e a corte silenciosa, desdobram-se pela leitura de Luís de Camões as cenas dos *Lusíadas* – a voz furiosa de Adamastor, o canto dos marinheiros nas amuradas dos navios, os galeões do Gama, que já veem a terra do rei de Melinde:

Terra! grita o gajeiro; e à praia melindana
Desce douda e febril a gente lusitana.
Desfraldam-se os pendões ao claro céu do Oriente…

Da glória ante o esplendor o olhar d'el-rei fulgura;
O Câmara no entanto, alma sombria e escura
No rei os olhos crava e ri felinamente.[91]

Vê-se a alma heroica do cavaleiro que morreu em Alcácer-Quibir; e vê-se o caráter traiçoeiro do valido D. Martim Gonçalves da Câmara, vedor da justiça, escrivão da puridade e conselheiro do rei.

No soneto – «Jogo de canas»[92]. É tudo gala. Na arena, em ardidos corcéis, entram os nobres cavaleiros para a justa; esplendem cocares e plumas; a quadrilha dos Távoras terça galhardamente, simulando um prélio. É tudo folgança; está a corte em festa:

Na janela do paço é toda a fidalguia:
Que jocundo prazer, que risos, que alegria!
Espetáculo augusto, e nobre, e singular!

O sexto Afonso aplaude: entanto, maliciosa,
Maria de Nemours, sorrindo, a incestuosa!
No cunhado, subtil, poisa o lascivo olhar.[93]

É um quadro completo, em que sobressai a rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Colocada entre o despreocupado e imbecil Afonso VI, seu marido, e o príncipe D. Pedro, seu cunhado, de quem se namorara nas caçadas de Salvaterra, alheia à festa, lança olhos criminosos para o homem que havia de esposar ainda em vida do irmão, depois do processo mais escandaloso que há na história das cortes corrompidas. Era francesa; viera da elegante corte de Luís XIV, o galanteador de todas as beldades; pelo lado paterno tinha por sua quinta avó – Lucrécia Bórgia; pelo materno tinha por bisavó a bela Gabriela d'Estrée, amante favorecida de Henrique IV. De boa árvore bom fruto.

VIII

Seria um acabar nunca se quiséssemos dar conta de todas as belezas que ressaltam nos dois volumes de versos que nos deixou o poeta; além disso, foge-nos debaixo da pena o espaço de que podíamos dispor. Tendes por estes pequenos excertos feito ideia do que ele era como poeta. Quereis ver o prosador? Lede em 22 colunas, de páginas 56 a 67 da *Renascença*, excelente jornal literário que se publicou em Lisboa, o elogio que ele aí escreveu do seu amigo, o acadêmico João Penha em 1878. Era tão aprimorado na prosa como no verso.

Gonçalves Crespo, já o dissemos, era triste, e de longe em longe preocupava-o a ideia de que a sua vida não podia ser longa. Numa carta de julho de 1871, que escreveu a alguém, dizia ele, ainda antes do casamento: «Apesar de parecer vigoroso sou de uma natureza doentia, e no Brasil morreria cedo com certeza. Aqui pelo menos tenho uma vida sossegada, e poderei viver mais algum tempo».

Teve efetivamente uma vida sossegada. O casamento deu-lhe o bem-estar e o conforto que aquele espírito delicadíssimo apetecia.

Nos versos «Confidenza»[94] com que abre os *Noturnos*, diz ele que antes de conhecer a mulher que o enfeitiçara, às vezes ficava largo espaço a sorrir para os quadros que via na tela do futuro.

Num desses quadros, longe da vil poeira das cidades, vê um palácio, a que se subia por larga escada, esquecido, entre jardins e áleas de arvoredo. Nesse palácio:

> É vetusto o salão! em flácida poltrona
> Repoisa e cisma alguém:
> Alguém que nos recorda a imagem da Madona,
> Grave e sisuda mãe.
>
> Desse alguém no regaço um anjo se reclina
> Confiado e feliz,
> Sai-lhe um aroma subtil da boca pequenina
> Fala, não sei que diz.[95]

Mas vê que essa criança tem o esplendor das bíblicas figuras dos antigos missais; que é moça e menina, que nenhum olhar maculou ainda, e que o amor dorme no seio dela; mas vê que, quando abre sorrindo as pálpebras franjadas, fica-se a pensar nos mistérios do céu, que esse olhar descobre, e ele extasiado, cego com tal fulgor, ajoelha e beija-lhe os pés:

E não cora, bem vês, a cândida criança!
Antes meiga sorri,
E entre risos me diz, compondo a escura trança:
«Pensava agora em ti!

Porque tardaste tanto, ó poeta? eu te esperava
Na minha solidão!
Vem os segredos ver que para ti guardava
Dentro do coração.»[96]

Aí estão os quadros que ele via ou sonhava na tela do porvir, e na posse deles já realizados, conclui num êxtase:

Concertai vossa orquestra, harmónicas esferas,
No célico esplendor!
Maria, essa criança, ó flor das primaveras,
Eras tu, meu amor.[97]

Essa criança dos seus sonhos, era a *boa*, a *rara*, a *fiel amiga*, a *mais santa e melhor das companheiras*, a *flor mimosa*, a *alma antiga*, o *doce prêmio que ri ao seu cansaço*, e o *seu conselho*, era a esposa que ele assim considera, e a quem dedica os *Noturnos*.

A casa em que a viu ou sonhou pequenina, era a quinta de Pintéus, em que ela nasceu e se criou, educada pela melhor, mais inteligente e mais santa das mães.

Estavam preenchidos os seus votos. Tinha tido quimeras, desejara fantásticas viagens e riquezas fabulosas, mas já de tudo esquecido, diz:

Mas tudo isto passou: agora só me resta
Das quimeras que tive, uma visão modesta,
Um sonho encantador de paz e de ventura.

É simples: uma alcova, um berço, um inocente,
E uma esposa adorada, envolta, a negligente!
De um longo penteador na imaculada alvura…[98]

No remanso duma vida em que dois entes, que nasceram um para o outro, se completam e se esquecem, nos braços de ventura, quem veio perturbar esta ao cabo de nove anos?

A Fatalidade.

Em abril de 1883 foi atacado duma forte bronquite, que poucos dias depois degenerou numa pneumonia, e esta numa afecção pulmonar, favorecida pelas condições de sua organização. Durante sessenta dias e sessenta noites que durou a doença, cumprindo o santo dever do seu cargo, esteve ao seu lado a estremecida esposa, sem o desamparar um instante. Era a consolação do doente – teve-a. Afinal, na casa da sua residência, na travessa de Santa Catarina, n.º 11, 1.º andar, no dia 11 de junho, pelas seis horas e meia da tarde entregou a alma ao Criador.

– Vamos ambos num barco, cercado de esperanças e das mais belas ilusões, mas o barco não tem leme, voga à toa e desliza sem ter rumo. E os penhascos e as tempestades? – lhe tinha ele dito, receoso do futuro.

E ela, a *gentil timoneira*, respondeu-lhe: – que não tinha medo de sirtes, nem de cachopos, e que tinha esperanças de levar o barco a bom salvamento. – Frustrada esperança. O barco deu nas sirtes.

O náufrago ainda não tinha 38 anos.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1884, p. 3-23 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Antônio Cândido Gonçalves Crespo de A. X. Rodrigues Cordeiro

Apesar das transformações por que foi passando a crítica literária, o texto sobre Gonçalves Crespo que António Xavier Rodrigues Cordeiro escreveu em 1885, dois anos depois da morte do poeta brasiluso, converteu-se numa espécie de fonte ou de ponto de partida usado pelos comentadores subsequentes. É verdade que há uma considerável distância – geracional e estética – que separa Cordeiro, nascido em 1819 e poeta da segunda geração romântica portuguesa, de Crespo; no entanto, o editor do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, tendo conhecido pessoalmente o autor de *Miniaturas* e a sua esposa, pôde beneficiar de informações que lhe permitiram fixar um retrato bastante completo do biografado.

Como era comum à época, o «elogio» contempla duas facetas da figura: o homem e o poeta, com o primeiro plano a contaminar o segundo, numa tentativa assumida de explicar certos aspectos da obra a partir de vivências do biografado. Relativamente à vida, Cordeiro fixa os dados básicos: o nascimento nos arredores do Rio de Janeiro, o pai português, a vinda para Portugal, os estudos de direito em Coimbra, o casamento com Maria Amália Vaz de Carvalho, a eleição para deputado, o trabalho como redator no Parlamento, a eleição para a Academia Real das Ciências de Lisboa, os dois filhos e a morte precoce.

Alguns aspectos desta síntese merecem comentário particular, a começar pela quase omissão da mãe do poeta. De fato, e embora cite uma passagem de poema que a ela se refere, o artigo não indica o nome nem a cor dela e só indiretamente permite perceber que Gonçalves Crespo era filho natural. Só mais tarde, nas sucessivas edições das *Obras completas*, passará a ser revelado que a mãe se chamava Francisca Rosa e era «brasileira de cor» (PEIXOTO, 1942: 5). Na edição carioca de 1942, escreve Afrânio Peixoto que «Gonçalves Crespo não dissimulou nos seus escritos seu meio sangue, como tantos outros. Seus versos brasileiros falam de negros e escravos, sem vexame» (PEIXOTO, 1942: 6). Em apoio desta afirmação, o ensaísta brasileiro refere a carta que Crespo dirigiu a Machado de Assis a 6 de junho de 1871, acompanhando o envio de um exemplar de *Miniaturas*.

Na verdade, aí se lê o seguinte: «A V. Ex.a já eu conhecia de nome há bastante tempo. De nome e por uma secreta simpatia que para si me levou quando me disseram que era… de cor como eu. // Será?» (PEIXOTO, 1942: s. p.). Haverá aqui talvez o apelo a uma espécie de «solidariedade de cor», o que não significa contudo que Gonçalves Crespo tenha lidado com a questão de uma forma desalienada. Como tem sido notado por comentadores modernos da sua obra, nota-se em alguns dos seus poemas uma simpatia pelo sofrimento do negro e do escravo, mas de acordo com uma sensibilidade e uma ideologia europeias, que se traduz também na nota de sensualidade que acompanha a representação da mulher negra.

Um segundo aspecto da biografia traçada por Cordeiro que merece reparo diz respeito às datas em que Gonçalves Crespo frequentou a Universidade de Coimbra. A matrícula em Direito ocorreu, não em 1870, mas dois anos mais tarde, depois da publicação de *Miniaturas*. A questão não tem importância de maior, embora chame a atenção para um aspecto que permanece por explicar: a idade tardia com que o poeta ingressa na universidade. Nascido em 1846, Crespo começa a frequentar Direito com 26 anos, bem mais tarde que o habitual.

Relativamente à obra do escritor brasiluso, o estudioso português faz dela uma apreciação muito positiva, destacando aspetos que a crítica posterior acompanharia, como a importância da forma: «Nos versos de Gonçalves Crespo há a beleza da forma, a harmonia, a graça que provém de uma fatura laboriosa e artística» (*NALLB*, 1885: 10). Cordeiro reforça esta avaliação com o testemunho da esposa de Crespo, Maria Amália Vaz de Carvalho, segundo a qual o poeta escrevia pouco e emendava muito, o que seria explicável pela sua «compleição de artista» (*NALLB*, 1885: 10) e pela influência de João Penha, geralmente considerado o representante máximo do Parnasianismo português. À data em que o texto do editor do *Novo Almanaque* foi escrito, o termo *parnasiano* ainda não tinha entrado em circulação: só no ano seguinte, em 1886, seria introduzido por Fialho de Almeida, no prefácio à segunda edição de *Sonetos e rimas* do brasileiro Luís Guimarães Júnior. No entanto, mesmo na ausência do conceito, aspectos como a vertente formal do verso e a capacidade descritiva são apontados certeiramente pelo autor do «elogio» como traços importantes da estética do poeta de *Miniaturas*.

Num outro plano, Rodrigues Cordeiro identifica três linhas principais na obra de Crespo, que designa deste modo: o poeta do amor, o poeta americano e o poeta épico ou histórico. Cada uma delas é depois objeto de uma explicação relativamente longa, apoiada na transcrição comentada de passagens das composições mais representativas. Também neste aspecto a crítica posterior viria a acompanhar o editor do *Novo Almanaque*, embora introduzindo certos matizes. No caso da poesia amorosa, vários especialistas salientam a permanência de certos motivos do Ultrarromantismo, apesar de envolvidos numa linguagem mais elaborada e concisa. Da mesma forma, o reconhecimento da importância da ambiência humana e natural do Brasil é acompanhado do sublinhar do traço preciso com que Crespo consegue fixá-la, ao passo que a dimensão épica é associada por críticos mais recentes ao influxo de Camões.

Um outro aspeto focado por Cordeiro e que os ensaístas posteriores iriam corroborar tem que ver com a falta de unidade da obra de Gonçalves Crespo. Embora o autor do «elogio» diga que as diferenças entre *Miniaturas* e *Noturnos* se explicam pelos dez anos que separam as duas obras e pelas mudanças na vida do autor, o certo é que não deixa de aludir à opinião de «Um cavalheiro escritor, que conheceu muito Gonçalves Crespo, e que tem toda a competência para o avaliar» (*NALLB*, 1885: 11), segundo a qual o autor brasiluso «nunca fora uma individualidade como poeta» (*NALLB*, 1885: 11), faltando-lhe unidade de pensamento e de estilo, defeito a que se juntaria a propensão para a imitação de uma ampla gama de autores, do francês Théophile Gautier aos portugueses Simões Dias e João de Deus, passando pelos brasileiros Casimiro de Abreu, Álvares de Azevedo ou Fagundes Varela. De fato, sobretudo os críticos portugueses, acentuam a marca dos parnasianos e pré-simbolistas franceses, do mesmo modo que os brasileiros destacam os traços de poetas nacionais que se observam na obra de Crespo.

Um penúltimo ponto que vale a pena destacar diz respeito à faceta de prosador de Gonçalves Crespo, que o editor do *Novo Almanaque* elogia, dando como exemplo o artigo de 1878 sobre João Penha publicado em *A Renascença* (CRESPO, 1878: 56-67). A crítica posterior tem esquecido esta vertente da obra de Crespo, prestando também

escassa atenção aos *Contos para os nossos filhos*, obra elaborada em parceria com a esposa Maria Amália Vaz de Carvalho e que viria à luz postumamente (CARVALHO; CRESPO, 1886). Além disso, ainda hoje estão por recolher os textos que o autor deu ao prelo na imprensa de Portugal e do Brasil, o mesmo acontecendo com a correspondência.

Há um último ponto que é passado quase em claro no texto de Rodrigues Cordeiro e que hoje quase deixou de ter importância: a nacionalidade do poeta. Curiosamente, na crítica que em 1871 fez a *Miniaturas* (CARVALHO, 1871: 3; 1873: 3), Maria Amália Vaz de Carvalho dava a questão como resolvida a favor do Brasil, uma vez que começava o texto dizendo que se tratava da «estreia brilhantíssima de um talento que deveras sinto não pertencer a Portugal». E acrescentava: «Falo de Gonçalves Crespo, moço brasileiro» (CARVALHO, 1873: 3). Que a questão teve importância prova-o o fato de, no prefácio de 1942 da edição brasileira das *Obras completas*, Afrânio Peixoto, acompanhando de resto a posição de José Veríssimo, reiterar a nacionalidade brasileira de Crespo: «Era-o, de fato, pelo nascimento, intenção e, o que é mais, de intuição e sentimento, genuinamente brasileiro» (PEIXOTO, 1942: 21). E, mais à frente: «Não somos tão ricos, em grandes Poetas que não devamos reivindicar a Gonçalves Crespo.»; e ainda: «Gonçalves Crespo é a mais bela expressão do Brasil, em Portugal; na sua pura forma portuguesa passará sempre uma vibração de nossa sensibilidade tropical» (PEIXOTO, 1942: 28)

É esta uma maneira simpática de terminar este breve comentário ao «elogio» de Gonçalves Crespo. Apesar das limitações da época, trata-se de um texto que fixou os pontos centrais da crítica a um poeta importante na História literária, mas que acabaria por cair num relativo esquecimento.

Notas

1 «Alguém», estrofe final (CRESPO, 1871: 93).

2 A informação não é correta, como aliás já foi notado por outros estudiosos da obra de Gonçalves Crespo: a matrícula em Direito ocorreu a 12 de outubro de 1872, o grau de Bacharel seria obtido a 5 de julho de 1876 e a Formatura a 2 de junho do ano seguinte, como se comprova pela consulta do Arquivo Histórico da Universidade de Coimbra.

3 Desta coletânea originalmente publicada em 1871 foram extraídos os versos aqui transcritos.
4 Referência a *Noturnos*, editado pela primeira vez em 1882.
5 Academia das Ciências de Lisboa.
6 Trata-se de uma série de dez sonetos em hexassílabos, numerados, sob o título genérico de «Modesta». Na edição *princeps* (CRESPO, 1871) aqui utilizada estes sonetos estão publicados nas páginas 32 a 51.
7 «Modesta», soneto II, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 35).
8 «Modesta», soneto IV, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 39).
9 «Modesta», soneto V, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 41).
10 Personagem feminina a quem são dedicados os sonetos da série homônima.
11 «Modesta», soneto VI, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 43).
12 «Modesta», soneto VII, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 45).
13 «Modesta», soneto IX, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 49).
14 «Modesta», soneto V, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 51).
15 O mosteiro está situado em Vila do Conde (Norte de Portugal).
16 Maria Isabel de Baena Coimbra Portugal (1796-1837), sobrinha-neta do poeta Nicolau Tolentino de Almeida, recolhida no Mosteiro de Vairão desde 1807. Correspondente de Castilho a partir de 1824, ela acabaria por casar com o poeta dez anos depois.
17 Antonomásia referente a Nicolau Tolentino.
18 Athénaïs Mialaret, mais tarde Michelet, que viveu entre 1826 e 1899. Memorialista e naturalista amadora, escreveu em nome próprio e em colaboração com o marido.
19 Aldeia da antiga freguesia de Santo Antão do Tojal (Loures), nos arredores de Lisboa.
20 Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921) foi uma escritora polígrafa, de grande sucesso na sua época, tanto em Portugal como no Brasil. Ativista em defesa da mulher, foi a primeira do seu gênero a entrar na Academia das Ciências de Lisboa.
21 Trata-se de um poema narrativo em quatro cantos, publicado em 1867, com prefácio de Tomás Ribeiro e acompanhado de uma carta de António Feliciano de Castilho.
22 Sob o título de «Folhetim / *As miniaturas*», este artigo de Maria Amália Vaz de Carvalho, foi publicado no *Jornal da Noite* (Lisboa, 1871-1915). Considerando o livro de Crespo «estreia brilhantíssima de um talento que deveras sinto não pertencer a Portugal», a autora exprime o seu entusiasmo: «As *Miniaturas* são um livro novo, audaz, arrojado na forma e na ideia, sem escola determinada, ou para melhor dizer tendo por única escola a poesia potente dos vinte anos

em flor. Não há nesse livro, mais apaixonado que melancólico, mais vigoroso que suave, um plano único e invariável, o poeta parece escrever só para seguir os impulsos ardentes da sua alma, que variam segundo as inspirações do momento, que mudam a cada aragem perfumada que passa e que os leva [*sic*] atrás de si, e escreve, escreve admiravelmente, com um esplendor de forma que cativa, com um ritmo opulento que acaricia, com uma força de pensamento que surpreende as nossas imaginações europeias, tão gastas e tão embotadas já, por nosso mal» (*Jornal da Noite,* 28 abr. 1873: 3).

23 sirte: banco de areia; (fig.) perigo, risco.

24 Na verdade, ocorrida em 1877, como ficou dito em nota anterior.

25 Da autoria de Maria Amália Vaz de Carvalho, esses textos foram reunidos no volume *Crônicas de Valentina* (1890).

26 Gonçalves Crespo foi eleito Deputado pelo Partido Regenerador, pelo círculo n.º 145, correspondente a Nova Goa.

27 A eleição para Sócio Correspondente da classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras ocorreu a 15 de fevereiro de 1883.

28 Trata-se de Luís, nascido a 24 de junho de 1878, e de Cristina, que veio à luz a 7 de março de 1880.

29 Intitulado «João Penha», este estudo foi publicado no periódico portuense *A Renascença* em 1878a.

30 CRESPO, 1878: 56.

31 Referência a João Penha. Sobre as relações entre este poeta e Crespo (ver PEREIRA, 2015).

32 Fundada por João Penha, *A Folha. Microcosmo Literário*, publicou-se entre 1868 e 1873, em Coimbra.

33 Ladeira íngreme de Coimbra que vai do Largo da Portagem à Rua do Arco da Traição.

34 A taberna da Tia Maria Camela ficava na alta de Coimbra.

35 Locução latina traduzida por «entre copos».

36 Tendo vivido entre 1838 e 1919, João Penha foi o principal representante do Parnasianismo português.

37 Conjunto de poemas do livro *Rimas* (1882).

38 CRESPO, 1871: 5-11.

39 Este soneto é dedicado a Augusto Sarmento e figura na edição *princeps* de *Noturnos* (p. 94-95).

40 Soneto 3º, v. 1-4 (CRESPO, 1882: 94).

41 CRESPO, 1871: 21-22.

42 CRESPO, 1871: 88-91.

43 CRESPO, 1871: 96-98.

44 CRESPO, 1871: 23-29.

45 CRESPO, 1871: 58-60.
46 CRESPO, 1871: 112-115.
47 CRESPO, 1871: 32-51.
48 CRESPO, 1871: 14-17.
49 CRESPO, 1871: 94-95.
50 CRESPO, 1871: 63-65.
51 CRESPO, 1871: 84-85.
52 Personagens de tragédias de Shakespeare.
53 MUSSET, «Namouna», canto X, v. 47-50.
54 CARVALHO, 1880: s. n.
55 «N. H.», transcrição integral (CRESPO, 1871: 30-31).
56 Verso incompleto; no original lê-se «Meus hinos serão teus, e as notas namoradas».
57 «Sara», parte I, v. 1-16 (CRESPO, 1871: 63-64).
58 «Sara», parte III, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 69).
59 «Sara», parte IV, v. 1-8 (CRESPO, 1871: 70-71).
60 «Sara», parte V, v. 9-14 (CRESPO, 1871: 73).
61 Na verdade, Cordeiro transcreve três estrofes, e não quatro.
62 «Sara», parte VIII, v. 5-16 (CRESPO, 1871: 79).
63 CRESPO, 1871: 14-17.
64 CRESPO, 1871: 94-95.
65 CRESPO, 1871: 120-122.
66 CRESPO, 1871: 133-140.
67 CRESPO, 1882: 129-131.
68 CRESPO, 1882: 151-154.
69 CRESPO, 1882: 147-150.
70 «A sesta», v. 21-35 (CRESPO, 1871: 16).
71 «Ao meio-dia», est. IX (CRESPO, 1871: 136).
72 No original: *Vê da pátria a campina*.
73 «Ao meio-dia», est. XIV e XV (CRESPO, 1871: 139-140).
74 «As velhas negras», v. 13-18 (CRESPO, 1882: 152).
75 «As velhas negras», v. 25-42 (CRESPO, 1882: 152-153).
76 A Província do Ceará decretou a libertação de todos os escravos a 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea.
77 «Ao rabequista Eugênio Dégremont», v. 10-18 e 25-30 (CRESPO, 1882: 148-149).
78 CRESPO, 1882: 108-111.
79 CRESPO, 1882: 101-103.
80 CRESPO, 1882: 85-88.
81 CRESPO, 1882: 137-141.

82 CRESPO, 1882: 134-136.
83 CRESPO, 1882: 157-159.
84 Epíteto atribuído a Cristóvão de Moura e Távora (1538-1613), fidalgo e político português, partidário da União Ibérica, que desempenhou o cargo de vice-rei de Portugal.
85 No original: *Mesto*.
86 «A resposta do inquisidor», est. II-III (CRESPO, 1882: 108-109).
87 «A resposta do inquisidor», est. VII-IX (CRESPO, 1882: 109-110).
88 «A resposta do inquisidor», est. XII-XIII (CRESPO, 1882: 110-111).
89 «A resposta do inquisidor», versos finais, que não formam um terceto: trata-se dos dois últimos versos da estrofe XV e do verso único da estrofe XVI (CRESPO, 1882: 111).
90 CRESPO, 1882: 78-79.
91 «A leitura dos Lusíadas», v. 9-12 (CRESPO, 1882: 79).
92 CRESPO, 1882: 122-123.
93 «No jogo das canas», v. 9-12 (CRESPO, 1882: 123).
94 CRESPO, 1882: 3-7.
95 «Confidenza», v. 37-44 (CRESPO, 1882: 5).
96 «Confidenza», v. 61-68 (CRESPO, 1882: 6).
97 «Confidenza», v. 69-72 (CRESPO, 1882: 7).
98 «Quimeras», v. 9-14 (CRESPO, 1882: 98).

Referências bibliográficas

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1867) – *Uma primavera de mulher: poema em 4 cantos*. Precedido de um prologo (conversa ao reposteiro) por Thomaz Ribeiro; Carta de A. F. de Castilho. Lisboa: Tipografia Franco-Portuguesa.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1873) – «Folhetim / As *Miniaturas*». *Jornal da Noite.* Porto, n.º 100 (28 abr.), p. 3.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1880) – *Arabescos (notas e perfis).* Lisboa: David Corazzi- Editor.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de (1890) – *Chronicas de Valentina.* Com uma carta de Ramalho Ortigão. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de; CRESPO, Gonçalves (1886) – *Contos para os nossos filhos*. Porto: Joaquim Antunes Leitão; Pernambuco: Pinto-Ed.

CASTILHO, António Feliciano de (1821) – *Cartas de Eccho e Narciso*: parte I. Coimbra: Real Imprensa da Universidade.

CASTILHO, António Feliciano de (1822) – *A primavera*: *collecção de poemetos*. Lisboa: Tipografia de M. P. de Lacerda.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1884) – «Antônio Cândido Gonçalves Crespo». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 3-23.

CRESPO, Antônio Cândido Gonçalves (1871) – *Miniaturas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

CRESPO, Antônio Cândido Gonçalves (1875) – *Miniaturas*. Coimbra: Eduardo Burnay e Vicente Pinheiro.

CRESPO, Gonçalves (1878) – «João Penha». *A Renascença.* Orgão dos Trabalhadores da Geração Moderna, fasc. IV. Porto, p. 56-67.

CRESPO, Gonçalves (1882) – *Nocturnos*. Lisboa: Imprensa Nacional.

MICHELET, Jules (1846) – *Le peuple*. Paris: Calmann-Lévy Éditeurs.

MUSSET, Alfred de (1867) – *Premières poésies (1829-1835)*. Paris: Charpentier.

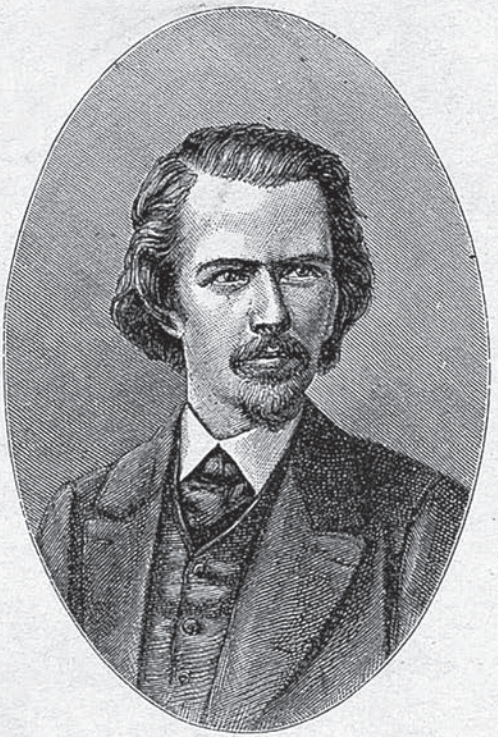
PEIXOTO, Afrânio (1942) – «Prefácio». In: Gonçalves CRESPO. *Obras completas de Gonçalves Crespo*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, p. 3-33.

PENHA, João. *Rimas* (1882) – Lisboa: Imprensa Nacional.

PEREIRA, Elsa (2015) – *Obras de João Penha: edição crítica e estudo*. Porto: CITCEM.

Francisco Topa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto / CITCEM

VII



Luiz F. Varella

Luís Nicolau Fagundes Varela

Fagundes Varela, nuns versos que ele intitulou «Elegia», e que hoje estão incorporados na edição completa* das suas obras, entre as poesias avulsas, rememorando os poetas e homens de letras que o Brasil tinha perdido, exclama, depois de passar em revista cada um dos grupos:

> Tempo, tempo voraz, para um momento!
> Concede ao gênio respirar ao menos![1]

Mal diria ele que passados poucos anos, senão poucos meses, iria unir-se à falange dos Basílios da Gama, dos Santa Rita Durão, dos Álvares de Azevedo, dos Junqueiras Freire, dos Casimiros de Abreu, dos Gonçalves Dias, dos Francos de Sá, dos Laurindos, dos Lessas, e, outros e outros, que por ele esperavam na região da luz!

Les morts vont vite!...[2]

Fagundes Varela nasceu no centro da Província do Rio de Janeiro, na então simplesmente freguesia de Nossa Senhora da Piedade, hoje vila de São João do Rio Claro[3], aos 17 de agosto de 1841. Era filho legítimo do Dr. Emiliano Fagundes Varela, magistrado avulso e distinto advogado no termo de Mangaratiba,

---

* O Sr. B. L. Garnier, sob o título *Obras completas de L. N. Fagundes Varela*, publicou em 1886, em 3 volumes, os versos do mal-aventurado poeta, mas pena é que nas diferentes obras que coligiu haja suprimido as dedicatórias, as cartas e prefácios que tinham, como suprimiu nos *Cantos religiosos*, publicado em 1879 a benefício da viúva e filhas, as poesias da Exma. Sra. D. Ernestina Varela, irmã do poeta. Das *Folhas de cipreste*, em que lastima a perda da sua primeira esposa, só se publicaram uns fragmentos truncados com o título «A pena» nos *Cantos do ermo e da cidade*. Também ali se não encontra uma poesia que ele dedicou ao poeta português, Augusto Emílio Zaluar, outra que escreveu já no leito da dor, dedicada à Exma. Sra. D. Leocádia de Araújo, e bem assim as obras inéditas que dele se conhecem, que existem ainda na coleção dos seus escritos, e que são uns *Fragmentos da vida dos apóstolos*, e três dramas intitulados – *A fundação de Piratininga*, em verso, *Ponto negro*, e o *Demônio do jogo*, também em verso, tirado dos *Contos de Hoffmann*. Bom serviço acabaria de prestar o Sr. Garnier à literatura brasileira, coligindo o que falta nas obras completas, publicando um volume suplementar (o 4.º), enriquecendo esse volume com o retrato do poeta, gravado por Augusto Off em 1880, que passa por ser o melhor e o mais fiel dos que existem.

onde reside atualmente, e de D. Emília de Andrade, já falecida. Obrigado a acompanhar seu pai, que ora aqui, ora ali exercia o seu cargo de magistrado, Fagundes Varela passou uma parte da sua infância em Angra dos Reis, na presença da vasta amplidão do mar, dos coqueirais, das rochas alcantiladas, que a espaços se erguiam e que ele galgava, colhendo o fruto dos gragoatás[4] e as parasitas rubras, ouvindo as cantigas monótonas dos escravos, pela manhã, quando partiam para as roçadas, e de tarde, quando voltavam.

É assim que o pinta o seu amigo predileto e companheiro de infância, o Dr. José Ferreira de Meneses[5], que também já dobrou a fronte para o túmulo.

Em 1852, tinha o pequeno Varela onze anos, foi o Dr. Emiliano, seu pai, nomeado Juiz de Direito de Catalão, na remotíssima província de Goiás. Ainda então não havia caminhos-de-ferro, nem meios fáceis de transporte. Esta viagem, que durou semanas, foi empreendida pela família, a cavalo, através duma região completamente ínvia e desabitada, sob os ardores dum sol ardente, sendo forçados a abrigar-se debaixo de copado arvoredo para repousarem durante a noite, ou durante o dia para tomarem com algum descanso as suas refeições.

Se a infância do poeta foi impressionada pelo bulício das ondas, e pelas rochas abruptas que a espaços bordava a praia em Angra dos Reis, agora, avizinhando-se do período adolescente, o seu espírito dilata-se, e, como que se completa, pelas pompas da vegetação, e pelas maravilhas dum país tropical, que ainda, principalmente naquela província, quase permanecia na sua primitiva rudeza.

Foi em Catalão que ele estudou o latim.

Deixando seu pai Goiás para residir em Petrópolis, aí continuou a sua educação; depois mudou para Niterói, onde estudou Filosofia com o Desembargador aposentado João Cândido de Deus e Silva[6]. Em todo o curso de preparatórios foi sempre laureada e brilhante a sua frequência.

I

O seu biógrafo, o Visconde de Coaraci[7], diz que ele em 1865 se matriculou no curso jurídico da Academia de São Paulo. É engano manifesto, se não é erro da imprensa. Outros dizem que 1862; entretanto antes deste ano foi ele para São Paulo, porque uma grande parte das poesias que constituem as *Vozes da América*, primeiro volume que se publicou, foi escrita em São Paulo em 1861, e o prólogo, com que as apresenta ao leitor, em São Paulo, foi escrito e tem a data de outubro deste mesmo ano[8], posto que só viessem aí a publicar-se em 1864.

De São Paulo, passou o poeta para Pernambuco, onde continuou a estudar direito na Faculdade de Olinda. Embarcou no vapor francês *Béarn*, dirigindo-se a esta província; mas aconteceu que o *Béarn* naufragou na altura dos Abrolhos[9]. Nesses mesmos parcéis, 300 anos antes, naufragou também, navegando da Bahia para São Vicente, o missionário Anchieta, poeta como ele. Varela mostrou então de que era capaz, dirigindo por meio de coqueiros e palmeiras a construção de cabanas para abrigo dos náufragos, e procurando-lhes socorros. O mancebo achou recursos nas suas memórias de criança. A viagem de Goiás fizera dele um homem.

Estudando ainda em São Paulo, Varela casou-se. Com quem? Com uma mulher da sociedade? Como se chamava? De que família? Não se sabe. Casou com uma *moça bonita*, e que adorava; a primeira que lhe fez bater o coração. Para alguns esta mulher foi a artista equestre Teresinha Lalande[10]... para outros foi a Lucília das *Vozes da América*, a quem ele dizia com a febre ardente de namorado:

> Se eu pudesse ao luar, Lucília bela,
> Queimar-te a fronte de insensatos beijos,
> Dobrar-te ao colo, minha flor singela,
> Ao fogo insano de eternais desejos;
>
> Ai! se eu pudesse...[11]

Fosse qual fosse, se é que esta Lucília não era a Teresa Lalande, o que é fato é que deste casamento datam as suas alegrias e as suas desgraças. Ventura e desgraça são duas irmãs que andam quase sempre abraçadas. Do enlace nasceu um filho, e este filho foi para o pai e loucura, a vertigem, a felicidade sem limites, a bem-aventurança na terra. Vendo o pequenino no berço, e revendo-se nele, exclamava:

> Se a luz d'aurora que enrubesce as nuvens
> Trouxer-te um dia festival e belo;
> Se o tênue arbusto dos teus verdes anos
> Erguer-se altivo, e se cobrir de flores;
> Se a mágoa, o ódio, a maldição, o opróbrio,
> O mundo e os homens, que mancharam ímpios
> As vestes alvas de meus puros sonhos
> Não te embargarem na jornada os passos;
> Vota, meu filho, um canto de tu'alma,
> Uma página branca e perfumada
> De teu dourado livro à pobre sombra
> De teu mísero pai; dá-lhe um lamento,
> Lembra-te dele, que te adorou e muito!
>
> [...]
>
> Eu sinto refrescar-me a fronte cálida
> O sussurrar das asas, quando triste
> Nas longas noites, me debruço ouvindo
> Teu brando respirar, quando doudejo
> Entre o gozo e a esperança, o riso e a mágoa,
> Alongando ao porvir fundos olhares![12]

Oh! o futuro não pôde ele antever por mais que o sondasse com os olhos penetrantes de pai. Este filho e a esposa eram para ele o resumo de quanto há belo no vale de lágrimas que atravessamos no mundo. Pois bem, em dezembro dão-se as férias nas faculdades científicas do Brasil, o estudante corre ansioso ao seio da sua família, e, chegando, uma terrível dor o espera. Dias depois perde a companheira dos seus dias de ventura. O triste exclama nas *Folhas do cipreste*[13], que dedicou à memória da esposa:

Oh! minha pena querida
Não quero ensopar-te, não!
Na funda, negra ferida
Que tenho no coração.
– Não posso, não quero! Ainda
Eu a vejo airosa e linda
Vir sentar-se junto a mim!
E não é mais que uma ideia!
Folha de rota epopeia!
Fátua luz que bruxuleia
Sobre um deserto sem fim!
E não é mais que uma nota
Triste, lânguida, remota,
Nas solidões do passado!

[…]

Um monte de brancos ossos
Marco atirado entre fossos
De medonho descampado![14]

Depois, alucinado, fora de si, precito, esquecido um momento de Deus, exclama no meio da sua dor:

Está quebrada[15]
Que tantos sonhos gerou!
Ela partiu, nós ficamos!
Ingratos! não mais riamos
Oh! de lágrimas enchamos
O espaço que ela ocupou.

[…]

Mas não! se te ordena a sina,
Se o destino assim te manda,
De pé sobre a própria ruína
Canta, oh! alma miseranda!
Pede ao inferno uma lira,
Toma os guizos da loucura,

Dança, ri, folga e delira
Mesmo sobre a sepultura!
Solta rudes harmonias
Brinda a morte e as agonias,
Canta as cóleras bravias
Dos precitos infernais;
Molha a pena condenada,
Escreve ainda, e teus versos
Sejam banhados, imersos
Nos prantos de Satanás![16]

Assim Espronceda[17], depois de chorar com lágrimas de sangue a morte de Teresa[18], e de dizer

Yo escondo con vergüenza mi quebranto,
Mi propia pena con mi risa insulto,
Y me divierto en arrancar del pecho
Mi mismo corazón pedazos hecho[19]

termina:

Truéquese en risa mi dolor profundo
Que haya un cadáver mas, que importa al mundo![20]

Mas não estava ainda cheia a medida. À morte da esposa segue-se logo a do filho, falecido a 11 de dezembro de 1863. Da trindade adorada só ele ficou.

«Eras na vida»... exclama o pobre pai no «Canto do calvário», grito eloquente e resignado duma dor imensa:

Eras na vida a pomba predileta
Que sobre um mar d'angústias conduzia
O ramo da esperança!... eras a estrela
Que entre as névoas do inverno cintilava
Apontando o caminho ao pegureiro!
Eras a messe dum dourado estio,
Eras o idílio de um amor sublime,

Eras a glória, a inspiração, a pátria,
O porvir de teu pai! – Ah! no entanto,
Pomba – varou-me a flecha do destino!
Astro – engoliu-te o temporal do norte!
Teto – caíste! Crença* já não vives!

[…]

Não mais! A areia tem corrido, e o livro
De minha infanda história está completo!
Pouco tenho de andar! Um passo ainda
E o fruto de meus dias, negro, podre
Do galho eivado rolará por terra!
Ainda um treno! e o vendaval sem freio
Ao soprar quebrará a última fibra
Da lira infanda que nas mãos sustenho!
Tornei-me o eco das tristezas todas
Que entre os homens achei!

[…]

Ah! quando a vez primeira em meus cabelos
Senti bater o teu hálito suave;
Quando em meus braços te cerrei, ouvindo
Pulsar-te o coração divino ainda;
Quando fitei teus olhos sossegados,
Abismos d'inocência e de candura,
E baixo e a medo murmurei: meu filho!
Meu filho! frase imensa, inexplicável,
Grata como o chorar de Madalena
Nos pés do Redentor... ah! pelas fibras
Senti rugir o vento incendiado
Desse amor infinito que eterniza
O consórcio dos orbes que se enredam
Dos mistérios do ser na teia augusta,

* Sempre que se tem imprimido o Cântico do Calvário, – neste verso, diz-se: – «Teto – Caíste! Crença – Já não vives!» estou que o poeta escreveu – «Teto – Caíste! Criança – Já não vives!», posto que o verso fica um pouco duro. A morte da criança estaria em oposição com todo o cântico onde respira a dor abraçada à mais pura resignação religiosa.

Que prende o céu à terra, e a terra aos anjos!
Que se expande em torrentes inefáveis
Do seio imaculado de Maria.

Cegou-me tanta luz! Errei, fui homem!
E de meu erro a punição cruenta
Na mesma glória que elevou-me aos astros
Chorando aos pés da cruz, hoje padeço![21]

II

Foi uma *avalanche*, um desabar de esperanças, uma tempestade para aquela alma em extremo impressionável, e esta dolorosa impressão durou muito tempo. Anos depois, ouvindo o canto dos sabiás, perguntava às auras, que eles enchiam de harmonia, se seriam – de mortos anjinhos o cantar de errantes almas;

Se seriam:

os gênios da tarde
Que passam sobre as campinas;[22]

Se seriam:

talvez as preces
De algum sonhador proscrito
Que vagueia nos desertos.[23]

Depois concluía, sondando o dilacerado coração, e referindo a si o canto da avezinha melancólico:

Ou quem sabe as tristes sombras
De quanto amei neste mundo
Que se elevam lacrimosas
Do seu túmulo profundo
E vêm os salmos da morte
No meu desterro entoar?

São os sabiás que cantam
Não gostas de os escutar?

Serás tu, minha saudade?
Tu meu tesouro d'amor?
Tu que às tormentas murchaste
Da mocidade na flor?
Serás tu? Vem, sê bem-vinda
Quero-te ainda escutar!

São os sabiás que cantam
Antes da noite baixar.

Mas ah! delírio insensato!
Não és tu, sombra adorada!
Não há cânticos d'anjinhos,
Nem de falange encantada
Passando sobre as campinas
Nas harpas a dedilhar.

São os sabiás que cantam,
Nas mangueiras do pomar.[24]

A alma impressionável do poeta como que se adivinha, estudando detidamente o seu retrato. Era de estatura mediana, fronte espaçosa, cabelos louros, revoltos, dir-se-ia que sempre agitados pelas ideias que lhe ferviam na mente; olhos azuis vivíssimos, vagos por momentos, fixos outras vezes, diz o Dr. Ferreira de Meneses, pela persistência em uma imagem, talvez de glória, com certeza a da desgraça de quem ele foi filho predileto; nariz um pouco adunco, e amplas narinas, indício quase sempre duma sensibilidade exaltada.

Sonhador, poeta, de imaginação viva, carinhoso de índole, amante extremosíssimo da esposa e do filho, que foi para ele uma promessa e um desengano, imaginai o que ele faria, depois do duplo golpe que lhe dilacerou o coração. Fugiu dos povoados, dizem os seus biógrafos, como se fora um criminoso; vagueou pelos campos, como uma sombra, abriu caminho através das florestas, como fera acossada, cortou os rios caudalosos a nado, como um perdido, condoeu-se com os selvagens, contou-lhes as suas mágoas, viveu com eles e como eles, e suspirou pela morte, como suprema ventura.[25]

Sim, a morte, que ele melancólico, a braços com o desânimo e a mais funda tristeza, vestia de formosura na sua imaginação exaltada:

> Roem-me atrozes ideias,
> A febre me queima as veias
> A vertigem me tortura...?
> Oh! por Deus! quero dormir
> Deixem-me os braços abrir
> Ao sono da sepultura!
>
> Despem-se as matas frondosas,
> Caem as flores mimosas,
> Da morte na palidez,
> Tudo, tudo vai passando.
> Mas eu pergunto chorando
> Quando virá minha vez?
>
> Vem, ó virgem descorada,
> Co'a fronte pálida ornada
> De cipreste funerário,
> Vem! oh! quero nos meus braços
> Cerrar-te em meigos abraços
> Sobre o leito mortuário!
>
> Vem ó morte! a turba imunda
> Em sua miséria profunda
> Te odeia, te calunia...
> – Pobre noiva tão formosa,
> Que nos espera amorosa
> No termo da romaria.[26]

Era assim que o mísero implorava a morte.

E era só isto? Avaliai-o por estas palavras do jornal *O Globo*, escritas 48 horas depois da sua morte:

> Circunstâncias deploráveis concorreram para que esse forte espírito se desvairasse na carreira da vida, tornando a sua atividade estéril para si e para a sua família.

> Entregue ordinariamente ao delírio de todas as fantasias, Fagundes Varela tornou-se refratário a toda a vida regular e discreta, mergulhando o seu gênio e deixando correr a sua existência no pélago das mais desordenadas dissipações.
>
> Nesse naufrágio só o seu gênio flutuou sempre na superfície dos acidentes desordenados da sua vida, e lutando ao mesmo tempo com a febre das suas próprias preocupações, dos seus desgostos, do seu isolamento hipocondríaco, da sua pobreza, o mal-aventurado poeta foi o arquiteto da sua própria desventura, e abreviou os seus dias pela incontinência habitual da sua fogosa natureza.[27]

Esta incontinência levou-o... é uma fraqueza, e não é dele só, e também a de muitos desgraçados feridos por grandes infortúnios... levou-o a buscar na taça da orgia o lenitivo, senão o esquecimento das suas mágoas:

> Escravo, enche essa taça,
> Enche-a depressa e canta!
> Quero espancar a nuvem da desgraça
> Que além nos ares lutulenta passa
> E meu gênio quebranta.
>
> […]
>
> Pois bem, seja do vinho,
> Não delirar insano
> Que afogue minhas lágrimas mesquinho!...
> Então envolto em púrpura e arminho
> Serei um soberano!
>
> Cresce, transpõe as bordas
> Do brilhante cristal,
> Torrente amada que o prazer acordas...
> Toma a guitarra, escravo! afina as cordas
> E viva a saturnal!
>
> […]
>
> Mais vinho! oh! filtro mago!
> Só tu podes no mundo

Mudar os giros de destino vago,
E fazer de martírio um doce afago
De uma taça no fundo.[28]

Neste desalento de alma, neste desvario dos sentidos, hipocondríaco por natureza, e fugindo da sociedade culta – a floresta e o viver da roça foi daí em diante o seu *el dourado*. O que ele desejava, o que ele pedia ao seu destino era:

Um robusto alazão, mais ligeiro
Do que o vento que vem do sertão,
Negras crinas, olhar de tormenta
Pés que apenas rastejam no chão;

E depois um sorrir de roceira,
Meigos gestos, requebros d'amor,
Seios nus, braços nus, tranças soltas,
Moles falas, idade de flor.

Beijos dados sem medo ao ar livre,
Risos francos, alegres serões,
Mil brinquedos no campo ao sol posto,
Ao surgir da manhã mil canções.[29]

E com tudo isto

O balanço da rede, o bom fogo
Sob um teto de humilde sapé[30].

Se eu tivesse, dizia ele:

Se eu tivesse por livro as florestas,
Se eu tivesse por mestre a amplidão,
Por amigos as plantas e as aves,
Uma flecha e um cocar por brasão;

Não manchara minha alma inspirada,
Não gastara meu próprio vigor,

Não cobrira de lama e de escárnios
Meus lauréis de poeta e cantor.[31]

A par destes desmandos havia nele qualidades que lhe nobilitavam o coração e que faziam dele um homem altamente simpático.

Era religioso, sem o frio cálculo dos que discutem e sem o delírio e a febre do fanatismo. Voltando-se para Deus, exclama:

Da natureza inteira, que aviventas,
Todos os elos a teu ser se prendem,
Tudo parte de ti e a ti se volta;
Presente em toda a parte e em parte alguma,
Íntima fibra, espírito infinito
Moves potente a criação inteira!
Dás a vida e a morte, o olvido e a glória!
Se não posso adorar-te face a face,
Oh! basta-me sentir-te sempre, e sempre![32]

Volta-se para Jesus e diz:

Rujam embora as vagas do oceano
Mandando aos alcantis navio incerto,
Corra o gládio de bárbaro tirano
Transformando as cidades num deserto!
Passe da peste e morte o sopro insano,
Medonho, horrendo em boqueirão aberto!
Flagele a humanidade a sede e a fome...
Oh! Cristo! Creio em ti, creio em teu nome...[33]

Tinha o amor da família, e no coração gravada a memória dos seus dias da infância passados entre os pais e a irmã. Ainda em São Paulo, ou já em Pernambuco, na faina do estudo de Direito, lembrava-se da esposa ausente, e dizia-lhe:

É teu e sempre teu, meu triste canto,
De ti rebenta a inspiração que tenho,
Sem ti me afogo num contínuo pranto;

Teu riso alenta meu cansado engenho
E ao meigo auxílio de teus doces braços
Carrego aos ombros o funesto lenho.

De mais a mais se apertam nossos laços,
A ausência... oh! que me importa! estás presente
Em toda a parte onde dirijo os passos.[34]

Recordando-se dos dias da infância, que lhe correram sem cuidados, no seio da família, exclamava saudoso, depois:

Junto do alpendre sentado
Brincava com minha irmã
Chamando o grupo d'anjinhos
Que tiritavam sozinhos
Na cerração da manhã.

[…]

De minha mãe era o mimo,
De meu pai era a esperança.
Um tinha o céu, outro a glória
Em meu sorrir de criança,
Ambos das luzes viviam
Que de meus olhos partiam.[35]

A escravidão teve sempre nele um inimigo implacável. Em mais de uma página advogou solícito a causa do pobre escravo, a quem se dirige, vendo-o abatido, apático, sem força, e sem energia, dizendo:

Por que nos teus momentos de suplício,
De agonia e de dor,
Não chamaste das terras africanas
O vento assolador?
Ele traria a força e a persistência
À tua alma sem fé,
Nos rugidos dos tigres de Benguela,
Dos leões de Guiné!!...

Ele traria o fogo dos desertos,
O sol dos areais,
A voz de teus irmãos viril e forte,
O brado de teus pais!
Ele te sopraria às moles fibras
A raiva do suão,
Quando agitando as crinas inflamadas,
Fustiga a solidão![36]

Era de índole bondosa, até para os pobres animais, e seres inanimados que o vulgo detesta ou despreza.

Para ele a criança e o velho, a aurora e o pôr-do-sol da vida, eram ambos respeitáveis, máxime neste tempo em que a fé é tíbia, e as crenças esmorecem no coração:

Nestas infaustas eras
Quando a família humana
Quebra sem dó, sem crenças
O altar e o ataúde,
Dos olhos da criança
Creiamos na inocência,
E nos cabelos brancos
Saudemos a virtude.[37]

A sua índole era amar e padecer; e conquanto fugisse dos homens, e eles lhe dessem razão para queixar-se, não os odiava:

Na flor dos anos conheci da vida
Toda a triste ilusão,
Embora os homens meu porvir manchassem
Não os detesto, não!

Embora o sopro ardente da calúnia
Crestasse os sonhos meus,
Nunca descri do bem e da justiça,
Nunca descri de Deus.[38]

Considerava-se pobre, humilde, e esmagado pela sociedade na estrada do mundo, mas nem por isso soçobrava, e tinha, não vaidade e soberba, mas o orgulho para viver independente e morrer digno:

> Eu não detesto nem maldigo a Vida,
> Nem do despeito me remorde a chaga,
> Mas ah! sou pobre, pequenino e débil
> E sobre a estrada o viajor me esmaga.[39]
>
> ----
>
> À dor o orgulho sagrado
> Deus ligou num grande nó...
> Quero viver isolado,
> Quero viver sempre só.
>
> E quando o raio incendido
> Roçar-me, então cairei
> Em meu orgulho envolvido
> Como em um manto de rei.[40]

Aqui tendes o homem com as suas fraquezas e as suas virtudes, com os seus defeitos e as suas qualidades. O seu gênio foi sempre o seu algoz; a sua hipocondria, e as circunstâncias que o rodearam em toda a sua vida fizeram dele uma vítima.

III

Ultimamente apregoou-se no Brasil pelas mil tubas da imprensa um certâmen poético, para aquilatar o mérito e a proeminência dos poetas do Império. Colheram-se os votos de todas as províncias, e corrido o escrutínio coube o primeiro lugar a Gonçalves Dias, deu-se o segundo a Castro Alves, a Fagundes Varela o terceiro, e o quarto a Álvares de Azevedo. Acho consciencioso o *veredictum*. Fagundes Varela não é um poeta da altura de Castro Alves, mas é logo o seu imediato, porque recebeu da natureza grandes faculdades, e estas apuraram-se-lhe com o infortúnio. Quem comparar as *Vozes*

da América, que ele escreveu aos 20 anos, com os *Cantos meridionais*, que fez aos 28, com o *Evangelho nas selvas*, e o *Diário de Lázaro*, em que trabalhou nos últimos anos da sua vida, conhecerá a diferença. Não são as poucas páginas de que podemos dispor para darmos uma amostra de todos os versos bons do poeta, bem como para desenvolver os seus pecados literários. Um escritor que escrevia sempre os seus cantos com o fogo da inspiração – *est Deus in nobis*[41], – e que raras vezes os relia para os corrigir, não podia deixar de os ter. Vejamos alguns dos seus versos de oiro, para o avaliarem os leitores que o não conhecem.

Nos *Cantos meridionais*, descrevendo a Bahia:

Sobre coxins de verdura,
Aos fogos do meio-dia
Dorme a esplêndida Bahia
Reclinada à beira-mar,
E, como servas humildes
Sustendo-lhe o régio arminho
As vagas falam baixinho
Medrosas de a despertar.

Os ventos que a furto beijam
De seus vergéis as mangueiras
Vão perfumar cem bandeiras
Que ondeiam no céu azul;
E relatam maravilhas
Dessa pérola do norte,
Mais do que Cartago forte,
Mais linda do que Istambul.[42]

Nos mesmos, na poesia «Plectro», pintando o intrigante:

O sumo do estramônio e da cicuta,
As flores infiéis da dedaleira.
O dente vil da víbora traidora,
A sombra da fatal mancenilheira;

O cancro, a lepra, o tétano, a gangrena
Trazem da morte os rábidos martírios,
Ora nas asas d'aflitivo sono,
Ora nas chamas de cruéis delírios...

Mas o veneno que da língua instilas,
Ente maldito consagrado à intriga,
Do corpo à alma a perdição transporta
Nas doces frases duma voz amiga!

Nasceste como a serpe da floresta,
Como a serpe tu vives, mas como ela
Não deu-te a providência o leve guiso
Que o mal oculto ao viajor revela.[43]

Nos *Cantos do ermo e da cidade*, nas «Estâncias», exaltando uma mulher:

O que eu adoro em ti não é teu rosto
Perante o qual o mármore descorara,
E ao contemplar a esplêndida harmonia
Fídias[44], o mestre, seu cinzel quebrara.

O que eu adoro em ti não é o teu colo,
Mais belo que o da esposa israelita,
Torre de graças, encantado asilo,
Aonde o gênio das paixões habita.

O que eu adoro em ti não são teus seios,
Alvas pombinhas que dormindo gemem,
E do indiscreto voo duma abelha
Cheias de medo em seu abrigo tremem.

O que eu adoro em ti, ouve, é tu'alma,
Pura como o sorrir duma criança,
Alheia ao mundo, alheia aos preconceitos,
Rica de crenças, rica d'esperança.[45]

No *Cantos e fantasias*, elogiando o General Juarez:

Quem se atreve a medir-te face a face?
Quem teu voo acompanha nas alturas,
Condor soberbo que da luz nas ondas
Sacode o orvalho das possantes asas,
E lança um grito de desespero infindo
Aos milhafres rasteiros?

[…]

Que sicário real nas matas virgens
Amplas, sem marcos, sem batismo e data
Te apanhará, jaguar das soledades?
Ah! tu espreitas os vulcões que dormem!
Quando a cratera encher-se à luz vermelha
Rebentarás nas praças.

[…]

Trarás contigo os raios da tormenta!
Da tormenta serás o sopro ardente![46]

Nos *Cantos meridionais*, referindo-se à morte:

[…] Oh! quantas vezes[47]
Em súbito despertar,
Tenho-te visto fagueira
Do meu leito à cabeceira
Fitar-me um divino olhar!

Quantas vezes alta noite
Nos delírios do festim
Falas-me baixo aos ouvidos,
Me envolves nos teus vestidos
Todos de gaze e cetim.

Quantas vezes sobre os lábios
Duma adorada mulher,

Meus lábios incendiados
Em teus lábios descorados
Repousam sem eu saber!...

Vem sem cortejo, vem sozinha, oh noiva
De meus últimos dias,
Tu serás recebida como o arcanjo
Em casa de Tobias!
Traze em teu seio o talismã da crença,
A paz sob o teu véu...
Nós subiremos devagar a escada
Que vai bater ao céu.[48]

Vede em dois traços a pintura da roceira Mimosa, no «Poema da roça», nos *Cantos meridionais*, pintura que tem a naturalidade, o desenfado e a graça nativa da «Paquita»[49], de Bulhão Pato[50]:

A saia de ramagens caprichosas
Caía-lhe em prodígios da cintura,
Entre os bordados da fiel camisa
Tremiam dois delírios de escultura.

Sobre a direita a perna esquerda curva,
Capaz d'enlouquecer Fídias o mestre,
Dava um encanto singular ao vulto
Daquela altiva perfeição campestre.

Depois em tamanquinhas amarelas,
Pés de princesa, pés diminutivos,
Cútis morena revelando à vista
Do pêssego e do jambo os tons lascivos.[51]

Nos *Cantos meridionais,* invectivando a cidade:

Não, não é na cidade que se formam
Os fortes corações, as crenças grandes,
Como também nos charcos das planícies
Não é que gera-se o condor dos Andes!

Não, não é na cidade que as virtudes,
As vocações eleitas resplandecem.
Flores de ar livre à sombra das muralhas
Pendem cedo a cabeça e amarelecem.[52]

[…]

Depois o jogo, a embriaguez, o roubo
A febre nos ladrilhos do prostíbulo,
O hospital, a prisão... Por desenredo
A imagem pavorosa do patíbulo.[53]

Nos mesmos, convidando uma pecadora, uma mulher perdida, para viver com ele:

Vem, a manhã radiará de novo!
Inda teu astro na amplidão fulgura!
Não mais te arrojes, êmula dos anjos,
Às ondas negras dessa vida impura!

Vem, que me importa o murmurar do vulgo?
O dúbio riso? O escarnecer das gentes?
Se água precisas que teus erros lave
Oh! de meus olhos verterei torrentes.[54]

Às vezes Fagundes Varela, numa quadra, numa só quadra, diz o que outros, com tanta felicidade, não expressariam em duas. Por exemplo:

Quem de si mesmo desterrar-se pode?
Quem pode a ideia aniquilar que o mata?
Quem pode altivo esmigalhar o espelho
Que a torva imagem de Satã retrata?[55]

Era também um poeta americano de raça, poucos dessas encantadas regiões têm nos seus versos tanta cor local como ele. Veja-se como nesse poemeto da roça – «Mimosa», a que já nos referimos, ele, falando do mês de agosto, o descreve não só pelos

fenômenos meteorológicos, mas também pelo movimento de aves e animais que o manifestam:

Era no mês d'agosto, o mês dos risos,
Das doces queixas, das canções sentidas,
Quando no céu azul ermo de nuvens,
Passam as andorinhas foragidas.

Quando voltam do exílio as garças brancas,
Quando as manhãs são ledas, e sem brumas,
Quando sobre a corrente dos ribeiros
Pende o canavial as alvas plumas.

Quando palram no mato os periquitos,
Quando corre o tatu pelas roçadas,
Quando chilra a cigarra nos fraguedos
E geme a juriti nas assomadas.

Quando os lagartos dormem no caminho,
Quando os macacos pulam nas palmeiras,
Quando se casa o grito da araponga,
À triste e surda voz das cachoeiras.[56]

IV

A par disto, o primoroso poeta tem descuidos e incorreções, que o não deslustram, porque as resgata com inúmeras belezas, mas é pena que as não corrigisse quando a idade e o estudo o amadureceram. Deixou de o fazer à falta de lho notarem? Não. Nos *Cantos meridionais*, publicados em 1869, quando já contava 28 anos, na introdução do «Poema da roça – A Mimosa»[57] – dirigindo-se a alguém (naturalmente ao seu amigo P. C. de Castro[58], a quem o dedica) que o censurava pelos descuidos de escritor, diz ele:

Censor austero, rígido analista,
Guarda zeloso de banais regrinhas,
Deixai vosso escalpelo infatigável,
Poupai estas quadrinhas.

[…]

A ideia não tem marcos, nem barreiras,
E o pensamento irmão da liberdade,
Quando as asas sacode, abate e quebra
Mais de uma autoridade.

[…]

Lançai vossos preceitos e tratados
Às chamas vivas de voraz incêndio...
Alma que sente, que se inspira e canta
Não conhece compêndio.[59]

No meio deste desapego de regras, deste desprezo pela autoridade dos mestres, se não recebesse da natureza uma imaginação tão viva, e um tão peregrino talento, seria um poeta medíocre. O Dr. Franklin Távora, seu admirador, chega a confessar que ele conhecia a cadência por intuição, mas incorreta e barbaramente. Na verdade, custa a conceber que o poeta que escreveu o *Evangelho das selvas* e o *Diário de Lázaro*, que em carreira vertiginosa lançava ao papel hendecassílabos formosíssimos, que eram os versos da sua predileção, e os que mais denunciam a inspiração dum poeta, desconhecesse a medida dos alexandrinos; fosse por vezes incorreto, mesmo gramaticalmente falando; pecasse na propriedade das palavras, rebaixando a miúdo a frase; se esmerasse tão pouco na estrutura das estrofes, para alcançar aquilo a que Goethe chamava a *divina forma*, e, por último, nem sempre rimasse bem.

O Sr. Quirino dos Santos[60], prefaciando a primeira edição das *Vozes da América*, disse que Varela tirou grande partido do verso alexandrino, e para o provar citou três estrofes da «Infância e velhice». Pois nós dizemos que ele foi infeliz no que escreveu, ou julgou escrever, em versos alexandrinos, porque se não pecou na ideia, que era quase sempre elevada, pecou, e muito, na forma. Nas *Vozes da América*, escreveu em alexandrinos «A vingança»; nos *Cantos e fantasias*, que para o Dr. Franklin Távora é o mais lírico dos

livros do poeta – «Juvenília IX», «Queixas do poeta», «Reflexões da meia-noite», «Aspirações» e «Vozes no ar». Em 1865 foram publicados os *Cantos e fantasias*, onde há cinco peças em alexandrinos, como acabamos de ver. Acaso nesse ano ainda os homens que cultivavam letras no Brasil não conheciam o *Outono* de António Feliciano de Castilho[61], publicado em 1863, que continha as duas formosas epístolas à imperatriz[62], em magníficos alexandrinos, que são modelo do gênero? Conheciam, decerto.

Pois Varela não sabia que o verso alexandrino, que tem uma estrutura especial, não pode ter mais de 12 sílabas, desconhecia que só o de arte maior é que pode ter 13, e confundiu uns com outros. Aí vão quatro versos da poesia «Aspirações», dos *Cantos e fantasias*:

> Quero escutar nas praças ao vento das paixões
> Erguer-se retumbante a voz das multidões!
> Quero sentir, senhor, que o fogo do teu gênio
> Abrasa-lhe as fibras, do mundo no proscênio...[63]

Nestes quatro versos, que ele julgou alexandrinos, porque até os escreveu em parelhas, seguindo a escola francesa, saíram-lhe alexandrinos o 2.º e 3.º, e estão errados porque têm 13 sílabas o 1.º e o 4.º. Ver estes é ver os mais. Todos pecam pelo mesmo modo.

Aí vai uma estrofe do «Testigo de bronze», de Zorrilla[64], que é toda em versos de arte maior, e que não tem um alexandrino, porque não se tratava de tais versos.

> «*Señor, yo te conozco: tu omnipotencia creo:*
> *Lo mismo en las tinieblas centellear te veo*
> *Que al extender el alba su espléndido arrebol.*
> *Tu faz ante mis ojos do quiera resplandece:*
> *Señor, yo te bendigo cuando la noche crece!*
> *Señor, yo te bendigo cuando amanece el sol.*»[65]

Varela, dissemos, era, por vezes, incorreto, mesmo gramaticalmente falado, e pecava na propriedade das palavras, rebaixando a frase. Tratando dum sítio em que o desamparo assentara

os seus arraiais, mas em que outrora houvera bulício e vida, diz na poesia «A sombra», nos *Cantos do ermo e da cidade*:

> Parece que ao pairar nestes lugares
> Todo o seu ódio o estrago sacudira,
> E o espírito do mal no chão gretado
> A saliva *cuspira*.[66]

Na poesia – «Quadrinhas» – dos *Cantos do ermo e da cidade*, escreveu:

> Dizer: é curta esta vida,
> Flor d'espuma falaz,
> Quero erguer minha alma aos astros
> Deixarei a terra aos mais...
>
> Ou murmurar aterrado
> Perante a suprema lei:
> Por que tenho d'apartar-me
> Da *lama que* tanto amei?...[67]

No tomo I – *Vozes da América* –, nos versos escritos sobre «Uma página de Byron»:

> Não são as flores da ambição pisadas,
> Nem é a estrela de um porvir perdida...
> Que esta cabeça *coroou* de sombras...
> E a tumba inclina ao despontar da vida.
>
> É este enojo perenal, contínuo,
> Que em toda a parte me acompanha os passos,
> *E ao dia* incende-me as artérias quentes...
> Me aperta à noite nos mirrados braços.[68]

Nos mesmos:

> ah! não procures
> Erguer a lousa dum pesar profundo,

Nem *apalpares* a matéria lívida
E a *lama impura* que pernoita ao fundo!...[69]

Nos *Cantos do ermo e da cidade*, na «Lenda do Amazonas»:

Aspergeram-me os pés
De perfume das flores mais balsâmicas.[70]

Na mesma:

E a voz do pecador
Sobre as águas plangentes e diáfanas
D'ameno ribeirão[71]

Que importa...
[…]
Que as enxurradas engrossem
As águas do *ribeirão?*[72]

Nos *Cantos e fantasias*, na poesia – «Queixas do poeta» –, versos que lhe saíram de arte maior, e que ele julgou alexandrinos, rimando-os em parelhas:

O viajor que à tarde sobre os oiteiros passa
Divisa junto às selvas um *fio de fumaça*
Erguer-se preguiçoso da choça hospitaleira
Pousada alegremente dum *ribeirão* à beira.[73]

Para Varela parece que não havia regatos, ribeiros, nascentes, arroios, veios d'água com que podia, com o seu belo talento, variar a locução; havia sempre o mais feio daqueles sinônimos – ribeirão – só próprio para a lavra de minas. E, note-se, que a maioria destes exemplos é tirada dos *Cantos e fantasias*, e *Cantos do ermo e da cidade*, publicados quando já havia mais esmero, e verdadeiro progresso nos versos do poeta.

Dissemos que se esmerava pouco na estrutura das estrofes, e que nem sempre rimava bem. Depois que o gigante das letras Victor Hugo, na primeira metade deste século publicou os volumes de versos líricos, que intitulou: *Odes e baladas; Orientais*; *Folhas do outono*; *Cantos de crepúsculo*; *Vozes interiores*, etc.,[74] deu tal impulso à poesia, que a Europa literária envergonhou-se de lhe não seguir os passos, mesmo de longe, e, quando não podia acompanhá-lo no arrojo das ideias, procurava, pelo menos, tomá-lo para modelo no esmero da forma. Fagundes Varela tem estrofes bem metrificadas e construídas: Nas *Vozes d'América*, unicamente «Napoleão»; nas *Noturnas*, o «Canto do sertanejo»; nos *Cantos meridionais*, a «Bahia», a «Flor do maracajá»[75], e uma das «Canções para música»; nos *Cantos do ermo e da cidade*, a «Viúva e moça», a «Volta», e o «Arrependimento». Isto é, não passam de oito; sendo nas outras por vezes descuidado, construindo umas estrofes com agudos e outras com inteiros, na mesma poesia, e nem sempre rimando convenientemente.

Não falamos já de versos rimando adjetivos com adjetivos vulgares, infinitos de verbos com infinitos de verbos, pretéritos com pretéritos da mesma conjugação, etc. Na introdução das *Folhas do cipreste*, quando o coração chorava e a alma estava vergando a uma grande dor, pela perda da esposa na flor da idade, rimou três dos primeiros seis verbos com pretéritos, da conjugação em «ar». Que pobreza em poeta tão rico!

> Quero quebrar d'encontro a meu fadário
> A lira que teu nome descantou!
> Quero esconder as dobras dum sudário
> Esta boca infeliz que te beijou!
> Quero buscar-te além no mundo vário
> Onde o sopro da morte te arrojou![76]

Percorrendo os seus versos, onde há rimas tão pobres como estas em agudos, encontramos – *falaz* rimando com *imortais*, *mais*, *fatais, austrais*; *fatais* com *paz*, *dás* e *estás*; *luz* com *azuis*; *par* com *mais*, *lençóis* com *avós*, etc.

De versos errados não falamos, porque estou persuadido que alguns deles, senão todos, foram errados, não pelo poeta, mas pelos copistas e compositores, e passaram pelas malhas da revisão. Fosse este o único senão da edição completa das obras de Fagundes Varela, mas infelizmente tem outros, e de maior tomo.*

V

Um dos traços característicos da poesia de Varela, diz o inteligente crítico das suas obras, o Dr. Franklin Távora, é a imitação ao lado de muita originalidade. É um fato. Especialmente nos seus primeiros versos vê-se que ele tinha manuseado Byron, Victor Hugo, Schiller, Alfredo Musset, Alfredo Vigny, etc., e que em muitos há reminiscências destes autores, por se haver repassado das suas ideias, e da sua escola. Às vezes estas imitações eram mais na estrutura do que na essência, e colhe-se mesmo dos exemplos apontados pelo Dr. Franklin Távora.

Varela começa: – «Mauro o escravo»[77]:

> Na sala espaçosa, cercado de escravos
> Nascidos nas selvas, robustos e bravos,
> Mas presas agora d'infindo terror,
> Lotário pensava, Lotário o potente,
> Lotário opulento, soberbo e valente,
> Dum povo d'humildes, tirano e senhor.[78]

---

* No 1.º volume da edição completa das obras de Varela, para acrescentar ao grupo dos *Cantos religiosos* uma nova poesia sob o título «Voz de poeta», foram extrair dos *Cantos do ermo e da cidade*, da poesia «Acusmata», as últimas três estrofes, omitindo um verso na primeira, e estropiando-lhe o último que ficou sendo: «E em ti me alegro e choro e canto» (com 2 sílabas de menos). Quando era: «E em ti me alegro, e choro, e canto e penso.» Aparecem ainda outras desordens na nova edição. Nas *Vozes da América*, a poesia XXX, a páginas 122, está com notáveis variantes, reproduzida nos *Cantos meridionais* à p. 148, sob o título «A uma mulher», bastando dizer que nas *Vozes da América* as quadras são 16 e nos *Cantos meridionais* 14! Há mais ainda. Na 1.ª edição das *Vozes da América*, tinha o poeta publicado a poesia «Infância e velhice». Pois esses versos aparecem nos *Cantos meridionais* das obras completas com o título a «Criança», tendo-se desdobrado as estrofes de 4 versos da «Infância e velhice» em estrofes de 8 versos de seis sílabas, na poesia a «Criança». Ao menos desta vez os versos alexandrinos errados na 1.ª edição das *Vozes da América,* passaram a ser oitavas bem medidas nos *Cantos meridionais.* Foi do poeta a transformação, ou de quem?

Gonçalves Dias na primeira estrofe de «I Juca-Pirama» começa:

> No meio das tabas d'amenos verdores,
> Cercados de troncos, cobertos de flores,
> Alteiam-se os tetos d'altiva nação,
> São muitos seus filhos no ânimo fortes,
> Temíveis na guerra que em densas coortes
> Assombram das matas a imensa extensão.[79]

Lá o escravo que se insurge contra Lotário parece-se com o índio que revolucionou aqui a taba; a estrutura em ambas as peças é quase uma só; mas devemo-nos lembrar que a circunstância de serem ambas as poesias em estrofes de 6 versos da mesma medida (11 versos[80]) e até nestes exemplos haver a mesma disposição de rima, é que faz, principalmente, que lendo Varela, nos lembremos de Gonçalves Dias.

Outro exemplo. Varela diz:

> Por que te afogas, ó irmão dos anjos
> Nas ondas negras dum viver impuro,
> E as santas formas do cinzel de Deus
> Manchas do vício no recinto escuro?[81]

Faz lembrar Junqueira Freire, quando, referindo-se a Frei Bastos[82], escreve:

> Porque te afogas, Bossuet brasílio
> No imundo pego da lascívia impura,
> Por que teus louros triunfais nodoas
> Nas roxas fezes d'azedado vinho?[83]

A imitação nasce de serem duas quadras com a mesma estrutura, com versos acentuados na 4.ª, 8.ª e 10.ª sílabas, e até na igualdade da palavra que fecha o 2.º verso de cada uma – *impuro – impura*.

Varela escreveu na poesia – «Recitativo» – das *Vozes da América*:

> Se eu te dissesse, Madalena pálida
> Fundo mistério que meu peito oculta,

Se eu te dissesse que amargura estólida.
Em mar de prantos meu viver sepulta;

Se eu te contasse[84] que tristezas fúnebres
Meu seio rasgam por febrentas horas,
Que chamas vivas, que delírios lúgubres
Cercam-me o leito de infantis auroras;

[…]

Dize, impiedosa, que rigor satânico
Faz de minha alma o pedestal da tua,[85]

Casimiro de Abreu no – «Amor e medo» escreveu:

Ai! se eu te visse, Madalena pura.
Sobre o veludo reclinada a meio,

[…]

Ai! se eu te visse em languidez sublime,
Na face as rosas virginais de pejo,

[…]

Diz: que seria da pureza d'anjo;
Das vestes alvas, do candor das asas?[86]

A imitação nasce de o nome ser o mesmo – Madalena; em ambos os exemplos se lê a conjunção condicional – *se* –; em ambos se repete, e em ambos se emprega o imperativo – *dize* – *diz* –; e em ambos o verso é sáfico. São reflexos apenas, nada mais, mas lendo-se Varela lembra Casimiro de Abreu.

Varela mesmo confessa que as poesias – «Aurora», «Ecos do cárcere», e «Exilado», das *Vozes da América*, lhe foram inspiradas pela leitura das páginas bíblicas de Lamennais[87]; mas, além destas, há nas suas obras outras em que a imitação é visível e incontestável «Childe- Harold (versos escritos sobre uma página de Byron)»,

é quase uma paráfrase do canto «A Inês», no canto 1.º do poema do mesmo nome de Byron.

Nas «Leviandades de Cíntia», a cena, esboço de poema, ou o quer que seja que se lê sob aquele título nos *Cantos de ermo e da cidade*, é uma imitação, é quase uma cópia, vazada nos moldes do libreto filosófico duma zarzuela do teatro espanhol, que em Lisboa se tem ouvido, e, talvez no Brasil representado, no tempo de Varela, e que tem por título *Nadie se muere*[88]...

Fechemos com um exemplo frisante.

Nas «Visões da Noite» – *Cantos de ermo e da cidade*, – conclui Varela o soneto com estes versos, referindo-se às mulheres que ele tinha amado:

> Pálidas sombras d'ilusão perdida,
> Minha alma está deserta d'emoções,
> Passai, passai, não me poupeis a vida.[89]

Quase palavra por palavra, os três seguintes versos de um poeta espanhol D. Salvador Bermudez[90]:

> *Pálidas sombras d'ilusión perdida*,
> *Dejadme sin mis fulgidas visiones*
> *Pero pasad aunque le veis mi vida.*[91]

Aqui a imitação é quase uma tradução, e até com a mesma rima!

O Sr. Dr. Franklin Távora no «Estudo crítico» que acompanha a publicação do poemeto – *Diário de Lázaro* – que se fez em 1880 a benefício da família do poeta, e que foi reproduzido nas *Obras Completas*, diz que o estro de Varela não se acendia na chama do patriotismo heroico, e para provar diz que os *Cantos e fantasias* que se publicaram quando a luta com o Paraguai estava mais acesa, guerra que cobriu de luto o Brasil, não indicam por uma palavra que o seu ator sentisse as mesmas incertezas e inquietações que traziam preocupada a nação inteira.

Em parte é isto verdade, Varela era um poeta contemplativo, o seu estro votava-se principalmente aos cantos da natureza e do

amor; mas não pode dizer-se que o poeta que escreveu o *Pendão Auriverde*[92], na ocasião em que todo o Brasil se erguia para repelir e condenar a arrogância do ministro inglês William Christie[93], fosse indiferente às glórias e infortúnios da pátria, destituído do sentimento heroico que fazia bater o coração dos seus patrícios.

Nessa ocasião, dirigindo-se ao Brasil, escrevia ele:

> Oh, terra do meu berço, oh! pátria amada,
> Ergue a fronte gentil ungida em glórias,
> De uma grande nação!
> Quando sofre o Brasil os brasileiros
> Lavam as manchas, ou debaixo morrem
> Do santo pavilhão.[94]

Dirigindo-se ao povo, dizia:

> Sofrestes ontem criança
> Contra a força o que fazer?
> Se nada podeis agora
> Podeis ao menos morrer.
>
> Oh! morrei! a morte é bela
> Quando junto ao pavilhão
> Se morre pisando escravos
> Que insultam brava nação![95]

Dizia, dirigindo-se ao imperador:

> Oh! não consintas que teu povo siga
> Louco, sem rumo, desonroso trilho!
> Se és grande, ingente, se dominas tudo,
> Também da terra do Brasil és filho.
>
> Abre-lhe os olhos, o caminho ensina,
> Aonde a glória em seu altar sorri,
> Dize que viva e viverá tranquilo,
> Dize que morra, morrerá por ti![96]

Os *Cantos e fantasias* foram publicados em 1865, ardia então a guerra, e o exército brasileiro ainda não tinha podido desalojar o caudilho Lopez do seu acampamento de Itapira; mas o dezembro de 1863 tinha dilacerado o coração do poeta que em pouco dias havia perdido a esposa, e em seguida o filho, que estremecia. O desventurado, louco, fora de si, fugiu para as florestas, e daí por diante viveu mais com os selvagens, que com os homens das cidades.

Percorrei os *Cantos e fantasias*. O que vedes? Quais são os títulos dos seus versos? As «Cismas à noite», as «Horas malditas», as «Sombras», as «Queixas do poeta», a «Resignação», o «Desengano», as «Reflexões da meia-noite», o «Canto do calvário», que é o grito duma dor lancinante pela morte do filho, e o «Desejo», que é como o testamento dum moribundo.

Tudo versos repassados de dor, em que ele espargia as suas tristezas, em que ele derramava as suas lágrimas.

Como havia o poeta no meio disto, que inteiro o absorvia, soldado inútil para si e para todos, aparecer onde havia tantos? Como havia ele, misérrimo, soltar novo pendão onde tantos se erguiam?

Eu não o condeno.

VI

As últimas obras do desventurado poeta são o *Evangelho das Selvas* e o *Diário de Lázaro*; mas infelizmente não lhe chegou a vida para dar a qualquer delas os últimos toques. Se compararmos o *Diário de Lázaro* com os livros do mesmo gênero que o antecederam, não excluindo mesmo o *Livro de Jó* como são o *Leproso da cidade de Aosta*, de Xavier de Maistre[97], *o Ermitão da glória* e a *Alma de Lázaro*, de J. de Alencar, e a *Delfina do mal*, de Tomás Ribeiro[98], na parte em que trata da Leprosa da Ucha, reconheceremos que Varela não ficou atrás, senão às vezes se adiantou aos seus colegas, mas o quadro ficou acanhado porque lhe não deu todo o desenvolvimento que ele estava requerendo. Falaremos pois, do *Evangelho das Selvas*, que é poema doutras proporções e decididamente a sua obra de mais-valia.

O padre José de Anchieta, espanhol de origem, porque nasceu na ilha de Tenerife, uma das Canárias, estudou em Coimbra e entrou no Instituto dos Jesuítas. Nessa qualidade, com outros jesuítas, acompanhou para o Brasil o 2.º Governador Geral D. Duarte da Costa, em 1553. Este homem que é considerado o São Francisco Xavier da América, e que consumiu a vida a derramar a instrução, a doutrina e a converter gentios, aprendendo para ser deles entendido a língua tupex, veio a morrer no Brasil em 1597, na aldeia de Bentgbá[99]. Daí foram seus restos mortais levados para a vila, hoje cidade, da Vitória, para o jazigo da Companhia, sendo durante o trajeto, de não menos de 14 léguas, conduzidos às costas de indivíduos, que pranteando o benfeitor, se alternavam nessa piedosa tarefa. Era como se levassem um santo, e santo lhe chamavam.

É este o herói do *Evangelho das selvas*, poema em 10 cantos em verso branco solto; o assunto é a história de Jesus Cristo, desde o nascimento no presepe de Betlém, até a tragédia do Calvário, contada, por ficção do poeta, pelo missionário aos índios das planícies, cortadas pelo rio Piratininga, onde assenta a vila de São Vicente, na província de São Paulo.

O *Evangelho das selvas* por uma data que se lê no 1.º canto parece que foi começado em 2 de fevereiro de 1871[100]. O poeta ainda assistiu à impressão dos primeiros cantos, mas já não viu a dos últimos.

Isso mesmo se deixa ver analisando o livro, porque os primeiros seis cantos são precedidos de epígrafes tiradas de diferentes lugares da Escritura, e isto falta nos últimos quatro.

Vê-se pois que o poeta acompanhou a impressão do seu poema até ao sexto canto, aperfeiçoando-o nas provas, mas que no meio deste trabalho o surpreendeu a morte. Não faremos, nem o espaço de que dispomos o comporta, a análise do poema canto por canto, mas limitar-nos-emos a dizer que em todos os cantos há belezas de incontestável mérito.

Logo no primeiro a apóstrofe à árvore do mal do paraíso, e a invocação à cruz se destacam.

Da árvore do mal, escreve:

> Junto de ti a morte ergueu o seu trono,
> Em teus galhos fatais, em teus raminhos,
> Não geme a rola, colibri não brinca,
> Não pousa abelha, rouxinol não canta,
> Nem adejam travessas borboletas!
> Amam-te apenas lutuosos mochos,
> Larvas imundas, sanguinários corvos,
> Visco de maldição transpiras toda.[101]

Falando da cruz, que ele vê rodeada de glória e de esplendores, estender os braços no infinito, diz:

> Oh árvore do bem e da verdade!
> Oh árvore da vida e do futuro!
> Como em redor de ti revivem belos
> Os justos que passaram, as risonhas
> Chusmas de loiros anjos, e as falanges
> De claríssimas virgens que a inocência
> De grinaldas cingir, imarcescíveis!
> Quantos gratos, idílios, quantas Odes,
> Repassadas d'amor e de ternura,
> Quanta excelsa harmonia não repete
> Tudo o que existe, ó Cruz três vezes santa,
> À sombra do teu vulto abençoado![102]

No canto II há a pintura do Batista, e a tentação de Satanás a Jesus Cristo sobre a montanha. É talvez extenso demais o roteiro dos povos, nações e cidades, que o anjo do mal lhe traça para seduzir o Salvador do mundo, mas é bela e revela grandes faculdades e grande estudo da parte do poeta.

O Batista era mancebo que entrava na estação risonha da vida, mas:

> Entretanto seu vulto e seu aspecto
> Eram a encarnação lúgubre e triste
> De tudo quanto há rígido, severo!
> Duro couro de velho dromedário

De manto lhe servia, duro couro
Encarquilhado, cru, preso às ilhargas,
Servia-lhe de cinto. Era sozinho
Não trazia sandálias, nem guardava
Dos rigores do sol a fronte altiva,
Tinha o rosto trigueiro, o corpo magro,
Crivado nas picadas dos insetos,
Dos agudos espinhos dos silvados;
Habitava os fraguedos e as cavernas,
E passava seus dias meditando
Nas leis do Criador. Seu alimento
Era o silvestre mel e os gafanhotos,
Que em densas nuvens dos sertões da Síria
Baixavam da Judeia aos tristes campos.[103]

No canto III há o aparecimento de Madalena arrependida em casa do fariseu onde Cristo havia ceado. A pecadora sabe a casa em que o Redentor estava ceando, veste as suas mais ricas alfaias, adorna-se de joias, toma uma redoma de precioso bálsamo, dirige-se à habitação do fariseu, que negro pensamento a leva? Sobe pé ante pé os degraus da escada, detém-se no limiar da porta, lança rápido olhar ao recinto, espreita... dá com os olhos em Jesus! Nesse instante, como se se lhe rasgasse um véu, lembra-se da cabana de seus pais, dos seus dias de infância, dos serões da família, da inocência da sua primeira idade.

Depois volvendo os olhos a si mesma,
Examinando as nódoas indeléveis
Que de sua alma o espelho embaciavam,
Viu do colar as pérolas mudadas
Em lágrimas de fogo, e as ametistas,
Os grandes rubis dos braceletes,
Em quentes gotas de fervente sangue!
Então sobre as espáduas da perdida
Rebentaram de novo as asas d'anjo!
Em soluços desata dolorosos,
Lança-se compungida aos pés de Cristo,
De lágrimas e bálsamos os cobre,

E os envolvendo nas madeixas negras
Os enxuga, prostrada, arrependida.[104]

No canto IV há a saudação da *Ave-Maria*; há a festa de Herodes na noite do seu dia natalício, onde no meio da ebriedade, do delírio e das lascivas danças, a filha de Heródias[105] pede a cabeça do Batista, que espera tranquilo a morte nos ferros dum cárcere.

No pórtico sublime do Oriente
Surge fagueira a estrela vespertina,
E, além, de nossas pobres freguesias
Nos altos, alvejantes campanários,
Soa pausado e lento o velho bronze;
Dobrando: Ave-Maria! – O viajante
Que vem de terra estranha, e a pátria busca
Se ajoelha na beira do caminho
– Ave-Maria! Suspiroso fala.
O cabreiro que desce das montanhas
Ao redil conduzindo, a grei singela,
Para, levanta para os céus os olhos,
E diz – Ave-Maria! – A mãe querida
Chama zelosa a prole abençoada
Junto à lareira de tranquila choça,
E lhes repete a saudação divina.
– Ave-Maria! na solidão dos mares
Murmura o navegante. – Ave-Maria!
Reza o triste mendigo nos alpendres
Dos paços festivais – o rico e o pobre
O poderoso, o humilde, o rei e o povo,
Ave-Maria! nessas horas dizem.[106]

No festim de Herodes reina a desenfreada alegria. Casada às harmonias dos tangedores, a filha de Herodias, leve, ligeira, sedutora, arquejante, dançando, já há muito tempo que é o enlevo de quantos a veem, por último

Flexível como a serpe encurva o corpo,
E num rápido giro se aproxima

Do fascinado Herodes, sacudindo
Sobre seus pés as rosas da grinalda,
Entre os aplausos mil dos assistentes.

[…]

Oh! pede o que quiseres, não vaciles!
Inda que sejam meu governo e erário,
Juro que tos darei! grita enlevado
O romano senhor... [107]

Pediu a cabeça do Batista, Herodes hesita, mas por fim cede, e daí a pouco era-lhe apresentada numa salva, no meio dum grito de surpresa que partiu de todos os lábios, a cabeça do mártir.

Como estas há outras, e muitas, páginas felizes, cuja transcrição nos levaria muito longe, mas não nos podemos furtar ao desejo de colher aqui, ali, ao acaso mais algumas pérolas para dar aos leitores mais uma amostra do valor do *Evangelho das selvas*.

No retiro pacífico da sua vivenda uma noite enquanto Jesus Cristo cumpria a sua missão na Betânia, suspirava saudosa a Mãe Santíssima, quando lhe aparecem a consolá-la as três virtudes, que acendem na alma dos que sofrem a reanimação e a coragem.

Diz a primeira:

Ouve, Maria:
Eu sou a viva luz dos santuários
A rosa imarcescível da pureza,
O gênio da Verdade. Sábia e forte
Dou a vida às brenhas, escravizo as vagas,
Domino os vendavais, disperso os raios
Vitoriosa encaro a morte horrenda!
Sou a fonte da glória e do heroísmo!
Senhora, eu sou a Fé[108]

A segunda falou e disse:

Na tempestade
Sou o íris, o núncio da bonança,

A estrela do pastor, a roxa aurora;
Sou nos vergéis a flor de primavera,
Na moléstia a saúde, a luz nas trevas,
Nas prisões o perdão, no passamento
A clemência de Deus, a eternidade.
Sou a Esperança, a êmula da vida.[109]

Falou a terceira, e disse:

Tenho o condão sublime dos prodígios,
Sou a pomba nas águas do dilúvio
Sou a fonte do Agar nas soledades,
A coluna de fogo nos fraguedos
Das estrangeiras terras!... Virgem santa!
Anjo que tantas vezes hei seguido
No recinto da dor e da miséria,
Onde levas o pão, a luz, e a calma!
Coração piedoso! Eterno cofre
Onde todas as lágrimas que rolas
Em riquezas subidas se transformam!
Onde todo o soluço encontra um eco!
Onde todo o martírio encontra um prêmio!
Eu sou a confidente de teus sonhos!
Eu sou a Caridade[110]

Depois que Cristo orou no Monte das Oliveiras[111], não longe de Cédron[112], preparando-se para o grande sacrifício donde partiu a redenção do mundo, é bela esta invocação à alma:

Alma, sopro do Céu! Clara centelha
Do espírito infinito de verdade!
Vives, e eterna viverás! Sê forte!
O caminho do bem é teu caminho
Teu barco a Igreja, teu piloto o Cristo!
Levanta-te e não tremas, se caíres,
Ele te estenderá segura dextra,
Se nada foras, não viera ao mundo,
Se nada foras, não sofrera os transes

Dessa noite cruel! Se nada foras
Não assombrara o mundo e a imensidade
Com seu trágico exemplo, e seu martírio.[113]

Quando Jesus Cristo é acusado pelos juízes no pretório, quando por um ato de falsa clemência lhe é preferido Barrabás[114]! quando – o povo, no seu desvario – gritava – Crucificai-o! – O poeta veste a sua musa de crepe e exclama:

Musa Cristã! Desprende lacrimosa
Sobre o colo de neve as tranças d'ouro
[...]
cinge a fronte
De folhas de cipreste e roxos goivos;
Deixa o breve brial, envolve o corpo
Em funerário crepe, e solitária
Debruça-te nas fragas do deserto!
Chora e lembra as angústias assombrosas
Da morte do Senhor. Ah! se puderas,
Se puderas voar, transpor os mares,
Atravessar o Líbano, e as montanhas
Rochosas de Ascalom[115]; pousar no cimo
Do Calvário Sagrado, e compungida
Beijar o duro solo onde caíram
As lágrimas do Mestre... Se puderas
Um raminho apanhar das tristes plantas
Que o sangue fecundou do Deus aflito,
Do Deus agonizante!...[116]

Quando Jesus Cristo vai já no caminho do Calvário, vergando ao peso da Cruz, entre os doestos e baldões da multidão que o seguia, – acorda o remorso na consciência de Judas, que dirigindo-se ao pretório, e falando aos juízes – exclama:

Padres,
Anciãos, sacerdotes que votastes
Minha alma ao fogo eterno de Geena[117]!
Pequei, vendendo o sangue do inocente.

Disse, elevando a voz áspera e rouca.
– Eis aqui o dinheiro da perfídia,
O preço da traição! Queimam-me os dedos
Estas fatais moedas! Chegas tarde –
Respondem-lhe os sevos carniceiros,
E bem deves saber o que fizeste.
Judas não replicou: sobre os ladrilhos
As moedas lançou, que retinindo,
Aos pés caíram dos perversos padres.
Pouco tempo depois, no monte ao longe,
Dos grossos galhos d'isolado roble,
Pendia o corpo do judeu maldito,
Horrendo o rosto, esbugalhados olhos,
Saída a língua remordida e negra,
Da pavorosa boca![118]

O canto IX acaba com a ressurreição do divino Mestre. O canto X, o epílogo, finda com a morte de Anchieta, que ao deixar a vida, glorificada por 44 anos de trabalhos, semeando a boa doutrina nos sertões da América, querendo vedar-lhe a luz da aurora, do dia 9 de junho de 1594, por julgarem que o incomodava, exclama:

Não, meus amigos![119]
Não me furteis o gozo derradeiro
De ver a luz brilhante
[...]
Abri depressa as portas e janelas,
Quero ver as campinas dilatadas,
Os silvados em flor, os céus profundos,
A luz, a luz, a imagem da esperança!
A condição suprema da beleza!
A vida do Universo, o gênio, a glória,
Desse grande poema arremessado
Pelo Deus Criador, e Omnipotente
Nos mistérios sublimes do Infinito!
A luz! a luz no berço e no ataúde!
A luz no coração e na inteligência!
A luz no Céu, na terra, no mais fundo
Da consciência humana!...[120]

Por estes excertos, parte de muitos que poderíamos apresentar, se a índole destes esboços crítico-biográficos o comportassem, podereis fazer uma ideia do *Evangelho das selvas*, se é que do mérito do poeta a não tínheis já feito, pelos que havíamos dado dos outros volumes.

Não poupamos a censura que mereça, nem amesquinhamos o elogio devido. É o que fazemos sempre, e se há algum valor nestes escorços está na imparcialidade com que distribuímos as tintas.

Fagundes Varela depois duma vida agitadíssima teve a infelicidade de morrer aos 33 anos, quando o seu espírito ia amadurecendo para o estudo e para os trabalhos de mais fôlego. Foi uma pena para a literatura brasileira; porque era um poeta de grande futuro. O seu talento era para muito.

Varela, depois da catástrofe que lhe roubou em poucos dias a esposa e o filho, chegou ainda a contrair segundas núpcias, ficando-lhe deste consórcio duas filhas, mas mesmo assim, nunca mais se curou do abalo sofrido. Muitas vezes saía de casa sem dizer para onde, e ia ter com os seus camponeses que o recebiam sempre com verdadeira alegria, porque entendia de medicina, era sofrível naturalista, e curava-os nas suas enfermidades.

No dia 15 de fevereiro de 1875 foi o poeta atacado duma congestão cerebral, e três dias depois no dia 18, às 7 horas da tarde entregava o espírito ao Criador, reclinando a cabeça no seio materno, junto de seu pai, cercado de sua esposa e de suas filhas. Se pudesse falar, minutos antes de soltar o último alento estou que ainda então diria, falado à morte:

> Vem sem cortejo, vem, sozinha, oh! noiva
> De meus últimos dias,
> Tu serás recebida como o arcanjo
> Em casa de Tobias.[121]

Cerca de três anos depois chegou ao Rio de Janeiro a triste notícia de que a viúva de Varela e suas filhas viviam em extrema miséria numa cidade do interior da província. Tocou-se a rebate nos jornais da corte, e os amigos do poeta, tendo a ideia de alcançar

socorros àquela família, criando juntamente um património em seu benefício dirigiram-se ao pai e à irmã do finado, a Exma. Sra. D. Ernestina Fagundes Valera, dotada também de talento poético – de quem o herdariam? – pedindo-lhes alguns versos de que fosse a autora, e outros inéditos do poeta. Acederam, e em 1879, pela casa Laemmert & Cia. publicavam-se os *Cantos religiosos*, que continham poesias dos dois irmãos.

Por esse mesmo tempo um distinto cultor das letras, já falecido, e entusiasta de Varela, o Sr. Artur Barreiros[122], pôde haver à mão o *Diário de Lázaro*, que entregou à *Revista Brasileira*, com o fim de concorrer pelo seu produto para o patrimônio de que já falamos, e em 1880 publicava a *Revista Brasileira*, na Tipografia Nacional o *Diário de Lázaro*, com um soberbo retrato do poeta.

A caridade é inesgotável.

> Tem o condão sublime dos prodígios,
> É a pomba nas águas do dilúvio,
> É a fonte de Agar nas soledades.[123]

Assim a definiste.

> Descansa em Deus, ó alma intemerata.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno *de 1887*. Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna, 1887, p. 3-22 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Luís Nicolau Fagundes Varela de A. X. Rodrigues Cordeiro

O ensaio intitulado «Luiz Nicolau Fagundes Varela», escrito por António Xavier Rodrigues Cordeiro, foi publicado no volume do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1887*, acrescido da seguinte informação de capa: «ornado de gravuras, enriquecido com matérias de utilidade pública, o retrato e elogio crítico biográfico do distinto poeta brasileiro» (*NALLB*, 1887: 1). Se bem que haja um certo exagero nessas informações – na verdade, o ensaio traz uma reprodução do retrato do poeta e de sua assinatura – centra-se mais na avaliação crítica da obra do homenageado do que propriamente no tratamento de sua biografia.

Abrangendo vinte páginas do *Novo Almanaque*, esse é o décimo sexto elogio redigido para o anuário pelo bacharel, formado em Direito, António Xavier Rodrigues Cordeiro. Além do poeta fluminense, o biógrafo debruçou-se sobre os perfis de outros brasileiros, publicados na seguinte ordem: Gonçalves Dias (1873), Álvares de Azevedo (1878), Castro Alves (1882), Araújo Porto Alegre (1884), Gonçalves Crespo (1885) e José Bonifácio de Andrada e Silva (1890). Como nos exercícios anteriores, a matéria biográfica vem dividida em partes, sendo seis no caso do estudo sobre Fagundes Varela.

As seções iniciais – Introdução e partes ou capítulos I e II – recaem sobre a infância e a adolescência de Luís Nicolau, os constantes deslocamentos de cidade vivenciados na primeira fase de vida, em função das transferências da família, por causa das atividades do pai, um magistrado que era enviado para atuar em diferentes comarcas nacionais, e as vivências que essas viagens proporcionaram ao futuro poeta, possibilitando-lhe o contato com a realidade brasileira do interior, do sertão e do litoral. Segundo o biógrafo, essas primeiras experiências contribuíram para o desenvolvimento de uma «sensibilidade exaltada» (*NALLB*, 1887: 10), que se tornou marca da personalidade de Varela.

A marca dessa sensibilidade é indiciada já nos traços fisionômicos de Varela, no retrato que antecede o estudo. Diz Cordeiro: «A alma impressionável do poeta como que se adivinha, estudando detidamente o seu retrato», onde destaca «nariz um pouco adunco,

e amplas narinas» (*NALLB*, 1887: 10). Completam esse desenho traços positivos do biografado: sonhador, bondoso, religioso e poeta que se complementam com a soberba e a vaidade, pontos considerados negativos, mas que lhe ofereceram impulso para continuar a viver, apesar das adversidades sofridas. Varela é ainda tido como um ser amante dos animais, da natureza e atento aos problemas sociais, especialmente a escravidão, regime que repele com vigor. Em resumo, afirma o biógrafo:

> Aqui tendes o homem com as suas fraquezas e as suas virtudes, com os seus defeitos e as suas qualidades. O seu gênio foi sempre o seu algoz; a sua hipocondria, e as circunstâncias que o rodearam em toda a sua vida fizeram dele uma vítima» (*NALLB*, 1887: 15).

Essa aura de vítima move o texto de Cordeiro e parece ser esse o caráter do estudo biográfico. Quando analisa a obra de Varela, o biógrafo procura demonstrar como o infortúnio apurou, no poeta, as faculdades recebidas pela natureza. Entre as duas – a inspiração e a desgraça – os momentos de criação poética oscilam entre certeiras realizações com alguns deslizes ou descuidos, resultado muitas vezes da falta de atenção do autor à sua escrita. Nesse balanço, parece que as escolhas que ele considera como realizações acertadas provêm da índole do sujeito, já as que merecem crítica ou comentários desabonadores decorrem das adversidades pelas quais Varela passou, que afugentaram nele a crítica e o cuidado na construção dos versos.

Dedicando as partes iniciais do estudo para caracterizar o homem e edificar as bases da personalidade sensível, sofrida e dilacerada de Fagundes Varela, a partir da terceira parte, Cordeiro volta-se à análise dos poemas, e começa por recordar o certâmen literário que transcorreu no Brasil e deixou o poeta em terceiro lugar, após Gonçalves Dias e Castro Alves. O resultado é motivo para o crítico apontar as boas realizações poéticas, citando dentre suas composições aquelas que merecem destaque sem, contudo, explicitar as razões do julgamento. Entre essas peças encontram-se a descrição da Bahia[124], «Plectro»[125], o poema à morte Mimosa[126], o poema da roça[127] e outro sobre a cidade[128], todos dos *Cantos meridionais*, «Estâncias»[129], de *Cantos do*

ermo e da cidade, e o poema dedicado ao General Juárez[130], de *Cantos e fantasias.*

É na quarta parte que o contraste entre os acertos e os descuidos fica mais evidente, residindo aí as críticas do biógrafo. Para Cordeiro, o desapego de regras, o desprezo pela autoridade dos mestres e a incorreção na cadência são responsáveis pelos deslizes cometidos pelo jovem autor. A crítica é tão forte que o biógrafo afirma, que ainda que Varela tivesse a imaginação viva e um «peregrino talento» (*NALLB*, 1887: 16D), ele teria sido um poeta medíocre. Outros pontos negativos são ainda acrescentados ao rol já citado: desconhecimento da medida dos alexandrinos, casos de incorreção gramatical, impropriedade de palavras, pouco esmero na estrutura da estrofe e inadequações em rimas. Enfim, pouco restava dos bons momentos e a «divina forma» (*NALLB*, 1887: 16E), da lição de Goethe, ficava extremamente prejudicada nos poemas de Varela. Cordeiro não demonstra nenhuma condescendência para com o poeta. Embora cite o Sr. Quirino dos Santos[131] – que prefaciou a primeira edição das *Vozes da América* e afirmou que Varela tirou grande partido do verso alexandrino – considera que «ele foi infeliz no que escreveu, ou julgou escrever, em versos alexandrinos, porque se não pecou na ideia, que era quase sempre elevada, pecou, e muito, na forma» (*NALLB*, 1887: 16E). E continua o autor do «elogio»: «Varela não sabia que o verso alexandrino, que tem uma estrutura especial, não pode ter mais que 12 sílabas, desconhecia que só o de arte maior é que pode ter 13, e confundiu uns com outros» (*NALLB*, 1887: 16E). Não satisfeito com sua observação, retira quatro versos da poesia «Aspirações», dos *Cantos e fantasias* para demonstrar sua assertiva:

> Quero escutar nas praças ao vento das paixões
> Erguer-se retumbante a voz das multidões!
> Quero sentir, senhor, que o fogo do teu gênio
> Abrasa-lhe as fibras, do mundo no proscênio...
> (*NALLB*, 1887: 16E)

À inadequação no uso dos alexandrinos somam-se também as incorreções gramaticais. Novamente a citação da obra reforça a palavra de Cordeiro e é prova do desabono ao poeta. Nos versos seguintes,

transcritos de *Cantos do ermo e da cidade,* ressaltam-se a inadequação e a impropriedade, especialmente pelo grifo no final:

> Parece que ao pairar nestes lugares
> Todo o seu ódio o estrago sacudira,
> E o espírito do mal no chão gretado
> A saliva *cuspira*.
> (*NALLB*, 1887: 16F)

O juízo negativo tem sequência e Cordeiro, avaliando a estrutura dos poemas, diz que tampouco Varela se esmerava «na estrutura das estrofes, e que nem sempre rimava bem» (*NALLB*, 1887: 16G), juntando «adjetivos com adjetivos vulgares, infinitos de verbos com infinitos de verbos, pretéritos com pretéritos da mesma conjugação, etc.» (*NALLB*, 1887: 16H). Em consequência, o «elogio» perde sua força e o que se constata é a severa avaliação de Cordeiro sobre a obra do biografado.

Não contente com todos os pontos desabonadores já registrados, ele ainda acusa Varela de imitação dos poetas europeus, ingleses (Byron), franceses (Victor Hugo, Musset, Vigny), portugueses (Junqueira Freire) e espanhóis (Salvador Bermudez), imitação essa que atinge para ele o nível de cópia, pois versos estrangeiros são aproveitados pelo poeta brasileiro, que se limita a traduzir para o português passagens de seus colegas de além-mar, assumindo sua criação. Apenas ao final da quarta seção, Cordeiro apresenta uma desculpa para tantos equívocos:

> estou persuadido que alguns deles, senão todos, foram errados, não pelo poeta, mas pelos copistas e compositores, e passaram pelas malhas da revisão. Fosse este o único senão da edição completa das obras de Fagundes Varela, mas infelizmente tem outros, e de maior tomo. (*NALLB*, 1887: 16H)

Estava certo, Cordeiro. A cópia traduzida de versos não diminuiria a falta cometida, mas agravaria a situação, tornando-se mais grave e um deslize a ser punido. Entretanto, o ensaísta volta a se valer das condições experienciadas pelo poeta, de sua má sorte e desfortúnio, para dizer, enfim: «Como havia o poeta no meio disto, que inteiro o absorve, soldado inútil para si e para todos, aparecer onde havia

tantos? Como havia ele, misérrimo, soltar novo pendão onde tantos se erguiam?» (*NALLB*, 1887: 16M).

Se a desgraça pessoal salvou Varela ou pelo menos justificou as faltas cometidas na primeira fase de sua poesia, é no final da curta vida, com o *Anchieta e o Evangelho nas selvas*, livro que acompanhou e aperfeiçoou no processo de edição, que o poeta finalmente alcança a sua obra de mais-valia. Na sexta parte do «Elogio», finalmente Cordeiro tece comentários elogiosos sobre a obra de Fagundes Varela, reconhecendo o valor da realização poética, motivo pelo qual o aproxima de grandes nomes, como José Alencar e Tomás Ribeiro. Para o crítico-biógrafo, a personagem escolhida para a criação do *Evangelho das selvas*, ou seja, o padre José de Anchieta e o tema eleito, a história de Cristo garantem a qualidade que ele antevê em cada canto. Numa análise em que seleciona as passagens mais importantes e as boas realizações literárias, Cordeiro acaba, por fim, por valorizar os versos do infortunado autor, aquele a quem a vida castigou nos seus trinta e três anos de existência. Os primeiros desditosos anos são vistos, então, como a preparação para um futuro que não existiu, mas deu mostras do que poderia ter sido pela criação de peças importantes como *Anchieta ou O Evangelho nas selvas* e o *Diário de Lázaro.*

O tom de tristeza e de infortúnio que Cordeiro explorou na redação do ensaio não acaba, mesmo com a morte de Fagundes Varela. Sua má sorte parece ter se disseminado e cabe ainda ao biógrafo registrar que o segundo casamento do autor de «O cântico do calvário» seguiu sina semelhante: a esposa e as duas filhas viviam em miséria, no interior do Rio de Janeiro e apenas por diligência de amigos e da família de Varela, especialmente da irmã do poeta, foram socorridas com a publicação de *Cantos religiosos*, livro em parceria do autor com sua irmã e, posteriormente com a edição de *Diário de Lázaro*.

Ao final da leitura do «elogio» do poeta Fagundes Varela*,* preparado por Xavier Cordeiro, obtêm-se informações importantes para a construção da biografia do homenageado, principalmente no que se refere à infância e adolescência, através da visão dos deslocamentos do pai por motivos profissionais. Se essa é uma etapa que interessa o registro do biógrafo, há outra, porém, que constitui sua preocupação maior: os sofrimentos do jovem Varela, o desespero pela morte do filho

e da primeira mulher, a vida errante e desorientada que esses episódios nele provocaram, a desdita eterna, enfim, que marcou sua existência e que justificam, em parte, o insucesso de muitos versos e muitas obras. Fagundes Varela, para Xavier Cordeiro, poderia ter sido mas não foi um grande poeta. Errou em muitas coisas, perdeu o prumo em outras e, quando acertou, estava no fim da vida.

Extremamente detalhista na leitura dos versos, Cordeiro transcreve muitas passagens da obra do autor de «O cântico do calvário», principalmente para apontar falhas e desajustes, mais desvalorizando a criação do elogiado do que assinalando suas boas realizações. As falhas cometidas por Fagundes Varela parecem estender-se ao ensaio de Cordeiro, principalmente no que tange à transcrição dos poemas. Nesse processo, o ensaísta comete inúmeros equívocos: reproduz os versos com incorreções de pontuação e de grafia, altera a estrutura dos versos transcritos e chega até mesmo a omitir versos inteiros dos poemas copiados. Notas comparativas das citações da obra de Fagundes Varela feitas pelo biógrafo, tomando por base as primeiras edições, possibilitaram anotar quase 500 diferenças entre o texto do biógrafo e os Fagundes Varela.

Sem mencionar as fontes consultadas, certamente fica difícil condenar Cordeiro pelos deslizes cometidos, mas o certo é que, quando escreveu o «elogio», a obra de Fagundes Varela já estava completamente publicada, inclusive a obra póstuma, como *Anchieta ou o Evangelho na selva* e *Diário de Lázaro.* Aliás, Fagundes Varela falecera doze anos antes do estudo de Cordeiro, o que também me leva a questionar os motivos pelos quais Cordeiro o elegeu para compor o artigo de 1887, já tão distanciado da vida ou da morte do poeta fluminense.

Mais crítico do que biógrafo, mais depreciativo do que elogioso, Xavier Cordeiro manteve até o final do estudo a tese que lançou ao abrir o «elogio»: Luiz Nicolau Fagundes Varela foi um homem sensível, que viveu atormentado pelas dificuldades da vida, mas foi um homem que, com sua intuição, nos deixou seu melhor quinhão; infeliz, porém, cometeu sérios deslizes, responsáveis pelo legado menor. O certo é que como Lorde Byron, Chateubriand ou Almeida Garrett, Fagundes Varela foi, para além do escritor romântico que a história da literatura reconhece, uma personagem romântica, cujo sofrimento e tristeza marcaram sua trajetória.

Notas

1 «Elegia», v. 1-2 (*Avulsas,* 1892: 263).

2 Este verso, cuja autoria não foi identificada, foi colocado como epígrafe em «Elegia» (*Avulsas,* 1892: 263).

3 Atualmente, Rio Claro, município do Estado do Rio de Janeiro.

4 Gragoatá: planta da família das bromeliáceas.

5 José Ferreira de Meneses (1842?-1881), escritor e jornalista brasileiro, militante do movimento escravista. Foi fundador do jornal *Gazeta da Tarde* (RJ, 1880-1901).

6 João Cândido de Deus e Silva (1787-1860), advogado, professor e escritor brasileiro.

7 Trata-se de um equívoco de Rodrigues Cordeiro, que confundiu o título nobiliárquico (Visconde) com o nome do biógrafo de Fagundes Varela: Visconti Coaraci (1837-1892), romancista, contista, teatrólogo e jornalista brasileiro.

8 O prólogo de *Vozes da América*, conforme edição *princeps,* foi escrito em outubro de 1861, mas a obra só foi publicada em 1864.

9 Abrolhos: arquipélago localizado no Oceano Atlântico, a cerca de 65 quilômetros do litoral sul do estado da Bahia.

10 A primeira esposa de Fagundes Varela, Alice Guilhermina Luande, era filha do artista circense Alexandre Luande, proprietário do Circo Equestre e Ginástica Companhia Luande. Alice se casou com o poeta em Sorocaba, São Paulo, em 1862.

11 «À Lucília», est. 1, v. 1-4 e est. 2, v. 1 (*Vozes da América,* 1864: 91).

12 «O proscrito», est. 1, v. 1-13 e est. 2, v. 24-29 (*Vozes da América,* 1864: 38-39).

13 Na nota do *NALLB,* colocada no início deste artigo, consta que, de *Folhas de cipreste,* «só se publicaram uns fragmentos truncados com o título 'A pena' nos *Cantos do ermo e da cidade».*

14 «A pena – fragmento de um poema íntimo», est. 8, v. 61-74 e est. 9, v. 75-77 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 179 e 180).

15 Na edição de 1880, depois do verso «Está quebrada», insere-se o seguinte verso: «Essa trindade adorada».

16 «A pena – fragmento de um poema íntimo», est. 9, v. 86-91 e est. 10, v. 92-107 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 180-181).

17 José de Espronceda (1808-1842), poeta romântico espanhol.

18 Teresa Mancha Arroyal (1810-1839), jovem espanhola, amante do poeta José de Espronceda.

19 «Canto a Teresa», canto II (*El diablo mundo,* 1852: 23).

20 «Canto a Teresa», canto II (*El diablo mundo,* 1852: 23).
21 «Cântico do calvário», est. 1, v. 1-12; est. 4, v. 37-46; est. 6 e 7, v. 78-98 (*Cantos e fantasias,* 1865: 79- 84).
22 «O canto dos sabiás», est. 4, v. 9 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 44).
23 «O canto dos sabiás», est. 5, v. 1-3. (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 44).
24 «O canto dos sabiás», est. 7-12, v. 23-46 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 45-46).
25 Na biografia de Fagundes Varela, no *site* da Academia Brasileira de Letras, há o seguinte registro: «Abandonou de vez o curso (de Direito) e recolheu-se à casa paterna, na fazenda onde nascera, onde permanece até 1870, poetando e vagando pelos campos. Deixou-se sempre ficar na vida indefinível de boêmio, sem rumo, sem destino determinado.» Não há, portanto, registro de que vivera ou mantivera contatos com indígenas, mas apenas que vagara pelos campos. Disponível em: www.academia/academicos/fagundes-varela/biografia.
26 «Tristeza», est. 3-6, v. 13-36 (*Noturnas,* 1892: 212-213).
27 A matéria sobre a morte do poeta Fagundes Varela foi publicada em *O Globo* (RJ, 1874-1875), sob o título «Passamento», a 30 de janeiro de 1875, página 2. Nela vem transcrito o último poema da autoria de Fagundes Varela, intitulado «À Exma. Sra. D. Leocádia Araújo».
28 «A diversão», est. 1, v. 1-5; est. 3-4, v. 11-20; est. 14, v. 66-70 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 63-64 e 67).
29 «A roça», est. 2-4, v. 5-16 (*Cantos meridionais,* 1869: 63-64).
30 «A roça», est. 1, v. 1-2 (*Cantos meridionais,* 1869: 63).
31 «A roça», est. 9-10, v. 33-40 (*Cantos meridionais,* 1869: 1-8).
32 «Voz do poeta», est. 2, v. 9-17 (*Cantos religiosos,* 1892: 246).
33 «Canto», est. 6, v. 40-48 (*Avulsas*, 1892: 275).
34 «Protestos», est. 9-11, v. 28-36 (*Cantos e fantasias,* 1865: 113).
35 «Juvenília», canto VIII, est. 4, v. 1-5 e est. 2, v. 28-33 (*Cantos e fantasias,* 1865: 53-52).
36 «O escravo. Ao Sr. Tomás de Aquino Borges», est. 5-6, v. 33-48 (*Cantos meridionais*, 1869: 9).
37 «A criança», est. 8, v. 49-56 (*Cantos meridionais*, 1869:69).
38 «A morte», est. 17-18, v. 72-79 (*Cantos meridionais*, 1869: 33).
39 «As selvas», est. 6, v. 21-24 (*Vozes da América*, 1864: 89).
40 «Resignação», est. 6-7, v. 21-28 (*Cantos e fantasias*, 1865: 108-109).
41 Latim: «Deus está conosco».
42 «A Bahia», est. 1-2, v. 1-16, (*Cantos meridionais*, 1869: 39-40.
43 «Plectro», est. 1-4, v. 1-16 (*Cantos meridionais*, 1869: 81-82).
44 Fídias (?- 430 a.C.), célebre escultor da Grécia antiga.

45 «Estâncias», est. 3-6, v. 8-23 (*Cantos do ermo e da cidade*, 1880: 82-83).
46 «Versos soltos. Ao General Juarez», v. 13-18; 25-30 e 35-36 (*Cantos e fantasias*, 1865: 176-177).
47 O verso completo é: «Mas não tu! – Oh! – quantas vezes».
48 «A morte», est. 12-15, v. 45-67 (*Cantos meridionais*, 1869: 31-32).
49 Alusão ao poema narrativo de Bulhão Pato sobre os amores atribulados da andaluza Paquita.
50 Raimundo António de Bulhão Pato (1828-1912), poeta, ensaísta e memorialista português.
51 «Mimosa. Poema da Roça», canto I, «Narração», est. 25-27, v. 97-104 (*Cantos meridionais*, 1880: 131).
52 «A cidade», est. 6-7, v. 21-28 (*Cantos meridionais*, 1869: 14).
53 «A cidade», est. 17, v. 68-71 (*Cantos meridionais*, 1869: 16).
54 «A uma mulher», est. 13-14, v. 49-56 (*Cantos meridionais,* 1869: 98).
55 «Childe-Harold (sobre uma página de Byron)», est. 6, v. 21-24 (*Vozes da América*, 1864: 96).
56 «Mimosa. Poema da roça», canto I: «Narração», est. 3-6, v. 12-27 (*Cantos meridionais,* 1869: 127).
57 O título correto é «Mimosa. Poema da roça em 3 cantos» (cf. Índice. *Cantos meridionais,* 1869: 125).
58 P. C. de Castro: não identificado.
59 «Mimosa. Poema da roça», canto I: «Introdução», quadras 1, 3 e 5 (*Cantos meridionais*, 1869: 125-126).
60 Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), jornalista e poeta, foi fundador, proprietário e redator da *Gazeta de Campinas* (Campinas, 1869).
61 António Feliciano de Castilho (1800-1875), escritor romântico português.
62 São elas: «Deprecação – Epístola a sua Majestade a Senhora Imperatriz do Brasil Dona Teresa» (p. 33-42) e «Agradecimento – Epístola 2.ª a sua Majestade. Senhora Imperatriz do Brasil Dona Teresa» (p. 43-51). Além dessas, constam também as seguintes epístolas: «A sua Majestade Fidelíssima o Senhor D. Luís» (p. V-XXXI); «Carta a Sua Majestade o Senhor Dom Pedro II Imperador do Brasil enviando-lhe a precedente Epístola» (p. 53-55); «Carta a portugueses residentes em Porto Alegre no Império do Brasil agradecendo-lhes a rica pena de oiro por eles oferecida ao autor depois de impetrado o indulto imperial que na Epístola à página 33 se havia solicitado» (p. 57-60).
63 «Aspirações», v. 5-8 (*Cantos e fantasias*, 1865: 135).
64 José Zorrilla y Moral (1817-1893), poeta e dramaturgo romântico espanhol, publicou em 1845 *Un testigo de bronce*. *Leyenda tradicional*, dividida em duas partes e seis capítulos.

65 *Un testigo de bronce,* primeira parte (ZORILLA, 1845: 129).
66 «A sombra», est. 11, v. 54-57 (*Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 60).
67 «Quadrinhas», est. 5-6, v. 17-24 (*Cantos do ermo e da cidade*, 1880:86).
68 «Childe-Harold (sobre uma página de Byron)», est. 3-4, v. 9-16 (*Vozes da América*, 1864: 96).
69 «Childe-Harold (sobre uma página de Byron)», est. 2, v. 5-8 (*Vozes da América*, 1864: 95).
70 «A lenda do Amazonas»*,* v. 32-33 (*Cantos do ermo e da cidade*,1880: 71).
71 «A lenda do Amazonas», v. 104-106 (*Cantos do ermo e da cidade*,1880: 74).
72 «Esperança – lenda selvagem», est. 3, v. 13 e 15-16 (*Cantos meridionais*, 1869: 102).
73 «Queixas do poeta», v. 25-28 (*Cantos e fantasias,* 1865: 104).
74 Foi consultada a *Obra completa* de Victor Hugo, da Editora Américas (1956).
75 O título correto do poema é «A flor do maracujá».
76 Versos não localizados.
77 Por gralha no *NALLB* está «Mauro e escravo».
78 «Mauro o escravo (fragmentos de um poema)», est. I, v. 1-6 (*Vozes da América,* 1864: 1).
79 Essa estrofe abre o poema «I-Juca-Pirama» (*Últimos can*tos, 1851), de Gonçalves Dias.
80 O autor se equivoca, pois está se referindo, de fato, às onze sílabas métricas dos versos dos dois poetas.
81 Essa estrofe não consta na primeira edição de *Vozes da América* (1864). Ela aparece na edição de 1892, na segunda parte do poema «Tristeza».
82 Frei Bastos ou Frei Francisco Xavier de Santa Rita Bastos Baraúna (1785-1846), religioso, poeta e professor brasileiro.
83 «Frei Bastos», est. 1, versos 1-4 (FREIRE, 1855:108-110).
84 No *NALLB*, por lapso: «dissesse».
85 «Recitativo», est. 1-2, v. 1-8; est. 6, v. 21-22 (*Vozes da América*,1864: 93-94).
86 «Amor e medo», parte II, est. 2-4, v. 35-36, 40-41 e 45-46 (ABREU, 1940: 221-222).
87 Félicité de La Mennais (1782-1854), padre, filósofo, político e escritor francês.
88 O título completo da zarzuela é *Nadie se muere hasta que Dios quiere* (1860).
89 «Visões da noite», est. 4, v. 12-14 (*Cantos do ermo e da cidade*, 1880: 42).
90 Salvador Bermúdez de Castro y Diez (1817-1883), poeta, historiador, político e diplomata espanhol.

91 «Los deleites», canto II, est. 4, v. 12-14. (SALVADOR BERMUDEZ, 1840: 204).
92 Na *editio princeps*, o livro intitula-se *O estandarte auriverde. Cantos sobre a questão anglo-brasileira* (1863).
93 Entre 1862 e 1865, ocorreu uma crise diplomática provocada por uma série de acontecimentos conflituosos na área das relações internacionais, entre o governo do Império do Brasil e do Império Britânico, que ficou conhecida como a Questão Christie, em função da participação do diplomata inglês William Dougal Christie (1816-1874) nessas questões.
94 «Ao Brasil», est. 5, v. 25-30 (*O estandarte auriverde,* 1863: 8).
95 «Ao povo», est. 5-6, v. 17-24 (*O estandarte auriverde,* 1863: 10).
96 «A D. Pedro II», est. 5-6, v. 17-24 (*O estandarte auriverde,* 1863:15).
97 Xavier de Maistre (1763-1852), escritor francês, famoso por seu livro *Viagem ao redor do meu quarto* (1794).
98 Tomás Antônio Ribeiro Ferreira (1831-1901), político, poeta e escritor português. Publicou o livro de poesias *A delfina do mal* (1868).
99 Topônimo não identificado.
100 Na primeira edição de *Anchieta ou o Evangelho nas selvas* (1875), o autor data o Canto I de 2 de dezembro de 1871.
101 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas,* canto I, est. 1, v. 34-41.
102 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas,* canto I, est. 1, v. 49-60.
103 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas,* canto II, est. XI, v. 20-37.
104 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas,* canto III, est. XXXI, v. 29-42.
105 Herodias, também chamada Herodíade (15 a.C.-39 d.C.), neta de Herodes e mãe de Salomé. Salomé foi quem pediu a cabeça de João Batista e a entregou a sua mãe.
106 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto IV, est. IX, versos 16-37.
107 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto IV, est. XIV, v. 21-25 e est. XV, v. 1-4.
108 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto VI, est. XII, v. 25-33.
109 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto VI, est. XII, v. 41-48.
110 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto VI, est. XII, v. 57-71.
111 Monte das Oliveiras: monte situado em Jerusalém, onde Jesus foi preso após a última ceia.
112 Cédron: vale próximo de Jerusalém, também chamado vale da torrente do Cédron, devido ao contínuo fluxo de águas, no inverno.
113 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto VIII, est. X, v. 26-37.
114 Barrabás: personagem citado no Novo Testamento, no episódio do julgamento de Jesus por Pôncio Pilatos.

115 Ascalom: cidade do distrito de Israel, ao norte da faixa de Gaza.
116 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto IX, est. XI, v. 1-2 e 5-20.
117 Geena: vale em torno da cidade antiga de Jerusalém.
118 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto X, est. XIII, v. 67-85.
119 Na edição de 1875 de *Anchieta ou o Evangelho nas selvas,* depois de «Não, meus amigos!», insere-se o seguinte verso*: «Exclama vivamente o moribundo».*
120 *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*, canto X, est. VI, v. 10-12 e 19-31.
121 «A morte», est. 14, v. 59-62 (*Cantos meridionais,* 1869: 32).
122 Artur Barreiros (1856-1885): contista e jornalista, colaborou em vários jornais do Rio de Janeiro.
123 Versos não localizados.
124 «À Bahia». *Cantos meridionais*, 1869: 39-42.
125 «Plectro». *Cantos meridionais*, 1869: 81-83.
126 «Mimosa. Poema da roça». *Cantos meridionais,* 1869: 123-162.
127 «A roça». *Cantos meridionais*, 1869: 63-66.
128 «A cidade». *Cantos meridionais*, 1869: 13-17.
129 «Estâncias». *Cantos do ermo e da cidade,* 1880: 81-84.
130 «Versos soltos. Ao General Juarez». *Cantos e fantasias*, 1865: 175-179.
131 Francisco Quirino dos Santos (1841-1886), jornalista e poeta, foi fundador, proprietário e redator da *Gazeta de Campinas* (Campinas, 1869).

Referências bibliográficas

ABREU, Casimiro de (1940) – «Cantos» In: *Obras de Casimiro de Abreu*. Rio de Janeiro: Nacional, p. 221-222.

ALENCAR, José de (1858) – *A alma do Lázaro.* In: *Obra completa,* vol. II. Rio de Janeiro: José Aguilar, p. 1443-1484.

ALENCAR, José de (1858) – *O ermitão da glória* (lenda). In: *Obra completa,* v. II. Rio de Janeiro: José Aguilar, p. 1384-1441.

BERMUDEZ DE CASTRO, Salvador (1840) – *Ensayos poéticos.* Madrid: El Gabinete Literario.

Bíblia sagrada (2023) – São Paulo: NVI.

BYRON, George Gordon (2008) – *Poemas.* Tradução e organização de Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: HEDRA.

CASTILHO, António Feliciano de (1863) – O *outono*: *coleção de poesias*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1887) – «Luís Nicolau Fagundes Varela». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para* o anno *de 1887*. Lisboa: Typographia e Stereotypia Moderna, p. 3-22.

ESPRONCEDA, José de (1852) – *El diablo mundo.* Madrid: Imprenta de Gaspar y Roig.

FREIRE, Junqueira (1855) – *Inspirações do claustro.* Bahia: Tipografia de Camilo de Lelis Masson e Cia.

HUGO, Victor (1956) – *Obra completa,* 8 vols. São Paulo: Américas.

MAISTRE, Xavier de (1944) – *O leproso da cidade de Aosta.* Tradução de Frederico dos Reys Coutinho. Rio de Janeiro: Vecchi.

MOMESSO, Beatriz Piva *et al* (2018) – *Imprensa, livros e política no Oitocentos*. São Paulo: Alameda.

PATO, Bulhão (1894) – *Paquita*. Lisboa: Tipografia da Academia Real de Ciências.

RIBEIRO, Tomás (1882) – *Delfina do mal.* Porto: Chardron.

VARELA, Fagundes (1892) – *Obras completas de L. N. Fagundes Varela.* Edição org. e rev., precedida de uma notícia biográfica por Visconti Coaraci e de um estudo crítico pelo Dr. Franklin Távora, 3 vols. Rio de Janeiro: Garnier.

VARELA, L. N. Fagundes (1863) – *O estandarte auriverde. Cantos sobre a questão anglo-brasileira.* São Paulo: Tipografia Imparcial.

VARELA, L. N. Fagundes (1864) – *Vozes da América.* Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial.

VARELA, L. N. Fagundes (1865) – *Cantos e fantasias.* São Paulo: Garraux, de Lailhacar e Cia.

VARELA, L. N. Fagundes (1869) – *Cantos meridionais*. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert.

VARELA, L. N. Fagundes (1875) – *Anchieta ou o Evangelho nas selvas*. Rio de Janeiro: Livraria Imperial.

VARELA, L. N. Fagundes (1880) – *Cantos do ermo e da cidade.* Rio de Janeiro: Garnier.

ZORRILLA, D. José (1845) – *El desafio del diablo y Un testigo de bronce*. *Dos leyendas tradicionales*. Madrid: I. Boix.

Maria Eunice Moreira
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Mons.r Pinto de Campos

Monsenhor Joaquim Pinto de Campos

Sem ir mais longe. No *Almanaque* de 1884, o Barão de Santo Ângelo[1], uma alma de artista, o autor do *Colombo*[2]; no de 1885, Gonçalves Crespo[3], o malogrado poeta das *Miniaturas*[4] e dos *Noturnos*[5]; no de 1886, Silva Túlio[6], erudito, escritor vernáculo, alma aberta a todos os sentimentos generosos; no de 1888, Mendes Leal[7], festejado dramaturgo, jornalista, poeta heroico, diplomata ilustre; no de 1889 cabe a vez do Monsenhor Pinto de Campos[8]; homens que eu encontrava dia a dia, que me honravam com a sua amizade, e que caíram em roda de mim, pode dizer-se, para eu no dia seguinte lhes dar o último vale e escrever os seus nomes gloriosos neste livro de lembranças. É triste! É doloroso!

Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, prelado referendário de S. Santidade; cônego honorário da Capela Imperial do Rio de Janeiro, sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa; comendador da Ordem da Rosa; comendador da Real Ordem Militar de N. Senhora da Conceição de Vila Viçosa; cavaleiro da Ordem de S. João de Jerusalém (Malta); sócio correspondente do Instituto Católico e do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil; da Academia de Ciências e Artes dos Ardentes de Viterbo; da Academia Properciana de Assis; da Academia das Ciências e Artes de Cori; do Instituto Histórico da Bahia; do Ateneu de Pernambuco e do Gabinete Português de Leitura da mesma cidade; antigo membro do Conselho Superior de Instrução Pública; antigo bibliotecário da Faculdade de Direito de Pernambuco; antigo professor de eloquência nacional do Liceu da cidade do Recife; ex-deputado geral da Nação Brasileira em sete legislaturas (28 anos) – nasceu em 4 de abril de 1819, em Pajeú das Flores[9], remota aldeia do sertão de Pernambuco.

De sua mãe não sabemos o nome. Seu pai chamava-se Manuel José Campos, era português, natural de Lisboa, e daqui partiu, não sei se ainda solteiro, se já casado, para o Brasil, onde adquiriu fortuna. Algumas vezes me falou dele como um bom filho, e também dele me mostrou o retrato, onde notei grande parecença entre as feições de ambos.

Quem foram os seus primeiros mestres?

A este respeito, e com relação a outras circunstâncias da sua vida cercam-me as trevas*.

Em Pinto de Campos há o homem inquieto, curioso de ver amanhã o que não viu hoje, de ver e observar depois o que não viu no dia antecedente.

Incapaz de assistir num só terreno.

Há o político, há o religioso, há o escritor, há o erudito, e há o amigo de seu amigo. Vejamo-lo em rápidos traços, sob estes diferentes pontos de vista.

Como viajante não era um *touriste*, propriamente dito, que visitasse, por exemplo, a Suíça, para ver as suas montanhas, quase cortadas a pique, e os seus formosíssimos lagos; ou que percorresse as margens do Reno, para admirar as ruínas feudais dos seus castelos, ou ver em Aix-la-Chapelle o túmulo de Carlos Magno; mas indo à Itália, Roma, centro da cristandade, residência do chefe visível da Igreja, era o seu ideal. Indo a França, passava de relance pelas cidades, para no sueste, no Departamento do Var, visitar a sepultura de Santa Maria Madalena, em S. Maximino; na Serra de Saint Baume (Provença) a gruta em que a pecadora arrependida viveu os seus últimos 30 anos em penitência, e nos Altos Pireneus o templo e a gruta da Senhora de Lourdes, e estava satisfeita a sua curiosidade de sacerdote e de cristão.

É por isso que ele visitou os lugares santos, e diz depois no prólogo da sua *Jerusalém*: «Corri muitas terras, mas Jerusalém foi sempre a minha ideia fixa; só pensava em vê-la quando ainda a não tinha visto, só dela me recordava depois que a visitara e todos os outros lugares foram para mim de simples passagem»[10].

---

* Acontece-nos com Monsenhor Pinto de Campos o que nos aconteceu com Castro Alves. Chegarmos à hora em que temos de lançar os lineamentos biográficos do escritor escolhido e anunciado, e acharmo-nos desprovidos das matérias necessárias, apesar de as havermos solicitado com antecedência. Esta falta de esclarecimento torna incompleto este estudo crítico biográfico. O nosso pedido no *Suplemento* de 1888 chegou a tempo a Pernambuco, mas debalde apelamos para os seus conterrâneos e amigos. Nem uma linha!

É por isso, que ele depois de ver Jerusalém, tendo já visto Roma, exclamava: «Sou padre, sou crente, vi Roma, porém vi Jerusalém, e atualmente aos meus olhos não valem os monumentos do Lácio, o pó da cidade de Olivete»[11].

Tal poder tinha na sua imaginação e na sua memória a imagem da Cidade Santa.

Os seus grandes anelitos[12] limitavam-se a três pontos, diz ele, Lisboa, a terra onde nascera o mais honrado, o mais leal, o mais protetor, o mais querido dos pais – são palavras suas; Roma, o centro da cristandade, o lugar onde se assenta o sólio sacrossanto do chefe da Igreja; e Jerusalém, o templo vivo de Deus morto, a cidade estupenda.

Em 1869, findando os trabalhos da sessão legislativa, aproveitou o intervalo que o separava da seguinte, e embarcou para a Europa nos fins de novembro. Entrou na foz do Tejo em 12 de dezembro. Foi então que o conheci; as nossas relações estreitaram-se em dezoito anos de convivência, interrompida apenas pelas suas viagens.

Demorou-se poucos dias em Lisboa, e seguiu para Roma, de onde saiu a 29 de março de 1870 para a grande viagem do Oriente. Deixemo-lo seguir o seu caminho, e depois falaremos do livro maravilhoso em que ele escreveu as suas impressões.

II

Uma das províncias em que se dividiu o grande Império brasileiro, na América do Sul, em que mais imperam as ideias democráticas é Pernambuco. Não falo da revolução de 1817[13], que foi sufocada em sangue; nem da de 1824[14] em que mais sangue correu para que o império liberal não ficasse atrás da monarquia absoluta; nem da guerra dos *Cabanos*[15] em 1834 e 1835, em que fez mais a intervenção benéfica do bispo de Pernambuco[16], do que a força armada; mas sou obrigado a deter-me, posto que poucos elementos tenha para isso, no movimento de 1848[17], em que tomou parte ativa o nosso biografado.

Passara a infância no meio das agitações e tumultos que, em Pernambuco, dominaram no tempo da Regência; e quando rebentou a revolução *praieira*, alistou-se no partido contrário, servindo de capelão num dos seus batalhões.

Tinha então 27 ou 28 anos, estava no vigor da idade.

Nos acontecimentos que se deram em tão agitado período, a sua ação foi dupla, já como jornalista, já como soldado no campo.

Para dar aos leitores uma amostra dos meios que então se empregavam, e da violência dos partidos contra os adversários, aí damos um soneto[18] da lavra de Joaquim Pinto de Campos exarado num jornal da localidade[19]:

Soneto*

Eu vi, não me enganei, vi um juiz
Mil seixos desprendendo a quem passava,
E se alguém retorquia ele pulava
Dando estalos na boca e no nariz.

Nos olhos cor de sangue ou de concriz
Em borbotões o tóxico lançava,
E quanto mais a plebe ele enxotava
Mais ao riso se expunha esse infeliz!

Eu, que o caso vi, quase assombrado,
Mui sério perguntei, não com remoque,
O juiz está doido, está danado?

Daqui certo vizinho dá-me um toque,
E diz-me: – onde tu vês é deputado,
E dos barris da Praia o grão Batoque.

* Encontrei por acaso este soneto, e foi o autor que mo deu. Contava ele que, quando as paixões se acalmaram e veio a paz, a vítima do soneto tanto se não ofendeu, que sempre que encontrava Pinto de Campos pedia-lhe que lho recitasse, e ria-se. Tenho pena de não saber o nome deste filósofo, que ao ver-se caricaturado pela pena satírica do seu contendor político, não retinha no coração nem sombra de ódio. Merecia que o seu nome aqui ficasse estampado.

E note-se que isto era escrito por um eclesiástico, por um homem que defendia o partido governamental, e que sempre apregoou ideias conservadoras, contra outro que era juiz, que era deputado, mas que militava nas fileiras da revolta.

Que não diriam os jornais contrários em represália?

Vejamo-lo no campo.

O rio Una, bastante caudaloso, corta de oeste a leste a comarca de Palmares, na província de Pernambuco, e próximo dele levanta-se o *Cajual*[20], montanha sulfurosa, a que se prendem, na opinião do vulgo, muitas lendas, qual delas mais prodigiosa. A uma milha de distância do Cajual vê-se ainda hoje o velho Engenho Camorim. Aí se deu um feito temerário de Pinto de Campos, que foi comunicado ao *Almanaque*[*], pelo Sr. Manuel Teófilo de Araújo Lima. Consistiu em levar à garupa no cavalo que montava um corneta, atravessar a nado o caudaloso rio Una, ordenar-lhe em certo ponto, e já na margem oposta, que fizesse o toque de avançar, simulando por aquele lado a aproximação de um reforço, e tão feliz foi nesta estratégia, que se alcançou por ela a derrota da força *praieira*, comandada pelo caudilho Caetano Alves[21], e a vitória da do governo[22].

Por esta, que é digna de um soldado intrépido, por outras em que se distinguiu, e pelos serviços que prestou na imprensa, sempre que trocava a espada pela pena, quando a paz se restabeleceu, alcançou as boas graças do governo, mas não as posso individualizar.

Seria a cadeira de eloquência do Ginásio do Recife[23]? Seria o lugar de bibliotecário na Biblioteca de Direito de Pernambuco[24]? Não o afirmo; mas o que é fora de dúvida, e isso sem auxílio do governo nem sempre se alcança, é que por sete legislaturas sucessivas, no espaço de vinte e oito anos, foi eleito pela sua Província para a representar na Câmara dos Deputados do Império.

A questão do elemento servil foi levantada na Câmara dos Deputados na sessão de 21 de maio de 1870[25]. O gabinete que então presidia aos destinos do Brasil tinha no próprio seio opiniões opostas, e dissolveu-se[26]. Seguiu-se-lhe um ministério de transição[27],

---

* *Almanaque* de 1884, página 304.

que durou pouco. Nesta conjuntura, chamou o Imperador o Visconde do Rio Branco[28], apesar de estar no Rio da Prata encarregado de uma negociação diplomática, e encarregou-o de organizar o governo. Este desempenhou-se, organizando o ministério de 7 de março[29] em que ele ficou com a presidência do Conselho e a pasta da Fazenda. Foi este ministério que apresentou a proposta de lei libertando o ventre das escravas[30]. Era o primeiro passo para o abolicionismo, passo arrojado, porque tinha contra si valiosíssimos interesses em todas as Províncias. E tanto os tinha que nenhum dos membros da comissão especial de constituição de poderes, a que a proposta ministerial foi apresentada, e à qual competia dar parecer, e escolher relator para ter andamento, se prestou a isso. Havia mesmo já dez dias que a comissão estava incompleta, e se em quarenta e oito horas se não completasse, escolhendo relator e lavrando-se parecer, o governo tinha de retirar-se.

Foi neste momento supremo que o Deputado Pinto de Campos se prestou a completar a comissão, a lavrar parecer e a relatar o projeto, salvando a situação, e fazendo um serviço revelantíssimo à pátria. Prova-se com parte de uma carta que nesta ocasião lhe foi dirigida pelo Presidente do Conselho Visconde do Rio Branco. Falava assim, o ilustrado estadista:

> Meu caro colega e amigo Monsenhor Pinto de Campos. – Acaba de informar-me o meu colega da agricultura que V. Ex.ª, quando tantos hesitavam, se resolveu a completar a comissão especial de constituição e poderes, que tem de dar seu parecer sobre a proposta do poder executivo a respeito do elemento servil. Parabéns por mais este serviço ao nosso país, serviço tanto mais importante, quanto veio ele decidir da continuação do Ministério, o qual não poderia deixar de retirar-se se dentro de 48 horas, a comissão se não completasse; deixando a todos a responsabilidade de não se fazer hoje pacificamente uma reforma, que mais tarde será imposta, e realizada com grande abalo dos mais vitais interesses do Brasil, cuja principal fonte de riqueza é a agricultura. [31]

Diga-se uma verdade. O primeiro passo para a extinção da escravidão no Brasil deve-se *principalmente*, e sublinho o advérbio,

a três homens. Ao insigne e arrojado estadista Visconde do Rio Branco, que propôs ao Parlamento a proposta libertando o ventre das escravas; ao Deputado Pinto de Campos, que, vendo que a comissão se não completava, nem havia relator, tendo o Ministério de cair em 48 horas se estas necessidades parlamentares se não satisfizessem, se prontificou a completar a comissão e a relatar o projeto; e ao Conselheiro José Feliciano de Castilho, que nas *Questões do dia*[32], criadas *ad hoc*, defendeu com braço hercúleo a ideia liberal e a verdadeira doutrina, contra o obscurantismo apoiado pela cegueira dos interesses, que a combatia.

Havia outro atleta que então fazia parte do governo, e que ao lado do Visconde do Rio Branco representava a coragem, a decisão e a vontade, para o não deixar esmorecer, avigorando-lhe o propósito: era o Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira[33], atual presidente do Conselho; mas não obstante dez dias tinham corrido desde a apresentação da proposta, e durante eles não havia sido possível achar um relator.

A queda da escravidão era fatal, mas se então o primeiro passo se malograsse pela queda do Ministério, para só vingar mais tarde, mais tarde também se conseguiria, e não era seguramente no ano de 1888, que seria aclamada em delírio, e com o aplauso de todo o Império a presente lei, que resgatou uma grande nação, inscrevendo-a entre as mais liberais:

> Art.º 1.º - É declarada extinta desde a data desta lei a escravatura no Brasil.
>
> Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, sexagésimo sétimo ano da independência do Império. [34]
>
> *Princesa Imperial Regente*[35].
> Rodrigo Augusto da Silva[36].

A sessão da Câmara em que Pinto de Campos defendeu como relator o projeto para a gradual abolição da escravidão, foi a de 19 de agosto de 1871. Este discurso passa por ser um dos mais notáveis de tão alto espírito, e alguns jornais franceses deram dele a tradução.

Agora completaremos o que diz respeito a tão momentoso assunto, transcrevendo alguns períodos do seu relatório avaliando a escravidão:

> Consideremos agora o escravo, consideremos esse homem despojado dos direitos do homem, essa alma que funciona como uma máquina! Não é ele obra daquele mesmo Supremo Criador, que assoprou na face de todos nós o espírito imortal? Não deriva da mesma origem que nós? Não é composto de um espírito e de um corpo semelhantes aos nossos? Não tem como nós o direito de viver da terra? O mesmo sangue divino não o resgatou para todo sempre? E, se um mesmo destino nos aguarda na verdadeira pátria, na pátria eternal, com que autoridade lhe imporemos na pátria transitória um destino diferente no nosso?
>
> […]
>
> A liberdade, Senhores, é um direito inauferível do homem, direito natural, inato, imprescritível, e a escravidão faz de toda uma raça de homens vassalos, párias, vítimas, *escravos*! Nenhuma palavra é mais degradante do que esta!... A escravidão procede de um abuso da força. Esta origem má pode explicar fatos; mas o que ela não pode é consagrar direitos, e, menos ainda, dar-lhes um caráter de perpetuidade. Só a verdade deve durar para sempre, e a escravidão é uma mentira atroz! Se desde os nossos primeiros anos, não nos tivéssemos habituado a estes repugnantes espetáculos, seriamos surpresos, escandalizados, se víssemos, em um século de tantas luzes, assemelhar esses denominados *escravos* a bens de propriedade, juridicamente definidos. Porque, pois, a religião, a filosofia, a humanidade, não puseram há mais tempo um termo a isso, que é um equívoco fatal por suas deploráveis consequências? A personalidade humana, obra de Deus, poderá ser aniquilada por um *veto* tirânico do homem?...
>
> Senhores! em política toda a falta é um crime; cedo ou tarde, todo o crime terá a sua expiação, e a hora da expiação do legado crime da escravidão soou para nós![37]

Agora cremos que o distinto orador Sr. Nabuco[38], que tanto trabalhou para a conquista do direito e da verdade, lendo estas palavras terá reformado a opinião que tinha quando escreveu o livro *O Abolicionismo*: «Nenhum padre condenou o regime ominoso das

senzalas; a Igreja Católica nunca elevou no Brasil a voz a favor da emancipação.»[39]

III

Um homem que conheceu muito[40] Pinto de Campos e que foi testemunha da sua vida política e religiosa, diz dele:

> Na tribuna sagrada raros oradores no Brasil se lhe terão igualado; nenhum há que, em relação aos seus principais sermões, se lhe tenha avantajado.
>
> À tribuna parlamentar nunca houve questão *verdadeiramente religiosa* que o não visse subir para defender os justos direitos da Igreja, dentro do razoável temperamento que a política impõe.

É uma verdade. Pinto de Campos não poderia dizer como Mont'Alverne[41] no prólogo do seu *Sermonário*: «Tantos esforços, fadigas tão aturadas, eram precisas para deixar um vestígio da minha passagem nesta terra, onde recebi aplausos, coroas, ovações, de que nenhum orador, nenhum filósofo antes de mim, ousou ainda gloriar-se»[42].

Certo o não poderia dizer, mas ainda assim alguns dos seus sermões colocam-no a par dos que mais tem honrado o púlpito com a sua doutrina e a elegância da exposição. Tais são o *Discurso sagrado*[43] recitado em comemoração da independência do Brasil, na imperial cidade de Niterói, em 1855. Foi o primeiro sermão que ele pregou na Corte – «ainda muito pouco conhecido nos púlpitos do meu país; sem um nome feito nos anais da oratória sagrada; sem os hábitos de falar nos grandes auditórios, que Cícero considerava como condição de bom êxito para o orador» – diz ele. Tem outro ao mesmo assunto pregado em 1857. *Sermão da Virgem da Piedade*[44], pregado em 1861 diante da Imperatriz e do Imperador[45]; a *Oração fúnebre*[46] por ocasião das soleníssimas exéquias de D. Pedro V em Pernambuco em 1862; a *Oração religiosa*[47] por ocasião dos felizes sucessos das armas brasileiras, pregado no Rio de Janeiro em 1869. O assunto é a guerra do Paraguai.

Em geral nos sermões de Pinto de Campos não há a elevação de pensamentos, os rasgos admiráveis, a locução brilhante do franciscano Mont'Alverne, mas a sua linguagem é mais tersa, mais castigada, que a do franciscano brasileiro, que por vezes, no dizer dos seus próprios admiradores, sacrificava à novidade da frase. Aos dotes que faziam de Pinto de Campos um orador seleto reunia ele uma presença que lhe atraía a benevolência e a estima dos ouvintes. Era alto, a sua musculatura era forte, vigorosa, o rosto largo, seco, levantado, as maçãs proeminentes, um pouco calvo, fontes despovoadas, fisionomia aberta, gesto largo, voz forte e acentuada. Era um homem talhado para a tribuna e para o púlpito. Os seus sermões leem-se com prazer, mas creio bem, e falo assim porque nunca o ouvi pregar, que os seus sermões ganhavam mais em ser pronunciados por ele, do que em serem lidos.

Os que o viram em uma e outra tribuna são conformes em dizer que ele era maior no púlpito que na tribuna do Parlamento: ainda assim subia a esta sempre que se lhe afigurava que as imunidades da Igreja eram desatendidas. Na qualidade de membro da Comissão dos Negócios Eclesiásticos da Câmara dos Deputados, apresentou um parecer em separado, combatendo a proposta que o governo imperial, relativa ao casamento civil, apresentou à Assembleia Geral Legislativa em 19 de julho de 1858[48]. Por este trabalho mostrou ele, ou pretendeu mostrar, «que à Igreja compete exclusivamente o direto de dirigir e regular tudo o que diz respeito aos negócios do casamento; e que toda a lei civil que supuser separável do sacramento o contrato natural, ataca o dogma católico».

Este parecer faz hoje parte de um livro que tem por título *Miscelâneas religiosas*[49], e que contém, além dele, obedecendo ao mesmo pensamento, os seguintes escritos como apensos – o «Matrimônio como sacramento»; o «Matrimônio a arbítrio dos indivíduos»; o «Celibato religioso», e «Instruções pontifícias». É um trabalho complexo que lhe valeu a nomeação de prelado doméstico de Sua Santidade, e o diploma do membro da Academia dos Ardentes de Viterbo[50]. O Arcebispo da Bahia[51] qualificou-o de modo que no seu entender o Cônego Pinto de Campos tinha nesse assunto

exaurido a matéria; e Alexandre Herculano escreveu-lhe, dizendo: «Eu sou de opinião contrária quanto à doutrina em geral, mas vejo que ninguém defenderia melhor que V. uma causa, a meu ver, má.»[52]

A oposição ao projeto do casamento civil foi tão vigorosa, e o discurso que pronunciou na Câmara, combatendo-o, foi de tal ordem, sob o ponto de vista por que ele encarava a questão, que a Câmara afinal não o aprovou, e o governo levou um cheque.

Vinte anos depois também não consegue ser aprovado no Senado italiano o projeto do casamento civil apresentado pelo governo. Pinto de Campos estava então em Roma, e escrevendo a um amigo dizia-lhe:

> Não lhe prognostiquei que o projeto do casamento civil naufragaria no Senado italiano? Pois bem, assim sucedeu, e se não teve morte peremptória foi porque o ministério julgou prudente adiá-lo para as calendas gregas. Repito o que já lhe disse: as ideias religiosas, sem embargo dos embargos, ainda existem muito enraizadas na bela Itália! Roma, sobretudo, será sempre a sede do catolicismo no fervor da *Fé*, e na dedicação à Santa Sé.[53]

Tão persistente, tão tenaz era ele nas ideias uma vez manifestadas, máxime quando, por controvertidas, tinha entrado na luta. Mas não foi só no parecer em separado na questão do casamento civil que ele se tornou notável pela veemência do combate, foi ainda noutros escritos.

Foi na Carta que ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos[54] dirigiu, solicitando providências para enraizar o ensino e o culto da religião, da moral e da virtude, e em que defende os institutos religiosos e da caridade. Foi nas *Novas miscelâneas religiosas* que contém os seguintes opúsculos: – 1.º «Bíblias falsificadas»; 2.º «Genealogia histórica dos livros sagrados»; 3.º «Cânon dos livros sagrados»; 4.º «Da leitura dos livros sagrados»; 5.º «Ensino da Igreja»; 6.º «Efraim»; 7.º «Purgatório»; 8.º «Inquisição»; 9.º «Invocação dos Santos» (300 páginas). Este livro foi origem de uma epístola altamente laudatória do Soberano Pontífice, e também mencionado com grande vigor numa pastoral do finado Arcebispo da Bahia.

Foi no opúsculo «Polêmica religiosa» publicado em 1864, dedicado à defesa das irmãs de caridade, dos lazaristas, dos jesuítas, dos capuchinhos, e à necessidade das ordens religiosas no Brasil. Foi na *Refutação* publicada em 1868 do ímpio opúsculo que tem por título – *O Deus dos Judeus e o Deus dos Cristãos*[55], onde se lê uma carta de congratulação e conforto que sete anos antes recebera de Sua Santidade Pio IX. Foi nas *Recordações históricas*, ou *Verdades sabidas*, opúsculo publicado em 1870, escrito em defesa da infabilidade do Papa.

E não citamos tudo, é uma amostra. Mas basta isto para se ver que Pinto de Campos era

> uma natureza militante e corajosa. Não tinha medo de provocar polêmicas, nunca as evitou, nunca se deu por vencido. Também não o pouparam: a sua vida particular, seu caráter eclesiástico, sua probidade literária, tudo foi atacado. Ele respondia no mesmo tom, e nas suas longas discussões com um adversário ilustre, o General Abreu e Lima[56], não é fácil decidir qual dos dois se excedeu mais.

Assim o avalia uma folha brasileira[57] que, ao mesmo tempo, o considera polemista ardente, político apaixonado, orador sacro, e subchefe de partido, referindo-se à sua morte. Foi mais ainda: foi um dos fundadores do Partido Ultramontano no Brasil, mas ainda assim, não com tal exagero, que escrevendo de Lourdes em 1879 em carta que faz parte das suas *Impressões de viagem na Itália e no Sul de França*, tratando de milagres, diz-lhe:

> Há algum tempo, perguntava-me um amigo com certa estranheza, por que razão não cria eu no milagre de Ourique? Não creio, respondi eu, porque o milagre de Ourique, como está redigido, tem o inconveniente de ser um grande absurdo, com a circunstância agravante de ser também uma irreverência atroz para com Jesus Cristo, a quem o inventor do milagre figura o heroico, e piedoso fundador da Monarquia portuguesa repreendendo, por lhe aparecer a ele, e não aos infiéis, como se o Filho de Deus ignorasse onde a sua presença se fazia mais necessária!

> A boa e sincera crítica ensina que se não deve negar um fato possível por ser extraordinário, se não por ser mal provado. Ora o defeito do milagre de Ourique não consiste em ter sido mal provado, mas sim mal inventado.[58]

Vinte e nove anos antes, uma parte do clero português não pensava do mesmo modo com relação ao mesmo assunto, a propósito de uma nota do 1.º tomo da monumental *História de Portugal*, de Alexandre Herculano.

IV

Vejamos o escritor e avaliemo-lo pela *Jerusalém*. A *Jerusalém* não é um livro qualquer, é quase um poema. Ali há tudo – estilo, método, doutrina, descrições de usos e costumes, história, ensinamentos, unção no dizer, verdade no expor, entusiasmo, elevação quando as situações a pediam, belezas sem número, excelências em cada capítulo, e em cada página. É uma obra que nobilita o autor, que honra o país em que ele nasceu e não menos a língua em que é escrita.

Quiséramos ter espaço para provar com excertos tirados ao acaso o que acabamos de dizer, mas apresentaremos alguns para que se faça ideia do escritor.

Caminha para Jerusalém, descreve o enleio, o alvoroço, a comoção que o toma ao aproximar-se da cidade:

> Não cessavam os meus pensamentos de vaguear por muito longe. Eu escutava ainda o retumbar da vozeria dos cruzados, quando ao avistarem as ameias dos muros setentrionais da Cidade Santa, bradaram: «Jerusalém! Jerusalém!»
>
> Confesso que naquele momento senti uma violenta convulsão geral, uma como que descarga elétrica no corpo e no espírito! Lágrimas involuntárias me prorromperam dos olhos!
>
> Olhos pregados nas muralhas de Solima, coração convulso, mente alvoraçada, alma estremecida, pés vacilantes, caminhei… caminhei aquela milha que ainda restava para chegar à cidade de David.[59]

Avista Jerusalém, descortinam os seus olhos a cidade dos seus anelitos, o ponto para onde desde muito convergiam todos os seus pensamentos:

> Ajoelha-te, minha alma!
>
> Eis-te, finalmente, chegada ao termo das tuas ambições! Descortinam teus olhos o melancólico panorama que os olhos do Salvador do mundo abrangeram também! Atingiste o foco luminoso, donde por todo o orbe reverberou a boa nova, e a geração humana viu raiar a sua redenção. Eis-te em presença do sacrário terrestre dum Deus celestial! Circunvagam tuas miradas por montes, vales, encostas, torrentes e ruínas, eternamente célebres por algum dos sucessos com que o Onipotente quis honrar a terra! Cada um desses sucessos, cada um dos atos do Mestre envolve para a humanidade um ensino, um exemplo, um incentivo. Daqui foi que a moral cristã, a grande, a universal, a única, irradiou por todo o globo.[60]

Descreve a desolação, a tristeza, a solidão de Jerusalém, outrora tão risonha e tão bela:

> Fora e dentro da cidade todas as vertentes estão secas; nenhuma linfa cristalina rega e fertiliza as colinas nem os vales.
>
> Acorde com estas tristezas está o mundo vegetal em tão amaldiçoado solo. As árvores são raras, descoradas, raquíticas: algumas oliveiras tristes, algumas figueiras enfezadas, alguns ciprestes tumulares, profusão de abrolhos e cardos.
>
> Os próprios animais oferecem um *quid* diverso do de todas as outras regiões. Os transeuntes encontram passarinhos aos bandos saltitando nas ruas em busca de alimento. Se os espantam com os pés dão um voozinho e vão pousar a pouca distância. Não cantam, soltam apenas um pipilar surdo; os próprios meninos os não maltratam.
>
> […]
>
> Só os corvos grasnam, mas o seu grasnar é lúgubre como o pio agoureiro. O que acabo de desrever vi-o com os meus olhos; mas também ouvi ser corrente entre o povo que o galo ali não canta. Os cães são hediondamente magros, mas tão pacíficos, que se alguém os ameaça não mordem, e se se lhes atira alguma pedra correm latindo atrás dela.

[…]

Que diversa é a Jerusalém de hoje da Jerusalém de David, daquela de quem ele, simbolizando-a numa vinha fertilíssima, dizia: «A sombra desta vinha cobriu os montes, e as suas ramas excederam os cedros!» Que diferente daquela de quem Salomão, comparando-a à sua esposa, dizia: «Formosa és, amiga minha, suave e engraçada como Jerusalém!» Toda esta beleza se esvaeceu, e o viajante, estupefato diante de tão profunda decadência, pergunta como Jeremias: «É esta aquela cidade de tão extremada formosura, delícias de toda a terra?»[61]

Vêde-o no epílogo, depois de visitar os lugares santos, e de meditar sobre eles descrevendo-os:

Eu te visitei cidade maldita e santa; meu coração se alvoraçou em frente de tuas grandezas; meus lábios beijaram ferventes o chão que pisaram os pés do Redentor; minha ambição é voltar mais uma vez a respirar tuas auras.

Se a meus ossos não for dado jazerem no torrão querido que me foi berço, praza a Deus que mãos piedosas os sepultem junto aos muros de Solima.

E agora adeus! Eu te saúdo, Tabernáculo que o Altíssimo santificou, para em ti, e por ti, salvar o gênero humano!

Eu te saúdo, cidade do grão Rei, teatro permanente de milagres, quase desde a origem do mundo ininterruptos!

Eu te saúdo, senhora das nações, rainha das províncias, domínio dos Patriarcas, mãe dos Profetas, instituidora da fé, glória do Cristianismo! Eu te saúdo, terra prometida, que outrora só para os teus habitantes jorravas litros de leite e mel, e que hoje outorgas ao universo os remédios da salvação, a semente da vida!

Eu te saúdo, boa terra, que recebendo em teu fecundo seio a celestial semente por Deus depositada, tão rica messe de mártires produziste, para depois por todo o orbe os centuplicares![62]

Vêde-o ainda no epílogo – Fala-nos de Jesus Cristo:

Tudo o Salvador se fez para com todos: pobre com os pobres, rico com os ricos, plangente com os plangentes, generoso com os generosos, esfaimado com os esfaimados, sedento com os sedentos:

> chora com Maria, come com os apóstolos, bebe com a Samaritana, tem fome no deserto.
> […]
> Tudo temos em Cristo. Se desejas curar-te de ferida, é médico; se ardes em febre, é fonte; se a iniquidade te agrava, é justiça; se precisas de auxílio, é proteção; se temes a morte, é vida; se foges das trevas, é luz; se queres comida, é alimento; se almejas o céu, é caminho.[63]

Poderíamos continuar as citações da *Jerusalém*; poderíamos noutro gênero e sobre assunto diferentíssimo encher páginas com excertos da *Vida do grande capitão Duque de Caxias*[64], da erudita introdução da Índia cristã[65], dos seus sermões, das suas *Miscelâneas religiosas*, ou dos seus escrupulosos estudos sobre o Dante, mas onde nos levaria isso? Entretanto, para que o avaliem em matéria, tão outra das que lhe eram familiares, vêde como ele fala em assuntos militares na *Vida do grande cidadão*:

> Longe estão as atuais guerras do que foram nos vários tempos históricos. Há mais, cada século alternando os meios bélicos, diversidade enorme que não menos se dá, segundo os usos de cada localidade, de modo que um soberbo cabo, em um dado lugar, nada faria em outro, se aí quisesse empregar os mesmos meios de ação. Se Aquiles, Aníbal, Pompeu ou César, após os seus milenários sonos, ressurgissem hoje, com as suas noções, suas estratégias e seus recursos, e comandando exércitos de Xerxes, seriam instantaneamente batidos por qualquer brigada das três armas, comandada por um coronel graduado em brigadeiro. Balistas, catapultas, arietes, víneas, escudos, hastas, pilos, falaricos, setas, fundas; e no mar quadrirremos e decirremos, liburnos, faselos[66] ou cimbas[67], tudo isto seria num fechar de olhos destruído, ou pelos torpedos, ou pela pólvora e bala arremessada de ampla distância pelas espingardas fulminantes, ou pela artilheria de vasto alcance, enquanto os encouraçados zombariam de quantos raios o caduco Marte ou o impotente Júpiter Olímpico ousasse vibrar sobre as atuais invulneráveis guarnições.[68]

Vede como ele mostra que o general não deve expor a vida temerária, nem ser o primeiro a galgar parapeitos:

> O dever do general é diversíssimo do soldado; aquele combina, este obra; aquele manda, este obedece; aquele dispõe, este executa; aquele move milheiros de homens, este move-se a si; a morte deste é sucesso indiferente para o êxito, a daquele pode, em dadas circunstâncias, aniquilar a causa que se defende.
>
> O general em chefe não é um cavaleiro andante a cuja só lança esteja cometido o encargo de *enderezar tuertos*. A pólvora que transformou as batalhas, que iguala Térsites a Aquiles sem deste temer a punhalada, que cessou de ser um duelo arca por arca, e se tornou um terrível xadrez, em que o jogador tem de calcular os movimentos das figuras nas inúmeras casas do tabuleiro, veda formalmente qualquer ato de temeridade que tudo arrisque.[69]

Achais no estilo de Monsenhor Pinto de Campos arcaísmos desusados, neologismos bastardos, impropriedade de termos, afetação de linguagem? Nada disto. A dicção é pura e sempre moldada ao assunto, de modo que numas partes o estilo é colorido, poético, noutras é simples, singelo sem descair em plebeísmos, noutras levantado: sempre escritor correto, numeroso, elegante, mostrando que lhe é familiar a língua portuguesa, e que a escreve como os que a conhecem melhor.

V

Monsenhor Pinto de Campos não era só um escritor aprimorado, era também um erudito, e se este adjetivo vos parece ambicioso pelos variados conhecimentos que supõe, direi que era um homem lido, e não no contestará ninguém. Em setembro de 1878, depois de fazer uma digressão pelo norte do Reino, e de descansar algum tempo na Bairrada, em casa do seu e meu amigo, o Sr. Visconde de Seabra[70]. Escreveu-me, estava eu na província, prevenindo-me de que brevemente estaria comigo nas Cortes[71], para depois lhe mostrar o Castelo de Leiria e a igreja monumental da Batalha, que fica a uns sete quilômetros da minha aldeia. Efetivamente assim foi.

Esteve uns oito ou dez dias nas Cortes, onde tenho uma pequena biblioteca, que possui alguns clássicos, livros de história, poesia, literatura portuguesa, latina e estrangeira, etc. Estava nas

suas sete quintas, como costuma dizer-se. Horácio, Cícero, Virgílio, Tibulo, Ovídio, Propércio, Juvenal, Lucano, Pérsio, tudo lhe era mais ou menos familiar; passava para a poesia portuguesa, desde Ferreira[72] até ao primeiro quartel deste século, e, ou abrisse os *Poemas lusitanos* daquele poeta, a quem tanto deve a língua portuguesa, ou abrisse os volumes do grande épico[73], ou Corte Real[74], ou Sá de Miranda, ou Caminha, ou Diogo Bernardes, ou Mouzinho de Quevedo, ou Garção, ou Quita, ou Dinis, ou José Agostinho, ou Bocage, ou Garrett, ou Castilho, todos conhecia, todos tinha manuseado e muito, de todos sabia e declamava trechos, revelando uma memória pasmosa*. Passava aos clássicos. Barros, Fr. Luís de Sousa, Lucena, Francisco Rodrigues Lobo, Amador Arrais, Fernão Mendes Pinto, Vieira, Bernardes, Fr. Tomé de Jesus, de todos falava, a todos conhecia, de todos me mostrava os lugares mais seletos, as locuções mais felizes.

Compreendi a razão dos seus méritos como escritor.

Não se chega a escrever como Pinto de Campos, sem ter lido e relido os nossos melhores clássicos.

Nos oito anos que se seguiram, quantas vezes não foi ele à Itália, mãe das artes? Quantas buscas nos seus arquivos e bibliotecas para fazer, como fez, um estudo completo que levou a cabo, tanto da primeira parte da *Divina Comédia*[75], como da vida de Dante, e da época em que em ele viveu?

Pois tudo, isto aumentou a soma dos seus conhecimentos, tudo isto deu novo realce à sua instrução, de modo que bem poderia

---

* Cabe numa nota, e neste lugar, o pequeno tiroteio que tivemos no dia 3 de outubro. Principiou-o ele. Satisfeito por se encontrar entre os poetas que mais lhe tinham encantado a mocidade, pegou dum lápis e escreveu em meia folha de papel: «Que de pedras preciosas / Já da memória esquecidas, / Não temos nós recobrado / Nestas buscas repetidas!» P. de Campos. Eu escrevi por baixo: «Saltitante passarinho, / Aqui, ali debicando, / Vai sustento procurando, / Antes d'entrar em seu ninho. // Assim nós de quando em quando / Lendo aqui, ali relendo, / Nosso esp'rito refazendo, / Vamos a ave imitando.» R. Cordeiro. Ele replicou lisonjeando-me e deprimindo-se: «Que diferença de plectro! / Um sonoro, outro rouquenho! / Um doçuras exalando, / Outro, coitado, é ferrenho.» P. de Campos. Eu fechei o improviso acrescentando: «Ai, amigo, se a política / Te não sopeara o estro, / Em cantos a Deus, librando-te / Serias do que eu mais dextro. // Eu não sei que tem a América, / Eu não sei, mas vejo bem, / Que, nova, tem mais poetas, / Do que a velha Europa tem.» R. Cordeiro.

dizer-se que Pinto de Campos era um homem dos que mais têm honrado pelo seu esclarecido talento o berço em que viu a luz – a sua querida Província de Pernambuco.

VI

Pinto de Campos pelos incontestáveis serviços prestados ao Estado nos acontecimentos que perturbaram o sossego de Pernambuco na época de 1848, foi depois da pacificação da Província, eleito deputado, e esta prova de confiança e agradecimento público, renovou-se por mais seis vezes, no espaço de 28 anos. Não foi esta a única prova que os seus patrícios lhe deram do seu agrado, pois que tendo sucessivamente falecido cinco senadores na província, por outras tantas vezes em lista sêxtupla, ou tríplice, foi proposto à Corte o seu nome para senador, e nunca foi o escolhido. Designadamente sabemos que foi proposto na lista de abril de 1869 e os escolhidos forma os Srs. Visconde de Camaragibe[76] e Conselheiro José Bento[77], mas não ele. Foi proposto na lista de janeiro de 1871 e dela foram escolhidos os Srs. Uchôa Cavalcanti[78] e Barros Barreto[79], mas não ele. Foi proposto na lista tríplice de dezembro de 1876, e desta foi escolhido o Sr. Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, atual Presidente do Conselho de Ministros, mas não Pinto de Campos.

O orgulho é condão do caráter pernambucano. O deputado que se viu coberto de aplausos quando tomou nas mãos a causa do elemento servil, sustentando o governo, e defendendo como relator a doutrina da liberdade no Parlamento; o homem que militou sempre no Partido Conservador, e que era ao mesmo tempo o subchefe, e um dos fundadores do Partido Ultramontano no Brasil[80], considerava-se com direito a ser membro do Senado, e talvez o houvesse sido se fora menos avesso a transigências e a transações políticas. Como orgulhoso não soube dissimular, deixou o Brasil, e diz-se que ao separar-se dos seus amigos repetira as fatídicas palavras que Cipião, o *Africano*[81], mandou gravar no seu túmulo, depois de haver trocado as delícias de Roma pelo seu retiro na Campânia – *Ingrata pátria*, o*ssea mea non possidebis*[82].

Veio para Portugal, a terra dos seus pais, que ele considerava a segunda pátria, isto foi em 1877, creio eu, e veio ainda dedicar-se ao trabalho para exaltar as glórias do Brasil, porque em setembro de 1878 deu à luz em Lisboa a *Vida do grande cidadão brasileiro, Luís Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias*, onde em vinte e dois capítulos, uma introdução e um epílogo, trata e documenta em vastíssimas notas, a História do Brasil desde a campanha de 1823 na Bahia, a primeira em que entrou o seu biografado, até à tomada de Assunção, na Guerra do Paraguai, em 5 de janeiro de 1869, e a sua demissão dos cargos de Presidente do Conselho e Ministro da Guerra em 5 de janeiro de 1878.

Mais de um jornal brasileiro disse que ele escreveu a biografia do *Duque de Caxias* para ofender o Imperador, e incompatibilizar-se com ele, como se incompatibilizou com o seu Partido e com a sua terra, retirando-se para Portugal. Que foi para mostrar ao Imperador o seu desagrado porque nunca citou o seu nome num volume de 460 páginas in-8.º gr., tratando-se de uma guerra que engrandeceu o Brasil, sendo ele o imperante, cremos nós, e ele não o negava.

Há ainda mais. Em 1879, escrevendo de Itália a um amigo[83], diz-lhe:

> Quando em uma das minhas últimas cartas emiti a minha humilde opinião acerca dos negócios políticos de Itália, não poderia parecer que eu falava a linguagem da prevenção e da parcialidade. Asseguro-lhe que não. A política é hoje para mim uma palavra morta nos meus lábios. Só pensar nela produz-me calafrios de horror! Se violentando todos os mais nobres afetos do coração deixei pátria, parentes e amigos, por não querer mais ser político no meu país, como poderia vir fazer política em terra estranha?

Este horror à política, tendo ele sido um político tão exaltado, foi para ainda mostrar o seu ressentimento por lhe não darem uma cadeira no Senado; mas o seu desagrado à pátria não o mostrou ele, porque dedicou o seu livro à sua querida província de Pernambuco, província briosa, e eu por nenhum título cede a palma a outro algum torrão sobre a terra, pelas mais solenes provas de consideração que dela recebera.

Em Portugal, Pinto de Campos, no remanso da vida, dividiu o seu tempo na cultura da Letras, nas viagens à Itália, e na convivência com alguns amigos que adquirira pela lhaneza e afabilidade do seu trato. Em 1878, como já disse, publicou a *Vida do grande capitão*, com os subsídios que trouxe do Rio de Janeiro; em 1880, publicou as *Impressões de viagem* na Itália e no sul da França; em 1882, publicou em Paris a Índia Cristã, ou Cartas bíblicas contra os livros de Jacolliot, por Fr. Pedro Gual, traduzidas do espanhol, com uma soberba introdução de 64 páginas, do tradutor. Nesse mesmo ano começou com um estudo aturadíssimo sobre a *Divina Comédia*, de que veio a publicar a primeira parte, *O Inferno*.

Foi este trabalho um dos mais extensos e dos mais valiosos que se têm escrito sobre o Dante, que lhe abreviou os dias da vida. Pode dizer-se que nem comia, nem dormia, todo entregue ao estudo que empreendera. Tenho presente uma carta que me escreveu em 5 de abril de 1883, onde me dizia: «Creia que tenho ardido em desejos de ir vê-lo, mas o inexorável Dante me tem completamente sequestrado.» Este sequestro durou enquanto viveu em Lisboa e continuou-se em Itália, quando em Florença, Verona, Pádua, Bolonha, Ravena e nos lugares onde o grande poeta viveu ou passou, ia consultar Giuliani, Conti, Cezar Guarti, Venturi, Palleto [84], os eruditos entusiastas que dele lhe falavam, folhear os arquivos, revolver bibliotecas, e até ver as pedras em que a tradição lhe dizia que ele se tinha sentado.

Era uma febre, uma loucura.

Finalmente, em 1886, publicou-se num volume de 627 páginas in-4.º o *Inferno de Dante*[*]. Era o inverno. Mesmo apesar do desabrigo da estação, logo que teve um volume encadernado marchou para Roma nos primeiros dias de janeiro de 1887, para o oferecer ao Chefe da Igreja. Pouco tempo depois de chegar a Roma constipou-se num jantar para que o convidaram. A constipação

---

[*] Para que se faça uma pequena ideia do trabalho deste grande volume, diremos que se divide nos seguintes e desenvolvidos estudos: Prólogo – Traços biográficos de Dante – Juízo sobre a *Divina Comédia* – Dante e Beatriz – Título do livro – Obras menores de Dante – Introdução ao Canto I – Comentários ao Canto I, e depois introduções e comentários a cada um dos 34 cantos, em que se divide o primeiro cântico da *Divida Comédia*, intitulado o *Inferno*.

num corpo alquebrado e já avançado na idade converteu-se numa bronquite aguda, e esta a poucos passos degenerou numa pneumonia. Esteve às portas da morte. Esta notícia, por telegrama do nosso Embaixador Extraordinário junto da Santa Sé, chegou a Lisboa e contristou os seus amigos. Entretanto as melhoras triunfaram na luta, e em 11 de abril escrevendo-me do hotel de Roma, onde se achava e princípio de convalescença, dizia-me: «Conto, que antes de caírem todas as folhas do outono, chegarei a Lisboa, e então nos abraçaremos.»

Se ele, quando se achou com algumas forças, viesse diretamente para Lisboa, onde o ar é mas doce, talvez que ainda vivesse, mas veio para Paris e aí cai de novo gravissimamente enfermo.

Nas longas horas de amargura que aí viu passar, em que se lembraria do seu Brasil e do seu Portugal, as suas duas pátrias, teve, quando as melhoras se foram acentuando, uma grande consolação. É que o Sr. D. Pedro II, chegando a Paris, e sabendo que estava ali doente, esqueceu ofensas e foi visitá-lo, demorando-se com ele, felicitando-o pelos seus triunfos literários, lamentando a prolongada ausência da sua terra natal, e assegurando-lhe a sua estima, pelo modo mais delicado. Quem se não comoveria diante dum passo tão generoso?[85]

O ilustre escritor brasileiro foi sensível a esta prova de suma delicadeza, e o Imperador, quando o deixou, saiu maior do que entrara.

VII

Saudoso do seu ninho, e do seu descanso em terra amiga, mal se considerou com força para empreender jornada, saiu de Paris ainda mal convalescido e entrou em Lisboa a 12 de novembro de 1887. Cumpriu a sua promessa, chegou *antes de caírem todas as folhas do outono*, mas como chegou? Parece que tinha passado sobre ele a mais devastadora das tormentas. Entristeceu os seus amigos. Conversando, como que disfarçava o desânimo e a falta de forças, que no íntimo o afligia, mas a doença não estava debelada, e ia-lhe minando a vida. Uma senhora que se distingue tanto pela nobreza

de sua alma, como pelo seu espírito de caridade e de bem-fazer, a Sra. Baronesa de Carvalho Borges[86], tomou a seu cuidado mandar todos os dias o jantar ao doente para ele não comer coisa que o pudesse prejudicar. Nem estas delicadezas que só se encontram no meio das famílias mais carinhosas, lhe faltaram. No dia 3 de dezembro achando-se um pouco melhor, planeou para o dia seguinte um passeio de carruagem para se distrair, e nesse passeio acompanhou-o o Sr. Barão de Carvalho Borges[87], Ministro do Brasil, que o prezava muito. Foi uma despedida à sua querida Lisboa. No dia seguinte, 5, ao anoitecer, pressentido o seu fim, mandou chamar o reverendo Padre Brito, seu amigo, que o confessou e lhe ministrou os últimos sacramentos. Pouco depois, às 7 e meia horas da tarde, no quarto n.º 23 do Hotel de Bragança[88], subia a sua alma às regiões etéreas.

Não me esqueço. Caíram as tuas lágrimas sobre o altar do sacrifício, quando rezavas uma missa, sufragando a alma da minha querida companheira durante 27 anos, que Deus chamou para si, depois do martírio. Pago-te, como posso, e comovido digo-te *Vale!* meu pobre amigo.

Descansa, que bastante lidaste para glória da pátria.

Os filhos do Brasil desvanecem-se, e com justo motivo, da sua terra ter sido o berço de Fr. José de Santa Rita Durão, de José Basílio da Gama, de Tomás Antônio Gonzaga, de Antônio Pereira de Sousa Caldas[89] e doutros. Sobre a memória dalguns tem corrido um século: quando outro passar, quando já a posteridade lhe houver aquilatado o valor, e os estrangeiros visitarem a bibliotecas do Império, apontem-lhes para a *Jerusalém*, para a *Vida do grande capitão Duque de Caxias*, para os comentários que acompanham a tradução do *Inferno de Dante*, e digam-lhes – são obras dum dos maiores escritores que tem tido o Brasil.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1889. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1888, p. 3-17 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Joaquim Pinto de Campos de A. X. Rodrigues Cordeiro

Com relevante investimento afetivo e editorial, o pernambucano Joaquim Pinto de Campos (1819-1887) foi o homenageado da edição do *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1889*, publicado um ano após o seu falecimento em 5 de dezembro de 1888. O perfil do autor do texto, o poeta ultrarromântico António Xavier Rodrigues Cordeiro (1819-1896), suas afinidades pessoais e a convivência com o prelado brasileiro em Portugal, condicionam o tom de exagero sentimental do elogio biográfico, para além das características da seção, dos méritos da obra ou da importância daquele como político, religioso, bibliotecário, escritor e legislador.

Cordeiro insere Pinto de Campos numa sequência de amigos que, desde 1884, se sucederam no elogio, desde o romântico Barão de Santo Ângelo, do parnasiano Gonçalves Crespo, dos escritores Silva Túlio e Mendes Leal. Além de personalidades de relevo no mundo luso-brasileiro, com trânsito entre a política e a literatura, o grupo é descrito pelo autor como «homens que eu encontrava dia a dia, que me honravam com a sua amizade: 'É triste! É doloroso!'» (CORDEIRO, 1889: 3).

Formado em Direito na Universidade de Coimbra (1847) e deputado pelo distrito de Leiria em diferentes legislaturas durante a monarquia constitucional portuguesa (BUESCU, 1967: 1729), Xavier Cordeiro esteve à frente do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* por 26 anos (1872-1897), antecedendo e sucedendo familiares (CHAVES; SANTOS, 2021: 208). Durante esse período, contou efetivamente com a colaboração de Pinto de Campos, que conheceu em 1869 durante viagem deste a Lisboa, e que tinha no *NALLB* a sua obra divulgada sob a forma de excertos em sucessivos anos[90].

Em meio a esta colaboração, baseada em trechos de livros já publicados, há o seguinte soneto, no qual se revela a proximidade entre o escritor e o editor:

> Não chores, filha amada, a mãe querida
> a quem Deus largos anos concedera:

que triste, que infeliz, se não morrera
antes de ti, ó filha estremecida!

Quem na hora suprema da partida,
(tão diversa d'aquela em que nascera!)
quem melhor do que tu, quem mais devera
fechar-lhe os olhos no final da vida?

Do acaso não foi lei, nem do destino,
que a tua mãe chamou à Eternidade:
foi lei geral do Criador Divino!

Eia... tua dor mitiga ó Piedade!
curva o cândido colo alabastrino
aos decretos da Suma Divindade.
Lisboa, maio de 1882.
Monsenhor Pinto de Campos[91]

O soneto foi oferecido por Pinto de Campos à esposa de Cordeiro – D. Maria da Piedade de Aboim Cordeiro – «em consolação da irreparável perda de sua ilustre e virtuosa mãe» (*NALLB*, 1883: 285), falecida no início de 1882. Nos versos, encontram-se características do Ultrarromantismo, como o culto à morte, à melancolia, à dor e ao sofrimento, além da idealização da figura feminina e do tom religioso de exaltação da vontade divina.

Este poema não é contudo invocado no elogio de Pinto de Campos por Cordeiro, que se refere a outro episódio, com tintas ainda mais pessoais, para reforçar sua proximidade com o homenageado. O próprio monsenhor está na cena em um dos momentos mais dramáticos: a missa pelo falecimento da mesma Maria da Piedade de Aboim Cordeiro, em 1886, um ano antes da morte do próprio Pinto de Campos. Cordeiro se limita a destacar a sua dívida de gratidão com o prelado que, para além de ser político, religioso, escritor e erudito, é apresentado como muito «amigo de seu amigo» (CORDEIRO, 1889: 4).

> Não me esqueço. Caíram as tuas lágrimas sobre o altar do sacrifício, quando rezavas uma missa, sufragando a alma da minha querida companheira durante 27 anos, que Deus chamou para si,

> depois do martírio. Pago-te, como posso, e comovido digo-te *Vale! meu pobre amigo.* (CORDEIRO, 1889: 17).

O martírio é compreendido quando se sabe que Maria da Piedade teve uma morte trágica, queimada em acidente doméstico na residência de campo da família, na povoação das Cortes, em Leiria. Além do estatuto social da falecida, o caso teve ampla repercussão dado os contornos banais do desastre e da imagética suscitada por um rico vestido em chamas. Uma versão narrada por «um velho amigo nosso, amigo e parente da finada» foi publicada na revista *O Ocidente* por Gervásio Lobato, que não poupou detalhes da fatalidade ocorrida quando uma criada engomava roupas. O cronista revela – mais do que sugere – que Maria da Piedade, «uma das senhoras mais formosas e espirituosas da nossa primeira sociedade», havia ido ao campo por razões de saúde, cujo principal sintoma era a tristeza: «lutava contra a tristeza que procurava dominá-la, e lutava vitoriosa por vezes, subjugando toda essa tristeza sintomática dos períodos agudos da doença» (LOBATO, 1886: 194). O distúrbio seria a dispepsia, uma alteração gastrointestinal, que segundo o Lobato havia se tornado «endêmica» em Lisboa:

> Como todos sabem – porque creio que não há ninguém em Lisboa que lhe não tenha sofrido os sintomas, – a dispepsia tem o condão diabólico de entristecer os espíritos mais alegres, de transformar em esplênicos os homens mais joviais. (LOBATO, 1886: 194).

De outra natureza parece ser a tristeza que Cordeiro invoca no início texto, justificada por uma sequência de perdas de amigos ilustres, e que também é vista por ele em escritos e nos momentos finais de Pinto de Campos. Em *Jerusalém*, o autor «Descreve a desolação, a tristeza, a solidão» (CORDEIRO, 1889: 16), na comparação da «terra de David», ou seja, um passado mítico, com a paisagem desértica que o peregrino encontrou (CAMPOS, 1874).

Sobre o fim da vida de Pinto de Campos, Cordeiro descreveu o religioso «num corpo alquebrado e já avançado na idade» que sucumbiu à doença dada a intensidade do esforço com a tradução, introdução e notas da obra *Inferno de Dante*. Era a primeira tradução da primeira

parte da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, para a língua portuguesa, publicada em 1886 pela Imprensa Nacional, em Lisboa. Finalizado o trabalho que «lhe abreviou os dias da vida», segundo Cordeiro, Pinto de Campos foi a Roma para entregar um exemplar do *Inferno de Dante* ao Papa Leão XIII, e depois a Paris, onde caiu «gravissimamente enfermo» (CORDEIRO, 1889: 16H).

A descrição com forte carga emotiva se reforçou na proximidade que Xavier Cordeiro buscou comprovar ao longo do elogio, rico testemunho do editor sobre as afinidades eletivas que manteve com o homenageado, especialmente após este deixar o Brasil em 1877, numa espécie de autoexílio europeu. Nos últimos anos de vida de Pinto de Campos, quando este publica suas principais obras, a amizade entre os dois é atestada pelo elogio nas referências à correspondência trocada com o monsenhor brasileiro, que incluíram confidências; nos jogos ou «tiroteio» de versos com o poeta; nas cenas de intimidade deferida aos amigos em comum – Visconde de Seabra, Barão e Baronesa Carvalho Borges –, nos encontros e atividades compartilhadas.

É sabido que, na atribuição de qualidades ao morto, o escritor também conta de si e se torna mais relevante quanto mais próximo o for do homenageado, efeito desta estratégia de escrita comum aos necrológicos. O ápice aqui está na memória da visita do monsenhor à «pequena biblioteca» de Xavier Cordeiro na fatídica casa em Cortes, contada com entusiasmo no elogio (CORDEIRO, 1889: 16C-16D). Ao descrever a erudição de Pinto de Campos nos «oito ou dez dias» em que esteve consigo, em deleite entre as obras e os autores que mais importavam a uma espécie de juízo universal, o editor e cada mais afirmado literato deixava o leitor de almanaques espreitar a suntuosidade do seu *templo de livros*.

Ao mesmo tempo, é visível o esforço de Cordeiro no levantamento de dados e nos acréscimos à construção da biografia de Pinto de Campos, mesmo sem informações de sua terra natal. Ou melhor, apesar de seu apelo no próprio *NALLB* não ter sido acolhido, como fez questão de salientar:

> Acontece-nos com Monsenhor Pinto de Campos o que nos aconteceu com Castro Alves. Chegarmos à hora em que temos de lançar os lineamentos biográficos do escritor escolhido e

> anunciado, e acharmo-nos desprovidos das matérias necessárias, apesar de as havermos solicitado com antecedência. Esta falta de esclarecimento torna incompleto este estudo crítico biográfico. O nosso pedido no Suplemento de 1888 chegou a tempo a Pernambuco, mas debalde apelamos para os seus conterrâneos e amigos. Nem uma linha! (CORDEIRO, 1889: 4)

Cordeiro diz ter utilizado as informações sobre as origens do amigo da sua própria memória. Lembrou do nome e até da feição do pai, o português Manuel José Campos, natural de Lisboa, que partiu para o Brasil "não se sabe se ainda solteiro, se já casado". No entanto, apesar de já ter visto o retrato do pai, Cordeiro diz que da mãe não sabe o nome. E se o fim da vida foi relatado aos pormenores, a trajetória no Brasil é centrada em feitos e episódios marcantes: como o jovem capelão que se alistou no lado governista, oposto aos que contestavam o poder colonial na Revolução Praieira; como o polemista aguerrido contra o casamento civil e que se correspondia com Alexandre Herculano, defensor desta causa; como o político conservador que por 28 anos se elegeu em sete legislaturas consecutivas, fundador do partido ultramontano; e, principal marco, relator da comissão responsável pelo parecer ao projeto da Lei do Ventre Livre, que declarava libertos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de 1871. No entanto, não conseguiu uma cadeira no Senado brasileiro.

Mais do que tristeza, era o ressentimento que Cordeiro identificava como motor da saída de Pinto de Campos do Brasil. Como avaliou, Pinto de Campos «considerava-se com direito a ser membro do Senado, e talvez o houvesse sido se fora menos avesso a transigências e a transações políticas» (CORDEIRO, 1889: 16E). Também não o reprovou, mesmo que chamasse atenção, ao fato do amigo não ter citado o Imperador Dom Pedro II em nenhuma das 460 páginas do livro sobre Duque de Caxias e a Guerra do Paraguai.

É ainda Cordeiro quem reproduz o testemunho de Pinto de Campos já na Europa: «A política é hoje para mim uma palavra morta nos meus lábios. Só pensar nela produz-me calafrios de horror!». Mas o rancor era à política ou aos conservadores e governantes brasileiros? Como desfecho da questão, o seu biógrafo narrou a visita

que o próprio imperador lhe teria feito, «esquecendo ofensas», enquanto Pinto de Campos convalescia em Paris: «Quem se não comoveria diante dum passo tão generoso?» (CORDEIRO, 1889: 16). Não sabiam era que estava-se nos momentos finais da Monarquia brasileira que, em 1989, é derrubada por um golpe militar, sem o apoio da Igreja, do Exército e dos proprietários de terras. Não por acaso, grupos nada estranhos ao campo político de Pinto de Campos.

Notas

1 Conhecido como o único Barão de Santo Ângelo, Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) foi um escritor, diplomata, arquiteto e pintor brasileiro, integrante da primeira geração de românticos.

2 Poema épico publicado em episódios a partir de 1850.

3 António Cândido Gonçalves Crespo (1846-1883) foi um jurista e poeta parnasiano, filho de um comerciante português e de mãe brasileira com ascendência negra. Foi casado com a poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921).

4 Publicada em 1871, esta obra inclui-se entre as primeiras e mais influentes manifestações parnasianas no Brasil.

5 CRESPO, 1882.

6 António da Silva Túlio (1818-1884) foi um escritor e historiador, funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

7 José da Silva Mendes Leal Júnior (1818-1886) foi diretor e funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa.

8 Os «Elogios» a escritores brasileiros que antecedem Monsenhor Pinto de Campos estão transcritos e comentados nesta coletânea.

9 Atual município de Flores.

10 CAMPOS, 1874: XII.

11 CAMPOS, 1874: 12.

12 Diminutivo de «anelo», desejo ardente.

13 Conhecida como Insurreição Pernambucana de 1817, este foi um movimento de caráter separatista e republicano durante cerca de 70 dias no período colonial brasileiro.

14 Conhecida também como Confederação do Equador, este movimento revolucionário iniciado em Pernambuco se espalhou para outras províncias do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

15 Também conhecida como Cabanada (1832-1834), foi uma revolta de caráter conservador ocorrida em Pernambuco e Alagoas. Não confundir

com outra revolta, a Cabanagem, revolta de caráter popular e separatista (1835-1840), no Grão-Pará (Pará e Amazonas).

16 Referência a Dom Frei João da Purificação Marques Perdigão (1779-1864), Bispo de Olinda, que atuou na reintegração dos cabanos em Pernambuco e Alagoas.

17 A Revolta Praieira (1848-1850), em Pernambuco, foi de caráter liberal e federalista.

18 De acordo com o militar, político e jornalista, José Inácio de Abreu e Lima |(1794-1869), o soneto foi publicado no *Diário de Pernambuco* e integrava uma polêmica pública que este travou com o autor. Cf. VELHO, 1867. Ver ainda CHACON, 2014: 98.

19 Não foi possível consultar o *Diário de Pernambuco,* jornal referido como de publicação do soneto.

20 Informação não identificada.

21 Caetano Alves foi o principal parceiro de Pedro Ivo (1811-1852), mais conhecido líder da Revolução Praieira.

22 Todas a referências a comarca de Palmares e a participação de Pinto de Campos para o fim da Praieira foram retirados do depoimento do colaborador Manuel Teófilo de Araújo Lima, de Água Preta, município de Pernambuco, que enviou texto à referida edição de 1884.

23 Trata-se do Ginásio Pernambucano, criado pela Lei Provincial n.º 369 de 14/5/1855, a partir do antigo Liceu.

24 De 1854 a 1875, Pinto de Campos foi bibliotecário na Biblioteca da Faculdade de Direito do Recife.

25 Os debates sobre a liberdade dos ingênuos iniciaram-se no Brasil em 1865, quando o Imperador solicitou a José Antônio Pimenta Bueno a elaboração de propostas de lei acerca da abolição dos escravos. No ano seguinte, o Visconde de São Vicente apresentou um projeto de libertação dos filhos das escravas ao Conselho de Estado, que acabou sendo engavetado, sob a alegação de que o país deveria concentrar os seus esforços na Guerra do Paraguai. O projeto da Lei do Ventre Livre foi apresentado em 12 de maio de 1871. Cf. *Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial.*

26 Em 1870, o Gabinete Conservador chefiado pelo Visconde de Itaboraí, título de Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), foi dissolvido após ser recusada a proposta de um grupo de senadores liberais para aditivo ao orçamento com o objetivo de alforria de escravos. (cf. LEIDLER, 2008: 176).

27 O novo gabinete foi entregue aos conservadores, liderado pelo Visconde de São Vicente. Ele incorporou ao ministério os quadros favoráveis à emancipação, entre os quais figuraram Sales Torres Homem e Teixeira Júnior. O Partido

Conservador dividiu-se e o novo gabinete viu--se extremamente frágil para promover a reforma (cf. LEIDLER, 2008: 176).

28 José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), conhecido com Visconde do Rio Branco, foi Deputado provincial pelo Rio de Janeiro, Presidente de Província, Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Marinha, da Guerra e da Fazenda, além de Senador pelo Mato Grosso. Liderou a organização do Governo Provisório do Paraguai, após a conclusão da guerra, em 1869/1870.

29 O Gabinete Rio Branco foi formado pelo Partido Conservador em 7 de março de 1871 e dissolvido em 25 de junho de 1875.

30 Em 28 de setembro de 1871, foi aprovada por liberais e conservadores (61 votos a favor e 35 contra), a lei n.º 2040, sob o Gabinete do Visconde do Rio Branco. Também conhecida como Lei Rio Branco, determinava que seriam considerados livres os filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir da sanção da lei. Os filhos de escravos poderiam ser libertos aos oito anos, com indenização para o dono da escrava, ou aos 21 anos, sem indenização.

31 Carta não localizada.

32 José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha (1810-1879) é um dos autores dos textos desta publicação, coordenada por Lúcio Quinto Cincinato (1871).

33 João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919) foi político abolicionista e monarquista do Partido Conservador. Deputado provincial, Deputado geral e ainda Ministro dos Negócios do Império, Ministro da Agricultura e Presidente do Conselho de Ministros (1888-1889), esteve ainda ligado à Lei Áurea (1888).

34 A lei n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, conhecida como Lei Áurea, possui apenas dois artigos: o primeiro citado no texto; Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

35 Conhecida como Princesa Isabel (1846-1921), segunda filha do Imperador d. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina, foi declarada herdeira oficial do trono brasileiro pela Assembleia Geral do Imperio (1850). Esteve à frente da Monarquia por três períodos, por ocasião das viagens do Imperador ao estrangeiro.

36 Rodrigo Augusto da Silva (1833-1889), foi conselheiro privado do Imperador D. Pedro II. Quando era Ministro da Agricultura, apresentou o projeto para a Lei Áurea. Sua assinatura consta na aprovação da Lei.

37 Estes trechos não constam nas duas principais publicações sobre o relatório, a discussão e o discurso do Monsenhor Pinto de Campos sobre a reforma do elemento servil na sessão de 19 de agosto de 1871 (cf. *Brasil,* 1871; CAMPOS, 1871).

38 Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um político, diplomata, historiador, jurista, orador e jornalista brasileiro.

39 Há mudanças no texto em comparação com o original: «Nenhum padre tentou nunca impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar do seu imenso poderio em um país, ainda em grande parte fanatizado por ela, nunca elevou no Brasil a voz em favor da emancipação» (NABUCO, 1883:18).
40 Não foi possível identificar este nome.
41 Nascido como Francisco José de Carvalho (1784-1858), Francisco do Monte Alverne foi um frade franciscano e teólogo brasileiro. Ficou conhecido como orador e pregador oficial do Império do Brasil.
42 MONTE ALVERNE, 1867: 290.
43 CAMPOS, 1857.
44 CAMPOS, 1861.
45 Trata-se do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Consorte Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias.
46 CAMPOS, 1862.
47 CAMPOS, 1869.
48 O casamento civil foi instituído no Brasil com o Decreto n.º 181, promulgado em 24 de janeiro de 1890 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo provisório.
49 CAMPOS, 1859.
50 Academia portuguesa com a participação de escritores como António Feliciano de Castilho.
51 D. Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860) foi o Arcebispo da Bahia.
52 Referência não localizada.
53 Informação não localizada.
54 Texto publicado em 1861, com o título: *Necessidade da igreja e do Estado: carta que ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos dirigiu o deputado, etc.*
55 VELHO, 1867.
56 José Inácio de Abreu e Lima (1794-1869) foi um militar, político, jornalista e escritor brasileiro. Nascido no Brasil, participou nas guerras de independência da América espanhola, como um dos generais de Simón Bolívar. Com o pseudônimo de Christão Velho, travou uma polêmica com Pinto de Campos.
57 Folha não identificada.
58 Não foi possível consultar esta obra, editada em 1880.
59 CAMPOS, 1874: 104.
60 CAMPOS, 1874: 107.
61 CAMPOS, 1874: 156-157.
62 CAMPOS, 1874: 477.
63 CAMPOS, 1874: 478-479.
64 O título completo é *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e*

Silva, Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias, desde seu nascimento em 1803 até 1878 (cf. CAMPOS, 1878).

65 GUAL, 1882.

66 Palavra oriunda do latim com o sentido figurado de embarcação ligeira, em formato de um feijão (lat. *phaseolus vulgaris*).

67 Cimba: embarcação pequena ou bote.

68 Há uma ligeira diferença no texto original: «Longe estão as atuais guerras do que foram nos vários tempos históricos. Há mais: cada século tem sempre ido sucessivamente alterando os meios bélicos, diversidade enorme que não menos se dá» CAMPOS, 1878: 17.

69 CAMPOS, 1878: 329.

70 António Luís de Seabra e Sousa (1798-1895), o 1º Visconde de Seabra, foi polítco, jurisconsulto, Ministro de Estado e Reitor da Universidade de Coimbra.

71 Cortes é uma aldeia do município de Leiria, onde nasceu António Xavier Rodrigues Cordeiro (1819-1896).

72 O humanista português Antonio Ferreira (1528-1569) é considerado um dos maiores poetas do classicismo renascentista de língua portuguesa. Teve publicado postumamente os seus poemas sob o título *Poemas Lusitanos (1598).*

73 Referência a obra *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

74 Jerónimo Corte-Real (1533- 1588) foi um humanista nos campos da poesia épica e pintura.

75 Referência aos comentários e às notas do biografado, publicadas na edição portuguesa de *A Divina Comédia* (1886).

76 Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1806-1875) foi deputado, senador, professor da Faculdade de Direito de Olinda.

77 José Bento Ferreira de Almeida (1847-1902) foi um militar e político português.

78 Álvaro Barbalho Uchôa Cavalcanti (1818-1889) foi desembargador e político brasileiro.

79 Francisco do Rego Barros Barreto (1828-1918) foi engenheiro e político brasileiro.

80 Corrente de atuação da Igreja Católica, o Ultramontanismo ficou marcado no Brasil pelo combate aos ideais liberais e às ideias modernizantes.

81 Públio Cornélio Cipião Africano (?-183 a.C.) foi um general romano, eleito cônsul duas vezes.

82 Trecho referido por Luís de Camões em *Os Lusíadas,* como últimas palavras de Cipião Africano: «Ingrata pátria, não possuirás os meus ossos», Canto X, oitava 128.

83 Não identificado.
84 Trata-se dos estudiosos da obra de Dante, Giambattista Giuliani, Giuseppe Venturi e Cezar Guarti. Os outros nomes não foram identificados.
85 No ano de 1887, a partir de junho, Dom Pedro II estava em Paris, o que torna o encontro verosímil. No entanto, não foi possível confirmá-lo.
86 Trata-se de Emília de Barros Torreão.
87 Antônio Pedro de Carvalho Borges (1824-1888), o único barão Carvalho Borges, foi militar, matemático e diplomata brasileiro.
88 Em Lisboa, havia dois hotéis com o mesmo nome: o Hotel Bragança da Rua do Alecrim, nº12 e o Hotel Bragança (ou Braganza), situado na Rua Vítor Cordon (antiga rua do Ferragial), nº 45 e citado em *Os Maias de Eça de Queirós. Não foi possível saber onde se hospedou Pinto de Campos em 1887.*
89 Antônio Pereira Sousa Caldas (1762-1814) foi um sacerdote católico, poeta e orador sacro brasileiro.
90 Fragmentos de obras em prosa de Pinto de Campos foram publicados em alguns volumes do *NALLB.* No volume para o ano de 1880, aparecem «A guerra», trecho do livro *Vida do grande cidadão Duque de Caxias* (CAMPOS, 1878), e «A mulher», trecho do Sermão de Nossa Senhora da Piedade, realizado na Igreja da Cruz, no Rio de Janeiro, e publicado em 1861; no para o ano de 1881, consta «Leão XIII e Pio IX», retirado de Impressões de Viagens na Itália e no Sul da França; no destinado a 1882, «Ao avistar Jerusalém», extraído de Jerusalém (CAMPOS, 1874). No volume para 1883, foi publicado «Na Guerra do Paraguai» e no para 1885, «O duque de Caxias», excertos extraídos da já referida biografia do Duque de Caxias.
91 CAMPOS, 1882: 285.

Referências bibliográficas

ALLIGHIERI, Dante (1886) – *Divina Comédia - O inferno.* Versão portuguesa comentada e anotada por Joaquim Pinto de Campos. Lisboa: Imprensa Nacional.

ARANHA, Brito (1884) – «Joaquim Pinto de Campos». In: *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva aplicáveis a Portugal e ao Brazil*, tomo XI, 5º do suplemento. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 132-135.

Brasil. Discussão da reforma do estado servil na Câmara dos Deputados e no Senado, partes I e II (1871). Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. Disponível em:

https://bd.camara.leg.br/bd/items/136dffe9-445c-473c-af49-5696975ea575. Acesso em: 21 fev. 2025.

BUESCU, Maria Leonor (1967) – «Cordeiro (António Xavier Rodrigues)». In: *Verbo. Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura,* v. 5. Lisboa: Editorial Verbo, p. 1729.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1857) – *Discurso sagrado*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert.

CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de (1859) – *Miscelâneas religiosas*. Rio de Janeiro: s. ed.

CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de (1861) – *Necessidade da igreja e do Estado: carta que ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos dirigiu o deputado, etc.* Rio de Janeiro: s. ed.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1859) – *Novas miscelâneas religiosas*. Rio de Janeiro: s. ed.

CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de (1861) – *Sermão da Virgem da Piedade na soleníssima festa de 11 de agosto de 1861 na igreja da Cruz dos Militares pela irmandade das senhoras sob a proteção de Sua Majestade a Imperatriz, achando-se presentes a mesma senhora e Sua Majestade o Imperador*. Rio de Janeiro: s. ed.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1862) – *Oração funebre*. Pernambuco: Tip. Commercial.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1864) – *Polêmica religiosa ou Resposta aos discursos parlamentares do Dr. Pedro Luiz Pereira de Souza sobre a pretensão do reverendo Padre Janrard*. Recife: Tip. do Correio do Recife.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1868) – *Refutação ao ímpio opúsculo que tem por título o Deus dos judeus e o Deus dos Cristãos*. Recife: Tip. Mercantil.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1869) – *Oração religiosa*. Rio de Janeiro: Tip. do Diário do Rio de Janeiro.

CAMPOS, Padre Joaquim Pinto de (1870) – *Recordações históricas ou verdades sabidas*. Rio de Janeiro: s. ed.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1871) – *Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Monsenhor Pinto de Campos relator da Comissão do Projecto sobre a reforma do elemento servil na sessão de 19 de agosto de 1871*. Tip. de Julio Villeneuve & C. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222319

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1874) – *Jerusalém.* Lisboa: Imprensa Nacional.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1878) – *Vida do grande cidadão brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. *Barão, Conde, Marquês, Duque de Caxias, desde seu nascimento em 1803 até 1878.* Lisboa: Imprensa Nacional.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1879) – «A guerra». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip., p. 71.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1879) – «A mulher». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1880*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip., p. 205-206.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1880) – *Impressões de viagem na Itália e no Sul de França*. Lisboa: Lallemant Freres.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1880) – «Leão XIII e Pio IX». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1881*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip., p. 119.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1881) – «Ao avistar Jerusalém». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1882*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip., p. 80-81.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1882) – «Introdução». In Pedro GUAL. *A Índia cristã ou cartas bíblicas contra os livros de Luis Jacolliot «A Biblia na India» e «Os filhos de Deus»*. Tradução de Joaquim Pinto de Campos. Paris: E. Plon, 1882.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1882) – «Na Guerra do Paraguai». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1883*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip. p. 93-94.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1882) – «Soneto». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1883*. Lisboa: Lallemant Frères, Tip., p. 285.

CAMPOS, Joaquim Pinto de (1884) – «O duque de Caxias». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 155-156.

CHACON, V. (1964) – *História das ideias socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CHAVES, Vania Pinheiro; SANTOS, Gilda (2021) – «Apresentação. O almanaque: dos periódicos oitocentistas ao Facebook». *Convergência Lusíada,* vol. 32, n. 46, p. 203-216. Disponível em: https://doi.org/10.37508/rcl.2021.n46a473

CINCINNATO, Lucio Quinto, coord (1871) – *Questões do Dia. Observações políticas e literárias escritas por vários.* Rio de Janeiro: Tipografia e Litografia Imparcial.

CORDEIRO, Antonio Xavier Rodrigues (1888) – «Monsenhor Joaquim Pinto de Campos». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1889.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira p. 3-17.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues. (1883) – «Barão de Santo Ângelo (Manuel de Araújo Porto Alegre)». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1884.* Lisboa: Lallemant Frères, Tip. p. V-XXIV.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1884) – «Antônio Cândido Gonçalves Crespo». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1885.* Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, p. 3-23.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1885) – «António da Silva Túlio». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1886.* Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, p. 3-18.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1887) – «José da Silva Mendes Leal». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1888.* Lisboa: Livraria de Antonio Maria Pereira, p. 3-24.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1888) – «Monsenhor Joaquim Pinto de Campos». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1889*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 3-17.

CRESPO, Gonçalves (1871) – *Miniaturas.* Coimbra: Imprensa da Universidade.

CRESPO, Gonçalves (1882) – *Noturnos.* Lisboa: Imprensa Nacional.

CRUZ, Karla Janaina Costa (2014) – *Cultura impressa e prática leitora protestante no Oitocentos*. Tese de doutorado em Linguística. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba.

FERREIRA, António (1771) – *Poemas Lusitanos.* Lisboa: Regia Oficina Tipográfica.

GABLER, Louise (s. d.) – «Lei do Ventre Livre». In: *Dicionário da Administração Pública Brasileira do Período Imperial (1822-1889).* Coord Dilma Cabral e Fábio Campos Barcelos. Disponível em https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/286-lei-do-ventre-livre?highlight=WyJsZWkiLCJkbyIsInZlbnRyZSIsImxpdnJlll0=

GUAL, Pedro (1882) – *A Índia cristã ou cartas bíblicas contra os livros de Luis Jacolliot «A Biblia na India» e «Os filhos de Deus»*. Tradução de Joaquim Pinto de Campos. Paris: E. Plon.

HERCULANO, Alexandre (1875) – *História de Portugal desde o começo da monarchia até ao fim do reinado de Affonso III.* 8.ª ed. definitiva. Paris; Lisboa: Aillaud & Bertrand [1.ª ed. 1846].

LAIDLER, Christiane (2008) – «A Lei do Ventre Livre: interesses e disputas em torno do projeto de 'abolição gradual'». *Escritos*, n. 5. Rio de Janeiro, p. 45-66. Disponível em: http://escritos.rb.gov.br/numero05/FCRB_Escritos_5_9_Christiane_Laidler.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

LOBATO, Gervásio (1886) – «Crônica ocidental». *O Occidente. Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro*. Lisboa (1 set.), p. 193-194. Disponível em https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt.

MONTE ALVERNE, Francisco do (1867) – *Obras oratórias do Padre Mestre,* v. 1 e 2. Porto: Casa de B. H. de Moraes.

NABUCO, Joaquim (1883) – *O abolicionismo. Londres:* Tipografia de Abraham Kingdon.

VELHO, Christão, pseud. José Inácio de Abreu e Lima (1867) – *O Deos dos judeos e o Deos dos Christãos. Terceira resposta ao Sr. Conego Pinto de Campos.* Pernambuco: Tipografia Comercial.

Débora Dias
CHAM – Centro de Humanidades / FCSH-NOVA

José Bonifacio

José Bonifácio de Andrada e Silva

[I]

Perdeu o Brasil, tão fecundo em inteligências, mais um dos seus grandes homens, e este a que nos referimos, e de quem damos o retrato, conquistou a tríplice coroa de orador eloquentíssimo, de conservador liberal convicto, dos que mais concorreram para a abolição da escravatura no Império, e de poeta de subido quilate.

Em qual destas era mais levantado o seu mérito? Será difícil dizê-lo.

Há famílias em que o talento vem de herança transmitido de avós a netos, e assim era a de José Bonifácio[1].

Seu tio, o seu homônimo, José Bonifácio de Andrada e Silva[2], sócio e secretário perpétuo da Academia Real das Ciências de Lisboa, era um dos homens mais eruditos do seu tempo. O astrônomo Karl Bruhns[3], na sua biografia de Humboldt[4], diz:

> Os companheiros de Humboldt, em seus estudos, eram entre outros, que haviam de ser depois os *mestres de ciência*, Leopoldo von Bush[5], o dinamarquês Esmark, o português Andrada, o espanhol Del-Rio[6], nomes todos registrados na história das ciências físicas e naturais, como grandes e fecundos descobridores.

Latino Coelho[7], referindo-se a este juízo de Bruhns, acrescenta:

> O título de *mestre de ciência* conferido por tão notável autoridade científica ao mineralogista português, gloriosamente associado e posto e em paralelo com sábios de tão universal e eminente reputação como Humbolt e Leopoldo von Bush, é o mais honroso testemunho do conceito em que ainda em nossos tempos é havido na terra das ciências o nome benemérito do nosso compatriota.[8]

José Bonifácio, já formado em Filosofia e Direito pela Universidade [de Coimbra], foi estudante tão distinto, que a

nossa Academia das Ciências, propôs que ele fosse pensionado pelo Governo português para viajar a Europa, a fim de se adiantar nos seus conhecimentos nos ramos de História Natural e de Metalurgia. Foi-lhe isto concedido, e nesta peregrinação consumiu dez anos (1790 a 1800).

Voltando a Portugal em 1800, instruidíssimo nas matérias das Ciências Naturais, determinou o Governo por Carta Régia de 15 de abril de 1801 que ele recebesse gratuitamente o capelo doutoral na Faculdade de Filosofia, sendo-lhe dispensadas as teses e o exame privado. Corre hoje como certo que José Bonifácio, que tinha talento para tudo, colaborara quando estudante, com o seu patrício Francisco de Melo Franco[9], na composição do poema heróico-cômico *Reino da estupidez*, em que a Universidade se julgou altamente ofendida, e que depois se publicou anônimo. Se isto assim fosse, e se a Universidade o soubesse, tê-lo-ia de boamente aceitado no seu grêmio como doutor de capelo privilegiado? Seguramente não.

Recolhido ao Brasil em 1819, colocou-se à frente dos que deram os primeiros passos para a sua Independência, e foi nomeado Ministro do Império. Era também poeta, e poetando sobre o nome arcádico de Américo Elísio[10], diz numa «Ode à poesia»:

> Qual rouca rã nos charcos, não pretendam
> De mim vendidos cantos.
> Se a cítara divina me emprestarem
> As filhas da Memória, altivo e ledo,
> A virtude cantando
> Entre os vates também terei assento.[11]

Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva[12], outro irmão do pai do nosso biografado, formado em Direito pela Universidade de Coimbra, era Ouvidor em Olinda, quando em Pernambuco em 1817 se levantou o grito de liberdade, e fez parte do Conselho da Revolução[13]. Dominado o movimento, uns dos seus fautores pagaram logo com a vida o seu amor à Independência da terra natal, outros esperaram igual sorte na solidão dos cárceres.

Foi na prisão da Bahia que o ex-ouvidor, contando com o martírio, escreveu aquele soneto[14], que muitos sabem de cor, e que principia:

> Sagrada emanação da divindade
> Aqui do cadafalso te saúdo,
> Nem com tormentos, com revezes mudo,
> Fui teu votário[15], e sou, ó Liberdade![16]

Era também poeta, e orador notável, de que deu provas nas Cortes portuguesas de 1821, a que veio como deputado, e depois na Assembleia Constituinte do Brasil, onde teve influência preponderante.

Seu pai, Martim Francisco Ribeiro de Andrada[17], do Conselho do Imperador D. Pedro I, e Ministro da Fazenda, no mesmo Gabinete em que seu irmão José Bonifácio foi Ministro do Império, era um escritor científico, e duma severidade de costumes superior a toda a sedução, diz um dos seus biógrafos. Conservou-se sempre pobre, sem honras, e baixou ao túmulo apenas com o Hábito de Cristo do tempo colonial ao peito, sem ter título algum a mascarar-lhe o nome, porque para a sua glória, «Tinha títulos seus nas ações suas», como ele disse de si mesmo em um dos seus rasgos de eloquência parlamentar.

Ramo tão chegado duma família tão distinta pelo seu talento, que admira que José Bonifácio nascesse enriquecido com os dotes de espírito que o distinguiam, fosse poeta, como os seus, e maior ainda; orador como seu tio Antônio Carlos; honesto e de caráter sem mácula, como todos eles?

Os três irmãos Andradas, pelo radicalismo das suas ideias; pela veemência com que as expunham na tribuna da Assembleia, depois que, saindo do governo, se colocaram na oposição; pela energia e vigor com que as sustentavam em dois jornais que criaram, como chefes de partido, o *Tamoyo*[18] e a *Sentinella*[19], o primeiro para satirizar, ridicularizar e vituperar os atos do Governo, e o segundo para falar às massas populares e incitá-las contra o

Ministério, tal influência exerceram, tanto nos acontecimentos que dia a dia se manifestaram no público, como nas sessões tempestuosas da Assembleia, que o Imperador D. Pedro I, por decreto de 12 de novembro de 1823, viu-se na necessidade de dissolver a primeira Assembleia Geral Constituinte e Legislativa que teve o Brasil, depois de proclamada a sua Independência, e nesse mesmo dia, ao sair da Câmara, foram presos os irmãos Andradas com outros deputados seus partidários.

Doze dias depois, saíram no brigue *Lacônia* deportados para França. Foram vítimas de pena de Talião[20].

Quando no poder, prenderam discricionariamente e deportaram sem processos nem sentença os seus adversários políticos mais intransigentes para fora do Império. Agora os irmãos Andradas, sem culpa formada, sem processos, nem sentença, eram punidos com pena idêntica. Ao menos foi-lhes permitido serem acompanhados pelas suas famílias, e o governo fixou aos casados a pensão anual de 1:200$000 réis, e aos solteiros 600$000 réis.

II

Foi pois em França, e nas proximidades de Bordeaux, que se fixaram os irmãos Andradas. Foi aí, na terra do desterro, que o ex-Ministro do Império, que tinha conquistado um nome europeu como homem de ciência, procurou adoçar as durezas do exílio, cultivando as musas. Aí escreveu e publicou um volume de poesias[21], e numa delas, «O poeta desterrado», escreve, exprobando os seus adversários:

> Os lábios que ora movem moles versos
> Já levantar souberam da vingança
> Grito tremendo, e despertar a pátria
> Do sono amadornado.
>
> […]
>
> Sobre suas ruínas gemem, choram,
> Longe da pátria os filhos foragidos:

Acusa-os de traição porque o amavam,
Servil infame bando.[22]

Aí, vivendo juntos, colheram todos na convivência e no amor de família, as possíveis consolações em terra estranha, longe da pátria, e aí a 9 de novembro de 1827 nasceu o nosso biografado.

Dias antes tinha-se dado o famoso combate naval de Navarino, em que a frota anglo-franco-russa derrotou a turco-egípcia, manchando de sangue e de destroços de mais de quarenta navios incendiados as águas daquele porto da Grécia. Foi o grande acontecimento que marcou a aurora da vida duma criança, que havia de inscrever o seu nome nos anais gloriosos da pátria, honrando o nome já benemérito da sua família[23].

José Bonifácio era filho do conselheiro Martim Francisco Ribeiro de Andrada e de D. Gabriela sua esposa[24]. Tinha apenas dois anos quando seu pai e seus tios regressaram ao Brasil, depois de seis anos de exílio.

Em 1843, tinha 16 anos, cursava a antiga Escola Militar do Rio de Janeiro com grande aproveitamento, mostrando no estudo da Física e da Matemática altíssimos dotes de espírito, mas ou porque a carreira das armas o não atraísse, ou porque a sua débil saúde o impedisse de a seguir, resolveu trocar os livros das ciências exatas pelos de Direito, e em 1845 matriculou-se na Faculdade de São Paulo, onde se formou em 1852.

Ainda estudante, publicou, em 1849, um livro de versos *Rosas e goivos*, que eu não tenho, nem vi, mas no qual, dizem os que o leram, se adivinhavam já os primores daquele singular lirismo que mais tarde o colocou a par, senão superior, dos que mais alto têm levantado a poesia em um país que tem visto brilharem e desaparecerem poetas de verdadeira inspiração.

Depois de formado em São Paulo, quando no Brasil se reorganizaram as faculdades de Direito, foi provido pelo Governo numa cadeira da Escola de Direito do Recife, onde ele viveu sossegado, entregue ao estudo, de modo que para o seu coração era quase igual o amor que dedicava a São Paulo, berço da sua gloriosa

família, e a Pernambuco – *Veneza Americana*, onde lhe correram os dias tranquilos que ele nunca esqueceu. Uma foi a província em que primeiro raiou a aurora da liberdade, que o Governo absoluto afogou em sangue, mas que não conseguiu apagar[25]. A outra foi a província em que D. Pedro I, no dia 7 de setembro de 1822, na margem do pequeno rio Ipiranga, soltou o grito – *Independência ou morte*, devotando-se à autonomia do Novo Império.

José Bonifácio começou a sua carreira parlamentar em 1860 na Assembleia Provincial de São Paulo. Os discursos, que ali pronunciou, abriram-lhe a porta da Assembleia Geral como deputado, onde dentro em pouco aceitou, no Ministério organizado em 24 de maio de 1862, a Pasta da Marinha. A existência deste ministério foi efêmera, e ele caiu com o Governo de que fazia parte. Foi Ministro apenas seis dias[26].

Reeleito em 1864, entrou em 15 de janeiro do mesmo ano para o mesmo Gabinete presidido por Zacarias[27], aceitando a gerência da Pasta do Império, cargo que só ocupou por espaço de sete meses e meio.

Este pouco tempo bastou para avaliar o que eram as cadeiras do poder, que não ambicionou mais, nem mais vestiu a farda de ministro. Baldadamente solicitaram a sua entrada no primeiro Ministério da situação liberal inaugurado em 1878. Debalde, enviando-lhe uma Carta do Conselho de Estado, lhe ofereceram a Presidência de Conselho de Ministros em 1883. A sua resolução era inabalável, mesmo porque tendo sido eleito senador em 1879, julgou-se desde então incompatível com o cargo de Conselheiro de Estado, preferindo a tudo a liberdade da tribuna que ele enobrecia com os fulgores da sua palavra inspirada.

III

Vejamo-lo como poeta[28], e depois o veremos como orador. Estudante em São Paulo, escreveu ele os seus primeiros versos, e ainda então não tinha ensaiado a sua voz nas assembleias políticas. Dissemos que José Bonifácio tinha começado os seus estudos na

Escola Militar do Rio de Janeiro, e que, ou porque a carreira militar não o atraísse, ou por não se considerar com a robustez necessária para bem a desempenhar, a trocara pelo estudo de Direito. Pois não obstante, parece que ele, como poeta, se deleitava a cantar os feitos militares, e era felicíssimo no seu desempenho.

José Joaquim de Andrade Neves, Barão do Triunfo, General de Cavalaria brasileira, foi um dos heróis legendários da Campanha do Paraguai[29]. A sua espada era a lâmina da morte; o seu cavalo, como o de Átila, que não mais crescia a erva onde ele pusesse as patas, parecia de fogo; a sua cavalaria era tão arrojada, tão destemida no combate, que os paraguaios diziam que era *loca de cuenta*[30]. Ferido gravemente no ataque às posições de Lomas Valentinas, a 21 de dezembro de 1868, levaram-no para a cidade de Assunção, onde uma febre violentíssima acompanhada de delírio constante, o matou em poucos dias. As suas últimas palavras foram: – «Camaradas, mais uma carga!» Sonhava com a glória. Os seguintes formosíssimos versos são a coroa de tão gloriosa morte:

O REDIVIVO

Dorme o batalhador!... porque chorá-lo?
Armas em funeral! – silêncio, ó bravos!
Que a dor não o desperte!
Tão só... tão grande... sobre a terra inerte...
– A pátria além, partido o coração,
Saudade imensa e imensa solidão!...

Não o despertem! – ele dorme agora
Embalado nos braços da metralha,
Ao trom da artilheria:
Por lençol – a bandeira: em terra fria
Tem por leito – os troféus; por travesseiro
Tem o canhão no sono derradeiro!

Sorrindo adormeceu – a espada em punho!
A imaginar, sonhando, ouvir no espaço
O clarim da investida!

À cabeceira – a morte agradecida;
– Aos pés – a glória; e ao lado ajoelhada
A pátria, pobre mãe desventurada!

Segura as rédeas do corcel sem dono
Formosura sinistra – olhar infindo!
É a deusa da guerra!
Mede os espaços, os confins da terra...
Quer despertá-lo... treme... o passo é incerto...
Estende a mão e aponta p'ra o deserto!

Quando ele adormeceu, na mente insana
Homéricas visões lhe apareceram!
Olhou fito o seu norte...
Eu sou a eternidade – disse à morte,
Do meu ginete o pé a terra abala,
Quando eu caminho a viração nem fala!

E que eternas visões!? na marcha ousada,
Para saudá-lo os mortos levantavam-se,
Tocavam as cornetas,
As peças disparavam nas carretas,
E ao cabo do caminho, a doce paz
Lhe preparava os arcos triunfais!

Ele via, qual mar tempestuoso,
Ondas revoltas, umas após outras,
Da audaz cavalaria
As cargas, que a vitória presidia;
E, salvando a galope a imensidade,
Dizia à morte: – eu sou a eternidade!

As montanhas se abatem, quando eu passo:
O rio inclina o dorso e me saúda,
Se me apeio em caminho!
O meu cavalo é águia, o céu é ninho;
A fome, a peste, a chuva, em véus de fumo,
São meus soldados, guiam-me no rumo!

E que eternas visões – em vale imenso
A narina incendida, o peito arfando,
O ginete parava!
Eis a voragem!... lá no fundo a lava
Que entornam os vulcões da artilheria,
E um exército de mortos, que se erguia!

Depois nuvem de fogo... uns sons tremendos...
Um estalar de ossos... ais... mil pragas...
Uma orquestra infernal!
Num mar de sangue o sol como fanal!
Os tambores rufando... armas quebradas...
Bandeiras rotas... retintim de espadas!

Um trovejar sem fim... um largo incêndio.
Mas ele à frente, no corcel fitando
O infinito – seu norte,
Dizia à eternidade: eu sou a morte,
Meu cavalo é o destino, o céu mortalha,
Meu braço é raio, o coração muralha!

Ao ver-me, tremulante as palmas dobra
A palmeira; estreitam-se os banhados;
O arroio nem transborda;
No firmamento azul o sol acorda!
Quem é, pergunta a noite à ventania,
Este arcanjo de luz e poesia?

É da floresta o rei, exclama o vento;
É o espectro do sol, afirma a estrela;
Das águas o senhor,
Murmura o rio um cântico de amor;
E a tempestade diz: meu cavaleiro,
Tens por corcel as asas do pampeiro!

.....
E corre e corre... ao cabo da carreira
Imenso boqueirão... fosso sem bordas...
Tranca-lhe o espaço a cruz!

Embaixo a densa treva!... o cimo é luz!
Basta, lhe brada a voz da imensidade,
A morte foi teu guia à eternidade!
……

Armas em continência! – é um morto vivo!
Ei-lo que passa agora, erguido ao alto
No esquife da vitória!
O Brasil o saúda, e tu, História,
Um poema de luz de novo escreves!
Soldados, cortejai ANDRADE NEVES![31]

Outros tão formosos como os de «Redivivo» e que também celebram outro grande feito na Guerra do Paraguai. No Corpo n. 42 dos Voluntários da Pátria, houve um corneta de cor negra chamado *Jesus*[32]. Este preto era tão valente, que no furor do combate havendo perdido os dois braços um após outro, e achando-se varado de balas, expirou no campo de batalha à frente do batalhão, forcejando ainda por tocar a *avançar*.

Celebram este feito as seguintes estrofes:

O CORNETA DA MORTE

Toca, toca, avança, avança!
São horas de combater;
São horas, ninguém descansa,
Ninguém... vencer ou morrer!
Por toda a parte a peleja,
Feia, convulsa, doudeja,
Sinistro o clarão reluz!
Mais se enovela a batalha,
Mais torvelinha, e se espalha,
Toca a corneta, Jesus!

Que terríveis estampidos?!
Estronda a fuzilaria:
Ouvem-se ao longe os bramidos
Que vomita a artilheria;

Jesus, depressa a corneta!
Tu és da morte a vedeta,
E dás o grande sinal!
Em torno dessa bandeira
Tiras a luz da poeira,
Fazes do toque um fanal.

Cresce o fumo, aumenta, aumenta
Tolda-se tudo no ar;
Retine o gládio e a tormenta
Do fogo e fumo a estrondar!
Corneta da minha terra,
Chameja o facho da guerra,
Rebentam jorros de luz...
Altivo berra o canhão...
Zune a bala, é sangue o chão.
Toca a investida, Jesus!

Nascido humilde, – no seio
Arde-te aceso um vulcão,
Filho do povo – no anseio
Que popular coração!?
Como pulsa brônzeo e invicto
Na muralha de granito,
Que a mão de Deus fabricou!
Jesus – acende-se a luta,
Presas a morte disputa,
Jesus, teu braço voou!

Pouco importa – avante, avante!
Crioulo d'alma viril;
Pigmeu, fazes-te gigante,
Tu és filho do Brasil!
Oh toca, toca a investida!
Sobre a hoste embravecida
Jesus, um passo, inda um passo!
Aos gritos, pragas e ais.
Sobe o horror cada vez mais!
E lá se foi outro braço!...

Nasceste, filho do povo,
No berço da natureza!
Da raça de um mundo novo
Tu fundaste a realeza!
Teus pobres braços cortados
Por esse espaço espalhados
Mudos suplicam: – Saudade,
Leva-me às pátrias areias,
Quero quebrar as cadeias.
Pátria, pátria, liberdade!...

Teu sangue é tinta que dura,
Que não se apaga, Jesus!
Fê-lo o Cristo na amargura,
Antes de expirar na cruz!
Aquele suor em gotas
Pelas tuas veias rotas
Talvez goteja também!
Tens um horto – o dos escravos...
Tens um calvário – o dos bravos...
Irás ao céu – inda bem!

[…]

Teu berço d'ouro esmaltado,
Corneta da minha terra,
Teve um grande cortinado,
– Os nevoeiros da serra!
Nas folhas da trepadeira,
Ao canto da cachoeira,
Tremia o berço no ar!
Que tropical formosura! –
– Foi tua mãe a noite escura,
Quando o sol beijava o mar!

Como são brancas, tão brancas,
As flores do algodoeiro!
Que musgos pelas barrancas,
Que estalos no palmiteiro!
Brota o astro, e brota a planta,

Tudo sorri, tudo canta,
– Terra e mar e passarinhos!
O sol tem ondas azuis,
As ondas frocos de luz,
A luz dourados arminhos!

Ao peso das bagas ruge...
Ruge... ruge... o cafezal;
Desce a tarde, o gado muge
Para as bandas do curral...
Pelas *taperas* desertas;
Piam as aves... despertas.
Vagam as sombras... que mágoas!
Chorai, saudades, nas fontes,
Pelas várzeas, pelos montes,
Na mata, nos céus, nas águas!

[…]

Morres grande entre os gigantes,
Limpo, limpo de brasões,
Pequenino como dantes,
Ao retumbar dos canhões!...
Silêncio! ninguém responde,
Não te fizeram visconde,
Não tens título ou medalha;
Mas ainda ao som da corneta,
Dança à noite a baioneta
Pelos campos de batalha!

Tua glória vaga no ar,
É quase um sagrado mito;
O mármor' pode quebrar,
Não dura sempre o granito.
Na solidão esquecido,
Pobre, sem túmulo, perdido,
Sem pedra, sinal ou cruz,
Tu simbolizas o povo,
Tu és quase um Cristo novo,
Tens o seu nome – Jesus!
São Paulo, setembro de 1875.[33]

Que beleza, que vigor, que verdade de descrições, que vida, que matiz, que claro-escuro, que propriedade em tudo. O berço do «Corneta da morte» teve por cortinado os nevoeiros da serra. Nas folhas da trepadeira, ao canto da cachoeira

> Tremia o berço no ar!
> Que tropical formosura
> – Foi tua mãe a noite escura
> Quando o sol beijava o mar![34]

Depois pinta-o a morrer entre gigantes, pequenino como sempre, e sem brasões, ao retumbar da artilheria. Não o fizeram Visconde,

> Não tem título, ou medalha,
> Mas ainda ao som da corneta,
> Dança à noite a baioneta
> Pelos campos de batalha.[35]

Vêde ainda estes, escritos tinha ele vinte e três anos, na Serra do Cubatão, em frente duma cascata imponente, em presença da natureza, agreste, rude, mas grandiosa e bela:

> **Na Serra do Cubatão**
>
> Em leito de pedras, cascata gigante,
> O corpo distendes no teu ressonar;
> A luz te rebenta da escuma brilhante
> Em chuva de per'las subindo p'ra o ar.
>
> Na esteira tremenda te cobrem ligeiros
> Os densos vapores que descem d'além;
> Saúdam-te as aves nos cantos fagueiros,
> Os ventos saúdam-te e as nuvens também!
>
> No cimo do monte, na mata sombria
> Reboa longínquo teu grito de dor!...

Quem sabe se tremes?! – às luzes do dia
Desmaias de gozo num leito de amor!

No vasto concerto do vale e da serra
Campeias potente, coroa-te a luz;
Penando saudades, tu tens sobre a terra
O templo no monte, nos troncos a cruz.

Mistérios que escondes – quem há de exprimi-los?
Rasgar-te as entranhas – quem é que ousará?
Tens alma, ó montanha? – tu só de senti-los
Torrente de prantos soltaste de lá?!...

Do vento nas asas que meigos perfumes
Do bosque trazidos bebeste, ó cascata?!...
Que viço de folhas, que mimos, que lumes
Nos céus e na terra, no ar e na mata!

No dorso encrespado da erguida montanha
Que vagos murmúrios, que mágoas são estas?!
Suspiras? Soluças? – Saudade tamanha!
Aos beijos da aragem que vem das florestas?!

Oh! longe, bem longe – no vasto horizonte
Meus olhos cansados vagueiam nos ares!
Ai céus azulados! Ai troncos do monte!
Ai sombras que dançam – em baixo dos mares!

Tu vives, tu vives! – não creio que morta
Sentida chorasses num leito formoso!
As águas são prantos? – do templo na porta
As pedras são homens em mudo repouso!

Um dia despertos do férreo dormir
À luz das estrelas, ao sol que aviventa,
Gigantes erguidos – dirão ao porvir
As glórias da pátria – na voz da tormenta.
(1850[36])

IV

Aqui lírico arrojado, além lírico suavíssimo.

Em José Bonifácio havia talento para tudo. Era uma alma temperada para a paixão do belo, do grandioso, do sublime, para a brandura, para o entusiasmo, para o amor, para a liberdade; era uma alma que vivia para todos os afetos.

Nos versos a Castro Alves – «À margem da corrente» – começa:

> Eu ouvi-o cantar... o sabiá pousava
> Da laranjeira em flor no verde galho.
> À margem da corrente!
>
> […]
>
> E o sabiá cantava
> Na laranjeira em flor!
> Vagos rumores do cair das folhas,
> Misteriosos sons, brando estalido.
> Dos ramos a quebrar, frescor das relvas
> Suaves pios, bater macio d'asas
> Das aves voejando, ecos longínquos
> Da recatada selva!... a natureza,
> Abrindo os olhos húmidos de pranto,
> Nas pompas do seu leito
> Meiga sorria aos cânticos festivos
> Do despertar do sono!
>
> E a luz subia... e o sabiá cantava
> À margem da corrente!
> Dizia a borboleta – eu dou-te os voos,
> As folhas verdes – aqui tens frescura;
> A flor dos bosques – eis o meu perfume;
> Eu sou teu eco – a sonorosa gruta;
> Os anilados céus – guarda o teu ninho;
> O sol – vem procurar-me!
> E a flor, e a borboleta, e a folha verde
> E a torrente, e o sol, e o céu, e a gruta,

Eram d'ave inspirada a doce[37] orquestra
No concerto do amor[38]!

E o sabiá cantava!...
Na laranjeira o galho estremecia,
Como se o orvalho lhe afagasse as flores,
Ou aquela voz, nas dúbias harmonias
A raiz lhe tocasse!.
Depois eu vi-o, as penas sacudindo,
Ainda umedecidas
De sereno e de luz, – cantando sempre,
Bater, bater as asas ansiosas,
Voar... voar... até perder-se ao longe
Último som e nota!

Da laranjeira as flores desfolhadas
No vivo aroma o derradeiro leito
Cercaram-lhe d'incenso,
E a brancura finíssima cingia[39]
Dos cantos matinais a nívea campa.
Ouvi, ouvi terníssima
A extrema nota repetida ainda,
– Eco saudoso das canções doutrora,
Nas gemebundas auras!
E veio a noite, e na manhã seguinte
Novo sol, nova luz;
Só não voltara o sabiá das matas,
E o galho era uma cruz.

Dorme, dorme, infeliz[40]!... Oh! não despertes
À margem da corrente!
Dorme, ó criança ao ressonar nas brisas;.
Filho da luz, descansa! Atravessaste
Entre o sepulcro e o berço a terra ingrata.
Mais feliz do que nós
Não sentirás nesse areal deserto
Na morte d'alma – a vida!
No vivo coração a própria tumba!
Não hás de ver as lágrimas estanques

Suplício de saudade,
E a cada hora uma ilusão que vai-se,
Para mais não voltar... oh! nunca.. nunca!,

Nem pedirás a inspiração dum sonho
A um punhado de terra.
Dorme, criança, dorme; os que ficaram
À sombra do caminho
Por entre os laranjais sentem chorando
O aroma dos teus cantos!
Foste do sono à morte... oh! dorme, dorme!
Talvez sonhes ainda![41]

Que pompa! Parece que estamos lendo os versos suavíssimos e calorosos de Castro Alves[42], quando ele, suspirando pela imensidade, dizia ao brigue veleiro que cortava a flor dos mares:

Porque foges de mim, barco ligeiro
Porque foges do pávido poeta?
Oh! quem me dera acompanhar-te a esteira
Que semelhas no mar – doido cometa![43]

E no «Adeus de Gonzaga»[44]:

Adeus Marília, adeus! O sonho corre,
Vai-se gastando a vida, vai fugindo,
Estremece-me a voz, ei-la que morre,
Inda o teu doce nome repetindo.
Uma hora lá vem, outra decorre
E eu vejo em prantos o teu rosto lindo!
Adeus, Marília, adeus! a sepultura
Abre-me agora um leito em terra escura.

[…]

Oh! tu não sabes como é negra a sorte
Quando tudo é horror, tudo castigo;
Quando a memória louca busca um norte

E vê deserto mundo, ermo jazigo!
Olha: em roda de mim é tudo morte,
Porque esta vida lá deixei contigo!
Oh! não esqueças, não, quem te adorava,
Ó alma livre de minha alma escrava.

Aquelas sombras do cair da tarde
Inda murmuram plácidos amores;
Inda um desejo treme, e voa e arde
No doce orvalho a gotejar das flores;
Inda nos prados da natura alarde
Sacode a viração meigos frescores!
E nós sepultos! – que tristeza e calma!
Eu em teu coração, tu em minha alma!

[…]

Ai! Marília! Marília! que é da vida
Que em meus braços contigo então sonhava?!
A casa, o ribeirão, a luz sumida
Detrás do monte... além... que desmaiava;
Da ovelha desgarrada a voz perdida
O gado que sozinho ali pastava;
O chão, a relva, a fonte, as lindas flores,
Nosso céu, nossa luz, nossos amores?![45]

Vejamos alguns sonetos do grande poeta.

Atentai neste à liberdade, e dizei-me se em quatorze versos se pode dizer mais e melhor dessa deusa da sociedade moderna:

A LIBERDADE

És e não és; serás: morta sorris-te:
Vives no lábio ingrato que te nega:
Presa – dás luz à humanidade cega;
Solta – teu seio às seduções resiste!

Nunca envelheces, moça – alegre ou triste
Teu ombro o globo colossal carrega;
Teu sangue é chuva preciosa – rega
O pó[46] das gerações que nunca viste!

Mudas de aspecto e forma! – se vencida,
Faz-se a derrota o símbolo da vitória;
De toda vida se compõe tua vida:

A arte, a ciência, a poesia, a história
São teu cortejo triunfal! ungida
Levas do horto a humanidade à glória.[47]

Este, cuja primeira quadra é a exposição de quatro grandes verdades, e que é ao mesmo tempo uma pergunta a um médico, para lhe dizer – qual é mais heroico e mais gasta a vida, – o coração que ri entre mágoas, ou a alma que chora, quando se diz forte, e dissimula as dores:

Ao Dr. Antônio Caetano de Campos[48]

O mundo é um campo, uma seara a vida,
Uma colheita a morte em cada dia! –
Há temporais de gozo e de alegria,
E um fundo abismo – o da ilusão perdida!...

Tu, médico, sem poiso e sem guarida,
Penitente da dor, que a dor crucia,
Que transformas em bálsamo a agonia,
Em hóstia a mágoa, em sacerdócio a lida...

Dize: – neste combate porfiado
– Da morte a derrubar frutos e flores,
– Do esforço teu no amor santificado,

Qual mais se gasta e lança mais fulgores:
– O coração que ri, quando magoado,
– A alma a chorar quando mentiu às dores?![49]

A FÉ

Deus guardou-te a semente solitário
E aos vivos disse: é a árvore de Maria,
Deus te plantou na hora da agonia,
E aos mortos disse: – é o cedro do Calvário,

Deus teus ramos encheu de fruto vário,
E de folhas a copa alta e sombria:
Deus cobriu-te a raiz que estremecia
De suor e sangue, e o tronco de um sudário;

E deu-te bênçãos no sorrir primeiro.
E esponja e cravo e espinhos pendurou
Aos galhos no suspiro derradeiro...

Tu não podes morrer... ele expirou!
Teu tronco é um fragmento do madeiro;
Filha do céu – Jesus ressuscitou!!...[50]

A LÁGRIMA

Não sei, meu Deus, se a lágrima é ventura,
Ou se é tristeza que nos vem do céu;
Não sei se é orvalho ou luz, que cobre o véu
Do mistério da morte – a noite escura!

Nasce a criança e a lágrima fulgura;
Renasce a mãe nos prantos que verteu:
Tudo que é grande em lágrimas ardeu:
O berço geme e chora a sepultura.

Até de Cristo o grande sacrifício
Teve nos prantos imortal sacrário,
Teve nas dores divinal ofício!

Talvez... perdoa, eu fiz, ardente e vário,
Das lágrimas de amor o teu suplício,
Dos braços teus, ó santa, o meu Calvário.[51]

Camões

I
Foste poeta, e grande, e sublimado
N'alma, no coração, no sentimento;
Deste na lira à pátria um monumento
E à monarquia um braço de soldado!

Homem – sagraste o amor culto afamado
Entre a esperança e o triste desalento;
Ai! cidadão, por último tormento
Tiveste a enxerga no hospital... que fado!?

Mas veio a morte, enfim, a eterna vida;
Tens ao lado Virgílio, o Tasso, o Dante,
Talvez a imagem da mulher querida!

Sim, de tantos naufrágios triunfante,
No derradeiro a onda agradecida
Batizou-te, imortal – a obra gigante![52]

II
Entre dois sonhos – lida mal sonhada
De fantasias mil a fantasia
Viveu, como su'alma desvivia
De seus fundos cuidados mal cuidada.

Em lembranças da pátria deslumbrada[53]
A glória, sem a glória dela, erguia;
Escura noite lhe surgira o dia
Na viva luz da formosura amada.

Partido o coração, a alma partida
Naqueles sonhos, vasta imensidade,
Era-lhe a vida – morte, e a morte – vida!

Hoje renasce na imortal saudade,
Tem nos versos a pátria aos céus erguida,
E o seu amor num templo – a eternidade.[54]

Lêde o seguinte que recebi sem título, mas que é a evocação saudosa dos dias da sua juventude. O poeta entra, na hora melancólica do fim da tarde, na casa agora deserta, onde outrora passara o tempo feliz em que ainda tinha pai e mãe. Estes versos, cuja época ignoro, são um reflexo da alma doce e carinhosa de José Bonifácio, que perdeu seu pai em fevereiro de 1844, quando apenas tinha 17 anos:

Soneto

Deserta a casa está, entrei chorando
De quarto em quarto em busca d'ilusões;
Por toda a parte as pálidas visões!
Por toda a parte as lágrimas falando!

Vejo meu pai na sala caminhando
Da luz da tarde aos tépidos clarões,
De minha mãe escuto as orações
Na alcova, onde ajoelhei rezando.

Brincam minhas irmãs – doce lembrança,
Na sala de jantar. Ai, mocidade,
És tão veloz, e o tempo não descansa!

Oh sonhos, sonhos meus de claridade,
Como é tardia a última esperança...
Meu Deus, como é tamanha esta saudade![55]

As asas

Suave e débil, meu verso
Buscara o teu jardinzinho,
Se acaso tivesse as asas,
As asas do passarinho.

Centelha, voara presto
Ao teu risonho aposento,
Se acaso tivesse as asas,
As asas do pensamento.

E lá ficara adejando,
A teu lado, em santo ardor,
Se acaso tivesse as asas,
As asas puras do amor.[56]

Em seguida a estes versos, que são um mimo, todo graça e doçura – lêde o «Meu testamento», que damos inteiro, porque não passam de nove as estrofes, cheias de originalidade:

Meu testamento

Vem cá, traze a tua caixa de costura,
E em vez de agulha, tira o teu rosário,
O caso é grave e sério,
Pode causar-te riso...
Tu vais servir-me agora de notário.

Em nome da santíssima Trindade,
Livre o juízo e são o entendimento,
Sentado em teu banquinho,
Inda a teus pés sonhando,
Eu dito, escreve tu meu testamento.

De todos os meus bens desembargados
Faço-te a minha herdeira universal;
Mas não sem condições,
– Guardarás, se puderes,
Meu coração no fundo do dedal.

Deixo-te um longo beijo bem no meio
Da fina boca: oh sim, guarda-o com medo!
Pode haver curioso
Que por instinto ou hábito
Tente roubar do cofre o meu segredo.

Num cantinho do lábio entre umas dobras
De púrpura subtil e junto à neve
Deixo-te os meus suspiros
A procurar carinhos
De longas horas em momento breve.

Não te deixo um abraço... foram tantos!
Não sei se o diga, corará teu rosto
Talvez nas aperturas
Das nacionais finanças
Ouse o fisco lançar-te algum imposto.

Deixo-te aquele olhar tão feiticeiro,
Meio luz, meio sombra, assim... assim...
Ao pé do jasmineiro,
Aquele olhar tão lânguido,
Aquele olhar do banco do jardim.

O mais é reservado e escrito fica
Em teu quartinho ao lado de teu leito,
Flores, quadros, perfumes
Meus sonhos a voar...
Queres um codicilo[57] mais bem feito?

Guarda esses versos: são meu testamento,
Podem cerrá-lo anéis de teus cabelos;
Mas, se ingrata os[58] perderes,
Virei roubar-te à noite
Minhas cartas de amor entre os novelos.[59]

Depois do «Testamento» as «Aspirações», último soneto que ele fez, em que levanta o pensamento a Deus, e mostra a ideia predominante da morte. Castro Alves desejava para o seu sepulcro, não o fosso dum sombrio cemitério, mas o seio da madre natureza. José Bonifácio ambicionava como ele a solidão e os ermos onde Deus o consolaria:

Aspirações

Quando eu morrer, ninguém venha chorar-me;
Lancem meu corpo à solidão sem termos;
Eu amo aqueles céus, aqueles ermos,
Onde a tristeza, Deus, vem consolar-me!

Lá, sinto ainda est'alma esvoaçar-me
Eterizada, e eu sonho a renascermos;
Eu e ela, ambos sós, ambos enfermos,
Eu morto já, e ela a despertar-me!

Lá, fico aragem, folha, passarinho;
Lá, me transforma em eco a solidão,
E a natureza inteira abre-me o ninho.

Ó Deus de amor, ó Deus da Criação,
Prende minha alma aos musgos do caminho,
Derrete-me no espaço o coração!...[60]

Podeis pelos versos que vos tenho apresentado avaliar o poeta. Raríssimos têm ido a par, nenhum talvez tem ido mais longe. Há principalmente nele uma qualidade que o distingue, é a originalidade. José Bonifácio não imita ninguém, não pertence a nenhuma escola, – abriu estrada sua. Tobias Barreto[61] e Castro Alves são no Brasil denominados chefes da escola chamada *Condoreira*, porque o condor vive nas mais altas cordilheiras dos Andes, e eles são poetas arrojados, altíloquos. Também José Bonifácio o é, também ele sabia elevar-se, mas o seu talento é mais lírico, e contudo este grande poeta não está isento de defeitos. As mediocridades é que às vezes os não têm. Não se despenham, porque nunca sobem.

Lêde estes dois sonetos:

Lendo Camões

Um *quê* de brando e um *não sei quê* de altivo
No rubro lábio crespo de carmim;
Um *quê* de fina mofa... e assim... assim...
Nos olhos seus um *não sei quê* de vivo;

Um *quê* e um *não sei quê* em traço esquivo
Na móbil graça que diz não e sim;
Um *quê* dentre o coral, rindo o marfim,
De um *não sei quê* de voz ou som festivo;

Um *quê* de leve aragem no sorriso,
De leve borboleta um *não sei quê*
No aéreo espaço que subtil diviso.

Traquinando[62], menina, escuta e crê:
De todos estes *quês* do paraíso
Se não há «*para quê*» dize «*porquê*».[63]

Não e sim

Eu quero um *sim* e tu respondes *não*;
Eu digo *não*, e tu repetes *sim*...
Entre o *sim* e o *não*... talvez... enfim...
É *não* o lábio e *sim* o coração!

Úmido o lábio treme de paixão,
E o *não* lá vem de manso... a furto... assim...
Mas teu olhar de languidez sem fim
É um *sim* que morre no desmaio em vão!

Pois seja o *não* e o *sim* à mesma hora,
O *não* que é o voo d'ave alvoraçada,
O *sim* que é o pio d'ave à luz da aurora...

Oh! dize *não*... Mais um abraço e nada...
Oh! dize *sim*... e mais um beijo agora...
E *não* e *sim* depois é madrugada.[64]

Este segundo soneto não deixa de ser engenhoso, mas, dizei-me – não notais nestes dois sonetos um estilo amaneirado, umas subtilezas, uns chistes que desdizem do «Redivivo» e do «Corneta da morte»? Parece que um espírito tão alto se deleitava em descer às vezes para brincar com a poesia. Também parece que os seus versos obedecem a uma certa espontaneidade, e que ele depois não corrigia no remanso. O que é *traguinando*? Será erro de cópia[65]? Será traquinando, de traquinas, desenvolta? Mesmo que seja traquinando – é palavra que não cabe muito em versos sérios.

Há outro soneto, dele «Retrato»[66], cujo primeiro terceto diz:

> Há pouca luz... eu vejo-a... está sentada
> Passou-lhe a sombra dum desgosto agora
> Na ruguinha da fronte jambeada.[67]

Jambeada a ruguinha da fronte? Terá este adjetivo alguma relação com o substantivo *jambo*, fruto do jambeiro, que tem o aroma das rosas? Não é muito provável[68], mas ainda que tenha acho a palavra pouco própria para entrar em poesia.

Também tão primoroso poeta era às vezes descuidado na rima, – descuido que também notamos em Castro Alves. Mesmo no «Redivivo» há – *paz* rimando com *triunfais*, no «Corneta da morte» há *azuis* com *luz*. São pequenas sombras que não ofuscam o fulgor dos seus versos, e que ele resgata com inúmeras belezas. Agora um desejo. De tantos dedicados, de tantos entusiastas, que com justa razão tem o nome de José Bonifácio, não haverá um, ou uma associação, que colija as suas poesias dispersas e as dê à luz num volume para que não venham a perder-se? O que fez o Sr. Dr. João Correia de Moraes com relação aos discursos parlamentares até 1879, faça-o algum ou alguns dos seus admiradores com referência aos versos que ele escreveu depois de publicar o volume *Rosas e goivos*, em 1849, ainda estudante, e faça-o do mesmo modo, publicando os seus discursos de 1879 a 1886[69]. Será um verdadeiro serviço às Letras brasileiras.

V

Vejamos agora o orador.

O orador escuta-se e não se lê, diz Carmesim no seu curioso *Livro dos oradores*[70]. Também assim o creio. Quem hoje ler um discurso de José Estêvão[71] não faz ideia do que era este gigante na tribuna, nem sente o que sentiria, se o ouvisse orar. Além disso, nos poucos discursos que se lhe escreverem não está tudo o que ele disse, pronunciando-os, porque, quando se perdia nas nuvens doiradas da

sua eloquência, a taquigrafia desanimada depunha a pena, porque lhe era impossível acompanhá-lo.

José Bonifácio era um orador caloroso e eloquentíssimo, são a dizê-lo todos que o ouviram, e o testemunho é tão unânime, que não há duvidar dele. Se puderdes, julgai-o pelos excertos que vamos apresentar[72].

Na sessão de 23 de junho de 1865, tratava-se da resposta à Fala do Trono[73]. A propósito da descentralização, dizia ele:

> Como brasileiro, e além disso como paulista, como partidário da descentralização administrativa, sinto ainda necessidade de pedir a S. Ex.ª, talvez não em nome da minha província, mas em nome de todas as províncias do Império, alguma cousa mais de liberdade e de movimento, alguma cousa mais que faça que todos considerem as nossas províncias como irmãs (*apoiados*), irmãs que igualmente se desvelem no amor estremecido que consagram à Monarquia Constitucional Representativa (*Muitos apoiados*).
>
> Eu devo, pois, dizer ao governo, – descentralizai a administração, porque os interesses locais são distintos dos interesses gerais (*apoiados*); e mesmo nos interesses gerais, dentro de certos limites, é preciso não entregar exclusivamente a defesa da causa nacional ao governo geral (*apoiados*). Descentralizai a administração, acabando assim a possibilidade das rivalidades provincianas (*apoiados*). Descentralizai a administração, porque é deste modo que todos os interesses serão atendidos, que a moralidade social será respeitada, e que proporcionareis às províncias a melhor de todas as garantias contra a desordem (*apoiados*). Descentralizai a administração, porque a história de todos os países mostra que é por esta descentralização que se mantém a vida com igualdade entre as partes várias dum grande todo. A paralisia não aproveita a ninguém.
>
> Aos inimigos da descentralização, porque veem nela perigos para as ideias conservadoras, eu peço licença para opor as palavras dum homem notável e cingido por uma dupla coroa – a coroa da Ciência e a coroa dos revezes – Falo de Guizot[74]. Em toda a sua vida sustentou a descentralização, não só administrativa, como política; desenganou-se, e quando, depois da Revolução, o tormento o atirou para longe do poder, confessou o erro cometido[75].

> Passaram vinte e sete anos, e ainda em outubro do ano passado o Sr. Conselheiro Dantas[76] numa sessão do Senado brasileiro, por ocasião da discussão do orçamento, dizia que a política d'autonomia, de federação, ou de governo local – *self-government*, ganhava terreno dia a dia. Em São Paulo, no Pará, na Bahia, em Pernambuco, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, em quase todas as províncias do Império, e por todos os meios legítimos de manifestação do pensamento, na imprensa, nos comícios, nas Assembleias Provinciais, nas representações dirigidas aos poderes públicos a opinião se manifestava persistente, calorosa e unânime em favor da descentralização.
>
> Semeiem boas ideias, que sempre algumas germinarão, e fortificando darão por fim bom fruto.[77]

Na sessão de 7 de junho de 1865, combatendo a escola protecionista, e falando da independência dos indivíduos e das nações, diz:

> Não sejamos os últimos a trilhar a senda dos progressos econômicos e políticos. O sistema protetor está condenado, apesar da autoridade de Thiers[78], invocada pelo nobre deputado pela Bahia, e que não posso aceitar com o valor que S. Exª. lhe dá.
>
> Três são os principais argumentos da escola protecionista, posto que todos se possam reduzir a um só: independência nacional, acréscimo de produção, diversidade de desenvolvimento.
>
> [...]
>
> Independência! Ser independente do estrangeiro, exclamava um dos membros eminentes da Liga contra as Leis dos Cereais na Inglaterra[79], é o termo favorito da aristocracia. Pois bem, contemplemos este advogado infatigável da Independência nacional. Seu cozinheiro é francês, e seu criado suíço. Resplandecem pérolas nos ornatos de sua mulher, e sobre a cabeça formosa plumas de terra estranha. As carnes da sua mesa vêm da Bélgica, e os vinhos, do Reno ou do Rhône. Pousam-lhe as vistas sobre flores vindas da América do Sul, e embriagam-lhe o olfato as folhas vindas da América do Norte. Seu cavalo favorito é de origem árabe, o seu cão da raça dos de S. Bernardo. Enchem-lhe a galeria quadros flamengos e estátuas gregas. Se quer distrair-se, ouve cantores italianos, ou contempla dançarinas francesas. Seu espírito mesmo é um arremedo de contribuições exóticas; a filosofia e a poesia

vêm da Grécia e Roma, a geometria de Alexandria, a aritmética da Arábia, a religião da Palestina. Desde o seu berço afiou seus dentes no coral do Oceano Índico e depois da morte ornamentará seu túmulo o mármore de Carrara. Oh! sejamos independentes!

[…]

O nobre deputado pela Bahia citou-me Thiers, que eu peço licença para não considerar autoridade na matéria; eu cito-lhe Lord Palmerston[80]. São palavras eloquentes com que ele fechou um dos seus famosos discursos sobre as Leis dos Cereais. Poucas vezes a tribuna parlamentar as escutou tão belas, e nenhuma por certo mais verdadeiras.

Por que dividiu-se o globo em zonas e climas? Por que os diversos países produzem frutos diferentes, quando as necessidades do homem são as mesmas? Por que as terras mais afastadas do mundo se põem em contacto por meio destes oceanos imensos que pareciam destinados para desuni-las? Por que tudo isto, senão porque o homem depende do homem, senão para que a partilha das necessidades da vida acompanhasse a extensão e difusão das luzes; senão para que a permuta dos bens e das cousas fosse a troca dos sentimentos benévolos e das ideias elevadas; senão para que o comércio levando em uma das mãos a civilização, e na outra a paz, fizesse o gênero humano mais feliz, mais sábio e melhor? Tais foram os decretos daquele que criou e ordenou o mundo; mas os legisladores da terra intervieram com a sua arrogância e vaidade insensata, e, encadeando o desenvolvimento instintivo da natureza, substituíram leis desgraçadas às leis eternas da Providência! (*Muito bem – muito bem*).[81]

Na discussão do orçamento dos negócios estrangeiros em 1866:

É preciso ter fé na época em que vivemos, a imposição da força não pode dominar por largo tempo; já lá se foram esses dias; o seu reinado findou; hoje a publicidade invade as altas regiões dos governos; a discussão entra por toda a parte; hoje, quando não há outra sanção para as injustiças do mundo, há a grande sanção da solidariedade humana; todo o sofrimento tem um eco; todo o mal é comum.

O progresso é o juiz que não para; vai por toda a parte assinalando novos caminhos à justiça da terra; o telégrafo; as estradas de ferro; a navegação fluvial; a facilidade e aumento das

> trocas; os congressos de beneficência, de estatística e mil outros; as exposições industriais; em uma palavra, o desenvolvimento social e material vai transformando o mundo; as barreiras caem, as fronteiras desaparecem, os mares aproximam-se; cortam-se os istmos, e os olhos cansados do espetáculo majestoso sonham o universo, um vasto mercado de objetos, de ideias, de sentimentos! Quem viola a justiça ofende a própria existência, coloca-se em desconfiança com o mundo inteiro, tem sobre sua cabeça essa censura necessária, verdadeira sanção no atual direito das gentes.
>
> *Uma voz.* – Leva-se pancada como dantes.
>
> *O orador*. – Resisti, triunfareis; humilhai-vos, as pancadas crescerão.[82]

Em maio de 1879 discutia-se a Reforma Constitucional e o censo necessário para exercer o voto. O orador, depois de enumerar as exclusões do projeto eleitoral, combate-o exclamando:

> Sede lógicos; excluí os cegos porque não podem ler, ou criai uma escola de cegos para ensinar aos que sabem a ler e a escrever como eles; excluí os surdos porque não ouvem, e não podem reclamar nos atos eleitorais; excluí os mudos porque não falam, e por isso estão impedidos de defender os seus direitos no dia da eleição; excluí os epiléticos conhecidos e não conhecidos; excluí os pródigos, que nem ao menos sabem administrar a sua fortuna; excluí os velhos desmemoriados, que já nem ao menos conservam inteiras as lembranças da sua própria vida.
>
> O vosso projeto é uma obra incompleta; parece aterrorizar-se ante as tremendas consequências do seu próprio princípio.[83]

Fechemos com chave de oiro. Damos inteira a peroração do seu notável discurso na sessão de 28 de abril de 1879. O grande orador dirige-se ao Gabinete de 5 de janeiro, que era presidido pelo Senador Sinimbu, e do qual fazia parte o General Osório. Tratava-se da eleição direta[84]. Ele finge que desfilam em frente dos Ministros, e que lhes falam – o *Passado*, a *Glória*, o *Povo*, a *Imprensa*, a *Democracia*, a *Província da Bahia*. Lede:

Vou terminar, Sr. Presidente; mas, antes, quero dirigir um apelo aos nobres Ministros. É a invocação do patriotismo aos depositários do poder público.

Se podem eles dar corpo a todas as suas reminiscências; se é possível ressuscitar o que lá se foi, erguendo-se aos olhos do governo; se cada um dos Ministros pode ainda ouvir uma voz misteriosa que lhe recorde o cumprimento de sagrados deveres; imagino que desfila pela frente da bancada ministerial mais de um vulto fantástico a reavivar-lhes honrosas lembranças de outro tempo, que lhes fala ao ouvido, cada um por sua vez.

Ao nobre Presidente do Conselho dirige-se o primeiro: – Aqui estou eu; sou o Passado com toda a sua herança; carrego 68 anos de serviços à pátria; defendi e amei a liberdade do meu país; amei-o loucamente na mocidade; subi pelos degraus da Constituição; quero respeitá-la; pois bem, não me arranqueis a memória, para que eu possa ter ainda ao menos saudades!

Ao nobre Ministro da Guerra: – Eu sou a Glória, venho do Paraguai; pousei um instante no campo de batalha de 24 de maio[85]; atravessei os banhados; dormi na barraca em que primeiro gravastes a vossa gloriosa lança; sentei-me sonhando ao vosso lado sobre os muros de Humaitá[86]; ainda hoje julguei descobrir-vos por entre os nevoeiros que desciam das cabeças dos montes e ouvir a vossa voz nas ventanias que atravessavam o rio; já não achei flores na solidão da morte para tecer-vos uma coroa; trago-vos um rosário de lágrimas; guardai-o para enfeitar a vossa espada; porém olhai – a banda que vos cinge não é cadeia de escravos, é flâmula de homens livres.

Ao nobre Ministro da Fazenda: – Eu sou a Tribuna ou antes o Povo. Foi nos meus braços, pelos vossos próprios esforços, que subistes às altas posições do Estado. Ministro, Deputado, Senador, eu ainda quero ter mãos para bater-vos palmas ruidosas, ainda quero saudar-vos no caminho triunfal. Mas lembrai-vos: a púrpura do poder não tem mais preço do que os gloriosos padrões da vossa vida; não me roubeis o direito de acompanhar-vos, repetindo o que já deveis ter lido: o reconhecimento é a memória do coração!

Ao nobre Ministro da Justiça: – Eu sou a Democracia; no tempo em que, trabalhador pertinaz e talentoso, vos ocultáveis no modesto gabinete de advogado, eu estava convosco; quando infatigavelmente defendíeis na imprensa os altos princípios de

Liberdade, eu era ainda o inseparável companheiro do jornalista. Fostes para as alturas e eu fiquei. Não vos acuso; não vos fiz um crime de ascensão ao poder; toda a ideia, antes de ser ação, é um apostolado e neste país há lugar para todos! Pois bem, deixai também lugar para mim.

Ao nobre Ministro do Império: – Eu sou a Imprensa; combatemos juntos; segui vossos passos; cobri de flores vosso caminho; solícito ajudei-vos em vosso voo rápido do meu berço às alturas do ministério! Pois bem, guardai as vossas ideias, porque eu guardo o vosso programa. Se as esqueceis, a quem poderia restituir o legado que me deixastes?

Ao nobre Ministro da Marinha: – Depois da pátria, eu sou quase vossa segunda mãe; criei-vos em meus peitos, embalei-vos em meus braços; eu sou a heroína hercúlea de seio titânicos, essa que trazia do exílio as sombras dos desterrados para coroá-las de luz; os arminhos da fortuna não valem as verdes relvas onde brincastes criança. Lá vos espero de mãos postas para curvar-me em nome da pátria; lá, de joelhos, onde tantos bravos morreram; não me esqueçais, eu sou a Bahia!

Senhores, reuni todas as recordações que vos são caras. É a Soberania Nacional que vos suplica; é a Democracia que se dirige a uma Câmara de Liberais. O amor da liberdade deve ser, na frase bíblica, invencível como é a morte; deve, como o apóstolo, ter a sede do infinito; deve ser grande como o universo que o contém. Em nosso país, na pedra isolada do vale, na árvore gigante da montanha, no píncaro agreste da serrania, na terra, no céu, e nas águas, por toda a parte, Deus estampou o verbo eterno da liberdade criadora na face da natureza, antes de gravá-lo na consciência do homem!

Em nome da Monarquia Constitucional Representativa, em nome da Câmara que vos apoia e que sem dúvida aceitará contente o vosso projeto modificado, Srs. Ministros, eu vo-lo peço; não arredeis do trono a confiança da nação; honrai as esperanças do povo, libertando a ação da Constituinte.[87]

Há ainda outro lado por onde podereis avaliar o talento de orador parlamentar de que vos temos falado.

A felicidade com que ele respondia a apartes, ou com que era veemente na réplica, revelando instrução não vulgar.

Na sessão de 7 de junho de 1865:

> Sr. Presidente. O discurso do nobre Ministro da Marinha, e as reflexões que acabam de ser feitas pelo nobre Deputado pela Bahia, perturbaram-me a serenidade do espírito. Parece-me que as recordações históricas só podiam ter valor no corrente debate se pudessem produzir resultados; e nesta dedução forçosa e necessária do meu pensamento procurei excogitar o motivo pelo qual o nobre Deputado pela Bahia, que é inimigo das discussões teológicas, ocupou-se por tanto tempo da teologia moral.
>
> *O Sr. Junqueira.* – Inimigo de discussões teológicas!...
>
> *O Orador.* – Adversário daquelas celebridades, que em Bizâncio discutiam teologia em presença dos inimigos (*risadas*).[88]

Continuando a referir-se ao mesmo orador:

> Por maiores que sejam os respeitos que lhe tributo, vejo que não disse tudo o que queria, nem quis dizer tudo que disse. Aborrece a escola dos homens especulativos, e chega a incluir entre os sectários da escola detestada o ditador da Antiguidade que menos a compreendeu.
>
> Sila[89] foi o homem dos grandes expedientes; antes uma aparência do que uma realidade; foi o chefe da escola prática dos romanos; prático no comércio de amigos, prático na vida política, prático nos sucessos militares; prático em tudo. Ele sabia moldar-se às circunstâncias.
>
> No comércio de amigos, combinava perfeitamente a alegria com o sarcasmo; na vida política, unia a energia à dissimulação, quando queria disfarçar derrotas; nos sucessos militares sabia aumentar o valor das vitórias, deslumbrando as vistas populares. Não era o que parecia, mas o que convinha ser....
>
> *O Sr. Junqueira.* – Eu não disse nada disto (*risadas*).
>
> *O Orador*. – Vou repetir as palavras de V. Ex.ª: Não quero que os homens públicos do meu país subam como Sila do meio do deboche às alturas do poder.
>
> *O Sr. Junqueira*. – Mas isso nada tem com as reflexões que V. Ex.ª está fazendo; é um exemplo tirado dum escritor francês.
>
> *O Orador.* – Se historicamente não tem valor, também o nobre deputado há de concordar comigo que Sila nunca foi

capitão de bandeira de navio de cabotagem (*risadas*). Não consta mesmo que navegasse o Tibre.

O Sr. Junqueira. – Isto é para rir.

O Orador. – Ou para chorar (*continuam as risadas*). Entremos agora, para satisfazer ao nobre Deputado pela Bahia, nas matérias que ele julga próprias do debate.[90]

Na sessão de 20 de março de 1866, respondendo ao Ministro da Justiça:

Disse o nobre Ministro da Justiça: – «Vós desmoralizais o poder para aqueles que o têm e para aqueles que o querem.» Como, Sr. Presidente? Porque discutimos no seio da Representação Nacional questões que afetam a Constituição do Império? Não, a palavra dá vida, o silêncio é que mata.

[…]

Não, não se iluda o nobre Ministro da Justiça, não se ensoberbeça com adesões que não têm ou não podem durar. As miragens desaparecem, as ilusões dissipam-se. Se eu me enganasse, restaria ainda um último recurso.

Os povos modernos descobriram um novo meio de destruir os governos; não há necessidade de fazer revoluções nas praças públicas; armas – para quê? Sangue – inspira horror! Há um meio mais forte no silêncio, o abandono e o deserto (*Apoiados*). Mas o silêncio tem vozes, o deserto tem ecos, o abandono é fantasma.

Então os mais fortes na aparência ruem por terra para nunca mais levantar-se, como esses edifícios pomposamente erguidos em vastas planícies caem de súbito, quando se afastam da linha da sua perpendicular (*Apoiados da oposição*).

[…]

Vou terminar como S. Ex.ª terminou. O nobre Ministro se enganou: os Saturnos políticos são mais velhos do que S. Ex.ª pensa. Como o Saturno da mitologia devoram a prole, porque receiam que ela se aposse do poder.

[…]

Nem o respeito pelos talentos do nobre Ministro, nem os votos de admiração que provocou a sua eloquência, nem os aplausos que o acompanharam, impedirão, no dia do grande juízo o voto de condenação a uma política que não se define (*Muito bem da oposição*).

> […]
> Se o nobre Ministro vencer, deve ter medo do triunfo; o mar se enfurece e rebenta espumoso; foi o nobre Ministro que o disse! Nadador ousado, sem temor das ondas, o Ministério atravessará a corrente, mas as espumas que teme o salpiquem nos dias da derrota, serão no dia da vitória a sua única, a sua grande coroa da glória (*Vozes: muito bem*).[91]

Agora, antes de pôr o fecho neste singelo estudo biográfico, quero ainda falar-vos do orador para vos mostrar uma feição dele: a extrema polidez com que se dirigia aos adversários.

Houve na Câmara dos Deputados francesa (1830-1836) um orador notabilíssimo. Era legitimista e tão devotado à bandeira branca[92], que diziam que ele era mais realista que o rei. Este orador, a quem chamavam o Demóstenes francês, por não haver na Antiguidade orador mais alto a quem o comparassem, era Berryer[93], de quem Armand Marrast[94] disse, dando razão a Cormenin[95] que era necessário vê-lo na tribuna, que era necessário ouvi-lo. Contentar-se de ler os seus discursos no *Moniteur*[96] era querer surpreender as magnificências duma erupção vulcânica, interrogando no dia seguinte as cinzas ainda mornas, e a lava já congelada que o vulcão tinha vomitado incendida.

Berryer reunia ao seu talento oratório à suma delicadeza na exposição de modo que chegava a cativar os seus adversários.

Berryer era, como já dissemos, um deputado legitimista, um representante do passado, e José Bonifácio era o arauto das ideias livres, mas, guardadas as diferenças, o orador brasileiro tinha na tribuna as delicadezas de Berryer, e era tão eloquente como ele nos debates da Câmara brasileira.

Fortiter in re suaviter in modo era a divisa de ambos[97].

Na sessão de 29 de maio de 1865 – discutia-se a resposta à Fala do Trono. José Bonifácio tinha saído dos Conselhos da Coroa com o Ministério de que fazia parte, em agosto de 1864. Falava ao Ministério que lhe sucedeu:

> As práticas salutares do governo representativo que eu aprendi com o venerado Sr. Presidente do Conselho; que eu sempre

vi reclamadas pela energia e concisão da palavra do Sr. Ministro da Justiça; que eu admirei nas vitórias parlamentares do nobre Ministro da Guerra; que ainda há dois dias vi em parte realizadas com tanta efusão da alma pelo nobre Ministro da Marinha; que eu respeito nos precedentes da vida pública de todos honrados Ministros; não são invenções engenhosas desenterradas pelo acaso nos dias da adversidade, porém bagagem inútil e funesta que se atira à margem do caminho nas horas da prosperidade e da fortuna.

Quando porém me dirijo aos nobres Ministros, faço-o com a profunda e íntima convicção de que eles se explicarão convenientemente perante o país.

Não afirmo, interrogo; não censuro, duvido; não exprimo uma opinião, procuro apenas vigorar uma hipótese.

Nas várias e sucessivas peripécias dessa crise, onde encontrarei o fio que me guie no labirinto? Como definir a situação atual, a situação do momento? Não o sei.

Irei procurá-la nos sucessos da véspera; irei procurá-la nas diversas organizações ministeriais; irei procurá-la nas discussões havidas nesta Casa; irei procurá-la nas declarações dos Srs. Ministros; irei finalmente procurá-la na resposta ao discurso da Coroa?

Confesso, Sr. Presidente, que a minha inteligência se perde, e que por maiores que sejam os esforços empregados não sei compreender o que me cerca; tateio nas trevas.[98]

Nessa mesma sessão dizia ele, explicando a sua oposição ao Ministério:

Eu não quero levantar obstáculos aos senhores Ministros; mas quero ser franco, porque admiro, como o Sr. Ministro da Marinha, a escola dos homens que preferem na vida política a estima pública a qualquer outra recompensa: eu quero que S. Ex.as se expliquem, para que amanhã algum orador tão eloquente como o nobre Ministro da Justiça, contemplando os fatos, medindo as discussões, dando peso e valor às ideias, não repita a sua palavra imaginosa, comparando-nos àquela célebre estátua do Deus Glauco[99], que assentada à beira mar, e batida de todas as ondas e de todos os ventos, assemelha-se a todos os deuses, menos ao deus que representava.

> Eu quero que no futuro a maledicência da História, a parcialidade das paixões não nos acuse, não à Câmara, não aos Srs. Ministros, mas a nós todos, inclusive a mim mesmo, de substituir ao regímen dos partidos o regímen dos grupos, o espírito da seita ao espírito do partido, a luta das vaidades e dos caprichos, à luta dos princípios e das ideias.
>
> Eu quero que os governos, assim como as maiorias, exprimam uma política, tenham um sistema, na guerra como na paz; nem uma nem outra, os excluem. Eu quero, seguindo a expressão de Guizot, governos com amigos sinceros e dedicados, amigos que estimem seus sucessos, que amem as suas vitórias, e não que simplesmente as tolerem. O apoio no regímen parlamentar só pode existir sob condição de que o governo estime e respeite os seus amigos, e de que seja estimado e respeitado por eles (*apoiados*); só pode existir pela harmonia das convicções, do pensamento e dos princípios (*apoiados*).[100]

É por isso que na sessão de 17 de julho de 1867, na discussão dum crédito suplementar ao Ministério da Fazenda, cuja proposta combatia, por confusa, vaga e indefinível, falando de si, dizia ele, concluindo:

> Peço ao nobre Ministro que me desculpe se por ventura alguma palavra pôde escapar-me que o ferisse de qualquer modo, porque não foi este, nem podia ser o meu fim.
>
> Na minha vida política, como na minha vida privada, procuro sempre guardar um terreno neutro, onde possa apertar sem envergonhar-me, tanto a mão dos meus amigos como a dos meus adversários. Na vida política sempre fiz timbre, sem afastar-me do cumprimento dos meus deveres, de respeitar todas as regras de cortesia, honrando a independência do pensamento alheio, e com tanto mais esforço o faço agora, quanto é bem possível que seja eu quem erre e S. Ex.ª quem acerte.
>
> Do que nos cerca, quase sempre, triste desilusão da sorte! tudo vai-se: é preciso conservar o que se pode guardar (*Muito bem*). Sonhos de glória? desaparecem com a ventania das paixões, ou com o inverno das idades (*apoiados*).
>
> Ambição do poder? Quem lhe sentiu o sabor, que não sentisse também o travo do fel no fundo da taça? Popularidade!

> Popularidade! Macauley[101] a denominava, olhando com pasmo para a História, a perfídia encantadora das mil e uma noites, que punia os seus amantes sob as formas as mais repulsivas, pelo grande crime de tê-la encantado um momento (*Muito bem*).
>
> Sr. Presidente, felizes daqueles que podem guardar até o derradeiro momento, a fé dos seus primeiros anos e a crença de toda a sua vida (*apoiados*). Foi por amor dela que combati ao lado do nobre Ministro da Fazenda, é ainda por amor dela, e em cumprimento do meu dever, que ocupei hoje a tribuna, achando-me em lado oposto ao de S. Ex.ª (*Muito bem – Muito bem*).[102]

Primoroso orador! dos que honram uma Câmara e um país. Sinto que do Brasil me não mandassem, nem em Lisboa houvesse os discursos, que ele, atleta da liberdade, pronunciou no Senado a favor da emancipação dos escravos[103], para vos dar uns trechos da sua eloquência, repassada daquele afeto, daquela vontade firme, daqueles movimentos que a defesa das ideias nobres, acende nos corações generosos, e que concorreram para lhe abreviar a vida.

Oh! a tribuna parlamentar era para ele uma paixão, que por fim o havia de sacrificar.

Num dos seus discursos o confessou: «Enquanto por decreto legislativo o governo não mandar trancar provisoriamente as portas do Parlamento, usarei do mandato popular, que a nenhum aprecio mais do que esse.»[104]

Com razão o Sr. Desembargador Domingos A. Alves Ribeiro[105], seu amigo íntimo, disse, na comemoração fúnebre que a União Federal Abolicionista de Pernambuco lhe consagrou no trigésimo dia do falecimento:

> José Bonifácio não pôs ao serviço da libertação da raça escravizada unicamente o talento, o saber, a eloquência fenomenal e o prestígio da sua rara virtude; fez mais, dez muito mais que tudo isso; sacrificou a sua própria vida no combate da liberdade contra a opressão da legitimidade, contra uma legalidade odiosa.[106]

Com razão o Sr. Joaquim Nabuco, outro orador de lei, escreveu:

> O imortal patriota sabia que cada discurso que proferia era um prego que enterrava no seu caixão, mas com a coragem e dever cívico tradicional em sua família não recuou diante de nenhuma dessas marteladas fatais.[107]

Não recuou, nem era da têmpera dos que recuam, era dos que lutam enquanto a arma do combate lhes não cai do braço extenuado ou ferido, por já não terem força para a suster:

> E corre e corre... ao cabo da carreira
> Imenso boqueirão... fosse sem bordas...
> Tranca-lhe o espaço a cruz!
> Em baixo a densa treva!... o cimo é luz!
> Basta, lhe brada a voz da imensidade,
> A morte foi teu guia à eternidade![108]

Foi só então, foi também assim, que o intrépido Andrade Neves deixou cair a espada.

VI

O desenlace fatal não se fez esperar muito.

Não sabemos onde ele tinha ido, se a Pernambuco, se aonde, o que sabemos é que sentindo-se incomodado, conhecendo que o seu organismo, que sofria de lesão, e lesão adiantada, lhe estava anunciando o fim, e desejando morrer na sua Província e no meio dos seus, dirigiu-se à cidade de São Paulo, onde chegou pálido, ofegante, cansado, na tarde de 24 de outubro de 1886. Tanto a família como os seus amigos atribuíram aqueles sintomas à fadiga que produz num corpo alquebrado um longo trajeto em caminho de ferro. Não era, infelizmente. Antes de quarenta horas passadas, pelas duas horas e meia da madrugada de 26 entregava ele a alma a Deus; ainda não tinha 60 anos. Estava de luto a tribuna brasileira. A musa da poesia velara-se de crepe.

Lembrando-se agradecida uma província do Brasil dos serviços prestados pelo Conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva, Pai da Pátria, Ministro da Revolução, Sábio Companheiro de Humboldt, símbolo de probidade e desinteresse, decretou pela Lei Provincial n.º 70 que fosse colocado em um dos salões principais do Palácio do Governo da Bahia, no salão da Assembleia Provincial, na Câmara Municipal, na Biblioteca Pública, e no da Praça do Comércio, o retrato de tão benemérito cidadão, tendo por inscrição o seu nome e o lugar do seu nascimento, que foi na cidade de Santos, na Província de São Paulo em 13 de junho de 1763.

Além destes retratos já havia na mesma cidade desde 1838, um quadro com a sua efígie[109], tendo por dístico a seguinte estrofe, a ele dedicada pelo Coronel João Ladislau Figueiredo e Melo, ex-Deputado Provincial já falecido:

> Brasileira, ardente tocha,
> Coração singelo e nu,
> Nossa pátria só anela
> Patriotas como tu.

Pois como se tudo isto não bastasse, em 7 de setembro de 1872, aniversário da Independência do Império, inaugurou-se na Praça de São Francisco de Paula, na Corte do Rio de Janeiro, a estátua do conselheiro José Bonifácio de Andrade e Silva.

O sobrinho, seu homônimo, o atleta da tribuna, o arauto de todas as ideias nobres, o defensor de todos os direitos, o estrênuo abolicionista, que já não teve a fortuna de ver a lei de 13 de maio de 1888[110], para que tanto havia trabalhado, não é menos digno de ter uma estátua. Ateste ela às gerações futuras que ali está representado um homem que bem mereceu da Pátria.

As nações modernas não veem senão o dia de hoje, não premiam senão aqueles cujos feitos presenciam[111] ou cujo brilho as deslumbra. É por isso que em Lisboa, não falando na de Camões, poeta laureado e festejado em todos os países cultos, cujo poema é o canto da descoberta da Índia, temos o monumento da Restauração de 1640, comemorando as batalhas campais que a sustentaram em

28 anos de luta; a estátua de D. José I, simbolizando o levantamento e reconstrução de Lisboa, depois do terramoto[112] de 1755; a do Imperador D. Pedro, a quem devemos o triunfo da ideia liberal; as do Duque da Terceira[113], e Marquês de Sá da Bandeira, seus generais; e a de José Estêvão, primeiro orador português. Amanhã verá a rainha do Tejo levantar as de Fontes Pereira de Melo[114], Duque de Saldanha[115] e Duque de Palmela[116]. Mas não vê ainda, nem talvez verá tão cedo, as de Afonso Henriques, D. João I, Infante D. Henrique, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque[117].

Pois enquanto não saldamos as antigas, paguem-se as dívidas novas. Ao menos estas, e que o Brasil há de comemorar a memória de José Bonifácio já o sabemos. José Estêvão tem uma estátua já levantada há anos no terreiro que defronta o Palácio das Cortes[118], arena dos seus triunfos, e no mês de agosto deste ano (1889) vão os seus patrícios erguer-lhe outra em Aveiro, terra da sua naturalidade. José Bonifácio, além de ser um grande poeta, lutou sempre pela causa da liberdade, e como orador era notabilíssimo. Não terá, como o seu colega português, duas estátuas, posto as mereça, mas terá uma na terra que ele amava sobre todas, na pátria da sua família, na Capitania em que Amador Bueno[119] se nobilitou pela sua lealdade, na cidade em cujo termo se levantou o grito de Independência, na sua querida São Paulo, porque no dizer dos seus jornais já foram entregues à Casa Lacerda[120] os desenhos e plantas, para a estátua[121] que vai ser levantada naquela capital, esperando-se que ela seja inaugurada a 23 de outubro de 1889, terceiro aniversário do seu falecimento.

Levante-se-lhe, e estamos certos de que será digna do grande cidadão. E quando, numa praça da bela cidade brasileira, onde todos os anos se sucedem novas camadas de estudantes que vão matricular-se na Academia de Direito, estes, e os visitantes que dia a dia a procuram, perguntarem quem representa, de quem são as datas que em painéis se leem no pedestal, digam-lhes:

É a estátua que a gratidão nacional dedica ao mérito. Aquelas datas são a história gloriosa dum grande orador, do Berryer brasileiro, do cantor do «Redivivo», poeta que sobressai entre tantos

que no país têm escrito os seus nomes laureados no livro que a musa da poesia tem aberto para os exaltar. É a estátua do campeão das ideias liberais, do estrênuo defensor dos oprimidos, desambicioso, honesto, que nunca desejou títulos, do patriota que abreviou os seus dias lutando a favor dos escravos.

É uma glória do Brasil.

A. X. Rodrigues Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1890. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1889, p. 3-19 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre José Bonifácio de Andrada e Silva de A. X. Rodrigues Cordeiro

Rodrigues Cordeiro denomina o texto, que escreveu sobre José Bonifácio, o Moço (1827-1886), de «retrato» e «singelo estudo biográfico». Parece, portanto, considerar o seu Elogio inferior à relevância histórica do biografado. No entanto, o texto escrito a propósito do «ilustre brasileiro» é expressamente rigoroso do ponto de vista conceitual e metodológico. José Bonifácio portaria, segundo o autor, a «tríplice coroa» de «orador eloquentíssimo», de «conservador liberal convicto» e de «poeta de subido quilate».

Como escritor expressaria tanto os cânones artísticos da poesia lírica quanto da estética condoreira, comprometida com os acontecimentos grandiosos do seu momento histórico. Teria participado, assim, da geração condoreira de Tobias Barreto e Castro Alves. Atribui-lhe, igualmente, o talento de orador nas atividades de representação política, que exerceu na Assembleia Provincial de São Paulo, na Assembleia Geral, e, finalmente, no Senado.

As suas passagens pelos Ministérios Liberais dos anos de 1860 teriam sido demasiadamente breves e menos importantes do que as suas atuações políticas nas instâncias do legislativo brasileiro do Segundo Reinado. Jurista e professor das Faculdades de Direito de Recife e São Paulo, José Bonifácio foi professor de figuras importantes da política brasileira, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa.

Os dotes de orador, de político e de poeta constituíam a «tríplice coroa» de José Bonifácio, no entender do autor do Elogio. O poeta e o orador distinguir-se-iam pelas imagens fulgurantes, alegorias, metáforas, pelas expressões eloquentes de um espírito sensível e comprometido com os ideais civilizatórios de sua época, que não se limitava à conjuntura sociocultural brasileira. Acrescente-se o argumento do autor do Elogio, segundo o qual, os talentos do biografado teriam emanado das virtudes e dos feitos dos seus antepassados.

A biografia do Moço não desmentiria as múltiplas virtudes dos Andradas, homens de ciência, de letras e atores essenciais no movimento de Independência do Brasil. O método da composição do retrato do herdeiro dos Andradas é claro e transparente. O retratista

divide o texto em cinco partes ou capítulos separados por algarismos romanos. Como as virtudes do Moço dariam continuidade às realizações dos Andradas, o item I inicia-se com a história de José Bonifácio, o Patriarca da Independência do Brasil, e a de seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco. Seguem-se a biografia do Moço (parte II), a sua produção poética (partes III e IV), o seu desempenho político-oratório (parte IV) e encerra-se com as referências aos seus últimos momentos de vida (parte V). Os parágrafos finais do artigo retomam o início do texto e o autor exige, da sociedade brasileira da época, o mesmo reconhecimento público dedicado ao José Bonifácio, o Velho, tio e avó do biografado. O texto abre-se e fecha-se com a lembrança da estirpe familiar do Moço, sugerindo que a sua relevância cultural e política reproduziria a de seus familiares.

Rodrigues Cordeiro teve acesso e analisou muitos poemas e passagens dos discursos de José Bonifácio, fartamente citados no texto do *Novo Almanaque* com a finalidade, talvez, de permitir aos leitores de analisá-los e de apreciá-los livremente.

Embora, o volume de textos analisados seja grande, o biógrafo parece não ter tido acesso direto aos livros de poesias de José Bonifácio. Confessa, mesmo, não ter tido contato com o primeiro livro publicado pelo poeta, em 1849, intitulado *Rosas e goivos*.

A bibliografia poética de José Bonifácio não era, ao que tudo indica, de fácil acesso, embora, o conjunto de suas publicações não fosse grande. O seu primeiro livro, *Rosas e goivos*, foi publicado em São Paulo pela Typographia Liberal, em 1849. O autor do artigo não fez referência a nenhum dos trinta e oito poemas, que compõem o livro.

Na segunda edição do livro de poesias de Luís Gama, *Primeiras trovas burlescas de Getulino*, publicado no Rio de Janeiro, em 1861, pela Typographia de Pinheiro e Cia., foram adicionados seis poemas de José Bonifácio. A segunda parte do volume, que tem por título «Poesias do Exmo. Sr. Dr. J. Bonifácio d'Andrada e Silva», estende-se da página 191 a 252. O autor do Elogio parece, também, desconhecer os poemas publicados nesse volume de dupla autoria. Houve, ainda, uma edição príncipes dos poemas, que, embora, não datada, deve ter sido publicada em 1880: José Bonifácio, o Moço, *Poesias de José Bonifácio* (org. José Maria Vaz Pinto Coelho). Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores proprietários, s/d.

Silvio Romero, no segundo volume da *História da literatura brasileira*, publicada em 1888, dedicou muitas páginas à análise de poesias de José Bonifácio. Sustentou que não teve acesso ao livro *Rosas e goivos*, segundo ele, obra de difícil acesso, e referiu-se aos títulos de alguns poemas de José Bonifácio: «Um pé», «Tu e eu», «O retrato», «Suprema visão», «Aspiração», «A amante do poeta», «Lendo Camões», «O corneta da morte», «Não e sim», «O redivivo», «O adeus de Gonzaga», «*Primus inter pares*», «A caridade», «À margem da corrente», «Álvares de Azevedo» e um soneto que começa com o verso «Os tristes olhos meus tão empregados». Citou, além desses poemas, as poesias, que foram publicadas nas *Primeiras trovas burlescas de Getulino*: «Gaturamo», «Rodrigues dos Santos», «Saudades do escravo», «Calabar», «Enlevo», «Garibaldi», «Teu nome», «Prometeu», «Saudade», «Olinda» e o «Tropeiro».

Já no século XX, a Comissão de Literatura do Conselho Estadual de Cultura de São Paulo promoveu a publicação de um volume de poesias de José Bonifácio organizado e apresentado por Alfredo Bosi e Nilo Scalzo. Os organizadores do livro, editado em 1962, recolheram poemas do autor de edições anteriores e de publicações em jornais, sobretudo, nos números de outubro a novembro de 1868 do diário *O Ipiranga* de São Paulo. Quase todos os poemas citados no *Novo Almanaque* constam da edição de 1962, com exceção de três composições, em que não foi possível identificar os locais de suas publicações. São elas: «Na serra do Cubatão», «Camões I» e «As asas».

A sua oratória política foi copiada e preservada em textos taquigrafados no e pelo Parlamento brasileiro. Trinta e três dos discursos proferidos por José Bonifácio, nas Câmaras dos Deputados, entre 1861 e 1868 e um, em 1879, foram compilados e editados, em 1880, por seu aluno João Corrêa de Morais. Outras publicações dos discursos vieram a lume no século XX e, como, também, não são muitas, podem ser, como os poemas, sintetizadas. A coletânea de discursos de 1880 foi reproduzida em um fac-símile da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em 2007, com apresentação e comentários do historiador Marco Antônio Villa. A essa publicação fac-similar foi acrescentado o discurso feito no Senado em 11 de agosto de 1886, que denunciava a morte de dois escravizados açoitados na cidade de Paraíba do Sul, província do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano de 1886, esse discurso foi publicado

pela Typographia União de São Paulo, «a mando» de Antônio Bento, líder abolicionista dos Caifazes na província de São Paulo. Ainda no século XX, Francisco de Assis Barbosa publicou, em 1979, vinte e quatro discursos pronunciados no Senado e apenas um, na Câmara dos Deputados.

O autor do Elogio publicado no *NALLB* analisou os discursos da coletânea de 1880 e alguns outros, cujas fontes não foram, por ele, assinaladas. A propósito da produção poética, aludiu a um número elevado de poemas, apesar, como já foi observado, de não ter tido contato direto com as suas publicações em livros. Muitos poemas circulavam em páginas de jornal da época e, pelo menos em duas passagens do Elogio, o autor escreveu que «alguém» lhe informou sobre a boa qualidade literária de *Rosas e goivos* e que lhe haviam enviado, informalmente, a cópia de um determinado poema.

A biografia é predominantemente laudatória, os fragmentos dos discursos, que a acompanham, expressam as posições frisantes do orador e do político, como, a defesa da Monarquia Parlamentar Brasileira, do liberalismo político, do livre cambismo, assim como a crença no progresso socioeconômico, possibilitado pela revolução industrial, e consubstanciado nos meios de transporte e de comunicações, como as estradas de ferro, as navegações marítimas e fluviais, o telégrafo, as exposições científicas e econômicas internacionais.

No discurso de 1879, José Bonifácio opôs-se, com a veemência habitual de sua oratória, ao projeto ministerial que aumentava o senso eleitoral e abolia o direito de voto dos analfabetos. Essa oposição à reforma eleitoral, encaminhada por um ministério controlado pelo seu próprio Partido Político, o Liberal, foi um dos momentos de maior destaque da sua participação política no Parlamento e foi minuciosamente descrita pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda (HOLANDA, 1985: 203-217).

Porém, entre todos os combates políticos do Andrada, o autor do artigo do Almanaque distingue a sua luta pela libertação dos escravizados, cuja dedicação e intensidade o teriam, de certa forma, martirizado e abreviado a vida. Nos poemas, são considerados os seus conteúdos e os seus aspectos formais, como, por exemplo, o heroísmo de brasileiros na Guerra do Paraguai. As análises das poesias são, entretanto, pouco precisas e demasiadamente genéricas.

Há, também, alguns reparos críticos à fatura literária do biografado, igualmente, genéricos.

O autor reafirma a importância das rimas preciosas na poesia e o emprego de palavras ou termos adequados à excelência literária, requisitos poéticos que, no seu entender, nem sempre foram cumpridos pelo poeta. É possível que esses aportes críticos sejam reveladores e exprimam uma perspectiva literária, sobretudo, parnasiana do autor do Elogio.

Rodrigues Cordeiro representa José Bonifácio como liberal--conservador, como um político progressista e ilustrado. Mas, ao contrário da perspectiva do autor do Elogio, esse progressismo ilustrado pode ser revisto e, até mesmo, atenuado, caso o desempenho do Moço seja reinserido nas lutas políticas de sua época.

José Bonifácio legitimou e referendou acriticamente as instituições e o funcionamento político do Segundo Reinado Brasileiro. Enaltecia o modelo parlamentar brasileiro, não enxergava, ao contrário de muitos de seus contemporâneos, os defeitos políticos derivados do emprego autoritário do Poder Moderador pelo soberano, nem as fraudes recorrentes nos processos eleitorais, assim como o centralismo político excessivo da monarquia em prejuízo das prerrogativas provinciais.

Nesses aspectos, divergia de críticas formuladas inclusive por políticos do Partido Liberal, à natureza político-institucional do Segundo Reinado.

Acrescente-se, a esses fatos, a sua adesão incondicional à participação brasileira na Guerra do Paraguai, cantando em prosa e verso os sofrimentos e as conquistas de combatentes patriotas no conflito armado.

Participava, pois, da edificação, por meio das manifestações artísticas, de um panteão de heróis nacionais patrocinado pelo mecenato estatal e que deu origem a uma espécie de iconografia da vitória, uma significativa produção visual consagrada aos sucessos de oficiais e soldados brasileiros na Guerra.

Apesar da glorificação cultural e coletiva dos feitos militares, havia, ao contrário, os críticos acerbos da Guerra, das guerras e dos sofrimentos dos povos. Havia os que enalteciam e os que criticavam a participação brasileira na Guerra do Paraguai. José Bonifácio alinhou--se, com entusiasmo, aos primeiros.

Pode-se, portanto, relativizar, em alguns aspectos, o progressismo ilustrado do Andrada, inserindo as suas realizações artísticas – poéticas e oratórias – e os seus despenhos políticos nas contradições e debates de sua época.

Notas

1 Sobrinho e neto de José Bonifácio, o *Velho*, José Bonifácio de Andrada e Silva (França,1827 - São Paulo, 1886), cognominado o *Moço*, regressou ao Brasil, depois da suspensão do exílio de sua família decretado por D. Pedro I. Jurista, professor universitário, jornalista e político, foi poeta. Publicou *Rosas e goivos*, em 1849. Sua biografia foi publicada por Júlio César de Faria em 1944.

2 Cognominado «Patriarca da Independência», José Bonifácio de Andrada e Silva (Santos, 1763 - Rio de Janeiro, 1838) foi homem de ciência, estadista, poeta. Liderou o movimento de Independência do Brasil e exilou-se na França de 1823 a 1829, depois da dissolução, pelo Imperador, da Assembleia Constituinte. D. Pedro I, ao deixar o país em 1831, nomeou-o tutor dos seus filhos e, em particular, do futuro Imperador Pedro II.

3 Karl Christian Bruhns (Plön, 1830 — Leipzig, 1881) foi professor de Astronomia do Observatório Astronômico de Leipzig e participou da fundação do Instituto de Geografia da Universidade de Leipzig.

4 Alexandre Humboldt (Berlim, 1769-1859), naturalista alemão, realizou uma longa viagem na América e outra na Ásia.

5 Chris Leopold von Bush (1774-1853), geólogo e paleontólogo alemão.

6 Esmark e Del-Rio, autores não identificados.

7 José Maria Latino Coelho (1825-1891), escritor e político português filiado ao Partido Republicano, foi professor da Escola Politécnica de Lisboa. É autor dos «elogios acadêmicos» de Luís de Camões, Vasco da Gama e de tantos outros, coligidos no volume *Tipos nacionais* (1919). Publicou *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva*, em 1877.

8 COELHO, 1877: 54.

9 Francisco de Melo Franco era estudante na Universidade de Coimbra, quando escreveu *O reino da estupidez* (1785), como forma de protesto à reação política às Reformas Pombalinas no tempo de Dona Maria I. O poema satiriza a reincorporação de princípios passadistas da instituição, referindo-se à figura alegórica da «Estupidez» acompanhada do «Fanatismo», da «Hipocrisia» e da «Superstição». A sátira, que circulava em cópias manuscritas, só foi publicada em livro em 1819. Alguns estudiosos consideram que José Bonifácio era coautor do poema. O professor Antonio Candido escreveu na *Formação da*

literatura brasileira uma pequena biografia de Francisco de Melo Franco e insere o poema *O reino da estupidez* no conjunto da literatura de defesa das reformas pombalinas da política e da cultura luso-brasileiras, segundo alguns princípios da filosofia iluminista. Entre esses autores, destacava-se, por exemplo, José Basílio da Gama, autor de *O uraguai*, publicado em 1769.

10 A coletânea *Poesias avulsas de Américo Elyseo* (1825) inclui traduções de poemas de autores greco-romanos como Píndaro, Hesíodo, Meleagro, Virgílio. Uma nova publicação das poesias de José Bonifácio veio a lume, em 1861, com o título de *Poesias de Américo Elyseo*. Os versos do poeta brasileiro expressam, no geral, uma visão panteísta da natureza. A Academia Brasileira de Letras reuniu, em 1942, num só volume, as duas edições: a de 1825 e a de 1861, ambas muito raras.

11 «Ode à poesia», sextilha 21 ou final (ELÍSIO, 1942: 7; 1825: 7).

12 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva nasceu na cidade de Santos em 1773 e faleceu no Rio de Janeiro em 1845. Foi representante brasileiro nas Cortes Portuguesas reunidas durante os anos de 1821 e 1822. Foi um dos líderes e defensor da autonomia de deliberação da Assembleia Constituinte brasileira convocada pelo Príncipe Regente em 1822. Sua participação na política brasileira estendeu-se ao início do governo de Pedro II, tendo ocupado como Ministro do Império, o Primeiro Gabinete Ministerial do Segundo Reinado (24 julho 1840-23 março 1841).

13 A Revolução Pernambucana de 1817 defendia a libertação do Brasil do domínio português e a instauração da república no país. Estendeu-se de março a maio de 1817, conseguindo, ao longo de oitenta dias, atingir outras capitanias do Nordeste brasileiro, como Paraíba e Rio Grande do Norte. Embora defendesse a igualdade de direitos entre cidadãos, não se manifestou a respeito da escravidão no país. Alguns dos seus foram presos e executados. Em 6 de fevereiro de 1818, os participantes no movimento foram anistiados por D. João VI, que, naquela data, foi coroado rei de Portugal, Algarves e Brasil.

14 O título do soneto de Antônio Carlos Silva é, provavelmente, «A Liberdade» e pode ter sido escrito na prisão, como sustenta o autor do artigo.

15 Palavra, não dicionarizada, relativa aos substantivos «voto», «votação», ao verbo «votar» e ao adjetivo «votado».

16 «À liberdade», quadra 1.

17 Martim Francisco Ribeiro de Andrada (Santos, 1775-1844) graduou-se, como seu irmão José Bonifácio, na profissão de mineralogista e escreveu livros e artigos sobre esse tema. Foi Secretário de Estado da Fazenda no Primeiro Gabinete do período Imperial e titular do Ministério da Fazenda de 24 de julho de 1840 a 23 de março de 1841, no Primeiro Gabinete da Maioridade.

18 *O Tamoyo,* jornal liberal e antilusitano, que foi fundado pelos Andradas quando passaram para a oposição política ao Imperador Pedro I e circulou de agosto a novembro de 1823.
19 O jornal *Sentinella da liberdade à beira do mar da Praia Grande* não foi, de fato, criado pelos Andradas, mas por um de seus partidários, Giuseppe Stephano Grandona. Circulou na Corte entre agosto e novembro de 1823. (Ver SODRÉ: 1966: 90).
20 Com a máxima «olho por olho, dente por dente», o autor talvez esteja relembrando o anterior uso abusivo do poder pelos Andradas em São Paulo, ao qual corresponderia o de D. Pedro. Aqui talvez fosse uma referência aos abusos praticados pelos Andradeas quando estavam no poder em São Paulo.
21 Trata-se da coletânea *Poesias avulsas de Américo Elyseo,* publicada em 1825.
22 «O poeta desterrado», est. 13 e 15 respectivamente (ELYSIO, 1942: 169). O poema só foi publicado na segunda edição da coletânea de José Bonifácio (1861:175-184).
23 A frota turca foi destruída em Navarino, porto do Peloponeso no mar Jônio, pelas forças combinadas da França, da Inglaterra e da Rússia em 1827. Esse combate ocorreu no contexto do movimento de libertação da Grécia do domínio turco.
24 Martim Francisco casou-se com a sua sobrinha, segunda filha do José Bonifácio.
25 Referência à Revolução de 1817 e à Confederação do Equador (1824), movimentos de combate ao autoritarismo do poder centralizado no Rio de Janeiro, cujo epicentro foi a Província de Pernambuco.
26 O Poder Legislativo, instituído pela Constituição de 1824, era composto pela Assembleia Geral dos Deputados e pelo Senado. O Ato Institucional de 1834 deu origem, também, às Assembleias Provinciais. O mandato dos senadores, escolhidos pelo Imperador entre três candidatos eleitos nas províncias, era vitalício, daí a denominação de Câmara Vitalícia. No Período Regencial constituíram-se os dois partidos políticos, o Liberal e o Conservador, que se revezaram no poder durante o Segundo Reinado. No início do reinado de Pedro II foi restabelecido o Conselho de Estado, cujos membros eram indicados pelo Imperador. O sistema político procurava inspirar-se no «regime de gabinete» típico do parlamentarismo britânico, embora este só tenha sido instituído no Brasil em 1847. Tratava-se, de fato, de uma «inversão do parlamentarismo», porque o monarca, dotado do Poder Moderador, podia dissolver a Câmara dos Deputados e convocar novas eleições. O imperador dispunha de dois poderes constitucionais, o Executivo e o Moderador, fato que o colocava acima dos partidos políticos.

27 O início do decênio de 1860 foi caracterizado por mudanças políticas relevantes, com o ressurgimento do Partido Liberal, força política inferior à dos Conservadores desde 1848. O Partido Conservador passava, também, por uma cisão, com o afastamento de suas fileiras dos «moderados», como Nabuco de Araújo e Pedro de Araújo Lima (Marquês de Olinda), o que originou o Partido Progressista, composto por conservadores «moderados» e liberais históricos. O primeiro Ministério de Zacarias de Góis e Vasconcelos, constituído em 24 de maio de 1862, refletia na sua composição essa conjuntura de mudança política. Nesse Ministério, que durou somente de 24 a 30 de maio de 1862, José Bonifácio, o Moço, foi Ministro da Marinha. Houve, ainda, mais dois Ministérios presididos por Vasconcelos e, na vigência do segundo (15 janeiro a 31 de agosto de 1864), José Bonifácio foi Ministro do Império, enquanto o terceiro (3 de agosto de 1866 a 16 de julho de 1868) não contou com a participação de Bonifácio.

28 O autor assume não ter tido acesso ao volume de poesias editado por José Bonifácio (*Rosas e goivos,* 1849), tendo trabalhado, ao que parece, com poemas publicados em jornais.

29 Como refere o autor, José Joaquim de Andrade Neves (1808-1869) faleceu devido a ferimentos sofridos na Guerra do Paraguai (1864-1870) que opôs as forças do Brasil, Uruguai, Argentina, à República Paraguai, governada por Solano Lopes.

30 Provavelmente expressão idiomática alusiva à impetuosidade e à coragem «loca» da cavalaria comandada por Andrade Neves.

31 «O redivivo» (1962: 223-226; [1880]: 60-64). O poema foi publicado em 1869, no *Ipiranga* (SP).

32 Muitos escravizados, cedidos pelos seus senhores, participaram como soldados da Guerra do Paraguai. Uma Lei de 1866 concedia liberdade aos cativos que lutassem nas fileiras do Exército brasileiro.

33 «O corneta da morte», est. 1-7; 10-12; 15-16 (SILVA, 1962: 236-241; [1880]: 77-83).

34 «O corneta da morte», est. 10, v. 7-10 (SILVA, 1962: 239; [1880]: 81).

35 «O corneta da morte», est. 15, v. 7-10 (SILVA, 1962: 240-241; [1880]: 83).

36 O autor indica 1850 como data do poema, mas ele não consta na edição de 1861, nem na edição *princeps* de 1880. Não foi possível identificar o local de sua publicação.

37 Nas edições *princeps* e de 1962: «imensa».

38 Nas edições *princeps* e de 1962: «de amores».

39 Nas edições *princeps* e de 1962: «puríssima fingia».

40 Nas edições *princeps* e de 1962: «feliz».

41 «À margem da corrente», est. 1, v. 1-3 e est. 4-8 (SILVA, 1962: 227-230; [1880]: 65-69).

42 Alusão ao «Navio negreiro» de Castro Alves, datado de «São Paulo, 18 de abril de 1868». Publicado primeiramente em jornais, o poema saiu, após a morte do escritor, na coletânea *Os escravos* (1883).
43 «Navio negreiro», parte I, quadra 10 (ALVES: 1883: 86).
44 Composto em 1848, este poema não consta do volume de poesias editado em 1849 por José Bonifácio.
45 «Adeus de Gonzaga», oitavas 1, 3, 4 e 9 (SILVA, 1962: 205-207; [1880]: 5-8). Na edição *princeps* constam as seguintes informações: «S. Paulo, 1848» e publicado nas *Harmonias Brasileiras.* S. Paulo, 1859.
46 No *NALLB*: «pé», na edição de 1962, "pó": "o pó das gerações que nunca viste" (SILVA, 1962: 262).
47 «A liberdade» (SILVA, 1962: 262; [1880]: 155).
48 Antônio Caetano de Campos (São João da Barra, 1844 – São Paulo, 1891) formou-se na Escola de Medicina do Rio de Janeiro e participou como cirurgião da armada na Guerra do Paraguai. Transferiu-se para São Paulo em 1870, dedicando-se ao ensino, fundando e lecionando na Escola Normal de São Paulo.
49 «Ao Dr. Antônio Caetano de Campos» (SILVA, 1962: 268; [1880]: 177).
50 «A fé» (SILVA, 1962: 263; [1880]: 157).
51 «A lágrima» (SILVA, 1962: 243). O soneto não consta na edição *princeps* [1880].
52 Esse soneto não consta nas publicações consultadas.
53 Na edição *princeps*: «deslembrada», assim como na edição de 1962 (SILVA, 1962: 245).
54 «Camões II» (SILVA, 1962: 245; [1880]: 84). Na edição *princeps*, assim como na edição de 1962, o soneto intitula-se «A Camões» e, em ambas, é seguido pela indicação: «Public. à p. 414 da *Revista Brasileira* de 10 de junho de 1880 – *Homenagem a Luís de Camões*».
55 «Deserta a casa está chorando» (SILVA, 1962: 247). Este soneto não consta na edição *princeps* [1880].
56 Esse poema não consta nas publicações consultadas.
57 Codicilo: disposições adicionais a um testamento. No *NALLB*, por gralha: «codicílio».
58 Na edição *princeps*, assim como na edição de 1962, está: «o».
59 «Meu testamento» (SILVA, 1962: 257-258; [1880]: 172-174). Na edição *princeps* consta em nota que o poema foi publicado em *O Paiz* a 10 de novembro, mas não indica de que ano.
60 «Aspirações» (SILVA, 1962: 252; [1880]: 161).
61 Tobias Barreto de Menezes (Vila de Campos do Rio Real-SE, 1839 – Recife-PE, 1889), filósofo, jurista, crítico literário, poeta, foi o fundador da Escola de Recife.

Era germanista, fato que o distinguia no interior da intelectualidade brasileira da época, marcadamente francófila.

62 No *NALLB*, por gralha: «traguinando».

63 «Lendo Camões» (SILVA, 1962: 251; [1880]: 160).

64 «Não e sim» (SILVA, 1962: 250; [1880]: 158).

65 No *NALLB* há, de fato, um «erro de cópia», cuja origem não é possível esclarecer.

66 Nas edições *princeps* e de 1962, o título do soneto é «O retrato». Esse soneto foi publicado no periódico *A propaganda* (Juiz de Fora, 27-11-1886).

67 «O retrato», terceto 1 (SILVA, 1962: 206; [1880]: 166).

68 O autor parece ignorar que o eu poético entrevê uma figura feminina na penumbra, razão pela qual sua pele apresenta tonalidade escura, característica do fruto do jambeiro.

69 Há uma ligeira imprecisão nessa observação. Da edição de 1880, constam alguns discursos parlamentares proferidos entre 1861 e 1868, no total de 35, mas apenas um de 1879.

70 Autor e livro não identificados.

71 José Estêvão Coelho de Magalhães (Aveiro, 1809-1862), deputado e orador português. Embora muito jovem, apoiou da Revolução de 1820 e, mais tarde, combateu na Guerra Civil que opunha os liberais liderados por D. Pedro aos absolutistas comandados por D. Miguel. Pertence à geração de oradores e políticos românticos liberais.

72 Os trechos de discursos aqui transcritos se encontram, majoritariamente, na edição dos *Discursos parlamentares* de 1880, mas estão referenciados nas notas com base na reedição fac-similar de 2007.

73 Sessão do Parlamento: 21º Gabinete do Segundo Reinado, presidido pelo Marquês de Olinda.

74 François Guizot (1787-1874), historiador e político francês, foi Ministro importante durante a Monarquia de Julho (1830-1848). Defensor do voto censitário, opunha-se ao alargamento dos direitos políticos por meio do sufrágio universal.

75 Não ficou claro, nessa passagem, o «erro» político cometido por Guizot.

76 Manuel Pinto de Souza Dantas presidiu o Conselho de Ministros de 6 de julho de 1884 a 6 de maio de 1885. O Gabinete Dantas retomou a questão da abolição da escravização, propondo a emancipação imediata dos escravizados acima dos sessenta anos, sem indenização dos proprietários. Em decorrência da proposição da Lei dos Sexagenários, o Gabinete foi derrubado pela Câmara dos Deputados. A Lei foi retomada e modificada pelo Ministério presidido por José Antônio Saraiva, aumentando-se a idade dos que teriam direito a libertação de 60 para 65 anos.

77 Fragmento do discurso pronunciado na sessão de 23 de junho de 1865. Esse discurso não se encontra na antologia dos *Discursos parlamentares* publicada em 1880 e republicada no Fac-símile de 2007.

78 Adolphe Thiers (1797-1877), jornalista, historiador e político francês, foi Ministro e Presidente do Conselho de Ministros durante a Monarquia de Julho (1830-1848). «Legitimista», favorável a volta da Dinastia Bourbon ao governo da França, foi exilado por Luís Napoleão em 1851. Após a queda de Luís Napoleão, em decorrência da invasão da França pelos prussianos, foi eleito Presidente da Terceira República pela Assembleia Nacional e reprimiu violentamente a Comuna de Paris.

79 Referência às *Corn Laws,* que protegiam os cereais produzidos na Inglaterra da concorrência de produtos importados, razão pela qual os preços dos cereais eram elevados e causaram a penúria alimentar das camadas populares. Após intensos debates parlamentares, a Câmara dos Comuns aboliu as *Corn Laws* em 1846.

80 Henry Temple, Lord Palmerrston (1784-1865), homem de Estado inglês, que dirigiu, por quarenta anos, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra.

81 Fragmento do discurso pronunciado na sessão de 7 de junho de 1865 (SILVA, 2007: 387-389).

82 Trecho de um discurso proferido em 30 de abril de 1866 (SILVA, 2007: 447).

83 Trecho de um discurso proferido em maio de 1879 (SILVA, 2007: 600).

84 Com o Ministério presidido pelo político alagoano João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, Visconde Sinimbu (1810-1906), o Partido Liberal voltava ao poder, em 5 de janeiro de 1878, depois de quase dez anos de predomínio governamental dos Conservadores. O Ministério encaminhou à Câmara dos Deputados a proposta de uma revisão da Constituição com o objetivo de se efetivar uma Reforma Política. Previam-se a instituição da eleição direta, substituindo os dois turnos eleitorais, o aumento do censo eleitoral e a exclusão dos analfabetos do direito de voto. Acrescente-se a proposta de concessão do direito de voto aos não católicos, considerando-se que o catolicismo era, então, a religião oficial do Estado brasileiro. José Bonifácio e Joaquim Nabuco insurgiram-se contra dois tópicos da Reforma: a subida do censo eleitoral e a exclusão de analfabetos. O Ministro da Guerra era o marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval (1808-1879), comandante das tropas brasileiras no início da Guerra do Paraguai e ferido na batalha do Avaí, em 11 de dezembro de 1868. Osório era filiado ao Partido Liberal e, nesse aspecto, diferenciava-se do seu companheiro de armas do Partido Conservador, o Duque de Caxias.

85 Referência à Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), contraofensiva das forças paraguaias à ocupação pelos aliados da margem direita do rio Paraná,

cujo ataque visava empurrar as linhas aliadas para a região ainda mais pantanosa de Estero Belaco. O terreno alagadiço, ríspido e pestilencial de Tuiuti aumentou as dificuldades de abastecimento e a propagação de doenças nas fileiras brasileiras. O General Osório, enfermo, teve que deixar o campo de batalha e transferir o comando das tropas brasileiras.

86 A fortaleza paraguaia de Humaitá, magnificamente aparelhada com peças de artilharia e estrategicamente construída na margem esquerda do rio Paraguai, próxima de sua foz, impedia o avanço das tropas, sobretudo, brasileiras na direção do Paraguai. Em 16 de julho de 1868, a esquadra comandada pelo Visconde de Inhaúma inicia o bombardeio das baterias instaladas na fortaleza. Passados cinco dias, dois encouraçados e um monitor brasileiros juntam-se ao ataque. Em 24 de julho, mais três encouraçados realizam a travessia e a guarnição paraguaia começa a abandonar a fortaleza em direção ao *Chaco.*

87 Fragmento do discurso pronunciado na sessão de 28 de abril de 1879 e não publicado na edição de 1880.

88 Fragmento de discurso pronunciado na sessão de 7 de junho de 1865 (SILVA, 2007: 365). Cf. data da edição tb. nas notas seguintes.

89 Lúcio Cornélio Sulla Félix (138-78 a.C.), general romano ligado à nobreza patrícia, combateu o general Mário, de origem plebeia, e ascendeu pela força ao governo da República romana.

90 Trecho do discurso pronunciado na sessão de 7 de junho de 1865 (SILVA, 2001: 365-366).

91 Trechos do discurso pronunciado na sessão de 20 de março de 1866 (SILVA, 2007: 393 e 414).

92 A bandeira branca era, na França, o símbolo da monarquia.

93 Antoine Berryer (1790-1868), orador do Partido Legitimista, favorável à Dinastia dos Bourbons.

94 Armand Marrast (1801-1852) foi membro do Governo Provisório de 1848, Prefeito de Paris e Presidente da Assembleia Nacional durante a Segunda República Francesa.

95 Louis Marie de Lahaye, Visconde de Cormenin (1788-1868), ligou-se, sobretudo, aos monarcas Bourbons durante a Restauração (1814-1830). Apesar disso, teve destacada participação política durante a Monarquia de Julho (1830-1848), a Revolução de 1848, a Segunda República francesa (1848-1851) e o Segundo Império napoleônico (1852-1870).

96 *Le Moniteur Universel*, jornal oficial do governo francês fundado em 1789 e que circulou no país até 1869.

97 «Faça as coisas mais intensas do modo mais suave»: frase cunhada pelo Padre jesuíta Cláudio Acquaviva (1543-1615), que chegou ao cargo de Superior da Companhia de Jesus.

98 Fragmento do discurso proferido na sessão de 29 de maio de 1865 (SILVA, 2001: 332).
99 Escultura do deus Glauco, divindade do mundo das águas na mitologia grega, que perdida no mar, sujeita aos tufões e às tempestades, ficou tão desfigurada, que parecia mais «uma besta feroz» do que um deus.
100 Fragmento do discurso proferido na sessão de 29 de maio de 1865 (SILVA, 2007: 354).
101 Thomas Babington, Macaulay (1800-1859), historiador e político inglês, escreveu uma *História da Inglaterra.*
102 Fragmento do discurso proferido na sessão de 17 de julho de 1867 (SILVA, 2007: 528-529).
103 No Senado, José Bonifácio pronunciou sucessivos discursos sobre a «questão servil» em 1885. Nesse ano, discutia-se o projeto de lei que libertaria os escravizados com mais de sessenta anos e que se transformou na Lei Saraiva-Cotegipe, que subiu a idade da emancipação para sessenta e cinco anos. Na sessão do Senado de 11 de agosto de 1886, José Bonifácio pronunciou, talvez, o mais incisivo dos seus discursos de combate à escravidão no país. O discurso foi motivado pela morte de dois escravos na cidade de Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, punidos, cada um deles, com trezentas chibatadas por seus «proprietários». Esse discurso de indignação e denúncia de José Bonifácio foi publicado em separata pelo abolicionista Antônio Bento, líder do movimento dos Caifazes, em São Paulo.
104 Passagem não identificada nos discursos publicados em livros.
105 Juntamente com Joaquim Nabuco, abolicionista pernambucano.
106 Fragmento do Discurso proferido na sede da União Federal Abolicionista de Pernambuco.
107 Joaquim Nabuco e Rui Barbosa foram alunos de José Bonifácio na Faculdade de Direito de São Paulo.
108 José Bonifácio, «O redivivo», est. 14 (SILVA, 1962: 223; [1880]: 63).
109 Talvez pintura a óleo não datada de R. Nunes, que retrata «José da Silva Lisboa, Viconde de Cairu, junto a José Bonifácio» e pertence à Câmara de Vereadores de Salvador (Bahia).
110 Lei Áurea assinada em 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel.
111 No *NALLB:* «presenceiam»
112 Forma portuguesa para «terremoto».
113 1.º Duque da Terceira, António José de Sousa Manuel de Meneses Severim de Noronha (Lisboa, 1792-1860), é um importante general e político português que se destacou nas Guerras Liberais.
114 António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1897), político e orador parlamentar, que incentivou e viabilizou projetos de desenvolvimento econômico e material de Portugal.

115 1.º Duque de Saldanha, o Marechal João Carlos de Oliveira Daun (1790-1876) combateu ao lado dos liberais liderados por D. Pedro contra as forças de D. Miguel. Com participação efetiva na política, foi, muitas vezes, Ministro de Estado e Presidente do Conselho de Ministros. Foi, também, embaixador de Portugal em Paris, Londres etc.
116 1.º Duque de Palmela, o diplomata e estadista Pedro de Sousa Holstein (Turim, 1781 – Lisboa, 1850) representou Portugal no Congresso de Viena e contribuiu para a implantação do regime político liberal no país. Foi, muitas vezes, Ministro dos Negócios Estrangeiros.
117 Rodrigues Cordeiro reivindica a construção de monumentos públicos como forma de reconhecimento obrigatório das personalidades da História política, militar e cultural da nação.
118 Designação utilizada até 1910 para referir o Palácio de São Bento, sede do Parlamento de Portugal.
119 Amador Bueno, personagem da História Colonial, que teria sido aclamado, em 1841, «Rei de São Paulo» pela população castelhana local, como reação ao fim da União Dinástica entre Portugal e Espanha. Amador Bueno teria reagido e aclamado, naquela ocasião, o rei D. João IV de Portugal como o verdadeiro monarca do mundo português.
120 Casa Lacerda, provavelmente uma empresa especializada em fundição de metais.
121 A ideia do monumento, apoiada por Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, teve como incentivador principal o urbanista francês Jules Martin. A escultura foi esculpida pelo artista francês Georges Engrand e inaugurado em 26 de outubro de 1890, quatro anos após a morte de José Bonifácio. Situada no Largo de São Francisco, diante do Convento dos Franciscanos (São Paulo), ali permaneceu até 1935, quando foi removida para um depósito na Prefeitura de São Paulo. Em 1940, atendendo-se às reivindicações de professores e estudantes, o conjunto escultórico em bronze, que alcança com o pedestal nove metros de altura, foi instalado no saguão da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Referências bibliográficas

ALVES, Castro (1870) – *Espumas flutuantes*: Bahia. Tipografia de Camilo de Lellis Masson e C.

ALVES, Castro [1883] – «O navio negreiro. Tragédia no mar». In: *Os escravos. Poema brasileiro dividido em duas partes. I. A Cachoeira de Paulo Affonso. II Manuscriptos de Stenio*. Precedido da biografia do poeta por Mucio Teixeira. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves Editor, p. 85-88.

CANDIDO, Antonio (2017) – *Formação da literatura brasileira, momentos decisivos*. 16ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Ouro sobre Azul/FAPESP.

CARPEAUX, Otto Maria (1955) – *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura.

COELHO, José Maria Latino (1877) – *Elogio histórico de José Bonifácio de Andrada e Silva.* Lisboa: Typographia da Academia.

CORDEIRO, A. X. Rodrigues (1889) – «José Bonifácio de Andrada e Silva». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1890.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. 3-19

ELYSEO, Américo (1825) – *Poesias avulsas de Américo Elyseo*. Bordeaux: s. ed.

ELYSEO, Américo (1861) – *Poesias de Américo* Elyseo. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert.

ELYSEO, Américo (1942) – *Poesias*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

FARIA, Júlio Cézar de (1944) – *José Bonifácio, o Moço*. Rio de Janeiro, São Paulo: Cia. Editora Nacional.

FAUSTO, Boris (2012) – *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FRANCO, Francisco de Melo (1868) – *O reino da estupidez*. Barcelos: Typografia da Aurora do Cavado.

GAMA, Luiz (1861) – *Primeiras trovas burlescas de Getulino*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro e Cia.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1985) – *Do Império à República*. In *História geral da civilização brasileira*, tomo II, vol. 5, 4ª ed. São Paulo: DIFEL.

MARTINS, Wilson (1977) – *História da inteligência brasileira,* vol. III (1855-1877). São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Wilson (1979) – *História da inteligência brasileira,* vol. IV (1877-1896). São Paulo: Editora Cultrix.

MORAES, João Corrêa de Moraes (1880) – *Discursos parlamentares do Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva*. Rio de Janeiro: Typographia de Molarinho e Mont'Alverne.

ROMERO, Sílvio (1888) – *Historia da litteratura brazileira,* tomo segundo (1830-1877). Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro Editor.

SILVA, José Bonifácio [1880] – *Poesias de José Bonifácio* [o Moço]. Org. José Maria Vaz Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores proprietários.

SILVA, José Bonifácio de Andrada [1849] – *Rosas e goivos*. São Paulo: Typographia Liberal.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e (1886) – *Discurso proferido pelo venerando e eminente Senador Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva na sessão de 11 de agosto de 1866 Mandado publicar pelo Dr. Antonio Bento*. São Paulo: Typographia União.

SILVA, José Bonifácio, o Moço (1962) – *Poesias*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura – Comissão de Literatura.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e (1979) – *José Bonifácio, o Moço, discursos parlamentares.* Sel. e Intr. Francisco de Assis Barbosa. Brasília: Câmara dos Deputado.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e (2007) – *Discursos parlamentares.* Apresentação Marco Antonio Villa. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/FUNDAP.

SODRÉ, Nelson Werneck (1966) – *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

José Leonardo do Nascimento
Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista

José de Alencar

José de Alencar

No ano de 1840 frequentava um colégio de educação, na rua do Lavradio da cidade do Rio de Janeiro[1], um estudantinho, que contava por esse tempo 10 para 11 anos de idade, e que, se entre os demais alunos, se destacava pela exiguidade da figura, também entre eles sobressaía pela grandeza do talento.

De compleição franzina e pequena estatura, essa criança, que a Providência fadara para vir a ser mais tarde uma das maiores glórias da grande nação brasileira, avantajava-se a todos os outros alunos da sua classe pelas manifestações da inteligência viva e penetrante, pela sua aplicação e amor do trabalho, e pelo brio inquebrantável com que sabia conquistar e manter, com notável firmeza, o primeiro lugar entre todos os companheiros de estudo.

> Era quando todo o colégio já estava reunido no grande salão (escrevia ele, 30 anos depois, ao lançar um olhar retrospetivo para esse período inicial do seu tirocínio acadêmico) que entrava, em passo de marcha, a sexta classe, a cuja frente vinha eu, o mais *pirralho* e *enfezadinho* da turma. A constância com que me conservava à frente da classe no meio das alterações que, em outras se davam todos os dias, causava sensação no povo colegial. Faziam-se apostas de lápis e canetas, e todos os olhos se voltavam para ver se o *caturrinha*... havia afinal descido de monitor de classe.*

Mas o *caturrinha* sabia manter-se, firme e intemerato, no seu posto de honra. Não se deixava facilmente apear do pedestal a que subira, pelo primor da sua inteligência precoce e pelo esforço do seu trabalho persistente.

Uma única vez foi ele preterido, não porque fosse encontrado em falha, mas unicamente porque uma confusão do seu espírito, relativamente à numeração dos lugares da classe, fez com que deixasse de responder, na altura competente, a uma pergunta do professor.

---

* José de Alencar – *Como e porque sou romancista* – Autobiografia literária em forma de carta – (Folheto póstumo)[2].

Esta circunstância redundou em proveito de outro aluno que, por tal motivo, foi, ainda que momentaneamente, ocupar o seu lugar de primazia, em breve reconquistado. Nos 30 anos vividos desde então, escreveu ele também na sua autobiografia literária já citada,

> muita vez fui esbulhado do fruto do meu trabalho pela mediocridade agaloada; nunca senti senão o desprezo que merecem tais pirraças da fortuna, despeitada contra aqueles que a não incensam. Naquele momento porém, vendo perdido o prêmio de um estudo assíduo, e mais por surpresa do que por deficiência, saltaram-me as lágrimas, que eu devorei silenciosamente, para não abater-me ante a adversidade.[3]

Insisto nestes pormenores, porque na criança está o esboço do homem, e os traços que aí ficam apontados, acerca dos predicados do pequeno colegial, deixam bem antever as altas faculdades mentais, a inquebrantável força de vontade e a rija têmpera de caráter do homem que, 17 anos depois, era já o notável escritor, de cujo nome justamente se orgulha a pátria brasileira, que ele tanto honrou e engrandeceu com o prestígio da sua pena gloriosa: o grande romancista – José de Alencar.

*

Filho de ilustre homem político brasileiro, o Senador José Martiniano de Alencar[4], falecido em 1860, nasceu o distintíssimo escritor na então Província do Ceará, em 1 de maio de 1829, indo, na idade de 10 anos, viver com os seus pais para o Rio de Janeiro, onde residiu todo o resto da sua vida.

Durante a frequência dos primeiros estudos, em que tão notavelmente começou logo a salientar-se, o pequeno Alencar entretinha as horas, que lhe ficavam livres do trabalho escolar, lendo romances ao serão perante a família reunida, em companhia de um pequeno grupo de pessoas íntimas, em que predominava o sexo feminino, numa sala da casa, que a mesma família habitava,

na Rua do Conde[5] (hoje Rua do Visconde de Rio Branco). «Foi essa leitura contínua e repetida de novelas e romances (pergunta Alencar no opúsculo já referido, e a que muitas vezes terei de recorrer, como a um repositório de indicações preciosas sobre a vida literária do escritor, especialmente o seu desabrochar) que primeiro imprimiu em meu espírito a tendência para essa forma literária que é, entre todas a da minha predileção?[6]». E acrescenta:

> Não me animo a resolver esta questão psicológica, mas creio que ninguém contestará a influência das primeiras impressões.
>
> Nosso repertório romântico era pequeno; compunha-se de uma dúzia de obras entre as quais primavam a *Armanda e Oscar*, *Saint Clair das ilhas*, *Celestina* e outras, de que já me não recordo.
>
> Esta mesma escassez e a necessidade de reler, uma e muitas vezes, o mesmo romance quiçá contribuiu para mais gravar em meu espírito os moldes dessa estrutura literária, que mais tarde deviam servir aos informes esboços de novel escritor. Mas não tivesse eu herdado de minha santa mãe a imaginação de que o mundo apenas vê as flores, desbotadas embora, e de que eu somente sinto a chama incessante; que essa leitura de novelas mal teria feito de mim um mecânico literário, desses que escrevem *presepes*, em invés de romances.[7]

Não resisto à tentação de transcrever neste lugar mais um trecho ainda do interessante trabalho póstumo de José de Alencar, porque além de ser um trecho anedótico e de verdadeiro espírito, revela bem a paixão com que *ledor* entusiasta e o seu auditório íntimo se interessavam na próspera ou adversa fortuna dos seus personagens queridos, e a influência perdurável que devia produzir no espírito do talentoso rapazinho a atmosfera que se respirava nos serões românticos da Rua do Conde.

> Uma noite daquelas em que eu estava mais possuído do livro, lia com expressão uma das páginas mais comoventes da nossa biblioteca. As senhoras, de cabeça baixa, levavam o lenço ao rosto, e poucos momentos depois não puderam conter os soluços que lhes rompiam o seio.

> Com a voz afogada pela comoção e a vista empanada pelas lágrimas, eu também cerrando ao peito o livro aberto, disparei em pranto e respondia com palavras de consolo às lamentações de minha mãe e suas amigas.
>
> Nesse instante assomava à porta um parente nosso, o reverendo Padre Carlos Peixoto Alencar[8], já assustado com o choro que ouvira ao entrar. Vendo-nos a todos naquele estado de aflição, ainda mais se perturbou.
>
> – Que aconteceu? Alguma desgraça? perguntou arrebatadamente.
>
> As senhoras, escondendo o rosto no lenço para ocultar do Padre Carlos o pranto e evitar os seus remoques, não proferiram palavra. Tomei eu a mim responder.
>
> – Foi o pai de Armanda que morreu! disse mostrando-lhe o livro aberto.
>
> Compreendeu o Padre Carlos, e soltou uma gargalhada, como ele as sabia dar, verdadeira gargalhada homérica, que mais parecia uma salva de sinos a replicarem do que riso humano. E após esta, outra e outra, que era ele inesgotável, quando ria de abundância de coração, com o gênio prazenteiro de que a natureza o dotara. [9]

Mas não era só de literatura romântica que se tratava na casa da Rua do Conde. Tratava-se também de política.

Na mesma sala onde a mãe de Alencar reunia as suas amigas para os pacatos entretenimentos do serão, de cujo programa faziam parte, como um dos números mais apreciados, as leituras, a que me tenho referido, reunia também, um dia por semana, o Senador Alencar os seus amigos do *Club Maiorista*[10], e ali, em sessões noturnas, e secretamente, se preparava a revolução parlamentar[11], que teve por fim a proclamação da maioridade do ex-imperador D. Pedro II.

A este respeito diz Alencar com graça e ironia:

> Enquanto deliberavam os membros do *Club*, minha boa mãe assistia ao preparo do chocolate com bolinhos, que era costume oferecer aos convidados por volta das 9 horas, e eu, ao lado com impertinências de filho querido, insistia por saber o que ali ia fazer aquela gente.

> Conforme o humor em que estava, minha mãe às vezes divertia-se logrando com histórias a minha curiosidade infantil; outras deixava-me falar às paredes e não se distraía de suas ocupações de dona de casa.
>
> Até que chegava a hora do chocolate. Vendo partir carregada de tantas gulosinas a bandeja que voltava completamente destroçada; eu, que tinha os convidados na conta de cidadãos respeitáveis, preocupados dos mais graves assuntos, indignava-me ante aquela devastação, e dizia com a mais profunda convicção: – O que eles vêm fazer aqui é regalarem-se de chocolate!
>
> Essa, a primeira observação do menino em cousas de política, ainda a não desmentiu a experiência do homem. No fundo de todas as evoluções lá está o chocolate embora sob vários aspectos.[12]

Encontra-se na *Autobiografia* cujo desenvolvimento aqui vou seguindo como o mais seguro elemento para reconstituir a *genesis* do escritor, uma revelação curiosíssima, e que não deixarei passar despercebida.

> Se a novela foi a minha primeira lição de literatura, não foi ela que me estreou na carreira de escritor. Este título cabe a outra composição, modesta e ligeira, e por isso mesmo mais própria para excitar um espírito infantil.
>
> O dom de produzir, a faculdade criadora, se a tenho, foi a *charada* que a desenvolveu em mim, e eu teria prazer em referir esse episódio psicológico, se não fosse o receio de alongar-me demasiado.[13]

Estas palavras do grande escritor são dignas de registo, porque elas encerram o elogio da diversão charadística tão apreciada por muitas centenas de leitores e colaboradores deste anuário.

Saibam os que desdenham esta engenhosa recreação de espírito, como coisa fútil e menos própria de inteligências elevadas, que foi nela que José de Alencar se estreou como escritor, e que foi exercitando-a, como ele próprio reconhece, que se lhe desenvolveram as poderosas faculdades criadoras do seu talento.

*

Em 1843 partiu o moço estudante para São Paulo a fim de completar os estudos preparatórios que lhe faltavam para se matricular no curso jurídico.

Já por esse tempo ele começara, não obstante contar apenas 13 anos de idade, os seus primeiros ensaios como escritor. Levava consigo o seu tesouro literário, constituído, segundo ele diz, por fragmentos de romances, alguns apenas começados, outros já no desfecho, mas ainda sem princípio.

Tudo isso porém foi destruído pela mão inexorável do futuro romancista desde que a leitura de Balzac, Alexandre Dumas, Alfredo de Vigny, Chateaubriand e Victor Hugo, veio reduzir a proporções mínimas, perante os seus olhos deslumbrados de tantas belezas para ele ainda até então ignoradas, a importância e interesse dos seus trabalhos em esboço.

> O romance, como eu agora o admirava, poema da vida real, me aparecia na altura dessas criações sublimes, que a Providência só concede aos semideuses do pensamento; e que os simples mortais não podem ousar, pois arriscam-se a derreter-lhes o sol, como a Ícaro, as penas de cisne grudadas com cera.[14]

Em 1846, matriculou-se José de Alencar na Faculdade de Direito de São Paulo, passando em 1848 para Olinda, onde terminou a sua formatura.

Durante esse período ele foi sempre, a par dos seus estudos jurídicos, preparando o espírito para a luta ingente em que mais tarde se empenhou com tanto luzimento e glória para o seu nome e para o seu país. Em São Paulo foi um dos fundadores da revista semanal *Ensaios Literários*[15], redigida por acadêmicos. Em Olinda passava horas e horas encerrado na biblioteca do Convento de São Bento[16], lendo atentamente os cronistas da era colonial, e durante as férias devorava os romances marítimos de Walter Scott[17] e Cooper[18], e os do Capitão Marryat[19]. Leu também nesse período os romances de Arlincourt[20], Frederico Soulier, Eugênio Sue[21] e muitos outros,

mas nada tinha para o seu espírito tantos atrativos e encantos como as grandiosas marinhas de Scott e Cooper e os combates heroicos de Marryat.

Concluída a sua formatura em 1851 foi Alencar estabelecer a sua residência do Rio de Janeiro, onde durante algum tempo exerceu a advocacia, sendo logo também convidado para tomar parte na redação do *Diário Mercantil*[22]. Foi nesse jornal que ele publicou a série de brilhantes folhetins – «Ao correr da pena» – depois colecionados em volume, e que rapidamente lhe granjearam a reputação de escritor primoroso.

Do fino espírito, e da elegância de estilo, com que eram escritas essas cintilantes palestras literárias, encontro uma amostra no primoroso trabalho do Dr. Araripe Júnior[23] *José de Alencar (perfil literário)* a que muitas vezes também terei de recorrer no decurso desta despretensiosa notícia. Transcrevo-a para que os leitores possam formar o seu juízo acerca desta primeira *manière* do afamado escritor.

> Estou portanto convencido de que as janelas da alma são em tudo e por tudo semelhantes às das casas, com a única diferença do arquiteto. Assim há olhos de sacada, de peitoril, de persianas, de cortinas; da mesma maneira que há janelas azuis, pretas e verdes, de forma chinesa ou de estilo gótico.
>
> Essas janelas d'alma são de todo o tamanho. Umas excedem a medida da Câmara Municipal, e deviam ser multadas porque afetam a ordem e o sossego público; são os olhos grandes de mulher bonita. Outras não passam de pequenas frestas ou seteiras, como certos olhos pequeninos e buliçosos que, quando olham, fazem cócegas dentro do coração.
>
> O que porém dava matéria a um estudo muito interessante é o modo por que a alma costuma chegar à janela. A alma é mulher, e como tal padece do mal de Eva, a curiosidade; por isso apenas há o menor barulho na rua, faz o mesmo que qualquer menina janeleira: atira a costura ao lado e corre à varanda.
>
> Entretanto cada uma tem o seu sistema diferente.
>
> As francas e leais debruçam-se inteiramente na sacada, sorriem ao amigo que passa, cumprimentam os conhecidos e às vezes oferecem a casa a algum dos seus íntimos. Outras, ao

> contrário, nunca se reclinam à janela, ficam sempre por detrás da cortina e olham o que se passa por uma pequena fresta. Deste número são as almas dos diplomatas, dos jesuítas e dos ministros de Estado. Em compensação há também algumas almas, que quando pilham um espírito descuidado, saltam pela janela como um estudante vadio, e vão flanar pelas estrelas, abandonando por um instante o corpo, seu hóspede e companheiro.[24]

Em 1855, José de Alencar assumiu a direção do *Diário do Rio de Janeiro*[25], onde durante três anos escreveu uma imensidade de magníficos artigos sobre os mais variados assuntos, tais como política geral, economia política, administração, jurisprudência, etc., revelando dotes de primeira ordem como publicista.

Foi também no *Diário do Rio* que apareceram publicadas as célebres *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*[26], artigos de crítica cintilante, que tanta sensação produziram no público, e tanto ruído causaram na imprensa brasileira daquela época.

Por esse tempo (1856) fez Alencar a sua estreia no gênero que depois lhe conquistou fama imorredoura – o romance. *Cinco minutos* e *Viuvinha*, duas graciosas miniaturas, em que avultam dois tipos femininos de extrema delicadeza, foram as primícias do seu talento como romancista.

A estes trabalhos seguiu-se *O Guarani*, publicado em 1857, e depois *Lucíola*, *Minas de prata*, *Iracema*, etc., etc..

*

Guarani e *Iracema*, publicado muito posteriormente, são as duas maiores coroas de glória do romancista.

Correspondem estes dois romances, segundo a opinião do autor, a duas fases distintas do período orgânico da literatura brasileira – a *aborígene* e a *colonial*, constituída a primeira pelas lendas e mitos de terra selvagem e conquistada, e caracterizada a segunda pela gestação lenta do povo americano que saiu da estripe lusa, dando lugar à formação de novos costumes e a uma existência nova pautada por diverso clima, e adaptada às condições de uma natureza virgem e exuberante[27].

Em qualquer deles, e ainda no *Ubirajara*, o indianismo, gênero já anteriormente tentado por Santa Rita Durão[28] e Basílio da Gama[29], foi pela primeira vez cultivado no Brasil com o mesmo esplendor, com que o havia sido na América do Norte por Fenimore Cooper.

Daí proveio a ideia de *imitação* que começou a propalar-se, mas contra a qual protesta Alencar nos seguintes períodos da sua autobiografia:

> Disse alguém, e repete-se por aí de outiva, que o *Guarani* é um romance ao gosto de Cooper. Se assim fosse, haveria coincidência, e nunca imitação; mas não é. Meus escritos se parecem tanto com os do ilustre romancista americano, como as várzeas do Ceará com as margens do Delaware.
>
> A impressão profunda que em mim deixou Cooper foi como poeta do mar... Quanto à poesia americana, o modelo para mim ainda hoje é Chateaubriand; mas o mestre que eu tive foi esta esplêndida natureza que me envolve, e particularmente a magnificência dos desertos que eu perlustrei ao entrar na adolescência, e foram o pórtico majestoso, por onde minha alma penetrou no passado da sua pátria.
>
> Daí, desse livro secular e imenso é que eu tirei as páginas do *Guarani*, as de *Iracema*, e outras muitas que uma vida não bastaria a escrever. Daí, e não das obras de Chateaubriand, e menos das de Cooper, que não eram senão a cópia do original sublime que eu havia lido com o coração.
>
> Anos depois de escrito o *Guarani* reli Cooper, a fim de verificar a observação dos críticos e convenci-me de que ela não passa de um *rojão*. Não há no romance brasileiro um só personagem de cujo tipo se encontre o molde nos *Moicanos*, *Espião*, *Ontário*, *Sapadores* e *Leonel Lincoln*[30].
>
> No *Guarani* derrama-se o lirismo de uma imaginação moça, que tem, como a primeira rama, o vício da exuberância. Nas obras do eminente romancista americano nota-se a singeleza e parcimônia do prosador, que se não deixa arrebatar pela fantasia, antes a castiga.
>
> Cooper considera o indígena debaixo do ponto de vista social; e na descrição dos seus costumes foi *realista*; apresentou-o sob o aspecto vulgar.

> No *Guarani* o selvagem é um ideal, que o escritor intenta poetizar, despindo-o da crosta grosseira de que o envolveram os cronistas, e arrancando-o ao ridículo que sobre ele projetam os restos embrutecidos da quase extinta raça.[31]

É esta realmente a nota predominante nos romances de Alencar, onde figura o elemento nativo – a poetização do selvagem.

Na alma do índio Peri, o herói do *Guarani*, apesar de selvagem, acumulam-se todos os grandes predicados e todos os nobres sentimentos de que possa orgulhar-se a humanidade, no mais elevado grau de civilização.

Numa advertência final[32] e notas[33] que acompanham o romance *Ubirajara*, o ilustre romancista ocupa-se muito a peito da reabilitação do tupi, passando em revista alguns dos seus costumes que, por não haverem sido compreendidos pelos cronistas, e vistos à luz de uma intolerância feroz, aparecem nos seus escritos completamente deturpados, grosseiramente apreciados e envolvidos em fábulas e embustes.

Mas no *Guarani* não é só o tipo de herói *goitacaz* que está divinamente poetizado. Estão-no também os tipos angelicais de Cecília e Isabel. Impregnadas de uma poesia sublime e sugestiva são também as descrições que a cada passo se nos deparam nas páginas do romance, e em que se ostentam todas as galas de um estilo admirável.

Para se formar ideia dos primores dessa linguagem de inexcedível magia basta ler a descrição que o autor do *Guarani* nos apresenta da cândida Ceci, a casta virgem do Ceará – «anjo descido do céu para dominar guerreiros e cativar selvagens»[34] – na frase do ilustre crítico Dr. Araripe.

> Caía a tarde.
>
> No pequeno jardim da casa do *Paquequer*, uma linda moça se embalava indolentemente numa rede de palha presa aos ramos de uma acácia silvestre, que estremecendo deixava cair algumas das suas flores miúdas e perfumadas.
>
> Os grandes olhos azuis, meio cerrados, às vezes se abriam

languidamente como para se embeberem de luz, e abaixavam de novo as pálpebras rosadas.

Os lábios vermelhos e úmidos pareciam uma flor da gardênia de nossos campos, orvalhada pelo sereno da noite; o hálito doce e ligeiro exalava-se formando um sorriso. Sua tez alva e pura como um froco de algodão tingia-se nas faces de uns longes cor-de-rosa, que iam, desmaiando, morrer no colo de linhas suaves e delicadas.

[…]

Os longos cabelos louros enrolados negligentemente em ricas tranças, descobriam a fronte alva, e caiam em volta do pescoço presos por uma resilha[35] finíssima de fios de palha cor de ouro, feita com uma arte e perfeição admirável.

A mãozinha afilada brincava com um ramo de acácia, que se curvava carregado de flores; e ao qual de vez em quando segurava-se para imprimir à rede uma doce oscilação. Esta moça era Cecília.

O que passava neste momento em seu espírito infantil é impossível de descrever; o corpo cedendo à languidez que produz uma tarde calmosa, deixava que a imaginação corresse livre.

Os sopros tépidos da brisa que vinham impregnados dos perfumes das madressilvas e das açucenas agrestes, ainda excitavam mais este enlevo e bafejavam talvez nessa alma inocente algum pensamento indefinido, algum desses mitos de um coração de moça aos dezoito anos.

Ela sonhava que uma das nuvens brancas que passavam pelo céu anilado, roçando a ponta dos rochedos, se abria de repente, e um homem vinha cair a seus pés, tímido e suplicante.

Sonhava que corava; e um rubor vivo acendia o rosado de suas faces; mas a pouco e pouco esse casto enleio ia-se desvanecendo, e acabava num gracioso sorriso que sua alma vinha pousar nos lábios.

Com o seio palpitante, toda trêmula e ao mesmo tempo contente e feliz, abria os olhos; mas voltava-os com desgosto, porque, em vez do lindo cavalheiro que ela sonhara, via a seus pés um selvagem.

Tinha então, sempre em sonho, um desses assomos de cólera de rainha ofendida, que fazia arquear as sobrancelhas louras, e bater sobre a relva a ponta de um pezinho de menina.

Mas o escravo suplicante erguia os olhos tão magoados, tão cheios de preces mudas e de resignação, que ela sentia um quer que seja de inexprimível, e ficava triste, triste, até que fugia e ia chorar.

> Vinha porém o seu lindo cavalheiro, enxugava-lhe as lágrimas, e ela sentia-se consolada, e sorria de novo; mas conservava sempre uma sombra de melancolia que, só a pouco e pouco, o seu gênio alegre conseguia desvanecer.[36]

O *Guarani* foi traduzido para italiano em 1866, e o Dr. Scalvini[37] fez dele o *libreto* para a belíssima ópera do distinto maestro brasileiro Carlos Gomes[38]. Acha-se também traduzido em francês, inglês e alemão.

Peregrinas belezas de fantasia e opulentas preciosidades de estilo encerra também o romance *Iracema*, suavíssimo idílio, em que o grande escritor brasileiro derrama profusamente todas as pérolas do seu talento poético e todas as efusões da sua paixão nativista.

O Dr. Araripe considera-o «a obra culminante de José de Alencar, o livro em que a sua alma de poeta com mais força e franqueza se revelou»[39].

Transcrevo ao acaso uma página desse delicioso poema.

> Nasceu o dia e expirou.
>
> Já brilha na cabana de Araken o fogo, companheiro da noite. Correm lentas e silenciosas no azul do céu, as estrelas, filhas da lua, que esperam a volta da mãe ausente.
>
> Martim se embala docemente; e como a alva rede que vai e vem, sua vontade oscila de um a outro pensamento. Lá o espera a virgem loura dos castos afetos; aqui lhe sorri a virgem morena dos ardentes amores.
>
> Iracema recosta-se langue ao punho da rede; seus olhos negros e fúlgidos, ternos olhos de sabiá, buscam o estrangeiro e lhe entram n'alma. O cristão sorri; a virgem palpita; como o saí fascinado pela serpente, vai declinando o lascivo talhe, que se debruça enfim sobre o peito do guerreiro.
>
> Já o estrangeiro a preme ao seio; e o lábio ávido busca o lábio que o espera, para celebrar nesse ádito d'alma o himeneu do amor.
>
> [...]
>
> – Virgem formosa do sertão, esta é a última noite que teu hóspede dorme na cabana de Araken, onde nunca viera, para teu bem e seu. Faze que seu sono seja alegre e feliz.
>
> – Manda; Iracema te obedece. Que pode ela para tua alegria?

O cristão falou submisso para que o não ouvisse o velho Pajé:

– A virgem de Tupã guarda os sonhos da jurema que são doces e saborosos!

Um triste sorriso pungiu os lábios de Iracema:

– O estrangeiro vai viver para sempre à cintura da virgem branca; nunca mais seus olhos verão a filha de Araken; e ele já quer que o sono já feche suas pálpebras, e que o sonho o leve à terra de seus irmãos!

– O sono é o descanso do guerreiro, disse Martim; e o sonho a alegria da alma. O estrangeiro não quer levar consigo a tristeza da terra hospedeira, nem deixá-la no coração de Iracema!

A virgem ficou imóvel.

– Vai, torna com o vinho de Tupã.

Quando Iracema foi de volta, já o Pajé não estava na cabana; tirou a virgem do seio o vaso que ali trazia oculto sob a carioba de algodão entretecida de penas. Martim lho arrebatou das mãos, e libou as gotas do verde e amargo licor.

Agora podia viver com Iracema, e colher em seus lábios o beijo que ali viçava entre sorrisos como o fruto na corola da flor. Podia amá-la, e sugar desse amor o mel e o perfume, sem deixar veneno no seio da virgem.

O gozo era vida, pois sentia mais forte e intenso; o mal era sonho e ilusão, que da virgem não possuía senão a imagem.
Iracema afastara-se opressa e suspirosa.

Abriram-se os braços do guerreiro adormecido e seus lábios; o nome da virgem ressoou docemente.

A juruti, que divaga pela floresta, ouve o terno arrulho do companheiro; bate as asas e voa a conchegar-se ao tépido ninho. Assim a virgem do sertão aninhou-se nos braços do guerreiro.

Quando veio a manhã, ainda achou Iracema ali debruçada, qual borboleta que dormiu no seio do formoso cacto. Em seu lindo semblante acendia o pejo vivos rubores; e como entre os arrebóis da manhã cintila o primeiro raio de sol, em suas faces incendidas rutilava o primeiro sorriso da esposa, aurora de fruído amor.[40]

Ubirajara, lenda tupi, como o autor lhe chamou, acrescentando que nenhum título responde melhor, pela propriedade como pela modéstia, às tradições da pátria indígena, pertence ao mesmo gênero

literário; mas já se não sente nessas páginas, aliás primorosamente escritas, o sopro divino, que anima intensamente os cantos inspirados de *Iracema*.

É que livros como aqueles escrevem-nos os grandes gênios uma só vez na vida!

Minas de prata, o maior romance de Alencar, de complicado enredo e aparatoso cenário, à feição dos grandes romances de E. Sue e Dumas (pai), aos quais não é inferior em merecimento, é trabalho de primeira ordem, como romance histórico. Nele o autor patenteia, por modo brilhante, todos os fecundos recursos do seu engenho e a sua consumada arte de romancista.

*

Tenho-me ocupado, ainda que com a rapidez que me é imposta pelas condições, a que está subordinado este modestíssimo trabalho, dos principais romances de Alencar compreendidos nos dois gêneros – *aborígene* e *colonial*.

Resta falar de uma outra parte da sua obra, – romance da atualidade.

Alguns dos romances desta categoria, especialmente *Gaúcho*, *Til*, e *Tronco do ipé* são propriamente romances de costumes brasileiros; nos outros *Lucíola*, *Diva*, *Senhora*, *Pata da gazela*[41], e alguns mais, predomina o gosto francês. São romances à *Feuillet*[42], como os que também por cá se tem escrito, pois que (seja dito de passagem) é já bem raro entre nós o aparecimento de um romance de cunho genuinamente português.

Seja porém como for, o que é certo é que esses romances de Alencar são mais uma brilhante manifestação do seu talento maleável, que tão bem sabia adaptar-se a todos os assuntos e a todos os gêneros.

A reabilitação das pecadoras, que tanto preocupou Augier[43], Dumas (filho)[44] e Feuillet, foi também um dos assuntos prediletos do escritor brasileiro, e que ele tratou com desvelo tanto no romance

Lucíola, como na comédia – *Asas de um anjo*, espécie de *Dama das Camélias*, com um desfecho menos... aceitável.*

Na «Carta ao autor»[45] que precede a *Lucíola*, lê-se o seguinte: «*Lucíola* é o lâmpiro[46] noturno que brilha de uma luz tão viva no seio da treva, à beira dos charcos. Não será a imagem verdadeira da mulher que no abismo da perdição conserva a pureza d'alma?»[47]

Não; a imagem não é verdadeira. O dualismo, de que o autor, com tão subtil engenho, formou o caráter da sua protagonista, representa um antagonismo repugnante, que a verdade e o senso moral repelem. O leitor, conquanto deslumbrado pela magia do estilo e pela brilhante imaginação do fecundo romancista, vê desgostoso, como quem assiste a uma profanação, o divino pincel, que traçou o vulto meigo de Cecília, mascarar, quase com as mesmas suavíssimas tintas, o tipo da criatura desprezível, que antes tinha visto estadear impudicamente a sua desvergonha nas desbragadas orgias, que um famoso libertino costumava oferecer, por desfastio, aos seus camaradas na devassidão.

O romance *Senhora* é talvez no gênero – romance da atualidade, o melhor trabalho de Alencar. Encerra uma situação intensamente dramática, e desenvolvida com admirável habilidade.

De resto, nas obras dos grandes mestres da arte, muitas vezes sucede que o brilhantismo da execução faz esquecer o que possa haver de extravagante na concepção; e Alencar foi realmente um grande mestre na arte de escrever.

O estilo, segundo definiu Dubois[48], não é tanto o adorno do pensamento, com a sua fisionomia. No estilo do exímio literato brasileiro, especialmente pelo que respeita aos livros da sua primeira fase literária, a mais brilhante, está com efeito bem representada a fisionomia do seu pensamento subtil, apaixonado irrequieto e gracioso de um delicado e de um poeta.

Questionou-se muito acerca da linguagem de que ele usava, pretendendo alguns ver nela incorreções e desmandos, e

---

* Alencar escreveu também para o teatro os dramas *Jesuíta, Mãe* e as comédias *Verso e reverso* e *Demônio familiar.*

proclamando-o outros um inovador e o verdadeiro precursor de uma futura linguagem propriamente brasileira.

Nem uma nem outra cousa. As notadas *incorreções* não passam de insignificantes modismos comuns a quase todos os escritores brasileiros, e alguns neologismos de sua lavra. Mas tudo isso é também muito secundário para autorizar o papel de reformador da linguagem, que lhe distribuíram, e que ele mesmo supôs ter representado.

Quem ler despreocupadamente os livros de Alencar, fica bem convencido de que ele (aparte a colocação dos pronomes e a transformação do *se* em *si*) escreveu admiravelmente a *nossa* formosíssima língua*, a língua luso-brasileira.

*

Em 20 de junho de 1864 (escreveu Alencar na sua autobiografia literária)

> deixei a existência descuidosa e solteira para entrar na vida da família onde o homem se completa. Como a literatura nunca fora para mim uma *Boêmia*, e somente um modesto *Tibur*[49] para o espírito arredio, este sempre grande acontecimento na história individual não marca época na minha crônica literária».[50]

Não obstante esta convicção do próprio escritor, diferente é a opinião do Dr. Araripe acerca da influência que o matrimônio exerceu no espírito de Alencar

Eis o que o distinto crítico escreveu a tal respeito:

> Entretanto J. de Alencar realizara uma íntima aspiração. Casara-se em uma família anglo-brasileira, à qual se ligavam tradições muito vivas com respeito à nossa independência.* Este casamento teve lugar em condições mais que poéticas.

---

* Deus perdoe ao ilustre autor do *Perfil literário* o haver chamado uma língua *emperrada* (!) à língua em que escreveram Garrett, e Herculano, Castilho e Camilo Castelo Branco.

Exausto pelo trabalho, tinham-lhe os médicos aconselhado o repouso, com proibição expressa de entregar-se a estudos de qualquer natureza que fossem. Obrigado a esse retiro espiritual, como já por mais de uma vez lhe acontecera, escolheu as aprazíveis encostas da Tijuca. Uma particular predileção o arrastava para tão amenos sítios. Seguiu pois para o Hotel Benet, e aí, recolhido na contemplação da natureza, ouvindo o canto das cigarras, o murmurinhar do orvalho, o borburinho das cachoeiras, enlanguesceu sob as moitas de bambus, dando ao espírito todo o desafogo que precisava para alar-se a outras esferas. Nem jornais o deixavam ler; mas uma alma acostumada às peregrinações pelo mundo da fantasia não se conserva por muito tempo em uma beatitude semelhante.

Começaram as digressões pelas montanhas. Um dia encontrou-o um inglês de maneiras simples e bondosas, que o levou até ao sítio aonde habitava sua família. Foi aí que depararam seus olhos enamorados a senhora que depois desposou, menina loura e gentil, que o dominou por uma impressão, traduzida então em uns versos castíssimos nunca publicados. Dir-se-ia a encarnação daquela criaturinha meiga e serena que se via correr pelas barbacãs da casa de D. Antônio de Mariz**. O próprio poeta, que começava a navegar de novo no azul, talvez por ser essa família de origem escocesa, por momentos embeveceu-se diante do chalé onde a vira pela primeira vez como diante de uma passagem de Walter Scott.

Esta aliança não deixou de influir como um novo fator nas variações do seu caráter; e na *Iracema*, que já foi composta no domínio da família, pressente-se um sopro, que não podia deixar de ser comunicado à obra pelos sentimentos inspirados por esse novo estado. Note-se que ele, que tão eloquentemente soubera exagerar na *Mãe* o amor filial, e em outros livros a paixão no homem ou na mulher, nunca tivera uma tecla que vibrasse consoante a esse movimento límpido, tranquilo, chamado amor de esposo. Foi preciso o lar para revelar-lhe o segredo das tintas sem as quais é impossível pintar com alma um quadro verdadeiro. Além desta

---

* O Dr. Cochrane, pai da esposa de J. de Alencar, era filho de um irmão do almirante Conde de Dundonald (Nota do Dr. Araripe).

** Refere-se a Cecília do *Guarani.*

> alteração, aparece uma outra que não oferece menos interesse. José de Alencar, já de si grave e inclinado à solidão, afeiçoando-se ao sistema do *home*, fechou-se hermeticamente no lar doméstico, como quem queria viver numa espécie de exílio. Suas relações extremaram-se, e o ruído da vida externa nunca mais lhe entrou na alma senão por aqueles condutos que se chamam o jornal e o livro.[51]

*

Antes do seu casamento já Alencar havia sido nomeado Consultor do Ministério da Justiça, cargo que exerceu durante nove anos com notável proficiência, o que lhe granjeou a reputação de hábil jurisconsulto*, e havia dado entrada na Câmara dos Deputados como membro do Partido Conservador.

Estes precedentes e mais ainda a publicação das notáveis *Cartas de Erasmo*[52], brilhantes panfletos que puseram o seu nome muito em evidência como escritor político, fizeram com que ele fosse nomeado em 1868, Ministro da Justiça.

Alencar, porém, era um poeta, e não era, nem jamais podia ser um político. Por isso a sua permanência nos Conselhos da Coroa foi de curta duração e cortada de desgostos e dissabores.

Dotado de caráter orgulhoso e não querendo ou não podendo amoldar-se a certas exigências e transigências políticas e cortesãs, cedo começou a ser hostilizado pelos próprios colegas, que o alcunharam de *pirracento*, e a atrair sobre si tal ou qual animosidade da parte do próprio chefe do Estado.

Um traço característico. Quando Alencar entrou para o Ministério resolveu demitir de certa comissão, que então exercia, um alto funcionário do Estado[53].

Foi o decreto à assinatura e D. Pedro, que lia sempre os decretos antes de os assinar, quando chegou a vez daquele, e depois de o ter lido, limitou-se a dizer: *Bem...*, e metendo-o por baixo de todos os papéis, que iam na pasta, foi lendo e assinando os outros por sua ordem. Faltando apenas por assinar dois ou três decretos, nos quais se

* Como jurisconsulto escreveu Alencar *Esboços jurídicos, a propriedade, Uma tese constitucional,* etc.

compreendia o já aludido, fechou a pasta, e pôs termo à tarefa com estas palavras: – O resto fica para depois.

Insistiu o Ministro no propósito formado, voltando o decreto pela segunda vez à assinatura na semana seguinte, e repetindo-se a mesma cena.

À terceira, como o ex-Imperador se preparasse para de novo remover o decreto para o fundo da papelada, Alencar apresentou-lhe outro papel, que tirou do bolso, dizendo com modo brusco: – Se V. M. não quer assinar esse, assine este.

Era o decreto da sua própria exoneração.

D. Pedro cedeu afinal, e assinou o decreto, que tanto lhe desagradara.

Se porém José de Alencar não conseguiu, talvez pelos obstáculos que encontrou, representar como estadista um papel à altura do seu talento, conseguiu contudo representá-lo brilhantíssimo como orador parlamentar, para o que em tempos anteriores, quando deputado, parecia ter negação.

Foi só como ministro e quando se viu rodeado de antagonistas, que o atacavam vivamente no Parlamento, que ele, por um esforço de vontade e estudo, conseguiu tornar-se orador eloquente e adversário temível nas lutas tribunícias. Tantas e tão variadas eram as aptidões daquela organização extraordinária!

Saindo do Ministério, Alencar sentiu-se dominado por um única ambição: a de ocupar um lugar na Câmara Alta. Votado em uma lista senatorial sêxtupla pelo Ceará, deixou contudo de ser nomeado pelo ex-Imperador, que decididamente não via com boa sombra o antigo Ministro *pirracento.*

A rejeição feriu-o profundamente, e ele deu livre expansão ao seu despeito, redigindo a gazeta de combate *Dezesseis de Julho*[54], em que escreveu violentas diatribes contra a política imperial.

Pertence também a esse período de profundo ressentimento o romance *Guerra dos mascates* em que o autor, tomando para assunto da narrativa as desavenças havidas em 1710 entre Olinda e Recife, vai representando nos seus personagens, e quase sempre com traços pouco lisonjeiros, tipos salientes da política contemporânea.

O próprio D. Pedro II era representado na pessoa do Governador de Pernambuco, Sebastião de Sousa Caldas, não se contentando o escritor com o desenho moral que, justa ou injustamente, apresentava do caráter da personalidade visada, senão que pintava tanto ao vivo o retrato físico, que todos o conheciam à primeira vista.

Não obstante porém a evidência das alusões, Alencar escreveu em uma nota ao primeiro volume daquele romance:

> Se o leitor malicioso quiser divertir-se *experimentando carapuças*, o autor desde já protesta contra semelhante abuso, e pelos prejuízos, perdas e danos que daí possam provir a seu livro, o mais inocente de quantos já foram postos em letra de forma, desde que se inventou esse gênio do bem e do mal chamado imprensa.[55]

*

Evidentemente a decepção sofrida pelo ilustre homem de letras, além de concorrer para a deterioração da sua já de há muito melindrosa saúde, afetou profundamente o seu espírito, que se tornou desde então sombrio, azedo, eivado de misantropia e pessimismo.

Disso se ressentem os seus últimos livros publicados com o pseudônimo *Sênio*, e são, além da *Guerra dos mascates*, *O gaúcho*, *Tronco do ipê*, *Til, Sertanejo* e *Pata da gazela*.

> Seus livros (diz o Dr. Araripe) não são mais aquelas elações sublimes de poeta oriental para a região das ilusões eternas; ao contrário disso, transformam-se em repositórios disfarçados das suas queixas, dos seus despeitos, que involuntariamente se vão ampliando, estendendo, multiplicando, através das antigas e suaves concepções, em alusões políticas, pretensões a jeremiadas, no fim das quais anulam-se os intuitos literários, a vitalidade mesmo dos personagens, para só aparecer forte, vigorosa, a sua misantropia encarnada nos heróis dos novos romances.[56]

Entretanto a moléstia, que de longe lhe vinha mirando a existência, agravava-se rapidamente.

Nos últimos tempos da sua vida o grande brasileiro, já muito enfraquecido pela enfermidade, completamente afastado do convívio social, conchegado na intimidade da família, habitava uma modesta casa ao fim da Praia de Botafogo e aí, por um esforço heroico da sua vontade sobre forças físicas extenuadas, trabalhava ainda como advogado.

A sua única preocupação era juntar modesta fortuna, para legar a seus filhos que tanto estremecia. Em 1876 fez uma viagem à Europa, estando por essa ocasião em Lisboa, Paris e Londres, mas voltou à sua querida pátria, sem lograr as melhoras, cuja esperança cá o trouxera.

Ouçamos ainda acerca dos seus últimos momentos as palavras eloquentes do homem ilustre que erigiu, à memória do eminente escritor, um monumento literário excelente e perdurável, o Dr. Araripe:

> A vida se lhe retirou do corpo com respeito. Já os membros estavam mortos, congelados e a cabeça ainda trabalhava. Sua vitalidade incontestavelmente era muito poderosa! Essa imaginação fulgente, que tantos raptos de alegria e também de tristeza lhe dera, foi o último hóspede a abandonar o sacro asilo. Apertou ao seio a estremecida companheira, para recomendar silenciosamente os filhos; as lágrimas rolaram-lhe das pálpebras e, com profunda saudade, sem uma convulsão, sem um estertor, apagou-se esse fenômeno que no Brasil chamou-se José de Alencar.[57]

Foi a 12 de dezembro de 1877 que ele expirou, sem ter ainda completado 48 anos de idade. Três meses antes (a 13 de setembro) morria em Portugal Alexandre Herculano. Assim os dois países irmãos viram, quase ao mesmo tempo, desaparecer nas sombras da eternidade dois vultos grandiosos que foram, na época contemporânea, as suas maiores glórias literárias.

*

José de Alencar queixava-se amargamente da indiferença e desdém com que foram quase sempre recebidos pela imprensa os

seus trabalhos literários, se bem que alguns obtiveram do público favorável acolhimento mesmo em vida do autor.

> Hoje em dia (escreveu ele) na sua autobiografia literária, quando surge algum novel escritor, o aparecimento do seu primeiro trabalho é uma festa, que celebra-se na imprensa com luminárias e fogos de vistas. Rufam todos os tambores do jornalismo, e a literatura forma parada e apresenta armas ao gênio triunfante que sobe ao Pantheon.
>
> Compare-se essa estrada, tapeçada de flores, com a rota aspérrima que eu tive de abrir, através da indiferença e do desdém, desbravando as urzes da intriga e da maledicência.[58]

Afirma ele que decorreram anos depois do aparecimento do *Guarani* sem que visse na imprensa qualquer elogio, crítica ou simples notícia do romance!

Mais tarde a indiferença desapareceu, para dar lugar a invectivas, algumas bem pungentes; e nunca ao escritor insigne foi prestada em vida qualquer manifestação, que pudesse significar homenagem condigna ao seu talento.

Ainda por ocasião da sua morte essa manifestação não explodiu, espontânea e reparadora, como pareceria natural; e só volvidos anos, é que o Brasil compreendeu bem toda a magnitude desse vulto glorioso da sua literatura, e pensou a sério em honrar condignamente a sua memória, resgatando assim com louvável brio as faltas do passado.

Na antiga Praça Ferreira Viana, agora Praça José de Alencar, no Rio de Janeiro, ergue-se hoje a magnífica estátua de bronze, obra do distinto escultor brasileiro Rodolfo Bernardelli[59], representando o grande escritor, sentado na sua poltrona, no momento em que revê provas de um trabalho literário.

A fotografia de que é extraída a gravura aqui estampada, e que devo à amabilidade do meu bom e ilustre escritor Dr. Garcia Redondo[60], foi tirada da estátua, quando ainda em gesso, no *atelier* do escultor.

O bronze para o monumento foi adquirido por subscrição popular. O Dr. Ferreira de Araújo[61], ilustre redator chefe da *Gazeta de Notícias*[62], concorreu com a quantia precisa para pagar todo o trabalho da fundição, e o escultor Bernardelli concorreu também com o seu trabalho artístico, que foi gratuito.

A estátua foi inaugurada em 1 de maio de 1897, aniversário natalício de José de Alencar. No ato da inauguração discursaram: o Dr. Ferreira de Araújo, fazendo entrega do monumento à cidade do Rio de Janeiro; o Dr. Furquim Werneck[63], Prefeito Municipal, agradecendo a dádiva em nome do povo; o Barão de Alencar[64] pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio; e finalmente os ilustres homens de letras Coelho Neto[65], Olavo Bilac[66] e Antônio Sales[67], cearense, aqueles representando as letras pátrias, e este especialmente o Ceará, terra natal de José de Alencar.

O Brasil pagava assim uma dívida sagrada à memória de um de seus filhos mais gloriosos, o imortal autor de *Iracema*.

Honra lhe seja.

António Xavier de Sousa Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1899. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1898, p. V-XXXII e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre José de Alencar de António Xavier de Sousa Cordeiro

Da pena de António Xavier Sousa Cordeiro, e publicado no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1899*, o texto de elogio ao escritor José Martiniano de Alencar (Messejana, 1829-Rio de Janeiro, 1877) – considerado pelo autor um vulto grandioso, uma das maiores glórias literárias (*NALLB,* 1899: 15), a par de Alexandre Herculano, e um nome de que «justamente se orgulha a pátria brasileira, que ele tanto honrou e engrandeceu com o prestígio» (*NALLB,* 1899: 2) da sua escrita –, acompanha o romancista brasileiro da infância ao momento da sua morte, dando igualmente destaque às homenagens realizadas após o seu falecimento. Do retrato que realiza, emerge não só o José de Alencar cronista e escritor, mas também a vertente de estadista, fazendo referência aos escritos de teor social e de âmbito de compromisso com a conjuntura política, sem esquecer o seu percurso de vida familiar e a indagação das características que marcaram a sua personalidade.

Preocupado em fornecer ao leitor do *Novo Almanaque* um retrato esmerado e fidedigno de José de Alencar, Sousa Cordeiro recorre a duas fontes principais: a autobiografia do escritor – *Como e porque sou romancista* (1893) –, e o estudo sobre o autor realizado por Tristão de Alencar Araripe Júnior, *José de Alencar: perfil literário*. A partir das duas, estrutura a sua apresentação, recorrendo quer a uma, quer a outra, para contar os diferentes momentos da vida de José de Alencar, fazendo uso, igualmente, das obras alencarianas e de dois dos seus prefácios, como acontece com «Benção paterna», de *Sonhos d'ouro* (1872), e «Ao Autor», de *Lucíola* (1862). São, por isso, diversas as citações que inclui, ora provenientes das fontes que pesquisou, ora das obras, como é o caso dos excertos de extensão considerável dos romances *O Guarani* (1857) e *Iracema* (1865) e de uma das crônicas de *Ao correr da pena* (1874).

No que toca aos marcos que elege como referências da vida de José de Alencar (a infância em casa dos pais, em 1839, quando o escritor tinha 10 anos; a frequência do colégio, aos 11, em 1840; os estudos preparatórios em São Paulo, em 1843; a inscrição na Faculdade

de Direito de São Paulo, em 1846, e a passagem para Olinda, em 1848; a ida para o Rio de Janeiro, em 1851; a direção do *Diário do Rio de Janeiro*, em 1855, e o início da carreira como romancista, em 1856, com a publicação de *Cinco minutos* e *A viuvinha*; o exórdio no romance histórico, em 1857, com *O Guarani*; a entrada na Câmara dos Deputados e a nomeação para o Ministério da Justiça; o casamento, em 1864; a viagem à Europa, em 1876; a morte, em 1877; a inauguração da sua estátua, em 1897), Sousa Cordeiro segue de perto quer a autobiografia de José de Alencar, quer o estudo de Araripe Júnior. Considera o texto de Alencar um «repositório de indicações preciosas sobre a vida literária do escritor, especialmente o seu desabrochar» (*NALLB,* 1899: 2), e o estudo exploratório da autoria de Araripe Júnior um «primoroso trabalho» (*NALLB,* 1899: 5), consciente das possibilidades representadas pelos dois textos para a aproximação à personalidade de Alencar e o seu caráter representativo do trabalho do romancista, valorizando-os no seu texto.

Para os anos do Alencar jovem que se formava como escritor, usa, pela abundância de detalhes, a autobiografia alencariana, para o restante período da sua vida, o texto de Araripe Júnior. Hoje, *Como e porque sou romancista* pode ser entendido, de fato, como um importante ensaio de exegese pessoal e uma análise da literatura do seu tempo, uma verdadeira arte poética que Alencar considera o livro dos seus livros, concebendo a escrita como aprendizagem, rigor, resiliência face às dificuldades, empenho, diálogo entre realidade e imaginação, e abertura a outros escritores e literatura. Não se enganava Sousa Cordeiro ao dimensionar a obra como essencial para desenhar a figura de Alencar como escritor, acompanhando o «fazer-se» e o «crescer» do autor.

Daí que, adotando um tom de narrativa, siga de perto a obra e as informações que fornece para poder surpreender o leitor, no início do texto do elogio, com um José de Alencar no ano de 1840, enquanto estudante, jovem de físico pouco avantajado, mas de inteligência viva e caráter determinado. A partir daí, recua até à infância, na qual encontra o início do gosto pela leitura, o ambiente da casa paterna em que se cruzam os participantes do Clube Maiorista e as senhoras que se emocionam com romances. Trata-se de uma verdadeira tentativa de

reconstituição da «genesis» do escritor (*NALLB,* 1899: 4), como afirma, ainda que professe diversas vezes a natureza modesta do seu texto. Muito interessante é a comunicação que estabelece com os leitores do *Novo Almanaque* quando se refere ao gosto do pequeno Alencar pelas charadas, que o romancista, anos depois, considerava fundamentais para o desenvolvimento da sua faculdade criadora. Ora, escreve Sousa Cordeiro, as «muitas centenas de leitores e colaboradores deste anuário» que apreciam a diversão charadística podem agora sentir-se vingadas dos que desdenham desta «engenhosa recreação de espírito» (*NALLB,* 1899: 4).

Entre os episódios mais anedóticos e as considerações do percurso literário e político de Alencar, baseando-se para a parte profissional em Araripe Júnior, vai, assim, recortando uma personalidade que começa a ser próxima do leitor. Sousa Cordeiro é, aliás, muito hábil a criar um entrelaçar entre o pessoal e a carreira literária do romancista brasileiro, não deixando, no entanto, de dar a sua opinião e mesmo de exprimir críticas no que toca às suas posições e aos seus livros.

No que à obra diz respeito, é interessante que a organize no seu texto seguindo a estruturação que lhe deu José de Alencar em «Benção paterna», de *Sonhos d'ouro*, demonstrando um conhecimento bastante profundo não só dos romances, mas também do programa de criação do romance brasileiro que o escritor aí explanara e a que chamara período orgânico da literatura (cf. ALENCAR, 1872: XIII). Ainda que use uma terminologia diversa, há de fato que considerar a influência do romancista e a sua divisão da literatura em três fases que apresentara naquele prefácio. Assim, Sousa Cordeiro quando divide os diversos títulos por romances aborígenes (constituídos pelas lendas da terra selvagem), romances coloniais (que correspondem ao retrato da gestação do povo americano, resultante do encontro do povo luso com o povo indígena) e romances de atualidade (subdividindo esta categoria em «de costumes brasileiros» e de «gosto francês», *NALLB,* 1899: 11), não fica distante da proposta alencariana, fazendo mesmo uso das palavras do romancista para os caracterizar.

Alencar tinha considerado uma «fase primitiva», que considerava poder denominar-se «aborígene»: «são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada; são as tradições que embalaram a infância

do povo» (ALENCAR, 1872: XIII), à qual pertencia *Iracema*, uma fase histórica – «o consórcio do povo invasor com a terra americana» (ALENCAR, 1872: XIII), na qual integra *O Guarani* e as *Minas de prata*, e uma fase ou período que é a «infância da nossa literatura» (ALENCAR, 1872: XIV) começada com a Independência. Nesta última, que considera ser a do «viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com um sainete todo brasileiro», a que pertencem *Tronco do ipê*, *Til* e *O Gaúcho*, ambientados no mundo rural, onde as tradições mais tempo se mantêm, e a da «luta entre o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira» (ALENCAR, 1872: XV) do mundo urbano, no qual os povos que estavam a chegar ao Brasil se cruzavam, representada por *Lucíola*, *Diva*, *A pata da gazela* e *Sonhos d'ouro*. Sousa Cordeiro considera esta última subcategoria como «de gosto francês», afastando-se da dimensão que lhe atribuíra Alencar de retrato de mundividência e de testemunha do cosmopolitismo das cidades brasileiras, para aproveitar para fazer uma crítica velada à moda dos romances à *Feuillet*, «como os que também por cá se tem escrito, pois que (seja dito de passagem) é já bem raro entre nós o aparecimento de um romance de cunho genuinamente português» (*NALLB,* 1899: 11). Desta categoria de romances, Sousa Cordeiro destaca o que lhe parece no gênero o melhor romance, *Senhora*, pela intensidade dramática e pela habilidade estilística.

O pendor crítico do autor português em relação ao romance de atualidade de gosto francês sente-se igualmente no que toca à moralidade, ou falta dela, de *Lucíola*. Neste romance, não é o afastamento da fidelidade aos costumes nacionais que merecem a falta de adesão à obra, como deixa perceber no seu juízo de valor em relação aos romances deste tipo, ainda que representem a «brilhante manifestação» do talento maleável do romancista (*NALLB,* 1899: 11), mas a moda de «reabilitação das pecadoras», inspirada em Augier, Dumas Filho e Feuillet. Se considera que *Asas de um anjo* é uma espécie de *Dama das Camélias*, *Lucíola* apresenta-se com desfecho «menos… aceitável» (em nota, Sousa Cordeiro faz, curiosamente, neste momento, a única referência a José de Alencar dramaturgo, afirmando que fez para o teatro os dramas *Jesuíta, Mãe* e as comédias *Verso e reverso* e *Demônio familiar*, como se os considerasse produto da

mesma influência francesa, talvez nefasta, de reabilitação de figuras marginalizadas ou marginais).

Sousa Cordeiro cita o prefácio «Ao Autor», de Alencar, e a sua explicação a propósito da personagem principal do romance como imagem de uma mulher que abriga em si uma dualidade feita de abismo de alma e pureza (cf. ALENCAR, 1862: 4) No entanto, não considera válidos os argumentos do escritor e junta-se aos críticos da época do romancista, que o acusaram, à data da publicação da obra, de imoralidade e de trair a função civilizadora da literatura, numa violenta polêmica que ocupou os jornais, considerando de forma veemente que a imagem da mulher como detentora de dualidade não é verdadeira e que representa um «antagonismo repugnante, que a verdade e o senso moral repelem» (*NALLB,* 1899: 11). Do romancista que criou Cecília, Sousa Cordeiro esperava as tintas suaves e delicadas e não uma criatura desprezível, testemunha de «desbragadas orgias» oferecidas em devassidão. A crítica de cariz moralista não podia ser mais contundente.

Em relação a *Guerra dos mascates*, radica a obra na desilusão política de José de Alencar, singularizando-a e não a incluindo em nenhuma das categorias que caracterizou anteriormente, apontando a ligação das personagens com personalidades da época, caso de Sebastião Castro Caldas-Pedro II, num retrato irônico da sociedade atual através do antigo conflito que opôs Recife a Olinda. Depois de fazer uma breve incursão na vida pública de Alencar, sem deixar, todavia, de apontar os principais momentos da sua carreira e de lembrar a merecida fama que logrou como eloquente e temível orador, e as suas publicações de teor político, Sousa Cordeiro considera que a deceção sentida modificou o estilo do escritor. A ela atribui o uso do pseudónimo Sênio e, seguindo o pensamento de Araripe Júnior, o caráter «sombrio, azedo, eivado de misantropia e pessimismo» (*NALLB,* 1899: 14) que caracteriza obras como *Guerra dos mascates*, *O Gaúcho*, *Tronco do ipê*, *Til, Sertanejo* e *A pata da gazela*.

A predileção de Sousa Cordeiro é óbvia: o grande gênio alencariano demonstrou-se em pleno em *O Guarani* e *Iracema*, ainda que considere que também *Minas de prata* é, como romance histórico, um «trabalho de primeira ordem» (*NALLB,* 1899: 10). Ligando as duas

obras, e considerando também *Ubirajara*, à temática indianista, o autor do *Novo Almanaque* lembra a tradição do gênero em terras brasileiras com as obras de Santa Rita Durão e Basílio da Gama, reproduzindo, desta forma, a defesa de Alencar em relação aos que o acusavam de imitar os romances de Fenimore Cooper. A «poetização do selvagem», os «nobres sentimentos de que possa orgulhar-se a humanidade, no mais elevado grau de civilização» (*NALLB,* 1899: 8) que distinguem Peri são completamente diferentes das personagens de Cooper, provando a sua originalidade.

É interessante, também, que Sousa Cordeiro tenha atribuído neste texto uma grande relevância às notas de *Ubirajara* e tenha compreendido como são significativas para a mudança da visão do indígena. De fato, estas serão valorizadas nos estudos modernos como uma verdadeira revolução da imagem do índio, já que, mesmo embrionariamente, o romancista defende um certo tipo de relativismo cultural, integrando o indígena nas condições históricas, religiosas e sociais (Cf. PAOLINELLI, 2009: 337-338). Recusa, desta forma, a atitude de um simples repúdio das formas culturais alheias baseada na pura constatação da diferença com a cultura própria. Obviamente, Alencar necessitava de contrariar a visão negativa de missionários e viajantes para poder elevar o nativo à posição de um dos pais da nação brasileira, mas fá-lo com uma sustentação e argumentação que são uma tentativa de compreensão do homem moderno das contradições e das diferenças apresentadas pela diversidade cultural, tentando explicar e racionalizar as questões das culturas e tradições indígenas.

Uma outra questão de que se ocupa Sousa Cordeiro relaciona-se com a polêmica que envolve Alencar ligada à língua, que o autor português designa por a «*nossa* formosíssima língua, a língua luso-brasileira» *NALLB,* 1899: 12, grifo do original). De fato, como explica, o romancista foi visado por diversos autores como incorreto e culpado dos desmandos da língua portuguesa, sendo por outros visto como inovador e «o verdadeiro precursor de uma futura linguagem propriamente brasileira». Na sua opinião, nem é uma, nem outra coisa. As «incorreções» são modismos insignificantes de quase todos os escritores brasileiros e os neologismos são seus. Também não é o reformador que ele próprio se considerava, já que aparte a colocação

de pronomes e transformação de «se» em «si», nada traz de novo. É, no entanto, significativo que Sousa Cordeiro não defenda a língua lusa, mas uma língua luso-brasileira, englobando as duas normas numa definição.

Há a apontar a Sousa Cordeiro alguma imprecisão nas citações que faz das obras de Alencar, com cortes e modificação da pontuação. Num dos excertos de *Como e porque sou romancista*, elide partes inteiras de frases sem anunciar (para dar apenas um exemplo: «No *Guarani* derrama-se o lirismo de uma imaginação moça, que tem, como a primeira rama, o vício da exuberância» (*NALLB,* 1899: 12), em vez de «No *Guarani* derrama-se o lirismo de uma imaginação moça, que tem, como a primeira rama, o vício da exuberância, por toda a parte a linfa, pobre de seiva, brota em flor e folha» (ALENCAR, 1893, 47). Num excerto do *Guarani* modifica várias palavras e também as suprime (novamente, apenas um exemplo: «A mãozinha afilada…» (*NALLB,* 1899: 8) em vez de «A mãozinha pequena, afilada…» (ALENCAR*,* 1857, 44). Procede na mesma forma num excerto de *Iracema* (como exemplo: «O gozo era vida, pois sentia mais forte e intenso…» (*NALLB,* 1899: 10), em vez de «O gozo era vida, pois sentia mais vivo e intenso…» (ALENCAR*,* 1865: 69). Pode tratar-se de esquecimento ou de mero engano.

A descrição que faz de José de Alencar é, no seu conjunto, aparte algumas críticas à moralidade dos seus romances da atualidade, da presença de um certo amargor que apresenta no final da sua vida literária e da sua visão exagerada como reformador da língua, muito positiva e elogiosa. Considera o romancista brasileiro um verdadeiro mestre da arte da escrita, um gênio grande, um «vulto glorioso» (*NALLB,* 1899: 16) da literatura, tendo o Brasil só compreendido a sua magnitude anos após o seu desaparecimento. Detém-se Sousa Cordeiro, por isso, nas homenagens que lhe foram prestadas e que representam a «dívida sagrada à memória de um de seus filhos mais gloriosos, o imortal autor de *Iracema*». Termina com «Honra lhe seja», talvez contrariando o *explicit* de *Iracema* – «Tudo passa sobre a terra» –, constatando que a arte literária verdadeira ultrapassa o tempo, tornando-se imortal. Fica, assim, na posse do leitor um texto fruto de grande estudo e esforço do autor, que demonstra que leu e que conseguiu coordenar e incluir obras de diverso teor para oferecer uma imagem que não é apenas uma súmula de títulos, mas uma pesquisa da própria personalidade do romancista.

Notas

1 Trata-se do Colégio de Instrução Elementar, dirigido, segundo informação de José de Alencar, por Januário Mateus Ferreira, a quem o escritor prestou sentido tributo.

2 *Como e porque sou romancista* (1893) foi publicado depois da morte do autor, na forma de uma carta dirigida a um «Amigo», em que o escritor reflete sobre o seu percurso literário em tom intimista – evitando dar a perceber que se dirigia a um público amplo. O texto, apresentado como «o livro dos meus livros», parte da infância até ao momento em que escreve, num exercício de exegese pessoal e de análise da literatura do seu tempo. António Xavier Cordeiro, na nota, cita o título da obra com o subtítulo «Autobiografia literária em forma de carta»: este, que funciona como descrição da obra, não existe na edição de 1893. Pode ser que seja da sua pena para ajudar o leitor na identificação do género do texto alencariano. O fragmento transcrito está na página 14 de edição *princeps*.

3 ALENCAR, 1893: 14.

4 José Martiniano de Alencar (Crato-CE, 1794 – Rio de Janeiro-RJ, 1860) foi Presbítero do Hábito de São Pedro e participou na Revolução de Pernambuco, em 1817. Foi depois deputado pela Província do Ceará nas Cortes Gerais Constituintes da Nação Portuguesa convocadas pela Metrópole de 1821 a 1822; deputado na Assembleia Geral, Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823; deputado pela Província do Ceará na legislatura de 1830-1833; Senador em 1832; e Presidente da referida Província em 1840. Publicou diversas obras maioritariamente de teor político.

5 A família morava, então, na Rua do Conde, n.º 55. José de Alencar comenta ironicamente em nota de *Como e porque sou romancista*: «Hoje com a mania das crismas, do Visconde do Rio Branco» (1893: 17).

6 ALENCAR, 1893: 21.

7 ALENCAR, 1893: 22-23.

8 Carlos Peixoto de Alencar (1805-1866), primo em segundo grau de José de Alencar, é filho de uma irmã da sua avó Bárbara Pereira de Alencar (1760-1832), conhecida revolucionária e heroína da Revolução Pernambucana e da Confederação do Equador. O Padre Carlos foi presbítero da Igreja Católica e político brasileiro. Participou sempre nas discussões políticas da família, tendo sido eleito deputado nacional pela Província do Ceará na Assembleia Geral (1842) e também na 6.ª e na 7.ª Legislatura (1845-1847 e 1848). Foi membro do Clube Maiorista.

9 ALENCAR, 1893: 22.

10 No Período Regencial, marcado por diversas atribulações políticas e pela disputa entre liberais e conservadores, um grupo de deputados e senadores, liderados por José Martiniano de Alencar e Holanda Cavalcanti, organizou o Clube Maiorista, que tinha como objetivo adiantar a posse de Pedro II, na altura

com 15 anos. Após muitos projetos de reforma da Constituição recusados, com a adesão de Dom Pedro ao grupo, o regente cedeu às pressões, mesmo face à inconstitucionalidade das propostas. Pedro II tornou-se imperador a 23 de julho de 1840.

11 A propósito, escreve Alencar: «Como a revolução parlamentar da maioridade, a revolução popular de 1842 também saiu de nossa casa, embora o plano definitivo fosse adotado em casa do Senador José Bento à rua do Conde 39» (ALENCAR, 1893: 23).

12 ALENCAR, 1893: 18.

13 ALENCAR, 1893: 23.

14 ALENCAR, 1893: 31.

15 *Ensaios Literários*. *Jornal de uma Associação de Acadêmicos* (1847-1850) foi um periódico produzido pela Faculdade de Direito de São Paulo. Assinado «Alencar», nele se encontra o artigo «O estilo na literatura brasileira», datado de 11 de agosto de 1849, p. 34-36.

16 A Basílica e Mosteiro de São Bento situam-se no local onde foi erguido o primeiro mosteiro beneditino do Brasil, tendo as obras durado de 1597 a 1599. Destruído durante a invasão holandesa em 1631, tendo apenas ficado a salvo o arquivo, foi reconstruído e voltou a funcionar em 1656. A ampla biblioteca do Mosteiro fica hoje no primeiro andar do imóvel e o seu acervo contém não só livros sagrados, mas também dicionários e textos literários.

17 Sir Walter Scott (1771-1832) foi um romancista, poeta, dramaturgo e historiador escocês, considerado o criador do romance histórico.

18 James Fenimore Cooper (1789-1851) foi um escritor norte-americano, muito prolífico e popular no início do século XIX. É recordado em particular como romancista, tendo escrito inúmeras histórias marítimas, bem como romances históricos.

19 Capitão Frederick Marryat (1792-1848) foi um oficial da Marinha Real e um romancista, conhecido como um dos pioneiros da ficção náutica, particularmente pelo seu romance semiautobiográfico *Mr. Midshipman Easy* (1836).

20 Charles-Victor Prévost d'Arlincourt, Visconde de Arlincourt (1788-1856), é um romancista, poeta e autor dramático francês. Entre as suas obras célebres no século XIX, contam-se *Ipsiboé* (1823), *Ismália* (1828), *Ida e Natália* (1841).

21 Eugène Sue (1804-1857) foi um escritor francês. Autor de *Les mystères de Paris* e *Le juif errant*.

22 Trata-se do *Correio Mercantil* e não do *Diário Mercantil*, periódico publicado em 1830. No *Correio Mercantil* foram publicadas, entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, as crônicas «Ao correr da pena», reunidas em 1874 juntamente com as que tinham aparecido no *Diário do Rio de Janeiro*, de 7 de outubro a 25 de novembro de 1855.

23 Tristão de Alencar Araripe Júnior (1841-1911), advogado, crítico literário e escritor, era primo de José de Alencar. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
24 ARARIPE JÚNIOR, s.d.: 35. O autor extraiu a passagem de *Ao correr da pena* (1874: 224).
25 *Diário do Rio de Janeiro* ou *Diário do Rio*, como os cariocas o designavam, foi o primeiro jornal diário do país, tendo começado a circular em junho de 1821, antes ainda da Independência do Brasil. Sua última edição saiu a 31 de outubro de 1878. No final dos anos 30, o *Diário* teve uma grande atuação na área da literatura, publicando ensaios, artigos, contos e realizando a «*Semana Literária*», na qual participavam alguns dos principais nomes da literatura brasileira da época. Em 1855, após uma grande crise financeira, o jornal foi vendido a José Martiniano de Alencar, que, em 1856, contrata José de Alencar como editor-chefe. A partir daí, na parte final da primeira página de cada edição passam a constar folhetins literários, assinados por alguns dos maiores escritores do país, entre os quais Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Ferreira Vianna, Saldanha Marinho e o próprio José de Alencar.
26 Estas cartas versam a obra de Gonçalves de Magahães, *A Confederação dos Tamoios* (1856), e criticam de forma veemente a solução literária encontrada pelo poeta. Publicadas com o pseudônimo de Ig. e posteriormente em livro com o nome de Alencar, elas deram origem a uma polêmica que envolveu os amigos de Gonçalves de Magalhães, como Araújo Porto Alegre, Franklin Távora, e o próprio imperador D. Pedro II.
27 Estas afirmações foram feitas em «Bênção paterna», em que José de Alencar considera três fases do período orgânico da literatura nacional: o primeiro, o da «literatura primitiva, que se pode chamar aborígene, são as lendas e mitos da terra selvagem e conquistada»; o segundo período é histórico e representa o «consórcio do povo invasor com a terra americana» («É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor. Esse período colonial terminou com a independência»); a terceira fase, «começada com a independência política, ainda não terminou» (ALENCAR, 1872: XIII-XIV).
28 José de Santa Rita Durão (Minas Gerais, 1722 – Portugal, 1784) foi um religioso agostinho, orador e poeta, mais conhecido pelo *Caramuru, Poema épico do Descobrimento da Bahia* (1781).
29 José Basílio da Gama (Minas Gerais, 1741 – Portugal, 1795), autor de *O Uraguai* (1769), é o patrono da cadeira n.º 4 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador Aluísio Azevedo.
30 Títulos de obras Fenimore Cooper: *Moicanos* (1826), *Espião* (1821), *Ontário* (o título em inglês é *The Pathfinder, or The Inland Sea*, 1840), *Sapadores*

(não existe nenhum livro de Cooper, nem nenhuma tradução em português com este título; provável erro e é possível que se refira a *The Pioneers*, 1823) e *Leonel Lincoln* (1848).

31 ALENCAR, 1893: 47.

32 Na «Advertência» (1874: 159-160), Alencar considera o livro «irmão de *Iracema*»: «Chamei-lhe de lenda como ao outro. Nenhum título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena». Partindo da ideia de que a magnanimidade do drama selvagem e «o berço de nossa nacionalidade» deveriam ser abordados «com alma brasileira», o autor propõe-se revisitar a imagem dos indígenas, afastando-se da visão dos missionários e aventureiros, que não compreendiam a cultura nativa, e dos escritores que a deturpavam através do uso de uma linguagem desadequada.

33 Nas «Notas» (1874: 161-207), através da defesa de uma visão despreconceituosa e descentralizada, recusa o etnocentrismo e reconhece aos nativos uma História, justificando o orgulho da ascendência indígena.

34 ARARIPE JÚNIOR, s. d.: 54.

35 Espécie de tira ou fita entrançada.

36 ALENCAR, 1857: 43-45.

37 Antonio Scalvini (Milão, 1835 – Turim, 1881), libretista e escritor, é o responsável pelo libreto de *Il Guarany*.

38 Antônio Carlos Gomes (1836-1896), um dos mais importantes compositores brasileiros de ópera do século XIX, destacou-se pelo estilo romântico. Teve uma carreira de destaque na Europa. Apresentada em 1870 no Teatro Scala de Milão, sua ópera *Il Guarany* foi depois encenada em várias capitais europeias.

39 ARARIPE JÚNIOR, s. d.: 124.

40 ALENCAR, 1865: 68-69.

41 O título correto do romance é *A pata da gazela.*

42 Octave Feuillet (1821-1890), dramaturgo e escritor francês, membro da Academia Francesa de Letras em 1862.

43 Guillaume Victor Émile Augier (1820-1889), poeta e dramaturgo francês.

44 Alexandre Dumas, filho (1824-1895) foi um apreciado autor de romance e um dramaturgo.

45 No original, apenas «Ao Autor», com a assinatura G. M., é do próprio Alencar.

46 Pirilampo ou vaga-lume.

47 ALENCAR, 1862: 4.

48 Jacques Dubois (1478-1555), anatomista francês, publicou uma obra gramatical (*In linguam gallicam Isagoge una cum eiusdem Grammatica latino--gallic*a, Paris 1531), que é uma das primeiras tentativas de explicar o francês regressando ao latim e aos poemas históricos.

49 Tibur: antiga cidade da Itália, onde Horácio tinha uma modesta casa, ao lado de moradias imponentes de grandes figuras Tibur tinha um grande

significado literário e cultural, já que diversos escritores e poetas proeminentes se inspiraram na beleza e na história da cidade e a escolheram como lar.

50 ALENCAR, 1893: 53.

51 ARARIPE JÚNIOR, s. d.: 125-126.

52 Essas cartas foram reunidas em dois livros editados em 1866: *Ao Povo – Cartas políticas de Erasmo* e *Ao Imperador – Cartas políticas de Erasmo*.

53 Trata-se provavelmente do caso da demissão do Comandante da Guarda Nacional (Manuel Antônio da Fonseca Costa, futuro Barão da Gávea), contado pelo Visconde *Alfredo d'Escragnolle Taunay (1960: 160)*. Como Ministro da Justiça, Alencar redigiu o decreto de demissão, tendo-o levado três vezes a D. Pedro II para ser assinado. Só na última conseguiu o seu intento depois de dizer ao Imperador que ou ele assinava ou o demitia de ministro.

54 *Dezesseis de Julho: folha politica e litteraria*, Rio de Janeiro, Tipografia de J.A. dos Santos Cardoso, 1869-1870. Participou na publicação, além de José de Alencar, também o irmão José Leonel de Alencar.

55 ARARIPE JÚNIOR, s. d: 183.

56 ARARIPE JÚNIOR, s. d.: 146-147.

57 ARARIPE JÚNIOR, s. d.: 186-187.

58 ALENCAR, 1893: 50.

59 José Maria Oscar Rodolpho Bernardelli y Thierry (1852-1931), escultor, professor, pintor e escultor mexicano.

60 Manuel Ferreira Garcia Redondo (1854-1916) foi engenheiro, jornalista, professor, contista e teatrólogo brasileiro.

61 Ferreira de Araújo, jornalista brasileiro, trabalhou também como redator dos jornais críticos *Mosquito* e *Guarany.*

62 A *Gazeta de Notícias* foi um periódico publicado no Rio de Janeiro. Fundado por Manuel Carneiro, José Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou entre agosto de 1875 e 1956.

63 Francisco Furquim Werneck de Almeida (1846-1908), médico e político brasileiro. Republicano, Deputado Federal eleito, membro da primeira Assembleia Nacional Constituinte.

64 Leonel Martiniano de Alencar, 1º Barão de Alencar (1832-1921), foi um ilustre advogado, político e diplomata brasileiro. Condecorado com a Ordem Militar de Cristo, a Ordem de Isabel, a Católica, a Ordem da Rosa e a Ordem de Cristo, foi também membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

65 Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934) foi um escritor, político e professor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras.

66 Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918) foi um jornalista, comentador, cronista e poeta brasileiro, considerado o principal representante do Parnasianismo no país. Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

67 Antônio Sales (1868-1940), poeta e romancista.

Referências bibliográficas

ALENCAR, José (1849) – «O estilo na literatura brasileira». *Ensaios Literários*. *Jornal de uma Associação de Acadêmicos,* 11 agosto, p. 34-36.

ALENCAR, José (1856) – *Cartas sobre A Confederação dos Tamoyos.* Rio de Janeiro, Empresa Typographica Nacional.

ALENCAR, José (1857) – *Guarany: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diario.

ALENCAR, José (1860) – *Cinco minutos* / *A viuvinha.* Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil.

ALENCAR, José (pseud. G. M.) (1862) – «Ao autor». In: *Lucíola, um perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza de Frederico Arfvedson, p. 4.

ALENCAR, José (1862) – *Lucíola, um perfil de mulher*. Rio de Janeiro: Typ. Franceza de Frederico Arfvedson.

ALENCAR, José (pseud. G. M.) (1864) – *Diva. Perfil de mulher*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1865) – *Iracema, lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Viana & Filhos.

ALENCAR, José (1865-1866) – *As minas de prata: romance*, 6 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1866) – *Ao Povo. Cartas políticas de Erasmo.* Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp.

ALENCAR, José (1866) – *Ao Imperador. Cartas políticas de Erasmo.* Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Comp.

ALENCAR, José (pseud. Sênio) (1870) – *A pata da gazela. Romance brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1870) – *O Gaúcho. Romance brasileiro*, 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1871) – *Tronco do ipê*, 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (pseud. Sênio) (1872) – «Bênção paterna». In: *Sonhos d'ouro, romance brasileiro.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, p. V-XIX.

ALENCAR, José (1872) – *Til. Romance brasileiro*, 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1874) – *Ao correr da pena.* Rio de Janeiro: Typografia Allemã.

ALENCAR, José (pseud. Sênio) (1874) – *Guerra dos mascates. Crônica dos tempos coloniais*, 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1874) – *Ubirajara: lenda tupy.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (pseud. Sênio) (1875) – *O Sertanejo: romance brasileiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875

ALENCAR, José (pseud. G. M.) (1875) – *Senhora. Perfil de mulher*, 2 v. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ALENCAR, José (1893) – *Como e porque sou romancista.* Rio de Janeiro: G. Leuzinger & Filhos.

CORDEIRO, Antônio Xavier de Sousa (1898) – «José de Alencar». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1899.* Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, p. V-XXXII.

ARARIPE Júnior, Tristão de Alencar [s. d.] – *José de Alencar: perfil literário*. Rio de Janeiro: Typ. da Escola de Serafim José Alves.

MAGALHÃES, Gonçalves de (1857) – *A Confederação dos Tamoyos: poema*. Rio de Janeiro: Empreza Typographica Dous de Dezembro.

PAOLINELLI, Luísa Antunes (2009) – *O romance histórico e José de Alencar: contributo para o estudo da Lusofonia*. Funchal: CEHA.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1960) – *Memórias*. Rio de Janeiro: biblioteca do Exército.

Luísa Antunes Paolinelli
Universidade da Madeira / CLEPUL

VISCONDE DE TAUNAY

Visconde de Taunay

Durante os cinco anos decorridos desde 1865 a 1870 esteve ateada a guerra entre Brasil e Paraguai, sendo o território deste último país invadido ao sul pelo exército brasileiro, e travando-se a luta em volta de Curupaiti[1] e Humaitá[2], a Sebastopol paraguaiana.

Pensou o governo do Brasil em atacar também o inimigo pelo lado do norte, operando assim uma diversão, que poderia tornar-se de largo alcance, se o plano tivesse sido posto em execução com mais cuidado e previdência.

Neste intuito começou de organizar-se no Rio de Janeiro uma expedição, que depois da marcha difícil e demorada que realizou através das províncias, hoje estados, de São Paulo e Minas Gerais, se dirigiu a Uberaba, onde, graças a alguns reforços, pode afinal constituir-se um corpo do exército com o efetivo de três mil homens, que, ainda antes de chegarem à fronteira do Paraguai, já estavam reduzidos a mil seiscentos e oitenta.

Mais de um terço da expedição havia sucumbido às febres, que a acometeram durante a marcha sobre os terrenos pantanosos e insalubres, que foi obrigada a percorrer nos sertões de Mato Grosso.

Em abril de 1867 a coluna brasileira atravessou o rio Apa[3] e penetrou no território inimigo, ocupando Laguna[4], e batendo-se valorosamente em vários recontros, durante os poucos dias que durou essa campanha temerária. A breve trecho porém a situação tornou-se insustentável, e a falta absoluta de munições obrigou o pequeno corpo do Exército a retroceder, abandonando de vez o solo inimigo, onde entrara cheio de entusiasmo e de ilusões!

Começou então, para esse punhado de valentes sacrificados a uma imprevidência indesculpável, uma dolorosa epopeia de perigos, de trabalhos, de enfermidades, de desastres e horrores de toda a ordem, em que deram provas admiráveis de verdadeiro heroísmo, pelo valor, constância e disciplina que sempre mantiveram através de tão rudes provações.

Quando a malograda expedição chegou ao Porto de Canuto[5], na margem esquerda do Aquidauana, restavam apenas setecentos homens. Novecentos e oitenta haviam perecido na fatal retirada!

Extenuados pelas privações, pela fadiga e pelas enfermidades, com as carnes ulceradas, cobertos de andrajos, atingiam enfim os infelizes retirantes o termo da sua via dolorosa.

As correrias incessantes do inimigo, a fome, o incêndio, as chuvas torrenciais, as tempestades, as inundações, o *cholera morbus*, – tudo se havia conspirado para os obrigar a suportar todas quantas misérias podem caber nos limites do sofrimento humano!

*

Entre os heróis sobreviventes dessa memorável, posto que desastrosa campanha, contava-se o jovem oficial Escragnolle Taunay, que desde todo o princípio, fizera parte da expedição na qualidade de Secretário da comissão de engenheiros e atravessara incólume a longa série de adversidades e desastres, que a mesma expedição teve de sofrer.

Quis a Providência conservar-lhe a vida, tantas vezes ameaçada, para que não ficasse no olvido essa página grandiosa da História Militar do seu país, e para que o Brasil possuísse mais uma obra verdadeiramente notável, um desses raros livros, de que qualquer povo poderia orgulhar-se, e teria de arquivar como um dos mais valiosos tesouros da sua literatura.

Esse livro é a *Retraite de Laguna*[6], escrito em língua francesa; livro de que já se publicaram três edições, e que se acha traduzido em alemão, inglês, espanhol, italiano e sueco, havendo também a tradução em língua portuguesa do ilustre escritor brasileiro Salvador de Mendonça[7].

Foi a estreia literária do moço oficial, mas estreia por tal modo brilhante, que o nosso insigne escritor Pinheiro Chagas[8], falando a respeito dela, escreveu o seguinte, num artigo que lhe consagrou: – «Apenas li duas páginas, senti-me preso pelo interesse profundamente dramático da narrativa. O autor daquele livro era evidentemente *um mestre na arte de escrever*»[9].

Este livro, de tão grande e merecido sucesso, foi mandado imprimir a expensas do Governo Brasileiro, e assinalou desde logo ao autor um lugar de honra entre os primeiros literatos da sua terra.

Até então a sua biografia poder-se-ia escrever em meia dúzia de palavras.

Nascido no Rio de Janeiro em 1843, Bacharel em Letras em 1858, Alferes aluno da Escola Politécnica em 1862, formado em Ciências Matemáticas e Físicas em 1863, 2º. Tenente de Artilheria em 1864, ei-lo logo no ano seguinte fazendo parte da malograda expedição, e lançando no seu diário de campanha as rápidas notas, que lhe serviram de elementos preciosos para o livro, que havia de imortalizar o seu nome[10].

Originário de família francesa, havia muito estabelecida no Brasil*, e usando por isso apelidos[11] franceses, Taunay era brasileiro pelo nascimento, e brasileiro de alma e coração, amando a sua pátria como filho, e dos mais extremosos.

A parte importante da biografia deste brasileiro ilustre começa pois na publicação de *A Retirada da Laguna*, e é por isso que tomamos o livro, e o trágico episódio, que lhe deu origem, para ponto de partida deste trabalho; tanto mais quanto aquela obra é incontestavelmente a sua maior coroa de glória.

Não se pense porém que Taunay recorresse, para conseguir o êxito que obteve o seu livro, aos artifícios de um estilo guindado e altissonante. Nada disso. A narração é simples e sóbria, feita a traços largos e firmes, sem ornatos, sem retórica, sem pretensões a armar ao efeito.

E contudo a impressão produzida pela leitura dessas páginas de extraordinário relevo é funda e empolgante, tal é a superioridade com que estão escritas.

> As paisagens vigorosas do sertão de Mato Grosso (escreveu o já citado Pinheiro Chagas) ressaltam com uma vivacidade extraordinária, as figuras humanas movem-se no quadro, desenhadas com verdadeiro primor, e os oficiais da coluna brasileira, os guias, todos os vultos enfim daquele tristíssimo drama, têm um cunho potente

* Alfredo d'Escragnolle Taunay, depois Visconde de Taunay, era filho do Barão de Taunay e de D. Gabriela d'Escragnolle, e neto do célebre pintor francês Nicolau Antônio Taunay e do Conde Alexandre d'Escragnolle.

> de realidade, como só o sabe dar às figuras que observa ou aos tipos que inventa, um escritor de raça, um romancista da grande família dos Scott, dos Cooper, dos Balzac ou dos Flaubert.[12]

Devo dar aqui uma amostra desse magnífico trabalho literário (de cuja terceira edição possuo um exemplar, com que me honrou o insigne autor[13]), embora receie que o seu estilo vigoroso e terso empalideça ao sair, vertido em linguagem portuguesa, dos bicos da minha modestíssima pena. Os leitores que me desculpem, pois nem mesmo tenho à mão, para me eximir a tal responsabilidade, a tradução a que já me referi – de Salvador de Mendonça, e a que decerto teria recorrido nesta conjuntura.

*

A coluna ia continuando penosamente a sua marcha de retirada, sempre perseguida pelo fogo do inimigo, que de longe a acompanhava, como uma sombra má, e que ia ateando o incêndio nos matos e nos campos, que ela tinha de percorrer. Caminhava assim no meio de uma tempestade de chamas que só acalmava, quando as chuvas torrenciais vinham alagar os infelizes retirantes, criando-lhes, por tal forma, novos obstáculos e redobrados trabalhos. O cansaço, a fome, as intempéries, as mil dificuldades que os rodeavam, tornavam verdadeiramente tormentosos esses longos dias e essas sinistras noites de fadigas, de sobressaltos, e de misérias.

Mas o cálix não estava ainda de todo esgotado. Para cúmulo de desgraça o *cholera* fizera a sua sinistra aparição entre as fileiras desses soldados mártires, e prostrava, dezenas e dezenas de vítimas, que morriam aos montões pelo caminho, tornando aos enfermos quase impossível a continuação da marcha.

Numa das repetidas paragens, que por tal motivo era preciso fazer, o comandante da coluna* mostrava-se estranhamente inquieto.

---

* O Coronel Carlos de Morais Camisão, que veio a morrer também vítima da epidemia, dias depois dos acontecimentos aqui relatados.

Uma ideia terrível o preocupava. Convocava, umas após outras, as conferências de oficiais e médicos, mas não ousava manifestar o pensamento que o torturava.

Ouçamos agora a vibrante narrativa do eminente autor desta moderna *anábase*[14].

> Alta noite convocou o Coronel, ainda uma vez, os comandantes e os médicos. Acabava de tomar uma resolução suprema, que consigo mesmo havia debatido durante os últimos dias, como derradeiro recurso. Igual pensamento estava presente ao espírito de todos, mas ninguém ousava exprimi-lo. Depois de expor em poucas palavras o estado das cousas, a urgência de uma marcha de avanço, sem a qual toda a expedição estava irremediavelmente perdida, a impossibilidade, por todos reconhecida, de levar mais longe os enfermos, declarou que, debaixo da sua responsabilidade, e obrigados pela força do dever imperioso, os coléricos, com exceção dos convalescentes, iam ser ali mesmo abandonados. Nenhuma voz se levantou contra esta resolução, de que ele tomava generosamente toda a responsabilidade.
>
> Um longo silêncio acolheu a ordem, e a consagrou.
>
> O comandante, então, como fora de si, ordenou que imediatamente à luz de archotes, se abrisse uma clareira no bosque vizinho, a fim de para lá serem transportados os coléricos. Ordem terrível de proferir, e terrível de executar, mas que não levantou uma única censura, um único protesto!
>
> Imediatamente os soldados puseram mãos à obra, como se desempenhassem uma tarefa das mais vulgares (tanto o senso moral havia neles desaparecido sob a pressão da necessidade de momento!) e em seguida colocaram no bosque, com a espontaneidade do egoísmo, todos esses condenados inocentes, os desgraçados coléricos, porventura companheiros de longa data, e por certo amigos e camaradas, que haviam compartilhado os perigos comuns.
>
> E, o que é ainda mais extraordinário, os próprios coléricos aceitaram, na ocasião, resignados, este último golpe da adversidade, sem que fosse preciso recorrer a qualquer subterfúgio.
>
> As dores da horrível enfermidade contribuíam provavelmente para o indiferentismo dos pacientes. Talvez também contribuiria a ideia do repouso, sucedendo às torturas resultantes das sacudidelas

da marcha, mas sobretudo esse desprendimento da vida, que é próprio dos brasileiros, e que faz deles em pouco tempo, excelentes soldados.

O que todos pediram, como único favor, foi que lhes deixassem ficar água, para mitigarem a sede que os devorava.

Debaixo de tantas impressões funestas, todos nos havíamos agrupado em volta da tenda do Tenente-Coronel Juvêncio, cujos gemidos atraiam as atenções gerais. Acabava de ser atacado pela epidemia. Estava já desfigurado, a voz transtornada e sinistra. Correr à barraca dos médicos foi o nosso primeiro movimento. Quando voltávamos, eis que uma detonação se fez ouvir perto de nós, seguida de muitos tiros das sentinelas inimigas. Era o soldado de plantão do Quartel-General, que se tinha suicidado. Horríveis câibras o acometeram subitamente. Livrou-se do flagelo por meio de um tiro.

Todo este ruído se passou, sem que o Tenente-Coronel desejasse saber a causa, parecendo mesmo nada haver sentido.

A sua agitação tinha tomado, pouco a pouco, o caráter de uma alucinação frenética. Nós mesmo, velando junto dele, mortos de fadiga, exaustos por tão violentas comoções, mal podíamos combater o sono esmagador, que se apoderava de nós, sono povoado de imagens sinistras de abandono e de massacre.

A trasladação das vítimas durou toda a noite, prolongando-se até aos primeiros clarões do dia. Foi neste momento de agonia dos desgraçados, que ali íamos deixar ao abandono, que o velho guia Lopes veio anunciar-nos a morte de seu filho. De momento a momento tudo se toldava em torno de nós!

[…]

Nada mais digno de inspirar simpatia e piedade que o aspecto do Coronel depois da terrível determinação.

Era o arrependimento, o remorso, a perturbação de espírito na apreciação dos motivos que a haviam inspirado, e que ele parecia debater ainda em seu coração, quando mesmo a ordem já havia passado ao domínio dos fatos consumados. Tinha na face a palidez do espectro; parava a cada momento suspenso, como para escutar!

Apesar do silêncio que reinou durante os preparativos, não foi sem um grande clamor estranho para o ouvido, e cuja causa nos apavorava o espírito, que o momento da separação chegou:

momento de angústia para todos! Deixávamos ao inimigo mais de cento e trinta coléricos debaixo da proteção de um simples apelo à sua generosidade, por meio destas palavras escritas em grossos caracteres num letreiro fixado ao tronco de uma árvore: «*Misericórdia para os coléricos!*»

Pouco tempo depois da partida, e já fora do alcance da vista, o estrondo de uma viva fuzilaria veio ferir-nos o coração! E após... que de gritos indescritíveis, de lamentações sem nome! Não ousávamos sequer encarar-nos uns aos outros.

Segundo mais tarde nos foi referido por um dos pobres abandonados, salvo por milagre, muitos enfermos (ele não sabia bem se tinha ou não havido massacre geral) se levantaram convulsivamente, e, chamando a si todas as forças, puseram-se a correr atrás de nós. Nenhum deles conseguiu alcançar-nos, ou porque sucumbisse à fraqueza física, ou porque fosse vítima da crueldade do inimigo. E contudo a nossa coluna tinha afrouxado a marcha, por si mesmo, instintivamente, como se esperasse por alguém, que ficara atrás.[15]

Que simplicidade, e ao mesmo tempo que grandeza nesta descrição! Todas as restantes páginas do livro têm a mesma nobreza de estilo, o mesmo cunho de intensa realidade.

*

Conheci-o quando voltou de Mato Grosso (escrevia o ilustre redator da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, Dr. Ferreira de Araújo, no artigo que publicou naquele jornal por ocasião do falecimento do Visconde de Taunay, daqueles episódios épicos da campanha do Paraguai, que teriam ficado em uma penumbra injusta, se ele as não descrevesse na sua *Retraite de Laguna*, livro que os competentes comparam à narração da retirada dos dez mil, feita por Xenofonte[16], que tem atravessado os séculos, como os há de atravessar a epopeia do nosso glorioso patrício). Era então um rapagão bonito, com os seus cabelos loiros anelados, o seu airoso uniforme de oficial de artilheria montada, e a sua auréola de combatente de volta da guerra, condecorado, e a ver no futuro horizontes largos.

> Em breve sorriu-lhe a política. Aquele soldado que era escritor e poeta, que cultivava as belas-artes, interpretando ao piano os grandes mestres, e compondo ele mesmo trechos de valor, foi para a política com a alma assim ornada, de modo que andou sempre mal à vontade no partido a que se filiou, o Conservador, sendo que o Liberal, que se dizia mais adiantado, e até o Republicano, que doutrinava radicalismos, não deitavam a barra adiante do que queria o espírito culto de Taunay.[17]

Foi em 1872 que o distinto oficial se estreou na carreira política, sendo eleito Deputado Geral pela então Província de Goiás. Antes porém prestou ainda à sua pátria relevantes serviços como militar, acompanhando na qualidade de seu secretário particular, o Príncipe Conde d'Eu, General-em-Chefe do Exército que, em 1869 e 1870, fez a campanha do Paraguai, pondo termo àquela já tão prolongada luta, com honra e lustre para as armas brasileiras.

Taunay ia também encarregado de escrever o *Diário do Exército*.

Depois de pela primeira vez eleito deputado foi, em 1874, nomeado lente de Mineralogia, Geologia e Botânica na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1875, promovido ao posto de Major, e em 1876 nomeado Presidente da então Província de Santa Catarina, cargo de que se demitiu para ser novamente eleito deputado. Mais tarde, em 1885, foi nomeado Presidente da Província do Paraná, e finalmente em 1886 foi escolhido senador por Santa Catarina, sendo também naquele ano (1885), que ele pediu e obteve a sua demissão de oficial do Exército brasileiro. Finalmente em 1889 foi agraciado com o título de Visconde de Taunay.

Tal é, em rápida resenha, a vida pública do insigne brasileiro.

Terei ainda ocasião, no decurso deste trabalho, de dizer algumas palavras a respeito do homem político e do orador parlamentar. Mas é forçoso por agora, voltar atrás, para continuar a ocupar-me especialmente do escritor e do literato.

*

O romance *Inocência* publicado pela primeira vez em 1872 sob o pseudônimo de Sílvio Dinarte, é, depois da *Retirada da Laguna* o melhor trabalho literário de Visconde de Taunay. Dele saíram a lume quatro edições (1872, 1884, 1896, 1899) e acha-se traduzido em diferentes línguas.

O tema é tudo quanto há de mais simples. Inocência, a ingênua e meiga sertaneja, apaixona-se, com todo o ímpeto da sua alma virginal, por um mancebo, que pela sua parte, lhe corresponde com intenso e devotado amor.

Esta mútua afeição é contrariada pelo pai de Inocência, que havia prometido a mão dela a um rude capataz, o terrível Manecão, e quer a todo o transe obrigá-la ao cumprimento daquela promessa. A pobrezinha resiste, afrontando resolutamente as iras paternas e a fúria vingativa do pretendente desprezado. Ela prefere morrer a ligar o seu destino a um homem, que só lhe inspira horror, quando o seu coração está cheio da imagem daquele que adora.

Um desenlace trágico põe termo a este singelo episódio. O apaixonado mancebo morre às mãos do seu feroz rival, não lhe sobrevivendo a namorada e linda sertaneja.

Não é pois às complicações do enredo, nem à novidade do assunto, que este livro deve a fama de que justamente goza, e o grande êxito que alcançou, sendo com razão considerado um dos melhores da Literatura Brasileira.

Essa justa reputação é devida a que o livro está admiravelmente escrito. Tudo ali é primoroso, desde o desenho dos tipos e caracteres, e a vida íntima dos personagens, até às descrições, paisagens e aspectos do sertão, onde se passa todo o drama simples mas grandioso, que o escritor soube com tanta arte delinear e expor.

O tipo encantador de Inocência é digno de figurar na mais formosa galeria literária, ao lado da Cecília, de Alencar[18]. São duas verdadeiras joias da literatura brasileira.

Não se pode ser mais delicado nos traços com que está desenhada aquela mimosa pomba do sertão, na sua deliciosa rusticidade,

no seu pudor virginal, quase selvagem, no despertar radioso do seu coração ignorante e tímido, na sua paixão ingênua, cheia de sustos e de superstições, e finalmente na sua dedicação imensa, dominadora, absorvente, indo até ao desprezo inconsciente da própria vida.

Todos os outros tipos principais, que figuram no romance, estão cuidadosamente estudados.

Especialmente Pereira, o pai de Inocência, tipo perfeito do sertanejo rude, leal, hospitaleiro e expansivo, mas ao mesmo tempo intransigente até à ferocidade nos seus princípios de honra filiados nos preconceitos e tradições da vida do sertão; Manecão, o terrível *tropeiro*, duro, violento e vingativo; Meyer, o simpático e ingênuo naturalista alemão, são todos eles criações de verdadeiro artista, e que se impõem à nossa admiração pelo vivo relevo das feições, e pelo sopro de vida que os anima.

Para poder ajuizar-se do esmero com que está escrito este delicioso livro, e do amor e desvelos de artista, que nele pôs o insigne escritor, transcreveremos aqui o belíssimo trecho, em que se descreve a primeira entrevista dos dois jovens namorados.

> Seria uma hora depois da meia-noite. Estavam os espaços como que iluminados por essa luz serena e fina, que irradia de um globo despolido; luz fosca, branda, sem intermitências no brilho, sem cintilações, e difundida igualmente por toda a atmosfera.
>
> Haviam já os galos cantado uma vez, e, ao longe, muito ao longe, de vez em quando se ouvia o clamor das *anhumas pocas*[19]. Levantou-se de repente Cirino. Depois de alguma vacilação, deu uma volta por toda a habitação, pulando os cercados, e tomou o rumo do frondoso laranjal, a cuja espessa sombra se abrigou por algum tempo.
>
> Aconchegou-se, em seguida, à cerca dos fundos da casa e parou no meio do pátio, olhando com assombro para uma janela aberta.
>
> Um vulto ali estava!... Era o dela; Inocência... Não havia que duvidar.
>
> A princípio, nenhum movimento fez; mas depois lentamente se foi retirando e aos poucos fechou o postigo.
>
> Cirino deu um só pulo e de leve, muito de leve, bateu

apressadas pancadas na tábua da janela.

– Inocência!... Inocência!... chamou ele com voz sumida, mas ardente e cheia de súplica.

Ninguém lhe respondeu.

– Inocência, implorou o moço, olhe... abra... tenha pena de mim... Eu morro por sua causa...

Depois de breve tempo, que para Cirino pareceu um século, descerrou-se a medo a janela, e apareceu a menina toda assustada, sem saber por que razão ali estava nem explicar tudo aquilo.

Parecia-lhe um sonho. Quis entretanto dar qualquer desculpa à situação, e fingindo-se admirada, perguntou muito baixinho, e a balbuciar:

– Que vem... *mecê*... fazer aqui?... Eu... já... estou boa...

Da parte de fora agarrou-lhe Cirino nas mãos.

– Oh! disse ele com fogo, doente estou eu agora... Sou eu que vou morrer... porque você me enfeitiçou, e não acho remédio para meu mal.

– Eu... não! protestou Inocência.

– Sim, você, que é uma mulher como nunca vi... Seus olhos me queimaram... Sinto fogo dentro em mim... Já não como... não vivo... O que só quero é vê-la... é amá-la... Não conheço mais o que seja o sono e, nesta semana, fiquei mais velho do que em muitos anos havia de ficar... E tudo por que, Inocência? Você bem sabe...

– Eu não sei, não... respondeu a pobrezinha com ingenuidade.

– Porque eu a amo... amo-a, e sofro como um louco... como um perdido...

– Pois o amor é sofrimento? exclamou ela.

– Amor é sofrimento quando a gente não sabe se a sua paixão é aceite, quando se não vê quem se adora: amor é céu, quando se está como eu agora estou.

– E quando a gente está longe, perguntou ela, o que é que se sente?

– Sente-se uma dor cá dentro, que parece que se vai morrer... Tudo causa desgosto: só se pensa na pessoa a quem se quer a todas as horas do dia e da noite, no sono, na reza, quando se ora a Nossa Senhora, sempre ela, ela, ela!... o bem amado... e...

– Oh! interrompeu a sertaneja com singeleza, então eu amo...

– Você? indagou Cirino sofregamente.

– Se é como... *mecê* diz...

– É... é... eu lho juro!...

– Então... eu amo, confirmou Inocência.

– E a quem?... Diga: a quem?

Houve uma pausa e a custo retrucou ela, ladeando a questão:

– A quem me ama.

– Ah! exclamou o jovem, então é a mim... é a mim, com certeza, porque ninguém neste mundo, ninguém, ouviu? é capaz de amá-la como eu... Nem seu pai... nem sua mãe, se viva fora... Deixe falar seu coração... Se quer ver-me fora deste mundo... diga que não sou eu, diga!

– E como ia *mecê* morrer? atalhou ela com receio.

– Não falta pau para me enforcar, nem água para me afogar.

– Deus nos livre! não fale nisso... Mas por que é que *mecê* gosta tanto de mim? *Mecê* não é meu parente, nem primo, longe que seja, nem conhecido sequer... *Eu lhe vi* apenas pouco tempo... e tanto se agradou de mim?

– E com você não sucede o mesmo? perguntou Cirino.

– Comigo?

– Sim, com você... Por que é que está acordada a estas horas? Por que é que não pode dormir?... que a cama lhe parece um braseiro, como a mim também parece? Entretanto esse alguém não é primo seu, longe que seja, nem conhecido sequer!...

– É verdade, confessou Inocência com doce candura.

Depois quis emendar a mão.

– Mas quem lhe disse que vivo pensando em *mecê*?

– Inocência, implorou o moço, não queira negar: vejo que sou amado...

– Sempre amar! observou ela, mais para si do que para quem a ouvia. No ano que já passou, e por ocasião da Senhora Sant'Ana, aqui vieram umas parentas minhas e caçoaram comigo, porque eu não as entendia: tanto assim que uma delas, a *Nhã-Tuca*, me disse: «Deveras *mecê* ainda não gostou de nenhum moço?» e eu respondi: «Não *assunto** o que *mecês* estão a *prosear*.» – Aquilo era certo e tão verdade, como estar nosso Deus no paraíso... Hoje...

– E hoje?

* Não percebo.

– Hoje? repetiu a moça; quem sabe se não era *bem melhor* não ter nunca gostado de ninguém?

– Isso não está na gente... É ordem lá de cima...

– Enfim, se for destino, que se cumpra.

Conservava-se Inocência ainda um pouco arredada da janela, de modo que Cirino, para lhe falar baixinho, tinha o corpo inclinado do lado de dentro. Segurava as mãos da namorada e puxava-a com doce violência, quando mostrava querer afastar-se. Era o ardente colóquio dos dois cortado de frequentes pausas, durante as quais se embebiam recíprocos os olhares carregados de paixão.

– Deixa-me ver bem o teu rosto, dizia Cirino a Inocência. Para mim é muito mais belo que a lua, e tem mais brilho que o sol.

E apesar de alguma resistência, fraca embora, mas conscienciosa, que lhe foi oposta, conseguiu que a formosa rapariga se encostasse ao peitoril da janela.

– Amar, observou ela, deve ser coisa bem feia.

– Por quê?

– Porque estou aqui e sinto tanto fogo no rosto! Cá dentro me diz um palpite que é pecado mortal que faço...

– Você, tão pura! contestou Cirino.

– Se alguém viesse agora e nos visse, eu morria de vergonha. Sr. Cirino, deixe-me... vá-se embora!... o senhor me atirou algum quebranto... aquele remédio tinha alguma erva *para mim tomar*... e me virar o juízo...

– Não, atalhou o mancebo com força, eu lhe juro! Pela alma de minha mãe... o remédio não tinha nada...

– Então, por que fiquei... *ansim*, que me não conheço mais?... Se *papai* aparecesse... não tinha direito de me matar?

Foi-se-lhe a voz tornando cada vez mais baixa e sumiu-se num golfão de lágrimas.[20]

Não será fácil encontrar melhor nos idílios célebres de todas as literaturas dos diferentes povos.

Hão de os leitores portugueses, não afeitos ao brasileirismo, estranhar um pouco a linguagem dos dois amantes, nos seus modismos peculiares, e no tratamento que mutuamente se dão. Mas a obra do ilustre escritor não seria, como é, uma obra de arte esmerada e perfeita, se os seus personagens não falassem a linguagem do seu país, da sua condição social, e da sua região.

*

No romance – *Ouro sobre azul*[21], apresenta-nos o autor uma curiosa galeria de tipos da sociedade brasileira, elegante, que se agitam movidos pelos fios da intriga, do amor, da inveja ou da ambição.

No gênero ligeiro do romance folhetim, e como crítica de costumes, é um trabalho apreciável, e por vezes finamente espirituoso, pondo em relevo muitos ridículos e aleijões sociais.

Laura, o tipo predominante, rapariga formosa, inteligente, caprichosa, dum romantismo excêntrico, é um exemplo vivo dos resultados a que conduzem as educações mal dirigidas, e as demasiadas complacências e mimos, especialmente quando se trata de temperamentos femininos, vivos, impressionáveis e irrequietos.

Como prova, porém, de que, em qualquer gênero literário, o Visconde de Taunay era sempre escritor esmerado e estilista primoroso, leia-se a página do *Ouro sobre azul*, que aqui se reproduz, e que ninguém deixará de considerar uma joia de fino quilate, ao passo que traduz admiravelmente, sob a forma duma graciosa alegoria, a ideia da modificação do caráter pela educação bem dirigida.

> Para resumirmos o ligeiro estudo que acabamos de esboçar daquela interessante e caprichosa menina (Laura), lembraremos um apólogo oriental, cujas palavras, se não vão textualmente citadas, dizem mais ou menos o seguinte:
>
> Brota puro e cristalino regato das entranhas da terra. Vem à flor e, como que surpreso, por momentos estaca: depois atira-se pelas agruras dos montes; despenha-se; dá voltas sobre si; turva-se; descansa e aclara um pouco; corre em plano mais condescendente; logo adiante recomeça em seu borbulhar até ir esbarrar de encontro a algum tropeço; então ruge de cólera, espadana, galga o óbice, e tresloucado precipita-se no abismo, que o engole, borrifando de espuma a rocha estéril e nua.
>
> Agora se fordes buscar na nascença essa linfa, que brota pura e cristalina das entranhas da terra, se a prenderdes docemente,

> trazendo-a por declives suaves, guiando-a contra a vontade, mas em seu benefício, irá ela marulhando, inquieta, mas sem toldar-se; depois, a mais e mais comprimida, cessará de murmurar e, se lhe derdes então a liberdade, subirá aos céus, formando um jato límpido, que, desfeito na queda em puro orvalho, vai aljofrar os lírios e roseiras plantadas em torno das bacias de alabastro, que ornam os encantadores jardins de Cachemira.[22]

Ninguém poderia expor o gracioso apólogo sob uma fórmula literária mais brilhante e com mais vigor e riqueza de colorido.

*

O livro *Lágrimas do coração*[23] que, em edição póstuma, apareceu ultimamente, com o título de *Manuscrito de uma mulher*, (subtítulo da primeira edição), é um estudo de psicologia romântica, em que o autor revela os seus talentos de fino observador da alma feminina, simulando a autobiografia de uma mulher, cuja vida foi subjugada pela força irresistível de um amor incompreendido e malogrado.

Esse estudo é tanto mais interessante, quanto a mulher, supostamente biografada, tal como a criou a imaginação do autor, era uma criatura encantadora, que viveu no mundo rodeada de adoradores, e que a todos desprezou, para só amar, com todo o fogo da sua alma, um homem que se mostrou insensível aos raros encantos, que ela possuía, e que fascinavam os que lhe eram indiferentes.

Daqui uma série de situações interessantes, tratadas com notável habilidade, e grande talento de observação íntima, nas diferentes fases, e nos variados transes dessa paixão dominadora.

Sem ter a grandeza das melhores obras de Taunay (as duas já mencionadas), é incontestavelmente, no seu gênero, um trabalho primoroso.

Muito haveria ainda a dizer acerca destas e das restantes obras literárias de Taunay, não só no gênero romântico, como também no gênero descritivo, em que tanto se distinguiu, deixando-nos nas *Cenas de viagem, Céus e terra do Brasil,* e *Viagem de regresso* quadros de verdadeiro artista acerca da natureza e das paisagens brasileiras.

Por isso, e porque uma parte dos seus romances e contos são trabalhos de um *brasileirismo* acentuado, pelos tipos, pelos assuntos, pelas cenas, episódios e costumes, o Visconde de Taunay tem direito a figurar na primeira plana dos escritores genuinamente nacionais.

É forçoso porém pôr aqui termo às observações, ou antes às impressões sugeridas pela leitura dalguns dos livros do brilhante escritor, para não dar a este modestíssimo trabalho um desenvolvimento incompatível com o espaço de que me é dado dispor.

*

Eis a relação das obras completas do Visconde de Taunay*: *Retraite de Laguna; Cenas de viagem: exploração entre os rios Taquari e Aquidauana memória descritiva*; *Campanha do Paraguai*, *«Comando-em-chefe de S. A. o [Sr.] Marechal de Exército Conde d›Eu»* (*Diário do Exército*); *Vocabulário da língua guaná ou chainé*[24]; *A Província de Goiás na Exposição Universal de 1875*; *Questões políticas e sociais* (Discursos parlamentares); *Questões militares*. A classe militar perante as câmaras[25]; *Estudos críticos; No declínio*, romance (publicado em folhetins na *Gazeta da Tarde*)[26].

Sob pseudônimo de Sílvio Dinarte: *Mocidade de Trajano*, romance; *Inocência*, romance; *Lágrimas do coração* (Manuscrito de uma mulher); *Ouro sobre azul*, romance; *Histórias brasileiras*; *Narrativas militares*; *Céus e terra do Brasil*.

Sob o pseudônimo Heitor Malheiros: *Encilhamento*, romance.

Publicou na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*: *Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte* (Memória); *Relatório geral da Comissão de engenheiros, junto às forças em expedição para a Província de Mato Grosso*; *Memória sobre as águas termais da Província de Santa Catarina*[27].

* Os elementos para esta resenha bibliográfica são colhidos em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro.

Sob os pseudônimos Cormontaigne, André Vidal, Múcio Sévola, Sentinela, etc., publicou numerosos artigos na imprensa periódica sobre o elemento servil e outros assuntos.

Deixou inéditas as suas *Memórias*, trabalho extenso, que ocupará seguramente muitos volumes, se chegar a imprimir-se, e de que a imprensa brasileira tem publicado alguns trechos destacados. Nesse trabalho se encontra a narração de muitos acontecimentos militares, e políticos, em que o autor tomou parte, e será um precioso subsídio para a história do tempo a que se refere.

Por ocasião do falecimento do Visconde de Taunay, noticiou o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro que, na arca do sigilo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, está depositado um volumoso invólucro amarrado com arame, e lacrado com as armas do mesmo Visconde, o qual encerra trabalhos inéditos, e que só devem ser publicados em 1943, segundo a sua determinação[28].

*

Como homem político, o Visconde de Taunay militou nas fileiras do Partido Conservador, mas as suas ideias eram das mais avançadas. Vem aqui a pelo transcrever um trecho do excelente artigo do Dr. Ferreira de Araújo, a que já me referi, e que encerra uma síntese dos princípios professados e proclamados por Taunay, como parlamentar e como jornalista.

> Taunay personificou no Parlamento um conjunto de reformas, que ele julgou possível levar todas de uma vez por diante, por constituírem um corpo harmônico de doutrinas, de grandes e eficazes resultados práticos.
>
> Eram elas, além da abolição do elemento servil, o casamento civil, o registo civil de nascimento e óbitos, a separação da Igreja do Estado, a secularização dos cemitérios, a grande naturalização, a colonização do país pelo imigramento localizado e preso ao solo pela propriedade, a revogação da lei odiosa da locação de serviços. Não obteve que os governos do seu tempo incluíssem essas medidas em seus programas, não obteve que o Parlamento fizesse delas melhor

ideia, de que fariam os governos, que as tinham por utopias; mas quando o Governo Provisório da República as decretou, usando dos seus poderes discricionários, elas não encontraram resistência na opinião pública, porque esta tinha sido aparelhada por um grupo de homens, dos quais a chefia ninguém pode contestar ao Visconde de Taunay, que foi a alma dessas propagandas patrióticas e eminentemente progressistas.[29]

Para se avaliar do calor e eloquência com que o distinto parlamentar defendia na Câmara, de que fazia parte, as suas opiniões acerca dos pontos indicados pelo Dr. Ferreira de Araújo, e especialmente o da grande naturalização, que ele considerava um elemento essencial para a prosperidade e engrandecimento da sua pátria, apresentarei aqui alguns períodos de um dos seus notáveis discursos.

Ainda não caiu a injusta barreira, que tem impedido a identificação do Brasil com os filhos de outros países, que aqui vêm buscar uma nova pátria. Esta barreira só há de aluir-se aos golpes de uma grande cruzada, que se levante no seio desta generosa nação, hasteando, como sagradas bandeiras, as ideias da grande naturalização, casamento civil, liberdade de cultos, e todas essas medidas largas e adiantadas, aceites pelos povos mais cultos do mundo, e que se o tempo, pelo menos não impuser a este país, é que o seu destino tem decerto muito curta limitação.

A ideia da grande naturalização é hoje considerada pelos maiores pensadores do mundo, não já como uma medida política de elevadas consequências morais, e materiais, mas como dever de reciprocidade entre as nações.

O eminente Rouher[30] a define: «a forma mais perfeita da hospitalidade moderna». E quando a Inglaterra e a França, tão ciosas das prerrogativas[31] de seus filhos, a abraçam em toda a sua integridade, acha-se o Brasil até inibido de pensar nessa grandiosa medida!

Hoje que na Europa o sistema da paz armada tomou tamanha amplidão, que estão ameaçados o respeito e a tranquilidade que requerem as ciências, as letras e as artes, nenhum homem ilustre poderá pensar em adotar o Brasil por pátria, porque, se encontra aqui todos os requisitos de sossego, se se vê rodeado das magnificências da natureza, em compensação achar-se-á no seio da

> nossa sociedade civil e política, num pé de dolorosa inferioridade, assinalada no nosso código fundamental.[32]

Mas não foi só por meio dos seus discursos parlamentares que o Visconde de Taunay fez larga propaganda dos seus ideais. Fê-la também por meio da imprensa periódica, onde se notabilizou pelos seus artigos de combate, tendo tomado parte brilhante na campanha abolicionista do lado de Nabuco, Patrocínio, Rebouças e outros jornalistas intemeratos, que proclamaram a *guerra santa*.

Ainda mais. Foi um dos fundadores da Sociedade Central de Imigração[33], e no seio dessa importante agremiação, prestou igualmente relevantes serviços, como propagandista incansável.

A sua administração no Paraná e em Santa Catarina ficou memorável naquelas regiões, pelo muito zelo e rasgada iniciativa de nobre e esclarecido funcionário.

Finalmente no Instituto Histórico e Geográfico, de que, por muitos anos fez parte, deixou também o seu nome assinalado por muitos trabalhos importantes, e pelos notáveis discursos ali proferidos.

Não deixarei também de recordar dois fatos assaz honrosos da carreira parlamentar de Taunay, mas completamente estranhos ao domínio da política. Não partiram eles, com efeito, da iniciativa do homem político, mas sim da iniciativa do artista, do homem de coração, e também do patriota sempre desejoso de honrar e glorificar os nomes ilustres do seu país.

Foi pelos seus esforços e diligências que o Parlamento brasileiro votou um subsídio em favor do Maestro Carlos Gomes[34], que, a esse tempo, vivia na Itália quase reduzido à miséria.

Foi ele também quem salvou do esquecimento o nome doutro grande artista brasileiro, o inspirado compositor Padre José Maurício[35], conseguindo que, igualmente por determinação do Parlamento, se imprimissem as suas músicas sacras[*],

---

* Diz o Sr. Artur Azevedo no artigo a que noutro lugar nos referimos, que o entusiasmo com que o distinto parlamentar advogou esta ideia de justiça e de reabilitação serviu de risota na câmara dos augustos e digníssimos representantes da nação!!!... *Credite porteri!*

e escrevendo na *Revista Brasileira* uma série de artigos notáveis acerca do grande artista.

*

Dois dias antes do falecimento do Visconde de Taunay publicava o *Jornal do Commercio*[36] do Rio de Janeiro, um belo artigo do distinto escritor Dr. J. Veríssimo, acerca do livro *No declínio*, no qual se leem as seguintes palavras acerca do autor, e a propósito da sua derradeira obra:

> Pela variedade das suas aptidões, o Sr. Taunay mereceria este feio nome de polígrafo, com que os bibliógrafos alcunham os que trataram e escreveram de muitas coisas. Guerreiro, professor de História, de línguas e de Ciências Naturais, engenheiro de profissão, político, parlamentar, publicista, historiador, romancista, crítico, dramaturgo, não há ponto da vida brasileira em que a sua obra não apareça com mais ou menos distinção.
>
> À diversidade, à dispersão dos seus talentos e do seu trabalho intelectual, dão entretanto unidade as três qualidades essenciais do que lhe constitui a personalidade: o seu brasileirismo, o seu liberalismo, o seu espírito de propagandista. Parece que nenhuma destas características, que são, penso eu, verdadeiramente as suas, nada tem com o homem de letras, o artista literário que nele há. Engano; ainda a sua obra puramente de arte, o seu romance, a sua novela, o seu conto, o seu drama, a sua crítica, a sua história são impregnadas de um profundo espírito brasileiro, quase nativista, de um grande sentimento liberal, que apenas o corrige sem atenuá-lo, e de uma disposição à propaganda que, invadindo às vezes intempestivamente o domínio da arte pura, lhe prejudica a obra.
>
> É curioso, como caso psicológico, o brasileirismo do Sr. Taunay. Ele foi um dos mais ardentes propugnadores do povoamento do Brasil pelo estrangeiro – solução fácil e única do que no sentido econômico se poderia chamar o problema brasileiro.
>
> Ele jamais teve medo dos agouros chineses, temerosos de que a imigração viesse prejudicar uma nacionalidade, que aliás carece dela como da própria seiva vital. E tinha em si um exemplo

> eloquentíssimo do enorme poder de assimilação do nosso meio. Filho de franceses, de educação francesa, falando durante a meninice o francês como língua materna, o Sr. Taunay é sem dúvida entre os nossos escritores de primeira plana, mesmo entre os provincianos, sertanejos, matutos, mestiços, o mais brasileiro de todos. E não só o é pelo sentimento ou convicção que podiam ser objeto de cultura, mas radicalmente, pelos gostos, pelos hábitos, pelo sentir e até pelo modo de falar, por assim dizer, *acaipirado*. O absentismo, o anelo de viver na Europa, é o sentimento de todo o brasileiro de alguma cultura. Tenho-o encontrado até em jacobinos e nativistas exaltados. Um dos raros que o não tem e a quem, ao contrário, a vida fora do Brasil parecer-lhe-ia uma provação, é o Sr. Taunay.

O artigo de que tiramos este excerto foi publicado no *Jornal do Commercio* de 23 de janeiro de 1899.[37] Já o não leu o insigne autor da *Retirada da Laguna*. Nesse mesmo dia sofria ele uma operação cirúrgica infelizmente baldada, e dois dias depois deixava de existir. A 27 publicava o mesmo *Jornal* a sentida alocução proferida pelo ilustre autor do artigo[38], a que me referi, à beira da sepultura, que ia encerrar para sempre os restos mortais do seu glorioso compatriota, do seu amigo, seu companheiro na redação da *Revista Brasileira*, e seu colega na Academia Brasileira de Letras.

Homem de variadíssimas aptidões e poderosas faculdades de trabalho, o Visconde de Taunay não era só romancista, historiador, parlamentar, engenheiro e naturalista, era também um distinto amador da arte musical, não só interpretando ao piano, com execução de mestre e verdadeira alma de artista, as inspiradas composições dos grandes maestros, como Mendelssohn, Beethoven, Mozart ou Haydne, mas também compondo ele mesmo peças de incontestável valor.

Sob o pseudônimo de Flávio Elísio, publicou trabalhos musicais, que lhe granjearam merecida reputação no meio artístico do seu país. Entre outros citarei: *La jalousie (scène de bal)*, para piano e canto; *Doute d'amour*, romance, idem; *Sonata em mi bemol*; *Dois caprichos*, para piano e rebeca; a valsa brilhante *Bonheur de vivre*, a esplêndida série de *Valsas chopianas*, e ainda outras produções que atestam os seus talentos de musicista exímio.

*

Como homem, todos os que o conheceram de perto, são unânimes em fazer do Visconde de Taunay o mais rasgado elogio, com relação às suas distintas qualidades morais, cavalheirismo e nobreza de caráter, bem como aos seus brilhantes dotes de homem espirituoso, alegre companheiro e amável conversador.

Como não tive a fortuna de o conhecer pessoalmente, recorrerei ao testemunho dos que com ele privaram, aproveitando alguns traços dispersos para a reconstrução do seu perfil de homem de sociedade e de homem de família.

No *Esboço característico* publicado no Brasil em 1884, por Carlos von Koseritz[39], o autor depois de falar do círculo de escritores brasileiros, que, por esse tempo costumavam frequentar a Livraria Faro & Lino, na Rua do Ouvidor, entre os quais Ferreira de Araújo, Dermeval da Fonseca, Valentim Magalhães, André Rebouças, Joaquim Serra e Machado de Assis, acrescenta o seguinte:

> Dentre todos, porém, o mais vivo, o mais chistoso, o mais falador, é um homem de 40 anos de idade, alto, esbelto, de olhos azuis, cabelos castanhos ondeados, e fisionomia extremamente expressiva. A sua *verve* é a mais percuciente; a sua palavra a mais incisiva; quase sempre tem ele do seu lado aqueles que riem. Tal é Alfredo de Escragnolle Taunay, uma das mais brilhantes personalidades do *grand monde* brasileiro, um dos mais eminentes espíritos da nossa época[40].

Do excelente artigo do Dr. J. Veríssimo, já por vezes citado, aproveitarei ainda um trecho, que põe bem em relevo o feitio entusiasta, e a índole generosa e expansiva do Visconde de Taunay.

> Como homem político e parlamentar, foi acaso o único que se preocupou, com escândalo dos seus colegas, de assuntos de arte e de letras no Parlamento. A sua vida política foi principalmente de propagandista de uma porção de ideias, das quais algumas já estão realizadas e outras voltam à discussão como novidades.

> Mas essa feição do seu gênio se não limitou à propaganda social. Não há nada que lhe interesse de que ele não queira fazer participar os outros. Como La Fontaine, como Baruch, se um livro lhe agrada, ele perguntará a todos se já leram e o gabará com exagero. O Sr. Taunay é um voltairiano, mas julgo a sua entrada garantida no céu, porque ele fez a reputação de dous padres: o Padre Kneipp[41] e o Padre José Maurício!
>
> O sistema curativo do primeiro foi ele quem o introduziu no Brasil, e se eu não tivesse receio de malquistá-lo com a Diretoria de Saúde Pública, contava que de todo o país recebe ele consultas – e responde-as. O grande musicista brasileiro, foi ele quem o tirou do olvido, que dobrados mais alguns anos, seria completo. Outro dia nos descobria ele um Vauvernagues[42] brasileiro, e não se admirem que nos invente um La Rochefoucauld[43]. Tudo isto lhe sai do fundo de entusiasmo e bondade da sua alma otimista. Ele não teme a concorrência da glória e esforça-se por chamar a ela, com um ardor de cavaleiro andante, os seus antigos companheiros de armas, os seus parentes, os seus amigos, os homens que prestaram serviços ao Brasil, o Coronel Lagos[44], o Dr. Couty[45], Leverger[46] e outros estrangeiros prestimosos.[47]

Transcreverei ainda, neste forragear de materiais dispersos para tornar patente aos que a não conheciam a fisionomia moral de Taunay, alguns períodos da seção «Palestra», do distinto escritor Artur Azevedo, publicada no *País*, do Rio de Janeiro, de 27 de janeiro de 1899, e em que o Visconde nos é apresentado sob o aspecto de jovial conviva, e espirituoso narrador de casos anedóticos e alegres:

> Quando lhe falei pela primeira vez, na sua casa das Laranjeiras, aonde fui uma tarde pedir-lhe que, como vogal do Conservatório Dramático, visasse não sei que insignificância teatral de minha lavra, encontrei, admirado, a mais simples, a mais simpática, a mais insinuante, a mais afável das criaturas.
>
> Ultimamente, as nossas relações tinham-se estreitado, sem, todavia, chegar ao grau de intimidade em que eu, confesso, desejara vê-las, porque tive sempre muita fé naquele ditado; chega-te aos bons e serás um deles. Os jantares íntimos e alegres da *Revista Brasileira* nos aproximaram um do outro. Que belo

companheiro, que jovial conviva! Como aquele homem, enfermo de uma enfermidade tão longa que o fez médico sem diploma, condenado, no meio das mais finas guloseimas, a um regímen dietético terrível, privado do açúcar e de todos os gozos do paladar, tinha o bom dito pronto e acerado, contando, a propósito de tudo, uma anedota engraçada, que se tornava mais engraçada ainda pela bonomia e languidez com que era contada!

«No dia em que tomei conta da presidência de Santa Catarina, disse-nos ele um dia, todos os empregados da Secretaria do Governo foram cumprimentar-me em palácio. Um deles trazia um discurso engatilhado: tremiam-lhe nas mãos algumas tiras de papel. O pobre diabo aproximou-se de mim; mas não sei que efeito lhe produzi, que ele, coitado! começou a titubear, a gaguejar, a tremer, a suar por todos os poros, e não conseguiu pronunciar uma palavra! Os demais empregados, para evitar que aquela cena ridícula se prolongasse, ou receando que o colega tivesse uma crise de nervos, agarraram-no pelos braços e o afastaram da minha presença. Nisto, outro funcionário, rompendo o grupo compacto de engrossadores que enchia a sala, aproximou-se de mim com muito desembaraço, e, depois de passear pelo auditório um olhar de suficiência, começou assim o seu discurso: – Sr. Presidente, abundando nas ideias do orador que me precedeu...»

Pobre Taunay! nunca mais lhe ouviremos as anedotas com que nos fazia rir! Só nos resta a consolação de pensar nele com as saudades que merecem os bons e reler os livros que deixou para a construção da sua fama.

O Sr. Escragnolle Dória, sobrinho do grande escritor, publicou na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1 de fevereiro de 1899 um interessante artigo sob a epígrafe «Taunay íntimo», e escrito a instâncias da redação daquele jornal, onde se encontram vários pormenores da vida familiar de seu glorioso tio. Desse artigo, destacamos o trecho que se segue, ainda relativo aos dotes de Taunay, como excelente conversador e artista da palavra, mesmo na intimidade do lar doméstico.

Meu tio era um conversador inesgotável, e quando se dispunha a narrar fatos e anedotas, ninguém, mesmo em casa,

> arredava pé de junto dele. Descrevia com tal nitidez, que a imagem evocada nunca mais se apagava da memória do circunstante. Recordo-me, por exemplo, de tê-lo ouvido falar do Conde de Porto Alegre[48], cujo bizarro tipo marcial à Murat[49] muito admirava, com tanto vigor de frase que, se ressurreições fossem possíveis, eu reconheceria por mim, entre milhares de homens, o vencedor de Monte Caseros e o herói de Curupaiti.

O insigne escritor foi casado com a Exma. Sra. D. Cristina Teixeira Leite, atualmente Viscondessa de Taunay, filha do falecido Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras[50].

Deste consórcio existem quatro filhos.

*

Depois da queda do regímen monárquico em 1889, o Visconde de Taunay não mais figurou na cena política, concentrando-se todo nos seus trabalhos literários e lucubrações artísticas.

Monarquista devotado, apesar das suas ideias avançadas, porque, no seu claro espírito, as não considerava incompatíveis com aquele regímen, e amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, entendeu ele que, depois daquela transformação política, a única atitude que convinha ao seu caráter lealíssimo e inquebrantável, era o do mais absoluto abstencionismo.

Nunca hostilizou as instituições novas; nunca foi visto nem ouvido em conspirações, mas fiel às suas convicções, não mais saiu do retraimento que se impôs. Dizia ele que a sua única ambição era – *acabar bem*[51]. Depois de morto no exílio o velho imperador, o espírito do Visconde de Taunay concentrou-se no culto dessa memória veneranda.

Conservo dele uma carta extremamente amável, datada de 26 de novembro de 1896, em que, agradecendo a modesta homenagem, que lhe foi prestada por este anuário no volume de 1897, termina pelas seguintes palavras: «Envio a V. o último e belíssimo soneto do Imperador D. Pedro II, feito na noite de 16 para 17 de novembro de 1889, quando cercada a família imperial do Brasil, no Paço da cidade, pela tropa revoltada».

Vinha o soneto escrito pela própria letra do Visconde. Era o célebre soneto: «Não maldigo o rigor da iníqua sorte»*.

De há muito que a saúde do Visconde de Taunay se ressentia da terrível enfermidade, que lhe ia, pouco a pouco, minando a existência – a diabetes. Por último sobreveio um *anthrax*[52], que precipitou o fatal desenlace. Pelas 11 horas da noite de 25 de janeiro de 1899, faleceu com 55 anos de idade este ilustre brasileiro, uma das mais legítimas glórias desse belo país, que ele tanto amou.

Como verdadeiro cristão, recebeu na hora extrema os sacramentos da Igreja. Espírito superior como era, e perfeitamente orientado, entendia, e bem, que as crenças religiosas não são por modo algum incompatíveis com quaisquer ideias políticas, por mais avançadas que elas sejam.

O passamento do Visconde de Taunay foi lamentado em todo o Brasil, como uma perda nacional tanto mais, quanto este homem ilustre morreu numa idade, em que poderia continuar, por muito tempo ainda a prestar serviços relevantes à literatura do seu país.

Toda a imprensa brasileira dedicou à sua memória artigos de homenagem e de saudade, e ao seu enterro concorreu tudo o que há de mais distinto na sociedade fluminense, nas letras, na política, no Exército e em todas as classes, sendo o saimento verdadeiramente imponente. Pronunciaram sentidos discursos à berira da sepultura os Drs. José Veríssimo, Francisco Catão, e Joaquim Nabuco.

O extinto homem de letras era membro de diversas associações literárias europeias e americanas, Oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro das de São Bento de Aviz e de Cristo, condecorado com a medalha da Campanha de Mato Grosso, «Constância e Valor» e com as da Guerra do Paraguai, brasileira, argentina e oriental.

Era também sócio da Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a cadeira, que tem o nome patronímico de Francisco Otaviano.

Pouco antes de falecer, o Visconde de Taunay chamou para junto de si seu filho mais velho, a quem deu os últimos conselhos

---

* Não foi publicado nessa ocasião por já o haver sido à página 319 do *A.* de 1891. Assim o comuniquei ao insigne escritor.

e incitamentos paternais, terminando por lhe recomendar instantemente que procurasse sempre imitá-lo na senda do dever, honrando o seu nome e a sua pátria.

Assim acabou o insigne brasileiro, compendiando na derradeira vibração da sua alma, três sentimentos grandes e nobres: o amor de seus filhos, a honra do seu nome e o culto da sua pátria.

Não podia acabar melhor, quem na última fase da existência só ambicionou *acabar bem.*

A. Xavier Cordeiro

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1901. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1900, p. V-XXXVII e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Visconde de Taunay de A. Xavier Cordeiro

Um ano após a morte de Alfredo d'Escragnolle Taunay no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1899, o *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* de 1900 para o ano de 1901 vinha prestar suas homenagens ao escritor, prematuramente falecido. Encarregado dessa missão, António Xavier de Sousa Cordeiro constrói uma narrativa encomiástica na qual a vida e a obra de Taunay mantêm laços de dependência e correlação, segundo os parâmetros da crítica na época. Valendo-se de artigos publicados na imprensa brasileira, por ocasião do falecimento do escritor, e do juízo crítico sobre sua obra, Cordeiro constrói um texto marcado por alguma dispersão que deriva do método de construção do elogio, ou seja, o «forragear de materiais dispersos» (*NALLB*, 1901: XXXIII), responsável igualmente pela intertextualidade que atravessa a homenagem a Taunay.

De modo a criar um ambiente de empatia entre o leitor e o autor, Sousa Cordeiro inicia a homenagem *in medias res* ao evocar a obra que irá garantir imortalidade ao Visconde de Taunay – *A retirada da Laguna* – episódio da Guerra do Paraguai que cairia no esquecimento, se não fora o talento literário de Taunay, «o mestre na arte de escrever», «um escritor da grande família dos Scott, dos Cooper, dos Balzac e dos Flaubert» (*NALLB*, 1901: IX), no julgamento de Pinheiro Chagas. Em outra ocasião, o crítico português vai se referir ao primeiro livro do Visconde como obra-prima que se compara à *Retirada dos Dez Mil*, quarto livro de Xenofonte que relata as desventuras de uma expedição fracassada à Pérsia:

> Essa retirada da Laguna, que mal se descortinava na história da guerra do Paraguai, essa página humilde e obscura que desapareceria na irradiação das glórias de Humaitá, obscurecia perante o mundo civilizado os triunfos brasileiros, e o nome dos vencidos brilhava mais do que o nome dos triunfadores, e subiam mais depressa ao Capitólio as vítimas do Apa do que os vencedores do Paraná e Tuiuti, porque nessa coluna abandonada ao acaso por um ministro imprevidente, pusera também um oficial a quem Deus concedera a pena que Xenofonte deixara cair, há dois mil anos, nos desertos da Ásia Menor (KOSERTITZ, 1886: 37-38).

A comparação entre as duas obras confere estatuto épico à *Retirada da Laguna* – epopeia moderna dos vencidos, não dos vencedores –, exemplificada pelo fragmento, traduzido do francês para o português por Sousa Cordeiro, que relata a torturante decisão do coronel Carlos de Morais Camisão de deixar, para trás, os soldados doentes e feridos à mercê das investidas dos inimigos para salvar o restante do contingente.

Invocar *A retirada da Laguna* é uma forma de imortalizar o nome do autor, de mantê-lo vivo, também na memória daqueles que conviveram com Taunay, caso de Ferreira de Araújo, que conheceu o jovem militar quando voltou de Mato Grosso, e cujo testemunho é incorporado à homenagem ao escritor: «Era então um rapagão bonito, com os seus cabelos loiros anelados, o seu airoso uniforme de oficial de artilharia montada, e a sua aureola de combatente de volta da guerra, condecorado, e a ver no futuro horizontes largos. Em breve sorriu-lhe a política» (*NALLB,* 1901: XIII).

A atuação de Alfredo de Taunay na política, na referência de Cordeiro aos cargos ocupados por Taunay na vida pública, comparece para contemplar o método de construção do elogio, na perspectiva da díade vida-obra. Considerações mais aprofundadas (e talvez problemáticas) acerca dessa faceta da vida do Visconde não caberiam no perfil da homenagem que lhe estava sendo prestada, de caráter predominantemente laudatório. Além do mais, o interesse maior do secretário do *Almanaque* era ocupar-se «especialmente do escritor e do literato» (*NALLB,* 1901: XV), tal como fizera em relação à obra *A retirada da Laguna*, vindo na sequência o romance *Inocência*.

A abordagem de *Inocência* segue o esquema aplicado ao livro memorialístico de Taunay, a começar pelo resumo da obra, a paixão entre Inocência e Cirino, os protagonistas da história, que, bem ao gosto romântico, morrem por amor. Em seguida, vem a análise do perfil das personagens, com destaque para o cuidadoso trabalho com que foram concebidas, como no caso de *Inocência*:

> Não se pode ser mais delicado nos traços com que está desenhada aquela mimosa pomba do sertão, na sua deliciosa rusticidade, no seu pudor virginal, quase selvagem, no despertar radioso do seu coração ignorante e tímido, na sua paixão

> ingênua, cheia de sustos e de superstições, e finalmente na sua dedicação imensa, dominadora, absorvente, indo até ao desprezo inconsciente da própria vida (*NALLB,* 1901: XVI).

A apresentação da obra se completa com a transcrição de parte do capítulo XVIII de *Inocência*, nominado «Idílio», que descreve o primeiro encontro entre Inocência e Cirino. A escolha do referido capítulo vem ilustrar o «brasileirismo» que permeia o romance de Taunay, representado, neste caso, pelas falas das personagens, que soariam estranhas aos ouvidos dos leitores portugueses, mas justificado pelo compromisso do escritor com a verossimilhança:

> Hão de os leitores portugueses, não afeitos ao brasileirismo, estranhar um pouco a linguagem dos dois amantes, nos seus modismos peculiares, e no tratamento que mutuamente se dão. Mas a obra do ilustre escritor não seria, como é, uma obra de arte esmerada e perfeita, se os seus personagens não falassem a linguagem do seu país, da sua condição social, e da sua região (*NALLB,* 1901: XXI).

Esse esquema de interpretação de perfil impressionista ainda será mantido em relação aos romances *Ouro sobre azul* e *Manuscrito de uma mulher*, enquanto os livros de viagem, *Cenas de viagem*, *Céus e terras do Brasil*, *Viagem de regresso,* são apenas mencionados, talvez porque Sousa Cordeiro os desconhecesse, já que essas informações foram retiradas do necrológio de Ferreira de Araújo, anteriormente mencionado. A variedade de aptidões de Taunay, a justificar «esse feio nome de polígrafo, com que os bibliógrafos alcunham os que trataram e escreveram de muitas coisas» (*NALLB,* 1901: XXIX), como vai dizer José Veríssimo em artigo que subsidia o elogio, fica evidente quando Sousa Cordeiro cita os títulos que integram as «obras completas» do Visconde e seus respetivos pseudônimos. Na impossibilidade de dar conta do Taunay polígrafo, Cordeiro viu-se obrigado a fazer algumas escolhas relativamente às suas várias facetas, de forma a propor um perfil harmônico e coeso do intelectual brasileiro.

O envolvimento de Alfredo de Taunay com o projeto da grande naturalização, a incorporação plena do estrangeiro à nacionalidade

brasileira, defendida por ele na câmara, ao tempo em que era senador, será aproveitada por Cordeiro para dar conta dos dotes do orador parlamentar que expunha as suas ideias com «calor e eloquência» (*NALLB,* 1901: XXVI). A transcrição de "alguns períodos de um dos seus notáveis discursos» (*NALLB,* 1901: XXVI), relativamente ao projeto em pauta, faz supor que Sousa Cordeiro estivesse de posse do livro *A nacionalização ou grande nacionalização e naturalização tácita*, pulicado em 1886, talvez enviado pelo próprio Taunay, sempre empenhado na divulgação de seus livros.

O «brasileirismo» do Visconde de Taunay, termo com o qual a sua obra passou a ser identificada pelos críticos da época, principalmente os romances de caráter regionalista, e que irá repercutir na vida do escritor, é outro aspecto destacado por Xavier de Sousa Cordeiro, a partir da leitura de José Veríssimo: francês de formação, Taunay era o «mais brasileiro» dos escritores, «pelos gostos, pelos hábitos, pelo sentir, e até pelo modo de falar, por assim dizer, *acaipirado*». O desejo de viver na Europa, que era o sonho de todo brasileiro com alguma cultura, nunca lhe passou pela cabeça, posto que «a vida fora do Brasil parecer-lhe-ia uma provação» (*NALLB,* 1901: XXX).

A verve de Taunay como *causeur* incomparável, o belo homem de quarenta anos que encantava a todos que se reuniam na livraria Faro, na rua do Ouvidor, com a sua conversa envolvente e divertida, ganhará destaque no depoimento de Carlos von Konseritz (1886: 2) – «A sua *verve* é a mais percuciente; a sua palavra a mais incisiva; quase sempre tem ele do seu lado aqueles que riem» (*NALLB*, 1901: XXXI) – extraído do livro *Alfredo d'Escragnolle Taunay*, esboço característico, ao qual o redator do elogio deve ter tido acesso.

Até mesmo na intimidade do lar, Taunay mostrava-se excelente conversador, no depoimento do sobrinho, Escragnolle Doria, publicado em artigo que saiu na *Gazeta de Notícias*, e que chegou às mãos de Cordeiro: «Meu tio era um conversador inesgotável e quando se dispunha a narrar fatos e anedotas, ninguém, mesmo em casa, arredava o pé de junto dele» (*NALLB,* 1901: XXXIV).

O «espirituoso narrador de casos anedóticos e alegres» (*NALLB,* 1901: XXXIII) é evocado por intermédio de Artur Azevedo que relembra, em depoimento que saiu em *O País*, os jantares promovidos pela *Revista*

Brasileira (RJ, 1895-1899, fase José Veríssimo), nos quais Taunay, mesmo enfraquecido pelo diabetes, não perdia a oportunidade para contar uma boa piada, como aconteceu no dia em ele tomou posse na presidência da província de Santa Catarina. Um dos funcionários quis homenageá-lo com um discurso, mas ficou tão nervoso, que foi retirado às pressas da presença de Taunay. Substituído por outro funcionário, este se aproximou e tomou a palavra: «Sr. presidente, abundando nas ideias do orador que me precedeu...» (*NALLB,* 1901: XXXIV).

O homem generoso, aquele que tirou do ostracismo a obra musical do padre José Maurício, que lutou para que o parlamento votasse uma ajuda financeira a Carlos Gomes, reduzido à miséria na Itália, que veio a se tornar o maior divulgador do método curativo do padre Kneipp, é relembrado ainda por José Veríssimo, que não hesita em fazer um comentário hilário acerca do empenho de Taunay em divulgar os benefícios da cura hidroterápica, proposta pelo padre alemão: «e se eu não tivesse receio de malquistá-lo com a Diretoria da Saúde Pública, contava que de todo o país recebe ele consultas – e responde-as» (*NALLB,* 1901: XXXII).

O homem coerente com a índole monarquista, grande admirador de D. Pedro II, é outra faceta de Alfredo de Taunay posta em destaque no elogio, e que vem ao encontro da correlação vida-obra, por meio da qual Cordeiro delineia o retrato do escritor. O famoso soneto do Imperador – «Não maldigo o rigor da iníqua sorte» –, escrito às vésperas de deixar o Paço Imperial, e transcrito por Taunay em carta enviada a Cordeiro, simbolizava o monarquista que vivia no ostracismo, desiludido com o regime republicano. Além de suporte simbólico da identidade ideológica do Visconde, a carta identificava os laços de proximidade entre Taunay e o *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, dado que na missiva o escritor igualmente agradecia a homenagem que lhe fora prestada no volume de 1897 do periódico.

A narrativa exemplar construída em torno da trajetória vida e obra de Alfredo de Taunay se encerra em alusão aos momentos finais do escritor, quando este «recebeu na hora extrema os sacramentos da Igreja» (*NALLB,* 1901: XXXVI), prova de que o Visconde não rompera com a religião protegida pela Monarquia. O ato de receber a extremaunção, partindo de alguém que não era católico praticante, confirmava, na

interpretação de Cordeiro, o «espírito superior» de Taunay que entendia que «as crenças religiosas não são por modo algum incompatíveis com quaisquer ideias políticas, por mais avançadas que elas sejam» (*NALLB,* 1901: XXXVI).

Os conselhos de Taunay ao filho mais velho, Afonso d'Escragnolle Taunay, à beira da morte, arrematava com chave de ouro a homenagem prestada ao Visconde: «Pouco antes de falecer, o Visconde de Taunay chamou para junto de si seu filho mais velho, a quem deu os últimos conselhos e incitamentos paternais, terminando por lhe recomendar insistentemente que procurasse sempre imitá-lo na senda do dever, honrando o seu nome e a sua pátria» (*NALLB,* 1901: XXXVII).

Não sendo identificadas a fontes de onde foram extraídas as informações acerca do legado do pai para o filho bem como do sacramento da extrema-unção, o leitor é levado a supor que Sousa Cordeiro tenha se valido da imaginação no sentido de criar o desenlace da vida de um grande homem, epílogo textual que vem ao encontro da construção de uma narrativa exemplar, que se espelhou naquela que foi a única ambição do Visconde de Taunay, na fase final de sua vida: «acabar bem» (*NALLB,* 1901: XXXVII).

Notas

1 A batalha de Curupaiti foi uma das grandes batalhas da Guerra do Paraguai, travada no dia 22 de setembro de 1866 no forte de Curupaiti, às margens do rio Paraguai. Foi a maior derrota da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai) em toda a guerra.

2 Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), a Fortaleza de Humaitá, no *Cuadrilátero* paraguaio, foi o centro vital da defesa paraguaia e em torno da qual se desenvolveu a maior parte do conflito bélico. O longo Cerco de Humaitá é comparado ao Cerco de Sebastopol, o principal combate ocorrido durante a Guerra da Crimeia, que se estendeu de 1853 a 1856.

3 Rio que faz fronteira entre o Paraguai e Mato Grosso do Sul. No *NALLB*, por gralha: «Assa».

4 Região do Paraguai invadida pelo exército brasileiro, da qual foram obrigados a se retirar devido a falta de víveres, doenças e ataques do inimigo.

5 Porto Canuto, localizado na Província de Mato Grosso, hoje, Mato Grosso do Sul, marca o encerramento da Retirada da Laguna, em 11 de junho de 1867.

6 A primeira versão do livro apareceu em 1868 constando de apenas alguns

capítulos, sem obter grande sucesso. A versão completa foi publicada em 1871, por ordem do Visconde do Rio Branco, Presidente do Conselho de Ministros, em língua francesa, com o título *La retraite de Laguna*. *Épisode de la Guerre du Paraguai.* A primeira tradução para o português, a cargo de Salvador de Mendonça, saiu em 1874, por ordem do Senador João José de Oliveira Junqueira Júnior, Ministro da Guerra.

7 Salvador de Meneses Drummond Furtado de Mendonça (1841-1913), escritor, jornalista, advogado, diplomata, foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e idealizador do Movimento Republicano no Brasil.

8 Manuel Joaquim Pinheiro Chagas (1842-1895), escritor, jornalista, político português. Leitor de Alencar (1829-1877), Chagas manteve acirrada polêmica com o escritor brasileiro, por conta do romance *Iracema* (1865), recusando a maneira pela qual o romancista empregava a língua portuguesa.

9 Este e o fragmento transcrito mais à frente fazem parte do texto que Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) escreveu sobre *La retraite de Laguna*, transcrito no *NALLB* para 1897 (p. 275), e republicado no *NALLB* para 1898, p. LXXVIII-LXXIX. A crítica elogiosa ao livro de Taunay irá integrar os posfácios de Pinheiro Chagas e de Ernest Aimé, incluídos na obra de Carlos von Koseritz (1886: 30-38).

10 As notas de Taunay vieram compor o *Diário do Exército*: campanha do Paraguai, 1869-1870 (1870).

11 No Brasil: «sobrenomes».

12 CHAGAS, 1886: 30-31.

13 Na seção «Publicações Recebidas» do *NALLB* para 1898, p. LXXVIII-LXXIX, os editores acusam o recebimento da 3.ª edição da obra de Taunay. Esta edição (1891) reúne os prefácios de Taunay, Xavier Raymond e Ernest Aimé: o primeiro escrito para a edição de 1868; o segundo, para a de 1879; o terceiro, para a de 1890.

14 *Anábase,* título da obra de Xenofonte, historiador e soldado grego, que retrata a saga do Exército dos Dez Mil, um grupo de soldados mercenários, contratados por Ciro, o jovem, príncipe persa, que desejava tomar o trono do Império que estava em poder de Ataxerxes, seu irmão.

15 A passagem de *A retirada da Laguna*, traduzida pelo autor, foi extraída de parte do capítulo XVII do livro de Taunay.

16 Xenofonte (430 a.C. – 354 a.C.), militar, historiador e filósofo ateniense.

17 ARAÚJO, 1899: 1.

18 Referência à personagem do romance *O guarani* (1857)*,* de José de Alencar.

19 Anhumas pocas: ave típica da América do sul, cujo canto imita os gritos de uma galinha perseguida. «Anhuma», na língua tupi, significa pássaro preto.

20 Com algumas modificações em relação à edição de 1872, a citação foi extraída do capítulo XVIII, «Idílio», do romance *Inocência.*

21 Os primeiros capítulos do romance *Ouro sobre azul* foram publicados em 1874, no jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, com o título «Razão e coração». Absorvido por outros trabalhos, Taunay deixou a obra de lado, que foi retomada e publicada em 1875. Passados longos anos, a libraria Garnier reeditou o romance em 1897, depois de passar por alentada revisão pelo autor.
22 O fragmento foi extraído do capítulo XXV da primeira parte de *Ouro sobre azul* (1897).
23 O romance *Lágrimas do coração.* Manuscrito de uma mulher, assinado por Sílvio Dinarte, foi publicado em 1872.
24 Acompanhada do subtítulo (Província de Mato Grosso), a obra foi publicada na *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil* (1875).
25 Com a inicial «T.», o Visconde de Taunay assinou no *Jornal do Comércio*, entre março e abril de 1879, a coluna «Questões Militares. A classe militar perante as câmaras», série de artigos que foram reunidos num volume de 32 páginas e publicados no Rio de Janeiro, em 1879.
26 Trata-se de *No declínio* (romance contemporâneo), publicado em folhetins na *Gazeta de Tarde*, entre junho e agosto de 1898, e republicado em livro, em 1899.
27 Sob o título «As Caldas da Imperatriz, Águas termais da Província de Santa Catarina», Taunay publicou o texto na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (1879).
28 Em 1892, Taunay deposita na Arca do Sigilo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil os manuscritos das suas *Memórias*, com ordem expressa de que a caixa só poderia ser aberta após cem anos do seu nascimento, ou cinquenta após ter sido colocada sob a guarda da instituição. Em 1948, seu filho Afonso d'Escragnolle Taunay publica os manuscritos das *Memórias* pelo Instituto Progresso Editorial (IPE), de São Paulo, acrescidos de outros escritos.
29 ARAÚJO, 1899: 1.
30 Eugène Rouher (1814-1884), advogado, estadista francês, bonapartista, ministro da Justiça (1849-1852, com intervalos). Exerceu tal influência sobre Napoleão III que chegou mesmo a ser cognominado de «vice-imperador».
31 No *NALLB*: «prorogativas».
32 A citação foi extraída de *A nacionalização, ou, grande naturalização e naturalização* tácita. TAUNAY, 1886: 76-77.
33 A Sociedade Central de Imigração foi criada em 17 de novembro de 1883, da qual Taunay era Vice-Presidente, três anos antes da publicação de *A nacionalização, ou, grande naturalização e naturalização tácita*.
34 Antônio Carlos Gomes (1836-1896), compositor brasileiro, autor da ópera *O Guarani* (1870), inspirada no romance de mesmo título do escritor José de Alencar.
35 Os artigos de Taunay defendendo no Parlamento e na imprensa a restauração da obra do Padre Maurício e a construção de uma memória em torno dele foram reunidos em livro pelo seu filho, Afonso d'Escragnolle Taunay (1930).

36 O *Jornal do Commercio* foi importante jornal brasileiro, com sede no Rio de Janeiro. Fundado em 1822, circulou por 189 anos, até encerrar suas atividades em 2016.
37 VERÍSSIMO, 1899: 1.
38 O necrológio foi publicado, sem assinatura, na seção «Gazetilha», *Jornal do Commercio*, ano 79, n. 27, p. 1, 27 de janeiro de 1899.
39 KOSERITZ, 1886: 2. Há um equívoco quanto ao título da obra de Carlos von Koseritz, *Alfredo d'Escragnolle Taunay:* esboço característico*,* e que se repete na nota 44.
40 Nota do *NALLB*: «O *Esboço característico escrito em alemão* foi traduzido por R. P. B., e é dessa tradução publicada no Rio de Janeiro em 1886 (2ª edição) que extraímos este trecho».
41 Sebastian Kneipp (1821-1897), padre e naturalista alemão que se dedicou ao estudo e promoção da hidroterapia. Na tentativa de buscar tratamento que amenizasse a terrível nevralgia, agravada pela diabete, que o acometia há vários anos, Taunay tomou contato com a obra de Keipp, *Ma cure d'eau* (1891), cujo tratamento proporcionou-lhe esperança e lenitivo por algum tempo. Diante dos resultados positivos, o Visconde resolveu propagandear essa possível cura e escreveu o livro *Como me tornei kneippista* (1895).
42 Luc de Clapiers, marquês de Vauvernagues (1715-1747), escritor e moralista francês.
43 Francois de La Rochefoucault (1613-1680), memorialista, militar, autor de máximas e epigramas.
44 Pedro Lagos Marchant (1832-1884), militar chileno, destacou-se na Ocupação da Araucanía e na Guerra do Pacífico (1879-1884), entre Peru, Bolívia e Chile.
45 Louis Couty (1854-1884), médico e fisiologista francês, é autor da obra *L'esclavage au Brésil* (1881).
46 Augusto João Manuel Leverger, Barão de Melgaço ou Bretão de Cuiabá (1802-1880), militar franco-brasileiro, lutou na Guerra do Paraguai e foi presidente da Província de Mato Grosso.
47 VERISSIMO, 1889: 1.
48 Manuel Marques de Sousa, Conde de Porto Alegre (1804-1875), militar, político, abolicionista e monarquista brasileiro.
49 Joachim Murat (1767-1815), Marechal e Almirante durante o reinado de Napoleão Bonaparte.
50 Francisco José Teixeira Leite, barão de Vassouras (1804-1884), bacharel em direito, político, envolveu-se com os projetos de construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil) e defendeu a implantação de núcleos de colonos na região de Vassouras.

51 A expressão atribuída a Taunay é mencionada no artigo de Gastão d'Escragnolle Dória, «Taunay íntimo».
52 Anthrax é uma doença infecciosa aguda provocada pela bactéria gram-positiva, *Bacillus anthracis*. É mais comum em regiões agrícolas. Todavia, pode também ocorrer em seres humanos expostos a animais infectados ou de seus produtos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Ferreira de (1899) – «Visconde de Taunay». *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, ano XXV, n. 27, 27 jan., p. 1.

AZEVEDO, Artur (1899) – «Palestra». *O Paiz*, Rio de Janeiro, ano XV, n. 5227, 27 jan., p. 1.

CHAGAS, Manuel Pinheiro (1886) – «Posfácio». In: Carlos von KOSERITZ. *Alfredo d'Escragnolle Taunay. Esboço característico*, traduzido por RPB. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos, p. 30-38.

CORDEIRO, A. Xavier (1900) – «Visconde de Taunay**».** *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1901.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. V-XXXVII.

DÓRIA, Gastão Escragnolle (1899) – «Taunay íntimo». *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, ano XXV, n. 32, 1 fev., p. 1-2.

KOSERITZ, Carlos von (1886) – *Alfredo d'Escragnolle Taunay*: *esboço característico*. Traduzido do alemão por R. P. B. 2ª ed., Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle (1930) – *Uma glória brasileira: José Maurício Nunes Garcia (1767-1830)*. São Paulo: Melhoramentos.

TAUNAY, Afonso d'Escragnolle (1948) – *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1868) – *Cenas de viagem: exploração entre os rios Taquari e Aquidauana no distrito de Miranda*. *Memória descritiva*. Rio de Janeiro: Tipografia Americana.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1869) – «Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte – Memória descritiva». *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil,* tomo XXXII. Rio de Janeiro: L. B. Garnier, p. 5-51.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1870) – «Campanha do Paraguai. Comando em chefe de S. A. o Sr. Marechal do Exército Conde d'Eu». *Diário do Exército*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1871) – *A mocidade de Trajano*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1871) – *La Retraite de Laguna*. *Épisode de la Guerre du Paraguai.* Rio de Janeiro: Typographie Nationale.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1872) – *Inocência*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1872) – *Lágrimas do coração*. *Manuscrito de uma mulher*. Rio de Janeiro: Editor F. Thompson.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1874) – *A Retirada de Laguna*. Tradução de Salvador de Mendonça. Rio de Janeiro: Tipografia Americana.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1874) – *Histórias brasileiras*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1874) – «Relatório geral da Comissão de engenheiros, junto às forças em expedição para a Província de Mato Grosso». *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil,* tomo XXXVII. Rio de Janeiro, Tip. de Pinheiro & C., p. 79-177 e 209-339.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1875) – *A Província de Goiás na Exposição Universal de 1875.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1875) – «Vocabulário da língua guaná ou chainé (Província de Mato Grosso)». *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil.* Parte II, tomo XXXVIII. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, p. 143-162.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1877) – *Questões políticas e sociais (Discursos parlamentares)*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1878) – *Narrativas militares*, *cenas e tipos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1879) – «As Caldas da Imperatriz, Águas termais da Província de Santa Catarina». *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil,* tomo XLII. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & C., p. 39-53.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1879) – *Questões militares*. *A classe militar perante as câmaras.* Rio de Janeiro: s. ed.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1881-1883) – *Estudos críticos,* 2 vol. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1882) – *Céus e terras do Brasil*: *cenas e tipos, quadros da natureza, fantasia*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1886) – *A nacionalização ou grande naturalização e naturalização tácita*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1891) – *La Retraite de Laguna.* Paris: Typografie de E. Plon, Nourrit & Cie.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Heitor Malheiros) (1894) – *O Encilhamento*, *cenas contemporâneas da Bolsa em 1890, 1891 e 1892*. Rio de Janeiro: Domingos de Magalhães.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (pseud. Sílvio Dinarte) (1897) – *Ouro sobre azul.* Rio de Janeiro: H. Garnier.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle (1899) – *No declínio (romance contemporâneo).* Rio de Janeiro: Ribeiro, Macedo & C.

VERÍSSIMO, José (1899) – «Revista Literária». *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 79, n. 23, 23 jan., p. 1.

Sílvia Maria Azevedo
UNESP/Assis

MACHADO DE ASSIS

Machado de Assis

Apesar da gloriosa parte que lhe toca na criação desse imenso, formoso e progressivo país, que é o Brasil; apesar das estreitas e permanentes ligações que a velha nação ocidental, hoje decadente, mantém com a nova, triunfante nacionalidade americana; apesar da identidade da língua e da incalculável riqueza que de tão grande mercado lhe advém; apesar de todos os anos confiar à próspera, tentadora atividade da jovem república centenas e centenas dos filhos da antiga, estagnada, monarquia; Portugal, por um desleixo inexplicável, com um desinteresse censurável, desconhece, ignora, quase por completo, a vida literária do Brasil moderno, descuida a leitura dos seus valiosíssimos escritores, não trata de se informar, de assimilar, de seguir os progressos assinaláveis da mentalidade d'além-mar, cujos maiores tesouros, não diremos são para a «ocidental praia» letra morta, porque são letras totalmente indecifradas.

Não carregamos propositalmente as tintas do quadro, não arrogamos nenhuma teoria pessimista; constatamos, simples, singelamente, um fato condenável, de facílima observação, e fazemo-lo com a inflexível exatidão dos termos apropriados, para que, longe de se descoroçoar ou irritar, o leitor português diligencie, mais cuidadosa e atentamente, folhear as páginas brasileiras, que, no distante, fecundo continente, vão assegurando uma eternidade jubilosa, imprimindo uma nova mocidade atrevida e impetuosa à linda, preclara, dulcíssima língua do sul, falada assim por uma população enorme, expansiva, imorredoura, que muitas vezes multiplicaria, para nela se conter, a superfície da pequenina pátria, em que tal idioma nasceu e se aformoseou, com uma diminuta semente de luz de vastíssimo clarão.

Não cabem somente ao leitor de Portugal as responsabilidades desse desconhecimento em que vive, pelo que à literatura brasileira respeita. Por indolência preguiçosa ou indesculpável negligência, acham-se ainda por regularizar convenientemente as relações literárias entre os dois povos, mal guiadas as correntes editoriais, de modo que raro é o livro que dos prelos brasileiros chega até cá,

o que faz com que Portugal não corresponda, sequer atenuadamente, ao carinhoso cuidado, à sedenta curiosidade, ao pontual entusiasmo, com que o Brasil acolhe, frequenta e aplaude as obras portuguesas.

Felizmente, alguns editores da boa vontade vão publicando aqui as obras dos principais escritores de lá, o que, sucessivamente irá criando um melhor estado de mútuo apreço e penetração. Coelho Neto[1], por exemplo, esse artista consumado, conta hoje, entre os seus muitos devotos, muitos leitores em Portugal.

Outro tanto não aconteceu a esse primoroso e gentilíssimo escritor que o Brasil recentemente perdeu, a esse mestre conscienciosíssimo da prosa, a esse estilista meticuloso e perfeito, que aqui vamos apreciar muito incompetentemente e muito ligeiramente, a Machado de Assis, primaz das letras brasileiras no século XIX. A sua obra, que é vasta e é vária, partindo do arremesso romântico para a exatidão realista, encetada pelo sentimentalismo mais arrebatado e culminada pela mais serena e lapidar das ironias, essa sua obra, rica em tomos e modos, é muito pouco conhecida em Portugal[2], que, pode dizer-se, a leu, e talvez a admirou, em fragmentos, mais ou menos compridos[3], melhor ou pior escolhidos, mas que, de maneira nenhuma, davam a medida, exata da imaginação do poeta, da fantasia do contista, dos prodigiosos recursos do vernáculo prosador, nem a justa visão da excelência do amargo filósofo, que ele foi em toda a vida.

*

Joaquim Maria Machado de Assis nasceu no Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1839, de pais muito humildes. Era filho do operário Francisco José de Assis, e de sua esposa D. Maria Leopoldina Machado de Assis.

Não teve, portanto, na sua infância, o grande escritor, os amornantes carinhos da sorte. A sua primeira lição foi a do trabalho quotidiano e porfiado; aprendeu, desde o berço humílimo, a aspereza da vida, o desprezo da vaidade, a submissa resignação, que tão simpática e sinceramente lhe ensinaram essa retraída e convicta

modéstia, que foi um dos seus distintivos, e quem sabe se esse travo amargo e quase doloroso que vinca toda a sua obra, ainda nas páginas mais graciosamente despreocupadas.

Os seus estudos foram muito irregulares, como pode prever-se. Quando abandonou a escola de primeiras letras, sabendo apenas ler e escrever, renegou dos mestres, e sentindo-se forte, senhor do preciosíssimo instrumento da leitura, começa, com uma inquebrantável vontade e uma colossal sede de saber, essa que não foi das suas menos belas obras: a sua autoeducação. Aproveitando avaramente o seu tempo, sacrificando todos os prazeres da sua idade, devorando toda a letra redonda que se podia procurar, Machado de Assis, guiado por si só, mantido pelo ideal que começava a seduzi--lo, aprende, estuda, instrui-se, assimilando uma cultura que sempre enriqueceu pela vida fora, e cada vez mais sólida e ampla se mostrava na última página que fazia. Essa poderosíssima força de vontade, que foi um dos seus excepcionais segredos, e o fez acompanhar sem atraso as modernas correntes da sua época, refundir inteiramente o seu processo, e até a sua inspiração, tão disciplinada lhe obedecia, que, perto dos cinquenta anos, lhe permitiu aprender correntemente o alemão.

Em 1858, Machado de Assis resolveu-se a seguir um ofício e dedicou-se a tipógrafo: era, afinal, a sua entrada nas Letras – e o seu caso, ainda que assinalável, não é único. No ano seguinte, deixava o encetado mister, e fazia-se revisor do *Correio Mercantil*[4] e da Casa Paula Brito[5].

Pouco tempo depois, em 25 de março de 1860, entrava de escrever no *Diário do Rio de Janeiro*[6], ao lado de Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva e César Muzzio[7]. Aí esteve até aos princípios de 1867, e em março desse ano, era nomeado ajudante do Diretor do *Diário Oficial*[8], cargo que desempenhou até 1878. Como se vê, ele começou muito novo a sua carreira jornalística, pois apenas contava vinte e um anos.

Em 31 de dezembro de 1873, era nomeado Primeiro Oficial da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sendo promovido a Chefe de Seção em 7 de dezembro de 1876, e a

Diretor em 1 de abril de 1889, cargo que até à sua morte ocupou na Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas, em que aquela se transformou.

É de notar que Machado de Assis, apesar do seu cintilante espírito e do seu poderoso temperamento artístico, foi um burocrata exemplar, um funcionário modelo, e que nos cargos que exerceu prestou excelentes e louvados serviços à administração pública do seu país.

Machado de Assis foi membro do Conservatório Dramático Brasileiro; fez parte das conferências de História e Geografia como membro da Seção de História Literária e das Artes; serviu, em 1872, na comissão do *Dicionário Tecnológico da Marinha*[9], e em 1878, na comissão incumbida de organizar um projeto de reforma da legislação das terras; foi Oficial de Gabinete dos Ministros Buarque de Macedo e Pedro Luís[10], e Secretário dos Ministros Severino Vieira, Alfredo Maia e Antônio Augusto da Silva[11].

Em 1867, agraciou-o o Governo Imperial com o grau de Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços prestados às Letras brasileiras. A Princesa Isabel elevou-o a Oficial da mesma Ordem. A honra maior que ele recebeu em vida, e a que decerto melhor serviu as suas aspirações, foi, porém, a Presidência da Academia Brasileira de Letras, cargo que ele foi o primeiro a ocupar, competentissimamente, e no qual o investiu a mais unânime aclamação, não só dos seus confrades como de toda a opinião.

Em 1869, casou Machado de Assis com D. Carolina Augusta Xavier de Novais[12], irmã do afamado poeta Faustino Xavier de Novais[13]. A virtuosa e dedicada senhora, por quem o glorioso escritor nutriu toda a vida uma carinhosa adoração, faleceu em 1905. Foi para o bondoso mestre, que tanto a estremecia, um golpe tremendo, esse da falta da companheira querida. Machado de Assis sentiu um tremendo abalo, nunca mais voltou a ser o mesmo e as crises da sua doença[14] amiudaram-se cada vez mais alarmantes, até que a arteriosclerose o prostou para sempre, às 3 horas e 20 minutos da madrugada de 29 de setembro de 1908, na sua residência da Rua do Cosme Velho, onde com a viuvez, pode afirmar-se entrara a morte.

Todo o Brasil se enlutou com o tristíssimo acontecimento, chorou tão dolorosa perda, e prestou ao venerado cadáver as maiores honras fúnebres, os mais altos tributos de glória.

No Cemitério de São João Batista, onde ficou enterrado o morto ilustre, prestou-lhe Rui Barbosa[15], em nome da Academia Brasileira de Letras, a comovida homenagem da sua arrebatadora eloquência. Desse discurso do eminente orador[16], glória da sua raça exalçando um seu igual, destacaremos alguns períodos, que venham valorizar estas páginas modestíssimas com que pretendemos unicamente emoldurar o retrato do notável estilista:

> Designou-me a Academia Brasileira de Letras para vir trazer ao amigo que de nós aqui se despede, para lhe vir trazer, nas suas próprias palavras, num gemido da sua lira, para lhe vir trazer o nosso «coração de companheiros».
>
> Eu quase não sei dizer mais, nem sei que mais se possa dizer, quando as mãos que se apertavam no derradeiro encontro, se separam desta para a outra parte da eternidade.
>
> […]
>
> Nunca ergui a voz sobre um túmulo, parecendo-me sempre que o silêncio era a linguagem de nos entendermos com o mistério dos mortos. Só o irresistível de uma vocação como a dos que me chamaram para órgão destes adeuses me abriria a boca ao pé deste jazigo, em torno do qual, ao movimento das emoções reprimidas, se sobrepõe o murmúrio do indizível, a sensação de uma existência cuja corrente se ouvisse cair de uma em outra bacia no insondável do tempo, onde se formam do veio das águas sem mancha as rochas de cristal exploradas pela posteridade.
>
> […]
>
> Do que a ela se reserva em surpresas, em maravilhas de transparência e sonoridade e beleza na obra de Machado de Assis, di-lo-ão outros, hão de o dizer os seus confrades, já o está dizendo a imprensa, e de esperar é que o diga dias sem conta, derredor do seu nome, na lápide que vai tombar sobre o seu corpo, mas abrir a porta ao ingresso da sua imagem na sagração dos incontestados, a admiração, a reminiscência, a mágoa sem cura dos que lhe sobrevivem. Eu, de mim, porém, não quisera falar senão do seu coração e da sua alma.

[…]

Daqui, deste abismar-se de ilusões e esperanças que soçobram ao cerrar de cada sepulcro, deixemos passar a glória na sua resplandecência, na sua fascinação, na impetuosidade do seu voo. Muito ressumbra sempre da nossa debilidade na altivez do seu surto e na confiança das suas asas. As arrancadas mais altas do gênio mal se libram nos longes da nossa atmosfera, de todas as partes envolvida e distanciada pelo infinito. Para se não perder no incomensurável deste, para avizinhar a terra do firmamento, para desassombrar a impenetrabilidade da morte, não há nada como a bondade. Quando ela, como aqui, se debruça fora de uma campa ainda aberta, já se não cuida que lhe esteja à beira, de guarda, o mais malquisto dos nomes, no sentimento grego, e os braços de si mesmos se levantam, se estendem, se abrem, para tomar entre si a visão querida, que se aparta.

[…]

Não é o clássico da língua; não é o mestre da frase; não é o árbitro das letras; não é o filósofo do romance; não é o mágico do conto; não é o joalheiro do verso, o exemplar, sem rival entre os contemporâneos, da elegância e da graça, do aticismo e da singeleza: é o que soube viver intensamente da arte, sem deixar de ser bom. Nascido com uma dessas predestinações sem remédio ao sofrimento, a amargura do seu quinhão nas expiações da nossa herança não o mergulhou no pessimismo dos sombrios, dos mordazes, dos invejosos, dos revoltados A dor aflorava-lhe ligeiramente aos lábios, roçava-lhe ao de leve a pena, ressumava-lhe sem azedume das obras, num ceticismo entremeio de timidez e desconfiança, de indulgência e receio, com os seus toques de malícia a sorrirem de quando em quando, sem maldade, por entre as dúvidas e as tristezas do artista. A ironia mesma se desponta, embebe-se de suavidade no íntimo desse temperamento, cuja compleição, sem desigualdades, sem espinhos, sem asperezas, refratária aos antagonismos e aos conflitos, dir-se-ia emersa das mãos da própria Harmonia, tal qual essas criações da Hélade, que se lavraram para a imortalidade num mármore cujas linhas parecem relevos do ambiente e projeções do céu no meio do cenário que as circunda.[17]

E assim, na sua acadêmica e arrastadora linguagem, continuou Rui Barbosa – que substituiu Machado de Assis na Presidência da Academia Brasileira de Letras – o rasgado panegírico do grande escritor, em que ele salientou com brilho especial a pureza, a bondade, a ternura da sua alma.

*

Biografado desse modo, a traço rápido e humilde, o autor de tantas obras primorosas, vamos, ainda em despretensioso e fugidio traço, sumariar a sua vida literária e inscrever aqui alguns dos seus títulos insumíveis.

Machado de Assis, dominado pelas tendências em voga na sua época, foi nas suas primeiras obras, em que a poesia predomina, um romântico. Pertencem a essa fase os seus livros de versos *Crisálidas* e *Falenas*, e as suas novelas e romances: *Ressurreição*, *Helena*, *Iaiá Garcia, A mão e a luva*, *Histórias da meia-noite*, *Contos fluminenses*, etc.

Em todos esses volumes, ainda que desigualmente, há recomendáveis páginas de descritivo, de evocação e de pitoresco, e já, aqui e acolá, aponta, seduz, clareja, essa ironia fina, generosa, mista do *humour* inglês e do *picaresco* espanhol, que mais tarde havia de ser o metal puríssimo e raro que de preferência o artista celebremente burilava.

Nessa ânsia que o dominava de contínuo aperfeiçoamento, a que já aludimos, encontrou, no entanto, o sumo autor, a meio da carreira, novos estímulos de modernidade, e renegando do seu primitivo, romântico, processo, decide-se a criar uma série nova e notabilíssima de livros modernos, reais, extraordinários, que são: *Papeis avulsos*, *Histórias sem data*, *Quincas Borba*, *Esaú e Jacó*, *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que é a mais bela pedra do seu monumento, e o *Memorial de Aires*, a sua última produção, eivada do desgosto que o pungia e talvez da visionação do fim.

As *Memórias póstumas de Brás Cubas*, livro admirável e perfeito, que é, com qualquer confronto, uma legítima obra-prima, marca o apogeu das suas portentosas faculdades e abre na Literatura

Brasileira uma das suas datas mais fulgentes. Machado de Assis aí nos aparece ombreando familiarmente com os maiores mestres da novela humorística, desde Sterne a Swift, de Lesage a Eça de Queirós, igualando com facilidade a lacônica mestria de Anatole France, e sobrepujando um escritor italiano com quem muitas afinidades tem, Salvatore Farina[18].

Da obra de Machado de Assis escreveu, num primoroso escorço, pouquíssimo divulgado, o falecido escritor brasileiro Artur Barreiros, em 1885[19]:

> A sua vida literária, que se estende, como um golfo grego e azulado, de águas travessas e risonhas, das *Crisálidas* aos *Papeis avulsos*, e forma um opulento fio de pérolas, raro será o homem de gosto que a não conheça no todo ou em parte.
>
> Relede-me as *Crisálidas,* que consorciam às rosas os raios do sol, preparam as suas rimas com o mel das abelhas e à luz das estrelas, cantam, enfim, os deslumbramentos da *Mater* ubérrima e as explosões ruidosas do gênio, todo esse mundo irradiante e impalpável de sentimentos e ideias que rebentam prodigiosamente na imaginação dos poetas e nos quadros divinos da natureza, e que se pode conter no espaço abrangido por uma janela que deita para o campo, ou no espaço – muito maior e muito mais pequeno! – do adorado olhar feminino; relede-me esses versos, e dizei-me se não descobris em gérmen o embrião – como se distingue no botão toda a flor e nas graças da menina toda a sedução da mulher – a nota poderosa, a nota pessoal moderna e sincera que domina este singular, este grande, este admirável livro das *Memórias póstumas de Brás Cubas.*
>
> É a sua obra-prima, a mais trabalhada e a mais saborosa, a que o definiu inteiro e vivo, filósofo adorável, de um ceticismo, nem brutal, nem desumano – gota a gota adquirido como um veneno irresistível – indócil, religioso à sua maneira; e o vinco pessimista que deste volume para cá marca todas as suas páginas, poderia ser tomado como um arrebique mais, se ele não fosse um convencido.
>
> Estilista impecável, estilista desde que pela primeira vez se viu armado de uma pena e com algum papel branco diante

de si (porque há escritores de nascença), Machado de Assis burilou no mais belo mármore, com um sagrado respeito à forma, com uma noção nítida e poderosa do belo, essa longa e original série de contos, de romances, de folhetins, de fantasias delicadas, imprevistas, deliciosamente irônicas, cintilantes de graça, que se chamam – citando ao acaso – «Miss Dollar»[20], *A mão e a luva,* «Cão de lata ao rabo»[21], «Chinela turca»[22], «Sereníssima República»[23] «Academias de Sião»[24], «Um capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto»[25]…[26]

Se na prosa, Machado de Assis passou do Romantismo ao ironismo, na poesia, tornou-se, na sua nova fase, um parnasiano, como o atestam muitas das composições publicadas sob o título *Americanas*[27]. Entre elas, andam decoradas de boca em boca o «Círculo vicioso»[28] e «A mosca azul»[29].

Querendo arquivar nestas páginas algumas valiosas linhas do mestre, melhor não podemos dizer que transcrever aqui essas poesias:

Círculo vicioso

Bailando no ar, gemia inquieto vagalume:
«Quem me dera que fosse aquela loura estrela,
Que arde no eterno azul como uma eterna vela!»
Mas a estrela, fitando a lua, com ciúme:

«Pudesse eu copiar-te o transparente lume,
Que, da grega coluna, ó gótica janela,
Contemplou, suspirosa, a fronte amada e bela!»
Mas a lua, fitando o sol com azedume:

«Mísera! tivesse eu aquela enorme, aquela
Claridade imortal, que toda a luz resume!»
Mas o sol, inclinando a rútila capela:

«Pesa-me esta brilhante auréola de lume...
Enfara-me esta azul e desmedida umbela...
Por que não nasci eu um simples vagalume?»[30]

A MOSCA AZUL

Era uma mosca azul, asas de ouro e granada,
Filha da China ou do Indostão,
Que entre as folhas brotou de uma rosa encarnada,
Em certa noite de verão.

E zumbia, e voava, e voava, e zumbia
Refulgindo ao clarão do sol
E da lua, — melhor do que refulgiria
Um brilhante do Grão-Mogol.

Um poleá que a viu, espantado e tristonho,
Um poleá lhe perguntou:
«Mosca, esse refulgir, que mais parece um sonho,
Dize, quem foi que to ensinou?»

Então ela, voando, e revoando, disse:
«Eu sou a vida, eu sou a flor
Das graças, o padrão da eterna meninice,
E mais a glória, e mais o amor.»

E ele deixou-se estar a contemplá-la, mudo
E tranquilo, como um faquir,
Como alguém que ficou deslembrado de tudo,
Sem comparar, nem refletir.

Entre as asas do inseto, a voltear no espaço,
Uma coisa lhe pareceu
Que surdia, com todo o resplendor de um paço.
E viu um rosto, que era o seu.

Era ele, era um rei, o rei de Caxemira,
Que tinha sobre o colo nu
Um imenso colar de opala, e uma safira
Tirada do corpo de Vichnu.

Cem mulheres em flor, cem nairas superfinas,
Aos pés dele, no liso chão,
Espreguiçam sorrindo as suas graças finas,
E todo o amor que têm lhe dão.

Mudos, graves, de pé, cem etíopes feios,
Com grandes leques de avestruz,
Refrescam-lhes de manso os aromados seios
Voluptuosamente nus.

Vinha a glória depois; – quatorze reis vencidos,
E enfim as páreas triunfais
De trezentas nações, e os parabéns unidos
Das coroas ocidentais.

Mas o melhor de tudo é que no rosto aberto
Das mulheres e dos varões,
Como em água que deixa o fundo descoberto,
Via limpos os corações.

Então ele, estendendo a mão calosa e tosca,
Afeita a só carpintejar
Com um gesto pegou na fulgurante mosca,
Curioso de a examinar.

Quis vê-la, quis saber a causa do mistério.
E, fechando-a na mão, sorriu
De contente, ao pensar que ali tinha um império,
E para casa se partiu.

Alvoroçado chega, examina, e parece
Que se houve nessa ocupação
Miudamente, como um homem que quisesse
Dissecar a sua ilusão.

Dissecou-a, a tal ponto, e com tal arte, que ela,
Rota, baça, nojenta, vil,
Sucumbiu; e com isto esvaiu-se-lhe aquela
Visão fantástica e subtil.

Hoje, quando ele aí vai, de aloé e cardamomo
Na cabeça, com ar taful,
Dizem que ensandeceu, e que não sabe como
Perdeu a sua mosca azul. [31]

Além da poesia e do romance – desse seu ameno e especial romance[32], a que melhor cabe a classificação de novela humorística – expandiu Machado de Assis o seu sólido e poderoso talento noutros múltiplos ramos da atividade literária.

Como a tantos, a muitos, fascinou-o o teatro, e para ele escreveu bastante, contando-se entre as suas produções: *Desencantos*, fantasia dramática, *Quase ministro*[33], *Os deuses de casaca*[34], *O caminho da porta*[35], *O protocolo*[36], *Tu, só tu puro amor...*[37], *Uma lição de botânica,* e *Não consultes o médico*[38], comédia com que foram inaugurados os espetáculos brasileiros da grande Exposição Nacional de 1908.

Ao jornal consagrou também muitas páginas valiosas, reunidas já algumas em volume: *Papeis avulsos, Páginas recolhidas*, *Relíquias de casa velha* – merecida sorte que espera a coleção dos seus artigos da *Marmota Fluminense*[39] sobre teatro, da *Semana Ilustrada*[40], do *Futuro*[41], do *Arquivo Popular*[42], do *Novo Mundo*[43], do *Jornal das Famílias*[44], da *Estação*[45], da *Ilustração Brasileira*[46], onde assinava Manassés, do *Cruzeiro*[47], com o pseudônimo de Eleazar, da *Gazeta de Notícias*[48], em que fez notavelmente a *Semana*, da *Revista Brasileira*[49], a que deixou trechos de um poema inédito «A devassa»[50], etc.

Devem-se-lhe ainda algumas traduções, como *Demandistas* de Racine[51], *O barbeiro de Sevilha* de Beaumarchais[52], o *Suplício de uma mulher* de Dumas e Girardin[53], e outros.

*

Citadas assim, quase à flor da lembrança, as suas obras de tão diversa índole e diferente brilho, queremos recordar uma homenagem significativa e delicadíssima que a Machado de Assis foi prestada em 1905.

De passagem em Roma, Joaquim Nabuco, o prestigioso diplomata e literato brasileiro, conseguiu haver um ramo do glorioso e célebre carvalho de Tasso[54]. Expediu-o logo para o Rio de Janeiro, ao Secretário da Academia de Letras, para que tão ilustre corporação, em soleníssima festa, depusesse nas mãos do mestre adorado a veneranda relíquia da árvore que deu sombra aos

últimos sonhos do poeta desditoso. Machado de Assis, com toda a sua modéstia, pretendeu esquivar-se, mas ao fim consentiu em receber a honrosíssima relíquia veneranda, que lhe foi ofertada eloquentemente, se em erro não laboramos, por Graça Aranha, o elegantíssimo autor do *Canaã*, e por Alberto de Oliveira, o maravilhoso poeta.

E tendo assim esboçado mal a obra e a figura do nobre e grande escritor que foi Machado de Assis, cerraremos estas apressadas notas com algumas páginas suas, que a todo o seu mérito ajuntarão o de nitidamente mostrarem aos desconhecedores leitores de Portugal toda a sábia mestria e toda a alta fantasia do seu valoroso talento.

Escolheremos o sétimo capítulo das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, a mais notável das suas obras, e que é talvez, dentro de toda a obra, a sua mais bela página. A seu propósito, Sílvio Romero[55] num livro de acerba crítica ao autor, publicado em 1897, não deixou de confessar: «Belo, realmente muito belo, como linguagem e como estilo. É sem dúvida uma das páginas mais intensas da língua portuguesa. Nem Vieira, nem Herculano, nem Camilo, nem Eça, possuem muitas que a possam ultrapassar.»[56]

Eis o admirável trecho:

O DELÍRIO

Que me conste, ainda ninguém relatou o seu próprio delírio; faço-o eu, e a ciência mo agradecerá. Se o leitor não é dado à contemplação destes fenômenos mentais, pode saltar o capítulo; vá direito à narração. Mas, por menos curioso que seja, sempre lhe digo que é interessante saber o que se passou na minha cabeça durante uns vinte a trinta minutos.

Primeiramente, tomei a figura de um barbeiro chinês, bojudo, destro, escanhoando um mandarim, que me pagava o trabalho com beliscões e confeitos; caprichos de mandarim.

Logo depois, senti-me transformado na *Suma Teológica* de S. Tomás, impressa num volume, e encadernada em marroquim, com fechos de prata e estampas; ideia esta que me deu ao corpo

a mais completa imobilidade; e ainda agora me lembra que, sendo as minhas mãos os fechos do livro, e cruzando-as eu sobre o ventre, alguém as descruzava (Virgília decerto), porque a atitude lhe dava a imagem de um defunto.

Ultimamente, restituído à forma humana, vi chegar um hipopótamo, que me arrebatou. Deixei-me ir, calado, não sei se por medo ou confiança; mas, dentro em pouco, a carreira de tal modo se tomou vertiginosa, que me atrevia interrogá-lo, e com alguma arte lhe disse que a viagem me parecia sem destino.

– Engana-se, replicou o animal, nós vamos à origem dos séculos.

Insinuei que deveria ser muitíssimo longe; mas o hipopótamo não me entendeu ou não me ouviu, se é que não fingiu uma dessas cousas; e, perguntando-lhe, visto que ele falava, se era descendente do cavalo de Aquiles ou da asna de Balaão, retorquiu-me com um gesto peculiar a estes dois quadrúpedes: abanou as orelhas. Pela minha parte fechei os olhos e deixei-me ir à ventura. Já agora não se me dá de confessar que sentia umas tais ou quais cócegas de curiosidade, por saber onde ficava a origem dos séculos, se era tão misteriosa como a origem do Nilo, e sobretudo se valia alguma cousa mais ou menos do que a consumação dos mesmos séculos, reflexões de cérebro enfermo. Como ia de olhos fechados, não via o caminho; lembra-me só que a sensação de frio aumentava com a jornada, e que chegou uma ocasião em que me pareceu entrar na região dos gelos eternos. Com efeito, abri os olhos e vi que o meu animal galopava numa planície branca de neve, com uma ou outra montanha de neve, vegetação de neve, e vários animais grandes e de neve. Tudo neve; chegava a gelar-nos um sol de neve. Tentei falar, mas apenas pude grunhir esta pergunta ansiosa:

– Onde estamos?

– Já passamos o Éden.

– Bem; paremos na tenda de Abraão.

– Mas se nós caminhamos para trás! redarguiu motejando a minha cavalgadura.

Fiquei vexado e aturdido. A jornada entrou a parecer-me enfadonha e extravagante, o frio incômodo, a condução violenta, e o resultado impalpável. E depois – cogitações de

enfermo – dado que chegássemos ao fim indicado, não era impossível que os séculos, irritados com lhes devassarem a origem, me esmagassem entre as unhas que deviam ser tão seculares como eles. Enquanto assim pensava, íamos devorando caminho, e a planície voava debaixo dos nossos pés, até que o animal estacou, e pude olhar mais tranquilamente em torno de mim. Olhar somente; nada vi, além da imensa brancura da neve, que desta vez invadira o próprio céu, até ali azul. Talvez, a espaços, me aparecia uma ou outra planta, enorme, brutesca, meneando ao vento as suas largas folhas. O silêncio daquela região era igual ao do sepulcro: dissera-se que a vida das cousas ficara estúpida diante do homem.

Caiu do ar? destacou-se da terra? não sei; sei que um vulto imenso, uma figura de mulher me apareceu então, fitando-me uns olhos rutilantes como o sol. Tudo nessa figura tinha a vastidão das formas selváticas, e tudo escapava à compreensão do olhar humano, porque os contornos perdiam-se no ambiente, e o que parecia espesso era muita vez diáfano. Estupefato, não disse nada, não cheguei sequer a soltar um grito; mas, ao cabo de algum tempo, que foi breve, perguntei quem era e como se chamava: curiosidade de delírio.

– Chama-me Natureza ou Pandora; sou tua mãe e tua inimiga.

Ao ouvir esta última palavra, recuei um pouco, tomado de susto. A figura soltou uma gargalhada, que produziu em torno de nós o efeito de um tufão; as plantas torceram-se e um longo gemido quebrou a mudez das cousas externas.

– Não te assustes, disse ela, minha inimizade não mata; é sobretudo pela vida que se afirma. Vives: não quero outro flagelo.

– Vivo? perguntei eu, enterrando as unhas nas mãos, como para certificar-me da existência.

– Sim, verme, tu vives. Não receies perder esse andrajo que é teu orgulho; provarás ainda, por algumas horas, o pão da dor e o vinho da miséria. Vives: agora mesmo que ensandeceste, vives; e se a tua consciência reouver um instante de sagacidade, tu dirás que queres viver.

Dizendo isto, a visão estendeu o braço, segurou-me pelos cabelos e levantou-me ao ar, como se fora uma pluma.

Só então, pude ver-lhe de perto o rosto, que era enorme. Nada mais quieto; nenhuma contorção violenta, nenhuma expressão de ódio ou ferocidade; a feição única, geral, completa, era a da impassibilidade egoísta, a da eterna surdez, a da vontade imóvel. Raivas, se as tinha, ficavam encerradas no coração. Ao mesmo tempo, nesse rosto de expressão glacial, havia um ar de juventude, mescla de força e viço, diante do qual me sentia eu o mais débil e decrépito dos seres.

– Entendeste-me? disse ela, no fim de algum tempo de mútua contemplação.

– Não, respondi; nem quero entender-te; tu és absurda, tu és uma fábula. Estou sonhando, decerto, ou, se é verdade que enlouqueci, tu não passas de uma concepção de alienado, isto é, uma cousa vã, que a razão ausente não pode reger nem palpar. Natureza, tu? a Natureza que eu conheço é só mãe e não inimiga; não faz da vida um flagelo, nem, como tu, traz esse rosto indiferente, como o sepulcro. E por que Pandora?

– Porque levo na minha bolsa os bens e os males, e o maior de todos, a esperança, consolação dos homens. Tremes?

– Sim; o teu olhar fascina-me.

– Creio; eu não sou somente a vida; sou também a morte, e tu estás prestes a devolver-me o que te emprestei; Grande lascivo, espera-te a voluptuosidade do nada.

Quando esta palavra ecoou, como um trovão, naquele imenso vale, afigurou-se-me que era o último som que chegava a meus ouvidos; pareceu-me sentir a decomposição súbita de mim mesmo. Então, encarei-a com olhos súplices, e pedi mais alguns anos.

– Pobre minuto! exclamou. Para que queres tu mais alguns instantes de vida! Para devorar e seres devorado depois! Não estás farto do espetáculo e da luta? Conheces de sobejo tudo o que eu te deparei menos torpe ou menos aflitivo: o alvor do dia, a melancolia da tarde, a quietação da noite, os aspectos da terra, o sono, enfim, o maior benefício das minhas mãos. Que mais queres tu, sublime idiota?

– Viver somente, não te peço mais nada. Quem me pôs no coração este amor da vida, senão tu? e, se eu amo a vida, por que te hás de golpear a ti mesma, matando-me?

– Porque já não preciso de ti. Não importa ao tempo o minuto que passa, mas o minuto que vem. O minuto que vem é

forte, jucundo, supõe trazer em si a eternidade, e traz a morte, e perece como o outro, mas o tempo subsiste. Egoísmo, dizes tu? Sim, egoísmo, não tenho outra lei. Egoísmo, conservação. A onça mata o novilho porque o raciocínio da onça é que ela deve viver, e se o novilho é tenro tanto melhor: eis o estatuto universal. Sobe e olha.

Isto dizendo, arrebatou-me ao alto de uma montanha. Inclinei os olhos a uma das vertentes, e contemplei, durante um tempo largo, ao longe, através de um nevoeiro, uma cousa única. Imagina tu, leitor, uma redução dos séculos, e um desfilar de todos eles, as raças todas, todas as paixões, o tumulto dos impérios, a guerra dos apetites e dos ódios, a destruição recíproca dos seres e das cousas. Tal era o espetáculo, acerbo e curioso espetáculo. A história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais vaga, enquanto que o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o relâmpago. Os séculos desfilavam num turbilhão, e, não obstante, porque os olhos do delírio são outros, eu via tudo o que passava diante de mim, – flagelos e delícias – desde essa cousa que se chama glória até essa outra que se chama miséria, e via o amor multiplicando a miséria, e via a miséria agravando a debilidade. Aí vinham a cobiça que devora, a cólera que inflama, a inveja que baba, e a enxada e a pena, úmidas de suor, e a ambição, a fome, a vaidade, a melancolia, a riqueza, o amor, e todos agitavam o homem, como um chocalho, até destruí-lo, como um farrapo. Eram as formas várias de um mal, que ora mordia a víscera, ora mordia o pensamento, e passeava eternamente as suas vestes de arlequim, em derredor da espécie humana. A dor cedia algumas vezes, mas cedia à indiferença, que era um sono sem sonhos, ou ao prazer, que era uma dor bastarda. Então o homem, flagelado e rebelde, corria diante da fatalidade das cousas, atrás de uma figura nebulosa e esquiva, feita de retalhos, um retalho de impalpável, outro de improvável, outro de invisível, cosidos todos a ponto precário, com a agulha da imaginação; e essa figura, – nada menos que a quimera da felicidade – ou lhe fugia perpetuamente, ou deixava-se apanhar pela fralda, e o homem a cingia ao peito, e então ela ria, como um escárnio, e sumia-se, como uma ilusão.

Ao contemplar tanta calamidade, não pude reter um grito de angústia, que Natureza ou Pandora escutou sem protestar nem rir; e não sei por que lei de transtorno cerebral, fui eu que me pus a rir, – de um riso descompassado e idiota.

– Tens razão, disse eu, a cousa é divertida e vale a pena – talvez monótona – mas vale a pena. Quando Job amaldiçoava o dia em que fora concebido, é porque lhe davam ganas de ver cá de cima o espetáculo. Vamos lá, Pandora, abre o ventre, e digere-me; a cousa é divertida, mas digere-me.

A resposta foi compelir-me fortemente a olhar para baixo, e a ver os séculos que continuavam a passar, velozes e turbulentos, as gerações que se superpunham às gerações, umas tristes, como os Hebreus do cativeiro, outras alegres, como os devassos de Cômodo, e todas elas pontuais na sepultura. Quis fugir, mas uma força misteriosa me retinha os pés; então disse comigo: – «Bem, os séculos vão passando, chegará o meu, e passará também, até o último, que me dará a decifração da eternidade.» E fixei os olhos, e continuei a ver as idades, que vinham chegando e passando, já então tranquilo e resoluto, não sei até se alegre. Talvez alegre. Cada século trazia a sua porção de sombra e de luz, de apatia e de combate, de verdade e de erro, e o seu cortejo de sistemas, de ideias novas, de novas ilusões; em cada um deles rebentavam as verduras de uma primavera, e amareleciam depois, para remoçar mais tarde. Ao passo que a vida tinha assim uma regularidade de calendário, fazia-se a história e a civilização, e o homem, nu e desarmado, armava-se e vestia-se, construía o tugúrio e o palácio, a rude aldeia e Tebas de cem portas, criava a ciência, que perscruta, e a arte que enleva, fazia-se orador, mecânico, filósofo, corria a face do globo, descia ao ventre da terra, subia à esfera das nuvens, colaborando assim na obra misteriosa, com que entretinha a necessidade da vida e a melancolia do desamparo. Meu olhar, enfarado e distraído, viu enfim chegar o século presente, e atrás dele os futuros. Aquele vinha ágil, destro, vibrante, cheio de si, um pouco difuso, audaz, sabedor, mas ao cabo tão miserável como os primeiros, e assim passou e assim passaram os outros, com a mesma rapidez e igual monotonia. Redobrei de atenção; fitei a vista; ia enfim ver o último, – o último!; mas então já a rapidez da marcha era tal, que escapava a toda a compreensão; ao pé dela o relâmpago

seria um século. Talvez por isso entravam os objetos a trocarem-se; uns cresceram, outros minguavam, outros perderam--se no ambiente; um nevoeiro cobriu tudo – menos o hipopótamo que ali me trouxera, e que aliás começou a diminuir, a diminuir, a diminuir, até ficar do tamanho de um gato. Era efetivamente um gato. Encarei-o bem; era o meu gato *Sultão*, que brincava à porta da alcova, com uma bola de papel... [57]

[Sem indicação de autor]

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1910. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1909, p. 5-32 e retrato do homenageado na página inicial s. n.*

* O esplêndido retrato de Machado de Assis, com que abrimos o nosso Almanaque, é obra do insigne pintor brasileiro Henrique Bernardelli, e extraído da bela revista *A Renascença*, do Rio de Janeiro.

Sobre Machado de Assis

Desde a criação do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, o objetivo do anuário foi estreitar as relações entre Portugal e Brasil, a partir do intercâmbio entre as literaturas produzidas por ambos os países, nas palavras do editor, Alexandre Magno de Castilho, no *Almanaque* de 1856:

> O brasileiro no pequeno e antigo Portugal, e o português no moderno e imenso Brasil, respiram igualmente ares de pátria e sentem-se em família. Mutuamo-nos sem invejas as nossas literaturas, aplaudimos fraternalmente, de um para outro hemisfério, a aparição e o brilho de relevantes engenhos. (CASTILHO, 1856: 30)

Dentre as seções idealizadas pelo Almanaque, as «Publicações Recebidas», que circularam entre 1896 e 1934, talvez seja aquela que melhor ilustre a intenção de a publicação promover os vínculos entre a literatura e a cultura brasileira e portuguesa, por intermédio dos livros enviados à seção. Não por acaso a criação das «Publicações Recebidas» coincide com o ano de restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e Brasil, firmado em 16 de março de 1895, durante o governo de Prudente de Morais.

Nem por isso, autores portugueses e brasileiros receberam tratamento equânime nesse espaço do Almanaque, quer porque as obras daqueles sempre foram em maior número do que as destes, quer pelo teor dos comentários do responsável da seção «Publicações Recebidas», mais informado acerca das publicações lusas do que das brasileiras. É possível supor, ainda, que esse desequilíbrio esteja relacionado ao desinteresse dos escritores brasileiros, em particular os de maior prestígio, de enviar seus livros para a seção do *Novo Almanaque*.

A predominância de escritores e intelectuais portugueses relativamente aos brasileiros também se observa na parte reservada ao elogio crítico-biográfico, inaugurado pelo *Almanaque de Lembranças* de 1872, em homenagem a Alexandre Magno de Castilho, fundador do periódico. Em contraposição às dezenas de portugueses, apenas dezessete brasileiros tiveram o privilégio de serem agraciados por tal

encômio, dentre os quais Machado de Assis, cuja trajetória biográfico-intelectual é contemplada no *Novo Almanaque* para o ano de 1910.

O cenário de desigualdade entre lusos e brasileiros encontra eco na crítica que precede a homenagem a Machado de Assis, empenhada em apontar o desconhecimento de Portugal quanto à literatura brasileira moderna:

> Portugal, por um desleixo inexplicável, com um desinteresse censurável, desconhece, ignora, quase por completo, a vida literária do Brasil moderno, descuida a leitura dos seus valiosíssimos escritores, não trata de se informar, de assimilar, de seguir os progressos assinaláveis da mentalidade d'além-mar, cujos maiores tesouros, não diremos são para a «ocidental praia» letra morte, porque são letras totalmente indecifradas (*NALLB*, 1910: 5).

O julgamento retoma uma questão que há muitos anos vinha sendo discutida pelos intelectuais portugueses, entre eles Alexandre Herculano, que no artigo «Futuro literário de Portugal e Brasil», publicado em 1847, por ocasião de leitura dos *Primeiros cantos,* de Gonçalves Dias, já se manifestava acerca do desconhecimento da literatura brasileira em Portugal, apesar das estreitas e permanentes relações dos portugueses com a antiga colônia (*apud* QUEIRÓS, 2013: 195).

A crítica do redator do elogio a Machado de Assis acerca do descompasso entre as duas nações inclui não apenas os leitores portugueses, mas também os entraves burocráticos impostos à circulação dos livros brasileiros publicados no Brasil, em contraposição à ampla difusão do livro português no Brasil:

> de modo que raro é o livro que dos prelos brasileiros chega até cá, o que faz com que Portugal não corresponda, sequer atenuadamente, ao carinhoso cuidado, à sedenta curiosidade, ao pontual entusiasmo, com que o Brasil acolhe, frequenta e aplaude as obras portuguesas (*NALLB*, 1910: 6-7).

Anos atrás, Pinheiro Chagas já havia se manifestado acerca da rara presença de obras de autores brasileiros nas livrarias de Portugal (*apud* MOREIRA, 2007: 35), crítica que, ao repercutir na homenagem

a Machado de Assis, revela que o redator se valia de julgamento já conhecido, proveniente de escritores portugueses de prestígio, como Chagas e Herculano, embora sem identificá-los.

Em contraste ao desinteresse do leitorado português em relação à produção literária oriunda do Brasil, Coelho Neto é mencionado como escritor brasileiro que contava com muitos leitores em Portugal, a apontar para um cenário de mudança, que se devia à iniciativa de algumas editoras portuguesas. No caso do autor de *Sertão*, o redator do elogio não informa que a ampla recepção de Neto em terras portuguesas se devia à inciativa da editora portuense Lello & Irmão que, a partir de 1903, passou a editar vários títulos da obra do escritor maranhense. (SALA, 2017: 1120)

Enquanto Coelho Neto era uma das raras exceções, comparada à carência de leitores portugueses sobre a obra de escritores brasileiros, Machado de Assis era o exemplo que confirmava a regra, como poderia ser interpretada a avaliação do redator da homenagem ao escritor, cuja obra era conhecida em Portugal apenas por alguns fragmentos:

> sua obra, rica em tomos e modos, é muito pouco conhecida em Portugal, que, pode dizer-se, a leu, e talvez a admirou, em fragmentos, mais ou menos compridos, melhor ou pior escolhidos, mas que, de maneira nenhuma, davam a medida, exata da imaginação do poeta, da fantasia do contista, dos prodigiosos recursos do vernáculo prosador, nem a justa visão da excelência do amargo filósofo, que ele foi em toda a vida (*NALLB*, 1910: 7).

Na sequência do introito do elogio, vazado pela autocrítica simbólica de Portugal em relação ao Brasil, da qual o redator da homenagem a Machado de Assis se fazia porta-voz, o escritor brasileiro é trazido à cena, com a descrição de sua trajetória biográfica, a determinar alguns aspectos da obra machadiana, bem como as conquistas do autor. A infância de menino pobre, que desde muito cedo aprendeu a enfrentar sozinho os percalços da vida, foi responsável por «esse travo amargo e quase doloroso que vinca toda a sua obra, ainda nas páginas mais graciosamente despreocupadas» (*NALLB*, 1910: 8). O abandono dos estudos regulares, substituídos pela autoeducação, a avidez pela leitura, a disciplina rígida, a extraordinária força de vontade,

são recompensados por aquela que foi a honra maior da vida intelectual de Machado de Assis, a presidência da Academia Brasileira de Letras.

Mesmo após a morte, a glória não se descolou do ilustre defunto, simbolizada pelo discurso de Rui Barbosa, o «Águia de Haia» recém-chegado da Conferência de Paz, que fora incumbido pela Academia para prestar a homenagem fúnebre a Machado de Assis. A transcrição de fragmentos desse discurso (sem identificação da fonte) vinha ilustrar «a comovida homenagem» de Rui Barbosa, vazada em «arrebatadora eloquência» (*NALLB*, 1910: 11), responsável pela fama oratória do jurista baiano, capaz de falar por horas, hipnotizando auditórios sempre repletos de pessoas.

O ramo de carvalho de Tasso, enviado por Joaquim Nabuco a Machado de Assis, é outro tributo que lhe fora prestado, ao tempo que ainda era vivo, e que, incorporado ao elogio do *Novo Almanaque*, reiterava o prestígio do escritor brasileiro, desconhecido em Portugal. A entrega do presente simbólico, por intermédio de Graça Aranha e Alberto de Oliveira, em sessão solene na Academia Brasileira de Letras, em 12 de agosto de 1905, reforçava a importância de Machado de Assis, associada à época em que era presidente daquela instituição literária.

As informações relativas à obra de Machado de Assis, sem indicação da fonte, limitam-se a mencionar alguns títulos, na poesia, *Crisálidas*, *Falenas,* na prosa, *Ressurreição*, *Helena*, *Iaiá Garcia, A mão e a luva*, *Histórias da meia-noite*, *Contos fluminenses*, acompanhados de comentário, pautado pelo clichê, de onde se deduz o desconhecimento do redator do elogio relativamente às obras mencionadas:

> Em todos esses volumes, ainda que desigualmente, há recomendáveis páginas de descritivo, de evocação e de pitoresco, e já, aqui e acolá, aponta, seduz, clareja, essa ironia fina, generosa, mista do *humour* inglês e do *picaresco* espanhol, que mais tarde havia de ser o metal puríssimo e raro que de preferência o artista celebremente burilava (*NALLB*, 1910: 5).

A divisão da obra machadiana em duas fases, a romântica, representada pelos livros acima mencionados, e a realista, por *Papeis avulsos*, *Histórias sem data, Quincas Borba*, *Esaú e Jacó*, *Dom Casmurro*, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Memorial de*

Aires, vem ao encontro da crítica impressionista, então em voga, que avaliava a criação literária machadiana na perspectiva da evolução e do aperfeiçoamento, julgamento recuperado pelo redator do elogio a Machado de Assis:

> Nessa ânsia que o dominava de contínuo aperfeiçoamento, a que já aludimos, encontrou, no entanto, o sumo autor, a meio da carreira, novos estímulos de modernidade, e renegando do seu primitivo, romântico, processo, decide-se a criar uma série nova e notabilíssima de livros modernos, reais, extraordinários (*NALLB*, 1910: 15).

Marco divisor das duas fases, o romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* passou a ser comparado, desde que foi publicado em 1881, com as criações de Laurence Sterne*,* Jonathan Swift, Alain-René Lesage, Eça de Queirós, autores mencionados pelo redator do elogio, que se mostrava informado acerca das comparações que a crítica oitocentista estabeleceu entre o romance de Machado de Assis e as obras de escritores de outras temporalidades e nacionalidades.

O destaque conferido às *Memórias Póstumas* está baseado em artigo de Artur Barreiros (1856-1885) sobre a vida e a obra de Machado de Assis, publicado em *Pena e Lápis*, 10 de junho de 1880[58]; em dois artigos estampados em *A Estação* (RJ, 1879-1904), um deles sob o pseudônimo de Abdiel[59]; em *O Álbum* (RJ, 1893-1895)[60] e na *Galeria Contemporânea Brasileira* (RJ, jul./ag. 1884) em agosto de 1884.[61] Quanto aos poemas «Círculo vicioso» e «A mosca azul», ambos já tinham sido publicados no *NALLB*, o primeiro, nas edições de 1886 e 1910, o segundo, na edição de 1909. (CHAVES, 2009: 58-59), sem indicação da procedência, nem do responsável pelo envio das composições de Machado de Assis para o *Almanaque*.

Assim como os dois poemas, a transcrição do sétimo capítulo de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, «O delírio»,[62] tem como função divulgar a obra de Machado de Assis em Portugal. Desacompanhada de comentário introdutório, a reprodução do capítulo não contempla a complexidade narrativa do texto, mesmo porque «O delírio» é dos melhores exemplos acerca do caráter revolucionário da obra machadiana. Isoladamente, ele sugere que a narrativa trata de algo

que rompe com o real sensível, soando no mínimo estranho o narrador Brás Cubas relatar o próprio delírio. No entanto, foram capítulos como «O delírio» responsáveis pelo desconforto e desnorteamento entre os críticos contemporâneos, que «não encontravam ali o romance usual» (GUIMARÃES, 2008: 29), ou seja, o romance segundo as concepções realista-naturalistas, vigentes no momento.

A falta de informações prévias sobre o capítulo «O delírio», trazido para o fecho do elogio a Machado de Assis, sugere, por um lado, que o leitor era livre para ler o texto como quisesse, por outro lado, traduz a dificuldade do redator da homenagem em interpretá-lo, o que vem ao encontro da pergunta de Capistrano de Abreu: «As *Memórias póstumas de Brás Cubas* serão um romance?» (*apud* GUIMARÃES, 2008: 29).

Notas

1 Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), escritor, dramaturgo, professor, membro da Academia Brasileira de Letras.

2 As primeiras edições de *Crisálidas* (1864), *Falenas* (1870), *Histórias sem data* (1884), *Tu, só tu, puro amor...* (1881), *Poesias completas* (1901), editadas pela Garnier, eram pouco vendidas na Livraria Chardron do Porto, sendo encontradas em algumas bibliotecas portuguesas.

3 No *NALLB* foram publicados oito textos de Machado de Assis, sem indicação de procedência: os poemas «O verme» (1872: 382 e 1890: 28), «Coração triste falando ao sol (imitado de Su Tchon)» (1877: 366), «A amante de Camões» (1881: 278), «Círculo vicioso» (1885: 360 e 1909: 18), «Quando ela fala» (1890: 343), «A mosca azul» (1910: 18-21), e os capítulos de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, «O delírio» (1909: 23-32) e «A borboleta preta» (1913: 365-366).

4 O jornal *Correio Mercantil, e Instrutivo, Político, Universal* (RJ, 1848-1868) foi dirigido por Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889). Nos anos inciais da década de 50, o jornal era editado em francês aos domigos.

5 Primeiro editor brasileiro, Francisco de Paula Brito (1809-1861) fundou, em 1858, no Rio de Janeiro, a Tipografia Imparcial em cuja oficina Machado de Assis aprendeu as artes da impressão e veio a publicar suas primeiras obras: *Desencantos*, fantasia dramática (1861) e *Queda que as mulheres têm para os tolos* (1861).

6 O *Diário do Rio de Janeiro* (RJ, 1821-1878) foi o primeiro jornal diário publicado no Brasil, trazendo como inovação a publicação de anúncios, além do baixo preço do exemplar.

7 Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), jornalista e advogado; Quintino Ferreira de Sousa Bocaiúva (1836-1912), jornalista e politico, conhecido pela atuação no processo da Proclamação da República, em 1889; Henrique César Muzzio (1831-1873), jornalista e dramaturgo.

8 O *Diário Oficial*, com o nome de *Diário Oficial do Império do Brasil*, foi criado em 1º de outubro de 1862, por determinação do Marquês de Olinda. Antes do *Diário Oficial da União*, os atos oficiais do Brasil eram publicados pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, entre outros periódicos.

9 Em abril de 1872, Machado de Assis foi designado para amanuense da Comissão do *Dicionário Tecnológico da Marinha*, com a grafiticação de cinquenta mil reis mesais, em substituição de César Muzzio que havia falecido nesse ano.

10 Manuel Buarque de Macedo (1837-1881) e Pedro Luís Pereira de Sousa (1839-1884) foram ministros da Secretaria de Estado de Negócios de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Pedro Luís assumiu a pasta, junto com o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando do falecimento de Buarque de Macedo.

11 Severino dos Santos Vieira (1849-1917), senador da República; Alfredo Maia (1856-1917), ministro da Indústira, Viação e Obras Públicas (1902); Antônio Augusto da Silva (1847-1929), ministro dos Transportes (1902).

12 Carolina Augusta Xavier de Novais (1835-1904) chegou ao Rio de Janeiro em 1866 a fim de cuidar do irmão enfermo Faustino Xavier de Novais, vindo a se casar com Machado de Assis em 12 de novembro de 1869.

13 Faustino Xavier de Novais (1820-1869), jornalista e escritor português, radicou-e a partir de 1858 no Rio de Janeiro, onde fundou *O Futuro*, revista literária quinzenal, que circulou entre 1862-1863 e na qual Machado de Assis colaborou como cronista.

14 Machado de Assis sofreu de epilepsia desde a juventude, doença que ele procurou esconder da curiosidade alheia, e que recrudesceu depois do casamento e se acentuou no final da vida.

15 Rui Barbosa foi também homenageado pelo *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, em 1923, ano do falecimento do jurista baiano.

16 Sob o título «O adeus da Academia a Machado de Assis» (BARBOSA, 1908: 135-140), este discurso foi pronunciado na Academia Brasileira de Letras, junto ao ataúde de Machado de Assis, em 30 de setembro de 1908, antes de partir o féretro para o Cemitério de São João Batista.

17 BARBOSA, 1908, v. XXXV, t. 1: 135-137.

18 Salvatore Farina (1846-1918), jornalista e escritor italiano, autor de *Fante di picche* (1874), *Amore bendato* (1875), *Due amori* (1886), *Carta bollata* (1894), entre outros títulos.

19 Em agosto de 1884, Artur Barreiros escreveu um artigo sobre a vida e a obra de Machado de Assis no periódico *Galeria Contemporânea do Brasil* (RJ, abril-agosto 1884), fundado por inciativa do fotógrafo franco-brasileiro Marc Ferrez e de Barreiros. Em janeiro de 1893, *O Álbum*, de Artur Azevedo, reproduz apenas a parte do texto de Artur Barreiros que fazia breve apreciação crítica da obra literária de Machado de Assis, de *Crisálidas* a *Papéis avulsos*. Foi essa parte do artigo de Barreiros, que em *O Álbum* é antecedida pela apresentação de Artur Azevedo, que aponta 1885 como sendo o ano da primeira publicação do artigo, transcrita no comentário a Machado de Assis.

20 «Miss Dollar» integra a coletânea *Contos fluminenses*, sem ter sido publicado anteriormente.

21 A fantasia «Um cão de lata ao rabo» foi publicada, sob o pseudônimo de Eleazar, em 1878, no jornal *O Cruzeiro*, Rio, em 2 de abril de 1878. O texto foi republicado em *Novas relíquias* (Rio de Janeiro: s. e, 1932: 9-19) e *Páginas recolhidas* (Rio de Janeiro: Jackson, 1937: 171-182).

22 «Chinela turca» foi publicado em *A Época.* Rio de Janeiro, 14 nov. 1875, e republicado em *Papéis Avulsos*.

23 «Sereníssima República. Conferência do cônego Vargas» foi publicado na *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, 20 ago. 1882, e republicado em *Papéis avulsos*.

24 «Academias de Sião» foi publicado na *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, 6 jun. 1884, e republicado em *Histórias sem data*.

25 «Um capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto. De uma curiosa doutrina que achei em Fucheu, e do que aí sucedeu a tal respeito» foi publicado na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 abr. 1882, e republicado sob o título «O segredo do bonzo – Um capítulo inédito de Fernão Mendes Pinto», em *Papéis avulsos*.

26 BARREIROS, 1893: 9-10.

27 *Americanas* (1875) contém os seguintes poemas: «Potira», «Niani», «A cristã-nova», «José Bonifácio», «A visão de Jaciúca», «Cantiga do rosto branco», «A Gonçalves Dias», «Os semeadores», «A flor do Embiruçu», «Lua nova», «Sabina», «Última jornada», «Os Orizes».

28 O soneto «Círculo vicioso» foi publicado originalmente na *Revista Brasileira* (jun. 1879) e depois nas *Ocidentais* (1901).

29 «A mosca azul» saiu pela primeira vez na *Revista Brasileira* (15 jan. 1880) e posteriormente nas *Ocidentais* (1901).

30 Transcrição conferida pela edição das *Obras completas* de Machado de Assis (1985, v. III: 151).

31 Transcrição conferida pela edição das *Obras completas* de Machado de Assis (1985, v. III: 161-162).

32 Referência ao romance *Memórias póstumas de Brás Cubas.*

33 *Quase ministro,* comédia em um ato (1864) foi representada, pela primeira vez, em 22 de novembro de 1863, no sarau literário e artístico de despedida do pianista português Artur Napoleão, realizado em casa de alguns amadores. Contou com a participação de Morais Tavares, Manuel de Melo, Ernesto Cibrão, Bento Marques, Insley Pacheco, Artur Napoleão e Carlos Schramm.
34 *Os deuses de casaca*, comédia em um ato (1866), foi representada, pela primeira vez, no 3.º sarau realizado pela Arcádia Fluminense. Os papéis estiveram a cargo dos sócios da referida Arcádia.
35 *O caminho da porta*, comédia em um ato, foi representada a 12 de setembro de 1862, no Ateneu Dramático. Os diversos papéis estiveram a cargo dos atores Cardoso, Pimentel, Martins, e da atriz Maria Fernanda.
36 *O protocolo*, comédia em um ato, foi representada no Ateneu Dramático, a 4 de dezembro de 1862. Contou com a participação dos atores Cardoso e Pimentel, e das atrizes Maria Fernanda e Jesuína Montani.
37 A peça *Tu, só tu, puro amor...* foi escrita para ser encenada nas festas organizadas pelo Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro, por ocasião do tricentenário da morte de Luís de Camões. Foi impressa em 1 de julho de 1880, na *Revista Brasileira*, e no ano seguinte pela editora Lombaerts, em cem exemplares numerados e assinados pelo autor.
38 *Não consultes médico*, comédia em um ato, foi representada no 3º Festival promovido pelas Senhoras Protetoras da Capela do Sagrado Coração de Jesus, nos salões do Cassino Fluminense, em 18 de novembro de 1896. Teve outra representação no Teatro da Exposição, construído no recinto da Exposição Nacional, na Praia Vermelha, por ocasião da inauguração, a 12 de agosto de 1908. A peça foi publicada, pela primeira vez, na *Revista Brasileira*, em dezembro de 1896.
39 Francisco de Paula Brito foi criador e editor da série Marmotas: *A Marmota na Corte* (RJ, 1849-1852), *Marmota Fluminense* (RJ, 1852-1857) e *A Marmota* (RJ, 1857-1861; 1864). As colaborações de Machado de Assis distribuem-se entre a 2ª e a 3ª fases da revista, respectivamente, *Marmota Fluminense*, onde publica predominantemente poemas, e *A Marmota*, em que colabora com poemas, ensaios sobre literatura e teatro, conto, romances, peça de teatro e sátira.
40 *Semana Ilustrada* (RJ, 1860-1876*),* revista de caricaturas criada por Henrique Fleiüss (1823-1882). Nessa revista, Machado de Assis publicou crônicas, poemas, crítica, tradução.
41 *O Futuro* (RJ, 1862-1863), revista literária quinzenal, dirigida por Faustino Xavier de Novais (1820-1869). Nesse periódico, Machado de Assis escreveu poemas, contos e, principalmente, crônicas.
42 Não há registro na *Bibliografia de Machado de Assis*, de Galante de Sousa (1955) de periódico com o título *Arquivo Popular* no qual Machado de Assis tenha colaborado.

43 *O Novo Mundo,* periódico ilustrado do progresso da idade (Nova Iorque, EUA, 1870-1879), fundado e editado por José Carlos Rodrigues (1844-1923), em língua portuguesa. Nesse periódico, Machado de Assis publicou, em março de 1873, em caráter inédito, o ensaio «Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade».

44 *Jornal das Famílias* (RJ, 1863-1878), periódico mensal, impresso em Paris, por Louis-Baptiste Garnier (1823-1893), no qual Machado de Assis escreveu inúmeros contos, assinados com pseudônimos e com o próprio nome.

45 *A Estação* (RJ, 1879-1904*)*, jornal ilustrado para a família, de periodicidade quinzenal, de propriedade do editor Lombaerts & Cia. Nessa revista, Machado de Assis publicou o romance *Quincas Borba* como folhetins, entre 1886 e 1891.

46 *Ilustração Brasileira* (RJ, 1876-1878, revista fundada por Henrique Fleiüss. Nesse periódico, Machado de Assis publicou, com o pseudônimo Manassés, a série de crônicas «História de quinze dias», na fase quinzenal, e «História de trinta dias», na breve fase mensal.

47 *O Cruzeiro* (RJ, 1878-1883)*,* jornal diário, no qual Machado de Assis publicou o romance *Iaiá Garcia,* a coluna semanal de crônicas «Notas Semanais», sob o pseudônimo Eleazar, entre outros textos.

48 *Gazeta de Notícias* (RJ, 1875-1956), fundada por José Ferreira de Sousa Araújo (1848-1900). Nesse jornal Machado de Assis publicou as séries de crônicas «Balas de estalo» (1882-1888), «Bons dias» (1888) e «A Semana» (1889-1897).

49 Durante o século XIX, a *Revista Brasileira* teve três fases: 1857-1861; 1879-1881; 1895-1899. A 1ª fase foi fundada e dirigida por Francisco de Paula Meneses (1811-1857); a 2ª. fase, por Nicolau Midosi (1838-1889); a 3ª fase, por José Veríssimo (1857-1916).

50 Na *Revista Brasileira* não há registro de «poema inédito» de Machado de Assis, com o título «A devassa». O que foi publicado no referido periódico, em 15 de outubro de 1879, foi o poema «A assuada" (14 estrofes, 308 versos), inspirado na obra *Anais do Rio de Janeiro* (1835), de Baltazar da Silva (1761-1840), segundo a advertência de Machado de Assis. Essa advertência também destaca que o poema havia sido escrito há alguns anos e permanecia inédito até aquele momento. Invoca, ainda, o nome de José de Alencar, autor de *O Garatuja* (1873), que trata do mesmo assunto, embora Machado de Assis tenha substituído a crônica histórica pelo poema herói-cômico.

51 *Demandistas*, tradução em verso alexandrino, da comédia *Les plaideurs*, de Racine. Essa tradução, perdida e jamais encenada, foi composta por Machado de Assis, em 1876.

52 A tradução de Machado de Assis da comédia *O barbeiro de Sevilha,* de Beaumarchais, foi representada, pela primeira vez, no Teatro Ginásio, do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1866. Essa tradução está perdida.

53 A peça *Suplício de uma mulher,* drama em três atos, de Émile de Girardin e Dumas Filho, foi representada, pela primeira vez, no Ginásio Dramático, pela Companhia Furtado Coelho, em 30 de setembro de 1865. A peça foi publicada em *Teatro*, Machado de Assis (1937), organizada pela editora Jackson. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, 1937.
54 Em carta expedida de Londres, em 12 de abril de 1905, Joaquim Nabuco informa Graça Aranha que colheu um ramo do carvalho de Tasso, ficando o destinatário encarregado de oferecê-lo, em nome da Academia Brasileira de Letras, a Machado de Assis. A sessão solene da entrega dessa lembrança coincidiu com a recepção de Sousa Bandeira na noite de 11 de agosto de 1905.
55 A obra de Sílvio Romero referida tem por título *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira* (1897).
56 ROMERO, 1897: 297.
57 ASSIS, 1881: 26-34.
58 Não localizado.
59 BARREIROS (1880: 128); BARREIROS [ABDIEL] (1881: 40).
60 BARREIROS (1893: 0-11).
61 Não localizado.
62 O capítulo XXXI, «A borboleta preta», de *Memórias póstumas*, foi publicado no *Novo Almanaque*, na edição de 1914 (CHAVES, 2009: 59).

Referências bibliográficas

ASSIS, Machado de (1861) – *Desencantos*, *fantasia dramática*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito.

ASSIS, Machado de (1863) – «O caminho da porta, comédia em um ato». In: *Teatro,* v. I. Rio de Janeiro: Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, p. 1-42.

ASSIS, Machado de (1863) – «O protocolo, comédia em um ato». In: *Teatro,* v. I. Rio de Janeiro: Tipografia do *Diário do Rio de Janeiro*, p. 43-84.

ASSIS, Machado de (1864) – *Crisálidas.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1864) – *Quase ministro, comédia em um ato.* Rio de Janeiro: Editor Serafim José Alves.

ASSIS, Machado de (1866) – *Os deuses de casaca*, *comédia em um ato*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico.

ASSIS, Machado de (1870) – *Contos fluminenses*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1870) – *Falenas.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1872) – *Ressurreição*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1873) – *Histórias da meia-noite*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1874) – *A mão e a luva*. Rio de Janeiro: Editores Gomes de Oliveira & Cia, Tipografia do Globo.

ASSIS, Machado de (1875) – *Americanas.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1876) – *Helena*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (pseud. Eleazar) (1878) – «Cão de lata ao rabo». *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro, 9 abr.

ASSIS, Machado de (1878) – *Iaiá Garcia*. Rio de Janeiro: Tipografia do *Cruzeiro*.

ASSIS, Machado de (1881) – *Memórias póstumas de Brás Cubas* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

ASSIS, Machado de (1881) – *Tu só, tu, puro amor...*. Rio de Janeiro: Lombaerts editor.

ASSIS, Machado de (1882) – *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C.

ASSIS, Machado de (1884) – *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1891) – *Quincas Borba*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

ASSIS, Machado de (1899) – *Dom Casmurro*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

ASSIS, Machado de (1901) – *Ocidentais*. In: *Poesias completas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, p. 289-361.

ASSIS, Machado de (1904) – *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

ASSIS, Machado de (1906) – «Não consultes médico, comédia em um ato». In: *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: H. Garnier, p. 167-210.

ASSIS, Machado de (1906) – «Lição de botânica, comédia em um ato». In: *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: H. Garnier, p. 211-264.

ASSIS, Machado de (1908) - *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: H. Garnier.

ASSIS, Machado de (1937) – «Um cão de lata ao rabo». In: *Páginas recolhidas*. Rio de Janeiro: Jackson, p. 237-247.

ASSIS, Machado de (1937) – *Teatro.* In: *Obra completa.* Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: Editora Jackson.

BARBOSA, Rui (1908) – «O adeus da Academia a Machado de Assis». In: Rui BARBOSA. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, v. XXXV, t. 1, p. 135-140.

BARREIROS, Artur (1880) – «Machado de Assis». *A Estação.* Rio de Janeiro, ano IX, n. 12, 30 jun., p. 128.

BARREIROS, Artur (pseud. Abdiel) (1881) – «Bibliografia. *Memórias póstumas de Brás Cubas,* por Machado de Assis.» *A Estação.* Rio de Janeiro, ano X, n. 4, 28 fev., p. 40.

BARREIROS, Artur (1893) – «Machado de Assis». *O Álbum.* Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, jan., p. 9-11.

CHAVES, Vania Pinheiro (2009) – «A homenagem do *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* a Machado de Assis por ocasião do seu falecimento». *Navegações*, Porto Alegre, v. 2, n.º 1, p. 57-67. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/navegacoes/article/view/5130. Acesso em nov. 2024.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas (2008) – «O impacto da obra de Machado de Assis sobre as concepções de romance». *Machado de Assis em linha*, São Paulo, ano I, n.º 1, p. 29-39. Disponível em: https://machadodeassis.fflch.usp.br/node/9. Acesso em nov. 2024.

«Machado de Assis» (1909) – *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1910.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 5-32.

MOREIRA, Maria Eunice (2007) – «Relações ambíguas: a recepção dos românticos brasileiros pela crítica portuguesa do século XIX». *Revista TriceVersa*. Assis, v. 1, n.º 1, p. 35-44. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www2.assis.unesp.br/cilbelc/triceversa/publicacao/ed1/mariaeunicemoreira.pdf. Acesso em nov. 2024.

QUEIRÓS, Juliana Maia de (2013) – «Brasil e Portugal: relações transatlânticas e literárias no século XIX». *Polifonia*, Cuiabá, v. 20, n. 28, p. 189-203. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1674. Acesso em nov. 2024.

ROMERO, Sílvio (1897) – *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira.* Rio de Janeiro: Laemmert & Editores.

SALLA, Thiago Mio (2017) – «Ecos da *Belle Époque* brasileira em Portugal: a recepção de Coelho Neto em terras portuguesas»*. Anais da XV ABRALIC*, UERJ, p. 1120-1131. Disponível em Chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://abralic.org.br/anais/arquivos/2017_1522155103.pdf. Acesso em nov. 2024.

SOUSA, Galante de (1955) – *Bibliografia de Machado de Assis.* Rio de Janeiro: INL.

Sílvia Maria Azevedo
UNESP/Assis

RAYMUNDO CORRÊA

Raimundo Correia

Todos os anos, quando o vicejante maio, na pompa de todas as suas flores, nos apresenta as suas despedidas, ao darmos por concluída a composição da *Parte literária* do nosso *Almanaque*, uma dolorosa tarefa nos espera: a de percorrermos o rol dos grandes escritores mortos, quer em Portugal, quer no Brasil, durante o espaço que medeia de um volume a outro do nosso modesto anuário, para escolhermos aquele que, por um motivo ou por outro, melhor convenha celebrar nestas páginas iniciais de homenagem.

Anos há em que essa lista mortuária, que vamos organizando segundo o acaso ordena, nos traz, na sua sumária brevidade, a consoladora certeza de continuarem vivendo para sua glória e nosso deleite os talentos que mais admiramos.

Noutros anos, porém, o nosso *memorandum*, cheio de nomes e datas, dá-nos de súbito, ao olharmo-lo, a tristeza confrangedora de constatarmos que a morte impiedosamente defraudou às cegas as forças intelectuais dos dois países irmãos.

Este ano decorrido, desde maio de 1911 até à data em que escrevemos, foi, há que confessá-lo, lutuosamente funesto pata a intelectualidade brasileira.

Três grandes nomes de desaparecidos a todos ocorrerão: o Barão do Rio Branco, Raimundo Correia, Araripe Júnior.

Entre estes três mortos ilustres tinha, portanto, de debater-se a nossa escolha. A quem consagraríamos esta biografia do *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, se todos sobejos direitos tinham a ela?

A morte do Barão do Rio Branco[1], representando uma perda incalculável para a sua pátria e um autêntico luto para a diplomacia universal, impunha-nos quase a obrigação de o comemorarmos no lugar de maior destaque.

O enorme prestígio da sua colossal figura, no entanto, residindo primacialmente na sua imorredoura e fecundíssima obra de estadista, nos seus excepcionalíssimos dotes de diplomata, furtava-o por esse lado – apesar de ele haver sido também, com subida distinção, um

homem de letras – à categoria marcadamente literária ou artística dos vultos desta galeria liminar do *Lembranças.*

Ficavam-nos assim Araripe Júnior e Raimundo Correia; e, por muito valiosos que fossem os méritos críticos do primeiro, ninguém se atreverá a negar a superioridade do segundo, um dos mais autênticos e admiráveis poetas de toda a literatura brasileira.

A Raimundo Correia, por conseguinte, resolvemos dedicar este ano as nossas primeiras páginas.

Em todo o caso, tratando-se de individualidades tão salientes, não queremos deixar de esboçar aqui alguns traços biográficos de Rio Branco e Araripe Júnior, antes de falarmos do poeta delicadíssimo das «Pombas»[2].

*

O Barão do Rio Branco, Dr. José Maria da Silva Paranhos Júnior, nasceu no Rio de Janeiro a 20 de abril de 1845, sendo filho primogênito do Visconde do Rio Branco, notável estadista.

Muito novo ainda, matriculou-se no Colégio Pedro II, obtendo ao cabo de sete anos a sua carta de bacharel em letras.

Pouco depois, partiu para São Paulo, onde frequentou até ao quarto ano a Academia de Direito, indo concluir a sua formatura em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife.

Em São Paulo, começou colaborando em vários jornais, e com vinte e dois anos apenas, fez a sua primeira viagem à Europa, demorando-se um ano.

Tornado ao Brasil em 1868, foi nomeado professor interino de Corografia e História, no mesmo Colégio D. Pedro II, de que fora aluno, desempenhando pouco tempo esse lugar, por ter sido escolhido para Promotor Público em Nova Friburgo, cargo que também teve de abandonar quase em seguida à nomeação, para ir ao Rio da Prata e ao Paraguai, como secretário da missão especial de que era chefe seu pai, o Visconde do Rio Branco.

Ainda nesse ano, em 1869, foi eleito deputado pelo Partido Conservador, tomando assento no parlamento como representante

da província de Mato Grosso, e fundando um diário da tarde, *A Nação*[3], para defender o ministério presidido por seu pai e apoiar o projeto da chamada «libertação do ventre escravizado», sancionado finalmente a 28 de setembro de 1881[4].

Antes desta data, porém, deixara o Barão do Rio Branco pela segunda vez a sua pátria, em vista de ter sido nomeado, em 1876, Cônsul Geral em Liverpool. Nas horas que esse lugar lhe deixava livres, consagrou-se Rio Branco a profundos estudos sobre a história e a geografia do Brasil, preparando-se para escrever a sua *História militar do Brasil*[5], e elaborando a tradução da obra do alemão Schneider[6]: *História da guerra da Tríplice Aliança*, bem como outros trabalhos literários, como notas biográficas, *Efemérides*[7], enciclopédias científicas[8] etc.

Como cônsul do Brasil em Inglaterra, demorou-se Rio Branco largo tempo na Europa, tendo desempenhado serviços de suma importância, como o de Comissário na Exposição Internacional de São Petersburgo.

Com o advento da Republica, a 15 de novembro de 1889, foi Rio Branco nomeado para Paris, como superintendente dos serviços de emigração para o Brasil, em substituição do conselheiro Dr. Antônio Prado, que os organizara, e se demitira.

Mais tarde, falecendo em Washington o barão de Aguiar de Andrade, que lá se encontrava como presidente da missão especial incumbida de defender os direitos do Brasil na questão dos limites com a República Argentina, submetida pelas duas nações à arbitragem do Presidente Cleveland, vai Rio Branco substituí-lo, escrevendo então a sua célebre *Memória brasileira*[9], em reivindicação dos direitos da sua pátria, e conseguindo com a sentença arbitral de Cleveland, lavrada a 5 de fevereiro de 1895, em Washington, uma das suas mais ruidosas e assinaláveis vitórias – vitória que assegurava ao Brasil o domínio definitivo de trinta mil seiscentos e vinte e dois quilômetros quadrados de território contestado, e marcava a triunfal conclusão da velha e debatida questão das Missões[10].

Logo a seguir a essa, foi Rio Branco designado para a melindrosa tarefa de resolver uma outra importante questão de delimitação

de fronteiras: desta vez com a Guiana Francesa, trabalho em que o insigne diplomata mostrou novamente todo o seu valor. Assente entre os governos do Brasil e da França um tratado de arbitragem, cujas negociações se protelaram desde julho de 1895 a abril de 1897, com incidentes vários dentro da zona contestada, do Araguari ao Oiapoque, e que foi por fim firmado no Rio de Janeiro a 10 de abril de 1897, sendo escolhida a Suíça como árbitro na pendência, Rio Branco é nomeado enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial junto ao Governo Suíço, partindo em 1898 para Berne[11], onde apresentou a sua célebre *Memória brasileira*[12], sobre o caso a debater, graças à qual, por sentença lavrada a primeiro de dezembro de 1900, eram reconhecidos os direitos alegados pelo Brasil, que assim entrava na posse segura, e há dois séculos controversa, de duzentos e sessenta mil quilômetros quadrados de território.

Concluída essa missão, com imperecível lustro do seu nome, foi Rio Branco escolhido para ministro plenipotenciário em Berlim, de onde, chamado pelo novo presidente Dr. Rodrigues Alves[13], passou a ocupar o importantíssimo cargo de Ministro das Relações Exteriores no gabinete do Rio de Janeiro, cargo que desfrutou até morrer, e no desempenho do qual são imensos os serviços que prestou ao seu país, bastando citar como mais salientes: tratado de Petrópolis, de 21 de novembro de 1903, que assegurou ao Brasil a posse efetiva do território do Acre, em troca de certas concessões à Bolívia; a criação de um cardinalato brasileiro; o *modus-vivendi* com o Peru[14]; os tratados com a Holanda e com o Equador[15]; as negociações com a Colômbia[16]; a reforma de todos os serviços do seu ministério; e, seu último triunfo, o tratado com o Uruguai, a propósito da lagoa Mirim e do rio Jaguarão[17].

Como Ministro das Relações Exteriores, faleceu, coberto de glória e chorado por todos os seus patrícios, a 10 de fevereiro de 1912, tendo sido imponentíssimos os seus funerais e geral a consternação das chancelarias de todo o mundo culto.

*

O Dr. Tristão Araripe Júnior[18], Consultor Geral da República, e, como o Barão do Rio Branco, membro da Academia Brasileira de Letras, falecido no Rio de Janeiro a 29 de outubro de 1911, nascera na cidade de Fortaleza (Estado do Ceará) a 27 de junho de 1848, sendo filho do Conselheiro Tristão de Alencar Araripe[19] e de sua esposa D. Argentina de Alencar Araripe.

Tendo-se formado em Direito na Faculdade do Recife em 1869, exerceu sucessivamente os cargos de Secretário na antiga Província de Santa Catarina, Juiz Municipal em Maranguape, Deputado Provincial do Ceará e Diretor Geral da Secretaria do Interior.

Magistrado meticuloso e exemplar, foi como escritor que ele mais salientou o seu nome, tendo marcado a sua passagem pela literatura brasileira com os seguintes trabalhos: *O ninho do beija-flor*, *O reino encantado, Jacira e Marabá, Miss Kate,* publicado com o pseudônimo de Cosme Velho, *O cajueiro do Fagundes, José de Alencar*, *Gregório de Matos*, *Retrospecto literário*, *A função normal do terror nas sociedades cultas, Diálogos das grandezas do Brasil, Ibsen* e *O morcego*, romance em preparação[20].

Romancista fecundo, dispondo de um estilo um tanto arrevesado, mas muito seu, foi como crítico que ele mais original e superiormente se evidenciou.

*

Gizadas assim, em quatro breves traços, as figuras do Barão do Rio Branco e de Araripe Júnior, eis-nos a contas com outro morto ilustre do Brasil: Raimundo Correia, um dos vultos maiores da poesia americana.

Raimundo Correia nasceu no mar. Viu a luz do mundo em 13 de maio de 1860, a bordo do vapor *São Luís*, quando este navegava na Baía de Mogúncia, a um tiro de peça das costas do Maranhão.

Seu pai, um magistrado distintíssimo, destinou-o à carreira jurídica, tendo Raimundo Correia frequentado a Universidade de

São Paulo em companhia de Assis Brasil[21], o autor da *República Federal* e da *História da República Rio-Grandense*, de Teófilo Dias[22], o exuberante poeta dos *Cantos tropicais*, das *Fanfarras* e da *Comédia dos Deuses*, de Augusto Lima[23], o cantor profundo dos *Símbolos* e das *Contemporâneas*, de Afonso Celso[24], o penetrante observador das *Notas e ficções*, de Valentim Magalhães[25], o cintilante cronista, de Alcides Lima[26], Pedro Lessa[27], etc.

Do que Raimundo Correia foi como estudante, dizem-no algumas páginas do seu camarada Valentim Magalhães, arquivadas no seu volume *Escritores e escritos*, e que por nos parecerem sobremodo valiosas para a obscura e pouco contada biografia do poeta das *Sinfonias*, transcreveremos aqui:

> Quem o vir em uma sala ou em um café, silencioso, sentado a um canto, fumando nervosamente, tremelicando a perna, abstrato, esquecido, quieto, alheio ao que se diz e ao que se passa, tomá-lo-á por um inútil, talvez por um tolo.
>
> Ninguém desconfiará sequer do extraordinário poder de observação, da perspicácia agudíssima, da enorme força de retentiva do seu espírito.
>
> Mas os seus olhos não iludiriam Lavater[28].
>
> Raimundo quase nada lê; e o pouco que lê é pelas casas dos amigos, nos cafés, nas livrarias, na rua, nos escritórios das folhas. Ele chega com o seu andar cadenciado e rápido, fumando sempre, estende-nos a mão com um monossílabo, senta-se, olha-nos em silêncio, com os seus olhinhos vivos e penetrantes, depois levanta-se, pega no primeiro livro que encontra, abre-o ao acaso e põe-se a ler... De repente fecha-o, solta outro monossílabo, sorri-se um pouco se nos rimos, toma o chapéu, reacende o cigarro, e aí vai ele, com uma pressa extraordinária, a fazer o mesmo em casa de outro amigo.
>
> Escreve como escreviam Gérard de Nerval[29] e Guilherme de Azevedo[30]; a um canto de mesa, em silêncio, enquanto os outros riem e conversam.
>
> Assim é que se explica o avultado número de traduções que traz o seu livro, e que fez espécie ao ilustre autor do *Brás Cubas*: – Em toda a parte onde encontra um livro de versos franceses, ingleses ou espanhóis e um lápis, ele traduz logo uma das peças do

livro, ao acaso, sobre a folha em branco de uma carta. Depois fecha o volume, mete no bolso a tradução e vai-se embora.

O que ele uma vez leu jamais esquece. Em trinta dias decorou o compêndio de geometria do conselheiro Ottoni[31], inteirinho, com todos os lemas, teoremas, corolários, demonstrações e as próprias letras das figuras. Levou-o a isso o não ter dinheiro para tomar um explicador.

Raimundo foi um famoso vadio. À proporção que se aproximava a época dos *atos* acadêmicos[32], agravava-se-lhe o misantropismo e aumentava a conta no cigarreiro. Um mês antes do dia fatal, passava as noites em casa de três ou quatro colegas de ano, estudando com eles, decorando textos de lei, citações, opiniões de autores. Na véspera do dia fatal, Raimundo tocava o cúmulo do nervosismo; parecia que iam enforcá-lo no dia seguinte. Apenas sentado à mesa do exame, o seu primeiro cuidado era descarregar sobre a cabeça dos lentes uma fuzilaria tremenda de textos latinos ou de parágrafos das *Ordenações*[33].

Raimundo quase nunca dormia nas casas em que *morava*. Mudava-se todos os meses; cousa escusada, porque à casa nova ele apenas voltava para jantar um dia ou outro, ou para mudar-se de novo.

Note-se, porém, que pagava pontualmente, ainda que com sacrifício, as suas *pensões*.

Uma vez, Raimundo entrou-me em casa**,** consternado, trêmulo, torturado: julguei que teria uma síncope.

Nós redigíamos por esse tempo um pequeno hebdomadário de caricaturas.

– Não sabes o que me acaba de acontecer! – exclama ele, arquejando. Ah! Isto mata-me.

Depois de muitas perguntas, explicou a *desgraça*: – O desenhista da folha e o impressor haviam ido à casa de uns amigos, onde ele estava, dizer-lhe que faltava matéria. E a folha devia ser distribuída no dia seguinte, pela manhã...

– Escreveste, não?...

– Só tive tempo de fazer uns versos e correr para aqui. Mas não imaginas que choque, que impressão!...

Raimundo sentia dificuldade em escrever prosa. Por isso até as próprias cartas para a família ele as fazia em verso, para andar mais depressa.

Tinha ratices[34] extraordinárias, que lembram muitas de João de Deus. Houve um tempo em que Raimundo andava desesperado por comprar um chapéu novo; o que trazia estava na realidade lastimável.

Afinal chegou-lhe o dinheiro e ele comprou um belo chapéu novo, comprou-o à minha vista e de outros amigos. Embrulhou-o e levou-o para casa. Chegado aí, atirou-o a um canto e continuou a usar do velho, por muito tempo.

– Não posso! tenho-lhe amizade; dizia-nos ele, mirando o chapéu, quando lhe perguntávamos porque não o punha fora.

Outra vez, ao atravessar a rua, caiu-lhe o tacão de um dos botins. Raimundo não se perturbou, entrou em um corredor e arrancou o tacão restante.

O nosso poeta ia às aulas todos os dias, como ia ao correio, ao café, à nossa casa. Mas nunca, absolutamente nunca, ele conseguiu ouvir uma preleção. Sentado no banco da *música*, bem defronte do professor, acompanhava com os olhos atentamente tudo quanto ele dizia e fazia, aprovava com a cabeça convictamente, rindo-se quando ele se ria, dando sinais evidentes de uma aplicação extraordinária, mas não ouvia nada, inteiramente nada: fazia versos, que vinha escrever cá fora, na primeira ponta de mesa que encontrava.

Nunca fez nem nunca ouviu um discurso. Detesta a atenção forçada, a imobilidade obrigatória.

Goza uma saúde de ferro e imagina que sofre do coração, do fígado e do baço; mas tem uma convicção profunda: – que não morre tísico. Adora as crianças e desconfia das mulheres. É afeiçoadíssimo à sua família e aos seus amigos, mas aborrece-se com a companhia de estranhos. Tem um inimigo feroz implacável, tétrico: – o seu temperamento. Ele próprio retratou-se admiravelmente nesta frase de uma das cartas que me tem escrito: «Tenho poucos, mas sinceros afetos. Vivo para cultivá-los e exagerá-los».[35]

Vindo para São Paulo, em 1877, Raimundo Correia obteve a sua carta de formatura em direito em 1882.

Já no Colégio Pedro II, que frequentou, Raimundo Correia fazia versos, tendo publicado em 1879, aos dezanove anos, o seu primeiro livro, *Primeiros sonhos*, do qual Machado de Assis, na «Introdução» das *Sinfonias*, escreveu:

> Esse livro, *Primeiros sonhos*, é uma coleção de ensaios poéticos, alguns datados de 1877, versos de adolescência, em que, não Hércules menino, mas Baco infante, agita no ar os pâmpanos, à espera de crescer para invadir a Índia. Não posso dizer longamente o que é esse livro; confesso que há nele o cheiro romântico da decadência, e um certo aspecto flácido; mas tais defeitos, a mesma afetação de algumas páginas, a vulgaridade de outras, não suprimem a individualidade do poeta, nem excluem o movimento e a melodia da estrofe.[36]

Sinfonias, publicado no Rio de Janeiro de 1883, foi a primeira pedra na consagração definitiva de Raimundo Correia. São desse livro formoso algumas das suas produções mais divulgadas e imorredouras, como «As pombas», «Plena nudez», e este maravilhoso «Mal secreto», que Machado de Assis destacava no prólogo:

> **Mal secreto**
>
> Se a cólera que espuma, a dor que mora
> Na alma, e destrói cada ilusão que nasce,
> Tudo o que punge, tudo o que devora
> O coração, no rosto se estampasse.
>
> Se se pudesse o espírito que chora,
> Ver através da máscara da face.
> Quanta gente, talvez, que inveja agora
> Nos causa, então piedade nos causasse!
>
> Quanta gente que ri, talvez, consigo
> Guarda um atroz, recôndito inimigo,
> Como invisível chaga cancerosa!
>
> Quanta gente que ri, talvez existe,
> Cuja ventura única consiste
> Em parecer aos outros venturosa![37]

Nos seus primeiros ensaios literários, manifestara Raimundo Correia uma acentuada influência romântica, em que, misturando-se

à chorosa tristeza de Casimiro Abreu, apareciam no entanto um puro sabor de linguagem muito castilhiano[38] e uma certeza de métrica infalível, que Valentim de Magalhães notou nestes dizeres: «Posso mesmo jurar que nunca em sua vida Raimundo errou um verso»[39], e acrescentando mais adiante:

> Quando Raimundo chegou a São Paulo, em 1877, levava um livro de cor e um poeta no coração: – As *Primaveras*[40], e António Feliciano de Castilho**.** Adorava o poeta do *Amor e melancolia*; defendia-o com respeito e entusiástica admiração contra quem o acusasse de maçador e de choramingas.
>
> Em Casimiro de Abreu, cuja índole, tristonha e contemplativa, parecia-lhe irmã da sua, em Casimiro aprendeu a receita para meter em verso, em molho de lágrimas, as suas mágoas e as do próximo.
>
> Com o irradiante cego dos *Ciúmes do bardo*, afeiçoou-se à forma pura e perfeita; com ele aprendeu todos os segredos e delicadezas da «mão-de-obra».[41]

Convidado a responder ao curioso inquérito organizado há anos pelo ilustre jornalista brasileiro Paulo Barreto (*João do Rio*), e depois arquivado no seu livro *O momento literário*, Raimundo Correia teve ocasião de nos elucidar, ele também, sobre os seus princípios, confessando o quanto a sua arte do começo deve a alguns clássicos:

> Na velha Livraria Clássica Portuguesa dos irmãos António e José Castilho[42], achará V. os dois escritores de minha predileção na meninez: o prosador Manuel Bernardes[43] e o poeta Bocage. Mas a verdade é que naquele apanhei um tremendo pavor de inferno, que me fez sonhar muitas noites com o diabo, e que, no segundo, só me deleitaram os ligeiros epigramas aos médicos e as redondilhas satíricas à estanqueira de Loreto. Ainda me lembra esta fácil quadrinha:
>
> Domingo 2 do corrente
> Fez-se pela vez primeira
> O brinco dos cavalinhos
> Na testa da estanqueira.[44]

> Também para mim, o fazer versos não passava então de uma brincadeira, de um meio cômodo e inofensivo de gracejar com os camaradas da mesma idade. Só depois é que os outros me levaram a tomar isto mais a sério.
>
> Em Cabo Frio, onde passei, além de uns restos da infância, toda a minha adolescência, foi que li pela primeira vez, à beira-mar, a epopeia marítima de Camões. Da direção que o autor dos *Lusíadas* e outros clássicos portugueses teriam dado talvez ao meu espírito, foi este desviado mais tarde pela leitura dos autores nacionais e contemporâneos e, sobretudo, de alguns poetas franceses de grande voga, – Hugo e Gautier, por exemplo. Por muito tempo, oscilei entre estes dois. Se um parecia desobrigar-me de ter maior fôlego, o outro parecia desculpar-me de não ser menos imperfeito. Não me pude gabar nunca de lhes conhecer a obra inteira; mas do pouco que fiz, muito lhes devo. E não vou além, neste assunto, porque os escritores, por mais pequenos que sejam, incorrem sempre na pecha de grandes mentirosos, quando falam de si.[45]

Ao livro *Sinfonias*, seguiu-se um outro, *Versos e versões*, após o qual publicou Raimundo Correia mais um volume: *Aleluias*, editado no Rio de Janeiro, em 1891, e compreendendo poesias escritas de 1888 a 1890.

«As esplêndidas *Aleluias*»[46] – como lhe chamou o seu prefaciador Afonso Celso – abrem com esta magnífica composição, que é quase uma profissão de fé do poeta, para quem se poderia empregar a frase de cantor da *alegria triste de viver*:

> Viver! Eu sei, que a alma chora,
> E a vida é só dor ingrata,
> Pranto, que a não alivia,
> Olhos, que o estão a verter...
> Sofra o coração, embora!
> Sofra! Mas viva! Mas bata
> Cheio, ao menos, da alegria
> De viver, de viver![47]

Primeiros sonhos, *Sinfonias*, *Versos e versões* e *Aleluias* constituem rigorosamente toda a bagagem literária de Raimundo Correia,

sem falar da sua colaboração dispersa por diferentes jornais e de algumas suas poesias cômicas ou satíricas, de que daremos para exemplo estes *triolets*[48], dedicados ao Dr. Rosendo Moniz Barreto, autor dos *Favos e travos*:

Amor que passa

Maria, amar-te, pensando
Do meu amor ver-te escrava;
Pensar que te possuí;
E depois perder-te, quando
Pensei, como já pensava
Que era bem senhor de ti;

Perder, Maria, os teus beijos
Desejados, não lograr
Satisfazer mil desejos
E o que há de mais a desejar;

Deixar de ver o teu rosto;
Deixar de te ouvir o carme
Da voz cheia de paixão...
Foi tudo um cruel desgosto;
Mas afogar-me, enforcar-me,
Matar-me por isso, não!

Termo não pus aos meus dias,
Causasse-te embora dó;
No mundo há muitas Marias
E eu tenho uma vida só...[49]

Depois das *Aleluias*, Raimundo Correia, absorvido pelos seus afazeres de magistrado, apenas consentiu em publicar, com o título *Poesias*, uma edição portuguesa dos seus versos[50].

O livro *Poesias*, que já conta três edições, é uma seleção de toda a produção poética de Raimundo Correia, em que figuram, no entanto, algumas composições inéditas de altíssimo mérito, como «A Ave-Maria» e «Plenilúnio», que não resistimos ao prazer de copiar:

A Ave-Maria

Ave-Maria! Enquanto nas campinas
As *boas-noites* abrem, misteriosas
Bocas exalam no ar frases divinas,
Como suave emanação as rosas...

Ó noivas do infortúnio lacrimosas,
Crianças loiras, mórbidas meninas,
Órfãs de lar e beijos, que, piedosas,
Ergueis ao céu as magras mãos franzinas!

Quando rezais, às horas do sol-posto,
A Ave-Maria assim, no azul parece
Sorrir-se a Virgem Mãe aos desvalidos;

Nossa Senhora inclina um pouco o rosto
Para escutar melhor tão meiga prece,
Hino tão doce e grato aos seus ouvidos.[51]

Plenilúnio

Além dos ares, tremulamente,
Que visão branca das nuvens sai!
Luz entre as franças, fria e silente;
Assim nos ares, tremulamente,
Balão aceso, subindo vai...

Há tantos olhos nela arroubados,
No magnetismo do seu fulgor!
Lua dos tristes e enamorados,
Golfão de cismas fascinador!

Astro dos loucos, sol da demência,
Vaga, noctâmbula aparição!
Quantos, bebendo-te a refulgência,
Quantos por isso, sol da demência,
Lua dos loucos, loucos estão!

Quantos à noite, de alva sereia
O falaz canto na febre a ouvir,
No argênteo fluxo da lua cheia,
Alucinados se deixam ir...

Também outrora, num mar de lua,
Voguei na esteira de um louco ideal;
Exposta aos euros a fronte nua,
Dei-me ao relento, num mar de lua,
Banhos de lua que fazem mal.

Ah! quantas vezes, absorto nela,
Por horas mortas postar-me vim
Cogitabundo, triste, à janela,
Tardas vigílias passando assim!

E assim, fitando-a noites inteiras,
Um disco argênteo na alma imprimi;
Olhos pisados, fundas olheiras,
Passei fitando-a noites inteiras,
Fitei-a tanto, que enlouqueci!

Tantos serenos tão doentios,
Friagens tantas padeci eu;
Chuva de raios de prata frios
A fronte em brasa me arrefeceu!

Lunárias flores, ao feral lume,
– Caçoilas de ópio, de embriaguez –
Evaporavam letal perfume...
E os lençóis de água, do feral lume
Se amortalhavam na lividez...

Fúlgida névoa vem-me ofuscante
De um pesadelo de luz encher,
E a tudo em roda, desde esse instante,
Da cor da lua começo a ver.

E erguem por vias enluaradas
Minhas sandálias chispas a flux...

Há pó de estrelas pelas estradas...
E por estradas enluaradas
Eu sigo às tontas, cego de luz...

Um luar amplo me inunda, e eu ando
Em visionária luz a nadar,
Por toda a parte, louco arrastando
O largo manto do meu luar...[52]

Foi o finado escritor e dramaturgo D. João da Câmara[53] quem apresentou ao público português o livro *Poesias*, e, no prólogo que para esse volume escreveu, traçou um delicioso quadro da arte do poeta que o assinava:

> É um livro de retalhos e é um livro completo; é o romance do poeta, é a história de um coração. Este lhe deu unidade e, com esta, um sempre idêntico, levantado sentimento artístico. Livro de novidade e livro de saudades. O sorriso de ontem e as lágrimas de hoje cantam um mesmo amor.
>
> No ponto de tangência de dois sentimentos diversos o sonhador hesita e escreve o «Renascimento». Surja-se à vida! Abra-se o espírito à procura de nova luz! Bata-lhe o sol alegremente! Vamos a erguer a pedra pesada e fria, e, das trevas do sepulcro voemos para a floresta, para o mar, pelo azul afora, desfolhando as derradeiras pétalas duma ilusão:
>
> Venha, após tanta lágrima bebida
> E tanto fel provado, a doce e branda
> Alegria, em que a murcha flor se expande
> Do sorriso, e eu de novo surja à vida!
>
> De novo em festas, gárrula e florida,
> A alma se rasgue inteira – ampla varanda
> Escancarando de uma e de outra banda
> Ao fresco e à luz, de alegre sol batida...
>
> Parta a loisa ao sepulcro que a devora,
> E, livre assim dessa mortal tristeza,
> Desfeita em hinos, vá pela floresta...

Vá pelo mar... vá pelo azul afora...
Derramando por toda a natureza
O pouco de ilusões que inda me resta.[54]

Mas os bons tempos de vez passaram, e eles não voltam, como voltam as pombas aos pombais.

Como luz que bruxuleia em brumas, mal lembram as *primeiras vigílias*, as misteriosas e ainda mal definidas melodias, que o amor feriu, hesitante, nas cordas da alma.

Já os ouvidos são mudos ao *poema da noite,*

que o firmamento
Desdobra todo em letras de ouro escrito.[55]

Há que tempos disse o bom prior aquela *missa da ressurreição*, a que os dois amantes faltavam, distraídos com o céu de abril, as flores do campo, os pássaros, que voavam, o sol que nascia, o céu todo cheio de aleluias, a terra de cânticos e perfumes!

Ainda o bem está presente, e um primeiro cabelo branco, uma melancolia de outono trazem-nos um travo amargo de saudade que se adivinha.

E em vez dos frutos de ouro que há nos ramos
Antes, querida, vissem nossos olhos,
As flores que eram berços desses frutos.[56]

As ilusões sumiram-se como um bando de pombas brancas na luz do poente ainda ofuscando os olhos.

O sino badala no ar frio. Ave-Marias. O adeus à mocidade é triste como o soar das trindades.

A noite desce sobre os campos extensos e assim desce sobre as almas, quando os olhos se fecham cansados de muito ver, às vezes de muito chorar.

E ele canta as *peregrinas*:

Iam atrás de uma ilusão, de um ninho,
De uma nuvem, de um eco... e, já prostradas,
Vejo-as todas em meio do caminho.

Chora-as o sol das mesmas alvoradas,
E ei-las dormindo, ao capitoso vinho
Dessas lágrimas de ouro embriagadas.[57]

A dor é uma herança triste do poeta.

Quando ele nasce, a própria mãe ergue contra Deus os punhos cerrados e impreca-o; se mostra uma alegria, cantando como o pássaro na floresta, chora o seu anjo da guarda; cospem-lhe os amigos; sujam-lhe com cinza o pão com que há de matar a fome, o vinho com que vai dessedentar-se.

Mas, por consoladora ironia, chama-se «Bênção», o primeiro poema das *Flores do Mal*[58].

O poeta ergue, sereno, para o céu, os olhos maravilhados, os braços piedosos, o espírito lúcido.

Soyez béni, mon Dieu, qui donnez la souffrance
Comme un divin remède à nos impuretés
Et comme la meilleure et la plus pure essence
Qui prépare les forts aux saintes voluptés![59]

Os poetas têm asas brancas nas almas de enorme envergadura.

Envole-toi bien loin de ces miasmes morbides,
Va te purifier dans l'air supérieur,
Et bois, comme une pure et divine liqueur,
Le feu clair qui remplit les espaces limpides.[60]

Nas «Harmonias de uma noite de verão»[61] conta-nos Raimundo Correia todo um diálogo passado na própria alma, drama em que falam saudades, esperanças, temores, consolações. A poesia torna-se um refúgio até quando horrorosamente nos dói

A alma-esponja de lágrimas e fel.[62]

Em meio das traições, das tramas urdidas, dos punhais acerados, hipocrisias, ódios, vícios, o poeta diz ao homem:

Ascendo, arroubo-me às imensidades,
Onde estruge a aleluia das esferas.[63]

E quantas poesias deste livro foram escritas só pelo gosto de nadar no azul, de olhos fechados para as misérias cá de baixo, encandeados pela luz puríssima, em jorros na alta nascente![64]

*

Membro da Academia Brasileira de Letras, onde ocupava a cadeira *Bernardo Guimarães*, Raimundo Correia exerceu os cargos de Promotor Público de São João da Barra; Juiz Municipal em Vassouras; Secretário do Sr. Carlos Afonso[65], presidente da então Província do Rio de Janeiro; e Diretor da Fazenda, em Minas Gerais, no governo do saudoso Dr. Afonso Pena[66].

Entrando na diplomacia, esteve como adido da legação de Lisboa, em 1889.

Extinta a classe dos adidos, voltou ao Brasil, sendo nomeado Pretor da segunda Pretoria do Rio de Janeiro, e, passando aí a Juiz de Direito de umas das varas, faleceu em Paris a 14 de setembro de 1911, e ao saber-se a triste nova da sua morte, não houve, estamos certos, quem não sentisse alvoroçar-se-lhe na memória o inquieto bando das *Pombas* do seu soneto imortal:

Vai-se a primeira pomba despertada....
Vai-se outra mais... mais outra... enfim dezenas
De pombas vão-se dos pombais, apenas
Raia sanguínea e fresca a madrugada...

E à tarde, quando a rígida nortada
Sopra, aos pombais de novo elas, serenas,
Ruflando as asas, sacudindo as penas,
Voltam todas em bando e em revoada...

Também dos corações onde abotoam,
Os sonhos, um por um, céleres voam,
Como voam as pombas dos pombais;

No azul da adolescência as asas soltam,
Fogem... Mas aos pombais as pombas voltam,
E eles aos corações não voltam mais...[67]

[Sem indicação de autor]

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1913. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1912, p. 5-32 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Raimundo Correia

O elogio inicia-se com a observação da regularidade da seção dos obituários e da sua triste obrigação de noticiar os desaparecimentos de escritores portugueses e brasileiros. Aos responsáveis pela edição para o ano de 1913, caberia tratar das mortes recentes de três brasileiros ilustres: Barão do Rio Banco, Tristão de Alencar Araripe Jr. e Raimundo Correia. Sendo os méritos do Barão principalmente os de um diplomata e estadista, a despeito do valor de suas obras publicadas e de sua colaboração em periódicos, ficaria a escolha entre Araripe Jr., que se notabilizou como crítico literário e com isso deixou em segundo plano sua obra de ficcionista, e o poeta parnasiano, que o autor anônimo do elogio julgou afinal superior ao escritor cearense por ser «um dos mais autênticos e admiráveis poetas de toda a literatura brasileira» (*NALLB*, 1913: 7).

A despeito da breve justificativa dessa escolha, o *Almanaque* não deixou de traçar esboços biográficos do diplomata e do crítico recentemente falecidos.

No caso do diplomata, relataram-se sua nobre origem familiar, sua formação escolar e acadêmica, sua primeira viagem à Europa, sua breve passagem pelo corpo docente do colégio Pedro II, sua nomeação como promotor em Nova Friburgo e sua primeira missão diplomática como assessor do pai, o Visconde do Rio Branco, na Argentina e no Paraguai. Elegendo-se depois deputado pela Província de Mato Grosso, foi também defensor no Parlamento e na imprensa da gestão de seu pai, que, nomeado Presidente do Conselho de Ministros, iria enfrentar acirradas resistências à sua Lei do Ventre Livre, primeiro e tímido passo na direção do fim da escravatura. Finalmente, o Barão do Rio Branco ingressou na *carrière* ao assumir em 1876 o cargo de Cônsul do Brasil em Liverpool. O elogio relacionou todas as gloriosas conquistas do diplomata e estadista, que solucionou velhos e novos conflitos de fronteiras com países vizinhos e com as potências europeias ainda detentoras da posse de territórios no Norte da América do Sul. Consagrou-se, de um lado, como pacifista e, do outro, como defensor intransigente dos interesses brasileiros. De Araripe Jr., forneceram-se informações essenciais sobre seu nascimento, formação acadêmica, cargos públicos e obras publicadas.

Assim, ficou reservada para Raimundo Correia a maioria das páginas da seção dos elogios fúnebres, ocupadas principalmente por transcrições. A primeira delas, colocada logo após informações sumárias sobre seu nascimento e sobre os seus contemporâneos na Faculdade de Direito em São Paulo, foi extraída do livro *Escritores e escritos* (1889), de Valentim Magalhães. Tratava-se da primeira parte, dedicada ao «homem», antes que se considerasse o «poeta», de apreciação crítica do livro *Sinfonias*, obra publicada originalmente em 1883. O trecho aproveitado pelo *NALLB* é essencialmente jocoso e vale como lembrança dos «bons tempos» de estudantes, que Magalhães compartilhou em São Paulo com o poeta, seu amigo pessoal. Estabeleceu-se, assim, no texto do anuário, um contraste entre a relação das grandiosas realizações do estadista Rio Branco e as anedotas pitorescas de um típico acadêmico de Direito, que fumava desbragadamente, mudava-se com frequência, passando indiferentemente de uma república para outra, vivia em apuros de dinheiro e, por isso, não podia dar-se o luxo de preocupar-se com o vestuário. Como aluno, seria «um vadio», que só estudava na época dos exames e, embora fosse assíduo à Faculdade e sentasse nas primeiras cadeiras, nada aproveitava das aulas por estar sempre com o espírito a vagar pelas brumas etéreas da poesia. Do aspirante a escritor, o retrato não era, porém, exatamente laudatório: quase nada lia e, quando lia, fazia leituras desencontradas e aleatórias conforme as publicações que lhe vinham à mão. Possuía ainda o costume de fazer traduções, igualmente aleatórias, de poemas de livros estrangeiros que porventura encontrasse. Envolvera-se com a redação de um periódico, que se sabe ser *A Comédia* (São Paulo, 1881-?), mas, segundo o velho amigo, seria incapaz de escrever textos em prosa. A intenção de Magalhães talvez fosse a de ressaltar a espontaneidade e a facilidade com que Correia escrevia versos que já saíam perfeitos da sua pena, mas desse modo ficava também assinalada uma certa debilidade intelectual.

Destoa também do tom reverente empregado ao tratar de Rio Branco e de Araripe Jr. a transcrição de fragmento chistoso em que Machado de Assis, ao prefaciar *Sinfonias* (1883), alude aos *Primeiros sonhos* (1879), livro de estreia de Raimundo Correia, dizendo ter sentido nele «o cheiro romântico da decadência» e encontrado

«aspecto flácido», além de páginas afetadas e vulgares, próprias de um «Baco infante»[68].

Convidar o crítico impiedoso de Eça de Queirós para prefaciar seu segundo livro foi um ato de coragem do jovem poeta, pois Machado de Assis, nas páginas da *Revista Brasileira*, fora, apenas três anos antes, rigoroso com «A nova geração», da qual exigira correção métrica e gramatical, sobriedade e contenção, entre outras qualidades escassas entre aqueles poetas[69]. O poeta das *Sinfonias* deve ter-se sentido recompensado por sua ousadia, pois, mesmo a custo dos reparos irreverentes sofridos por sua obra de estreia, conquistou, pelos méritos de seu segundo livro, um elogio que, muito embora sóbrio, era significativo por partir de quem se notabilizou por ser avaro deles:

> o Dr. Raimundo Correia não dá ainda neste livro o que se pode esperar do seu talento, mas dá muito mais do que dera antes; afirma-se, toma lugar entre os primeiros da nova geração. Estuda e trabalha. Dizem-me que compõe com grande facilidade, e, todavia, o livro não é sobejo, ao passo que os versos manifestam o labor do artista sincero e paciente, que não pensa no público senão para respeitá-lo.[70]

Ao fazer o elogio póstumo do poeta, o *NALLB* preferiu destacar a irreverência ao invés do louvor aparentemente sincero que constava do mesmo texto e não foi aproveitado.

Pode-se considerar no mínimo duvidosa a adequação dos fragmentos iniciais escolhidos pelo autor anônimo do elogio, os quais traçam retrato bem humorado de um poeta em seus verdes anos, encantador em sua indisciplina e fervores juvenis, para o elogio fúnebre de quem, em função da qualidade da obra poética realizada, deixou em aparente segundo plano ninguém menos do que Rio Branco e Araripe Jr.

Depois desse início equívoco, o elogio, com nova citação de Valentim Magalhães e do depoimento do poeta a João do Rio, recolhido em *O momento literário*, apontou fontes portuguesas da poesia do maranhense. Muito jovem, o poeta que, a partir de *Sinfonias*, seria consagrado pela perfeição formal de seus versos, teria sido admirador de António Feliciano de Castilho, cujas regras de versificação foram

escrupulosamente seguidas no mundo lusófono, de Manuel Bernardes, «clássico da língua portuguesa», de Bocage, árcade impecável, e do Camões épico.

A mencionada «correção gramatical» da geração parnasiana se concretizou mediante um refluxo do nacionalismo estilístico dos românticos, que se tinham empenhado em incorporar às suas obras brasileirismos prosódicos e sintáticos, além de um léxico pitoresco. A decisão tomada por Raimundo Correia de publicar em *Portugal* suas *Poesias*, em que compilou poemas já divulgados em obras anteriores e outros textos ainda inéditos, decorreu provavelmente não apenas da conveniência, haja vista que era segundo secretário da Legação do Brasil em Lisboa no ano de 1898, quando o livro veio à luz, mas também do desejo de ser acolhido e reconhecido pelo público e pela crítica de Portugal, cujos juízos eram ainda tidos em alta conta por escritores brasileiros no início do século XX. Dessa vez, – ressalte-se, – o convite para o prefácio foi dirigido a D. João da Câmara, cronista e principalmente dramaturgo de grande notoriedade dos dois lados do Atlântico.

O prefaciador português procurou *alinhavar* vários poemas, tão diversos entre si, de um livro que reunia produções de toda uma vida, podendo assim ser entendido como «um livro de retalhos», *com o fio da biografia do autor*, interpretando-o então como um «livro completo» por ser «o romance do poeta» ou «a história dum coração». Assim, D. João da Câmara propunha, para o público português, uma chave de leitura confessional para a obra de um poeta que Mário de Andrade disse ter «inspiração curta e rara» e «pouco fôlego lírico»[71]. No Brasil, ao contrário, Raimundo Correia foi admirado por sua artesania poética, elogiada até mesmo pelo insuspeito modernista Manuel Bandeira[72]. Mais uma vez, o *Almanaque*, com suas escolhas, retratou o poeta homenageado por um ângulo que talvez não fosse exatamente favorável para o devido encarecimento de suas qualidades mais notáveis.

Notas

1 O Ministro do Exterior faleceu em 10 de fevereiro de 1912. Em sua homenagem, a Avenida Central, principal obra das reformas urbanas conduzidas por Francisco Pereira Passos (1836-1913), passou a chamar-se Rio Branco.

2 O soneto «As pombas», publicado em *Sinfonias* (1883), é o poema mais conhecido de Raimundo Correia. Luís Murat (1861-1929) colocou em dúvida a sua originalidade, ao afirmar que plagiava trecho de *Mademoiselle de Maupin* (1835), romance de Théophile Gautier (1811-1872). Em torno da questão, desencadeou-se acesa polêmica nas rodas literárias cariocas.

3 O jovem Paranhos Júnior dirigiu o jornal *A Nação*, órgão do Partido Conservador, em colaboração com Gusmão Lobo. Esse periódico surgiu como folha vespertina em 3 de julho de 1872. A colaboração de Rio Branco cessou em 1876, data de sua partida para Liverpool (Inglaterra).

4 Consta do *NALLB*, por lapso, a data 28 de setembro de 1881 em lugar da correta, de 28 de julho de 1871. Este erro se reflete no parágrafo seguinte que situa como anterior à lei do Ventre Livre fato ocorrido posteriormente.

5 Ao morrer, Rio Branco deixa inacabada essa obra histórica, a que se dedicou por décadas. Dois capítulos foram publicados pela *Revista Americana* em 1916.

6 Trata-se da *História da Tríplice Aliança*, escrita por Louis Schneider (1805-1878). Rio Branco revisou e anotou tradução do original em língua alemã por Carlos von Koseritz divulgada em *A Nação* e em 1876 publicada pela tipografia desse jornal. Publicaram-se as notas do barão na *Revista Americana* em edições de 1918 e 1919.

7 Mais exatamente *Efemérides brasileiras* (1863).

8 No *NALLB*, «enciclopédias científicas» têm destaque gráfico inadequado, pois Rio Branco escreveu verbetes para publicações dessa natureza. O mesmo ocorre com «notas biográficas», que, na verdade, constituíam ensaios dispersos e apontamentos manuscritos.

9 Trata-se, na verdade, da *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentaram ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina*. New York: s. ed.,1894.

10 O território das Missões, ocupado por indígenas aldeados por jesuítas, foi alvo do Tratado de Madri (1750), por meio do qual as monarquias ibéricas trocavam entre si a Colônia do Santíssimo Sacramento, posto avançado de Portugal junto à foz do rio da Prata, e uma vasta área na parte oeste do

atual Estado do Rio Grande do Sul, supostamente sob controle da Espanha. A tentativa de implementação do tratado levou à Guerra Guaranítica. Destruíram-se os aldeamentos, mas os indígenas permaneceram dispersos pelo território, tornando incerta sua posse definitiva por Portugal e, depois, pelo Brasil independente. O Tratado de El Pardo (1761) tornou sem efeito o anterior e o Tratado de Santo Ildefonso (1777) reconheceu a soberania espanhola sobre o Sacramento, mas não a de Portugal sobre as Missões (ver CHAVES, 2000).

11 Designação em francês de «Berna», capital da Suíça.

12 Na defesa dos interesses brasileiros, Rio Branco publicou duas memórias (v. referências bibliográficas).

13 Rio Branco servia como Ministro do Brasil em Berlim quando foi chamado a compor o ministério.

14 Tratado de 8 de setembro de 1909 definiu as divisas brasileiras com o Peru e estabeleceu princípios de comércio e navegação fluvial entre os dois países.

15 Tratativas para sanar disputas de fronteira com o Equador ocuparam Rio Branco nos anos de 1904 e 1905. Brasil e Holanda litigaram sobre as fronteiras brasileiras com o atual Suriname, que era colônia holandesa.

16 Entabulavam-se negociações comerciais com o país vizinho.

17 Disputas de fronteiras do Brasil com o Uruguai junto à Lagoa Mirim e ao rio Jaguarão cessaram com tratado de 30 de outubro de 1909, pelo qual cedeu o Brasil territórios e direitos de navegação ao país vizinho. Acrescente-se que essas breves informações foram provavelmente colhidas pelo *NALLB* no *Correio da Manhã* de 11 de fevereiro de 1912.

18 Tristão de Alencar Araripe Júnior (1848-1911), cronista, ficcionista e crítico literário.

19 Tristão de Alencar Araripe (1821-1908) concluiu curso de Direito em São Paulo e tornou-se Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império e, com a mudança de regime em 1889, do Supremo Tribunal Federal da República. Foi também Ministro da Fazenda do governo provisório e do governo Deodoro da Fonseca (1827-1892). Com o golpe perpretado por Floriano Peixoto (1839-1895), foi destituído do cargo e, a partir de então, dedicou-se à escrita de obras historiográficas.

20 O *NALLB* refere, com erros, alguns títulos das obras que cita e que foram corrigidos nas Referências bibliográficas colocadas no final do Comentário a este artigo.

21 Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938), polígrafo, político e diplomata, trabalhou em 1895 pelo restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, rompidas por episódio da Revolta da Armada (1893). Foi assessor de Rio Branco em negociações de fronteiras com a Bolívia.

22 Teófilo Dias (1857-1889), poeta lírico e sobrinho de Gonçalves Dias, formou-se em Direito em 1881.
23 Augusto de Lima (1860-1934), poeta lírico.
24 Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), polígrafo, alcançou a celebridade com o livro paradidático *Porque me ufano do meu país* (1900), mas deixou também livros de versos e ensaios.
25 Valentim Magalhães (1859-1903), poeta, ficcionista e dramaturgo, destacou-se também na vida literária carioca como polemista, crítico literário e diretor do hebdomadário *A Semana*.
26 Alcides Lima (1859-1935), gaúcho de Bagé, publicou uma *História popular do Rio Grande do Sul* (1882) e envolveu-se com a acirrada política de seu Estado natal, onde fez oposição a Júlio de Castilhos (1860-1903).
27 Pedro Lessa (1859-1921) seguiu a carreira jurídica e chegou a Ministro do Supremo Tribunal Federal.
28 Johann Kaspar Lavater (1741-1801), filósofo e poeta suíço, notabilizou-se por sustentar a possibilidade de conhecer-se a personalidade dos indivíduos por seus traços fisionômicos.
29 Gérard de Nerval, pseudônimo de Gérard Labrunie (1808-1855), foi poeta romântico francês.
30 Guilherme de Azevedo (1839-1882), poeta e jornalista, colaborou no jornal *Diário da Manhã,* na revista *Ocidente* e em periódicos portugueses. Em setembro de 1880, estabeleceu-se em Paris, onde desempenhou a função de correspondente da *Gazeta de Notícias*.
31 Cristiano Benedito Ottoni (1811-1896), professor da Escola de Engenharia da Marinha, publicou *Elementos de Geometria e Trigonometria Retilínea*, livro sucessivamente reeditado, e outras obras técnicas da área das Ciências Exatas.
32 Os atos acadêmicos constituíam um conjunto de provas orais que encerravam o ano escolástico na Faculdade de Direito.
33 Alusão às *Ordenações do Reino,* códigos legislativos da monarquia portuguesa.
34 Ratices: hábitos de economia que chamam a atenção por seu caráter excessivo.
35 MAGALHÃES, 1889: 53-58.
36 ASSIS, 1883: 6-7.
37 CORREIA, 1883: 59-60.
38 Castilhiano: aquele que segue os ditames do poeta e retórico António Feliciano de Castilho (1800-1875), autor de um famoso *Tratado de metrificação* (1851).

39 MAGALHÃES, 1889: 49.
40 Coletânea de poemas de Casimiro de Abreu.
41 MAGALHÃES, 1889: 59.
42 Menção a António Feliciano de Castilho e José Feliciano de Castilho, ilustres escritores oitocentistas.
43 Padre Manuel Bernardes (1644-1710), orador e teólogo, é considerado um dos principais autores do barroco português.
44 Citado de memória, esse verso não corresponde à lição do poema de Bocage dedicado «À estanqueira do Loreto, célebre pelo seu grandíssimo nariz». O poeta fez humor com as supostas dimensões descomunais e disformes do rosto de uma humilde comerciante de tabaco (ver BOCAGE, 2014: 57).
45 *Apud* RIO, 2019: 322-323.
46 CELSO, 1891: X.
47 «Viver! Eu sei, que a alma chora», CORREIA, 1891: 5.
48 De origem medieval, esta forma poética com oito versos (octossílabos ou alexandrinos) caracteriza-se pela regular repetição de versos, o que não se verifica no poema citado.
49 CORREIA, 1894: 418.
50 Publicada em 1898, essa obra foi reeditada em Portugal, em 1906 e 1910.
51 CORREIA, 1910: 81.
52 CORREIA, 1910: 109-11.
53 D. João da Câmara (1852-1908) notabilizou-se como dramaturgo, embora também fosse cronista em jornais como a *Gazeta de Notícias*.
54 «Renascimento», CORREIA, 1910: 21.
55 «Poema da noite», CORREIA, 1910: 65.
56 «Missa da ressurreição», CORREIA, 1910: 41-47.
57 «Peregrinas», tercetos 1 e 2 (CORREIA, 1910: 92).
58 Coletânea de poemas editada em 1857 por Charles Baudelaire.
59 «*Bénédiction*» (BAUDELAIRE, 1857: 11-14). Tradução de Guilherme de Almeida: «Bendito vós, meu Deus, que dais o sofrimento / Como um filtro divino às nossas imundícias, / E também o melhor e mais puro alimento / Que aos fortes predispõe para as santas delícias!» (ALMEIDA, s. d.: 27).
60 «*Élévation*» (BAUDELAIRE, 1857: 17-18). No *NALLB*, por lapso: «liquides». Tradução de Lawrence Flores Pereira: «Voa bem longe destes mórbidos miasmas; / Vai te purificar no ar superior, / E beba, como um puro e divino licor, / O fogo claro que preenche os límpidos espaços» (ELIOT, BAUDELAIRE, 2005: 136).
61 CORREIA, 1910: 149-57.
62 «*Vae victis*!», CORREIA, 1891: 63-64.

63 «Homem, embora exasperado brades», CORREIA, 1891: 7-8).
64 CÂMARA, 1898: 6-9.
65 Carlos Afonso de Assis Figueiredo (1845-1907) exercia o cargo de presidente da província do Rio de Janeiro quando, em 1889, ocorreu o golpe republicano. Tentou resistir, mas foi logo obrigado a exilar-se.
66 Afonso Pena (1847-1909) elegeu-se presidente da República em 1906, mas não concluiu o mandato, por falecer antes de completar o quadriênio legal.
67 «As pombas», CORREIA, 1883: 13-14.
68 ASSIS, 1883: 6-7.
69 O ensaio de Machado de Assis (2013) contemplou Carvalho Jr. (1851-1879), Teófilo Dias (1857-1889), Afonso Celso (1860-1938), Fontoura Xavier (1856-1922), Valentim Magalhães (1859-1903), Alberto de Oliveira (1857-1937), Mariano de Oliveira (1855-1930), Sílvio Romero (1851-1914), Francisco de Castro (1857-1901), Lúcio de Mendonça (1854-1909), Ezequiel Freire (1850-1891), Artur Azevedo (1855-1908) e Múcio Teixeira (1857-1926).
70 ASSIS, 1883: 7-8.
71 ANDRADE, 1974: 267-268.
72 BANDEIRA, 1961: 12-32.

Referências bibliográficas

ABREU, Casimiro de (1859) – *As primaveras*. Rio de Janeiro: Paula Brito.

ALMEIDA, Guilherme de [s. d.] – *Flores das Flores do mal de Baudelaire*. Introdução de Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

ANDRADE, Mário de (1974) – «Mestres do passado». In: Mario da Silva Brito. *História do modernismo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 252-309.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar (1874) – *O ninho de beija-flor*. Fortaleza: Tipografia Constitucional.

ARARIPE JÚNIOR (1875) – *Jacina, a Marabá*: crônica do século XVI. São Luís: Tipografia do Frias.

ARARIPE JÚNIOR (1878) – *O reino encantado*. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias.

ARARIPE JÚNIOR (1891) – *A função normal do terror nas sociedades cultas, capítulo para ser intercalado na história da República brasileira.* Rio de Janeiro: Laemmert.

ARARIPE JÚNIOR (1894) – *Gregório de Matos*. Rio de Janeiro: s. ed..

ARARIPE JÚNIOR (1894) – *José de Alencar: perfil literário.* Rio de Janeiro: Fauchon.

ARARIPE JÚNIOR (1894-1895) – «Retrospecto literário do ano de 1893». *A Semana*. Rio de Janeiro, p.?.

ARARIPE JÚNIOR (1909) – *Diálogos das novas grandezas do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio.

ARARIPE JÚNIOR (pseud. Cosme Velho) (1909) – *Miss Kate*. Lisboa: s. ed.

ARARIPE JÚNIOR (1911) – *Ibsen*. Porto: Lello & Irmão.

ARARIPE JÚNIOR (1975) – *O cajueiro do Fagundes.* Fortaleza: Secretaria da Cultura.

ARARIPE JÚNIOR [s. d.] – *O morcego*. Manuscrito. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

ASSIS, Machado de (1883) – «Introdução». In: Raimundo CORREIA. *Sinfonias*. Rio de Janeiro: Faro & Lino, p. 5-9.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (1881) – *A República Federal*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de (1882) – *História da República Rio-Grandense*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger.

AZEVEDO, Silvia Maria de *et al.* (org.) (2013) – *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*. São Paulo: Ed. da Unesp, p. 489-529.

BANDEIRA, Manuel (1961) – «Raimundo Correia e o seu sortilégio verbal». In: Raimundo CORREIA. *Poesia completa e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, p. 12-32.

BARRETO, Rosendo Moniz (1872) – *Favos e travos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier.

BAUDELAIRE (1857) – *Les fleurs du mal*. Paris: Poulet-Malassis et de Broise.

BOCAGE, M. M. B. du (2014) – *Poesias*. Braga: Vercial.

CÂMARA, Dom João da (1910) – «Prólogo» In: Raimundo CORREIA. *Poesias,* 3ª ed. cor. e aum. Lisboa: António Maria Pereira, p. 5-11.

CASTILHO, António Feliciano de (1828) – *Amor e melancolia ou a novíssima Heloísa.* Coimbra: Trovão e Cia.

CASTILHO, António Feliciano de (1868) – *Ciúmes do bardo*. Lisboa: Imprensa Nacional.

CELSO, Afonso (1891) – «Prefácio» In: Raimundo CORREIA. *Aleluias*. Rio de Janeiro: E. Fluminense, p. IX-XII.

CELSO, Afonso (1900) – *Porque me ufano do meu* país. Rio de Janeiro: Garnier.

CELSO, Afonso [s. d.] – *Notas e ficções – Lupe – Giovannina – Minha filha.* Rio de Janeiro: Garnier.

CHAVES, Vania Pinheiro (2000) – *O despertar do gênio brasileiro: uma leitura de* O Uraguai *de José Basílio da Gama*. Campinas: Ed. da Unicamp.

CORREIA, Raimundo (1879) – *Primeiros sonhos*. São Paulo: Tribuna Liberal.

CORREIA, Raimundo (1883) – *Sinfonias*. Rio de Janeiro: Faro & Lino.

CORREIA, Raimundo (1887) – *Versos e versões*. Rio de Janeiro: Moreira Maximino.

CORREIA, Raimundo (1891) – *Aleluias.* Rio de Janeiro: Ed. Fluminense.

CORREIA, Raimundo (1893) – Amor que passa... *A Semana*, ano 5, n. 53. Rio de Janeiro, 4 agosto, p. 418.

CORREIA, Raimundo (1910) – *Poesias*. Prólogo de D. João da Câmara. 3ª ed. cor. e aum. Lisboa: António Maria Pereira.

DIAS, Teófilo (1878) – *Cantos tropicais*. Rio de Janeiro: Gonçalves Guimarães.

DIAS, Teófilo (1882) – *Fanfarras*. São Paulo: Dolivais Nunes.

DIAS, Teófilo (1887) – *Comédia dos deuses*. São Paulo: Teixeira & Irmão.

ELIOT, T. S.; BAUDELAIRE, C (2005) – *Poesia em tempo de prosa*. Org. e pref. de Kathrin H. Rosenfeld. Trad. e notas de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Iluminuras; Porto Alegre: FAPERGS.

GAUTIER, Théophile (1835) – *Mademoiselle de Maupin*. Paris: Garnier.

LESSA, Pedro (1909) – *Discursos.* Rio de Janeiro: E. Bevilacqua.

LESSA, Pedro (1909) – *Dissertações e polêmicas*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio.

LIMA, Alcides (1882) – *História popular do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: G. Leuzinger.

LIMA, Augusto de (1887) – *Contemporâneas.* Rio de Janeiro: Leuzinger, 1887.

LIMA, Augusto de (1892) – *Símbolos*. Rio de Janeiro: Leuzinger.

MAGALHÃES, Valentim (1889) – «As *Sinfonias* de Raimundo Correia». In: *Escritores e escritos* (perfis literários e esboços críticos). Rio de Janeiro: Carlos Gaspar da Silva, p. 43-73.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1893) – *Efemérides brasileiras.* Rio de Janeiro: Oficinas *Jornal do Comércio*.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1894) – *Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentaram ao presidente dos Estados Unidos da América como árbitro segundo as estipulações do Tratado de 7 de setembro de 1889, concluído entre o Brasil e a República Argentina.* New York: s. ed.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1899) – *Mémoire présenté par les États Unis du Brésil au gouvernement de la Conféderation Suisse*, 7 v. Berne: s. ed.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1899) – *Second mémoire présenté par les États Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse,* 6 v. Berne: Imprimerie Staempfli & Cie.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1916) – «Apontamentos para a História Militar do Brasil». *Revista Americana*, ano 6, n. 1 e 2. Rio de Janeiro.

PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva (1918-1919) – «Comentários à História da Guerra do Paraguai de Schneider». *Revista Americana.* Rio de Janeiro, ano 7, n. 11-12, p. 5-27; ano 9, n. 2-3, p. 5-22.

«Raimundo Correia» (1912) – *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1913.* Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, p. 5-32.

RIO, João do (2019) – *O momento literário*. Org., int. e notas de Sílvia Maria Azevedo e Tania Regina de Luca. São Paulo: Rafael Copetti.

Alvaro Santos Simões Junior
Universidade Estadual Paulista/CNPq

VII

Sylvio Romero.

Sílvio Romero

O ilustre escritor[1] falecido há poucos meses no Rio de Janeiro, era filho de André Ramos Romero[2] e de D. Maria[3] Vasconcelos da Silveira Ramos, tendo nascido na antiga vila do Lagarto[4] do estado de Sergipe, em 21 de abril de 1851.

Concluídos os estudos preparatórios em que logo se revelou uma lúcida inteligência, matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife que lhe conferiu o grau de Bacharel em 1873.

Dois anos depois defendia tese perante a mesma faculdade, escrevendo uma notável dissertação intitulada *Direito Marítimo. Razões justificativas do art. 482 do Código Comercial*[5].

No ato do exame e a propósito de uma discussão sobre metafísica com o lente que argumentava, trocaram-se entre o mestre e o candidato algumas frases agressivas, pelas quais Sílvio Romero chegou a ser processado por injúrias, sendo absolvido pelo tribunal[6].

Seguindo da sua província para o Rio de Janeiro, nesta capital se estabeleceu, conquistando mais tarde em concurso público, a cadeira de Filosofia do internato do Colégio Pedro II[7], sendo já na vigência da República um dos fundadores da Faculdade Livre de Ciências Sociais e Jurídicas do Rio de Janeiro[8].

Entrando na política de onde o afastavam inevitavelmente as suas predileções literárias, foi promotor e deputado provincial em Sergipe, ainda no tempo do Império, tendo sido eleito deputado federal pelo mesmo Estado[9].

Foi um dos mais cultos espíritos de que o Brasil se pode orgulhar e uma das mais fecundas atividades que prepararam a renovação desse Portugal maior d'além-mar.

Poeta, erudito, historiador, filósofo, crítico, folclorista, jornalista, sociólogo, jurisconsulto, político, as suas aptidões pareciam não ter limites e que todos os assuntos lhe eram familiares, tal era a segurança com que os tratava e o respeito com que a todos impunha as conclusões dos seus estudos.

A lista completa das suas obras não podemos ter a pretensão de a dar aqui, pois seria quase impossível que não omitíssemos uma memória ou um opúsculo dos muitos hoje quase esquecidos.

No entanto, para avaliar da inesgotável fecundidade deste polígrafo em quem as letras, a civilização brasileiras perderam um dos seus mais ilustres representantes, damos em seguida uma enumeração das suas obras[10], cujo conhecimento nos é grato transmitir aos nossos leitores, respeitando quanto possível a ordem cronológica do seu aparecimento. Ei-la:

A poesia contemporânea. Recife. 1869[11].

Direito marítimo... A já referida dissertação apresentada à Faculdade de Direito do Recife na defesa da tese para obter o grau de doutor em 1875.

Etnologia selvagem. É um estudo crítico sobre a memória «Região e raças selvagens do Brasil» de que é autor o doutor Couto Magalhães, 1875.

A filosofia no Brasil. Ensaio crítico. Porto Alegre, 1878.

Cantos do fim do século. Rio de Janeiro, 1878.

A literatura brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização. Rio de Janeiro, 1880.

Interpretação filosófica na evolução dos fatos históricos. Rio de Janeiro, 1880[12].

A questão do dia. A emancipação dos escravos, 1881, formidável libelo de crítica que motivou polêmica com o Dr. Vicente de Sousa[13] e com José do Patrocínio[14], depois completado com os dois seguintes opúsculos: *De uma cajadada dois coelhos,* 1881 e *Uma explicação ao público,* 1881[15].

Introdução a história da literatura brasileira. Rio de Janeiro, 1882[16].

O naturalismo em literatura. São Paulo, 1882.

Contos populares do Brasil, acompanhados de introdução e notas por Teófilo Braga. Lisboa, 1883, 2 vols.

Ensaios de crítica parlamentar, 2ª ed. 1897.

Últimos harpejos. Versos. Porto Alegre. 1883[17].

Lucros e perdas: *crônica mensal dos acontecimentos*. Rio de Janeiro, 1883[18].

Teorias históricas e escolas literárias no Brasil, 1883.

Estudos de literatura contemporânea, que pela variedade e largueza da sua exposição pelos pontos de vista verdadeiramente inéditos

que ali revela o seu autor, ao mesmo tempo economista, crítico, filósofo, historiador, deve ser considerado como um dos principais trabalhos de Sílvio Romero.
Valentim Magalhães. – Estudo crítico. Rio de Janeiro, 1884.
Contos populares do Brasil. Lisboa, 1885, 2ª ed. 1897.
Uma esperteza! Os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga. Rio de Janeiro, 1887.
Estudos sobre a poesia popular do Brasil. Rio de Janeiro, 1888.
Etnografia brasileira. Estudos críticos sobre vários escritores[19]. Rio de Janeiro. 1888.
História da literatura brasileira. Rio de Janeiro, 1888.
As três formas principais da organização brasileira. Laranjeiras, Sergipe, 1888[20].
Ensino crítico, com prefácio de João Ribeiro. Rio de Janeiro, 1890[21].
Excerto da História da Literatura relativo à imigração e ao futuro da raça portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro, 1891[22].
Luís Murat, Estudo. Rio de Janeiro, 1891.
Parlamentarismo e presidencialismo na República Brasileira.
Cartas ao Conselheiro Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 1893.
Doutrina contra doutrina. Rio de Janeiro, 1894.
Ensaios de filosofia do Direito. Rio de Janeiro, 1895.
Machado de Assis. Estudo. Rio de Janeiro, 1897.
Novos estudos de literatura contemporânea. Paris, 1898.
Martins Pena. Ensaio crítico. Porto, 1900[23].
Ensaios de sociologia e literatura. Rio de Janeiro, 1900[24].
A literatura. 1500-1900. Obra publicada para comemorar o 4º centenário do descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro, 1900[25].
Críticas e discussões. 1901[26].

Trabalhos publicados na *Revista Brasileira*[27]:

«A literatura brasileira».
«A prioridade de Pernambuco no elemento espiritual brasileiro».
«Um poeta do Norte».
«Tobias Barreto de Meneses como poeta».
«Parnaso Sergipano. Poesias»[28].
«Provocações e debates. 1890-91»[29].
«História do antigo direito em Espanha e Portugal»[30].

Pertencendo à grande trindade de críticos de que fazem parte Araripe Júnior e José Veríssimo, Sílvio Romero era o mais conhecido e admirado de todos, aquele de quem se pode dizer que construiu uma grande obra com a consciência da sua duração.

Foi das individualidades literárias do Brasil que mais discussões sofreram, dispersando o seu grande talento e a sua incansável atividade pelas mais diferentes ocupações.

Ainda em vida assim era apreciado pelo distinto crítico brasileiro Pedro do Couto, no seu livro *Páginas de crítica*[31]:

> entre os mais ativos e estudiosos escritores brasileiros ele se destaca pelo ardor com que tem trabalhado. Tempo houve em que seu nome era constantemente visto em lugar saliente do movimento literário brasileiro, despertando simpatias em uns, ódios em outros, porém impondo-se pela franqueza com que expunha a opinião que julgava acertada.
>
> Era um combatente impertérrito, violento no ataque, empenhado em salientar a evolução brasileira, libertando a literatura pátria da dependência exclusiva em que se achava do elemento estrangeiro.
>
> Assim, pois, preocupou-se em dar uma concatenação mais ou menos regular ao nosso evoluir literário, estudando-o à luz do seu critério filosófico, estabelecendo um estudo consciencioso dos representantes mais completos da intelectualidade nacional.
>
> Nesse mister é que Sílvio Romero se recomenda à consideração dos que se preocupam com questões referentes aos diversos modos de ver da arte.
>
> Sua individualidade deve ser apreciada exclusivamente como coordenadora da literatura nacional, mau grado os defeitos de orientação e a parcialidade de alguns julgamentos notados em seus trabalhos, mas que pouco perturbam o serviço prestado às letras pátrias.
>
> Até então, um estudo mais ou menos uniforme do nosso desenvolvimento artístico submetido a um módulo filosófico, não havia sido tentado.
>
> O que existia, além de produzido por estranhos, se bem que muitas vezes assessorados por interessados, limitava-se a mor parte das vezes, a simples notas biográficas, com diminutas observações, denotando a fraqueza de seus autores para tais cometimentos.

> Nestas condições, o serviço prestado pelo ilustre crítico foi de real monta.
>
> A nossa evolução literária nos foi apresentada, os seus representantes típicos estudados com certa verdade e a influência por eles exercida em nossa constituição de algum modo bem analisada. Tal foi a *História da literatura brasileira*.[32]

E propondo-se dar uma ideia deste notável trabalho histórico-literário que pode ser considerado o coração das obras de Sílvio Romero, prossegue o mesmo ilustre crítico a quem pedimos este depoimento:

> No volume primeiro o autor se espraia em considerações filosóficas concernentes ao nosso meio físico, à composição étnica do nosso povo a seu desenvolvimento político, às raças que cooperaram para nossa formação, aplicando a este propósito uma metafísica exagerada, que em muito complica um assunto que deve requerer a maior clareza lógica.
>
> No capítulo – «Teorias da História do Brasil» – perde-se o autor em uma estéril discussão relativa às origens dos primitivos habitantes do Brasil, questão insolúvel e totalmente desnecessária ao assunto proposto.
>
> Com tal preocupação evidencia plenamente o ilustre crítico quão erradamente encara um problema que o espírito moderno, em sua marcha progressivamente orgânica, pôs à margem como desnecessário.
>
> Evidentemente, que nos interessa, para dar uma teoria precisa da nacionalidade brasileira, saber a origem dos povos que para ela concorreram? Importa-nos unicamente saber como eles atuaram e com que intensidade. Mais do que isso, que é o problema estudado positivamente, será perdermo-nos em conjeturas fúteis e insustentáveis.[33]

Ora, salvo o devido respeito, parece-nos que Sílvio Romero tinha razão em dar grande importância às pesquisas etnográficas.

Sem o reconhecimento da unidade da raça não pode haver nacionalidade consciente, com coesão moral, para caminhar na diretriz do seu destino.

Se os dados da etnografia não são sempre seguros pela alteração constante na química das raças, nem por isso a sua importância deve desconhecer-se e simplificar-se o problema pela sua supressão.

> Em todo o tomo segundo ocupa-se exclusivamente Sílvio Romero com a análise do movimento literário brasileiro, especialmente poético.
>
> Se na primeira parte o autor se revela um erudito, na segunda se patenteia o combatente de sempre.
>
> Com efeito, as lutas contínuas em que se tem empenhado, e que mais se manifestaram na época em que seu trabalho foi elaborado perturbaram algum tanto o conjunto do seu livro. Não é que se deva pensar que uma obra de crítica que não tinha sido até então convenientemente feita pudesse ser escoimada de certa violência de julgamento, mas era de esperar reunisse o menos possível de parcialidade. Em Sílvio Romero, porém, predomina a paixão de um modo demasiado intenso: elogioso sem limites tratando-se de quem lhe mereça simpatia; desapiedado, muitas vezes injusto, diminuindo o valor do analisado, na hipótese contrária. É bem verdade que, julgamento totalmente imparcial não se pode exigir de ninguém; deve-se, porém, desejar que o crítico empregue o máximo de imparcialidade.
>
> Além das condições intrínsecas ao homem que o fazem ver tudo segundo suas opiniões, seus preconceitos, é preciso ter em conta a situação em que ele age, as correntes que sobre ele atuam, para bem se poder ajuizar de suas elucubrações. Ora Sílvio Romero é não só uma natureza ardorosa, impulsiva, como concebeu sua melhor obra em meio a combates constantes, que mais estimulavam seu temperamento.
>
> Este conjunto de circunstâncias obrigou-o a imprimir à sua obra, que devera ser calma e ponderada, um tom de combatividade, de resto não a desvirtuando absolutamente. Seja como for, ela é a única existente e subordinada a um critério filosófico dando a ideia da evolução literária do Brasil. Olhando-a em seu conjunto, a *História da Literatura Brasileira* é um trabalho valoroso, de real mérito, atestado de esforço persistente de um escritor brasileiro, que mau grado as poucas propícias disposições do meio, presenteou as letras pátrias com estudo tão completo quanto lhe era possível fazer na ocasião. Ela é a recomendação primeira e quiçá única, do nome do crítico sergipano.

> Quem a julgar não se deve impressionar com as incoerências e os juízos muita vez pouco aceitáveis que se lhe notam, mas exclusivamente considerar o serviço grande por ele prestado, permitindo de futuro obra menos combativa.
>
> Nela irão buscar subsídio os que tiverem um dia de dar balanço à evolução literária brasileira, sem os defeitos que Sílvio Romero, por seu temperamento e pelo momento em que a elaborou, não poude eliminar.[34]

Não se pode dizer que seja benévolo o juízo que acabamos de transcrever, formulado por um compatriota de Sílvio Romero.

Mas em todas as divergências de opinião, por entre as acusações de parcialismo que sobre ele recaem, nem os mais severos críticos, nem os mais declarados inimigos conseguem negar ou pôr em dúvida os altíssimos serviços que à atividade imensa de Sílvio Romero as letras brasileiras ficam devendo. Mais alto que todos os elogios falam os milhares de páginas das suas obras em que gastou uma vida não muito larga, mas bem assinalada por valiosos recursos de pensamento e ação.

Morto aos 63 anos de idade, tendo atravessado períodos de convulsão político-social intensíssima, não seria lícito esperar mais àqueles que de exigentes fazem o único merecimento da sua vida.

Sílvio Romero, como já dissemos, interessou-se profundamente pelos estudos etnográficos.

Assim devia proceder quem se propunha determinar as grandes diretrizes do pensamento e da civilização brasileira.

E como para os diferentes aspectos da sua nacionalidade os antecedentes tinham de procurar-se em Portugal, às origens da civilização peninsular consagrou longos cuidados e incansáveis esforços.

Foi sobre o livro de Teófilo Braga[35] – *A Pátria Portuguesa, o território, a raça* – que as suas observações recaíram, refutando as conclusões a que tinha chegado o professor da Faculdade de Letras de Lisboa. Ele o confessa no prólogo do seu livro com o mesmo nome, no qual expõe fatos e faz afirmações contrárias às de Teófilo, a quem nem sempre trata com a devida justiça.

Exalta Alexandre Herculano por ter arredado do plano da sua *História de Portugal* as questões pré-históricas e arqueológicas, como se fosse possível alguém ocupar-se com segurança da origem das nacionalidades, sem levar em conta os elementos que entraram primitivamente na constituição delas e que para sempre as informaram com caráter distintivo e autônomo.

Herculano começou a História de Portugal nos diplomas do fim do século XII, renunciando, como não podia deixar de renunciar, ao largo período de civilização peninsular, por ser confuso e incerto.

Preferiu por isso abster-se a incorrer em erros perigosos. Mas passam cinquenta anos e a ciência enriquece-se com abundantes materiais, a pré-história constitui-se em bases sólidas, os dados positivos são cada vez mais numerosos e iniludíveis. Tudo se faz depois de Alexandre Herculano morrer ou depois que ele se retirara da atividade literária.

Por isso não há direito de lhe seguir o procedimento, quando não é lícito ignorar os trabalhos científicos de Martins Sarmento[36], Estácio da Veiga[37], Neri Delgado[38], Alberto Sampaio[39], Ricardo Severo[40], Leite de Vasconcelos[41] e outros.

Um defeito terá a obra de Teófilo: o da precipitação com que afirmou verdades que só por intuição poderia conhecer, visto a ciência não ter ainda falado.

Mas esse defeito devolve-se em mérito para ele que só tinha em vista, escrevendo sobre as origens da nacionalidade portuguesa, proclamar a autonomia da Raça e da Nação Portuguesa com fundamento na sua natureza e na diferença do seu território.

Não nos permite a índole deste artigo biográfico, destinado apenas a comemorar a perda irreparável para as letras brasileiras da morte de Sílvio Romero – não nos consente a natureza deste artigo acompanhar a polêmica entre dois sábios, nem sempre mantida com a serenidade e a compostura requeridas em questões onde devem vencer os que as melhores razões tiverem da sua ciência e não os que mais audácias de linguagem vieram a revelar.

O tom de agressividade em que a resposta a Teófilo Braga foi escrita predispõe desfavoravelmente o leitor contra a seriedade

do seu processo e os propósitos que a escrever o livro moveram o falecido Sílvio Romero.

Todos nós sabemos que a obra de Teófilo Braga tem defeitos e graves defeitos, contradições e erros que ninguém pode negar, mas não é lícito, supomos, desconhecer a grande contribuição de esforço, a valia dos materiais acumulados em mais de meio século, na intenção quase sempre hostilizada, de demonstrar a nossa individualidade nacional.

Quando Oliveira Martins proclamava que nós vivêramos sete séculos por acaso e o próprio Herculano filiava toda a determinante da nossa vida histórica no casamento dos primeiros príncipes que governaram o Condado Portucalense, Teófilo, contra o criticismo negativista das três últimas décadas, erguia-se pela individualidade da nossa Pátria e combatia por ela, embora nem sempre as armas fossem bem temperadas.

Mas, qualquer que seja o critério por que possa avaliar-se a justiça com que se combatem os dois contendores, o que é certo para orgulho da civilização luso-brasileira, é que os dois livros são dois monumentos de saber e que em ambos se exalta o valor e o destino da gente portuguesa que criou a mais bela civilização do outro hemisfério.

Foi justamente a réplica a Teófilo Braga que mais conhecido tornou em Portugal o grande escritor Sílvio Romero.

Até então os seus trabalhos de história e etnografia eram conhecidos e respeitados dos cultores dessas especialidades, mas a obra de Sílvio Romero não alcançara a vulgarização que depois teve.

Hoje, ninguém se socorre do livro de Teófilo Braga, sem que logo não julgue necessário corrigi-lo pelo confronto do do sábio brasileiro cuja morte a sua Pátria tanto lastima.

Nesse grande volume de mais de quinhentas páginas escreveu Sílvio Romero como que um testamento científico no que respeita aos trabalhos que se relacionam com o *Brasil Social*, pois não nos consta que a sua pena versasse ultimamente os assuntos da origem das raças povoadoras da Península Ibérica, suas instituições, costumes e línguas.

É tempo, agora que as cinzas do grande escritor vão esfriando e que as paixões se acalmam no respeito da noite, é tempo de dar o balanço definitivo à sua obra benemérita.

Não há já lugar para vinganças, nem motivo para despeitos.

Quando uma inteligência consagra o melhor período da sua atividade ao engrandecimento da sua pátria, não há caprichos nem invejas que prevaleçam à justiça que a posteridade nunca deixa de prestar aos que serviram com fé o seu ideal.

E a fé, nos destinos da grande nação brasileira, era um sentimento esclarecido, motivado, sempre vivo e ardente.

Ele foi um dos maiores paladinos da sua nacionalidade e é preferível aos homens da sua estatura e que amam o seu país, perdoar-lhes os excessos do que censurar-lhe as covardias.

Quando um povo encontra para o exaltar na sua atividade social e mental, um trabalhador da envergadura do que o Brasil perdeu há poucos meses, não podemos dizer que à falta de estímulo e consciência ele poderá deixar e prosseguir na estrada do seu destino.

Sendo assim, nós cremos que a consagração não deixará de vir honrar a memória de Sílvio Romero, uma consagração unânime, sentidamente nacional que dignifique o ilustre morto e honre aqueles dos vivos que a promoverem ou a ela se associarem.

Nesse dia, o Brasil terá saldado uma grande dívida para consigo mesmo e para com a civilização latina, que o falecido escritor tão altamente serviu.

Será essa apoteose a justificação das grandes manifestações de saudade e de apreço que as letras brasileiras lhe tributaram.

Toda a imprensa portuguesa, sem distinção de partidos ou de ideais, prestou ao ilustre morto as mais justas homenagens de admiração, pondo em relevo os numerosos trabalhos que ao nosso país consagrou e foram todos os que servem para elucidar as graves e sempre debatidas questões dos elementos que constituíram a nação portuguesa que na máxima parte foram servir de base à constituição social do Brasil moderno.

Na destrinça que se faça dos fatores da civilização brasileira, ninguém poderá pôr em dúvida que à metrópole tem de vir

procurar-se os mais importantes. Assim o compreendeu o ilustre sábio que o Brasil acaba de perder e em cuja morte Portugal deplora um dos mais cultos espíritos que em língua portuguesa escreveram no último quartel do século XIX.

Este anuário associa-se às palavras de homenagem que por ocasião da sua morte a imprensa portuguesa consagrou ao ilustre morto e lastima que a sua vida não se prolongasse ainda muito mais para honra da ciência e da Pátria que com tanto orgulho o contava entre os seus filhos mais queridos e mais gloriosos.

[Sem indicação de autor]

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1916. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1915, p. 5-32 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Sílvio Romero

O elogio dedicado a Sílvio Romero, que falecera em 1914, aparece no *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1916*, identificado como 66º ano da coleção. O texto, sem indicação de autoria, estende-se por 28 páginas, antecedidas pela reprodução da fotografia e do autógrafo do homenageado, como de praxe na publicação. Entretanto, a listagem da produção do intelectual brasileiro ocupa seis páginas e outras sete páginas apresentam transcrições de obra de um crítico brasileiro que escrevera sobre o confrade.

O artigo não comporta subdivisões perceptíveis em recursos gráficos. No entanto, ao longo do texto ocorre mudança de tom discursivo, adiante comentada.

O primeiro parágrafo contém os dados de certidão de nascimento – data (21 de abril de 1951), filiação, local (Lagarto, Sergipe) – e os subsequentes registram a formação escolar, sublinhando a «lúcida inteligência» (*NALLB*, 1916: 5) revelada já na fase dos estudos preparatórios. Dois anos depois de ter alcançado o grau de Bacharel na Faculdade de Direito de Recife (1873), defendeu tese que culminou em discussão agressiva com um dos examinadores. O incidente lhe valeu um processo, que resultou em absolvição. O perfil de polemista começa a desenhar desde essa fase.

Na sequência registra-se a mudança para o Rio de Janeiro, onde exerce atividades como professor e como político. Um parágrafo merece exame mais atento: «Foi um dos mais cultos espíritos de que o Brasil se pode orgulhar e uma das mais fecundas atividades que prepararam a renovação *desse Portugal maior d'além-mar*» (*NALLB*, 1916: 7; destaque meu). Quanto ao espírito culto, o parágrafo seguinte o explicará, listando dez áreas do saber que a produção de Sílvio Romero circunscreve. Vale destaque o modo de se referir ao Brasil. Pode ser um recurso de linguagem para não repetir o nome do país, mas entre tantas alternativas possíveis, o autor usa a expressão destacada na citação. Talvez não chamasse a atenção, se o encaminhamento final não tomasse os rumos que toma, aspecto comentado a seu tempo.

Segue-se listagem da produção do homenageado, comprovando a anuncidada abrangência de interesses e domínio de variados

assuntos, já se desculpando por eventuais omissões. São listados 43 títulos, alguns merecendo uma ou duas linhas de comentários. Apenas *Estudo de literatura contemporânea* é objeto de atenção um pouco mais detida, ainda que não traga a data de publicação, atenção que os demais títulos receberam, exceto os sete finais, que trazem a indicação «trabalhos publicados na *Revista Brasileira*» (*NALLB*, 1916: 14-15). Na tese de Antonio Candido (1988), defendida em 1945, constam 60 títulos, incluindo reedições, prefácios e prólogos. Wilson Martins (1977-1978: 627-628) registra 31 títulos. Os escritos de S. Romero ganharam outras configurações em edições posteriores, outras formas de ordenamento diversas do que estava disponível em 1916. Aqueles que o articulista se escusa de talvez omitir, «uma memória ou um opúsculo dos muitos hoje quase esquecidos» (*NALLB*, 1916: 7), podem ter sido resgatados por historiadores brasileiros, bem como textos originalmente separados eventualmente estão reunidos em volume.

O articulista inscreve o biografado na conhecida tríade dos grandes críticos brasileiros da época, dando a primazia a S. Romero, nos seguintes termos: «Sílvio Romero era o mais conhecido e admirado de todos, aquele de quem se pode dizer que construiu uma grande obra com a consciência da sua duração» (*NALLB*, 1916: 14). Não há explicação ou justificativa quanto ao critério para esse escalonamento. Talvez a dita «consciência de duração». Talvez porque fosse o que mais publicasse, ou que mais aparecesse em evidência, dado seu caráter polemista.

Seguem-se três citações, muito longas, extraídas de *Páginas de crítica*, obra de Pedro do Couto, identificado como «distinto crítico brasileiro» (*NALLB,* 1916: 15). A primeira parece ter sido selecionada por dois aspectos: frisar a importância de S. Romero no papel de fundador da sistematização da literatura brasileira, ou seja, da historicização da produção literária nacional, ao mesmo tempo que descreve seu modo de ser. Pode-se aferir essa dupla intencionalidade em breve parágrafo que sumariza o trecho: «Era um combatente impertérrito, violento no ataque, empenhado em salientar a evolução brasileira, libertando a literatura pátria da dependência exclusiva em que se achava do elemento estrangeiro» (*NALLB*, 1916: 15)

A citação subsequente é referente ao primeiro volume da *História da Literatura Brasileira*, detendo-se em particular em aspecto

violentamente criticado por Pedro do Couto: o peso atribuído por S. Romero à etnografia, dedicando-se extensivamente às raças, à origem dos povos que concorreram na formação da nacionalidade brasileira. Neste ponto o objetivo da transcrição não é referendar o juízo do crítico, e sim contestá-lo, justificando a posição de S. Romero. O articulista expressa sua opinião em três parágrafos, constantes entre as duas citações. Adiante se verá que o articulista está dirigindo a atenção para aspecto que interessa a seu propósito.

A terceira é a transcrição mais longa, comportando aspectos do crítico sergipano que o singularizam, para o bem e para o mal: o inestimável valor da obra, por ser até então única a comportar a evolução literária do Brasil, ao mesmo tempo que passa longe do esforço de imparcialidade que deveria pautar o trabalho de um crítico, uma vez que S. Romero é «elogioso sem limites tratando-se de quem lhe mereça simpatia; desapiedado, muitas vezes injusto, diminuindo o valor do analisado, na hipótese contrária» (*NALLB*, 1916: 20)

Tendo justamente selecionado trecho que insiste no modo controverso de ser do biografado, o articulista reafirma a importância de S. Romero para as letras brasileiras, para retomar o assunto da etnografia, que parece ser o cerne de sua questão, por um aspecto específico: a relação com a cultura portuguesa. O assunto anuncia-se: «E como para os diferentes aspectos da sua nacionalidade os antecedentes tinham de procurar-se em Portugal, às origens da civilização peninsular consagrou longos cuidados e incansáveis esforços» (*NALLB*, 1916: 23-24)

O tom fora protocolar até a listagem da produção. A seleção de trechos de Pedro do Couto como que prepara uma modulação no discurso. O texto do crítico brasileiro fora publicado 10 anos antes do falecimento de S. Romero. Então não precisava recorrer aos pudores de quem faz o elogio fúnebre, como é o caso do articulista anônimo. A partir deste ponto, altera-se o tom do discurso. O autor mostra-se empenhado e toma partido na discussão. Prepara essa alteração recorrendo às opiniões de «um compatriota de Sílvio Romero» (*NALLB*, 1916: 22), que anota falhas nos juízos e no modo como o crítico expressava suas avaliações. Assim, ainda que os comentários sobre o valor do trabalho realizado por Sílvio Romero não desapareçam,

o articulista dá entrada às suas próprias críticas. O assunto é o embate entre Teófilo Braga e Sílvio Romero. Ou mais precisamente, deve-se incluir «as questões pré-históricas e arqueológicas» (*NALLB*, 1916: 24) na constituição da pátria portuguesa, como o fez o professor português em *A Pátria Portuguesa*, *o Território*, *a Raça* (1894)? Ou desconsiderar essa fase avoenga, como o fez o brasileiro, publicando livro com o mesmo título (1906) do mestre português? O confronto com Teófilo Braga é injusto e agressivo, segundo o articulista, ainda que as teorias do português mereçam reparos. Como S. Romero evoca, para respaldar sua escolha, o critério de Alexandre Herculano, que se limita ao século XII para traçar a História de Portugal, a forma que o articulista encontra para referendar os dois conterrâneos, embora estes se contradigam, é explicar que no tempo de Herculano não havia mesmo como ter conhecimentos arqueológicos, enquanto na contemporaneidade não é possível ignorar descobertas e estudos de uns tantos arqueólogos e historiadores, devidamente citados. O articulista reconhece que muitas afirmações de Teófilo Braga advêm da intuição, uma vez que esses estudos ainda não estavam divulgados quando da publicação de sua obra. Então, argumenta o autor, é preciso reconhecer defeitos em sua produção, mas nem por isso pode ser ignorado na reflexão sobre as origens da cultura portuguesa.

Fechando essa discussão, o tom volta a ser laudatório, como convém a um elogio fúnebre, encarecendo a importância de Sílvio Romero para as letras brasileiras e referindo a repercussão que seu desaparecimento teve na imprensa dos dois países.

Na passagem em que o articulista emite avaliação sobre a trindade de críticos brasileiros da época, dando a primazia a Sílvio Romero, aventou-se uma hipótese corriqueira para esse juízo – a homenagem dispensa explicações sobre paralelos – mas apontou-se a possibilidade dessa hipótese se somar a outra, menos comezinha. As páginas finais do texto permitem levantar a eventualidade de que o interesse do articulista no crítico brasileiro se devesse a essa diatribe com um intelectual português de nomeada. Passagem em favor desse argumento:

> Foi justamente a réplica a Teófilo Braga que mais conhecido tornou em Portugal o grande escritor Sílvio Romero.

> Até então os seus trabalhos de história e etnografia eram conhecidos e respeitados dos cultores dessas especialidades, mas a obra de Sílvio Romero não alcançara a vulgarização que depois teve. (*NALLB*, 1916: 28)

Quer dizer, é graças ao português que o brasileiro ficou conhecido em Portugal. Certamente há grande dose de verdade nesse comentário. Um estrangeiro que ousa estudar a cultura do outro, ainda mais se contrapondo à perspectiva que um nacional de nomeada adotara, passa a ser nome conhecido. Mas o que vale destacar é como na virada do século XIX para o XX, metrópole e ex-colônia ainda não se viam como «outro», o que vale para os dois lados. Sílvio Romero escreveu sobre a cultura portuguesa da perspectiva de quem está inserido nela, assim como o articulista se permite referir-se ao Brasil como um Portugal mais extenso, como se sublinhou em outra passagem. Trecho final reforça o argumento da quase indistinção entre cultura da metrópole e cultura da ex-colônia. Estabelecendo paralelo entre os dois livros de mesmo título, o autor os iguala em um aspecto: «em ambos se exalta o valor e o destino da gente portuguesa que *criou a mais bela civilização do outro hemisfério*» (*NALLB*, 1916: 28; destaque meu). A parcialidade do juízo, minorando o que não é brasileiro, em detrimento de todas as demais terras e culturas ao sul do Equador, e reconhecendo essa qualidade exclusivamente no que é tradição portuguesa, é uma opinião que só podia ter lugar até o início do século passado, se tanto. O articulista adota discurso protocolar até certa altura, logo coloca em evidência o caráter polemista do homenageado, para assim respaldar suas discordâncias quanto a algumas posições do homenageado. Ainda assim, optou por permanecer anônimo. A intenção pode ter sido não se comprometer, mas também pode ter sido dar a entender que sua voz representa a voz do povo português. Não por acaso, no desfecho registra-se «nós», no sentido de «nós portugueses», bem como há ocorrências do pronome possessivo na primeira pessoa do plural (nosso país, nossa pátria), personalização que só se faz presente na conclusão.

Notas

1 Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero.
2 Comerciante português.
3 Mais exatamente: Maria Joaquina.
4 Elevada a cidade em 1880. Terceiro município mais populoso do Estado, segundo dados do IBGE (2021).
5 Não localizado.
6 Cf. FRAZÃO, 2024: «Em 1876, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde obteve a cátedra de filosofia do Colégio Pedro II com a tese 'Interpretação filosófica dos fatos históricos'. Ao defender sua tese, travou uma discussão com um de seus examinadores, o professor Coelho Rodrigues. A agressão resultou em um processo, que não teve consequências».
7 Criado em 1837, na Corte, o colégio oferecia ensino primário e secundário. Em 1912 passou à esfera federal. Ainda hoje é instituição de ensino tradicional da cidade, *multicampi*, atuando em todos os níveis de ensino.
8 Cf. SANTOS, s. d.: «Em 18 de abril de 1882, por iniciativa do Dr. Fernando Mendes de Almeida, foi criada a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, que, no entanto, só funcionaria a partir de 19 de maio de 1891, após a implementação da Reforma Benjamin Constant que ocorreu depois da Proclamação da República. Inicialmente a faculdade foi instalada no prédio da Escola Senador Correia, na Praça São Salvador, tendo como primeiro diretor o próprio Dr. Fernando Mendes de Almeida».
9 Tão logo se formou, Sílvio Romero exerceu a promotoria em Estância (SE). Eleito deputado provincial de Sergipe em 1874, logo renunciou, retornando ao Recife, onde se formara. Eleito pelo Partido Republicano em 1899, exerceu o mandato até 1902.
10 A listagem que segue é composta de 43 títulos, os que foram localizados constam nas Referências bibliográficas colocadas no final do comentário sobre este artigo. Na tese de Antonio Candido, defendida em 1945 (CANDIDO, 1988), constam 60 títulos, incluindo reedições, prefácios e prólogos. Wilson Martins enumera 31, no volume VII da *História da inteligência brasileira* (MARTINS, 1977-78).
11 Não aparece em Candido (1988) e Martins (1977-78), mas Frazão (2024) registra: «Em 1869 publicou seu primeiro trabalho de crítica, 'A Poesia Contemporânea'», sem indicar editor. Disponível em https://www.ebiografia.com/silvio_romero/
12 Não localizado.
13 Vicente de Sousa (1852-1908), professor, médico, abolicionista, republicano e socialista negro.

14 José do Patrocínio (1853-1905), abolicionista, jornalista e escritor brasileiro.
15 Não localizados.
16 Candido (1988) registra a publicação nos volumes VIII, XIX e X da *Revista Brasileira* (2ª fase), 1881.
17 Não aparece nos estudos referidos, mas consta no *site* da ABL.
18 Não localizado.
19 Candido (1988) informa o subtítulo, em que constam os nomes dos escritores: Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Teófilo Braga e Ladislau Neto.
20 Não localizado.
21 Não localizado.
22 Não localizado.
23 Em Candido (1988) consta 1901.
24 Em Candido (1988) consta 1901.
25 Nesta obra, S. Romero publicou um artigo intitulado «Ironia» (cf. Referências bibliográficas).
26 Não localizado.
27 «A primeira publicação conhecida por usar o nome de *Revista Brasileira* apareceu aos 14 de julho de 1855, com o título de *Revista Brasileira*, *Jornal de Literatura*, *Teatros e Indústria*, fundada e dirigida pelo Dr. Francisco de Paula Meneses. Anunciava-se como quinzenal, mas só apareceu o n.º 1. A segunda surgiu em 1857, com a denominação de *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*. Durou até 1861, perfazendo quatro volumes. Seu diretor, Cândido Batista de Oliveira (1801-1865) [...] A Fase II da *Revista Brasileira*, a chamada 'fase Midosi', editada por Nicolau Midosi, publicou regular e mensalmente, de junho de 1879 a dezembro de 1881, 30 números, reunidos em 10 volumes. [...] A Fase III, a chamada 'fase José Veríssimo', circulou de janeiro de 1895 a setembro de 1899. Foram publicados 19 tomos, com 93 fascículos. [...] A Fase IV da *Revista Brasileira*, dirigida por Batista Pereira, genro de Rui Barbosa, durou apenas de junho de 1934 a novembro de 1935. Na folha de rosto anunciava 'Publica-se mensalmente', mas não foi regular, publicando durante 18 meses apenas 10 números. [...] A Fase V da *Revista Brasileira*, a partir da qual passou a ser publicada pela Academia Brasileira de Letras, nasceu de uma proposta de Levi Carneiro, então Presidente da Casa de Machado de Assis, e teve início em julho de 1941». Disponível em: https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira/sobre. O periódico permanece ativo.
28 Não aparece esse título, e sim «Lira Sergipana».
29 Não localizado na *Revista Brasileira*. Candido (1988) registra uma obra publicada em 1910, com o título *Provocações e debates.*

30 Não localizado.
31 Pedro do Couto (1872-1953) editou em Lisboa suas *Páginas de crítica* (1906), que foi possível consultar na BNP.
32 COUTO, 1906: 77-78.
33 COUTO, 1906: 79.
34 Transcrição, possivelmente da mesma obra de Pedro Couto, referido a seguir apenas como «compatriota» de Sílvio Romero.
35 Joaquim Teófilo Fernandes Braga (Ponta Delgada, 1843 – Lisboa, 1924). Poeta, filólogo, sociólogo, ensaísta e político.
36 Francisco Martins de Gouveia de Morais Sarmento (1833-1899). Arqueólogo português.
37 Sebastião Phillipes Martins Estácio da Veiga (1828-1891). Arqueólogo português.
38 Joaquim Filipe Nery da Encarnação Delgado (1835-1908). Geólogo português.
39 Alberto da Cunha Sampaio (1841-1908). Historiador português.
40 Ricardo Severo da Fonseca e Costa (1869-1940). Engenheiro, arquiteto e arqueólogo português.
41 José Leite de Vasconcelos Pereira de Melo (1858-1941). Linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo português.

Referências Bibliográficas

BRAGA, Joaquim Teófilo Fernandes (1894) – *A Pátria portuguesa: o território e a raça*. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chradron.

CANDIDO, Antonio (1988) – *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp.

COUTO, Pedro do (1906) – *Páginas de crítica.* Lisboa: Clássica.

FRAZÃO, Dilva (?) – *Sílvio Romero*: *escritor e político brasileiro*. Dísponível em https://www.ebiografia.com/silvio_romero/. Acesso em nov. 2024.

MARTINS, Wilson (1977-1978) – *História da inteligência brasileira,* v. 7. São Paulo: Cultrix; Edusp.

Revista Brasileira. Disponível em https://www.academia.org.br/publicacoes/revista-brasileira/sobre. Acesso em nov. 2024.

ROMERO, Sílvio (1869) – *A poesia contemporânea.* Recife: ?.

ROMERO, Sílvio (1878) – *Cantos do fim do século.* Rio de Janeiro: Tipografia Fluminense.

ROMERO, Sílvio (1878) – *A filosofia no Brasil. Ensaio crítico*. Porto Alegre: Tipografia da Deutsche Zeitung.

ROMERO, Sílvio (1879) – «A literatura brasileira». *Revista Brasileira,* ano I, v. 2, p. 273-292.

ROMERO, Sílvio (1879) – «A prioridade de Pernambuco no elemento espiritual brasileiro». *Revista Brasileira,* ano 1, v. 2, p. 486-496.

ROMERO, Sílvio (1880) – *A literatura brasileira e a crítica moderna: ensaio de generalização*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial de João Paulo Ferreira Dias.

ROMERO, Sílvio (1880) – «Lira sergipana». *Revista Brasileira,* ano II, v. 6, p. 419-427.

ROMERO, Sílvio (1881) – «A questão do dia*.* A emancipação dos escravos». *Revista Brasileira*, ano II, v, 7, p. 191-203.

ROMERO, Sílvio (1881) – «Tobias Barreto de Meneses como poeta». *Revista Brasileira* , ano II, v. 8, p. 443-459.

ROMERO, Sílvio (1881) – «Um poeta do Norte». *Revista Brasileira*, ano II, v. 7, p. 457-470.

ROMERO, Sílvio (1882) – *Introdução a história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

ROMERO, Sílvio (1882) – *O naturalismo em literatura.* São Paulo: Tipografia da Província de São Paulo.

ROMERO, Sílvio (1883) – *Cantos populares do Brasil*, 2v. Lisboa: Nova Livraria Internacional.

ROMERO, Sílvio (1883) – «Teorias históricas e escolas literárias no Brasil». *Revista de Estudos Livres,* v. 1. Lisboa.

ROMERO, Sílvio (1883) – *Últimos harpejos. Versos*. Porto Alegre: s. ed..

ROMERO, Sílvio (1884) – *Valentim Magalhães. – Estudo crítico*. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola de Serafim, José Alves.

ROMERO, Sílvio (1885) – *Estudo de literatura contemporânea.* Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert & Cia.

ROMERO, Sílvio (1887) – *Uma esperteza! Os cantos e contos populares do Brasil e o Sr. Teófilo Braga*. Rio de Janeiro: Tipografia da Escola de Serafim, José Alves.

ROMERO, Sílvio (1888) – *Estudos sobre a poesia popular do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia de Laemmert & Cia.

ROMERO, Sílvio (1888) – *Etnografia brasileira. Estudos críticos sobre vários escritores*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & Cia.

ROMERO, Sílvio (1888) – *História da literatura brasileira.* Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro Editor.

ROMERO, Sílvio (1891) – *Luís Murat. Estudo*. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Leuzinger & Filhos.

ROMERO, Sílvio (1893) – *Parlamentarismo e presidencialismo na República Brasileira*. *Cartas ao Conselheiro Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Companhia Impressora.

ROMERO, Sílvio (1894) – *Doutrina contra doutrina*. Rio de Janeiro: Editor J. B. Nunes.

ROMERO, Sílvio (1895) – *Ensaios de filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Cunha & Irmãos.

ROMERO, Sílvio (1897) – *Contos populares do Brasil*. Lisboa: Nova Livraria Internacional, 1885. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves & Cia.

ROMERO, Sílvio (1897) – *Ensaios de crítica parlamentar.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino e Cia.

ROMERO, Sílvio (1897) – *Machado de Assis*. *Estudo*. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia.

ROMERO, Sílvio (1898) – *Novos estudos de literatura contemporânea.* Paris: H. Garnier, Livreiro Editor.

ROMERO, Sílvio (1900) – «Literatura 1500-1900»*.* In: *Livro do Centenário,* v. I, cap. III. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p. 1-125.

ROMERO, Sílvio (1901) – *Ensaios de sociologia e literatura.* Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor.

ROMERO, Sílvio (1901) – *Martins Pena. Ensaio crítico*. Porto: Livraria Chardron.

ROMERO, Sílvio (1906) – *A Pátria portuguesa. O território e a raça. Apreciação do livro de igual título de Teófilo Braga*. Lisboa: Clássica.

ROMERO, Sílvio (1910) – *Provocações e debates (Contribuições para o estudo do Brasil social)*. Porto: Livraria Chandron.

SANTOS, Luciana [s. d.] – «Uma breve história da Faculdade Nacional de Direito (FND)». *Revista Eletrônica OAB/RJ*. Edição Especial «Os 130 Anos da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ». Disponível em: http://revistaeletronica.oabrj.org.br. Acesso em nov. 2024.

«Sílvio Romero» (1915) – *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1916*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 5-32.

Marilene Weinhardt
UFPR/CNPq

VII

OLAVO BILAC

Olavo Bilac

O Brasil inteiro foi sacudido por um grande soluço, quando foi conhecida a morte do príncipe dos seus poetas contemporâneos. A dor e o luto da sua saudade alongou-se pelo oceano e entrou em Portugal para se refletir em todos os corações que amam a Nação-Irmã e em todos os espíritos que admiram e festejam o esplendor da sua literatura.

Olavo Bilac[1] era muito conhecido nos meios literários portugueses, tendo muitas das suas poesias adquirido uma notoriedade completa, recitando-se e reproduzindo-se quase constantemente em revistas e jornais.

Visitara Lisboa havia ainda pouco tempo e do entusiasmo com que então foi acolhido falam bem alto as publicações de então, os ecos da velha Academia das Ciências e a lembrança de todos aqueles que seguiram e vitoriaram o Poeta nesses dias de apoteose[2].

A perda sem remédio que acabam de sofrer as letras, a mentalidade e a Pátria Brasileira, queremos tomá-la também para nós, pois que com a morte de Olavo Bilac se extinguiu a luz de um dos mais altos cultores da nossa língua e um dos mais inspirados, claros e originais poetas que têm cantado na língua de Camões.

Não cabe nos estreitos limites desta comemoração, que por triste dever sempre cabe a este *Anuário*, a análise crítica da sua obra, que ficará sendo uma montanha de luz irradiante a deslumbrar pelos séculos adiante, todas as almas enamoradas de Beleza e Poesia.

Contudo, não podemos deixar de fixar os aspectos mais dominantes da sua individualidade, referindo-os às suas faculdades criadoras de poeta, aos seus recursos provadíssimos de prosador e ao exaltado amor pela sua Pátria, no culto das suas tradições que são as tradições de Portugal.

Assim se explicam o interesse, o carinho, a devoção sagrada que lhe mereciam os lances mais heroicos da nossa História, o amor da nossa raça e da nossa língua e de todos os valores da civilização lusitana.

Como poeta, as mais fortes correntes da sua genealogia literária, no que pese ao ilustre acadêmico Sr. Fernandes Costa[3], que na Academia das Ciências de Lisboa fez o elogio do grande morto, tem de filiar-se nas tendências da poesia pós-huguesca, no estado de sensibilidade que impropriamente se denomina Parnasianismo e em que sobressaem Banville, Leconte de Lisle e Sully Prudhomme e, já numa divergência marcadamente satânica, Charles Baudelaire.

Esse movimento repercutiu-se em Portugal e dessa influência são exemplos as obras de Gonçalves Crespo, Cesário Verde, Luís Osório e Conde de Monsaraz, pai[4].

Era natural que o Brasil, sempre ciosamente preocupado do seu progresso mental, correspondesse às novas tendências da poesia na Europa e a representasse com o brilho, a originalidade e a eloquência que testemunham as poesias de Raimundo Correia, Filinto de Almeida, Olavo Bilac e tantos outros que, mortos ou vivos ainda, afirmam nobremente a vitalidade da grande nação Atlântica.

Como poeta, Olavo Bilac é considerado dos primeiros, senão o primeiro poeta do Brasil.

A claridade latina, o entusiasmo e a ternura da sua lira corrigindo a fria rigidez da sua escola literária, tornaram-no um príncipe do ritmo, um feiticeiro estranho de inspiração e encanto.

Nele perdeu o Brasil um dos seus valores mentais mais consagrados, para que seja em tudo justificada a mágoa com que foi seguida a morte do poeta do *Caçador de esmeraldas* e das *Sarças de fogo*.

O caráter mais saliente da poesia de Bilac é a luz que dele se alevanta com esplendor sempre novo e o motivo mais constante da sua inspiração é o amor.

O amor da mulher, no que nele há de criadoramente sensual e não o amor roxo, olheirento que se tornou soluço crônico no lirismo postiço e mórbido dos vates infelizes.

Mas não foi só na poesia que Olavo Bilac se revelou excelso, era também um orador eloquente, um prosador de imagens e de evocações, cujos discursos e improvisos se guardam na lembrança agradecida dos que o ouviram na sua passagem por Lisboa na primavera de há três anos[5].

A sua palavra era ardente, precisa, persuasiva[6] e profundamente portuguesa.

Em 30 de março de 1916 , ocupando-se da aproximação de Portugal e Brasil, pronunciava ele estas nobilíssimas palavras:

> Não quero que a minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações. Não quero que ela viva como essas plantas inferiores, que subsistem sem glória e sem martírios, como as algas errantes sobre as águas, sem lar; como as aeróbias que se nutrem do ar, sem tentáculos de nutrição; como as epífitas sem alicerce próprio, agarrando-se a rochas ásperas; como as parasitas, que, hóspedas importunas, se alimentam de seiva alheia, vegetando sobre outros organismos generosos... Quero que ela seja uma dessas grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores. Quero que a sua copa livre, autônoma, soberana, alargue no amplo céu a sua mocidade e a sua independência; mas quero também que, com a sadia verdura das suas folhas, com a formosura das suas flores e com o sumarento viço dos seus frutos, ela reconheça a força do húmus da terra de que se fez a sua seiva, e abençoe a nobreza dos séculos que a robusteceram.
>
> Bem sei que compreendereis e acolhereis com animação estes sentimentos e estas palavras. Não estaríeis aqui, se não fosseis, como eu, amigos do passado.[7]

O amor das duas Pátrias Lusitanas confundia-se para o Poeta no mesmo sentimento de ternura e de admiração.

Conhecia e amava os nossos clássicos, antepassados do seu gênio, sombras tutelares que ele gostava de evocar nos momentos de mais feliz inspiração.

Ele tinha bem vivo o sentimento da continuidade do sangue e do patrimônio moral das raças, era um convicto e fervoroso tradicionalista, um *amigo do passado*, como ele próprio se intitulou.

Por isso as suas palavras foram escutadas com a mais respeitosa deferência e recebidas com o mais significativo aplauso.

São do belo discurso, pronunciado por ocasião do banquete da *Atlântida*[8] as seguintes palavras:

> Falemos da vossa literatura, que é a minha, espelho vivo, e vivo resumo da nossa civilização. E falemos do futuro da nossa raça.
>
> A vossa literatura é um rio soberbo, estendido no leito do tempo, pelo curso prodigioso de sete séculos. Vejo-o, trêmulo fio de água, brotando das humildes taliscas da agreste rocha da Idade Média, sepultada na floresta da barbárie brava e intensa, desordenadamente viçando sobre as ruínas dos templos da civilização romana devastada: – os primeiros trovadores portugueses, as lendas medievais, e Vasco de Lobeira, – o admirável *Amadis de Gaula*[9], onde transluzem as grandes virtudes da raça, a força e a generosidade, a fúria e o lirismo, o desinteresse e a fidelidade da cavalaria andante. Adensa-se o arroio, e já o seu caminho se bifurca: e o idioma português separa-se do castelhano. Nascem os poetas palacianos e os primeiros historiadores... Logo depois, engrossado, expande-se o ribeiro, liberta-se do ergástulo da selva nativa, esplende ao livre sol, retrata na toalha líquida o infinito azul do céu. É a era clássica: três séculos de fecundidade e de magnificência: os quinhentistas, os seiscentistas, os árcades. Às margens do curso risonho, rebenta uma flora suave. Bernardim Ribeiro, alma formosa, sorri. Todo o vale em cujo fundo desliza a corrente fresca, ressoa; cornamusas e charamelas enfeitiçam o ar com a sua harmonia ingênua; povoam-se os prados de bucolistas, de novelistas de Cavalaria, de rimadores de pastorais. É a idade da graça e da inocência, a primavera da língua, a puberdade da raça. Mas, em breve, o rio, mais demorado, remansa-se e espraia-se; mais grave é a sua voz, e majestoso o seu fluxo; parece que o seu vigor se concentra, aprestando-se para próxima crise. É o meio-dia, o trabalho depois do devaneio, o pensamento depois do sonho. Gil Vicente funda o teatro; surgem os autos e as farsas; e Sá de Miranda, Ferreira e a Plêiada dão sangue e fibra ao idioma já feito. E ei-la, de repente, a crise... O terreno levanta-se, alcantila-se, suspende-se e escava-se. E a massa formidável das águas eleva-se, roda no ar, cascateia em rebojos rutilantes, precipita-se em mós atroadoras, ganha o espaço em saltos, em rugidos, em remoinhos, em vórtices, e reboa, e desaba, e cai, no auge da força, no supremo poder do sangue e do gênio: é Camões que enche o século.

> A calma, em seguida, e o remate e o polido da obra: o Seiscentismo, o Culteranismo, e a Arcádia; as tragicomédias, e as comédias; o apuro da idealização, o apogeu do Classicismo, o latinismo de Filinto Elísio, a métrica incomparável de Bocage. Opulenta, a corrente ainda mais se enriquece, recebendo tributo dos afluentes do Romantismo francês, como antes acolhera o subsídio dos acorrentes da Renascença italiana; os dramas românticos, os romances de ardente amor, a poesia dos ultrarromânticos, o tradicionalismo de Herculano, o nacionalismo de Garrett, e depois, o naturalismo de Eça, e enfim, o moderno lirismo de João de Deus e Guerra Junqueiro... Hoje, estamos na foz imensa, no radiante estuário. Alongo os olhos para todos os lados, e não vejo raias no horizonte sem fim. Vejo apenas as águas... e vejo-vos, admiro-vos e amo-vos, meus mestres, e meus irmãos, que sois as ondas cantantes e triunfais deste glorioso rio da nossa civilização![10]

Para documentar ainda o seu sentimento e a sua condição tradicionalistas, expressos em mais de um passo das suas obras e da sua vida literária, queremos perfilhar a opinião do seu ilustre panegirista, o Sr. Fernandes Costa , quando diz:

> Olavo Bilac nutriu-se dos nossos clássicos; nos grandes cultores da língua que ilustraram as nossas letras nos dois séculos últimos e que foram os educadores das modernas gerações; e sem copiar, sem imitar nenhum, tomando de todos os modelos aquilo que o seu ecletismo soube inteligentemente preferir, e assimilando o que, em todos, encontrou de substancial, colheu assim os elementos precisos para com eles, ao sabor do seu gosto, do seu critério, do seu temperamento, formar o seu estilo próprio, atual, moderno.
>
> Tradicionalista, como se prezam de o ser, e como efetivamente o são, todos os brasileiros em quem impera o atavismo da raça, sem por isso renegarem do seu patriótico nacionalismo, foi da nossa fecundíssima tradição literária, que ele recebeu o condão de fazer tão portuguesa toda a sua literatura. Foi, nos nossos escritores, de Fernão Lopes a Camilo, que ele alimentou as raízes da sua arte de escrever; eles lhe forneceram a capacidade de resistência contra o influxo ambiente, penetrante e subtil, e do qual a emancipação é um milagre quase.

Eles lhe conservaram e lhe fortaleceram o amor carinhoso à língua falada por sua mãe, e lhe ampararam, na vida inteira, o religioso respeito, que lhe conservou, desde que a aprendeu no berço; respeito e amor, que tão magnificamente exprimiu, num dos seus últimos sonetos (ainda, nos parece, fora das coleções dos seus versos)[11], e do qual um dos nossos mais distintos confrades, Alberto de Oliveira – cuja imprevista presença tanto nos comove e honra – fez a leitura, nesta mesma sala quando o grande poeta foi aqui recebido[12]. Esse soneto, que Olavo Bilac, no apogeu da sua reputação literária, dirigiu «*À língua portuguesa*», permita-se-nos que o reproduzamos, porque documenta o que temos dito sobre a vernaculidade da sua linguagem e sobre a explicação dela, e porque nunca é demais o repeti-lo:

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre cascalhos vela...

Amo-te assim, desconhecida e obscura
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: «Meu filho!»
E em que Camões chorou, no exílio amargo.
O gênio sem ventura e o amor sem brilho![*]

Depois do belo soneto que aí fica transcrito, e em que palpita o entusiasmo de um humanista enamorado das belezas da nossa linguagem, vem a propósito referir, ainda em perfeito acordo com a autoridade do mesmo ilustre acadêmico, um aspecto menos

[*] Fernandes Costa – Elogio acadêmico de Olavo Bilac – Lisboa – Livraria Aillaud e Bertrand – 1919.

conhecido até há pouco, da grande individualidade que o Brasil acaba de perder.

Queremos referir-nos mais uma vez ao seu sentimento patriótico, à sua devoção pelas glórias portuguesas que fizeram grande esta Pátria, sem a qual não teria sido possível a Pátria Brasileira.

Fale por nós o ilustre escritor:

> E dentro dele, como a voz do órgão chorando o passado que morreu, a sua *alma portuguesa*, *a alma da sua raça*, chora; como de igual maneira, perante as maravilhas universais, perante a luz das estrelas, onde se embebem os seus olhos contemplativos conversando com elas e *ouvindo-as*[13]; e perante as formosuras plásticas da Mulher, onde se desfazem, insaciados, os seus ardores de meridional, *a sua alma de português, a alma da sua raça* canta.[14]

*

Olavo Bilac tem o orgulho patriótico da nacionalidade vetusta, criadora da sua nacionalidade nova. Ama, como seu, o escudo de Portugal, o escudo de Ourique, o escudo das quinas, e a esfera armilar do período heroico das navegações e das conquistas do além-mar. Ouçamo-lo:

> Um rude esplendor, de rude brilho, touca
> E nimba o teu escudo, em que as quinas e a esfera
> Guardam, ó Portugal! a tua glória austera,
> Feita de louco heroísmo e de aventura louca.
>
> Ver esse escudo é ver a Terra toda, pouca
> Para a tua ambição; é ver Afonso, à espera
> Dos Mouros, em Ourique; e, em redor da galera
> Do Gama, ouvir do mar a voz bramante e rouca...[15]

Devia andar lido e decorado, em todas as escolas portuguesas, o soberbo trecho poético *Sagres*[16]; o hino mais inspirado e eloquente, erguido por lábios de poeta, ao gênio aventureiro de Portugal e à sua enorme epopeia marítima; sonhada no sacro promontório

algarvio, perante os mistérios e as brumas do Mar tenebroso, pela mente profunda e exaltada do Infante Navegador! Só podiam ter pulsado, num coração profundamente português, as emoções traduzidas nessas estrofes, de encanto supremo e de impecável perfeição! Quando Olavo Bilac as compôs, nesse amado Brasil, de nós tão distante, o seu coração estava aqui, estava conosco; em Portugal. Esses versos, dignos da lira de Hugo, em que o poeta exalça o maior acidente histórico da nossa nacionalidade, em termos correspondentes à grandeza do assunto, seriam o bastante para votarmos a Olavo Bilac uma simpatia de verdadeiro compatriota, juntamente com a máxima gratidão.

Não queremos alongar-nos mais, nem poderíamos fazê-lo nos limites de uma simples notícia literária, que significa a homenagem de justiça devida à memória de um luminoso espírito que tanto honrou a cultura luso-brasileira.

Morreu, mas as cintilações dos seus versos não se extinguem com os últimos ecos dos seus triunfos.

As gerações futuras hão de restituir-lhe o culto que ele votou às passadas e nós que muito o admiramos, aqui o glorificamos como uma lição e um exemplo à juventude do Brasil, a quem repetimos o desejo do grande Poeta latino: *Manibus date lilia plenis...*[17]

[Sem indicação de autor]

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1920. Lisboa: Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora, 1919: 5-18 e retrato do homenageado, na página [4].

Sobre Olavo Bilac

O elogio póstumo de Bilac no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* se fez ainda sob o impacto da passagem do poeta por Lisboa em 1916. Conspiraram as circunstâncias para que o autor de *Sagres* fosse alvo de homenagens públicas altamente significativas e honrosas. O autor anônimo do elogio valeu-se, para compor o seu texto, de dois discursos pronunciados pelo brasileiro naquela ocasião e de um discurso proferido, dias depois da morte do poeta, na Academia das Ciências de Lisboa, instituição que em 1916 o recebera como sócio correspondente em sessão extraordinária com a presença da fina flor da intelectualidade portuguesa.

Outro aspecto a ser notado no elogio é o esforço de vinculação do escritor brasileiro às tradições literárias portuguesas. Os discursos de Bilac e o seu próprio estilo davam amparo a essa aproximação, e o momento era justamente de intensos intercâmbios entre artistas brasileiros e portugueses no teatro e na literatura. Atores e atrizes portugueses apresentavam-se no Brasil, peças brasileiras eram encenadas em Portugal, autores brasileiros publicavam suas obras por editoras portuguesas e autores portugueses como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro e António Nobre eram lidos com muito interesse por brasileiros. Note-se que a publicação luso-brasileira *Atlântida* (Lisboa, 1915-1920) deu ampla cobertura às homenagens de 1916 e transcreveu integralmente os principais discursos.

Vindo de Paris, cidade que, nas várias viagens que fez ao Velho Continente, era o seu principal destino Europeu, Bilac chegou a Portugal poucos dias depois da declaração de guerra pela Alemanha em 9 de março de 1916. A razão imediata fora a tomada, por solicitação da Inglaterra, de navios alemães ancorados em portos portugueses. Forças militares alemãs e portuguesas já se tinham antes enfrentado em solo africano, mas esses conflitos isolados em territórios distantes não resultaram no início formal das hostilidades. O momento para os portugueses era, portanto, de muita apreensão. Para eles, Bilac era não apenas o artesão de impecáveis sonetos parnasianos ou o poeta capaz de ouvir estrelas, mas o líder cívico que percorria o Brasil pregando a necessidade de preparação para um eventual envolvimento na guerra

europeia em curso, defendendo o serviço militar obrigatório e lançando, em célebre discurso pronunciado em outubro de 1915 na Faculdade de Direito em São Paulo, a Liga da Defesa Nacional.

Em 26 de março de 1916, grande multidão saiu às ruas de Lisboa para apoiar a entrada de Portugal na guerra. Bilac assistia à manifestação de uma janela do Avenida Palace, onde estava hospedado. Tendo sido avistado por alguns manifestantes, foi alvo de uma ruidosa aclamação e, em agradecimento, fez, aparentemente de improviso, um breve discurso.

No Convento de Jesus, sede da Academia de Ciências de Lisboa, na noite do dia 30 de março, saudaram o novo sócio correspondente Coelho de Carvalho, Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, Cândido de Figueiredo, Teixeira de Queirós, Almeida de Eça e Alberto de Oliveira. Em seu discurso, Bilac aludiu ao momento vivido por Portugal e emprestou uma aura de heroísmo ao inevitável envolvimento de seus anfitriões na tragédia da guerra:

> Diz um inepto brocardo que as nações felizes são as que não têm história. O que quer dizer: as que nunca tiveram guerras, nem fomes, nem revoluções, nem terramotos, nenhum cataclismo físico ou moral. Apagada e miserável felicidade essa [...].
> O sofrimento é a essência e a razão de ser da vida (BILAC, 1916: 573).

O banquete promovido em 31 de março pela revista *Atlântida* no Grande Hotel Central contou com noventa participantes, entre os quais Ministros de Estado, o Presidente da Câmara dos Deputados e o próprio Presidente da República, Bernardino Machado. Diante de autoridades governamentais tão importantes, os oradores não poderiam deixar de mencionar o conflito em curso. Henrique Lopes de Mendonça julgava que naqueles dias estavam em risco «os altos destinos de uma civilização» e que a luta sangrenta se dava «entre o espírito nórdico, a um tempo nebuloso e duro, e o espírito meridional, luminoso e subtil» (BILAC, 1916: 575). Já Alberto de Oliveira utilizou o seu discurso para enfatizar os fortes vínculos históricos e sentimentais entre Portugal e Brasil. Para o cônsul português no Rio de Janeiro, a visita de Bilac ocorria quando o «concurso moral do Brasil» era mais precioso para Portugal, em virtude da afronta cometida pela Alemanha. Os dois países de língua portuguesa, segundo o orador, constituíam

«dois corpos numa só alma, duas nações numa só Pátria» (OLIVEIRA, 1916: 585). Insinuava, assim, que brasileiros tinham obrigação moral de secundar seus irmãos portugueses no enfrentamento do império germânico. Em seu discurso, Bilac defendeu com efeito que as nações latinas tinham de unir-se no combate aos «bárbaros»:

> senhores, estas palavras – o gênio latino – devem transportar-nos, em espírito, para os campos heroicos, em que milhões de homens estão lutando e morrendo em favor do mesmo ideal. [...] Estão em jogo a existência e a liberdade, a honra e o futuro de todas as nacionalidades, disseminadas pela Europa e pela América, nascidas da antiga civilização do Mediterrâneo, irmanadas pela arte e pela filosofia, e ligadas pela afinidade dos idiomas brotados do tronco do Lácio (BILAC, 1916: 595).

Em cerimônia realizada no Teatro da República no dia 3 de abril, novamente com a presença de Bernardino Machado e de ministros de Estado, Guerra Junqueiro fez, na abertura do evento, o elogio de Olavo Bilac, que, em seu discurso de agradecimento, mencionou os propósitos da Liga de Defesa Nacional, que defendia a plena integração ao Brasil dos filhos dos imigrantes estrangeiros, tarefa que, em sua opinião, caberia à Escola e aos quartéis a fim de que se preservassem raça, história e língua nacionais e a própria cultura latina. Para o poeta, o momento era de vigilância e cuidadosa preparação para uma eventual entrada do Brasil na guerra:

> Sou amigo da paz, mas inimigo da fraqueza e da inércia, que levam à miséria, sou amigo da liberdade, mas inimigo da desordem e da licença, que conduzem à escravidão. Os que estamos, no Brasil, defendendo a necessidade da disciplina militar, somos pacifistas, mas não temos sobre os olhos a venda enganadora, que tapa a vista dos utopistas. O espetáculo da tragédia formidável, que se está representando na Europa, deve desenfeitiçar os últimos sonhadores sinceros (BILAC, 1916: 601).

Em 15 de abril, o Ministro das Relações Exteriores homenageou Bilac com um banquete e, no dia seguinte, o próprio Presidente Bernardino Machado, que já nos primeiros dias da presença do ilustre

brasileiro em Lisboa lhe oferecera um jantar privado, esteve no Porto para despedir-se do poeta juntamente com Columbano e Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro e João de Barros.

Tanto interesse oficial por um representante da poesia brasileira manifestado naquela primavera seria extraordinário, mas uma das entrevistas concedidas por Bilac à imprensa lisboeta deixou poucas dúvidas sobre os reais interesses portugueses ao cumular de atenções um intelectual que, em sua terra, atuava como porta-voz oficioso do Exército brasileiro. Uma repórter do vespertino *A Capital* (Lisboa, 1910-2005) interrogou-o francamente acerca do posicionamento do Brasil diante da guerra em curso. Bilac a tranquilizou dizendo ser o Brasil «francófilo, absolutamente francófilo» e que sua alma estava «com os países aliados». Mas não quis pronunciar-se claramente em favor de uma possível adesão formal ao conflito por ser essa uma prerrogativa exclusiva das autoridades máximas do país. A repórter questionou-o então sobre a presença de imigrantes alemães em território brasileiro, e Bilac negou que os Estados do Sul estivessem «germanizados», conforme se temia e poderia em tese dificultar uma rápida decisão pró-aliados[18]. Disse, porém, ser fundamental, para integrar ao Brasil os filhos de imigrantes como os alemães, a campanha em que se empenhava pelo desenvolvimento de um «espírito de coesão nacional» que passava pelo ensino militar obrigatório e pela difusão da língua portuguesa, comprovada barreira contra tendências cosmopolitas (QUARESMA, 1916: 1).

O elogio do *Novo Almanaque de Lembranças* qualificou o poeta da *Via Láctea* como «um dos mais altos cultores da nossa língua». Não havia dúvida de que a *nossa* língua em questão era a falada pelos portugueses, com efeito chamada logo a seguir de «língua de Camões» (*NALLB*, 1920: 6). Até mesmo o amor do poeta brasileiro à sua Pátria o associaria a Portugal, pois as mais antigas tradições brasileiras seriam as portuguesas em virtude do processo colonial. Assim, Bilac venerava a história e os «valores da civilização lusitana» (*NALLB*, 1920: 6), bem como apreciava os clássicos da literatura portuguesa, «sombras tutelares que ele gostava de evocar» (*NALLB*, 1920: 10). No banquete da *Atlântida*, mediante a alegoria do fio de água que vai encorpando, transformando-se em ribeiro, agigantando-se em rio e finalmente

desaguando gloriosamente no oceano, Bilac historiou a formação inicial da literatura portuguesa, o ápice alcançado com Camões, as grandes obras que a ele se seguiram e as risonhas perspectivas abertas pela literatura portuguesa contemporânea, as quais deram a Bilac a ocasião de fazer um simpático elogio a seus ouvintes ilustres: «Vejo apenas as águas... e vejo-vos, admiro-vos e amo-vos, meus mestres e meus irmãos, que sois as ondas cantantes e triunfais deste glorioso rio da nossa civilização!» (*NALLB*, 1920: 13)

O elogio acadêmico de Fernando da Costa também enfatizou a dívida de Bilac com a literatura de além-mar, o que teria feito «tão portuguesa toda a sua literatura» e o teria dotado de uma «capacidade de resistência contra o influxo ambiente, penetrante e subtil, e do qual a emancipação é um milagre quase» (*NALLB*, 1920: 13-14). Para Costa, a suposta pureza vernacular da obra bilaquiana fora obtida, graças, portanto, a um relativo isolamento do *ambiente americano* que poderia vir a «conspurcar» a língua que Portugal legou ao Brasil.

Porém, o supremo louvor da *lusitanidade* manifestada por Bilac fez Fernando da Costa quando defendeu que o poema *Sagres* deveria ser «lido e decorado em todas as escolas portuguesas» (*NALLB*, 1920: 17). Seria, dessa forma, confiada ao poeta brasileiro a tarefa *sublime* de incrementar nas crianças portuguesas o orgulho pela grande aventura marítima de seus maiores sem que se corresse o risco de criar, para os professores, embaraços com variantes prosódicas e sintáticas *brasileiras* no igualmente importante trabalho de ensino da língua *portuguesa*.

Conforme observou Antonio Dimas (1999: 187), a «combatividade nacionalista», que Bilac tão bem representava, articulava-se com a «defesa da integralidade da língua», que a poesia do parnasiano brasileiro escrupulosamente respeitava, na opinião abalizada de seus confrades de além-mar. Como disseram os oradores, «bárbaros» – de vária procedência – ameaçavam não apenas os territórios, mas sobretudo a cultura dos países latinos.

Notas

1 Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac (1865-1918), poeta parnasiano, jornalista, orador e autor de literatura paradidática.

2 Na primavera de 1916, após visitar Paris, Bilac passou algumas semanas em Lisboa, onde foi homenageado com banquetes e com uma seção extraordinária da Academia de Ciências, que o recebeu de modo solene como sócio correspondente.

3 José Fernandes Costa (Lisboa, 1848-1920), oficial do Exército, poeta e tradutor, é o fundador do *Almanach Bertrand*. Na Academia das Ciências de Lisboa, foi eleito sócio correspondente da classe de Ciências Morais, Políticas e Belas Letras, a 20 de novembro de 1890, e efetivo, a 29 de março de 1900. No dia 9 de janeiro de 1919 fez naquela instituição o elogio fúnebre do poeta brasileiro e no mesmo ano publicou o discurso em opúsculo.

4 Os poetas citados são representantes do Parnasianismo em Portugal, mas se deve lebrar que Gonçalves Crespo (1846-1883) era brasileiro de nascimento.

5 Segunda menção à estadia do poeta em Lisboa no ano de 1916.

6 No *NALLB*: «pressuasiva».

7 Fragmento do discurso de Bilac na Academia de Ciências de Lisboa em 30 de março de 1916 (BILAC, 1916: 573).

8 *Atlântida*, revista luso-brasileira que João de Barros (1881-1960) dirigia juntamente com João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto, também homenageado no *NALLB,* 1922) e era financiada pelos ministérios das Relações Exteriores, do Brasil, e dos Estrangeiros e Fomento, de Portugal, promoveu banquete em honra de Bilac.

9 *Amadis de Gaula* é romance de cavalaria do século XIV cuja autoria é controversa, sendo atribuída a autores das línguas castelhana e portuguesa. Bilac quis ser simpático a seus ouvintes portugueses ao atribuir a obra a Vasco de Lobeira (v. JÚDICE, 1995: 193-5).

10 Discurso pronunciado no banquete da *Atlântida* em 31 de março de 1916 (BILAC, 1916: 592-3).

11 O soneto «À língua portuguesa» foi pela primeira vez publicado em 1914, na revista *Careta*, do Rio de Janeiro. A partir de então, foi reproduzido em diversos periódicos brasileiros e portugueses até ser recolhido no livro póstumo *Tarde*, de 1919.

12 O poeta e prosador português Alberto de Oliveira (Porto, 1873 – Lisboa, 1940) discursou na cerimônia de recepção de Bilac como Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa em 1916. Ocupando naquela altura o cargo de Cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, não se esperava que o diplomata português pudesse participar na cerimônia de 30 de março de 1916.

13 Fernandes Costa alude ao soneto XIII da *Via Láctea* (1888), muito conhecido por seu início: «Ora (direis) ouvir estrelas! Certo / Perdeste o senso!».
14 COSTA, 1919: 25.
15 Quartetos do soneto «Para a rainha Dona Amélia de Portugal» (*Poesias*, 1996: 19).
16 Em 1898, em comemoração ao quinto centenário da descoberta do caminho marítimo para as Índias, Bilac publicou o poemeto *Sagres*.
17 Virgílio. *Eneida*, canto VI, verso 884, cuja tradução pode ser «Dai lírios às mancheias». Com essas palavras, Anquises pedia que o túmulo do jovem Marcelo fosse coberto por lírios. No passado, esse verso latino era inscrito em pedras tumulares em memória de crianças ou de pessoas mortas em plena juventude.
18 Logo no início do século XX, um intelectual muito respeitado (e temido) no Brasil já tratara abertamente do «perigo alemão» (ROMERO, 1979: 229-60).

Referências bibliográficas

BILAC, Olavo (1898) – *Sagres: comemoração da descoberta do caminho da Índia.* Rio de Janeiro: Laemmert.

BILAC, Olavo (1914) – «À língua portuguesa». *Careta*, Rio de Janeiro, v. 7, n.º 319, p. 4.

BILAC, Olavo (1916) – «A conferência de Olavo Bilac no Teatro da República em 3 de abril de 1916». *Atlântida*, Lisboa, v. 1, n. 6, p. 599-601.

BILAC, Olavo (1916) – «Discurso de Olavo Bilac». *Atlântida*, Lisboa, v. 1, n. 6, p. 570-574.
NB: discurso pronunciado na Academia de Ciências em Lisboa no dia 30 de março de 1916.

BILAC, Olavo (1916) – «Discurso de Olavo Bilac». *Atlântida*, Lisboa, v. 1, n. 6, p. 591-595.
NB: discurso pronunciado em banquete promovido pela revista em 31 de março de 1916.

BILAC, Olavo (1919) – *Tarde.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

BILAC, Olavo (1997) – *Poesias*. Org. e pref. de Ivan Teixeira. São Paulo: Martins Fontes.

NB: contém *Panóplias, Via Láctea, Sarças de fogo, Alma inquieta, As viagens, O caçador de esmeraldas* e *Tarde.*

COSTA, Fernandes (1919) – *Elogio académico de Olavo Bilac.* Lisboa: Livraria Aillaud e Bertrand.

DIMAS, Antonio (1999) – «Bilac em Lisboa». *Via Atlântica*, São Paulo, n. 2, p. 174-188.

JÚDICE, Nuno (1995) – «Amadis de Gaula». In: BIBLOS: *Enciclopédia Verbo das literaturas de língua portuguesa*, v. 1. Lisboa: Verbo, p. 193-195.

«Olavo Bilac» (1919) – *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1920.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira – Livraria Editora, p. 5-18.

OLIVEIRA, Alberto (1916) – «O discurso do Sr. Alberto de Oliveira, cônsul de Portugal no Brasil». *Atlântida*, Lisboa, v. 1, n. 6, p. 581-584.

QUARESMA, Virgínia (1916) – «Olavo Bilac». *A Capital*, Lisboa, ano 6, n. 2.025, p. 1.

ROMERO, Sílvio (1979) – «O alemanismo no sul do Brasil». In: *Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Sel. e coord. de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, p. 229-260.

Alvaro Santos Simões Junior
Universidade Estadual Paulista/CNPq

VII

PAULO BARRETO

(João do Rio)

Paulo Barreto (João do Rio)

Ainda se não apagou da memória dos portugueses agradecidos a passagem por Lisboa do grande escritor brasileiro[1], há pouco falecido.

Estamo-lo vendo no palco Nacional[2], na casa do glorioso Garrett, realizando a sua brilhante conferência, em que pretendia unir, num amplexo fraterno, as duas pátrias queridas – o Brasil e Portugal[3].

A sua figura alta e desempenada erguia-se com majestade sobre o tablado. A voz sonora, de claro timbre, vibrava, como um clarim de guerra ao despontar radioso duma manhã de estio.

Fulguravam-lhe os olhos negros e fundos. A palavra eloquente e elegante traduzia um mundo de ideias, revelando uma afeição entranhada ao nosso torrão natal e uma convicção arreigada pelas fortes razões políticas e sociais que isolam das metrópoles as colônias, ao atingirem o ponto alto da sua curva evolutiva.

Ser consciente do momento crítico da aparição dum novo mundo, ele foi o propagandista admirado dum ideal remoto para onde, através mesmo das mais truculentas violências, converge todo o esforço humano.

Campeão estrênuo na grande luta pelo congraçamento de dois elementos étnicos tão afins, falando e escrevendo a mesma língua plástica e rica de variado vocabulário, bateu-se denodadamente na arena das letras, em estos de entusiasmo, contra os que intentavam denegrir a altiva raça dos descobridores e mareantes o incontestado papel na história da civilização[4].

A sua voz acariciadora e benfazeja fazia-se ouvir a favor dos sedentos e famintos de justiça, desprotegidos e levados na ressaca violenta do infortúnio, mas preferindo a liberdade com pobreza à quebra da dignidade sujeitos a iníquas tutelas.

Um dia, de abalada foram, Atlântico em fora, os rudes batalhadores do mar[5].

Abandonaram a Póvoa[6], donde, há que séculos! se tinham instalado os ancestrais hamito semitas[7], vindos da Fenícia ou de Cartago. Não os intimidava o mar que os embalara desde a infância, com o marulho doce das suas águas.

Não lhes entibiavam o espírito forte as fúrias do vendaval, o uivo sinistro da ventania, o rugir violento e aterrador das tempestades. As melhores provas as deram tantas vezes no dobar dos anos quando afoitos iam, na mais enternecida e comovente manifestação de solidariedade humana, salvar os companheiros em perigo. Descalças e formosas as poveiras[8] deitavam a lancha ao mar repleta de tripulantes. No vaivém das espadanas vagarosas, de encontro ao costado da embarcação faziam-na deslizar ao rés da água. Vinha a vaga e erguia-a até à flutuação e galgava à altura dos seios túmidos, mas enquanto se não manejava o remo, não afrouxava o desesperado esforço...

Procuravam os emigrantes o seu ganha-pão em terras de além... Não lhes foi a sorte propícia de venturas...

No jogo das paixões políticas feriu-se a injustiça; mas João do Rio foi o seu defensor admirável e impertérrito. Resistiu à provocação, ao doesto, à ameaça, ao insulto, à calúnia e à violência, sereno no seu posto, mas sem o ar resignado da vítima, antes com o olhar altivo do desafio...[9]

Dorme pois na quietação da morte o derradeiro sono, o último cruzado que a Portugal veio trazer o auxílio dos primores da sua fina inteligência e a generosidade do seu grande coração.

Onde há mais duradouro padrão de glória do que as lágrimas saudosas dos humildes, que João do Rio defendeu, numa santa cruzada, sem soçobrar num desfalecimento desprendido de egoísmo e buscando nortear a vida polarizando-a na Bondade e na Beleza?!

*

Estas linhas tracejadas quando o nosso livrinho estava já concluído, são apenas uma moldura singela para o retrato do grande amigo que a morte nos arrebatou. Esta homenagem, longe de ser uma biografia, representa apenas o preito da nossa saudade por tão ilustre morto, que deixou imerso em luto Portugal e as letras Portuguesas.

*

Transcrevemos a seguir as notícias que por ocasião do falecimento do ilustre escritor inseriram alguns dos jornais desta capital:

Do *Diário de Notícias*[10]:

> Num momento em que, mais do que nunca, Portugal precisa no Brasil de amigos, desaparece uma das mais dedicadas e nobres vozes que na grande pátria sul-americana têm sabido defender o nosso país.
>
> Tarjando de luto esta notícia, este jornal presta a homenagem mais sentida que pode ao ilustre morto e, nele, a todos os brasileiros amigos de Portugal.
>
> Portugal e as letras portuguesas estão de luto. Morreu o escritor brasileiro que mais amou a nossa terra, que mais louvou os nossos escritores, os nossos poetas, os nossos homens representativos – e o nosso povo. Paulo Barreto foi o primeiro jornalista do seu país a quem Portugal mereceu interesse, devoção e estudo. Num livro, que ficou célebre, publicado em 1909, *Portugal d'agora*[11], disse sobre a gente portuguesa, sobre a nossa arte e sobre a nossa literatura, a sua simpatia profunda, o seu culto esclarecido das nossas virtudes lusitanas[12], e o seu carinho excepcional por Lisboa, onde – muitas vezes lhe ouvimos – desejava morrer. O prefácio das *Canções e fados de Portugal*[13] é, precisamente, um poema de louvor à Lisboa noturna, vivendo a sua hora de sonho sob o silêncio do luar. Nessas páginass admiráveiss de lirismo, que em grande parte justificavam a sua candidatura à Academia das Ciências[14], de que era sócio correspondente, há todo o seu gênio de emotivo, todo o brilho do seu estilo conciso e elegante, todo o seu espírito de fervor e de ternura.
>
> Esse seu amor a Portugal não ficou, apenas, em manifestações puramente literárias. Desde 1908 que, nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo[15], ele fez a mais ardente e entusiástica propaganda do nosso prestígio e da nossa ressurreição mental e social. No «caso dos poveiros», a sua ação – como diretor de *A Pátria*[16], jornal moderno que superiormente orientou – mais veio avolumar as razões, que já havia, para a gratidão portuguesa.

Continuamente, pertinazmente, combateu o ruidoso grupo de «nativistas», que nos insultavam e caluniavam, com flagrante injustiça, e, talvez, excessiva indulgência dos poderes públicos. Os últimos números de *A Pátria*, chegados ontem, trazem alguns dos seus mais belos artigos em defesa dos portugueses no Brasil – que nele encontravam sempre, sobretudo os humildes – um amigo desinteressado e leal.

Mas Paulo Barreto não foi unicamente um jornalista de raro talento e vigor. Era também um prosador notabilíssimo, um romancista admirado, um dramaturgo triunfante no Brasil e em Portugal, um conferencista eloquente, como aqui verificamos em 1919, aplaudindo no Teatro Nacional a sua magnífica palestra sobre a aproximação luso-brasileira, à qual dedicava o melhor do seu esforço e da sua inteligência. É impossível, nesta hora de saudade, nestas linhas que são apenas um comovido registo da perda incalculável que sofremos, dizer o valor da sua vasta obra literária, borbulhando de graça juvenil e rica de emoção e de beleza.

Pode, no entanto, afirmar-se que o Brasil não tem tido ultimamente escritor que tão prodigamente tenha espalhado ideias, imagens, conceitos de ironia ou de filosófica verdade – em livros tão maravilhosamente palpitantes de sentimento e de mocidade de espírito.

Sócio da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Ciências de Lisboa, da *Societé des Gens de Lettres*, de Paris, e da Associação de Imprensa de Roma, Gran Cruz de Cristo, Grande Oficial de S. Tiago, condecorado pela Itália e pela Bélgica, elegante, afável, espirituoso – Paulo Barreto teve a fortuna de ver o seu mérito apreciado e consagrado no seu país e em vários países da Europa[17]. Tudo lhe sorria. Era um triunfador – que tinha a volúpia de continuar lutando para triunfar sempre. Morre em plena mocidade, com 39 anos, e em pleno trabalho, e em pleno combate – como seu pai[18], que foi um professor célebre, como o seu antepassado, de sangue português[19], que defendeu o Brasil na guerra de 1825 contra os povos do Rio da Prata[20]. Morre como viveu: vitoriosamente.

O *Diário de Notícias*, de quem Paulo Barreto era colaborador e grande amigo, sente dolorosamente o desastre irremediável das letras e do jornalismo brasileiro e chora com todos os portugueses

sinceros o desaparecimento dessa prodigiosa força lusitana que foi, no Brasil, o nosso querido e insubstituível João do Rio.[21]

Do *Século*[22]:

> É sempre triste a morte; mas, quando implacavelmente atinge alguém cuja atividade mental representava um grande valor na vida, é tanto mais cruel quanto sentida. Morrendo João do Rio, para nós não é unicamente o literato ilustre que desaparece, nem o brilhante jornalista e dramaturgo que o Brasil perde, é um verdadeiro compatriota que a morte arrebata naquela outra pátria irmã da nossa. Para ele, Portugal, a mãe pátria portuguesa, merecia-lhe toda a sua dedicação sentimental que só um grande espírito pode conceber. Ainda não há muitos meses que uma campanha nacionalista, no Brasil, impulsionada por alguns elementos que desconhecem a grande força da raça na formação orgânica dos povos, tentou separar duas nações amigas e gêmeas, cujas cordialidades são tão estreitas e íntimas que se confundem. Paulo Barreto, pelo seu jornal, pela palavra e pelo gesto, enfileirou ao lado de todos os verdadeiros crentes da aproximação luso-brasileira. Era vê-lo pugnando ao lado de João de Barros[23] e outros por esse ideal pelo qual era tão grande o seu entusiasmo que não deixava, a todo o instante, de recordar a tradição marítima de Portugal, que inclusivamente o nativismo chegou a atingir.
>
> Entre as suas obras, verdadeiros escrínios preciosos de joias literárias, contam-se as seguintes: *A alma encantadora das ruas*, *Crônica e frases de Godofredo de Alencar*, *O momento literário*[24], *Fados e canções de Portugal*, *Religiões no Rio*, *A bela Madame Vargas* (teatro), *Eva* (teatro), *Dentro da noite*, *Cinematógrafo*, *Frivoly city*[25], *Era uma vez*, *Jornal de verão*[26], *Última noite* (teatro)[27], *Portugal d'agora* e *Os dias passam*[28], que supomos ser o seu último livro.
>
> Algumas da suas peças, como *A bela Madame Vargas* e *Eva*, foram representadas com grande agrado nos nossos teatros, trazendo mais um triunfo para o seu autor. Colaborou na revista *Atlântida*, de que foi um dos fundadores.
>
> Como jornalista, João do Rio ocupava um dos primeiros lugares na imprensa fluminense e dirigia atualmente *A Pátria*, de que era também proprietário. Foi o fundador do *Rio Jornal* e um dos mais distintos colaboradores do *País* e da *Gazeta de Notícias*.

Além de ser considerado um dos mais fecundos escritores brasileiros, aliava brilhantes qualidades de crítico de arte e uma grande competência como poliglota.

Um telegrama da agência Havas comunica-nos, por último, que os jornais de Paris deploram a morte súbita do grande escritor e poeta brasileiro.

João do Rio contava 39 anos de idade e era natural do Rio de Janeiro.[29]

De *A Pátria*[30]:

A Pátria, que teve o prazer de, por várias vezes, inserir nas suas colunas artigos de João de Barros sobre a política de aproximação luso-brasileira e que por essa política se tem batido não só em homenagem à grande República irmã, mas à colônia portuguesa que ela carinhosamente alberga, acaba de ser surpreendida, com espanto e dor, pela abrupta notícia da morte de João do Rio, eminente homem de letras e velho amigo de Portugal. Não podemos, esmagados de chofre pela comoção que esta morte nos causou, traçar com serenidade a biografia literária e jornalística de João do Rio, tão singular e tão complexa. Escritor e prosador de raça, profundamente sensível às mínimas *nuances* do torvelinho da vida que sempre fixou com uma elegância, uma justeza e um *raffinement* de artista e de *gentleman*; aristocraticamente gaulês na linha contornal do estilo e na bizarria do conceito e do paradoxo, a estranha e admirável personalidade de João do Rio prodigamente se dispersou em movimento, em agitação e em beleza em campos tão opostos, como o do livro, do teatro, do jornal e o da conferência. Não há, em toda a sua obra de artista que se entregou em holocausto ao culto fervoroso e apaixonado da forma e do ritmo, uma só quebra de sinuosidade. A obra de João do Rio, nervosa, apressada, mordaz, incisiva, recolhendo, anotando e caminhando, talvez, por isso mesmo, tivesse perdido em profundidade o que ganhou em extensão. A fisionomia literária, *sui generis*, da *crônica*, cujo segredo plástico e cujo *élan* de curto fôlego parecia unicamente filha do espírito francês, encontrou em João do Rio um extraordinário cultor. O *carvão*, a *pointe-sêche*, a anotação vertiginosa e fulgurante de um fato, de um gesto, de uma atitude, da linha fugidia da *beauté qui passe*, da cor fugaz de

um cabelo doirado, das espirais do fumo de uma *cigarrete Queen Mary*[31], ninguém melhor os deu, em língua portuguesa, do que João do Rio.

Ele era, estruturalmente, por educação e por temperamento, um *aristocrata*. Pela ideia, pela forma, pelo próprio cenário em que sempre se moveu e fez mover todas as suas criações. Foi, escusado é dizê-lo, um tradutor de Oscar Wilde.

Para nós, portugueses, porém, para o nosso inviolável fundo de emoções e reconhecimento, João do Rio era *um amigo certo. Amou-nos* porque nos *compreendeu.* E compreendeu-nos porque o nosso feitio nacional e, dentro dele, o feitio literário de algumas gerações, com as quais conviveu, não podiam deixar de atrair o seu claro e luminoso coração, a sua bela e primorosa inteligência.

Quando a campanha nativista surgiu no Brasil, conduzida pela mentalidade restrita de certas camadas, João do Rio, em *A Pátria*, esmagou e pulverizou essa campanha. O bom nome de Portugal e da sua colónia tiveram em João do Rio um dos seus melhores arautos, arauto que, *par droit de l'homme et de conquête*, ocupou o lugar que lhe pertencia e que a sua propaganda de muitos anos assegurara já.

João do Rio morre em plena e galharda mocidade, porquanto homens há, como Rúben Daríó[32], por exemplo, que não envelhecem nunca. A sua vida teve a vertigem, a nervosidade, o ímpeto de todas as vidas sôfregas de beleza, de todas as vidas dentro de cujos limites só há ânsia, vibração, movimento e dispersão constantes. João do Rio viveu a sua vida correndo, sorrindo e cantando. Não olhou para a grande cena do mundo através das grades de uma cela de filósofo. Olhou para ela através da ironia faiscante do seu monóculo e da sua verve.

João do Rio viveu e morreu – em frêmito de asa ligeira.

A Pátria, recordando o nome de João de Barros, o grande amigo de João do Rio, piedosamente se inclina diante da memória do autor do *Portugal d'agora.*

É vastíssima a obra de João do Rio. Abordou todos os gêneros literários, sempre com brilho e interesse. Desde os 17 anos, idade em que se iniciou no jornalismo como revisor dum jornal, que nunca abandonou a produção literária.

Escreveu romances, como o *Desejo*, *Profissão de Jacques Pedreira* e *A correspondência duma estação de cura*; livros de contos,

como *A mulher e os espelhos*, *Dentro da noite*, *Juca de S. Jorge e outros tipos*[33] e *Rosário da ilusão*[34]; livros de viagens, como o *Portugal d'agora*, *Fados e canções de Portugal* e *Sensações de viagens*[35]; e várias obras para teatro, como *A bela Madame Vargas*, peça em 3 atos, *Eva*, peça também em 3 atos, e *Horror*[36], *Tristezas*[37] *e Riso*[38], três peçazinhas em um ato.

João do Rio dedicou-se também à Sociologia. Em defesa dos seus princípios escreveu, entre outras, as seguintes obras: *Religiões no Rio*[39], *Alma encantadora das ruas*, *Vida vertiginosa*, *Cinematógrafo*, *Os dias passam*, *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar*, *Pall-Mall Rio de José António José* e *No tempo de Wenceslau*. Conferencista elegante, algumas das suas conferências se acham publicadas em volume. Citamos as seguintes: «Psicologia urbana», «Sésamo» e «Adiante».

Como tradutor, deixa as versões magníficas para a língua portuguesa das obras mais notáveis, e que maior escândalo produziram em Albion[40], de Óscar Wilde: *Salomé*, *Intenções*, *O retrato de Dorian Gray* e um volume de *Teatro*; como crítico deixa-nos *O momento literário* e *Na Conferência da Paz*, obra em três volumes.

Grande parte da obra de João de Rio encontra-se dispersa por muitos jornais e revistas literárias de Portugal e Brasil. Mas desde a crônica rápida, escrita na lufa-lufa das redações, até ao romance ponderado no seu gabinete de trabalho, o culto de João do Rio pela forma prevalece brilhante.

A simpatia que lhe dispensava o público dos dois países está bem patente nas contínuas edições dos seus livros.

As religiões no Rio, por exemplo, vai no vigésimo milhar, e *Dentro da noite*, no décimo. Todos os seus outros volumes, embora não atingissem o número de edições destes, constituíram, no entanto, belos êxitos de livraria.[41]

Homenagens da Câmara Municipal de Lisboa

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou, por unanimidade, uma proposta do Vereador Sr. Manuel Martinho, para que a uma das ruas de Lisboa se dê o nome de «João do Rio», proposta que foi precedida de um parecer da respectiva comissão, apresentado pelo

Sr. Eduardo Moreira, há tempo, e em que, tendo-se já pensado nessa homenagem, se alvitrava que à rua da Penha de França, situada entre as praças do Brasil e Rio de Janeiro, fosse dado o nome do brilhante jornalista.[42]
Por proposta do Sr. Eduardo Moreira foi também exarado na ata da sessão um voto de profundo pesar pela morte do grande amigo de Portugal.

[Sem indicação de autor]

Novo almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1921: 5-21 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre João do Rio

O jornalista, escritor, dramaturgo Paulo Barreto (João Paulo Alberto Coelho Barreto), mais conhecido como João do Rio, nasceu no Rio de Janeiro em 1881 e foi um dos escritores de maior sucesso do Brasil do início do século XX. Paulo Barreto iniciou a carreira de jornalismo muito jovem, em 1899, no jornal *A Tribuna* (Rio de Janeiro, 1890-1911), e, a partir daí, sua carreira deslanchou, passando pelas páginas de *A Cidade do Rio* (Rio de Janeiro, 1887-1902), *O Paiz* (Rio de Janeiro, 1884-1930), *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro, 1875-1956), *A Notícia* (Rio de Janeiro, fundado em 17 de setembro de 1894, teve sua circulação interrompida entre 1930 e 1938 e entre 1979 e 1991, e foi extinto em 1997), entre outros. Ainda foi sócio-diretor do jornal *A Pátria* (Rio de Janeiro, 1920-1940), fundou a revista *Atlântida* (Brasil/Portugal, 1915-1920), além de ter exercido outras funções em órgãos da imprensa da época. Em 1910, conquistou uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (ABL), consagrando-se imortal, um reconhecimento ao seu talento jornalístico e literário.

No início do século XX, era comum que os jornalistas adotassem pseudônimos e Paulo Barreto foi um entusiasta dessa estratégia. Assinou colunas como Claude, X, José, Joe, Paulo José, João Coelho, Caran D'Ache, Simeão, José Antônio José, mas foi a alcunha de João do Rio que o notabilizou. Assim como a França possuía seu Jean de Paris, o Brasil ganhou voz com João do Rio, em uma coluna na *Gazeta de Notícias*: «Em 26 de novembro de 1904 surge um novo nome como o responsável pela reportagem 'O Brasil lê': João do Rio. Não poderia adivinhar que essa alcunha viesse a suplantar sua verdadeira identidade» (RODRIGUES, 2010: 49).

Além da enorme contribuição ao jornalismo, João do Rio pode ser considerado uma das pessoas que mais fez pela relação cultural entre Brasil e Portugal no pós-independência. Como todo homem de cultura da época, assim que suas economias lhe permitiram, fez a travessia de navio em busca de um mergulho cultural na Europa. Ao todo, foram quatro viagens, com passagens quase sempre prolongadas por Portugal: a primeira aconteceu em 1909, a segunda, em 1911, a terceira, de dezembro a fevereiro de 1914, e a quarta e última, em 1919.

Em sua primeira visita a Portugal, ele ficou encarregado de enviar reportagens à *Gazeta de Notícias* sobre a situação do país a partir da perspectiva de um brasileiro. Pode-se dizer que foi amor à primeira visita. Esses textos, sob o título de *Portugal d'agora,* posteriormente foram publicados sob a forma de livro e marcam a relação intimo--amorosa que João do Rio manteve ao longo da vida com o país. Esse encantamento se prolongou e gerou frutos.

O escritor cultivou um dos maiores laços culturais e literários entre Brasil e Portugal, construído em especial a partir de sua relação com o poeta português João de Barros. Os dois se conheceram durante a primeira viagem de João à Europa, em 1909. A amizade, no entanto, não se restringiu aos laços de afeto, transformou-se também em um projeto conjunto de aproximação entre os dois países, concretizado na produção da revista *Atlântida*, publicação luso-brasileira, mensal, com temas que versavam sobre arte, literatura, política, com colaboração de escritores portugueses e brasileiros. O objetivo da revista era, a partir da cultura, promover a união lusófona entre os países irmãos, no que, pode-se dizer, foi bem-sucedido. Sua relação com Portugal excedia, no entanto, os laços culturais. O jornalista foi um defensor da colônia portuguesa no Brasil em diversas ocasiões, o que lhe rendeu enorme simpatia por parte dos portugueses estabelecidos no país. Esse fato lhe possibilitou tanto receber auxílio para abertura de um jornal próprio quanto deferências, como a ocorrida no retorno de sua última viagem à Europa, em 1919, quando «foi homenageado pela colônia lusitana com um banquete para 400 convidados no Clube Ginástico Português, com orquestra sinfônica e cerca de mil espectadores» (RODRIGUES, 2010: 247), o que só confirma seu enorme prestígio.

João do Rio faleceu de um infarto fulminante do miocárdio, em 1921, aos 39 anos de idade, e seu velório, que durou dois dias, confirmou a popularidade de que gozava o autor, com a presença espantosa de cerca de cem mil pessoas ao longo do cortejo até o cemitério São João Batista. A notícia da morte de João do Rio repercutiu prontamente em Portugal e logo apareceram declarações e homenagens ao tão querido escritor, que tanto empenho mostrou a favor da comunidade lusa. O mesmo ocorreu nas páginas de *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (Lisboa, 1851-1932), que dedica ao escritor um «elogio»

póstumo. O texto não apresenta indicação de autoria e é antecedido pela reprodução da fotografia e do autógrafo do homenageado, como era comum nas colunas da publicação.

O artigo de homenagem à passagem de João do Rio foi produzido a partir da montagem de variados textos publicados na imprensa portuguesa, mas com informações quase sempre incompletas. Assim, há um mosaico variado, com enfoques também diversos, embora alguns elementos quase sempre coincidam.

A primeira parte do artigo escrito especificamente para o almanaque inicia com referências à última visita de João do Rio a Lisboa, à sua «brilhante conferência [«Pela aproximação luso-brasileira»] no palco Nacional» (*NALLB*, 1922: 5). Ressaltam-se as qualidades do orador, passa-se ao elogio de suas qualidades morais para chegar ao que se torna o centro da homenagem: a importância do jornalista brasileiro na «luta pelo congraçamento de dois elementos étnicos tão afins» (*NALLB*, 1922: 6), ou seja, ao seu papel na busca de uma união entre Brasil e Portugal. O texto enfatiza, em especial, a defesa que João do Rio fez dos imigrantes portugueses no Brasil e a sua resistência a todo tipo de provocação, ameaça, insulto, o que talvez tenha lhe custado um alto preço político e pessoal.

De fato, João do Rio tomou para si, por exemplo, a defesa dos pescadores portugueses, em especial os de Póvoa de Varzim, que abasteciam o Rio de Janeiro, no episódio da nacionalização da pesca, quando se tornou obrigatória a naturalização de estrangeiros que desejassem continuar em sua profissão, fato que desagradou a comunidade portuguesa e gerou severos atritos políticos. João do Rio usou as páginas de seu jornal *A Pátria* para a veemente defesa dos pescadores portugueses, o que lhe angariou antipatias e violências verbais e físicas.

O autor afirma não desejar compor uma biografia do autor, mas sim «uma moldura singela para o retrato do grande amigo que a morte nos arrebatou» (*NALLB*, 1922: 8). O uso estratégico de textos de outros jornais e revistas, como metalinguisticamente explica o autor do artigo não assinado, que se conclui ser o editorialista, isenta-o do compromisso de tecer um elogio próprio à altura do valor de João do Rio em terras portuguesas. De fato, o tom poético

mal permite que se contextualize, por exemplo, a defesa que João do Rio fez dos poveiros em disputa complicada, alimentada por um movimento nacionalista no Brasil. A estratégia é exaltatória, mas pouco revela do jornalista/escritor, acentuando mais sua relação estreita com a defesa de Portugal e de seus valores em terras brasileiras. As matérias dos jornais portugueses teceram comentários a respeito da morte do escritor. Subdividido em partes, o artigo começa pelo do *Diário de Notícias* (Lisboa, 1864). Pode-se dizer que foi uma boa tática utilizar escritos alheios na homenagem que o *NALLB* presta a João do Rio, dada a surpresa da sua morte tão inesperada. Tendo em vista que o articulista forneceu poucas informações sobre o personagem, os excertos coletados da imprensa portuguesa em geral deram conta de montar um quebra-cabeças que constrói um todo significativo a respeito do autor. Quase todos remetem necessariamente à importância do homenageado para as relações luso-brasileiras e ao autor como defensor de Portugal.

Não é diferente o *Diário de Notícias*, cujo texto começa por destacar o quanto a perda de Paulo Barreto representa na complexa trama de nacionalismo e perseguições aos imigrantes portugueses no contexto da época. Além disso, João do Rio dedicou uma boa parte de seus escritos à cultura e à realidade de Portugal, como atestam os livros *Canções e fados de Portugal* (1909) e *Portugal de agora*, editado pela editora Garnier em 1911, o que é destacado no texto. A morte do jornalista calou uma das maiores vozes em prol da colônia portuguesa. O *Diário de Notícias* destaca ainda, assim como o texto que o antecede, o «caso dos poveiros», tema caro a Portugal, mas vai além disso e remete à presença e à importância de Paulo Barreto em jornais, em revistas, como conferencista – há menção à conferência proferida em sua última visita a Lisboa –, como escritor talentoso, como dramaturgo produtivo, reconhecido não só em seu país. Esse painel é bem mais completo em relação ao autor, ainda que não aprofunde questões de ordem estética ou mesmo situe sua obra em um contexto mais amplo. Sobram louvores, no entanto, com destaque para as suas múltiplas facetas – membro da ABL, da Academia de Ciências de Lisboa –, naquele tom hiperbólico geralmente empregado em relação a uma pessoa falecida. A colaboração de Paulo Barreto ao *Diário de Notícias*

é destacada, o que só confirma a forte ligação do escritor com o jornalismo português.

O terceiro texto foi retirado de *O Século* (Lisboa, 1880-1977). Assim como os anteriores, menciona-se o caso dos poveiros, contextualizando-o como resultado de uma «campanha nacionalista» (*NALLB*, 1922: 13), mas sem aprofundar as razões da disputa. Aqui o João do Rio escritor aparece de forma mais nítida, com algumas de suas obras citadas nominalmente e avaliadas com expressões de mais alto valor, como «joias literárias». Além disso, há uma separação de suas obras por gênero literário e ainda são mencionadas peças que estiveram em cartaz em Portugal, como *A bela Madame Vargas* e *Eva*, ambas publicadas em 1912, cujas montagens aconteceram em 1914. Alude ainda ao seu papel como jornalista e à fundação da revista *Atlântida*, na qual a preocupação em estreitar laços literários entre Brasil e Portugal se realizou de maneira mais eficaz. O texto finaliza com dados objetivos do autor, idade em que faleceu, cidade em que nasceu, sem um fecho de efeito. No entanto, aqui o perfil que se traça é mais completo, com destaque para suas obras, suas realizações no campo intelectual e jornalístico.

O quarto texto vem do jornal *A Pátria* (Lisboa, 1890-?) e o seu autor assinala que seria impossível «traçar com serenidade a biografia literária e jornalística de João do Rio» (*NALLB*, 1922: 16), o que de fato não é feito. O texto se subdivide em três partes. Na primeira parte, a sua obra é adjetivada de modo abstrato, sem se deter sobre estilo, forma e/ou conteúdo. Aqui, no entanto, chama a atenção uma crítica sutil que se faz a sua produção como um todo, mesmo destacando aspectos positivos de sua prosa, «nervosa, apressada, mordaz, incisiva", com o autor "recolhendo, anotando e caminhando" (*NALLB*,1922: 16). Curiosamente, o que parece ser um elogio é, ao cabo, uma prévia para uma crítica que pode passar despercebida, a de que «talvez, por isso mesmo, [João do Rio] tivesse perdido em profundidade o que ganhou em extensão» (*NALLB*,1922: 16; grifos nossos). De todos os textos transcritos de outros periódicos, este é o único em que uma análise mais negativa é feita em meio a adjetivos elogiosos e quase seguida de um pedido de desculpas, sem que isso se torne efetivamente um desqualificador da escrita de João do Rio. O aspecto «apressado», de quem «caminha e anota», comum ao *flâneur* que, de fato, ele era, não retira a importância

do autor como um observador/registrador de uma realidade que se amplia e que não mais se apresenta em sua plenitude, recortada por um olhar moderno, em que fragmentos compõem o real. Assim, o autor do texto destaca a crônica como o gênero por excelência do escritor, justo a forma que dá conta de revelar aspectos do real momentâneo. Se poderia haver perda de profundidade em textos de maior fôlego, na crônica, segundo o autor da homenagem, João do Rio se destacava.

Na segunda parte do mesmo artigo, como não poderia deixar de ser, o autor também se volta para a relação especial que o escritor mantinha com Portugal, citando sua defesa dos poveiros contra o nativismo que vigorava no Brasil, assim como anota a sua contribuição na imprensa portuguesa, sua amizade com João de Barros, seu lugar no coração dos portugueses. Considera sua existência como a de alguém que viveu intensa e plenamente ao longo de seus 39 anos.

Na terceira parte, a obra de João do Rio ganha destaque. Dos quatro trechos reproduzidos no *NALLB*, este é o que mais aprofunda a produção do autor. Diferenciam-se os gêneros de produção, os jornalísticos e os literários, e citam-se diversas obras para cada categoria especificada, romances, contos, livros de viagens, destacando sua produção teatral, para o aspecto sociológico de algumas de suas produções, como *A alma encantadora das ruas*, além de sua conhecida verve como conferencista de prestígio. O autor anônimo alude, inclusive, a algumas conferências que mereceram publicação, como *Psicologia urbana*, *Sésamo* e *Adiante.* O seu trabalho como tradutor, citado *en passant* no texto de *A Pátria,* é ressaltado, relacionado ao aspecto escandaloso das obras de Oscar Wilde, com quem João do Rio se identificava, consoante ao estilo livre do próprio tradutor. Um aspecto não mencionado por outros autores diz respeito ao trabalho de crítico, que também é posto em evidência.

Interessante observar que o texto demonstra largo conhecimento sobre o autor e sua produção, a ponto de avaliá-la a partir de seu modo de produção: «desde a crônica rápida, escrita no lufa-lufa das redações, até ao romance ponderado em seu gabinete de trabalho, o culto de João do Rio pela forma permanece brilhante» (*NALLB*, 1922: 20; grifos nossos). Os textos em fragmentos de *A Pátria* são, sem dúvida nenhuma, os que compõem um painel mais preciso e expressivo do autor reverenciado.

Para concluir, o «elogio» reproduz uma nota emitida pela Câmara Municipal de Lisboa. Nela, noticia-se a aprovação, por unanimidade, da proposta do Vereador Manuel Martinho para colocar o nome de João do Rio numa das ruas de Lisboa, acompanhada por parecer do Sr. Eduardo Moreira para que «à rua da Penha de França, situada entre as praças do Brasil e Rio de Janeiro» fosse dado o nome do brilhante jornalista» (*NALLB*, 1922: 20), o que aconteceu, mas não perdurou[43]. Há, todavia, em Lisboa um jardim-praça com o nome de João do Rio. Inaugurada em 1950 e localizada entre a Praça do Areeiro e a Alameda Dom Afonso Henriques, esta praceta integra, num monumento em pedra e bronze do escultor Álvaro de Brée, um medalhão com a efígie de João do Rio e a inscrição da sua autoria: «Nada me devem os portugueses por amar e defender portugueses, porque assim amo, venero e quero duas vezes a minha pátria.»[44]

João do Rio caiu em ostracismo durante muito tempo no Brasil, a despeito de todo sucesso que angariou em vida. Em Portugal, no entanto, seguiu sendo prestigiado e estudado. Atualmente, a reabilitação do grande jornalista e escritor está presente nas reedições de seus livros, nos muitos estudos de sua obra, na homenagem que ganhou ao ser tema da Festa Literária de Paraty (FLIP 2024). Nada mais justo para quem tanto amou Brasil e Portugal e que registrou o Rio de Janeiro de alto a baixo, das festas de elite ao *basfond* da Lapa. João era do Rio e também era de Lisboa. Portugal sempre soube disso.

Notas

1 João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, mais conhecido como João do Rio, nasceu no Rio de Janeiro em 1881. Jornalista, escritor de grande sucesso do Brasil do início do século XX, visitou Portugal algumas vezes e estabeleceu relação fraterna com o país, a ponto de, na companhia do escritor português João de Barros, fundar a revista *Atlântida* (Brasil/Portugal, 1915-1920), com o objetivo de congraçar as culturas brasileira e portuguesa. Faleceu de infarto fulminante do miocárdio, em 1921, aos 39 anos de idade.

2 O Teatro Nacional abriu as portas em abril de 1846, durante as comemorações do 27.º aniversário de D. Maria II, passando por isso a exibir o seu nome na designação oficial. Seu projeto nasce, contudo, quando Passos Manuel assume a direção do Governo, na sequência da Revolução de 9 de

setembro de 1836, e encarrega Almeida Garrett de apresentar um plano para a fundação e organização de um teatro nacional que contribuísse para o aperfeiçoamento moral da nação e que levasse a cena repertório dramatúrgico português.

3 Em consequência da 1ª Guerra Mundial, João do Rio passou um tempo sem ir a Portugal. Finda a guerra, viajou à Europa como correspondente do jornal *O País* (Rio de Janeiro, 1884-1930). Desembarcou em Lisboa em janeiro de 1919 e, regressando ao final da temporada francesa, foi convidado a proferir a conferência citada («A aproximação luso-brasileira»), a 7 de junho de 1919, no Teatro Nacional (ver LEVIN, 2022: 18).

4 Referência ao antilusitanismo que grassava no Brasil desde os movimentos independentistas e à defesa dos portugueses realizada por João do Rio.

5 Alusão à imigração de pescadores portugueses para o Brasil: «Os pescadores […] eram todos de origem portuguesa, oriundos dos Açores (em Santa Catarina) ou da cidade de Póvoa do Varzim (no Rio de Janeiro e no Pará)» (RODRIGUES, 2010: 256).

6 Mais precisamente Póvoa do Varzim. Esta passagem refere-se aos pescadores oriundos de Póvoa de Varzim (Portugal), que abasteciam de pescado os mercados do Rio de Janeiro. João do Rio tomou sua defesa quando o Governo brasileiro os ameaçou com a lei de nacionalização, que passou a exigir sua naturalização para a renovação da autorização de pesca. Após a morte de João do Rio, a Póvoa de Varzim prestou-lhe homenagem ao dar seu nome a uma pequena rua no centro da cidade, junto à Câmara Municipal.

7 Expressão utilizada para referir a grupo étnico e linguístico que engloba povos africanos e do Oriente Médio, com base em características culturais compartilhadas. Nomes bíblicos, «hamito» se reporta ao ancestral dos povos africanos e «semita» deriva de «Sem», considerado ancestral dos povos do Oriente Médio.

8 Poveiras: mulheres naturais de Póvoa do Varzim.

9 João do Rio foi ferozmente atacado em jornais e até mesmo fisicamente devido à sua defesa dos poveiros. Sergio Rodrigues relata que ele foi agredido por grupo de militares, quando almoçava sozinho no restaurante da Brahma: «Antes que [ele] pudesse fazer qualquer coisa, uma saraivada de socos e bengaladas o atirou no chão onde ainda foi chutado na cara, no fígado e no traseiro» (RODRIGUES, 2010: 257). Num artigo intitulado «Pela ordem», Antônio Torres defendeu os agressores e atacou ferinamente João do Rio, enfatizando sua homossexualidade: «Aí está, não digo em carne e osso, mas em banha e toucinho, o animal que explora o simples pontapé casual que lhe deu outro dia no fim da espinha um tenente da Armada, que estava em companhia do brioso comandante Frederico Villar,

tipo de marinheiro disciplinado, valente e patriota, que não brinca com recalcitrantes e traidores, mas que é uma pomba com os pobres e perseguidos pescadores brasileiros […] que sabem matar peixe e sabem também matar traidores pederastas passivos» (*apud* RODRIGUES, 2010: 259).

10 Periódico lisboeta, o *Diário de Notícias* (*DN*) foi fundado em 1864 pelo jornalista e escritor Eduardo Coelho e pelo industrial tipográfico Tomás Quintino Antunes. Pelas suas páginas passaram colaborações de nomes importantes da literatura portuguesa, como Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Pinheiro Chagas, Cesário Verde.

11 A obra foi republicada como *ebook* na Coleção Brasil (AZEVEDO, LUCA, 2020).

12 No *DN*, consta: «velhas virtudes lusitanas».

13 Coletânea sobre o cancioneiro lusitano, constando de 35 fados, 85 canções e 78 danças, encomendada a João do Rio pela editora Garnier, quando de sua primeira viagem a Europa (1908-1909).

14 Fundada em 24 de dezembro de 1779, a Academia das Ciências de Lisboa congregou naturalistas, literatos e outros intelectuais portugueses e estrangeiros, articulando Portugal aos demais círculos ilustrados europeus. Em 1913, quando em sua terceira viagem à Europa, João do Rio foi empossado sócio correspondente estrangeiro da Academia de Ciências de Lisboa.

15 Nos periódicos em que escrevia, como o *DN,* muitas vezes João do Rio emprestou sua pena para enaltecer as virtudes portuguesas, assim como utilizou as páginas do jornal que dirigia, *A Pátria*, para fazer a defesa dos poveiros da Póvoa de Varzim.

16 *A Pátria* (1920-1940), jornal matutino diário carioca fundado por João do Rio, foi sua derradeira empreitada. Em suas páginas defendia os interesses da colônia portuguesa, que seriam prejudicados pela nacionalização da pesca.

17 De forma geral, João do Rio foi bem recebido em todos os locais da Europa que visitou. Há registros notáveis de sua passagem por Lisboa, Porto, Paris, alguns com impressões do autor sobre as cidades visitadas, muitos dos quais se tornaram matéria publicada nos jornais em que colaborava.

18 João do Rio é filho do matemático positivista gaúcho, Alfredo Coelho Barreto, e da dona de casa carioca, Florência dos Santos Barreto. Ele, professor e ela, sua aluna, conheceram-se num curso em que rapazes com posses dedicavam-se a ensinar meninas pobres. Apaixonaram-se e casaram em 1877. No dia da cerimônia, Alfredo tinha 23 anos e Florência mal atingira os 15. Florência era a segunda de uma família de quatro filhas, de mãe mulata casada com um médico.

19 Antepassado não identificado.

20 A Guerra da Cisplatina (1825 a 1828) foi um conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina) pelo controle da região cisplatina atualmente conhecida como Uruguai, que havia sido incorporada ao Império do Brasil em 1824. Foi a primeira guerra de que o Brasil participou como nação independente. O resultado do confronto foi desastroso para o Brasil, que, além de perder a Cisplatina, teve de amargar uma intensa crise econômica.

21 Anônimo, «Morto ilustre / Paulo Barreto (João do Rio)». *Diário de Notícias*, 25 de junho de 1921, p. 1, coluna 3. Ao título segue o subtítulo: «Morreu no Brasil o escritor / notável do Alma encantadora das ruas», acompanhado por fotografia, com a identificação «Paulo Barreto (João do Rio)». O artigo reproduz texto em que a Câmara Municipal de Lisboa propõe dar o nome do escritor a uma rua da cidade. Esse texto antecede a segunda parte do artigo do Diário de Notícias, não transcrita no *NALLB*. Separada da primeira e revelando nova perspectiva, essa parte não parece escrita pelo mesmo autor.

22 Jornal matutino diário publicado em Lisboa, *O século* circulou entre 1880 e 1979. Fundado pelo jornalista e advogado Sebastião de Magalhães Lima, contou com a contribuição de uma elite de jornalistas e intelectuais republicanos. Após o fim do Estado Novo, foi nacionalizado e, em 1979, encerrado.

23 João de Barros (1881-1960), político e poeta português, ocupou importantes cargos públicos, entre os quais o de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1924. Foi um entusiasmado defensor do estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal, o que o aproximou de João do Rio, com quem manteve longa e afetuosa amizade, e com quem dirigiu a revista luso-brasileira *Atlântida*.

24 No *NALLB,* por lapso: «*Monumento literário*».

25 Livro planejado mas não realizado, devido à morte súbita do escritor.

26 Obra não localizada.

27 «Última noite» não é um texto teatral e sim um conto publicado no volume intitulado *Dentro da noite*.

28 No *NALLB,* por lapso: «*Os dias que passam*».

29 Anônimo, «Paulo Barreto / (João do Rio)». *O Século*, 25 de junho de 1921, página 1, coluna 2. O título é acompanhado por subtítulo («Morre na capital do Brasil, acometido de uma congestão este grande amigo de Portugal») e foto com dupla nomeação «Paulo Barreto (João do Rio)». No final com o título «Senado municipal presta homenagem à memória de 'João do Rio'» noticia-se que a Câmara Municipal de Lisboa pretende dar o nome do escritor carioca a uma das ruas da cidade.

30 *A Pátria* (1890-1920), periódico português que não deve ser confundido com o jornal carioca homônimo, fundado por Paulo Barreto.

31 Cigarros que vinham em uma caixinha com uma imagem em alto relevo do navio homônimo.
32 Rúben Darío (1867-1916), poeta, jornalista e diplomata nicaraguense, é considerado o maior representante do modernismo literário em língua espanhola.
33 Obra não localizada.
34 No *NALLB*, por lapso: «*Rosário de ilusões*»
35 Obra não localizada.
36 Peça não localizada.
37 Obra não localizada.
38 Não é uma peça, mas um relato sobre o encontro de João do Rio e Olavo Bilac, publicado em *O momento literário*.
39 O título da obra está grafado de forma diferente noutra passagem do artigo.
40 Albion: nome atribuído às Ilhas Britânicas, embora geralmente seja usado só para se referir à Inglaterra.
41 Anônimo, «João do Rio». *A Pátria*, 25 de junho de 1921, página 1 (capa), coluna 6 e página 2, coluna 1. O artigo inclui fotografia do escritor e, tal como em *O Século,* reproduz um texto em que a Câmara Municipal de Lisboa propõe dar o nome de João do Rio a uma rua da cidade. O curioso que essa nota antecede a segunda parte do artigo que não foi transcrita no *NALLB* e que está separada da primeira, como se fosse escrita por outra pessoa, sob uma nova perspectiva.
42 Há atualmente em Lisboa um jardim-praça com o nome de João do Rio, inaugurado em 1950 e localizado entre a Praça do Areeiro e a Alameda Dom Afonso Henriques.
43 «Sabia que a Calçada Engenheiro Miguel Pais, em Lisboa, até 1916, foi designada por Rua da Penha de França; em 1916, com a passagem da designação da Estrada da Penha de França, para Rua da Penha de França e, para evitar confusões, passou a designar-se de Calçada da Penha de França, para logo de seguida, passar a designação para Calçada João do Rio, designação que manteve até 1948. Em 1948, através do Edital Municipal de 23-12-1948, passou a designar-se por Calçada Engenheiro Miguel Pais». Fonte: Câmara Municipal de Lisboa – Toponímia de Lisboa. Disponível em: https://ruascomhistoria.wordpress.com/2017/04/07/ruas-que-ja-tiveram-outros-nomes-19/. Acesso em julho 2024.
44 «Brazucas flanando por Lisboa terão o prazer de se ver, de repente, numa pracinha que corta a avenida Almirante Reis, no Areeiro. Se consultarem a placa com o nome, lerão: praça João do Rio. Os portugueses são gratos ao brasileiro João do Rio (1881-1921) por ele, como jornalista, ter defendido seus emigrantes numa época de particular lusofobia no Brasil: as vésperas do centenário

da Independência, em 1922». Disponível em: https://revistaindependencia.pt/2024/06/18/joao-do-rio-nao-e-nome-de-rua-no-rio-em-lisboa-tem-uma-bela-praca-isso-talvez-lhe-bastasse/

Referências bibliográficas

A Pátria: jornal independente. Rio de Janeiro, 1920-1940. Disponível em: https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/serials-titles/item/7287-a-patria. Acesso em abril 2024.

Atlântida. Lisboa, 1915-1920*.* Disponível em: https://pt.revistasdeideias.net/pt-pt/atlantida/foreword/presentation.

«João do Rio» (1921). *A Pátria*, 25 de junho, página 1, coluna 6 e página 2, coluna coluna 1.

LEVIN, Orna (2022). «Um tributo a João do Rio». In: Orna Levin e Gilda Santos. *João do Rio: centenário de um acervo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, p. 11-21.

«Morto ilustre / Paulo Barreto (João do Rio)» (1921). *Diário de Notícias,* 25 de junho, p. 1, coluna 3

«Paulo Barreto / (João do Rio)» (1921). *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1922.* Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, p. 5-21.

«Paulo Barreto / (João do Rio)» (1921). *O Século*, 25 de junho, página 1, coluna 2. NB: O título é acompanhado por subtítulo («Morre na capital do Brasil, acometido de uma congestão este grande amigo de Portugal») e foto com dupla nomeação «Paulo Barreto (João do Rio)». No final com o título «Senado municipal presta homenagem à memória de 'João do Rio'» noticia-se que a Câmara Municipal de Lisboa pretende dar o nome do escritor carioca a uma das ruas da cidade.

RIO, João do (1905) – *As religiões no Rio.* Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor.

RIO, João do (1908) – *A alma encantadora das ruas.* Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor.

RIO, João do (1909) – *Cinematógrafo.* Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.

RIO, João do (1910) – *Dentro da noite.* Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor.

RIO, João do (1909) – *Fados e canções de Portugal.* Rio de Janeiro: Garnier.

RIO, João do (1910) – *O momento literário.* Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor.

RIO, João do (1912) – *A bela Madame Vargas.* Rio de Janeiro: F. Brigier & Cia. Livreiros-Editores.

RIO, João do (1912) – *Os dias passam.* Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão.

RIO, João do (1916) – *Crônica e frases de Godofredo de Alencar.* Rio de Janeiro: Villas-Boas.

RIO, João do (1916) – *Eva* (peça em três atos) *a propósito de uma menina original*. Rio de Janeiro: Villas-Boas.

RIO, João do (1918) – *A correspondência duma estação de cura.* Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo.

RIO, João do (1919) – *A mulher e os espelhos.* Lisboa: Portugal-Brasil Limitada; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

RIO, João do (1919) – *Na Conferência da Paz.* Rio de Janeiro: Villas-Boas.

RIO, João do (1930) – *Era uma vez.* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

RIO, João do (1932) – *Desejo.* Rio de Janeiro: Pátria Portuguesa.

RIO, João do (1992) – *A profissão de Jacques Pedreira.* São Paulo: Editora Scipione [1ª ed. 1911].

RIO, João do (2020) – *Portugal de Agora.* Introdução e notas de Silvia Maria Azevedo e Tania Regina de Luca. Lisboa/ São Paulo: CLEPUL/ Ed. UNESP [1ª ed: 1911].

RIO, João do [s. d.] – *Rosário da ilusão.* Lisboa, Rio de Janeiro: Cia. Editora Americana.

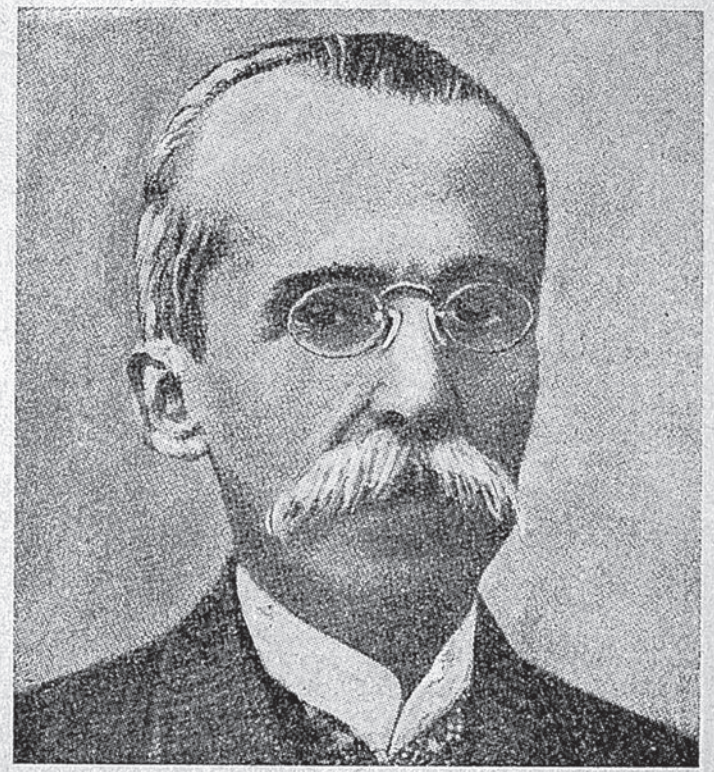
RODRIGUES, Sérgio (2010) – *João do Rio - vida, paixão e obra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

WILDE, Oscar (1908) – *Salomé.* Tradução de João do Rio. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier.

WILDE, Oscar (1923) – *O retrato de Dorian Gray.* Tradução de João do Rio. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier.

WILDE, Oscar [s. d.] – *Intenções.* Tradução de João do Rio. Paris/Rio de Janeiro: H. Garnier.

Marta Rodrigues
CLEPUL



RUI BARBOSA

Rui Barbosa

Rui Barbosa nasceu na cidade de São Salvador (Bahia), em 5 de novembro de 1849.

Aos 15 anos de idade, em 1864, concluiu o seu curso preparatório, dando notáveis provas acadêmicas. Por exigências da lei, que não lhe permitiam matricular-se antes, só em 1866 pôde prosseguir nos cursos superiores, vindo a concluir o Curso de Direito em 1870 com 21 anos incompletos, na faculdade de São Paulo[1].

A vida de Rui Barbosa foi uma série ininterrupta de triunfos, a que tinha incontestavelmente direito pela pujança do seu talento. Simples, arrebatador e bom, tem o seu nome ligado à emancipação dos escravos. A sua obra literária é vastíssima e de raro valor.

O seu falecimento, corrido em Petrópolis (Rio de Janeiro) em 28 de fevereiro de 1923[2], causou em todo o Brasil a mais profunda e dolorosa impressão. Os artigos necrológicos dos diversos jornais puseram em destaque a superioridade moral e intelectual do eminente jurisconsulto, admirado e respeitado em todo o mundo.

O governo brasileiro decretou luto em todo o território da grande República, sendo os seus funerais feitos às expensas da nação e sendo-lhe prestadas honras de chefe de Estado. O corpo foi embalsamado e encerrado em uma riquíssima urna, que foi exposta na igreja de Petrópolis, onde foi visitado pelas mais altas personalidades brasileiras, que, por turnos, velaram o cadáver do eminente cidadão.

Na cidade da Bahia, trabalha-se ativamente para efetuar a construção de um mausoléu, onde virá a repousar o mais ilustre dos seus filhos[3].

Os funerais do saudoso extinto constituíram uma manifestação imponentíssima do quanto era querido o eminente jurisconsulto. Das janelas de todo o percurso, ladeado pelas tropas, pendiam crepes, e a multidão descobria-se reverente à passagem do que fora o maior cidadão brasileiro do seu tempo.

No cortejo, incorporaram-se todas as individualidades da política, da finança e da ciência, e bem assim todo o corpo diplomático acreditado junto da República brasileira.

Não menos de 15.000 pessoas acompanharam o corpo ao cemitério, notando-se para cima de 500 coroas [de flores], transportadas em muitos automóveis.

Foram pronunciados vibrantes discursos, entre outros, dos Srs. Constâncio Alves[4], em nome da Academia Brasileira[5]; Rafael Pinheiro[6], em nome da mocidade brasileira; Coelho Neto[7], pela Liga de Defesa Nacional[8]; Lemos de Brito[9], pela colônia baiana; Pinto de Carvalho[10], pelas Escolas Superiores da Bahia, etc.

*

Com a devida vênia, transcrevemos do nosso grande diário da manhã, o *Diário de Notícias*, as palavras que se seguem:

> Jornalista, político, diplomata, jurisconsulto, orador, o seu talento dispersou-se às mãos cheias, em páginas cintilantes de livros, de jornais, de revistas, e, sobretudo, em admiráveis e cintilantes discursos que o elevaram à categoria de primeiro orador brasileiro.
>
> «Boca de ouro», como lhe chamavam os seus patrícios, a palavra culta, entusiástica e vibrante de Rui Barbosa nunca foi proferida senão ao serviço duma causa justa, ou ao serviço da Pátria, que o eminente brasileiro tanto soube honrar, quer no seu *fauteuil* de senador[11], quer na sua cadeira de ministro, quer na Conferência de Haia[12], em 1907, onde representou o Brasil com notável brilho e assinalada competência. E o Brasil adorava Rui Barbosa, ou apenas o «Rui» como todo o brasileiro diz quando se refere ao insigne jurisconsulto.
>
> A sua nobre figura de político veio já do Império, que serviu como deputado da bancada liberal, na hora em que o Brasil acordava para a realização do seu grande sonho de liberdade.
>
> Foi depois um dos primeiros ministros da República, sobraçando a pasta da Fazenda[13] com tanta proficiência e tanto brilho que conseguiu ser a primeira figura do ministério[14] de que fez parte. A sua obra foi combatida, sem que os ataques que lhe foram dirigidos[15] conseguissem macular a sua honra ou empanar o brilho da sua inteligência culta. Não chegou a ocupar a presidência da República, apesar de ter proposto algumas vezes a sua candidatura[16]. Os interesses políticos, que muitas vezes não

são os interesses da Pátria, arranjaram sempre maneira de pôr à margem o nome glorioso de Rui Barbosa.

Compreende-se. De uma envergadura moral toda moldada no culto do direito, o sábio jurisconsulto não se prestava a servir a meros interesses políticos, queria servir apenas a grande nação que lhe foi berço. Nas penúltimas eleições para o cargo de Presidente da República, o seu nome foi vencido nas urnas pelo do Sr. Dr. Epitácio Pessoa[17]. Rui Barbosa era o candidato do Brasil culto, dos homens de letras, dos homens de ciência, dos homens de direito, de uma *élite* intelectual que não conseguiu fazer vingar a sua candidatura em face do prestígio e da força política de que se tinha rodeado o nome do Sr. Dr. Epitácio Pessoa.

Rui Barbosa esteve em Portugal durante três meses, em 1893, refugiado político, por ocasião da Revolta da Armada[18] que foi dirigida pelo almirante Saldanha da Gama[19]. A sua carreira de jurisconsulto e de orador foi toda ela assinalada por notáveis triunfos, a que a sua inteligência superior e a sua vastíssima cultura tinham incontestável direito. Rui Barbosa foi, acima de tudo, um mestre do Direito. A sua opinião era um acórdão. E foi também o mais português dos oradores brasileiros. A sua palavra eloquente só tem entre nós um termo de comparação: a prosa vernácula de Herculano.

Há pouco tempo ainda, quando o Sr. Dr. António José de Almeida[20] visitou o Brasil, Rui Barbosa teve ensejo de falar ao Sr. Presidente da República do seu amor pelo nosso país e da sua grande admiração pelos nossos grandes homens.

Apesar dos seus 74 anos, o egrégio brasileiro ainda não se tinha resignado a abandonar definitivamente a atividade política. É certo que já muito raramente ocupava a sua cadeira do Senado, mas afirmam as pessoas que eram da sua intimidade que acariciava o velho sonho de ser Presidente da República, que morre sem ver realizado – ele que foi o maior brasileiro do seu tempo.[21]

*

Transcrevemos ainda, a seguir, um trecho de uma bela oração proferida em São Paulo[22], e dirigida aos moços da faculdade daquela cidade, que nos foi facultada por um distinto colaborador:

– Não invertais a economia do nosso organismo: não troqueis a noite pelo dia, dedicando este à cama, e aquele às distrações.

O que se esperdiça para o trabalho com as noitadas inúteis, não se lhe recobra com as manhãs de extemporâneo dormir, ou as tardes de cansado labutar.

A ciência, zelosa do escasso tempo que nos deixa a vida, não dá lugar aos tresnoites libertinos. Nem a cabeça exausta nos prazeres tem onde caiba o inquirir, o revolver, o meditar do estudo. Os próprios estudiosos desacertam, quando iludidos por um hábito de inversão, antepõem o trabalho, que entra pela noite, ao que precede o dia.

A natureza nos está mostrando com o exemplo, a verdade. Toda ela, nos viventes, ao anoitecer, inclina para o sono. A esta lição geral só abrem triste exceção os animais sinistros e carniceiros...

Mas, quando se avizinha o volver da luz, muito antes que ela arraie[23] a natureza, e ainda primeiro que alvoreça no firmamento, já rompeu na terra em cânticos a alvorada, já se orquestram de harmonias e melodias campos e selvas, já o galo, não o galo triste do luar dos sertões do nosso Catulo[24], mas o galo festivo das madrugadas retine ao longe a estridência dos seus clarins, vibrantes de jubilosa alegria.

Ouvi, no poema de Job, a voz do senhor, perguntando a seu servo, onde estava quando o louvavam as estrelas da manhã: *Ubi eras... cum me laudarent astra matutina*[25]?...

[…][26]

Estudante sou. Nada mais. Mau sabedor, fraco jurista, mesquinho advogado, pouco mais sei do que saber estudar, saber como se estuda, e saber que tenho estudado. Nem isto mesmo sei se saberei bem.

Mas, do que tenho sabido, a maior parte devo às manhãs e madrugadas.

Muitas lendas se têm inventado, por aí, sobre excessos de minha vida laboriosa. Deram, nos meus progressos intelectuais, larga parte ao uso em abuso do café e ao estímulo habitual dos pés mergulhados em água fria. Contos de imaginadores. Refratário sou ao café. Nunca recorri a ele como a estimulante cerebral. Nem uma só vez na minha vida busquei num pedilúvio[27] o espantalho do sono.

> Ao que devo, sim o melhor dos frutos do meu trabalho, a relativa exabundância da sua fertilidade, a parte mais produtiva e durável da sua safra é às minhas madrugadas.
>
> Menino ainda, assim que entrei no colégio, alvitrei eu mesmo a conveniência desse costume, e de aí avante o observei, sem cessar, toda a minha vida. Eduquei nele o meu cérebro, a ponto de madrugar exatamente à hora, que comigo mesmo assentara, ao dormir. […] Muitas vezes me mandava meu pai volver ao leito; e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após àquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com mais saudades...
>
> […]
>
> Até agora, nunca o sol deu comigo deitado; e, ainda hoje, um dos meus raros e modestos desvanecimentos é o de ser um grande madrugador, madrugador impenitente... [28]

Da enorme vastidão da sua obra valiosíssima, dá uma ideia a nota bibliográfica, que damos a seguir:

> *O Papa e o Concílio*, de Janus, versão e introdução, 1877; *Alexandre Herculano*, discurso, 1877; *Castro Alves*, elogio, 1881; *Reforma do ensino secundário superior*, 1882; *O Marquês de Pombal*, 1822; *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares*, 1883; *Lições de coisas*, de Calkins[29], tradução e adaptação, 1886; *Swift*[30], estudo literário, 1887; *José Bonifácio (O moço)*, 1887; *O estado de sítio*, discursos e escritos, 1892; *Finanças e política da República*, 1892; *Os atos inconstitucionais do congresso executivo ante a justiça federal*, 1893; *Visita a terra natal*, 1893; *Cartas de Inglaterra*, 1896; *Anistia inversa: caso de teratologia jurídica*, 1896; *Código Civil Brasileiro*, parecer, 1902; *Código Civil Brasileiro*, réplica – Francisco de Castro, prefácio aos discursos, 1902; *Discurso na colocação do grau de bacharel em ciências e letras*, em Friburgo, 1903; *Discurso em Paris ao regressar de Haia*, 1907; *O Brasil e as nações latino-americanas em Haia*, 1908; *Machado de Assis*, discurso no enterro, 1908; *Anatole France*, *discours*, 1909; *Plataforma*, 1910; *Contra o militarismo: campanha eleitoral de 1909 1910*, 4 vol.; *Excursão eleitoral aos Estados da Bahia e de Minas Gerais*, 1911; *Manifesto à Nação contra o militarismo*, 1911; *Discurso em Buenos Aires*, 1916.

Fez diversas conferências sobre a guerra e uma sobre Oswaldo Cruz[31], *A obra científica do glorioso criador da medicina experimental no Brasil* apreciada pelo conselheiro Rui Barbosa, na Sessão cívica de 27-05-1917 no Teatro Municipal.

Colaborou nos principais jornais do Brasil.

*

Tal era o cidadão ilustre, o jurisconsulto insigne que a pátria irmã acaba de perder, e que, sem dúvida alguma, foi o maior brasileiro do seu tempo.

O nosso anuário associa-se à dor dos seus queridos irmãos de além-mar, deixando aqui bem expresso o seu sentimento pela perda daquele que foi também um grande amigo de Portugal.

[Sem indicação de autor]

Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1924. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, 1923, p. 5-18 e retrato do homenageado, p. 4.

Sobre Rui Barbosa

Apresentado como «o maior brasileiro do seu tempo», Rui Barbosa é o homenageado no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1924* em razão do seu falecimento no ano anterior. Em um texto não assinado, ou seja, de autoria da própria redação do *NALLB*, refere como uma de suas fontes de informação os «artigos necrológicos dos diversos jornais» brasileiros, sem que nenhuma publicação específica seja mencionada (*NALLB*, 1924: 6). O fato de não ser um texto autoral encomendado a propósito para a seção, mas uma adaptação de prováveis outros textos publicados na circunstância, meses antes, assim como o próprio perfil do biografado, apresentado com honras de chefe de Estado, explicam em parte o modo descritivo e o tom hiperbólico da apresentação.

De início, há o reconhecimento da importância de Rui Barbosa para o Brasil e a admiração e o respeito «em todo o mundo», demonstrados a partir dos adjetivos à sua trajetória, feita de «uma série ininterrupta de triunfos», aos quais «tinha incontestavelmente direito pela pujança do seu talento» (*NALLB*, 1924: 6). Entre seus feitos, o apoio à «emancipação dos escravos» e a realização de uma obra literária «vastíssima e de raro valor» são os dois aspectos destacados pelo redator do *NALLB* – escolhas que também revelam seus critérios de valoração.

Com base nesses jornais não identificados, o *NALLB* reproduz minúcias do sepultamento – inclusive destacando que os custos foram arcados pelo governo brasileiro –, com descrições precisas como a do «corpo embalsamado em uma riquíssima urna» ou referências às «altas personalidades» que não apenas «velaram o cadáver do eminente cidadão», mas também «pronunciaram vibrantes discursos». A deferência ao personagem é também demonstrada com as não menos de quinze mil pessoas a acompanhar o corpo ao cemitério, as quinhentas coroas de flores enviadas e a proposta de construção de um mausoléu na Bahia para futuro translado do corpo (*NALLB*, 1924: 6-8).

No entanto, uma das informações de maior relevância diverge do que foi divulgado pela imprensa da época no Brasil (*Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio*, ambos a 2 março de 1923) e em Portugal (*Diário de Notícias*, 3 março de 1923): a data de falecimento é apresentada

como 28 de fevereiro, na cidade serrana de Petrópolis, Rio de Janeiro (*NALLB*, 1924: 6), ao invés de 1º de março de 1923, como também consta na biografia oficial do jurisconsulto. O calendário, ou melhor, a marcação do tempo, uma das características centrais do almanaque como gênero editorial, foi fixada com uma incorreção. O que seria um equívoco comum numa publicação diária ou semanal, no anuário, denota um modo mais ligeiro que a data, ou mesmo o elogio como um todo, recebeu na edição do *NALLB*.

Da imprensa consultada, o periódico português *Diário de Notícias* (*DN*), de Lisboa, é o único referido nominalmente, sem indicação da data. É na consulta da edição do dia 3 de março de 1923 deste periódico que se percebe a origem do engano do *NALLB* com a data de falecimento. A Nota da Redação, publicada na capa do jornal, abaixo da foto Rui Barbosa e após as informações do correspondente no Rio de Janeiro, diz no primeiro parágrafo:

> N. da R. – O senador Rui Barbosa que, como o *Diário de Notícias* ontem noticiou em telegrama recebido a uma hora adiantada da noite, faleceu na pequena cidade de Petrópolis, próximo do Rio de Janeiro, nascera na cidade da Baía [*sic*], em 5 de novembro de 1849. Adoeceu no penúltimo dia de fevereiro de uma paralisia pulmonar, de que lhe resultou a morte. (*DN*, 3 mar. 1923: capa).

Ou seja, o jornal indicaria a data de adoecimento como 28 de fevereiro se 1923 fosse ano bissexto, como foi 1924. É possível imaginar que, numa leitura apressada, o cálculo do penúltimo dia de fevereiro foi tirado do calendário do ano corrente e a doença se transformou no falecimento de Rui Barbosa.

Outro elemento que conta do modo como foi construído o elogio é a extensão do excerto do *Diário de Notícias* reproduzido pelo *NALLB*. Somente este trecho foi excluído, todos os outros oito parágrafos foram reproduzidos na íntegra. Neste ponto, os ininterruptos triunfos antes referidos são contraditados por algumas das polémicas e até fracassos de Rui Barbosa. Agora está o senador vitalício que não chegou a se eleger presidente, «apesar de ter proposto algumas vezes a sua candidatura» (*NALLB*, 1924: 10). Com uma obra «combatida», e atacado por «interesses políticos, que muitas vezes não são os

interesses da Pátria», o «primeiro orador brasileiro» é o escritor prolífico, representante do Brasil culto, da elite intelectual que não conseguiu vencer a força da política tradicional no seu sonho de ser Presidente da República, antagonismo personificado na figura do vencedor Epitácio Pessoa (*NALLB*, 1924: 10-11).

A relação com Portugal é referida, nesse mesmo trecho, tanto pela estadia de Rui Barbosa como refugiado político em 1893, após a Revolta da Armada no Brasil, quanto por sua atuação como interlocutor do presidente português António José de Almeida, durante a visita deste à ex-colônia. No contexto das deferências mútuas, que agora evidenciam os vínculos entre o homenageado e a cultura portuguesa – também esta destacada por seus traços eruditos –, Rui Barbosa é celebrado como «o mais português dos oradores brasileiros», cuja eloquência se equipara à «prosa vernácula» do escritor Alexandre Herculano.

O salto temático, marcado pelo asterisco na disposição da página, não é acompanhado de comentário do redator do *NALLB*, além da indicação de que será reproduzido excerto de texto da lavra do homenageado facultado «por um distinto colaborador» (*NALLB*, 1924: 12). Esta segunda transcrição é retirada da consagrada *Oração aos moços* (1921), discurso remetido aos formandos da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em São Paulo, que circulava como separata no Brasil. Infere-se que o testemunho do próprio estadista sobre sua rotina de trabalho, seus hábitos e disciplina, quase como um conjunto de conselhos direcionados a aspirantes, foi a escolha do redator para demonstrar, no excerto, a subjetividade e a verve literária de Rui Barbosa (*NALLB*, 1924: 12-16). Mas está mantido o tom pouco investido do comentário, sem contextualizações ou apresentação da obra ou da interpretação do autor. Note-se ainda que, no cotejo com o texto original, há cortes realizados pelo *NALLB* que não foram indicados na transcrição, como no trecho entre colchetes:

> Menino ainda, assim que entrei no colégio, alvitrei eu mesmo a conveniência desse costume, e de aí avante o observei, sem cessar, toda a minha vida. Eduquei nele o meu cérebro, a ponto de madrugar exatamente à hora, que comigo mesmo assentara, ao dormir. [Sucedia, muito amiúde, encetar eu a minha solitária

> banca de estudo à uma ou às duas da antemanhã.] Muitas vezes me mandava meu pai volver ao leito; e eu fazia apenas que lhe obedecia, tornando, logo após àquelas amadas lucubrações, as de que me lembro com mais saudades... (*NALLB*, 1924: 15).

O testemunho autobiográfico, de forte carga emotiva, contrasta, na sequência, com a objetividade da nota bibliográfica, numa lista de livros, artigos, discursos, súmulas, pareceres, publicados de 1877 a 1917 pelo jurisconsulto (*NALLB*, 1924: 16-18). O destaque à «vastidão da sua obra valiosíssima» (*NALLB*, 1924: 16) é feito como mero registro, sem qualquer consideração analítica que demonstre o impacto e valor desta sequência de títulos e datas.

Em todo o elogio, a extensão e o conteúdo das citações revelam, por si só, as opções editoriais do *NALLB*: uma sequência de dados republicados da imprensa – na verdade, todas as informações sobre Rui Barbosa estão no texto do *Diário de Notícias*, único jornal nominalmente referido –, mas sem indicação da data, além de um livro facultado por colaborador e de uma lista bibliográfica comum a necrológios correntes.

Mas, além do que é explicitamente dito, o que fica de fora também chama a atenção. Não há nenhuma menção à presença de Rui Barbosa no *NALLB*. Mesmo que não fosse colaborador ou autor de eleição por seu estilo, teve pelo menos dois excertos de seus textos em prosa – a modo de aforismos – reproduzidos em 1922 (BARBOSA, 1921: p. 136 e 200). Por outro lado, tampouco o redator quis estabelecer qualquer conexão pessoal, mesmo que de admiração intelectual, entre o homenageado e o autor do elogio – algo comum em outros textos da mesma seção.

A ausência de elaborações próprias do redator também confirma que o trabalho foi mais de recolha daquilo que se repetia sobre Rui Barbosa do que de investimento para se traçar um perfil original ou que simplesmente se aproximasse do personagem. Essa opção, ainda que se trate de uma figura monumental, destinada a ser celebrada, influencia diretamente o tom do retrato: mais descritivo e com elogios protocolares, menos narrado e com cores próprias.

A ligeireza no trato do elogiado deixa, por fim, a questão: será que foi sintoma da distância de Rui Barbosa com o projeto do *NALLB*?

Ou conta da conjuntura descendente que a publicação enfrentava? Esta hipótese é verossímil, embora não explique tudo. Certo que o *NALLB* se encontrava na sua década final. No 74º ano da publicação, o seu diretor era O. Xavier Cordeiro, que seria responsável pelos sete anos seguintes, até a penúltima edição em 1931. Em seguida, a sob a direção de Armando de Lima Pereira, foi impresso o último número.

Notas

1 Rui Barbosa de Oliveira ingressou, inicialmente, na Faculdade de Direito do Recife em 1866. Dois anos depois de iniciado o curso, transferiu-se para a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo.

2 Diferente do que foi informado no texto, Rui Barbosa faleceu em 1º de março de 1923.

3 Em 1923, o corpo de Rui Barbosa foi sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Somente em 1949, nas comemorações do seu centenário, os restos mortais do jurista foram exumados e trasladados para a cidade de Salvador, onde está localizado numa cripta do Fórum Rui Barbosa, inaugurado naquele ano.

4 Antônio Constâncio Alves (1862-1933), baiano formado em Medicina, nunca exerceu a profissão. Foi ocupante da cadeira nº 26 da Academia Brasileira de Letras. Foi jornalista, escritor e funcionário da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

5 A Academia Brasileira de Letras (ABL), inaugurada em 20 de julho de 1897 no Rio de Janeiro, teve entre seus membros fundadores Rui Barbosa, que presidiu a instituição de 1908 a 1919.

6 Não foram localizadas informações confirmadas sobre Rafael Pinheiro.

7 Henrique Maximiano Coelho Neto (1864-1934), romancista, crítico, teatrólogo e político, fundador da cadeira nº 2 da Academia Brasileira de Letras, foi secretário-geral da Liga de Defesa Nacional.

8 A Liga da Defesa Nacional é uma associação cívico-cultural brasileira fundada em 1916 no Rio de Janeiro. A sua atuação está ligada à campanha pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil.

9 José Gabriel Lemos Brito (1886-1963) foi um político, jornalista, criminólogo e escritor nascido em Salvador (Bahia). Notabilizou-se por sua obra sobre o sistema prisional brasileiro.

10 Luís Pinto de Carvalho (1877-1965) foi médico baiano, professor, jornalista e escritor.

11 Referência à cadeira de senador que Rui Barbosa ocupou como membro fundador do Senado, de 15 de novembro de 1890 até o seu falecimento.
12 Rui Barbosa foi delegado do Brasil na II Conferência da Paz, realizada em Haia, na Holanda, em 1907. Com a participação de 44 nações europeias, asiáticas e americanas.
13 Rui Barbosa foi ministro da Fazenda de 15 de novembro de 1889 a 21 de janeiro de 1891.
14 Rui Barbosa acumulou funções como ministro interino da Justiça e ministro da Fazenda em 1889.
15 À frente do Ministério da Fazenda, Rui Barbosa promoveu medidas controversas. Em dezembro de 1890, foi responsável pela queima de arquivos da escravidão, ação que teria como objetivo impedir pedidos de indenização de ex-escravocratas pela Lei Áurea (1888), além de decretar a reforma financeira, que flexibilizou a emissão de papel-moeda, num conjunto de medidas que geraram uma forte crise econômica, conhecida como Encilhamento.
16 Rui Barbosa foi votado espontaneamente em todas as 11 eleições presidenciais até a sua morte (1894, 1898, 1902, 1903, 1906, 1910, 1914, 1918, 1919, 1922), embora só tenha se candidatado, sem sucesso, duas vezes, em 1910 e 1919.
17 Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942) foi um magistrado, diplomata, professor universitário, jurista e político brasileiro. Presidente da República entre 1919 e 1922.
18 A Revolta da Armada foi um levante organizado na Marinha, entre 1891 e 1894, por maior participação na república brasileira. O governo federal conseguiu debelar a revolta, e os líderes foram presos e exilados, voltando ao Brasil depois da anistia concedida.
19 Luís Filipe de Saldanha da Gama (1846-1895), almirante da Marinha do Brasil, foi um dos líderes da Revolta da Armada.
20 António José de Almeida (1866-1929) foi um político republicano português, sexto presidente da República de 1919 a 1923. Convidado a participar das comemorações oficiais do centenário da independência da antiga colónia portuguesa em 1922.
21 *Diário de Notícias.* Lisboa, 3 março 1923, capa.
22 Trata-se da *Oração aos moços*. Discurso do paraninfo aos formandos da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O texto foi publicado a primeira vez na revista *Dionysos*, da Faculdade de Direito de São Paulo, 1921. Impedido de comparecer, por problemas de saúde, o discurso foi lido pelo professor Reinaldo Porchat.
23 Do verbo «arraiar», o mesmo que «raiar».

24 Referência a Catulo da Paixão Cearense (1866-1946), poeta maranhense.
25 «Onde estavas, quando me louvaram as estrelas da manhã?». Disponível em https://www.bible.com/bible/129/JOB.38.NVI.
26 Trecho suprimido e não assinalado no *NALLB*.
27 Banho aos pés, com fins terapêuticos.
28 BARBOSA, 2011, p. 36-38.
29 Referência a Norman Allison Calkins (1822-1895), educador e escritor norte-americano.
30 Referência a Jonathan Swift (1667-1745), escritor irlandês.
31 Oswaldo Gonçalves Cruz (1872-1917) foi um médico brasileiro, sanitarista, bacteriologista e epidemiologista, responsável pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro e por ter organizado o combate à peste bubônica e varíola no país.

Referências bibliográficas

«A morte de Ruy Barbosa» (1923). *Diário de Notícias.* Lisboa, 3 mar., capa. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal, sessão microfilmes, cota F5701.

«Apagou-se o sol!» (1923). *Gazeta de Notícias.* Rio de Janeiro, 2 mar., capa. Acervo Hemeroteca Digital do Brasil (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/).

BARBOSA, Rui (1877) – *Alexandre Herculano, discurso*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1877) – *O Papa e o Concílio, de Janus: versão e introdução.* Rio de Janeiro: Brown & Evaristo.

BARBOSA, Rui (1881) – *Castro Alves: elogio*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia.

BARBOSA, Rui (1882) – *O Marquês de Pombal.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1882) – *Reforma do ensino secundário superior*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1883) – *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1886) – *Lições de coisas, de Calkins: tradução e adaptação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1887) – *José Bonifácio (O moço).* São Paulo: Typographia Paulista.

BARBOSA, Rui (1887) – *Swift: estudo literário*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1892) – *Finanças e política da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1892) – *O Estado de Sítio: discursos e escritos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1893) – *Os atos inconstitucionais do congresso executivo ante a justiça federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1893) – *Visita à terra natal*. Salvador: Tipografia do Diário da Bahia.

BARBOSA, Rui (1896) – *Anistia inversa: caso de teratologia jurídica*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio.

BARBOSA, Rui (1896) – *Cartas de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1902) – *Código Civil Brasileiro: parecer*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1902) – *Código Civil Brasileiro: réplica – Francisco de Castro, prefácio aos discursos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1903) – *Discurso na colocação do grau de bacharel em ciências e letras, em Friburgo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1907) – *Discurso em Paris ao regressar de Haia*. Paris: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1908) – *Machado de Assis: discurso no enterro*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.

BARBOSA, Rui (1908) – *O Brasil e as nações latino-americanas em Haia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1909) – *Anatole France: discours de Ruy Barbosa à L'Académie Brésilienne. Rio de Janeiro*: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1910) – *Contra o militarismo: campanha eleitoral de 1909-1910*. 4 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1910) – *Plataforma*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1911) – *Excursão eleitoral aos Estados da Bahia e de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1911) – *Manifesto à Nação contra o militarismo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

BARBOSA, Rui (1916) – *Discurso em Buenos Aires*. Buenos Aires: Tipografia Nacional.

BARBOSA, Rui (1921) – Pensamento[s]. *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1922*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 136 e 200.

BARBOSA, Rui (2011) – *Oração aos moços*. *Discurso do paraninfo aos formandos da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rio Barbosa.

«O maior brasileiro» (1923). *Diário de Lisboa.* Lisboa. 2 mar., capa. Acervo Casa Comum (http://casacomum.org/cc/diario_de_lisboa/dia?ano=1923&mes=03)

«Rui Barbosa» (1923). *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1924*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira Livraria Editora, p. 5-18.

«Ruy Barbosa. Faleceu ontem, em Petrópolis, grande brasileiro» (1923). *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 2 mar., capa. Acervo Hemeroteca Digital do Brasil (https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/).

Débora Dias
CHAM – Centro de Humanidades/ FCSH-NOVA

LAURO MULLER

Lauro Müller

Está de luto a Pátria Brasileira pela perda de um dos seus mais ilustres filhos.

A 31 de julho de 1926 um lacônico telegrama trazia-nos a desoladora notícia do falecimento do Dr. Lauro Müller[1], Senador, e antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil.

Acompanhamos, como sempre, a Nação irmã e amiga na sua dor, prestando a sentida homenagem da nossa saudade àquele que foi um grande cidadão no seu país e também um grande amigo de Portugal.

Lauro Müller era uma das primeiras figuras políticas do Brasil.

A sua inteligência, a sua atividade, a obra que realizou deram-lhe um lugar de merecido destaque entre a vasta galeria de homens ilustres que brilham com vívido fulgor na História do Brasil contemporâneo.

Como aluno da Escola Militar fez o curso de engenharia com classificações brilhantíssimas, e desde então começou a realçar e a impor-se a sua personalidade notável[2].

Foi o discípulo querido de Benjamim Constant[3], que nele previu as brilhantes qualidades que mais tarde se deviam manifestar com tanta exuberância.

Desde muito novo que abraçou o ideal republicano, e as suas crenças mais se acentuaram na convivência com o austero e incorruptível fundador da República Brasileira, esse grande e inconfundível vulto de sábio, filósofo e apóstolo que é uma das maiores glórias da América.

Foi um dos mais decididos revolucionários, trabalhando com entusiasmo para a queda do Império, patenteando as maiores capacidades de organizador com que a República contou.

Deodoro da Fonseca[4], que o estimava como filho, nomeou-o Governador de Santa Catarina, seu Estado natal, e aí os seus atos de administrador impuseram-no como um estadista notável, a um tempo hábil e prudente[5].

Foi deputado às Constituintes, fazendo parte do grupo de oposição ao Marechal Floriano[6].

Advogou com energia a causa da anistia aos condenados de 1 de abril de 1892[7], mas assim que rebentou a Revolução de 1893[8] pôs-se ao lado de Floriano, até de armas na mão.

Foi reeleito Deputado, mostrando-se um parlamentar de grande valor, com vastos recursos e larga preparação cultural[9].

Foi um jornalista notável, e na imprensa teve a ocasião de revelar o seu espírito em uma das suas mais brilhantes modalidades. Escreveu em vários jornais entre eles a *República*[10], dirigido por Glicério[11], ao lado de Alcino Guanabara[12] e João Lopes[13].

Eleito Senador Federal em 1900, foi em 1902 nomeado Governador do Estado de Santa Catarina[14], cargo de que não chegou a tomar posse por ter sido chamado a gerir a pasta a Viação pelo Presidente Rodrigues Alves[15], lugar que exerceu com o mais alto critério.

Como ministro a sua obra foi colossal, foi ele que deu o impulso que transformou o Rio de Janeiro em uma das mais formosas capitais do mundo. As suas medidas de fomento foram de largo alcance e a elas deve em grande parte o Brasil o seu progresso. Melhorou e construiu portos, como o do Rio de Janeiro e da Bahia, construiu estradas e caminhos de ferro, e dedicou toda a sua atenção e energia a um belo plano de levantamento econômico.

Viajou bastante, em viagem de recreio e de estudo, vindo à Europa, onde percorreu vários países.

Pelo falecimento de Rio Branco[16], essa outra grande glória brasileira, foi chamado pelo Marechal Hermes da Fonseca[17] a gerir a pasta das Relações Exteriores, onde se conservou até meado da presidência de Venceslau Brás[18].

Nesse alto cargo, tão difícil no momento, se evidenciaram exuberantemente as suas notáveis qualidades de diplomata e estadista.

Foi Lauro Müller que preparou a atitude do Brasil em face da Grande Guerra. Logo que rebentou o conflito, o dilema que propôs à Alemanha fez com que a Grande Nação Brasileira viessem ocupar o seu lugar junto das nações aliadas.

A este notável estadista se deve a iniciativa do A. B. C. (Argentina, Brasil, Chile)[19], e foi ele que, como ministro de Venceslau Brás, foi à Argentina e ao Chile tratar da constituição daquele grupo internacional destinado a resolver todas as questões suscitadas**,** não só entre os três Estados componentes, mas ainda entre quaisquer outras potências americanas.

Deixou o ministério por pequenas divergências sobre política interna, indo substituí-lo o Dr. Nilo Peçanha[20], que era então presidente de Estado do Rio.

Foi novamente eleito para a presidência do Estado de Santa Catarina[21], mas não tomou posse, preferindo conservar-se no Senado, onde exerceu sempre as funções de presidente da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Foi Lauro Müller que desempenhou a missão de ir aos Estados Unidos da América do Norte agradecer a visita do Secretário de Estado norte-americano Root[22].

Foi também ele que chefiou a embaixada brasileira que no ano de 1925 foi tomar parte nas festas do Centenário da Independência do Uruguai.

[Sem indicação de autor]

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1927. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1926, p. 5-12 e retrato do homenageado, p. 4.

Sobre Lauro Müller

O elogio dedicado a Lauro Müller foi publicado em 1927, ano subsequente a sua morte e sem indicação de autoria. Trata-se de texto que ocupa oito páginas e que, em comparação com outros publicados na seção, pode ser considerado de pequenas dimensões. A escolha do homenageado também merece destaque, por se tratar de personalidade cuja trajetória está associada sobretudo ao mundo político, enquanto no conjunto dos brasileiros distinguidos predomina indivíduos que, a despeito de poderem ter desempenhado funções públicas, também se destacaram na cena cultural como escritores, o que não foi o caso de Lauro Müller.

No texto, de saída, são evocados os postos ocupados pelo personagem, a atestar sua proximidade e importância com os altos círculos do poder, ao que se soma o fato de ser apresentado como «um grande amigo de Portugal» (*NALLB*, 1927: 6), menção que talvez objetivasse despertar o interesse do leitor do periódico localizado na margem europeia do Atlântico para quem, muito provavelmente, o nome não tinha especial significado.

Na diagramação da página houve preocupação de separar, por meio de introdução de espaçamento, os três breves parágrafos iniciais, que cumprem a função de apresentar e justificar a escolha do homenageado, da sequência do texto, que revela detalhes de seu percurso individual e feitos nos campos político e administrativo. É patente que a autoria não conhecia o personagem na intimidade, tanto que não há referências de cariz pessoal, nem elementos que revelem aspectos da personalidade, dos anos iniciais de formação, hábitos, gostos e vida familiar. Os pais, imigrantes alemães, a esposa, Luísa de Andrade Müller, e os três filhos não são mencionados[23].

A ênfase recai exclusivamente em dados que remetem à vida pública, apresentados em ordem cronológica. Não por acaso, a primeira informação diz respeito à decisão de seguir a carreira militar, fundamental para o futuro do jovem, que abraçou os ideais republicanos e se aproximou de Benjamim Constant e de Deodoro da Fonseca, circunstâncias que o colocaram no centro do episódio que selou a queda da monarquia. A participação na vida política iniciou-se no novo regime, razão pela qual esse período da vida é esmiuçado em detalhes.

O texto prossegue, em tom de verbete enciclopédico, arrolando informações relativas a datas e cargos que Müller ocupou no âmbito legislativo e executivo, invariavelmente acompanhadas de adjetivos que louvavam seu desempenho: «notáveis qualidades de diplomata e estadista» (*NALLB*, 1927:10), «parlamentar de grande valor» e dotado de «larga preparação cultural» (*NALLB*, 1927: 8), ministro responsável por «obra colossal» e, não sem certa dose de exagero, a ele se atribui o «impulso que transformou o Rio de Janeiro em uma das mais formosas capitais do mundo» (*NALLB*, 1927: 9). Quanto às providências que tomou em termos de construção/renovação de estradas e portos, afirma-se que a ele «deve em grande parte o Brasil o seu progresso» (*NALLB*, 1927: 9).

Em sintonia com o tom hagiográfico, a trajetória de Lauro Müller é sempre apresentada de modo ascendente. O pupilo do Marechal Deodoro da Fonseca foi alçado à governador de Santa Catarina para, logo em seguida, iniciar longa carreira parlamentar, com sucessivas reeleições. A atuação como deputado e senador mesclou-se com o desempenho de funções ministeriais no executivo federal, que lhe abriram oportunidades para representar e defender os interesses do Brasil no cenário internacional, por meio da negociação de acordos e da chefia diversas missões.

A saída do Ministério das Relações Exteriores, no qual teve a difícil tarefa de substituir o Barão do Rio Branco e no qual permaneceu por entre 1912 e 1917, é atribuída à «pequenas divergências sobre política interna» (*NALLB*, 1927: 11), o que bem indica o esforço para minimizar a campanha de oposição que ele sofreu por defender a neutralidade do Brasil na Primeira Guerra, mesmo depois do torpedeamento de navios brasileiros. A postura ensejou calorosos debates nos meios políticos e jornalísticos, que insistiam em lembrar a ascendência germânica de Müller e de acusá-lo, ainda que sem provas concretas, de germanófilo. A Liga Brasileira de Defesa dos Aliados, organização fundada no Rio de Janeiro em 1915 e que contava com a participação de nomes ilustres, a exemplo de Rui Barbosa, presidente da entidade, José Veríssimo, Graça Aranha, Pedro Lessa, Olavo Bilac e Manuel Bonfim, empenhou-se em alterar a posição do Brasil, o que rendeu não poucos ataques da imprensa a Müller, especialmente por parte do *Jornal do Comércio* (RJ, 1827-2016). A pressão tornou insustentável sua permanência

no Itamaraty e ele renunciou ao cargo em 3 de maio 1917. No texto que lhe dedicou o *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, suas rápidas passagens pelo governo de Santa Catarina, envoltas em disputas regionais e controvérsias que apontam para o papel que desempenhou nas lutas políticas do seu Estado, tampouco foram objeto de atenção, o que reforça o tom superficial e pouco crítico, que prioriza a mera informação.

Note-se que, a despeito de ser apresentado como amigo de Portugal, o tema não é retomado ao longo do texto, cabendo notar que não há referências a gestos ou ações de Müller que confirmem a propalada amizade, nem mesmo indicação de viagens ou de proximidade com figuras do campo político e/ou cultural português, de modo a dotar de concretude a afirmação. De outra parte, o elogio nomeia pessoas e eventos sem preocupação de fornecer maiores esclarecimentos. Assim, por exemplo, citam-se os condenados de abril de 1892, a revolução de 1893, a iniciativa do A. B. C., Glicério, Alcindo Guanabara e João Lopes, como se integrassem o repertório compartilhado pelos leitores do *NALLB*, fossem portugueses ou mesmo brasileiros que, é bom lembrar, constituíam parcela significativa do leitorado, tendo em vista que o periódico circulava nas duas margens do Atlântico.

A ausência de assinatura é um elemento importante, pois sugere que o texto foi construído a partir de necrológios disponíveis na imprensa brasileira, que certamente dedicou mais atenção ao ocorrido do que a lusitana. O tom laudatório não surpreende, pois tende a ser dominante em textos dessa natureza, porém a maneira como os dados foram apresentados convida a inquirir acerca dos objetivos que os responsáveis pelo *NALLB* pretendiam atingir com a seção. Os elogios destacavam personalidades marcantes, nas mais diferentes áreas, e não parece demais afirmar que tinham em vista compor uma galeria de exemplos edificantes e inspiradores. No caso de Müller, a natureza das informações selecionadas, de caráter protocolar, não permite o conhecimento mais próximo do personagem, cuja face íntima nunca é apresentada, justamente pelo fato de a ênfase recair em uma listagem de cargos importastes, que não permite partilhar vivências e experiências.

A exceção fica por conta dos momentos iniciais de sua trajetória, ainda no contexto da passagem do Império para a República.

Sem dúvida, a sequência é mais do que suficiente para comprovar que o homenageado desempenhou funções das mais destacadas, mas pouco se sabe acerca das suas ideias, dos embates e da relevância da sua atuação, que lhe valeu o epíteto de «raposa de espada à cinta». Afinal, Müller galgou todos os postos da hierarquia militar e, segundo a percepção dos contemporâneos, foi reconhecido como político dos mais astutos, dotado de singular capacidade de conciliação, razão pela qual era considerado diplomata por temperamento, o que justifica a máxima associada ao seu nome.

A despeito de sua obra se resumir à publicação de discursos, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, na cadeira antes ocupada pelo Barão do Rio Branco. A posse solene ocorreu em 1917. Na região sudeste do Estado de Santa Catarina, área de exploração carbonífera, a Estação das Minas, da Estrada de Ferros Dona Tereza Cristina, recebeu, em 1905, o nome do então Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Na década de 1950, foi criado o município, que manteve o nome de Lauro Müller.

Notas

1 Lauro Severiano Müller (1863-1926) nasceu na Vila de Itajaí, então Província de Santa Catarina, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Faleceu no Rio de Janeiro, a 30 de julho de 1926, notícia que chegou a Portugal no dia subsequente.

2 Em 1882, matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha no Rio de Janeiro. Tenente-Alferes em 1885, concluiu o curso de Engenharia em 1888 e, no ano seguinte, já como Segundo Tenente foi transferido para a Escola Superior de Guerra, também sediada na capital do Império. Ascendeu continuamente na carreira militar, Primeiro-Tenente e Capitão (1890), Major (1900), Tenente-Coronel (1906), Coronel (1912), General de Brigada (1914) e General de Divisão (1921), conforme dados sobre sua trajetória em Vicenzia (2016).

3 Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891), republicano histórico e defensor do positivismo, influenciou a formação de toda uma geração de oficiais. Tinha especial apreço por Lauro Müller, que foi seu aluno na Escola Militar.

4 Manuel Deodoro da Fonseca (1827-1892), militar e político brasileiro, um dos personagens centrais da queda do Império e primeiro presidente brasileiro.

Lauro Müller era seu Ajudante de Ordens no momento da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

5 Tomou posse em 2 de dezembro de 1889, mas permaneceu no cargo por pouco tempo, pois em setembro do ano seguinte foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 12 de junho de 1891, os constituintes estaduais o elegeram Governador de Santa Catarina, cargo que assumiu, mas do qual se afastou para exercer o mandato de Deputado Federal. Em 10 de dezembro de 1891, no contexto da dissolução do Congresso Nacional determinada pelo Presidente Deodoro da Fonseca, de que era aliado político, Müller reassumiu o seu posto em Santa Catarina. Porém, frente à perda de apoio federal, uma vez que Deodoro deixara a presidência em 23 de dezembro de 1890, ele foi forçado a renunciar no dia 28 do referido mês.

6 Floriano Vieira Peixoto (1839-1895), militar e político brasileiro, primeiro Vice-Presidente e segundo Presidente do Brasil.

7 Segundo a Constituição de 1891, caso o presidente renunciasse antes de completar dois anos de mandato, nova eleição deveria ser convocada, medida não tomada pelo vice-presidente, Floriano Peixoto, que substituiu Deodoro da Fonseca. Em 6 de abril de 1892, veio a público o *Manifesto dos treze generais*, documento assinado por oficiais generais das duas armas, datado de 31 de março e que contestava a legalidade do governo. Floriano demitiu de suas comissões e reformou compulsoriamente os signatários do manifesto oposicionista. Evidencia-se, portanto, que a menção do texto a 1º de abril é imprecisa, deve ser referência ao decreto de 12 de abril, exarado logo após a decretação do estado de sítio, em 10 de abril de 1893.

8 A reconciliação com Floriano ocorreu em 1893, ano em que o governo enfrentou a Revolta da Armada (1893-1894) e a Revolução Federalista (1893-1895), guerra civil que ocorreu na região Sul do país.

9 Foi reeleito em 1894.

10 Jornal não identificado.

11 Francisco Glicério de Cerqueira Leite (1864-1916), nome dos mais destacados na campanha republicana, lutou em prol do fim do Império. Ocupou o cargo de Ministro da Agricultura (1890-1891), além de ter sido eleito deputado e senador.

12 Alcindo Guanabara (1865-1918), republicano e abolicionista, colaborou com diversos órgãos de imprensa e ocupou diversos cargos legislativos: deputado constituinte em 1891, deputado federal e senador. Esteve entre os que fundaram a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira de número dezenove.

13 João Lopes Ferreira Filho (1854-1928), professor, jornalista e político brasileiro com atuação no seu estado natal, o Ceará. Foi deputado na

Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Eleito deputado federal e seguidamente reeleito, exerceu mandato até 1914.

14 A 28 de setembro de 1902, tomou posse como governador de Santa Catarina, mas permaneceu no cargo por pouco mais de um mês.
Foi Ministro Viação e Obras Públicas entre 1902-1906, durante a presidência de Rodrigues Alves.

15 Francisco de Paula Rodrigues Alves (1848-1919), advogado e político com extensa carreira, foi conselheiro do Império, senador (1893-1894; 1897-1900 e 1916-1918) Presidente da Província (1887-1888) e do Estado de São Paulo (1900-1902 e 1912-1916), Presidente da República (1902-1906).

16 Referência a José Maria da Silva Paranhos Júnior (1845-1912), que recebeu o título de Barão do Rio Branco. Desde o Império exerceu cargos diplomáticos e foi Ministro das Relações Exteriores de 1902 até o seu falecimento, em 1912. Foi substituído por Lauro Müller, que permaneceu no cargo até maio de 1917.

17 Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923), militar e político brasileiro, foi Ministro do Superior Tribunal Militar (1908-1909), Ministro da Guerra (1906-1909), Presidente do Brasil (1910 e 1914).

18 Venceslau Brás Pereira Gomes (1868-1966), advogado, empresário e político, foi Prefeito de Belo Horizonte (1898-1899), Deputado Federal (1903-1909), Presidente do Estado de Minas Gerais (1909-1910), foi Vice-Presidente (1910-1914) e Presidente do Brasil (1914-1918).

19 Referência à denominação popular do acordo assinado na cidade de Buenos Aires pelos três países, a 15 de maio de 1915, oficialmente denominado Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitragem. A respeito consultar: BUENO (2003).

20 Nilo Procópio Peçanha (1867-1924), advogado e político, exerceu cargos de Deputado Federal (1890-1902), Senador (1903, 1912-1914 e 1921-1924), Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1903-1906 e 1914-1917), Ministro das Relações Exteriores (1917-1918), Vice-Presidente (1906-1909), tendo assumido a presidência (1909-1910) em função do falecimento de Afonso Augusto Moreira Pena, no dia 14 de junho de 1909, em função do falecimento de Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909).

21 Novamente eleito governador em 1918, abdicou do cargo em função de acordos políticos.

22 Elihu Root (1845-1937), advogado e político dos Estados Unidos, ocupou o cargo de Secretário de Estado (1905-1909) durante a presidência de Theodore Roosevelt Júnior (1858-1919). Root visitou o Brasil em 1906 e, em 1912, recebeu o Nobel da Paz.

23 Para mais detalhes sobre sua trajetória pessoal e política, consultar VICENZIA (2016).

Referências bibliográficas

BUENO, Clodoaldo (2003) – *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra.

CACHAPUZ, Paulo Brandi (2015) – «Lauro Müller» In: Alzira Alves ABREU (coord.). *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889 - 1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 1-16. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf.

«Lauro Müller» (1926). *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1927*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 5-12.

VICENZIA, Ida (2016) – *Lauro Müller*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Tania Regina de Luca
Unesp/CNPq

VII

JACKSON DE FIGUEIREDO

Jackson de Figueiredo

Jackson de Figueiredo[1] a nenhum outro seu camarada português quis tanto como a António Sardinha[2]. Estudou-o como poeta, historiador e cursista político em vários artigos. Comprazia-se em citar-lhe as obras e em divulgar-lhe o pensamento. Quando António Sardinha morreu, Jackson de Figueiredo interrogou-se ansioso, tal qual os companheiros, os amigos, os discípulos do grande batalhador português morto:

– Que será de Portugal sem António Sardinha?...

E todos nós sentimos que a mesma dor nos apertava a alma e a mesma saudade nos prendia. Os que tínhamos alguma coisa que esquecer, esquecemo-la. Se algum de nós algum dia, protestou ou se julgava ferido contra alguma frase mais ríspida de Jackson – tudo isso esquecemos igualmente. Estendemos os braços para os lados do Atlântico, à procura de outros braços amigos; sentimo-nos irmãos na mesma simpatia, na mesma admiração e na mesma saudade.

Nas carreiras fulgurantes de António Sardinha e de Jackson de Figueiredo há coincidências singulares.

Ambos receberam educação religiosa. Ambos, porém, foram afastados das crenças familiares pelo ambiente desorientador e ateu. Quando, por fim, reconheceram os erros, ambos com igual ardor, com idêntico e irresistível entusiasmo se puseram a apregoar a verdade conhecida e confessada, derruindo ídolos, desfazendo mitos, chamando a si um escol de rapazes que lhes tomaram o preceptorado e foram, à sua volta, proclamando a mesma verdade e desenvolvendo iguais raciocínios.

E tinham um e outro 37 anos apenas quando o Senhor os chamou. Haviam iniciado apenas a sua obra, e era quando todos esperavam do seu esforço maiores realizações. Por que desígnios misteriosos foram arrebatados à obra de retificação em que se empenhavam no momento em que era mais acesa a luta e já se parecia divisar o momento da vitória?...

Jackson de Figueiredo foi educado religiosamente no seio da família piedosa.

As ideias, ou quase, – ideias, que predominavam no ambiente em que se criavam as inteligências daquele tempo – em breve o atiravam desvairadamente para a defesa e adoção dos mais desvairados preconceitos materialistas e positivistas, em que o nominalismo estranhamente se misturava ao mais estranho e absoluto conceptualismo.

Ao Norte do Brasil dominava o agnosticismo evolucionista derivado da *Escola do Recife*[3]; no Sul campeavam as correntes positivistas, que talvez em nenhum país, como no Brasil, tivessem encontrado terreno tão pronto a aceitar-lhes as lições.

«Uma profunda inquietação atormentava os espíritos ávidos de verdade» – escreve o Sr. Hamilton Nogueira[4] – «à medida que as crenças tradicionais iam cedendo lugar às novas ideias pseudofilosóficas»[5].

«Tudo parecia conspirar contra a verdade. Nenhuma resistência se opunha à avalanche destruidora do agnosticismo que, encontrando terreno livre e favorável à sua expansão, irradiava rapidamente por todos os domínios da atividade intelectual» (NOGUEIRA, 1928: 18). Jackson de Figueiredo não atravessou incólume essa época perturbadora. Ávido de saber, todos os livros que lhe surgiam ao alcance da mão, todos sofregamente lia e meditava.

«Aos catorze anos» – elucida-nos ainda o Sr. Hamilton Nogueira – «já a sua alma havia sido devastada por todos os grandes mestres da impiedade moderna, e não houve mesmo corifeu de qualquer corrente agnóstica que não fosse intimamente conhecida pelo jovem estudante» (NOGUEIRA, 1928: 25).

E não foi esta afinal a condição de quase todos os homens do seu tempo, arrancados na juventude ao conhecimento da verdade tradicional, e conduzidos por falsos mas prestigiosos mestres à adoração dos ídolos que a filosofia moderna, de Descartes para cá, tinha criado numa profusão desorientadora?

Felizes daqueles que, a meio do caminho, puderam reconhecer o erro a que haviam sido conduzidos, e a tempo avistaram e foram seguindo a estrada larga de Damasco[6]!

O encontro de Pedro Kilkerry[7], primeiro, o de Xavier Marques[8] e Garcia Rosa[9] depois; o conhecimento das obras de Farias Brito[10], e a sua entrada no Rio de Janeiro, provocaram em Jackson um trabalho de retificação mental, um exame de consciência; – a *crise* – que o salvou.

Pedro Kilkerry – «rapaz de uma prodigiosa inteligência»[11], escreve Jackson, – deu-lhe a conhecer as obras de Nietzsche.

«Apresentou-nos Frederico Nietzsche...» – escreveu depois também Jackson de Figueiredo, que não escondeu o que ficou devendo ao pensamento vigoroso e desvairado do pensador alemão.

E de fato, é um trecho da história do nosso tempo, que resta escrever; – a história da contribuição de Nietzsche para a libertação dos espíritos sujeitos ao materialismo acanhado ou à superstição positivista do século XIX.

Poucos ignoram, entretanto, que Frederico Nietzsche, destruindo ou substituindo valores no mundo das ideias, preparou muitos espíritos à recepção dos novos ou renovados princípios que, em toda a parte, a pouco e pouco, se iam elaborando.

Depois de Nietzsche, Carlyle; depois de Carlyle, Pascal... A leitura das obras de Farias Brito marca o momento – o *choque* da grande transformação mental de Jackson de Figueiredo.

Inteiramente desconhecido entre nós, como sucede, aliás, com os mais puros valores mentais brasileiro, Farias Brito, pensador original e fecundo, espírito de singular independência, vigor e cultura, desempenha no Brasil uma função idêntica à que na França, – na Europa, – Henri Bergson desenvolveu. O pensamento dos dois filosófos manifesta, aliás, pontos de contacto curiosíssimos, que não chegam porém, evidentemente, a confundi-los.

Pouco nos interessa agora de resto, vincar o que intrinsecamente aproxima ou o afasta a especulação do filósofo brasileiro da especulação do grande pensador francês; o que importa neste momento, é salientar a influência exercida pelas obras de Farias Brito na formação de mentalidades novas, – essencialmente na transformação mental de Jackson de Figueiredo. E neste ponto é que não é possível deixar de aproximar Farias Brito de Henri Bergson, –

ambos eles libertadores dos espíritos, ambos reacionários em frente do materialismo ambiente, nenhum deles conduzindo normalmente ao conhecimento da verdade.

Farias Brito, no Brasil, como Bergson na Europa valeram especialmente pela sua ação negativista. Destruíram. Mas sobre as ruínas dos sistemas que reviam dominando durante tantos anos, foi que se ergueu e floresceu, com vigor maior, a inteligência das modernas gerações que puderam então, sem repugnância, buscar na doutrina quase esquecida da Escola a solução às suas inquietações.

Em 1918 Jackson de Figueiredo, após tantos anos de procura ansiosa, descansava na confissão da verdade religiosa; – e ia transformar-se no incomparável campeão da Igreja Católica no Brasil.

Se nos não enganamos o mais alto serviço prestado ao catolicismo por Jackson de Figueiredo consistiu em conciliar no Brasil a Inteligência e a Igreja.

«Ninguém pode contestar» – esclarece Hamilton Nogueira, no seu precioso livrinho sobre Jackson de Figueiredo, a que tantas vezes já nos amparamos, – «que o Brasil contemporâneo oferece um campo aberto aos mais infames ataques contra toda a verdade» (NOGUEIRA, 1928: 199-200).

«Desde as classes cultas do país até à mais reles imprensa 'orientadora' [d]a opinião pública, o que se concebe, o que se conspira, é o assassínio da pátria pela propaganda antipatriótica e infame, de um certo internacionalismo de caráter francamente judaico; é o combate tenaz ao catolicismo, quer diretamente pelos processos mais torpes, quer indiretamente pela propaganda que fazem de toda a sorte de doutrinas heréticas e anticristãs; é o aniquilamento completo da verdade moral, pela ousadia, pelo cinismo com que se glorifica, publicamente a mais desabrida imoralidade.

Jackson de Figueiredo atira-se com ardor ao campo da luta justamente quando essa fermentação surda do espírito revolucionário ameaçava destruir violentamente os últimos resquícios da autoridade que ainda mantém unida a nação brasileira» (NOGUEIRA, 1928: 199-200).

A confissão do catolicismo por Jackson de Figueiredo não pode ser-nos indiferente a nós, pois irresistivelmente contribui para o levar a encarar de frente, com mais larga visão, o problema tão complexo das relações luso-brasileiras, que uma retórica tão hipócrita como oca e vã, tem contribuído para emaranhar, arredando um escol da inteligência do Brasil daquela firme *orientação hispânica* que ultimamente Jackson de Figueiredo preconizava.

– «Eu, *como católico* – dizia Jackson de Figueiredo numa carta a António Sardinha, numa carta escrita quando o glorioso animador do integralismo lusitano caminhava para a agonia, poucos dias antes da sua morte¨, – vi um dia, claramente, que estava pecando contra o *universal*, para amparar um *particular* de difícil definição»[12].

Com o fim de resolver este particular, compreendendo que «*o problema português é o mais complexo que o complexíssimo Brasil carrega no seu bojo*», é que Jackson de Figueiredo se empenhou numa obra vastíssima de retificação moral e histórica, – «numa obra de amor à cultura portuguesa – escrevia –, de grande e infeliz carinho pelo que em mim sinto de sangue lusitano».

A Providência, nos seus incógnitos desígnios, não consentiu que Jackson de Figueiredo conseguisse realizar por completo a obra esforçada em que se empenhava.

Morto na flor da idade como António Sardinha, a sua obra, de que pouco mais traçou do que as diretrizes, é aos seus discípulos que compete o completá-la.

Eu, que por tantos laços de amizade e admiração me senti preso a Jackson de Figueiredo, não sei bem ainda se essa obra ficará agora irremediavelmente mutilada...

Recordo aquela noite em que, ao jornal em que trabalho, chegou o telegrama que noticiava a trágica morte de Jackson arrastado pelas ondas do mar inquieto. Insensivelmente, ao meu espírito, vieram as palavras que escrevera ao saber do falecimento de Sardinha, e encontrei-me a dizer de mim para comigo:

– Que será do Brasil sem Jackson de Figueiredo?...

O Brasil prosseguirá na sua constituição laboriosa, recolhendo

elementos da mais desvairada origem, e fundindo-os energicamente para a organização de uma pátria.

Todavia, quantos desvios perigosos a experiência, a cultura, e o gênio político de Jackson não evitaria? Quantos erros a sua influência, legitimamente conquistada pelo estudo e pelo talento, não esclareceria?

Agora, que a morte veio arrancar aos nacionalistas portugueses e aos brasileiros os chefes naturais – evoquemos António Sardinha! evoquemos Jackson de Figueiredo! – é a nós outros, os que seguimos o trilho luminoso por eles aberto, que ficou cabendo em herança a obrigações de lhes realizar a obra por eles iniciada.

Tristão de Ataíde[13], Perilo Gomes[14], Hamilton Nogueira, amigos, – que a lembrança de Jackson e Sardinha, seja para nós, seus companheiros e seus discípulos, como que o sinal de não deixarmos que hipocrisias malsãs ao serviço de interesses inconfessáveis, desfigurem uma vez mais, aos vossos olhos de brasileiros, orgulhosos de nascerdes brasileiros, aos nossos olhos de portugueses, orgulhosos de nascermos portugueses, as fisionomias verdadeiras do Brasil e de Portugal.

Manuel Múrias

Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1930. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1929, p. 5-16 e retrato do homenageado, p. 4.

Sobre Jackson de Figueiredo de Manuel Múrias

A notícia sobre o passamento de Jackson de Figueiredo, ocorrido em 4 de novembro de 1928, foi estampada no *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1930*. A distância de mais de um ano pode ser creditada a dois fatores de natureza diversa. Por um lado, a edição de 1929 já estava impressa em fins de 1928 e, por outro, há que se considerar que o homenageado de 1929 foi José Leoni Palermo de Faria (1883-1928), falecido em 9 de julho de 1928 e a respeito do qual o *Novo Almanaque* não poderia deixar de se pronunciar, uma vez que se tratava do diretor da Seção Charadística, uma das mais importantes na publicação.

O tributo a Figueiredo ficou a cargo de Manuel Múrias (1900-1960) que, no decorrer da década de 1920, despontou como figura de relevo no seio do Integralismo Português e foi discípulo dileto de Antonio Sardinha. Não por acaso, com a morte do mestre em 1925, lhe coube a direção do órgão oficial do movimento, *Nação Portuguesa* (Coimbra, 1914-1938, com interrupções), que, desde 1922, estivera nas mãos de Sardinha[15].

Em 1923, Múrias publicou seu primeiro livro, *O Seiscentismo português*, dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, que rendeu ácida polêmica com Antonio Sérgio (1883-1979) e na qual também se envolveu Sardinha. Os termos do debate, que podem ser acompanhados, sobretudo, nas páginas da *Nação Portuguesa* e de *Seara Nova* (Lisboa, 1921-1984), na qual Sérgio participou ativamente, centraram-se na leitura do passado português proposta por Múrias, ancorada na evocação de um tempo idealizado, na defesa da tradição e de posturas antimodernas, aspectos caros ao ideário integralista.

Houve preocupação, portanto, de encomendar (ou quem sabe reproduzir) texto a um autor que pertencia ao mesmo campo ideológico do homenageado. É interessante assinalar que, de saída, o foco não recai propriamente no ilustre falecido, mas em Antonio Sardinha, pois o que Múrias ressalta é a admiração que Jackson de Figueiredo nutria pelo escritor português. A estratégia escolhida foi a de insistir em coincidências de cunho pessoal que aproximavam os dois

autores, a saber, a educação religiosa recebida no ambiente familiar, o distanciamento dos valores católicos, atribuídos à nefasta influência de ideais materialistas, a conversão e a ardente militância posterior, a morte precoce dos dois aos 37 anos e que, na sua perspectiva, os impediu de terminar a obra que haviam apenas iniciado.

As considerações mais específicas acerca de Figueiredo foram retiradas do livro de Hamilton Nogueira, lançado no início de 1928, portanto quando o escritor ainda vivia[16]. Múrias valeu-se de Nogueira para caracterizar as correntes de pensamento contra as quais Jackson se rebelaria: os integrantes da chamada Escola do Recife e os defensores do positivismo. É por meio da transcrição de vários trechos da obra que o leitor toma conhecimento de alguns aspectos da trajetória intelectual de Jackson Figueiredo. Assim, há menções aos autores que o influenciaram para afastar-se e, posteriormente, aproximar-se do catolicismo, às dúvidas que o acometeram até a descoberta da «verdade religiosa», à amizade com Sardinha.

Aliás, as referências específicas de Múrias ao contexto brasileiro nunca se afastam das ponderações de Nogueira, a despeito de nem sempre citá-lo, como se observa nas considerações que tece acerca de Farias Brito, glosadas de capítulo dedicado ao filósofo, que desempenhou papel decisivo na conversão do homenageado. Ainda que afirme se sentir preso a Jackson de Figueiredo por «tantos laços de amizade e admiração», Múrias não fornece provas de proximidade pessoal, seja mencionando troca de correspondências, encontros ou quaisquer outros indícios que testemunhassem a alegada amizade.

O texto não faz menção à revista *A Ordem* (Rio de Janeiro, 1921) ou ao Centro Dom Vital (1922), criados por Jackson, cabendo notar que Nogueira tampouco se ocupou dos temas, uma vez que seu objetivo era analisar os fundamentos doutrinários a guiar os ideais professados por Figueiredo. O detalhe é importante por indicar, ainda uma vez, que, pelo menos nesse texto, Múrias revela-se pouco familiarizado com a vida e a obra de Figueiredo. Observe-se que não há preocupação em fornecer dados de cunho mais pessoal, como o local de nascimento, a formação, a mudança para o Rio de Janeiro, a atuação na imprensa, ou a menção a alguma das obras que publicou depois 1918, aspectos que poderiam fornecer ao leitor visão mais ampla do personagem.

Uma vez apresentado o percurso intelectual de Jackson, sempre ancorado em Nogueira, inclusive com reprodução de trecho em tom antissemita – «assassínio da Pátria pela propaganda antipatriótica e infame, de um certo internacionalismo de caráter francamente judaico» – o elogio centra-se na evocação da noite em que as notas telegráficas deram conta do passamento do brasileiro, «arrastado pelas ondas do mar inquieto», sem que se fornecessem maiores detalhes sobre o ocorrido. Novamente é António Sardinha quem fornece a medida, desta feita para assinalar o vazio deixado, no Brasil e em Portugal, pelo passamento de ambos.

Frente ao legado dos «chefes naturais» do catolicismo que, na perspectiva de Múrias, deixaram obra inacabada dos dois lados do Atlântico, ele atribui aos discípulos de Jackson de Figueiredo o fardo de continuar a luta e cita, do lado brasileiro, Tristão de Ataíde, Perilo Gomes e Hamilton Nogueira. Fica subentendido que ele próprio já assumira o bastão em Portugal.

Notas

1 Jackson de Figueiredo, filho de Luís de Figueiredo Martins e de Regina Cândida Jorge de Figueiredo Martins, nasceu em Aracaju (Sergipe) e faleceu no Rio de Janeiro em 4 de novembro de 1928.

2 António Maria de Sousa Sardinha (1887-1925), político, ensaista, historiador e poeta, foi um dos principais intelectuais portugueses do início do século XX. Referência fundamental do integralismo lusitano, defendeu ideário monárquico, antiliberal e católico.

3 Referência ao grupo reunido em torno da Faculdade de Direito do Recife que, na década de 1870, defendeu formulações teóricas ancoradas no racionalismo científico, positivismo e evolucionismo darwinista, em contraposição à metafísica, à tradição supersticiosa e ao clericalismo católico conservador. O alcance das propostas e da produção desses intelectuais ultrapassou largamente Pernambuco e se fez presente no pensamento social brasileiro de fins do Oitocentos.

4 Hamilton de Lacerda Nogueira (1897-1981), médico, professor e político brasileiro que ocupou os cargos de Senador (1946 a 1955) e Deputado Federal (1969-1967). Foi um dos fundadores do Centro Dom Vital (1922), do qual se tornou vice-presidente, foi membro da Academia Nacional de Medicina.

5 NOGUEIRA (1928: 18). O autor reproduz trechos deste livro, impresso em 14 de janeiro de 1928, portanto alguns meses antes do falecimento de Jackson de Figueiredo.

6 Referência à passagem bíblica que trata da conversão de Saulo.

7 Pedro Militão dos Santos Kilkerry (1885-1917), advogado, jornalista e poeta simbolista baiano que não publicou nenhum livro em vida. Jackson de Figueiredo dedicou-lhe um capítulo, no qual afirmou sobre Kilkerry: «Apresentou-nos Frederico Nietzsche... Sentávamos-nos, Kilkerry e eu, no mesmo banco a ouvir a palavra cotidiana dos ensinadores de Direito e um dia apanhei e entreguei-lhe um livro que caíra das mãos. Foi este o início das nossas relações» (1921: 68).

8 Francisco Xavier Ferreira Marques (1861-1942), jornalista, político, romancista, poeta e ensaísta baiano, eleito em 1919 para a Academia Brasileira de Letras.

9 Antonio Garcia Rosa (1877-1960), formado em Farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi professor e poeta, membro fundador da Academia Sergipana de Letras. Jackson de Figueiredo (1921) recolheu sua obra lírica.

10 Raimundo de Farias Brito (1862-1917), filósofo, escritor e polemista, criticou em suas obras o positivismo, materialismo e cientificismo. Jackson e Brito conheceram-se em 1914 e o espiritualismo defendido pelo cearense exerceu considerável influência sobre o pensamento de Jackson que sobre ele escreveu duas obras (FIGUEIREDO, 1916a e 1919). Mantiveram relações familiares, pois o Jackson casou-se com Laura Alves, cunhada de Brito.

11 A frase está em Figueiredo: «Pedro Kilkerry foi a pessoa que mais me impressionou a esse tempo. Filho de inglês e brasileira, aquele rapaz de uma prodigiosa inteligência era ao mesmo tempo o temperamento mais esquisito que já me fora dado encontrar» (1916b: 8).

12 Carta não localizada. Consulta ao Fundo António Sardinha, da Biblioteca Universitária João Paulo II, revelou a presença de quatro cartas de Jackson de Figueiredo, datadas de 10 de julho de 1923, 29 de setembro de 1923, 03 de abril de 1924 e 22 de junho de 1924, nas quais não consta o excerto citado.

13 Perilo Gomes (1890-1952), ensaísta de orientação católica, próximo de Jackson de Figueiredo, colaborou na fundação do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem.*

14 Tristão de Ataíde, pseudônimo de Alceu Amoroso Lima (1893-1983), escritor, professor, crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras (1935). Converteu-se ao catolicismo em 1928 e foi uma das lideranças católicas mais importantes do Brasil.

15 Nas décadas posteriores, Múrias matizou suas posições e ocupou cargos de relevo no governo português. Ele «imprime à *Nação Portuguesa* uma orientação (de 1925 a 1938) que paulatinamente se distancia do integralismo, para se ambientar, na obediência e passividades requeridas à mentalidade de um regime, à subserviência a um líder (Salazar)» (BARREIRA, 1982: 1424).

16 Na obra informa-se que a impressão, realizada na tipografia do Anuário do Brasil, foi concluída em 14 de janeiro de 1928 (NOGUEIRA, 1928: 260).

Referências bibliográficas

BARREIRA, Cecília (1982) – «Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano. Evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da *Nação Portuguesa*, 1914-1926». *Análise Social, Lisboa*, v. XVIII (72-74), n. 3-4-5, p. 1421-1429.

FIGUEIREDO, Jackson de (1916a) – *Algumas reflexões sobre a filosofia de Farias Brito.* Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.

FIGUEIREDO, Jackson de (1916b). *Xavier Marques. Ensaio*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais. Disponível em: https://cuislandora.wrlc.org/islandora/object/lima%3A28580.

FIGUEIREDO, Jackson de (1919) – *A questão social na filosofia de Farias Brito.* Rio de Janeiro: Tipografia Revista dos Tribunais.

FIGUEIREDO, Jackson de (1921) – *Humilhados e luminosos.* Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, p. 66-104. Disponível em: https://books.google.com.br/books/about/Humilhados_e_luminosos.html?id=AKfuAAAAMAAJ&printsec=frontcover&source=kp_read_button&hl=pt-BR&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false.

MÚRIAS, Manuel (1923) – *Sobre o Seiscentismo em Portugal.* Lisboa: Tipografia da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

MÚRIAS, Manuel (1929) – «Jackson de Figueiredo». *Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para o anno de 1930*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 5-16.

NOGUEIRA, Hamilton (1928) – *Jackson de Figueiredo. O doutrinador católico*. Rio de Janeiro: Edições Terra de Sol.

ROSA, Antonio Garcia (1921) – *Lírica de Garcia Rosa. Recolha de Jackson de Figueiredo*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil.

Tania Regina de Luca
UNESP/CNPq

HERMES FONTES

Hermes Fontes

Entre os muitos poetas brasileiros notáveis, Hermes Fontes[1] ocupava, pelo seu grande talento, um lugar de alto relevo, tão superior era a sua musa inspirada.

E como sucede com todos os poetas sentimentais, os versos lindos e harmoniosos de Hermes Fontes exprimiam de um modo inconfundível as mágoas da sua alma queixosa das adversidades que o torturavam e a que ele queria estoicamente resistir, mas às quais cedeu, enfim, libertando-se da mísera vida terrestre[2], fugindo para as paragens onde memória desta vida talvez se não consinta e onde a dor, se existe, deve ser mais suave e menos constante.

Como são ternas e comovedoras estas quadras[3] – gritos soluçantes – em que o poeta exprime toda a sua amargura:

Depois que perdi a tua
Companhia
Fui aos amigos: a rua
Me sorria.

E entrei a viver na rua
Ou por outra: não vivia,
Pois vivia sem a tua
Companhia.

Cansou-me o tédio da rua
E o afago da hipocrisia,
Só não me cansara a tua
Companhia.

E esta vida é bem a rua
Da Amargura e da Agonia…
Triste vida sem a tua
Companhia![4]

E depois de ter percorrido em vão e solitariamente a Rua da Amargura e da Agonia, sem alívio e sem que os mais íntimos

lhe conhecessem os funestos desígnios que lhe iam no coração, Hermes Fontes desertou da vida, esquecendo-se, como Camilo[5] e como Antero[6], que o suicídio é a negação da existência e quase sempre um grande crime.

Ao falar da dor que tantas almas e corações avassala, dizei-me: Qual o grande poeta que a ela escapou?

Que são os versos de Camões[7] senão amargas queixas contra a desventura?

Posto me tem fortuna em tal estado,
E tanto a seus pés me tem rendido!
Não tenho que perder, já de perdido,
Não tenho que mudar, já de mudado!

Todo o bem para mim é acabado:
Daqui dou o viver já por vivido;
Que aonde o mal é tão conhecido,
Também o viver mais será 'scusado.

Se me basta querer, a morte quero
Que bem outra esperança não convém:
E curarei um mal com outro mal.

E pois do bem tão pouco bem espero
Já que o mal este só remédio tem,
Não me culpem em qu'rer remédio tal.[8]

Eu cantei já, e agora vou chorando
O tempo que cantei tão confiado:
Parece que no canto já passado
Se estavam minhas lágrimas criando.

Cantei; mas se alguém me perguntar, quando?
Não sei; que também fui nisto enganado.
É tão triste este meu presente estado,
Que o passado por ledo estou julgando.[9]

O dia, em que nasci moura e pereça[10],
Não o queira jamais o tempo dar,
Não torne mais ao mundo e se tornar,
Eclipse nesse passo o sol padeça.
[…]
Ó gente temerosa, não te espantes,
Que este dia deitou ao mundo a vida
Mais desgraçada que jamais se viu.[11]

Camilo, o grande Camilo, foi também um notável poeta nostálgico, como demonstrei nos meus *Poetas da dor e do desalento*[12].

Oiçamo-lo neste belo soneto:

Amigos, cento e dez, ou talvez mais
Eu já contei. Vaidades que eu sentia:
Supus que sobre a terra não havia
Mais ditoso mortal entre os mortais!

Amigos, cento e dez, tão serviçais
Tão zelosos das leis da cortesia
Que já farto de os ver me escapulia
Às suas curvaturas vertebrais.

Um dia adoeci profundamente:
Ceguei. Dos cento e dez houve um somente
Que não desfez os laços quase rotos.

– Que vamos nós (diziam) lá fazer?
Se ele está cego, não nos pode ver!…
– Que cento e nove impávidos marotos.[13]

Vejamos, agora, o que diz Soares de Passos[14].

Senhor! Senhor, porque vim eu ao mundo?
Por que do nada me chamaste à vida?

Que é este mundo, que eu sonhei tão belo?
Profundo abismo de tormenta escura;
Que é pois a vida? Um fadigoso anelo
Que levamos do berço à sepultura.[15]

E depois, Antero de Quental, o poeta máximo.

> Só males são reais, só dor existe:
> Prazeres só os gera a fantasia:
> Em nada um imaginar, o bem consiste,
> Anda o mal em cada hora e instante e dia.
>
> Quem fora tão ditoso que olvidasse...
> Mas nem seu mal com ele então dormira,
> Que sempre o mal pior é ter nascido![16]

E, finalmente, que afirmou outro grande torturado, José Duro[17], a quem a dor martirizou?

> Escrevo e choro; dói-me a alma; tenho febre
> Não sei a quantos graus – calor insuportável;
> – Moderno Lázaro – ó que vida miserável
> Eu vivo aqui, doente e só, no meu casebre.[18]

É tempo de concluir. Ao deixar tranquilamente a vida, quase sempre tão bela e a que a maldade humana perturba e perverte, que teria pensado Hermes Fontes? Talvez o que José Duro e ele disseram:

> Agora compreendo a dor de não ter Lar
> E a dor de viver só – desventura tamanha![19]
>
> ---
>
> Triste vida sem a tua
> Companhia.[20]

Nuno Catarino Cardoso

Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1932. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1931, p. 5-10 e retrato do homenageado, página inicial s. n.º.

Sobre Hermes Fontes de Nuno Catarino Cardoso

O elogio fúnebre ao poeta Hermes Fontes (1888-1930) leva a assinatura do cabo-verdiano Nuno Catarino Cardoso[21] (1887-1969) que, determinadamente, buscou inscrever-se como crítico e historiador da literatura na cena literária portuguesa da primeira metade do século XX, a partir de produções no «campo ingrato e tão desprezado» da antologia («Crônica literária», 1925: 56). Campo sobre o qual ainda recaiu forte suspeita com relação ao seu estatuto de crítica e ao seu valor como criação literária.

Se o *design* arquitetural do maior projeto antológico de Nuno Catarino Cardoso – a *Antologia portuguesa* (1917-1927) – não se esclarece nos tímidos comentários dedicados aos poemas e poetas recolhidos, deixa-se ver, todavia, pela seleção, composição e edição das peças nas unidades de conjunto de cada um de seus dez volumes. Desse *design* pode-se ver, como alerta Patrícia Anne Odber de Baubeta (2008: 75), que Nuno Catarino Cardoso não se limitava ao centro ou ao já consagrado, mas procurava ativamente poetas na periferia, seja aquela definida pelo critério de gênero, como se pode ver no primeiro volume intitulado *Poetisas portuguesas* (CARDOSO, 1917); seja na periferia delimitada pela expressão linguística, em especial aquela ocupada pelo parnaso brasileiro, como atestam os volumes *Sonetistas portugueses e luso-brasileiros* (CARDOSO, 1918) e *Cancioneiro da saudade e da morte; poetisas e poetas portugueses e brasileiros* (CARDOSO, 1920); seja, ainda, na periferia definida pelo mercado editorial, morada daqueles pouco conhecidos ou já esquecidos, como se pode ver em *Poetas da dor e do desalento: seguidos do cancioneiro de poetas portugueses e brasileiros pouco conhecidos ou já esquecidos* (1926). Tudo isto, mais do que indiciando, refletindo o modo como o próprio Nuno Catarino se via «operando nas franjas, nem um acadêmico nem um escritor criativo notável[22]» (BAUBETA, 2008: 75), financiador, ele mesmo, de seu projeto. Algo que faz questão de lembrar a cada volume editado de sua *Antologia portuguesa*, mas sobre o que algum incentivador também declararia de seu trabalho: «o sr. Catarino Cardoso, inteiramente desacompanhado de auxiliares, quer indivíduos quer econômicos,

vai completando, um esforço de ser imitado, e com um êxito de que já não é lícito duvidar, o plano da vasta obra que há muito concebera» (*O tempo*[23]*, apud* BAUBETA, 2008: 72).

Teriam sido estes traços de Nuno Catarino, sua insistência com as franjas, com o parnaso brasileiro, e nele com aquilo que os «panegiristas dos poetas modernistas» (CAVALCANTI, 1964: 228) já desprestigiavam completamente, como é o caso de Hermes Fontes, a lhe autorizar a produção do elogio? Ou teria sido o reconhecimento por parte de Catarino de que os sentimentos de pesar, dor e melancolia seriam os maiores propulsores da criação poética, a lhe consentir a redação da homenagem ao poeta brasileiro? Poeta que deixou o infortúnio na vida transformar sua poesia, ao mesmo tempo que corroer sua vitalidade para dela querer evadir-se.

Ainda que Hermes Fontes jamais tenha sido incluído em quaisquer dos volumes que compõem a *Antologia portuguesa*, inclusive naquele em que talvez merecesse figurar – *Poetas da dor e do desalento* –, foi como antologista que Catarino concebeu e compôs o elogio fúnebre: deslocando, de um lugar de literatura, versos e estrofes portadores de significado próprio, e realocando-os para dentro de outro lugar, em coabitação num conjunto que, encenando um novo ambiente literário, fez afluir um diferente sentido de leitura. E, procedendo dessa forma, em vez de apresentar o poeta, dele apresentou apenas um único poema, e ainda, transcrito de segunda mão: «Canção boêmia», publicado pela primeira vez, em 1922, em *A lâmpada velada*, vindo a público, segundo seus intérpretes, em momento de maturidade e plenitude de sua trajetória. Poema recolhido e deslocado de notícia estampada no jornal *A Noite*, em 27 de dezembro de 1930, dia seguinte ao suicídio de Hermes Fontes, associando a motivação para o trágico desfecho da sua vida amargurada ao fracasso de sua relação amorosa com a esposa.

Se o articulista de *A Noite* comete, ele próprio, o deslocamento de um poema de 1922, momento de maturidade na produção poética de Hermes Fontes, para a cena de seu trágico fim, oito anos depois, promovendo a associação da solidão provocada pela vida boêmia, tematizada no poema, à angústia experimentada com o fim de seu casamento, sugerindo a razão última de seu crime. Nuno Catarino,

por sua vez, prossegue no desenvolvimento do artigo, promovendo, no labor de antologista, outros deslocamentos e realocações de versos e estrofes, apresentando de Hermes Fontes não suas criações ou sua figura de criador, mas o cumprimento do destino de todo poeta «da dor e do desalento» – o anseio do fim e da própria morte.

Deslocamentos de poemas do volume *Poetas da dor e do desalento*, realocados no «elogio» para constituir uma paisagem conceitual em que a solidão, o abandono e o deserto afetivo aparecem como propulsores da criação poética e razões primeiras para se desertar da vida, quando a pena se faz ineficaz para curar todas as outras tristes penas. Se os primeiros traços desta paisagem são delineados com os poemas de Camões, que, na perspectiva de Catarino, sofreu «com mais coragem e resignação» que qualquer pessoa «as agruras que a vida lhe reservou» (CARDOSO, 1927: 3), até confessar em verso: «se me basta querer, a morte quero» (CARDOSO, 1927: 4). Outros traços foram riscados com Camilo Castelo Branco, que, «perseguido constantemente pela desgraça», fez de sua poesia a «expressão sincera e magoada das suas precoces e infindas desventuras» (CARDOSO, 1927: 9), especialmente censurando aqueles que o abandonaram quando cego, antes dele próprio cegar-se para a vida. Assim como Antero, que condenou completamente a vida, já que «só males são reais, só dor existe» (CARDOSO, 1927: 22), antes de condenar-se à própria morte. Paisagem composta ainda pela pena que exprimiu revolta diante do acometimento do corpo pela doença e pela voracidade da morte, como em Soares de Passos e José Duro.

A paisagem conceitual que permitiu ancorar a interpretação de que Hermes Fontes vale o elogio, por conta de uma vida e arte que cumpriram o fado de «poeta da dor e do desalento», é, por fim, convocada pela coabitação de dois versos do poema «Doente», de José Duro, abordando a solidão de quem pressente a morte certa por tuberculose, com os versos «Triste vida sem a tua / Companhia», de Hermes Fontes, que, em um repetido deslocamento da notícia do jornal *A Noite*, reverbera a sugestão de que a dor sentida pelo abandono do lar e a solidão, advinda de relação amorosa desfeita, explica e justifica o suicídio de Hermes Fontes.

Notas

1 Hermes Floro Bartolomeu Martins de Araújo Fontes nasceu em Boquim, na província do Sergipe, em 1888, e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 1930. Ainda que tenha visto frustrada sua pretensão de ocupar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, publicou vários volumes do gênero que mais cultivou: a poesia. De sua estreia nas letras, em 1908, com *Apoteoses*, expressão dos «arroubos da adolescência», segundo Povina Cavalcanti (1964: 153), até *Fonte da mata*, em 1930*,* seu «canto do cisne» (1964: 190), ainda publicou outra dezena de volumes de poesia de traço simbolista. A despeito de ter colaborado em diversos veículos de imprensa carioca e paulista, e atuado como compositor musical e caricaturista, não fugiu à regra quanto à vida dos escritores das primeiras décadas do século XX: obteve amparo no emprego público, ocupando, por meio de concurso público, a Diretoria-Geral dos Correios e, por nomeação, o cargo de oficial de gabinete de Ministro de Estado no governo de Washigton Luís.

2 Referência ao suicídio cometido pelo poeta na madrugada de 26 de dezembro de 1930 em sua casa à rua Conselheiro Lafayette, n. 95, no Bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro.

3 Trata-se de «Canção boêmia», publicada, em 1922, em *A lâmpada velada.* Este poema é formado por cinco quadras. O texto reproduzido por Nuno Catarino Cardoso foi extraído de matéria publicada com o título «Trágico desfecho de um grande desengano: Hermes Fontes, estourando o crânio, buscou na morte a tranquilidade que não tivera em vida», no jornal *A Noite* (RJ, 1911-1957), de 27 de dezembro de 1930. Esta versão, que apresenta várias alterações de pontuação e composição, suprime a quarta estrofe do original.

4 «Canção boêmia», est. 1-3 e 5.

5 Camilo Castelo Branco (1825-1890), que sofria há muito de cegueira progressiva, com a morte de seu filho e com as permanentes dívidas financeiras, pôs fim sua vida, disparando um tiro de revolver na cabeça, em 1 de junho de 1890, em São Miguel de Seide, no Conselho de Famalicão.

6 Tarquínio Antero de Quental (1842-1891), após ter «uma vida moralmente tão agitada e dolorosa», como escreveu em carta autobiográfica, e seu estado de saúde muito agravado, sentou-se num banco no largo de São Francisco, junto ao Convento da Esperança, na ilha de São Miguel, e suicidou-se com dois tiros de revolver, em 11 de setembro de 1891.

7 À obra lírica do poeta de *Os Lusíadas* pertencem os três sonetos incluídos no «elogio».

8 Soneto «Posto me tem fortuna em tal estado» (Camões, *Rimas,* 1668). Primeiro soneto de Camões em *Poetas da dor e do desalento…* (CARDOSO, 1927: 4).

9 Soneto «Eu cantei já, e agora vou chorando», quadras 1 e 2 (Camões, *Rimas*, 1616). Terceiro soneto de Camões em *Poetas da dor e do desalento…* (CARDOSO, 1927: 5).

10 Corrigido, pois gralha no *NALLB* destrói o decassílabo: «O dia, hora em que nasci moura e pereça».

11 Soneto «O dia em que nasci moura e pereça», quadra 1 e terceto 2 (*Cancioneiro de Luis Franco*, 1860-1869). Quarto soneto de Camões em *Poetas da dor e do desalento…* (CARDOSO, 1927: 6).

12 Corrigido, pois gralha no *NALLB* sugere que seriam duas obras, não uma única. Intitulada *Os poetas da dor e do desalento: seguidos do cancioneiro de poetas portugueses e brasileiros pouco conhecidos ou já esquecidos* (1926), esta obra corresponde ao volume VIII da *Antologia portuguesa,* grande projeto de Nuno Catarino Cardoso. Em 1927, foi lançada uma edição brasileira. As duas edições apresentam alguns inéditos e dados bibliográficos de trinta e dois poetas brasileiros e portugueses dos séculos XVI a XIX.

13 Soneto «Os amigos» (CARDOSO, 1927: 10). Inédito à data da morte de Camilo em 1 de junho de 1890, foi publicado postumamente a 15 de setembro de 1890, na *Revista Illustrada* (Lisboa, 1890-1892) e republicado a 2 de dezembro de 1907, na revista *Azulejos – Semanário Illustrado de Sciencias, Lettras e Artes* (Lisboa, 1907-1909).

14 Antônio Augusto Soares de Passos (1826-1860) foi um dos representantes da poesia ultrarromântica em Portugal. Em 1852, com 26 anos, diante dos primeiros sintomas de tuberculose, Soares de Passos passou a dedicar-se exclusivamente à literatura e a reunir a sua obra poética, publicada na coletânea *Poesias* (1856). Os poemas produzidos quando do agravamento da doença estão revestidos de aspectos pessimistas e mórbidos.

15 «Desalento», est. 15 e 8 (cf. CARDOSO, 1927: 12). Composto por quinze estrofes o poema foi publicado por Soares de Passos em *Poesias*, 1856.

16 Soneto XXI, dedicado a Gemano Meyrelles, quadra 1 e terceto 2. É o segundo dos 4 sonetos de Antero de Quental (1861) publicados em *Os poetas da dor e do desalento…* (CARDOSO, 1927: 22).

17 José António Duro (1875-1899), conhecido como José Duro, foi um poeta decadentista português. Seu traço melancólico, pessimista e mórbido está bastante presente em *Fel,* editado em 1898, quando a tuberculose prenunciava a sua morte, acontecida dias após o seu lançamento.

18 «Doente», est. 2 (CARDOSO, 1927: 30). Último poema de *Fel*, constituído por 24 quadras. É uma longa confissão de amargura e desespero de quem sabe que a morte está próxima. O poema figura integralmente em *Os poetas da dor e do desalento…,* páginas 30 a 33.

19 «Doente», est. 3, v. 1-2. (CARDOSO, 1927: 30).

20 Repetição dos últimos dois versos de «Canção Boêmia», recortados do jornal *A Noite*, pois em *A lâmpada velada* (1922), em vez de «Pobre vida» tem-se «Triste vida».
21 Para a sessão de elogios fúnebres Nuno Catarino Cardoso escreveu apenas o de Hermes Fontes. No *Novo Almanaque* colaborou com diversos artigos: «Como se faz a história» (*NALLB*, 1925: 261-263); «Camilo e as mulheres» (*NALLB*, 1926: 258-262); «Dr. Paulo de Magalhães» (*NALLB*, 1926: 369-372); «Belezas de Portugal» (*NALLB*, 1927: 214); «Antero de Quental» (*NALLB*, 1927: 225-228); «Escritores Portugueses» (*NALLB*, 1928: 76-78 e *NALLB*, 1929: 4-6); «Algumas das mais belas portas manuelinas de Portugal» (*NALLB*, 1931: 169-170); «Guilhermina Suggia» (*NALLB*, 1931: 257-258); «Algumas palavras sobre Alexandre Herculano: I – O seu físico» (*NALLB*, 1932: 311-312).
22 No original: «*he felt himself to be operating on the fringes, neither an academic or a noted creative writer*»
23 Não foi possível encontrar dados sobre a publicação citada.

Referências bibliográficas

BAUBETA, Patrícia Anne Odber de (2008) – *The anthology in Portugal: a new approach to the history of portuguese literature in the twentieth century*. Bristol: Peter Lang Ltd International Academic Publishers.

CAMÕES (1953) – *Rimas.* Estabelecimento do texto e prefácio por Álvaro J. da C. Pimpão. Coimbra: Universidade de Coimbra.

CARDOSO, Nuno Catarino, ed. e comp. (1917) – *Poetisas portuguesas. Antologia contendo dados bibliográficos e biográficos acerca de cento e seis poetisas*. Lisboa: Livraria Scientífica.

CARDOSO, Nuno Catarino, ed. e comp. (1918) – *Sonetistas portugueses e luso-brasileiros. Antologia contendo dados biográficos e bibliográficos acerca de cento e oitenta e nove poetas. (1495 à novíssima geração)*. Lisboa: edição e propriedade do autor.

CARDOSO, Nuno Catarino, ed. e comp. (1920) – *Cancioneiro da saudade e da morte; poetisas e poetas portugueses e brasileiros. (séculos XII a XIX)*. *Antologia*. Edição destinada a Portugal, contendo dados biobibliográficos acerca de cento e sessenta e quatro autores. Lisboa: edição e propriedade do autor.

CARDOSO, Nuno Catarino, ed. e comp. (1926) – *Os poetas da dor e do desalento: seguidos do cancioneiro de poetas portugueses e brasileiros pouco conhecidos ou já esquecidos*. Lisboa: Portugália.

CARDOSO, Nuno Catarino, ed. e comp. (1927) – *Os poetas da dor e do desalento seguidos do cancioneiro de poetas pouco conhecidos ou já esquecidos*. São Paulo: Empresa Editora Paulista.

CARDOSO, Nuno Catarino (1931) – «Hermes Fontes». *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro para o ano de 1932*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, p. 5-10.

CAVALCANTI, Povina (1964) – «Carta a Monteiro Lobato». In: *Hermes Fontes. Vida e poesia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, p. 227-228.

CAVALCANTI, Povina (1964) – *Hermes Fontes. Vida e poesia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

«Crônica literária» (1925). *Europa Magazine Mensal*. Lisboa, ano 1, n. 2 (maio), p. 56.

DURO, José António (1898) – *Fel*. Lisboa: Libanio & Cunha Editores.

FONTES, Hermes (1908) – *Apoteoses*. Rio de Janeiro: Papelaria Brasil de Costa Pereira.

FONTES, Hermes (1922) – *A lâmpada velada*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.

FONTES, Hermes (1930) – *Fonte da mata.* Rio de Janeiro: Papelaria Brasil.

«Os Amigos» (1890). *Revista Illustrada.* Lisboa, v. I, n. 11 (15 set.), p. 123.

«Os Amigos» (1907). *Azulejos. Semanário Illustrado de Sciencias, Lettras e Artes*. Lisboa, n. 11 (2 dez), p. 7.

PASSOS, Antônio Augusto Soares de (1856) – *Poesias.* Porto: Typographia de Sebastião José Pereira.

QUENTAL, Antero (1861) – *Sonetos de Anthero*. Coimbra: Editor Sténio Imprensa Litteraria.

«Trágico desfecho de um grande desengano: Hermes Fontes, estourando o crânio, buscou na morte a tranquilidade que não tivera em vida» (1930). *A Noite.* Rio de Janeiro, ano XX, n. 6.857 (27 dez.), p. 1.

Virginia Camilotti
PPGH-(Unesp)

VII

Coleção Brasil